

CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND

**PERFIL DO ECOSISTEMA
HOTSPOT DE BIODIVERSIDADE DO CERRADO**

ABRIL 2016

Equipe responsável pela elaboração do Perfil do Ecossistema:

Donald Sawyer	ISPN, Coordenador
Beto Mesquita	Conservação Internacional
Bruno Coutinho	Conservação Internacional
Fábio Vaz de Almeida	ISPN
Isabel Figueiredo	ISPN
Ivana Lamas	Conservação Internacional
Ludivine Eloy Pereira	Consultora independente
Luiz Paulo Pinto	Consultor independente
Mauro Oliveira Pires	Consultor independente
Thaís Kasecker	Conservação Internacional

Com o apoio de:

João Guilherme Cruz	ISPN
Juliana Napolitano	ISPN
Renata Ceolin	ISPN
Renato Araújo	ISPN
Silvana Bastos	ISPN
David Hathaway	Consultor independente
Felipe Lenti	Consultor independente
Maria Isabel Martínez	Consultora independente
Andréa Zimmermann	Matres Socioambiental
Elise Dalmaso	Matres Socioambiental
Marina Palhares	Matres Socioambiental
Renata Navega	Matres Socioambiental

Conselho Consultivo Sênior:

Adriana Moreira	Líder Global de Biodiversidade, Banco Mundial
Ana Cristina Barros	Secretária Nacional de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente
André Nassar*	Secretário Nacional de Política Agrícola, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Debora Castellani	Diretora de Pesquisa, Natura
Edite Lopes de Souza	Agência 10envolvimento
Elaine Barbosa Silva	Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG), Universidade Federal de Goiás (UFG)
Fábio Scarano	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável (FBDS)
Fátima A. G. de Moura	Federação de Organizações para Assistência Social e Educacional (FASE)
Jean-François Timmers	WWF Internacional
Júlio Cesar Sampaio	WWF Brasil, Coordenador do Programa Cerrado
Laerte Ferreira*	Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG), Universidade Federal de Goiás (UFG)
Luiz Fernando Merico	Coordenador Nacional da IUCN

Marcelo de Paula*	Ponto Focal Operacional do GEF, Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Mercedes Bustamante*	Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília (UnB)
Selma Yuki Ishii*	Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO)
Valmir Soares de Macedo	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV)

*Assessores que aceitaram ou manifestaram interesse na participação, mas não colaboraram diretamente para a elaboração do Perfil do Ecossistema.

Na preparação do Perfil do Ecossistema do Cerrado um grande número de especialistas, colaboradores e partes interessadas participou generosamente de pelo menos uma das oficinas de consulta, da reunião do Conselho Consultivo ou de entrevistas pessoais. No entanto, os conceitos e propostas apresentados neste perfil não necessariamente refletem seus pontos de vista.

A Conservação Internacional e o ISPN agradecem às seguintes pessoas:

Aldicir Scariot	Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Adolfo Dalla Pria Pereira	Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB)
Adriana Moreira	Banco Mundial
Adriano Ferreira da Silva	Movimento dos Trabalhadores Camponeses (MTC)
Alessandra Chaves	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia(AIBA)
Álvaro Alves Carrara	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM)
Ana Cristina Barros	Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Analise Cristoldo Romero	Fundação Mais Cerrado
André Ramalho	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
Andrew Miccolis	Centro Agroflorestral Mundial (ICRAF)
Aneliza Miranda Melo	Instituto Estadual de Florestas (IEF), Minas Gerais
Asier Santellan	Comissão Europeia
Beatriz Secaf	Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)
Bruno Lopes Rocha Mello	Fundação Mais Cerrado
Caio Cescir Gomes Fonseca	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Carlos Eduardo Negres Victorio	Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO)
Cesar Victor de Espírito Santo	Fundação Pró-Natureza (FUNATURA)
Cláudia Calório	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Mecanismo de Doação Dedicado (MDD)
Cleidionice Pereira dos Santos	Movimento dos Trabalhadores Camponeses (MTC)
Cristiane Moura	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
Cristiane Peres da Silva	Secretaria do Meio Ambiente, Tocantins (SEMA/TO)
Cristina Carvalho	Comissão Europeia
Dalci José de Carvalho	Associação de Promoção ao Lavrador e Assistência ao Menor de Turmalina

	(APLAMT)
Daniel Pereira Lobo	Bonsucro
Débora Cristina Castellani	Natura
Denise Daleva Costa	Secretaria de Meio Ambiente e Cidades, Goiás (SECIMA/GO)
Edite Lopes de Souza	Agência 10envolvimento
Eduardo Barroso de Souza	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Eduardo Safons Soares	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Elaine Barbosa da Silva	Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG), Universidade Federal de Goiás (UFG)
Eldo Moreira Barreto	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente (ACCFC)
Eliane Braga Ribeiro	Secretaria do Meio Ambiente, Maranhão (SEMA/MA)
Eline Matos Martins	Centro Nacional de Conservação da Flora (CNC Flora)
Elizabeth Turini	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
Elton Antonio Silveira	Secretaria de Meio Ambiente, Mato Grosso (SEMA/MT)
Eric Vieira da Silva	Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativistas Sertão Veredas (COOPSERTÃO)
Estevão Bororo Taukane	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
Eulinda de Campos Lopes	Secretaria de Meio Ambiente, Mato Grosso (SEMA/MT)
Fábio Matsumoto Ricarte	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Fábio Scarano	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)
Fátima Aparecida Garcia de Moura	Federação de Assistência Social e Educacional (FASE)
Fernando Antonio Rodrigues Lima	Fundação Pró-Natureza (FUNATURA)
Fernando Tatagiba	Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Flamarion Luiz Soares	Movimento dos Trabalhadores Camponeses (MTC)
Flávia Costa Bandeira	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Francisca da Silva Nascimento	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Gabriela Gonçalves	Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Gabriela Grisolia	Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Gislano Oliveira	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Glaciana Araújo	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA)
Guilherme Eidt	Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ)
Gustavo Luedemann	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Gustavo Martinelli	Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)
Gustavo Oliveira	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Helena Maria Maltez	Secretaria do Meio Ambiente, Distrito Federal (SEMA/DF)
Helena Pavese	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
Hudson Coimbra Felix	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Iran Magno Xavier de Oliveira Filho	California Environmental Associates (CEA)
Irene dos Santos	Instituto Brasil Central (IBRACE)
Isabel Belloni Schmidt	Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília (UnB)

Isis Freitas	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Isolete Wichinieski	Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Ítalo Veras Eduardo	Instituto Internacional de Cooperação Agrícola (IICA)
Jackson Luís da Silva	Suzano Papel e Celulose S.A.
Janaína Gomes Dantas	Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Maranhão (SEMA/MA)
Jean-François Timmers	WWF Internacional
João da Mata Nunes Rocha	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
John Landers O.B.E.	Associação Plantio Direto no Cerrado (APDC)
Júlio Cesar Sampaio da Silva	WWF Brasil
Jussara Pinto	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Mecanismo de Doação Dedicado (MDD)
Juvana Evarista dos Santos	Movimento dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC)
Kátia Torres Ribeiro	Consultora independente
Keila Juarez	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Kolbe Soares	WWF Brasil
Laércio Machado de Sousa	Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN)
Letícia Campos	WWF Brasil
Lourdes Cardozo Laureano	Associação Pacari
Luciana Brandão	Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação
Luciano Andra	Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás
Luiz Fernando Krieger Merico	União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)
Márcia Andaluza Xavier	Instituto Lina Galvani
Márcio Macedo Costa	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Maria Faria do Amaral	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Mariana de Alencar Ramos Fernandes	Instituto Internacional de Cooperação Agrícola (IICA)
Mário Augusto de Campos Cardoso	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Martha Gilka Gutierrez Carrijo	Instituto de Meio Ambiente, Mato Grosso do Sul
Matheus Campos Fonseca	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Mauro Terena	Movimento dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC)
Miguel D'Avila de Moraes	União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)
Nina Paula Laranjeira	Universidade de Brasília (UnB), Centro Cerrado
Olympio Barbanti Junior	Consultor independente
Onildo Marini	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (CECAT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Patrícia de Lucena Mourão	Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Paulo Fiúza	Fundação Mais Cerrado
Paulo Roberto Neil Magalhães	Fundação Banco do Brasil (FBB)
Pedro Gasparinetti	Fundação Mais Cerrado
Rafael de Oliveira Poubel	Centro de Excelência e Estudos do Cerrado (CEEX), Cerratenses, Jardim Botânico de Brasília (JBB),

Rafael Dias Loyola	Universidade Federal de Goiás (UFG)
Rafael Pereira	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Raíssa Ribeiro Pereira Silva	Instituto Socioambiental (ISA)
Raul Xavier de Oliveira	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Renato Flit	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
Roberta Holmes	Secretaria de Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Samantha Ro'otsitsina de Carvalho Juruna	Rede de Juventude Indígena (REJUIND)
Samir Gomes Tannus	Fundação Mais Cerrado
Sandra Regina Afonso	Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Sara Pitombo	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Sarah Alves de Melo	Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, Conselho Estadual Pró-Pequi, Minas Gerais
Sílvia Torrecilha	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
Srewê da Mata de Brito	Movimento dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), União Indígena Xerente
Stéphane Guéneau	Universidade de Brasília (UnB)
Sueli Gomes Fernandes	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV)
Sueli Matiko Sano	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Suelma Silva	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (CECAT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Talia Manceira Bonfante	Natura
Tânia M. Caldeira Jardim	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
Tiago Jordão Porto Santos	Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Bahia (SEMA/BA)
Ugo Todde	Fundação Mais Cerrado
Valmir Macedo	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV)
Valney Dias Rigonato	Universidade Federal do Oeste da Bahia
Vinicius de Araujo Klier	Consultor independente
Wilson Miguel	Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativistas Sertão Veredas

Além das oficinas e encontros pessoais, representantes de 42 organizações comunitárias responderam a uma pesquisa realizada em julho de 2014, durante o Encontro Nacional dos Povos do Cerrado. Os resultados desta pesquisa contribuíram para aumentar o conhecimento sobre as preocupações das partes interessadas, bem como para definir as prioridades para KBAs e corredores, proporcionando aos autores a informação relevante sobre o estado atual das organizações da sociedade civil no Hotspot Cerrado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	7
GLOSSÁRIO.....	10
LISTA DE SIGLAS	17
RESUMO EXECUTIVO.....	25
1. INTRODUÇÃO.....	29
1.1. Hotspot Cerrado	29
1.2 Perfil do Ecossistema do Cerrado	34
2. ANTECEDENTES.....	35
3. IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA DO HOTSPOT	38
3.1 História e Geografia.....	38
3.2 Ecossistemas e Cobertura Vegetal	40
3.3 Diversidade de Espécies Endêmicas	42
3.4 Importância Social	47
3.5 Sistema Hidrológico e Valores Biológicos	47
3.6 Conclusões	48
4. SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS NO HOTSPOT	49
4.1 Biodiversidade	49
4.2 Água.....	51
4.3 Carbono.....	54
4.4 Meios de Vida Rurais.....	56
4.5 Outros Serviços Culturais	58
4.6 Conclusões	58
5. RESULTADOS DE CONSERVAÇÃO.....	60
5.1 Locais de Importância para a Conservação e Instrumentos de Gestão Ambiental	60
5.2 Resultados de Espécies	62
5.3 Resultados Locais: Áreas Chave para a Biodiversidade.....	65
5.4 Resultados de Corredores	72
5.5 Conclusões	80
6. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO HOTSPOT	81
6.1 Regiões Ecosociais	81
6.2 Tendências Sociais e Demográficas.....	85
6.3 Gênero.....	96
6.4 Tendências Econômicas.....	97
6.5 Bolívia.....	98
6.6 Paraguai.....	99

6.7 Conclusões	100
7. CONTEXTO POLÍTICO DO HOTSPOT	101
7.1 Visão Geral da Situação Política Nacional do Brasil.....	101
7.2 Políticas de Recursos Naturais	102
7.3 Políticas Socioambientais	112
7.4 Políticas de Desenvolvimento.....	115
7.5 Políticas de Posse da Terra e Uso do Solo.....	116
7.6 Instituições de Implementação de Políticas de Gestão de Recursos.....	117
7.7 Política e Governança no Hotspot Cerrado.....	121
7.8 Contexto Político da Bolívia.....	124
7.9 Contexto Político do Paraguai	125
7.10 Compromissos no Âmbito de Acordos Globais e Regionais.....	126
7.11 Conclusões	127
8. CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL DO HOTSPOT	128
8.1 Organizações da Sociedade Civil.....	128
8.2 Ambiente de Trabalho para as OSCs.....	140
8.3 Programas e Atividades da Sociedade Civil no Cerrado	141
8.4 Capacidade da Sociedade Civil no Cerrado.....	144
8.5 Sociedade Civil na Bolívia e no Paraguai.....	145
8.6 Resolução de Lacunas na Capacidade da Sociedade Civil	146
8.7 Conclusões	148
9. AMEAÇAS À BIODIVERSIDADE NO HOTSPOT	150
9.1 Ameaças Diretas	150
9.2 Causas Indiretas de Ameaças.....	154
9.3 Conclusões	164
10. AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	170
10.1 Tendências Passadas do Clima e da Biodiversidade do Cerrado.....	170
10.2 Modelos Projetados e Atuais do Cerrado.....	171
10.3 Impactos da Mudança Climática na Biodiversidade.....	172
10.4 Impactos Sociais e Econômicos das Mudanças Climáticas.....	173
10.5 Potencial de Mitigação e Adaptação.....	175
10.6 Conclusões	176
11. AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO CORRENTE EM CONSERVAÇÃO.....	177
11.1 Investimentos por Fonte e Localização.....	177
11.2 Análises das Lacunas	192
11.3 Lições Aprendidas	194
11.4 Conclusões	195

12. NICHOS PARA OS INVESTIMENTOS DO CEPF	197
12.1 Necessidades de Investimento em Conservação	197
12.2 Nicho do CEPF	198
12.3 Colaboração com Outras Iniciativas	200
13. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E FOCO PROGRAMÁTICO DO CEPF ..	202
13.1 Priorização dos Resultados de Conservação	202
13.2 Direções Estratégicas e Prioridades de Investimento	216
13.3 Descrições de Direções Estratégicas e Prioridades de Investimento	218
14. SUSTENTABILIDADE.....	229
14.1 Desenvolvimento de Capacidade para a Sustentabilidade.....	229
14.2 Financiamento Sustentável	230
14.3 Sustentando a Mudança por meio de Normas e Regras.....	232
14.4 Conclusões	233
MARCO LÓGICO DO HOTSPOT CERRADO 2016-2021.....	234
REFERÊNCIAS.....	241
APÊNDICES	276

GLOSSÁRIO

1. Adaptação - ajustes em sistemas naturais ou humanos em resposta a estímulos climáticos ou a seus efeitos reais ou esperados, que moderam danos ou aproveitam oportunidades benéficas.
2. Agricultor familiar - para fins oficiais no Brasil, produtores rurais, que: a) usam a terra como proprietários, posseiros, arrendatários ou assentados da reforma agrária; b) residem na propriedade ou perto dela; c) não possuem mais de quatro módulos fiscais (os quais variam em tamanho de acordo com a localização) para a agricultura ou seis módulos fiscais para a pecuária; e d) usam principalmente mão de obra familiar.
3. Agrobiodiversidade - parte da biodiversidade utilizada na agricultura ou em atividades relacionadas, seja na natureza ou sob domesticação ou semi-domesticação.
4. Agroextrativismo - agricultura familiar que combina a produção de lavouras e pecuária com o uso da biodiversidade nativa.
5. Amazônia Legal - os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins e Mato Grosso e Maranhão a oeste de 44°W.
6. Ambientalismo - uma filosofia, ideologia e movimento social amplo referente às preocupações de proteção do meio ambiente e à melhoria da saúde do meio ambiente, particularmente seus elementos não-humanos, muitas vezes em oposição ao desenvolvimentismo.
7. Área Chave para a Biodiversidade (KBA) - local de importância internacional para a conservação da biodiversidade, definido de acordo com critérios padronizados com base em princípios de vulnerabilidade e impossibilidade de substituição.
8. Área Conservada Comunitária e Indígena (ICCA) - ecossistema natural e/ou modificado contendo valores significativos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, voluntariamente conservados por comunidades indígenas e locais, sedentárias ou móveis, por meio de leis consuetudinárias ou outros meios eficazes.
9. Área de Preservação Permanente (APP) – de acordo com a Lei Federal 12.651/2012, a APP é definida como “*área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas*”, a qual deve ser demarcada no interior de todas as propriedades rurais brasileiras do Brasil e inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
10. Área Importante para Aves (IBA) - local de importância internacional para a conservação das aves e outras formas de biodiversidade.
11. Área Protegida - no Brasil, o conceito de áreas protegidas inclui as unidades de conservação, definidas conforme a Lei Federal 9.985/2000, as Terras Indígenas, os Território Quilombolas e também as Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, definidas pela Lei Federal 12.651/2012.

12. Bioma – de acordo com Osborne (2000), bioma é definido como um grupo extenso de *ecossistemas* que ocorrem em diferentes regiões do mundo, caracterizados por formas de vida dominantes (plantas e animais) que se desenvolveram em resposta a condições climáticas relativamente uniformes (distribuição das chuvas e temperatura média anual). Há grande controvérsia no Brasil sobre o conceito de Bioma, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) emprega o termo para referir-se às grandes regiões bioclimáticas do país (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal).
13. Boa prática - técnica ou metodologia que, por meio de experiência e pesquisa, demonstrou que gera um resultado desejado de forma confiável. No contexto do presente documento, o resultado desejado é menor impacto ambiental ou social negativo.
14. Caatinga - bioma semiárido no Nordeste do Brasil, adjacente à Amazônia, ao Cerrado e à Mata Atlântica.
15. Cadastro Ambiental Rural – criado pela Lei Federal 12.651/2012 e conhecido pela sigla CAR, é definido como o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
16. Cerrado - savana arborizada incluindo 12 tipos de vegetação no Brasil Central e partes da Bolívia e do Paraguai, adjacente à Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal.
17. Chaco - região natural pouco povoada, quente e semi-árida das terras baixas da bacia do Río de la Plata, no leste da Bolívia, Paraguai, norte da Argentina e partes dos estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
18. Chiquitano - florestas secas da Bolívia e do Brasil, com árvores que perdem as folhas durante a estação seca e geralmente são resistentes a inundações e incêndios.
19. Consentimento livre, prévio e informado (CLPI) - em inglês «Free, prior, informed consent» (FPIC), princípio de que as comunidades (particularmente dos povos indígenas) têm o direito de dar ou negar seu consentimento a projetos propostos que podem afetar as terras que habitualmente são próprias, ocupadas ou usadas de outra maneira.
20. Corredor - definido pelo CEPF como uma paisagem inter-conectada ligando os locais mais importantes para a conservação de ampla escala de processos ecológicos e evolutivos e comunidades ecológicas pouco alteradas.
21. Desenvolvimentismo - teoria econômica de que os países em desenvolvimento devem estimular mercados internos fortes e variados, promover a indústria nacional e impor altas tarifas sobre bens importados, muitas vezes em oposição ao ambientalismo.
22. Direção Estratégica - um agrupamento de várias prioridades de investimento no âmbito da estratégia de investimento do CEPF para um hotspot.
23. Ecossistema - sistema interativo que consiste em todos os organismos vivos e seu ambiente abiótico (físico e químico) dentro de uma determinada área, cobrindo várias escalas espaciais.

24. Endêmica – classificação atribuída a uma espécie que só pode ser encontrada na natureza em uma determinada localização geográfica – ecossistema, região, país, etc. – não ocorrendo em nenhuma outra.
25. Equipe de Implementação Regional– em inglês ‘Regional Implementation Team’ (RIT) organização selecionada pelo CEPF para coordenar a implementação da sua estratégia de investimento em um hotspot.
26. Extinção - desaparecimento mundial de uma espécie inteira.
27. Extrativismo - no Brasil, coleta ou colheita silvestre de produtos da biodiversidade nativa, não incluindo a mineração e o petróleo.
28. Fundo de pasto/fecho de pasto – meio de vida rural tradicional em partes da Caatinga e do Cerrado em que lotes familiares são combinados com terras comuns em que bovinos, caprinos e ovinos são criados soltos em pastagens nativas.
29. Geraizeiro - comunidades tradicionais que vivem no Cerrado no lado sul do rio São Francisco no norte de Minas Gerais.
30. Hotspot – ecossistemas com elevada concentração de espécies endêmicas e intensa perda de habitat, onde esforços de conservação e restauração ecológica são priorizados para proteger a biodiversidade. No Brasil, a Mata Atlântica e o Cerrado são considerados Hotspots. Myers *et al.* (2000) estabeleceram 25 hotspots mundiais. Posteriormente, essa lista foi ampliada para 35 hotspots (Mittermeier *et al.*, 2005; Noss *et al.*, 2015). Um hotspot abriga pelo menos 1.500 espécies de plantas endêmicas e tem ao menos 70% de sua vegetação nativa com algum grau de degradação.
31. Indigenista - indivíduo ou organização que trabalha para defender os povos indígenas.
32. Mainstreaming da conservação - tornar a conservação uma dimensão integral da formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais.
33. Mitigação - intervenção humana para reduzir a pressão antropogênica sobre o sistema climático, incluindo estratégias para reduzir as fontes e emissões de gases de efeito estufa e para reforçar os sumidouros de gases de efeito estufa.
34. Nicho de investimento - as áreas geográficas e temáticas específicas em que os investimentos CEPF podem ser mais eficazes, tendo em conta as necessidades de conservação e a distribuição de outros investimentos.
35. Organização da Sociedade Civil (OSC) - definida pelo CEPF como organizações não governamentais e do setor privado, grupos comunitários, indivíduos, universidades e fundações, incluindo organizações governamentais, desde que possam estabelecer sua personalidade jurídica independente de qualquer agência do governo, sua autoridade para solicitar e receber fundos privados e que não podem invocar um direito de imunidade soberana.

36. Pantanal – bioma de zonas úmidas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, adjacente ao Cerrado, Mata Atlântica, Chaco e Chiquitano.
37. Parte interessada - pessoa, grupo ou organização que tem interesse ou preocupação em uma organização ou questão.
38. Perfil do Ecossistema – para o CEPF, avaliação rápida de um hotspot de biodiversidade ou área prioritária dentro de um hotspot, fornecendo uma visão geral da importância da biodiversidade, metas ou resultados gerais de conservação, principais ameaças e o contexto político, da sociedade civil e socioeconômico, bem como as lacunas e oportunidades de financiamento.
39. Povos e comunidades tradicionais - grupos que possuem culturas diferentes das que predominam na sociedade, identidade própria, organização social distinta, uso de territórios e recursos naturais para manter sua cultura no que diz respeito à organização social, religião, economia e ancestralidade. De acordo com Diegues (2003), são populações ou sociedades humanas cujos indivíduos possuem modos de vida fortemente associados ao uso e manejo dos recursos naturais ao longo de sua permanência histórica em ecossistemas naturais e em áreas cultivadas adjacentes, e que detêm o chamado conhecimento ecológico tradicional. Incluem tanto populações tradicionais indígenas como não indígenas, tais como caiçaras, jangadeiros, sertanejos, caipiras, quilombolas, ribeirinhos, etc. De forma geral, são populações que, por meio de extrativismo, usam diversos produtos da flora e fauna nativas como fonte de medicamento, fibra, alimento e energia, bem como possuem vários elementos culturais e religiosos associados à biodiversidade e ecossistemas locais. Adicionalmente, as sociedades tradicionais geralmente obtêm parte significativa de seu sustento do cultivo de roçados e da criação de animais em mosaicos de áreas naturais e áreas agrícolas abertas periodicamente em meio à vegetação secundária.
40. Povos Indígenas - grupo de pessoas reconhecido como tendo direitos específicos segundo o direito nacional ou internacional, com base em residência dentro ou vinculada a habitats geograficamente distintos e tradicionais, territórios ancestrais e seus recursos naturais; manutenção das identidades culturais e sociais e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas separadas das sociedades ou culturas centrais ou dominantes; descendência de grupos populacionais presentes em uma determinada área, mais frequentemente antes da criação de estados ou territórios modernos e da definição das fronteiras atuais; e/ou auto-identificação como sendo parte de um grupo cultural indígena distinto, e o desejo de preservar essa identidade cultural.
41. Preservação – de acordo com a Lei Federal 9.985/2000, preservação é definida como o *“conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”*, pressupondo níveis mínimos de intervenção humana.
42. Prioridade de Investimento - um entre um conjunto de prioridades temáticas para o investimento CEPF.
43. Proteção Integral – de acordo com a Lei Federal 9.985/2000, proteção integral é definida como *“manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência*

humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”. As unidades de conservação do grupo de Proteção Integral previstas no SNUC são aquelas onde só é permitido o uso indireto dos recursos naturais, tais como visitação, turismo, educação ambiental e pesquisas.

44. Quilombola - comunidade tradicional constituída por descendentes de africanos escravizados.
45. Repartição de benefícios – canalização de algum tipo de retorno, seja monetário ou não monetário, de volta para as comunidades afetadas, comunidades de origem ou nações de origem, entre outros.
46. Reserva Legal - de acordo com a Lei Federal 12.651/2012, a Reserva Legal é definida como “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”. Todos os imóveis rurais brasileiros devem demarcar sua Reserva Legal, que não devem ser menores que 80% da área total do imóvel no bioma Amazônia, 35% no bioma Cerrado dentro da Amazônia Legal e 20% nas demais regiões do país. Devem ser inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
47. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) – de acordo com a Lei Federal 9.985/2000, é uma categoria de unidade de conservação definida como “*uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica*”. As RPPNs são reconhecidas legalmente pelo Poder Público, mediante requerimento voluntário do proprietário da área, podendo abranger a totalidade ou parte do imóvel rural. Nas RPPNs são permitidas apenas atividades de uso indireto dos recursos naturais, como visitação, turismo, educação ambiental e pesquisas.
48. Resiliência - capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver perturbações, mantendo a mesma estrutura básica e os modos de funcionamento, incluindo a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e à mudança.
49. Restauração – de acordo com a Sociedade Internacional de Restauração Ecológica, é definida como o processo e a prática de auxiliar a recuperação de um ecossistema que foi degradado, danificado ou destruído, com o restabelecimento mínimo de sua forma e funções.
50. Resultado de conservação - definido pelo CEPF como todo o conjunto de metas quantitativas e justificáveis de conservação em um hotspot que deve ser alcançado para evitar a perda da biodiversidade. Estes objetivos são definidos em três níveis hierárquicos: espécies (extinções evitadas); locais (áreas protegidas); e paisagens (corredores criados), o que corresponde às unidades reconhecíveis da biodiversidade ao longo de um continuum ecológico.
51. Retireiros - comunidades tradicionais que vivem ao longo do rio Araguaia no Tocantins e Mato Grosso.

52. Satoyama - uma iniciativa global com o objetivo de realizar ‘sociedades em harmonia com a natureza’ por meio da conservação e promoção das ‘paisagens e áreas marinhas produtivas sócio-ecológicas’.
53. Savana - campo tropical incluindo arbustos e árvores isoladas, devido às chuvas limitadas, que pode ser encontrado entre biomas de floresta tropical e de deserto.
54. Sertanejo - habitante rural tradicional do interior do Brasil (sertão).
55. Serviços Ambientais – conjunto de ações e decisões antrópicas que favorecem a manutenção e/ou recuperação da capacidade dos ecossistemas em prover serviços essenciais para o equilíbrio ecológico e para o bem-estar humano.
56. Serviços Ecosistêmicos - serviços proporcionados pelos ecossistemas que resultam em equilíbrio ecológico e condições favoráveis ao bem-estar humano, tais como purificação de água, polinização de cultivos, proteção de mananciais, controle de erosão e sequestro de carbono.
57. Socioambiental - ambiental, mas tendo em conta as sinergias com a organização social e a cultura tradicional.
58. Sociobiodiversidade - bens e serviços produzidos com base no uso dos recursos naturais pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.
59. Terras Indígenas – porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
60. Trampolins ecológicos - são manchas de habitat dispersas na matriz da paisagem que, mesmo não estando fisicamente ligadas (ao contrário dos corredores), funcionam como pontos de ligação entre habitats fragmentados, facilitando a dispersão e o fluxo genético para algumas espécies.
61. Unidade de Conservação – de acordo com a Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, unidade de conservação é definida como “*espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*”. São previstas 12 categorias de unidades de conservação, divididas em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável.
62. Uso Sustentável - de acordo com a Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, uso sustentável é definido como a “*exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável*”. O grupo de unidades de conservação de uso sustentável previstas no SNUC integra aquelas onde se são permitidas atividades produtivas sustentáveis, ao contrário das áreas protegidas de Proteção Integral (conservação de uso indireto).

63. Vazamento - metáfora para representar qualquer perda significativa de recursos naturais provocada por atividades humanas imprudentes, com efeitos adversos na funcionalidade, estrutura e composição dos ecossistemas. Tais vazamentos também têm efeitos adversos no fluxo de serviços ecossistêmicos à sociedade. Também pode ser definido como o deslocamento espacial de impactos ambientais negativos causados pela proteção do ambiente em determinadas áreas.
64. Vazanteiro - membro de uma comunidade tradicional vivendo em ilhas ou barrancos ao longo dos rios São Francisco, Tocantins e Araguaia.

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABC	Agricultura de Baixo Carbono
ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
ABI	Associação Brasileira da Imprensa
ABIOVE	Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ACCFC	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AHP	Processo Hierárquico Analítico
AIBA	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
AMAVIDA	Associação Maranhense para a Conservação da Natureza
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAMMA	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
ANPEC	Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPPAS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância e Inspeção Sanitária
AP	Área Protegida
APA	Área de Proteção Ambiental
APA-TO	Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins
APDC	Associação de Plantio Direto no Cerrado
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APLAMT	Associação de Promoção do Lavrador e Assistência ao Menor de Turmalina
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
APP	Área de Preservação Permanente
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso
ASCEMA	Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Especialistas em Meio Ambiente
ASMUPIB	Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais Bico do Papagaio
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
ASSEMA	Associação Sindical dos Servidores Estaduais do Meio Ambiente
ASSIBAMA	Associação de Servidores do IBAMA
AZE	Aliança para Extinção Zero
BASA	Banco da Amazônia
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China

BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BMUB	Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRB	Banco Regional de Brasília
BRIICS	Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul
BVRio	Bolsa de Valores Ambientais
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBUC	Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CECAT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga
CEDAC	Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado
CENARGEN	Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia
CEPF	Fundo de Parcerias de Ecossistemas Críticos
CESE	Coordenadoria Ecumênica do Serviço
CFR	Casa Família Rural
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CI	Conservação Internacional
CIF	Fundos de Investimento em Clima
CIM	Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIRAD	Centro de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento
CIRAT	Centro de Referência Internacional em Água e Transdisciplinaridade
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção
CLPI	Consentimento livre, prévio e informado
CLUA	Aliança pelo Clima e pelo Uso da Terra
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CMBBC	Conservação e Manejo da Biodiversidade Vegetal do Bioma Cerrado
CNA	Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNCFlora	Centro Nacional de Conservação da Flora
CNEA	Cadastro Nacional de Entidades Ambientais
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNJI	Comissão Nacional de Juventude Indígena
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNUMAD	Conselho das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
COEQTO	Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins
COIAB	Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COMCERRADO	Rede de Ciência e Tecnologia para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONABIO	Comissão Nacional da Biodiversidade
CONACER	Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável
CONAMA	Comissão Nacional do Meio Ambiente
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONDRAF	Comissão Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPSERTÃO	Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativistas Sertão Veredas
COP	Conferência das Partes
COPALJ	Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Lago de Junco
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (EMBRAPA)
CPI	Comissão Pro-Índio
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
CSO	Organização da sociedade civil
CSTT	Ferramenta de Rastreamento da Sociedade Civil
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CTC	Central dos Trabalhadores do Campo
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CUT	Central Único dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão para o PRONAF
DEFRA	Departamento de Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais
DETER	Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real
DfID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
ECODATA	Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação
EFR	Escola Família Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMATO	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAP	Fundação de Apoio à Pesquisa
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASE	Federação de Organizações para Assistência Social e Educacional
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBDS	Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBMC	Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos

FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIP	Programa de Investimento Florestal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FORMAD	Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FSC	Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GAPAN	Grupo de Apoio aos Planos de Ação Nacional
GATI	Gestão Ambiental e Territorial Indígena
GCC	Mudança Climática Global
GCF	Fundo para Conservação Global
GDP	Produto Interno Bruto
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Mundial
GENPAC	Genética Geográfica e Planejamento Regional para Conservação de Recursos Naturais do Cerrado
GIZ	Agência de Cooperação Internacional Alemã
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
HDI	Índice de Desenvolvimento Humano
IABS	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade
IBÁ	Instituto Brasileiro de Árvores
IBA	Área Importante para Aves
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IBRACE	Instituto Brasil Central
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCA	Área Conservada Indígena e Comunitária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
ICRAF	Centro Agroflorestal Mundial
ICV	Instituto Centro da Vida
IDB	Banco Interamericano Desenvolvimento
IEF	Instituto Estadual de Florestas, Minas Gerais
IESB	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
IFC	Corporação Financeira Internacional
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
ILP	Integração Lavoura-Pecuária
ILUC	Mudança indireta no uso da terra
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPA	Índice de Pressão Antrópica

IPAM	Instituto de Pesquisa da Amazônia
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IPÊ	Instituto de Pesquisa Ecológica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEC	Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRD	Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento
ISA	Instituto Socioambiental
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
JBB	Jardim Botânico de Brasília
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
KBA	Área Chave para a Biodiversidade
LAPIG	Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento
LBA	Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia
LULUCF	Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Florestas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Bancos multilaterais de desenvolvimento
MDD	Mecanismo de Doação Dedicado
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDRyT	Ministério de Desenvolvimento Rural e Terras da Bolívia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MI	Ministério da Integração Nacional
MinC	Ministério das Cidades
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMAyA	Ministério do Meio Ambiente e Água da Bolívia
MME	Ministério das Minas e Energia
MOPIC	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MROSC	Marco Regulatório para Organizações da Sociedade Civil
MSI	Iniciativas com Múltiplas Partes Interessadas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTC	Movimento dos Trabalhadores do Campo
NAMA	Ação de Mitigação Nacionalmente Adequada
NCP	Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODA	Agência de Cooperação do Reino Unido
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGM	Organismo geneticamente modificado
ONG	Organização não-governamental

ONS	Operador Nacional do Sistema
OPAN	Operação Amazônia Nativa
OS	Organização Social
OSICIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAN	Plano de Ação Nacional
PAS	Paisagens Agrícolas Sustentáveis
PBMC	Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas
PCS	Programa Cerrado Sustentável
PFNM	Produto florestal não-madeireiro
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade
PESACRE	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PIB	Produto Interno Bruto
PN	Parque Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
POP	Poluente orgânico persistente
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPCerrado	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado
PLANAVEG	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPSB	Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PROBIO	Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RAPPAM	Avaliação e Priorização Rápida de Manejo de Áreas Protegidas
RBJA	Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental
RCA	Rede de Cooperação Amazônica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBAL	Rede Brasileira de Agendas 21 Locais
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REBIA	Rede Brasileira de Informação Ambiental
RECO	Região Ecosocial
REDD+	Redução das Emissões provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal incluindo o papel da conservação, do manejo sustentável e do aumento de estoques de carbono nas florestas
REDEPROUC	Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação
REJUIND	Rede de Juventude Indígena
RESEX	Reserva Extrativista

RIDE	Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno
RL	Reserva Legal
RMA	Rede de ONGs da Mata Atlântica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RTRS	Associação Internacional de Soja Responsável
RTS	Rede de Tecnologia Social
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAIC	Secretaria de Coordenação Institucional e Cidadania Ambiental
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SECIMA/GO	Secretaria do Meio Ambiente e Cidades, Goiás
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SEMA/BA	Secretaria do Meio Ambiente, Bahia
SEMA/DF	Secretaria do Meio Ambiente, Distrito Federal
SEMA/MA	Secretaria do Meio Ambiente, Maranhão
SEMA/MT	Secretaria do Meio Ambiente, Mato Grosso
SEMA/TO	Secretaria do Meio Ambiente, Tocantins
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SESI	Serviço Social da Indústria
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SGP	Programa de Pequenos Projetos (<i>Small Grants Program</i>)
SIN	Sistema Integrado Nacional
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMCQ	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
SMPE	Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SOSMA	Fundação SOS Mata Atlântica
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
STRLRV	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUNY	Universidade Estadual de New York
SUS	Sistema Único de Saúde
TFCA	Lei de Conservação das Florestas Tropicais
TFF	Fundação Floresta Tropical
UC	Unidade de Conservação
UF	Unidade da Federação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UHE	Usina Hidrelétrica

UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNEMAT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNI	União das Nações Indígenas
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultores Familiares e Economia Solidária
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USFS	Serviço Florestal dos Estados Unidos
WBCSD	Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável
WDPA	Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas
WLT	Fundo Fiduciário Mundial de Terras
WRI	Instituto de Recursos Mundiais
WWF	Fundo Mundial para a Natureza
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

RESUMO EXECUTIVO

A biodiversidade e suas ameaças não são distribuídas uniformemente sobre a face do planeta. As organizações de conservação procuram maximizar a eficácia dos seus recursos limitados concentrando-se sobre os lugares mais importantes, onde a ação é mais urgente e eficaz. Uma das análises para definição de prioridades mais influentes foi a identificação de “hotspots” de biodiversidade (Myers *et al.* 2000; Mittermeier *et al.* 2004), definidos como regiões que possuem pelo menos 1.500 espécies de plantas endêmicas e perderam pelo menos 70% do seu habitat natural. Há 35 hotspots no mundo todo, cobrindo 15,7% da superfície da Terra. Os habitats naturais dentro destes hotspots cobrem apenas 2,3% da superfície do mundo, mas contêm a metade de todas as plantas e 77% de todos os vertebrados terrestres. Existem dois hotspots no Brasil: a Mata Atlântica e o Cerrado. O CEPF investiu no Hotspot Mata Atlântica entre 2001 e 2010.

De acordo com a definição original, o Hotspot Cerrado, localizado no centro da América do Sul, estende-se por uma área total de 2.024.838 km², estando 99,30% no Brasil e o restante dividido entre o Paraguai (0,41%) e a Bolívia (0,29%). Esses números foram atualizados para 2.039.386 km² apenas para o bioma Cerrado no Brasil, mas não se chegou a acordo sobre a extensão do Cerrado no Paraguai e na Bolívia. Para efeitos do presente Perfil do Ecossistema, o Hotspot Cerrado foi definido como o bioma Cerrado reconhecido pelo governo brasileiro e quatro Áreas Importantes para Aves (IBAs) na Bolívia e no Paraguai, que contêm exemplos de ecossistemas de Cerrado. A área total considerada para o Hotspot Cerrado neste perfil ecossistema é, portanto, 2.064.301 km².

O Cerrado é uma das maiores e biologicamente mais ricas regiões de savana tropical do mundo (Mittermeier *et al.* 2004) e abriga comunidades biológicas altamente diversas com muitas espécies únicas e variedades. Muitas dessas espécies e variedades são endêmicas, não só para o hotspot, mas também para locais específicos dentro dele. Elas são únicas e úteis, como também constituem um ecossistema que é vital nacionalmente para o abastecimento de água e energia, controle de erosão e redução das emissões de gases de efeito estufa. Tais espécies são altamente vulneráveis à perda de habitat, caça legal e ilegal, poluição e outras pressões.

O desenvolvimento de um Perfil do Ecossistema para orientar os investimentos em cada hotspot é uma parte fundamental da abordagem do CEPF antes da concessão dos financiamentos. O processo é conduzido por grupos da sociedade civil e inclui diversas partes interessadas no desenvolvimento de uma estratégia comum desde o início. Este perfil inclui os resultados gerais de conservação, as principais ameaças, os contextos político, da sociedade civil e socioeconômico e as lacunas e oportunidades de financiamento, bem como o nicho do CEPF, as estratégias e a sustentabilidade.

O Perfil do Ecossistema lista 1.629 espécies terrestres e de água doce classificadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) como globalmente ameaçadas e pelas autoridades brasileiras ambientais como ameaçadas em nível nacional, bem como peixes raros e espécies de plantas raras. Há muitas outras espécies para as quais existem dados insuficientes para permitir uma avaliação completa do seu estado. Para muitas espécies, a melhor forma de conservação é a proteção de áreas adequadas de habitat apropriado. Por conseguinte, o perfil identifica locais importantes, conhecidos como Áreas Chave para a Biodiversidade (KBAs), onde se sabe que estas espécies ameaçadas sobrevivem. No Brasil, 761 KBAs foram identificadas usando registros da presença de

espécies ameaçadas e vulneráveis. Na Bolívia e no Paraguai, foram usadas quatro Áreas Importantes para Aves (IBAs).

Em alguns casos, a proteção de áreas discretas de habitat dentro de uma KBA não garante a sobrevivência de uma espécie, especialmente onde as espécies se dispersam amplamente sobre a paisagem ou ocorrem com densidade muito baixa. Estas grandes áreas desempenham um papel vital na garantia de conectividade entre KBAs. Ao mesmo tempo, elas também desempenham um papel importante na manutenção de funções ecossistêmicas que são essenciais para a natureza e para os meios de vida humanos no Cerrado, outros biomas e países vizinhos, ou mesmo em todo o planeta, no caso das mudanças climáticas.

A fragmentação da região exerce uma influência decisiva sobre as paisagens sociais, políticas e econômicas. A maioria dos seus 43 milhões de habitantes vive em áreas urbanas, mas em torno de 12,5 milhões ainda dependem de terras agrícolas, ecossistemas naturais e zonas úmidas. No entanto, a região passa por mudanças aceleradas. A construção da nova capital em Brasília no final dos anos 1950 intensificou o processo de ocupação da fronteira agrícola no coração do Cerrado. Na década de 1980, com a inovação tecnológica, o agronegócio expandiu rapidamente no hotspot.

As principais ameaças ao Cerrado no presente e no futuro próximo são a pecuária, as culturas anuais (principalmente soja, milho e algodão), biocombustíveis (cana-de-açúcar), carvão vegetal, fogo e silvicultura de mono-espécies. A erosão, espécies invasoras, culturas permanentes, suínos, transporte e aquecimento (local e global) também são relevantes. Isto leva a desmatamento a uma taxa de 6.000 km² por ano; até agora, o hotspot perdeu cerca de 50% de sua cobertura natural.

Apesar destes problemas, o governo nacional e os governos locais estão reconhecendo a importância dos recursos naturais da região e sua biodiversidade. O Brasil criou áreas protegidas terrestres oficiais em 8,3% do Cerrado e estabeleceu uma meta de 17% do bioma em áreas protegidas, a fim de atingir a meta de Aichi, bem como metas ambiciosas para reduzir o desmatamento e as emissões. Para reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa e manter os ciclos hidrológicos, são necessárias grandes áreas. O ideal seria manter pelo menos 50% do Cerrado, cerca de um milhão de quilômetros quadrados, com cobertura de vegetação nativa, por meio de uma combinação de conservação, uso sustentável e restauração. A criação de áreas protegidas públicas em terras privadas implica custos elevados nos casos que exigem a desapropriação de terras, especialmente quando o governo enfrenta restrições orçamentárias. A Lei Florestal também exige Reservas Legais de 35% na parte de hotspot classificada como Amazônia Legal e 20% na área restante, bem como Áreas de Preservação Permanente em topos de morro e encostas íngremes e ao longo das bordas de córregos e rios. As comunidades indígenas e tradicionais utilizam uma variedade de mecanismos para controlar e gerir seus recursos naturais. As Terras Indígenas, que são as partes mais intactas do Cerrado, estão localizadas principalmente nas franjas da Amazônia.

Muitos outros tipos de comunidades tradicionais e agricultores familiares estão onipresentes onde permanece a vegetação nativa, principalmente na porção norte do Hotspot. A forma de utilização de recursos, no entanto, mudou para uso da terra para agropecuária em larga escala. Os mecanismos formais para o planejamento e aplicação das regras sobre a exploração dos recursos naturais geralmente têm falhado em termos de obter resultados eficientes ou sustentáveis. A capacidade limitada, falta de vontade política, acompanhamento insuficiente e conflitos entre os regimes de gestão de recursos consuetudinários e formais têm conspirado

para criar uma situação na qual predomina a exploração de curto prazo e muitas vezes ilegal de recursos naturais por empresas e indivíduos oportunistas, enquanto que o uso cuidadosamente planejado e a gestão sustentável são exceções.

Para aumentar as chances de sucesso, é importante que as ações apoiadas pelo CEPF complementem as estratégias e programas existentes dos governos nacional e locais, dos doadores e das outras partes interessadas. Para este fim, antes de iniciar um programa de concessão de doações, o CEPF trabalha com as diversas partes interessadas para desenvolver um Perfil do Ecossistema para cada hotspot. O perfil descreve as espécies e locais importantes, bem como as ameaças, oportunidades e ações que já estão sendo tomadas para a conservação na região, permitindo ao CEPF identificar locais, espécies e temas prioritários para apoiar.

O Perfil do Ecossistema do Cerrado foi desenvolvido entre outubro de 2014 e outubro de 2015, por meio de um processo que envolveu a participação de mais de 170 pessoas, representando 130 instituições e empresas públicas ou privadas. Também envolveu extensa revisão da literatura e análise de vários tipos de dados, aproveitando-se a experiência de apoio às comunidades locais em toda a região do Programa de Pequenos Projetos do GEF-PNUD. Um Conselho Consultivo, composto por especialistas com diferentes conhecimentos e perfis ligados a universidades, governos, organizações da sociedade civil, instituições multilaterais e setor privado, foi convidado a fornecer orientações estratégicas para a preparação do perfil e para analisar a abordagem e os métodos assim como o documento final.

Diversos critérios, incluindo prioridades do governo, urgência, oportunidade, remanescentes de cobertura de vegetação nativa, áreas protegidas e fortalecimento de organizações da sociedade civil, foram utilizados para selecionar quatro corredores prioritários entre os 13 que foram identificados. O investimento do CEPF incidirá sobre a parte norte e leste do Hotspot, em corredores prioritários que se estendem do Maranhão ao norte de Minas Gerais no sul: Mirador-Mesas, Central de Matopiba, Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas e Sertão Veredas-Peruaçu. Dentro destes quatro corredores prioritários, investimentos locais terão como alvo 62 locais prioritários, com base numa priorização de KBAs de acordo com critérios de serviços biológicos, sócio-econômicos e ambientais.

Cada vez mais, o financiamento externo será majoritariamente dirigido ao combate às mudanças climáticas, que podem ser mitigadas mantendo-se em pé a vegetação nativa. O financiamento interno, por outro lado, poderia ser mobilizado mostrando-se como a flora e a fauna nativas do Cerrado mantêm os fluxos de água superficial e de umidade atmosférica para outras regiões ao sul, bem como partes da Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. A conscientização sobre a interdependência entre as funções ecossistêmicas e socioeconômicas da biodiversidade do Cerrado pode ser uma das principais contribuições do CEPF.

Além disso, seria fundamental investir no fortalecimento da sociedade civil e nas adequações das normas e regulamentos federais e estaduais, de modo a incorporar a conservação da biodiversidade nas políticas públicas e práticas privadas. Os investimentos do CEPF no Cerrado poderão contribuir para impactos relevantes sobre a capacidade da sociedade civil de influenciar positivamente as políticas públicas e iniciativas privadas que influem na conservação e o desenvolvimento sustentável no hotspot. Além disto, os investimentos poderão apoiar as práticas nas cadeias de produtos florestais não-madeireiros realizadas por comunidades rurais, indígenas e quilombolas. A melhor inserção no mercado dos produtos da

sociobiodiversidade cria incentivos econômicos para a conservação da biodiversidade. Ao investir em uma das regiões mais importantes do mundo para as commodities agrícolas, o CEPF também contribuirá para aumentar a eficácia e a escala de práticas sustentáveis do agronegócio.

O apoio do CEPF à criação de novas áreas protegidas públicas e privadas e à gestão eficaz daquelas já existentes também irá melhorar o status da proteção legal para as espécies criticamente ameaçadas no hotspot. Ao todo, esta estratégia, em áreas prioritárias específicas, irá alavancar uma contribuição notável para a conservação do Cerrado, como tem sido o caso para a proteção em outros hotspots ao redor do mundo.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Hotspot Cerrado

O Cerrado é o maior hotspot no Hemisfério Ocidental, cobrindo mais de 2 milhões de km² no Brasil e partes menores (cerca de 1%) da Bolívia e do Paraguai. O bioma Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, cobrindo uma área de 2.039.386 km², 24% do território do Brasil.

Reconhecido como um hotspot global de biodiversidade, o Cerrado destaca-se pela abundância de espécies endêmicas, abrigando 12.070 espécies de plantas nativas catalogadas. A grande diversidade de habitats resulta em transições notáveis entre as diferentes tipologias de vegetação. Um total de 251 espécies de mamíferos vive no Cerrado, juntamente com avifauna rica compreendendo 856 espécies. A diversidade de peixes (800 espécies), répteis (262 espécies) e anfíbios (204 espécies) também é elevada. Por essas razões, em termos biológicos, o Cerrado é considerado uma das regiões de savana tropical mais ricas do mundo (Mittermeier *et al.* 2004). Este hotspot também inclui as cabeceiras das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazonas/Tocantins, São Francisco e Prata), destacando-se, assim, a sua importância para a segurança dos recursos hídricos e da biodiversidade.

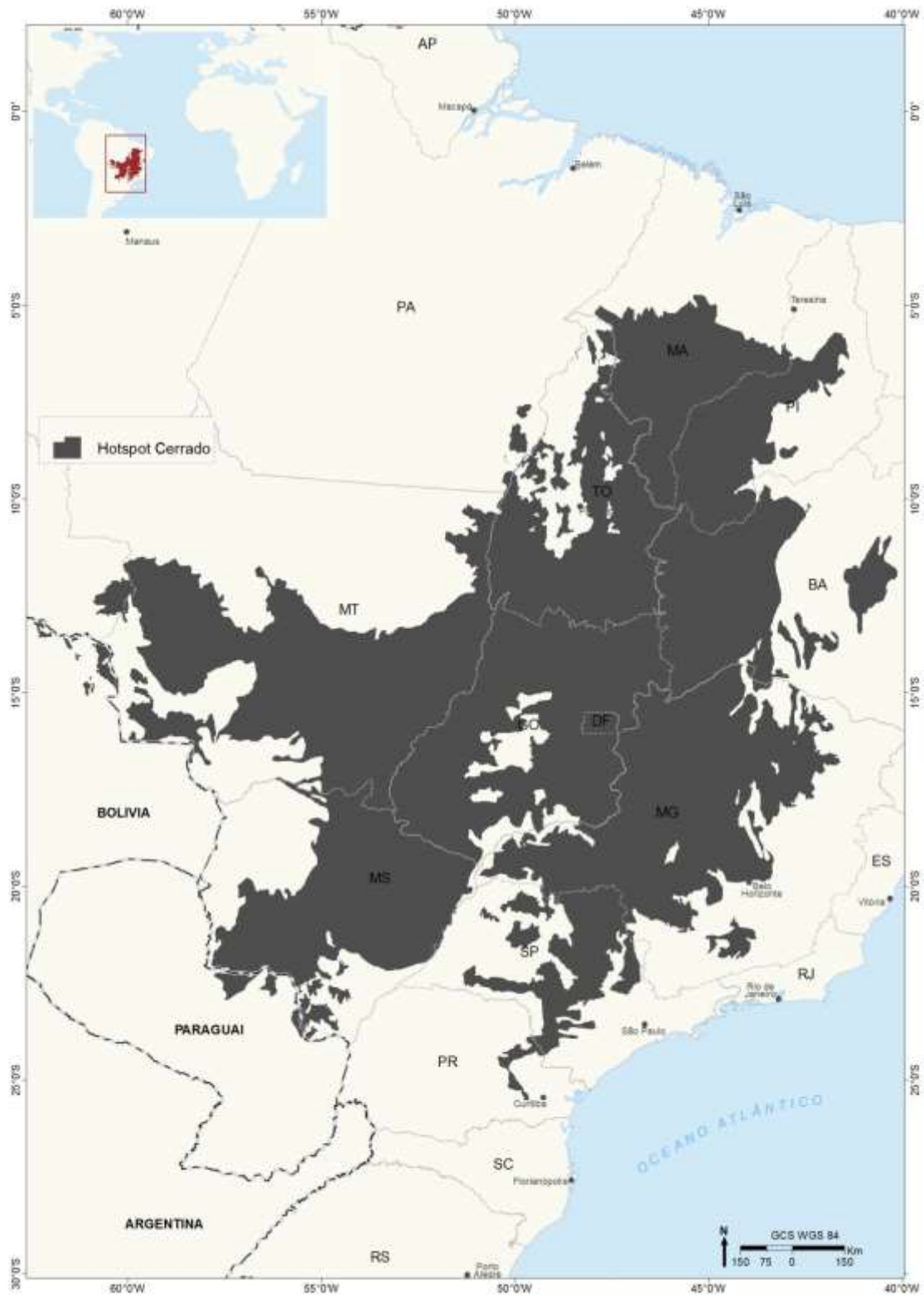
Durante a preparação deste perfil, um desafio enfrentado pela equipe foi conciliar os limites do Hotspot Cerrado (Figura 1.1) propostos por Mittermeier *et al.* (2004) e os limites oficiais do bioma Cerrado definidos pelo governo brasileiro.

Os limites originais do hotspot na Bolívia e no Paraguai cobrem áreas naturais significativas, cuja importância biológica é destacada por sua classificação como Áreas Importantes para Aves (IBA). No entanto, ao analisar essas IBAs - uma na Bolívia e três no Paraguai – fica claro que apenas uma pequena parte delas está incluída no limite do hotspot original. Outras diferenças entre os limites do hotspot e o bioma brasileiro foram notadas ao longo das fronteiras norte e sul do hotspot (a Figura 1.2 destaca as diferenças entre os limites do bioma brasileiro e os limites do hotspot).

Portanto, a fim de incluir uma área maior de análise, englobando todo o hotspot, bem como todo o bioma Cerrado, além das IBAs na Bolívia e no Paraguai, uma proposta inicial para uma nova delimitação do hotspot foi feita para a elaboração do perfil. Esta redefinição inicial dos limites do hotspot combinou o bioma Cerrado no Brasil com as quatro IBAs na Bolívia e no Paraguai (Figura 1.3).

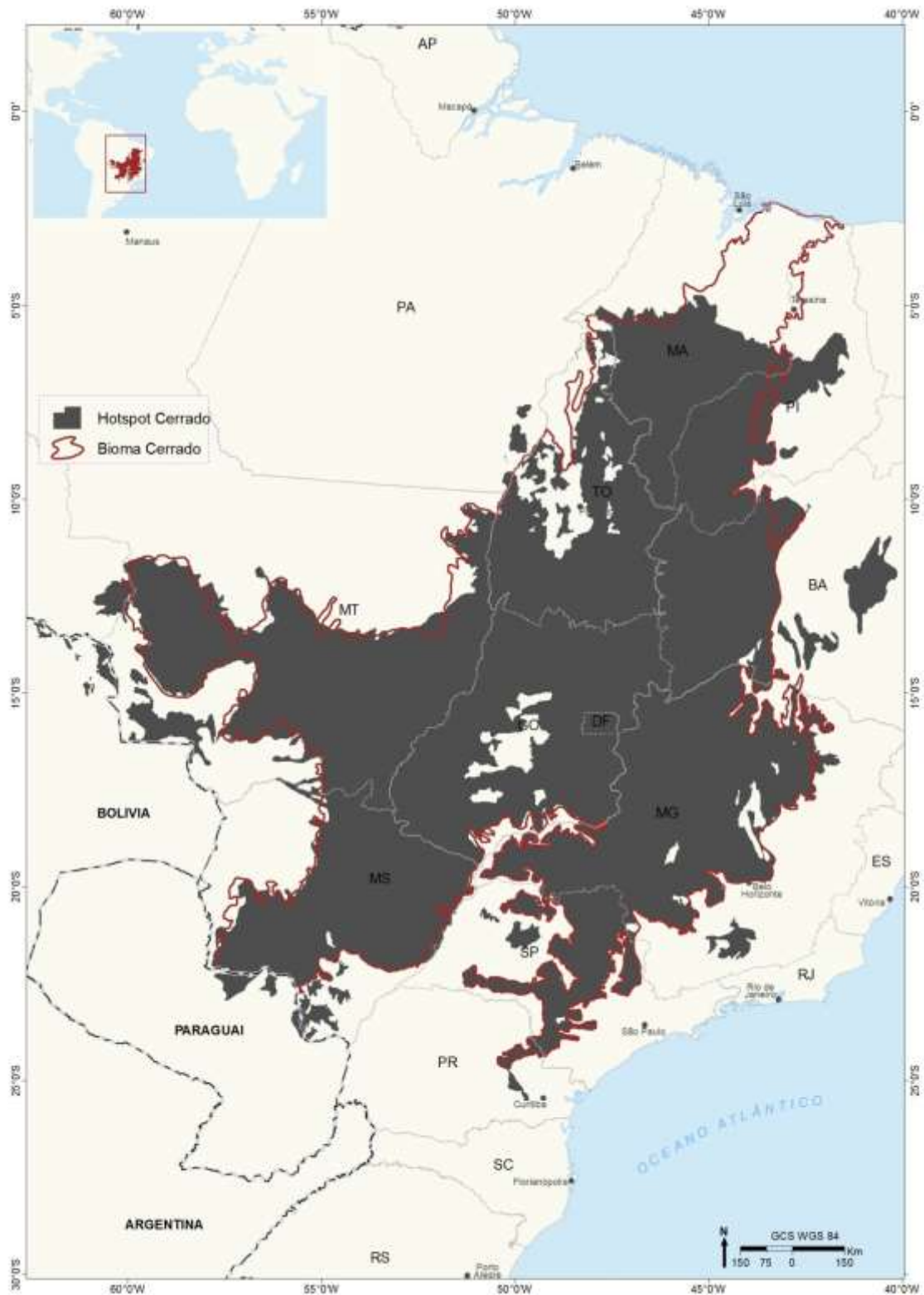
Sem dúvida, esta proposta poderá ser analisada novamente no futuro, depois de recolher mais informação e de consultar especialistas dos três países. Esta é uma das iniciativas que os investimentos do CEPF poderiam apoiar como parte da troca de experiências entre os três países.

Figura 1.1. Limites do Hotspot Cerrado Conforme Proposta Original.



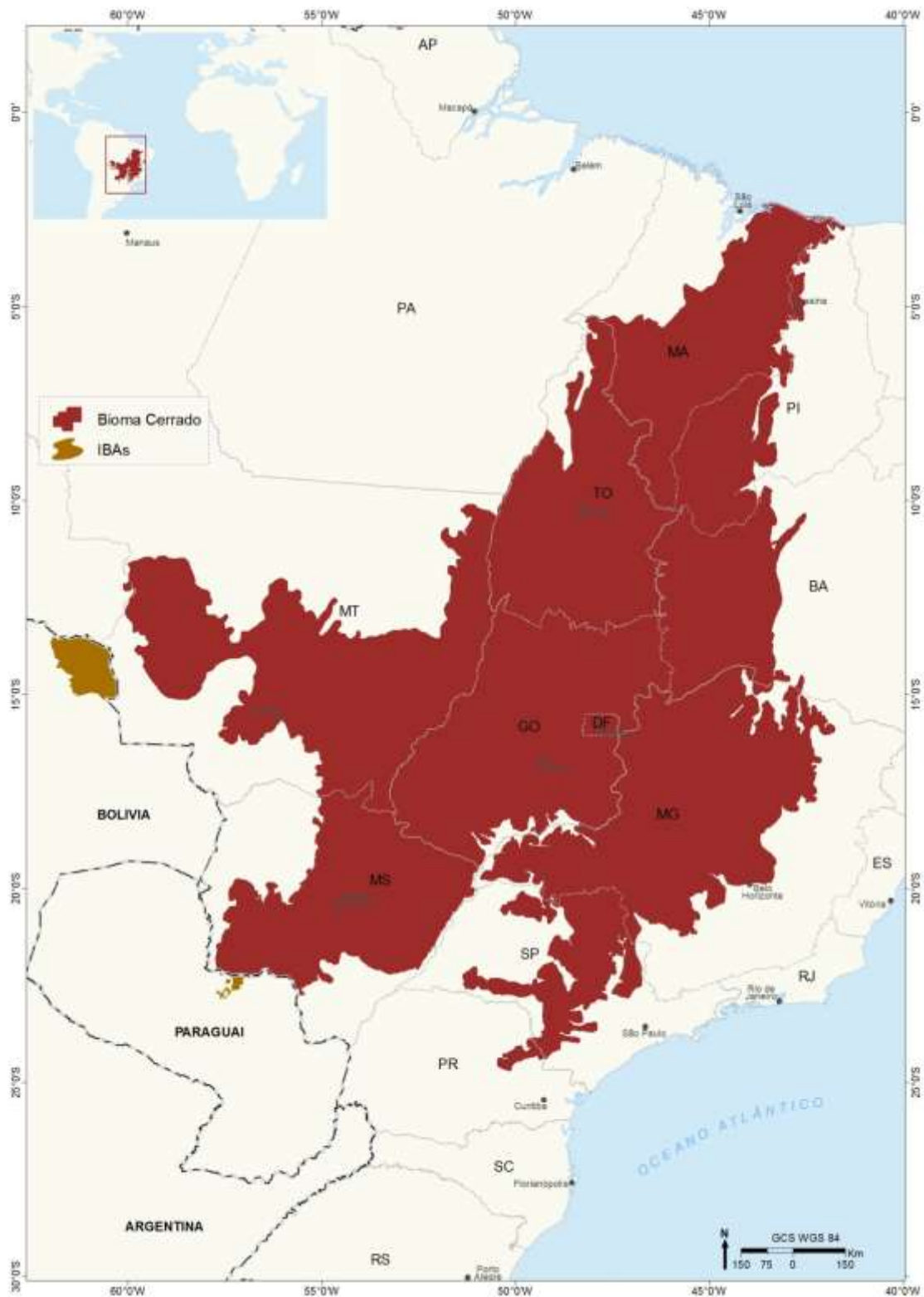
Fonte: Mittermeier *et al.* (2004).

Figura 1.2. Limites do Bioma Cerrado e do Hotspot Cerrado.



Fontes: Ministério do Meio Ambiente e IBGE (2004) para o Bioma; Mittermeier *et al.* (2004) para o Hotspot.

Figura 1.3. Novos Limites para o Hotspot Cerrado, Somando o Bioma Cerrado e as Áreas Importantes para Conservação de Aves na Bolívia e no Paraguai.



Fontes: Ministério do Meio Ambiente (2004) para o bioma e BirdLife International para as Áreas Importantes para Aves.

As dimensões dos limites originais e recém-propostos do hotspot, incluindo as áreas no Paraguai e Bolívia, são apresentadas na Tabela 1.1.

Tabela 1.1. Distribuição das Áreas de Hotspot por País (Proposta Inicial e Nova).

Proposta	Área (ha.) ^a	%
Proposta inicial da área do Hotspot Cerrado	202.483.809,57	100%
Hotspot no Brasil	201.068.328,90	99,30%
Hotspot no Bolívia	594.558,27	0,29%
Hotspot no Paraguai	820.922,13	0,41%
Proposta nova da área do Hotspot Cerrado	206.430.056,84	100%
Bioma Cerrado (pela Lei Brasileira)	204.006.553,92	98,83%
IBAs – Bolívia (BirdLife)	2.246.778,53	1,09%
IBAs – Paraguai (BirdLife)	176.724,39	0,09%

^a Estes valores podem variar em função do tipo de projeção utilizada. Aqui os números refletem um cálculo shapefile com base em uma projeção SIRGAS 2000.

Além de suas especificidades ambientais, o Cerrado também apresenta grande importância social. Muitas pessoas dependem de seus recursos naturais para sobreviver com qualidade de vida, incluindo grupos indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos e quebradeiras de coco babaçu, que são parte do patrimônio histórico e cultural do Brasil e compartilham o conhecimento tradicional da biodiversidade. Mais de 220 espécies são conhecidas para uso medicinal e muitas frutas nativas são regularmente consumidas por moradores locais e vendidas nos centros urbanos, particularmente pequi (*Caryocar braziliense*), buriti (*Mauritia flexuosa*), mangaba (*Hancornia speciosa*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), bacupari (*Salacia crassifolia*), araticum (*Annona crassifolia*) e baru (*Dipteryx alata*).

No entanto, numerosas espécies de plantas e animais estão ameaçadas ou correm risco de extinção. Estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas não são protegidas por nenhuma das áreas protegidas legais e pelo menos 345 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção (ver Seção 5.2), de acordo com as listas oficiais.

Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu com a ocupação humana. É esta combinação de condições – elevada biodiversidade e alto grau de ameaça pela perda de habitat – que fez com que esses dois biomas fossem considerados prioritários para o investimento em conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

Apesar do reconhecimento de sua importância biológica, o Cerrado conta com uma baixa porcentagem de áreas com proteção integral. Apenas 8,3% de seu território contam com alguma proteção legal. Desse total, 3,1% estão integralmente protegidos por unidades de conservação e 5,2% são áreas de uso sustentável, incluindo as reservas privadas (0,09%).

Atualmente, o Cerrado é uma das principais áreas do planeta para a produção agrícola e pecuária. Embora seja um motivo de orgulho para muitos, a expansão da fronteira também cobra seu preço: cerca da metade do bioma já foi desmatada, colocando em risco a biodiversidade rica, única e útil assim como todos os seus serviços ecossistêmicos. A pressão continua intensa por causa da expansão agropecuária de soja, carne, cana-de-açúcar, eucalipto e algodão, produtos que são essenciais para a economia nacional e para os mercados

mundiais. Como consequência, as taxas de desmatamento anuais no Cerrado são mais elevadas do que na Amazônia, onde as taxas anuais caíram e a área total já desmatada é menor. Ao mesmo tempo, a situação socioeconômica no Cerrado está longe de ser equitativa, inclusiva ou respeitosa para com a natureza. Por exemplo, o Cerrado produz atualmente 30% do Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), mas o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à média nacional. Embora as maiores áreas intactas sejam as terras indígenas, as comunidades indígenas e tradicionais sofrem pressão intensa pela expansão de lavouras e pecuária. Este hotspot precisa, portanto, de medidas urgentes para garantir a sustentabilidade ambiental e o bem-estar de sua população.

1.2 Perfil do Ecossistema do Cerrado

Entre outubro de 2014 e outubro de 2015, a Conservação Internacional-Brasil (CI-Brasil) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) uniram esforços para elaborar o presente perfil. O processo de preparação deste documento incluiu contribuições, análises críticas e recomendações de mais de 170 pessoas, entre pesquisadores, líderes comunitários e indígenas, representantes do setor privado, organizações não governamentais, autoridades governamentais e universidades ou centros de pesquisa.

Quatro oficinas foram realizadas com diferentes partes interessadas, três em Brasília e uma em São Paulo. Durante essas oficinas a equipe do perfil apresentou o CEPF para uma ampla gama de instituições nos três setores – governo, empresas e sociedade civil – e reuniu recomendações para a produção deste documento. A primeira oficina teve a participação de 55 representantes da sociedade civil. Um total de 22 representantes líderes do setor privado foi subsequentemente consultado em duas outras oficinas. A quarta oficina, em que participaram cerca de 50 pessoas de diferentes segmentos, foi crucial para rever a metodologia de sistematização e priorização de Áreas Chave de Biodiversidade (KBAs) e de corredores estratégicos, bem como para definir as direções estratégicas e prioridades de investimento para o CEPF. Além destas oficinas de consulta e planejamento estratégico, a preparação do perfil também envolveu um amplo e detalhado levantamento bibliográfico e documental, o que resultou na compilação de informações encontradas nos primeiros capítulos. Além disso, dadas as peculiaridades desse hotspot, foram propostas e aplicadas inovações nas metodologias para priorizar KBAs e definir corredores para os investimentos do CEPF..

O Perfil do Ecossistema do Hotspot Cerrado foi redigido e revisto tendo em conta os comentários dos revisores, incluindo o Secretariado e o Grupo de Trabalho do CEPF, especialistas, financiadores e autoridades governamentais. O conselho consultivo incluindo representantes de diferentes setores (sociedade civil, empresas privadas, governo, academia e instituições multilaterais, conforme apresentado no prefácio), também forneceu o seu apoio.

Como passo final para a elaboração deste perfil, uma quinta e última oficina de consulta foi realizada em meados de outubro de 2015, para validar as orientações estratégicas e as prioridades de investimento com lideranças entre as partes interessadas. É importante ressaltar que este perfil consiste em um documento público. Embora seu principal objetivo seja orientar os investimentos do CEPF em conservação da biodiversidade e recuperação do Cerrado, ele também tem como objetivo informar as melhores práticas para as iniciativas públicas e privadas. Portanto, o diagnóstico e as direções estratégicas e prioridades de investimento listadas neste documento podem e devem inspirar e orientar outros programas, bem como outros doadores.

2. ANTECEDENTES

Este capítulo descreve o processo de elaboração do Perfil do Ecossistema, incluindo a preparação deste documento, a revisão da literatura e as consultas junto às partes interessadas.

Os objetivos do Perfil do Ecossistema são fornecer uma visão geral da conservação da biodiversidade do Hotspot Cerrado, analisar as prioridades de ação e identificar formas de fortalecer as ações da sociedade civil para a conservação do Cerrado. Ao fazê-lo, estabelece um quadro estratégico para a implementação de programas de investimento do CEPF em conservação no hotspot, que terá uma duração de cinco anos, começando em 2016. O perfil também define uma agenda mais ampla de conservação na região, tendo como objetivo incentivar diversas partes interessadas a se envolver e apoiar esta agenda.

Embora o Cerrado tenha sido selecionado como um dos 25 hotspots mundiais originais (Myers 1988, 1990; Mittermeier *et al.* 2000), até recentemente recebeu pouca atenção por parte do governo brasileiro e da comunidade internacional. O outro hotspot mundial localizado no Brasil, a Mata Atlântica, foi incluído no Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) entre 1993 e 2009 e recebeu o apoio do CEPF entre 2001 e 2011. Agora que houve redução significativa do desmatamento na Mata Atlântica e na Amazônia, o Cerrado começou a receber mais atenção internacional. No entanto, ainda recebe níveis muito menores de financiamento (ver Capítulo 11).

O Perfil do Ecossistema descreve as ações de conservação da biodiversidade necessárias no Cerrado por meio da definição de resultados de conservação. Conforme descrito em detalhes no Capítulo 5, esses resultados são definidos em três níveis: espécies, locais e corredores (ou seja, paisagens). A unidade básica de análise para definir os resultados da conservação é, portanto, informação sobre locais onde as populações de espécies ameaçadas podem ser encontradas, denominadas Áreas Chaves para a Biodiversidade (*Key Biodiversity Areas - KBAs*). Para agrupar esta informação, a equipe que trabalhou no perfil na CI-Brasil revisou análises existentes, incluindo a Lista Vermelha de espécies globalmente ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e a Lista Vermelha atualizada para o Brasil e publicada em dezembro de 2014. A equipe também analisou livros publicados, relatórios e artigos que descrevem espécies e habitats no Cerrado, bem como relatórios inéditos e informações disponíveis na internet ou por meio das partes interessadas consultadas durante o processo.

O CEPF faz doações para organizações da sociedade civil, que são definidas como organizações não governamentais (ONGs), grupos comunitários, indivíduos, universidades, fundações e organizações do setor privado. As organizações governamentais são elegíveis para receber fundos do CEPF desde que esteja estabelecido em seu estatuto jurídico que são independentes de qualquer órgão do governo, que tenham autoridade para solicitar e receber fundos privados e que não possam se valer de reivindicações de imunidade soberana. Para o CEPF, entender os interesses, capacidades e necessidades da sociedade civil no Brasil é tão importante quanto a compreensão da biodiversidade do Cerrado. O ISPN conta com extensa experiência prática no trabalho com a sociedade civil no Cerrado, especialmente por ser responsável pela Coordenação Técnico-Administrativa do Programa de Pequenos Projetos (*Small Grants Program, - SGP*) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), como é conhecido no Brasil, opera no Cerrado desde

1995. O PPP-ECOS foi o único programa desse tipo no Brasil com foco geográfico no Cerrado e suas transições para a Amazônia, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica. A estratégia tem sido de promover a conservação por meio do uso sustentável da biodiversidade em paisagens produtivas sustentáveis que combinam a vegetação nativa e a agricultura. A iniciativa tem sido importante para sistematizar o conhecimento e as lições aprendidas até agora sobre o empoderamento das comunidades locais, a sustentabilidade de suas organizações ao longo do tempo (capacidade de evitar a dependência das comunidades e participar nos diálogos de política pública e na formulação de políticas), o estabelecimento de controles adequados etc. A experiência do Programa Piloto e do SGP, que apoiou mais de 400 projetos no Cerrado desde 1995, faz com que seja possível tirar proveito das lições aprendidas e empreender uma ação eficaz para cumprir as expectativas sobre formas de combinar conservação e desenvolvimento. Isso também é o caso de outras experiências, tais como planos, programas e políticas públicas de conservação, assim como os esforços internacionais tais como o CEPF ao longo dos anos, incluindo o financiamento para a Mata Atlântica no Brasil. O Capítulo 8 se beneficiou em muito desta análise.

Durante 2014 e 2015, foram realizadas consultas com um amplo leque de atores da sociedade civil, do governo, do setor privado e da academia. Em julho de 2014, representantes de organizações comunitárias responderam a um inquérito realizado durante o Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. Em 2015, foram organizadas oficinas específicas com a sociedade civil (31 de março e 1 de abril), o setor privado (15 de abril e 16 de junho) e o governo, ambientalistas e pesquisadores (10-11 de junho), bem como uma oficina final em 14-15 de outubro. Também foram realizadas reuniões individuais com diversas partes interessadas, com uma participação total de cerca de 170 pessoas. Embora o CEPF faça doações para a sociedade civil, o governo desempenha um papel fundamental na conservação e é sempre um parceiro em seus esforços. Representantes governamentais participaram das oficinas e de muitas reuniões individuais. O Ponto Focal Operacional para o GEF-Brasil foi convidado, assim como representantes dos doadores globais do CEPF, autoridades federais e estaduais de meio ambiente, conservação e desenvolvimento, povos indígenas e organizações do setor privado.

Cerrado, especialmente na biblioteca do ISPN. Parte da vasta bibliografia está listada na seção de referências. A documentação consultada inclui os resultados de vários processos participativos, tais como: o Tratado do Cerrado (1992), a oficina de definição de prioridades de conservação realizada pelo Programa Nacional para a Proteção da Biodiversidade (PROBIO) (1998); relatórios do projeto sobre Conservação e Manejo da Biodiversidade Vegetal do Bioma Cerrado (1996-1999); Princípios da Rede Cerrado (1999); Programa Cerrado Sustentável (2004); primeira revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação do Cerrado (2006); Plano Científico da Rede de Ciência e Tecnologia para a Cooperação, Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (COMCERRADO) para 2008-2011 (2007); Seminário sobre Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade do Cerrado (2007); Seminário de Planejamento da COMCERRADO (2008); IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado (2008); análises de entraves regulatórios (2010); segunda revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação do Cerrado (2011); Seminário sobre o Cerrado do Serviço Florestal Brasileiro (2014); Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) (2014) e os resultados dos Encontros e Feiras Nacionais dos Povos do Cerrado (2000-2014). Os resultados dos processos participativos em relação ao Cerrado foram compilados para discussão na primeira oficina (Sawyer 2015).

A Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), que faz parte do sistema de governança, foi o principal fórum consultado pelo PPCerrado na execução de sua estratégia. A CONACER inclui representantes de diferentes setores da sociedade: setor produtivo, governos, grupos indígenas, sociedade civil organizada e movimentos sociais. A sociedade civil, sob a liderança da Rede Cerrado, tem assento na CONACER.

Uma das lições importantes do processo é que, enquanto persistem muitas lacunas nos dados sobre a biodiversidade na região, há também uma grande quantidade de dados, publicados e não publicados, nos arquivos de organizações de conservação, universidades, cientistas individuais, empresas, órgãos governamentais e observadores amadores. Este perfil é uma das primeiras tentativas de cotejar os dados em um único lugar e torná-los disponíveis para os conservacionistas, tomadores de decisão e outras partes interessadas da região. Há necessidade de atualizar regularmente a análise das áreas prioritárias para conservação na medida em que novas informações venham à luz, conforme mostrado nos capítulos 5 e 13.

O processo de consulta para o Perfil do Ecossistema demonstrou que este hotspot conta com importantes políticas públicas em andamento, uma complexa rede de instituições e uma grande variedade de projetos e programas de campo atuantes em diferentes contextos, trabalhando com várias escalas e categorias de apoio financeiro. O Cerrado também conta com grupos de pesquisadores que produzem informação científica de alta qualidade. Seu setor privado é forte, incluindo agricultores e pecuaristas de pequeno e grande porte, cooperativas e empresas de agronegócio, muitos dos quais estão interessados em parcerias e alianças para encontrar e implementar novas abordagens e ações para a promoção de paisagens sustentáveis. Essas instituições, que se complementam entre si, oferecem o potencial de fornecer meios eficientes para transformar suas ações de conservação locais e regionais em políticas e práticas. Os resultados do processo de consulta para o perfil forneceram uma forte base sobre a qual foi possível construir uma estratégia global de longo prazo para a conservação e uso sustentável do Cerrado, como descrito em detalhe nos próximos capítulos.

3. IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA DO HOTSPOT

O Cerrado, além de ser uma das savanas tropicais mais ricas do mundo em termos de biodiversidade (Mittermeier *et al.* 2004), é também uma das mais singulares em termos de patrimônio biológico, produção agrícola e recursos hídricos (Scariot *et al.* 2005). O Cerrado é semelhante às savanas arbóreas em outros países sul-americanos, como o Chaco e a Chiquitania na Bolívia e no Paraguai, os *llanos* na Colômbia e no Equador e os pampas no Uruguai e na Argentina, bem como as savanas em partes da África, da Ásia e da Austrália. Cobrindo uma área do tamanho do México, está localizado no centro do continente sul-americano.

A importância biológica da região tornou-se mais evidente quando, juntamente com 34 outras regiões do mundo, foi escolhida como um dos 35 hotspots de biodiversidade, ou seja, uma das regiões com maior diversidade de espécies de plantas endêmicas, associada com elevadas taxas de degradação do habitat natural (Myers 2000; Mittermeier *et al.* 2004). As paisagens complexas e a biodiversidade características do Cerrado vêm sendo lentamente reveladas e documentadas por pesquisadores e comunidades tradicionais.

A importância biológica do Cerrado e os vários impactos ambientais positivos e negativos aos quais está sujeito só podem ser entendidos no contexto mais amplo do Brasil e dos países vizinhos da América do Sul (Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Com uma área de 8,5 milhões de km², o Brasil é o quinto maior país do mundo, o maior da América do Sul e o terceiro maior das Américas, depois do Canadá e dos Estados Unidos. O país apresenta uma variedade de paisagens, incluindo serras costeiras, o planalto central, uma grande região semi-árida, florestas tropicais, zonas úmidas e campos naturais, as quais são divididas em seis biomas: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Amazônia, Pantanal e Campos Sulinos (Pampas). A Caatinga e o Cerrado são sub-úmidos, sendo ecologicamente semelhantes uma vez que passam por longos períodos de seca e possuem algumas florestas densas e muita cobertura herbácea. O Cerrado é contíguo e intimamente vinculado com o Pantanal e com áreas de Chaco e Chiquitania da Bolívia e do Paraguai.

3.1 História e Geografia

O Cerrado é a maior região de savana tropical da América do Sul, incluindo uma grande parte do Brasil central e pequenas partes do nordeste do Paraguai e leste da Bolívia (Silva e Bates 2002). O Cerrado compartilha fronteiras com outros quatro biomas brasileiros: ao norte, encontra-se com a Amazônia; para o leste e nordeste, com a Caatinga; para o leste e sudeste, com a Mata Atlântica; e ao sudoeste, com o Pantanal. O Cerrado está no centro de uma grande variedade de formações 'abertas', entre a Caatinga no norte e o Pantanal e do Chaco a sul e oeste, separando as florestas tropicais densas da América do Sul, ou seja, a Amazônia e a Mata Atlântica. Nenhum outro bioma sul-americano possui tantas penetrações e zonas de contato biogeográfico, permitindo o intercâmbio de fauna e flora com outros hotspots e grandes regiões naturais.

Com uma área total de aproximadamente 2.060.000 km², o Hotspot Cerrado localiza-se principalmente no Brasil, onde ocupa uma área de 2,04 milhões de km², ou 24% do território brasileiro. O Cerrado no Paraguai (1.767 km² do hotspot) ocupa o nordeste da região oriental do país, na fronteira com o Brasil, e no extremo norte da região Oeste, na fronteira com a Bolívia (Spichiger *et al.* 2011). Na Bolívia (com 22.478 km² do hotspot), o Cerrado se expressa em maior extensão e diversidade, especialmente em áreas a leste do país, no

Departamento de Santa Cruz, na região denominada Cerrado Chiquitano, que faz fronteira em alguns pontos com os estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Wood 2011).

No Brasil, a área nuclear do Cerrado abrange o Distrito Federal (Brasília) e partes de dez estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, em um total de 1.408 municípios. Há também enclaves isolados do Cerrado em outras regiões do país, em Roraima, Amapá, sul do Amazonas, oeste do Pará, parte central de São Paulo e norte do Paraná. Há ilhas de vegetação de Cerrado em outros biomas.

A extensa distribuição espacial do Cerrado é vista como um resultado de climas mais secos no passado que podem ter favorecido a dispersão deste tipo de cobertura vegetal (Henriques 2005). A hipótese de distribuição no Pleistoceno de áreas separadas de Cerrado é baseada na similaridade florística encontrada em áreas de Cerrado não adjacentes e nos baixos níveis de endemismo de espécies em áreas não adjacentes, especialmente na Amazônia.

Estudos realizados por Salgado-Labouriau (2005) revelam uma série temporal de tipos de plantas e sua extensão relativa, bem como sinais de climas passados e da idade do Cerrado, com base em análises paleo-ecológicas, incluindo amostras de sedimentos de pólen e de esporos de fungos e microalgas no Brasil Central, como também fora da área central do Cerrado. Os resultados desses estudos indicam a presença de ecossistemas de Cerrado no Brasil Central há mais de 36.000 anos. Um período de seca começou há 22.000 anos, atingiu um pico entre 14.000 e 10.500 anos atrás e durou até 7.000 anos atrás. O clima voltou a um estado semi-úmido há apenas 5.000 anos. Estudos biogeográficos da fauna do Cerrado, principalmente de aves (Silva e Bates 2002) e lagartos (Werneck *et al.* 2009), confirmam a análise do Salgado-Labouriau, ou seja, a diferenciação geográfica neste hotspot é mais antiga do que o inicialmente imaginado.

Os solos do Cerrado são relativamente planos, profundos e bem drenados, mas caracterizam-se por baixa fertilidade, alta acidez e saturação por alumínio. Eles podem se tornar adequados para a agricultura usando-se cal para ajustar a sua acidez e fertilizantes, especialmente nitrogênio e fósforo, para aumentar sua fertilidade.

O contraste entre altitudes mais baixas, de menos de 300 metros, e vastos planaltos situados entre 900 e 1.600 metros, combinado com a ampla distribuição latitudinal, resulta em uma ampla gama de ambientes. O clima tropical do Cerrado é caracterizado por uma longa estação seca, com pouca ou nenhuma precipitação entre maio e outubro. As temperaturas médias anuais variam entre 22°C e 27°C. A precipitação média anual varia entre 600 e 2.000 mm. em um clima classificado como tropical chuvoso (Ribeiro e Dias 2007). Recentemente, a estação chuvosa tem começado mais tarde e as chuvas tornaram-se mais torrenciais (ver Capítulo 10). A precipitação varia entre 600 e 800 mm. em áreas adjacentes à Caatinga e entre 2.000 e 2.200 mm. mais perto da Amazônia.

Além dos aspectos climáticos e contatos com ecossistemas vizinhos, a biodiversidade do Cerrado está associada com a altitude e a topografia (Silva e Bates 2002; Nogueira *et al.* 2010a; Vallejo 2011). Atualmente, a área central do Cerrado consiste de vastos planaltos com estruturas complexas entre 300 e 1.600 metros de altitude, separados por uma rede de depressões periféricas ou entre planaltos (Ab'Saber 2003). Esta variação geomorfológica ajuda a explicar os gradientes de cobertura vegetal na região. Os platôs (500 a 1.600 metros)

são geralmente planos e cobertos por Cerrado stricto sensu. Depressões periféricas (100 a 500 metros), embora planas, com elevações residuais, são muito mais heterogêneas, com diferentes tipos de vida vegetal, como cerrados, florestas mesófilas e extensas matas ciliares formando faixas estreitas com textura fina ao longo dos cursos d'água (Silva e Santos 2005).

No Cerrado, a fauna e a flora de biomas vizinhos são encontradas principalmente em matas ciliares, que cobrem menos de 10% do hotspot, e em florestas sazonais (florestas secas), que são limitadas a depressões entre platôs (Silva e Santos 2005). Oliveira-Filho e Ratter (1995) indicam que várias espécies de plantas de ambientes florestais no Cerrado estão distribuídas ao longo de um arco de noroeste a sudeste, desde a Floresta Amazônica à Mata Atlântica, cruzando a rede de florestas associadas a cursos d'água. Os pântanos e as matas de galeria compartilham características florísticas com a Mata Atlântica e as florestas secas. As florestas decíduas estacionais têm traços florísticos comuns com árvores da Caatinga e das florestas semi-decíduas da Mata Atlântica do Sudeste. Felfili *et al.* (2005) apontam que as florestas sazonais em formações calcárias espalhadas por todo o Cerrado, especialmente no Vale do Paranã, em Goiás, abrigam flora e fauna também encontradas na Caatinga, Chiquitania e Chaco.

Os intercâmbios bióticos desempenharam um papel importante no estabelecimento da diversidade regional da fauna do Cerrado (Silva e Santos 2005; Valdujo 2011). A avifauna de outros biomas, como da Mata Atlântica, é encontrada principalmente nas matas de galeria e florestas secas. No Cerrado, os corredores ripários são, portanto, essenciais para o fluxo permanente de populações e espécies entre os biomas adjacentes. Como no caso das aves, a composição de espécies de anfíbios no Cerrado também é largamente influenciada pelos contatos com os maiores biomas da América do Sul: Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga e Chaco (Valdujo 2011). Espécies de anfíbios que compartilham populações com outros biomas não coexistem com espécies de outros biomas vizinhos, ou seja, uma espécie encontrada tanto no Cerrado como na Mata Atlântica não coexiste com espécies encontradas tanto no Cerrado como na Amazônia.

3.2 Ecossistemas e Cobertura Vegetal

Embora existam muitas gradações e interpenetração de textura fina de pequenas áreas com diferentes tipos de vegetação no Cerrado, os habitats terrestres e os ecossistemas neste hotspot podem ser divididos em três grandes categorias: florestas, savanas e campos (como descrito abaixo). Além disso, há muitos riachos, rios, lagos e lagoas de água doce, com grande variação sazonal no volume de água.

O Cerrado é constituído por uma grande variedade de formas de vegetação, que conferem grande heterogeneidade ambiental. Henriques (2005) acredita que a forma, dinâmica e a ocorrência de fitofisionomias (isto é, formas gerais ou aparências de plantas) no Cerrado são determinadas pela história da região, seu solo (profundidade e disponibilidade de água) e a presença ou ausência de fogo. Cada tipo de fisionomia desenvolve-se de acordo com as interações entre fatores edáficos (solo, água, nutrientes), resultando em diferentes estágios finais de sucessão. A influência do fogo na dinâmica fitofisionômica no Cerrado constitui também um importante fator histórico para a paisagem, já que estudos na região mostram uma série de modificações na estrutura da vida vegetal submetida a esse tipo de interferência (Henriques 2005; Lima *et al.* 2009). Atualmente, o Cerrado apresenta uma maior frequência de incêndios do que no passado devido a atividades antrópicas, que podem alterar o gradiente fitofisionômico.

A vida florística no Cerrado conta com fisionomias que incluem um grupo de savanas que variam desde formações vegetais esparsas, com poucas árvores e arbustos, tais como campos limpos, até formações florestais, como o Cerradão, que possui cobertura vegetal densa e estratos arbóreos predominantes (Ribeiro e Dias 2007). O Cerrado stricto sensu, que possui cobertura vegetal típica de savana, é a fitofisionomia mais abundante neste hotspot (Eiten 1972). As gramíneas, por sua vez, estão presentes em todas as fitofisionomias, especialmente as formações de campo.

Ribeiro e Dias (2007) propõem 11 tipos fitofisionômicos para o Cerrado: (a) formações de florestais (matas ciliares, matas de galeria, matas secas e cerradão), (b) formação savânicas (Cerrado stricto sensu, parques Cerrado, palmeirais e veredas); (c) formações campestres (campos sujos, campos rupestres e campos limpos). Os critérios para diferenciar tipos fitofisionômicos no Cerrado são baseados em estrutura, formas dominantes de crescimento e mudanças sazonais e ambientais, em particular as alterações edáficas, além da composição florística.

3.2.1 Formações Florestais

As formações florestais no Cerrado incluem tipos de plantas com predominância de espécies de árvores e formação de dossel. As matas ripárias (com dossel aberto ao longo de córregos e rios) e matas de galeria (matas ciliares com dossel fechado sobre a água) podem ocorrer em terrenos bem ou mal drenados. As matas secas e o cerradão aparecem em interflúvios, em terrenos bem drenados. As árvores do Cerrado são tipicamente torcidas e possuem casca e folhas grossas a fim de sobreviver à estação seca e aos incêndios frequentes. No total, as florestas cobrem 32% das áreas naturais do hotspot.

3.2.2 Formações Savânicas

As formações savânicas no Cerrado incluem principalmente o Cerrado stricto sensu, terras de parque Cerrado, palmeirais e veredas. O Cerrado stricto sensu é caracterizado por estratos definidos arbóreos e arbustivo-herbáceos, com árvores distribuídas aleatoriamente sobre o terreno com diferentes densidades. Em terras de parque Cerrado, as árvores estão concentradas em locais específicos chamados ‘murundus’, com 0,1-5,0 metros de altura e 0,2-2,0 metros de diâmetro. As veredas marcam presença de uma única espécie de palmeira, buriti (*Mauritia flexuosa*), cercada por terrenos arbustivo-herbáceos característicos, permanentemente alagados, muitas vezes atravessados por um curso de água. Nos palmeirais, que podem ser encontrados em áreas bem ou mal drenadas, há maior densidade e predominância de espécies de palmeiras tais como *Acrocomia*, *Attalea* e *Syagrus*. As formações savânicas cobrem 61% das áreas naturais do hotspot.

3.2.3 Formações Campestres

Os campos sujos são caracterizados por arbustos e sub-arbustos espalhados no estrato herbáceo. Os campos limpos possuem uma ocorrência insignificante de arbustos e sub-arbustos. Os campos rupestres são mosaicos complexos de vegetação influenciada pelo relevo e pela história geológica antiga, mostrando diferentes tipos de vegetação herbácea e arbustiva sobre afloramentos rochosos, solos pedregosos a arenosos, pântanos de turfa e outras fisionomias de transição (Fernandes *et al.* 2014). Estas formações de campo cobrem 7% das áreas naturais do hotspot. As gramíneas nativas possuem tipicamente cerca de 30 cm de altura. Elas sobrevivem à estação seca, mas tornam-se demasiado secas para forragem. Em

muitos casos, as pastagens antigas sofrem regeneração que as transformam em capoeira ou juquira.

A avaliação da flora do Cerrado em suas diferentes fitofisionomias realizada por Walter (2006) mostra que as formações savânicas são mais ricas em espécies, seguida por formações florestais e campestres, respectivamente. Este estudo também mostra que a maioria das interpenetrações de flora ocorre entre savanas e campos, seguindo-se florestas e savanas e, de forma menos significativa, florestas e campos. As maiores semelhanças na composição das espécies de flora encontram-se entre Cerrado stricto sensu e campos sujos e entre estas e os campos limpos.

Com base em estudos sobre a flora desde os anos 1990, Ratter *et al.* (2011) identificaram padrões de distribuição das espécies e indicaram pelo menos sete subdivisões geográficas florísticas para o hotspot:

- i. Sudeste, um grupo distinto composto de partes de São Paulo, Paraná e sul de Minas Gerais;
- ii. Centro-sudeste, com partes de Brasília, partes vizinhas de Goiás, sudeste e parte central de Minas Gerais;
- iii. Norte-nordeste, com partes do extremo norte de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí e Tocantins e parte do Pará, junto à fronteira com o Tocantins;
- iv. Centro-oeste, com áreas distribuídas ao longo de uma extensa faixa cruzando os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará;
- v. Áreas muito dispersas com fortes traços mesotróficos (solos de fertilidade intermediária na paisagem do Cerrado), sendo um grupo particularmente ubíquo em Mato Grosso do Sul;
- vi. Áreas mesotróficas na borda ocidental distante, formando um grupo em Rondônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; e
- vii. Savana Amazônica em Roraima e Amapá.

A maior similaridade florística foi identificada entre o Centro-sudeste e o Centro-oeste. O grupo Savana Amazônica apresentou a maior diferenciação florística comparado com os outros. A análise mostrou que mais da metade das 951 espécies registradas no estudo ocorrem em apenas um dos grupos florísticos, enquanto apenas 37 espécies são comuns a todos os grupos. A avaliação por Ratter e colaboradores também mostrou que áreas periféricas de Cerrado apresentam índices de diversidade de espécies de plantas iguais ou maiores do que, em algumas áreas, aqueles em locais principais do hotspot.

O alto grau de heterogeneidade no Cerrado também é encontrado na diversidade de paisagens neste hotspot. Barroso *et al.* (2012) identificaram 214 paisagens do Cerrado. Cada paisagem foi analisada por meio do cruzamento com o mapa de fisionomias (sazonais, formações florestais savânicas e estepes ou cobertura vegetal *chaqueña*) definidas de acordo com o Manual Técnico Brasileiro de Cobertura Vegetal, resultando em 495 ecossistemas.

3.3 Diversidade de Espécies Endêmicas

O conhecimento sobre a biodiversidade do Cerrado evoluiu significativamente na última década. No entanto, muitas lacunas que ainda existem sugerem que maiores investimentos são necessários em inventários e estudos para diferentes grupos biológicos (Marinho-Filho *et al.* 2010). Uma pesquisa recente mostrou que, entre 1998 e 2008, 1.300 novas espécies de

vertebrados foram descritas por cientistas no Brasil (Cavalcanti *et al.* 2012). Destes, 347 espécies de vertebrados foram encontrados em locais de Cerrado, sendo 222 novas espécies de peixes, 40 anfíbios, 57 répteis, 27 mamíferos e um pássaro. Estes números reveladores reforçam a relevância biológica colossal do Cerrado.

Alguns grandes mamíferos icônicos ocorrem no Cerrado. A superordem *Xenarthra* é um grupo de mamíferos placentários só encontrado nas Américas e representado por tamanduás (*Myrmecophagidae*), preguiças de três dedos (*Bradypodidae*) e tatus (*Dasypodidae*) (Redford 1994). Os *xenartros* são uma parte importante da fauna de mamíferos do Cerrado. *Dasypodidae* é a família mais ampla da superordem *Xenarthra*, ocorrendo a partir dos Estados Unidos da América para a Argentina (Emmons 1999). No Brasil, dez espécies de tatu foram registradas, enquanto o Cerrado deverá abrigar oito espécies de tatu (Anacleto 2007).

O tatu-canastra (*Priodontes maximus*) é o membro mais impressionante da fauna de tatus do Cerrado. A espécie apresenta uma ampla área de distribuição, mas é rara em toda a sua ocorrência, que é muito desigual (Anacleto *et al.* 2014). É classificada como ‘vulnerável’ na Lista Vermelha Brasileira e na Lista Vermelha da IUCN. É um escavador extremamente poderoso e altamente fossorial (adaptado à vida subterrânea) e é provavelmente o mais *myrmecophageo* (com comportamento alimentar definido pelo consumo dos referidos tipos de insetos) dos tatus: foi registrado que se alimenta quase exclusivamente de formigas e cupins. É em grande parte noturno, o que combinado com os seus hábitos fossoriais o torna difícil de encontrar (Redford 1994).

No Brasil Central, os tamanduás parecem ser dependentes de florestas de galeria, adentrando-se para beber ou dormir. Os tamanduás dormem na floresta ou na pastagem aberta. O tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) é geograficamente espalhado (Miranda *et al.* 2014) e pode ser encontrado em muitos tipos de habitats diferentes, desde a floresta tropical até as pastagens, mas provavelmente atinge suas maiores densidades no Cerrado e na vegetação campestre. Tem havido muitos registros de extirpação de população. Fora do Cerrado, esta espécie parece ser regionalmente extinta ou, pelo menos, criticamente em perigo em vários estados do sudeste do Brasil (Bergallo *et al.* 2000; Chiarello *et al.* 2007; Cherem *et al.* 2004; Mikich e Bérnils 2004; Fontana *et al.* 2003.). A especificidade da dieta, as baixas taxas reprodutivas e o grande tamanho do corpo, juntamente com as ameaças à degradação do habitat em muitas partes de sua ocorrência, mostraram-se fatores significativos em seu declínio. Por causa das ameaças reais a esta espécie e os declínios notáveis, uma avaliação de precaução ‘vulnerável’ consta das Listas Vermelhas do Brasil e da IUCN. Mais dados e monitoramento das populações são necessários para esta espécie, e uma reavaliação é recomendada logo que a informação adicional se torne disponível.

Outro grande mamífero icônico encontrado no Cerrado é o guará (*Chrysocyon brachyurus*) ou lobo-guará. É o maior canídeo sul-americano, com peso entre 20 e 30 kg. (Rodrigues *et al.* 2014; Rodden *et al.* 2004). É amplamente distribuído na vegetação aberta da América do Sul, principalmente no Cerrado do Brasil Central (Rodden *et al.* 2004). A população atual de lobos-guará é estimada em cerca de 17.000 indivíduos maduros (≥ 2 anos de idade), com a maioria da população ($> 90\%$) no Brasil (Cunha de Paula e DeMatteo 2015). O lobo-guará está classificado como ‘quase ameaçado’ na Lista Vermelha da UICN (Cunha de Paula e DeMatteo 2015), mas figura como ‘vulnerável’ na Lista Vermelha Brasileira, principalmente devido à fragmentação do habitat e ao maior risco para a conservação da espécie. Além da redução estimada da população proveniente do desmatamento, a espécie também está sujeita a outras ameaças, incluindo atropelamentos, perseguição direta por seres humanos e doenças

devido ao contato com animais domésticos. Em outros países (Argentina, Paraguai e Bolívia), o estado da espécie é ainda mais precário, com pequenas populações isoladas e números em declínio devido à baixa qualidade do habitat e à caça. Os lobos-guará são canídeos generalistas, com uma dieta ampla, e consomem a maior parte dos alimentos de acordo com a sua disponibilidade no habitat. Esta flexibilidade de dieta permite que os lobos-guará se adaptem bem a alguns habitats humanos alterados, onde eles consomem grandes quantidades de frutas cultivadas (Rodrigues *et al.* 2014). No entanto, os lobos-guará podem ser seletivos em relação a alimentos, principalmente no período seco, o que provavelmente constitui um elemento-chave na manutenção de suas populações no Cerrado do Brasil.

No século passado, a onça-pintada (*Panthera onca*) poderia ser encontrada desde o sul dos Estados Unidos até o centro-sul da Argentina e Uruguai (Hoogesteijn e Mondolfi 1992). Desde então, a sua distribuição geográfica foi reduzida drasticamente, estimando-se que cerca de 50% da sua distribuição original foi perdida (Sanderson *et al.* 2002). Apesar dessa ampla distribuição, estima-se que o tamanho efetivo da população seja menos de 10.000 indivíduos, com menos de 250 indivíduos no bioma Cerrado (Morato *et al.* 2013). A onça-pintada ocupa aproximadamente 32% do Cerrado, mas esta subpopulação está fragmentada, sem se compor necessariamente de indivíduos isolados (Morato *et al.* 2013). As principais ameaças são a perda e a fragmentação do habitat, associadas principalmente à expansão agrícola, a eliminação de indivíduos por caça e a retaliação e diminuição da abundância de espécies que servem como presas como resultado das atividades humanas. A onça-pintada é classificada como ‘vulnerável’ na Lista Vermelha Brasileira e ‘quase ameaçada’ na Lista Vermelha da IUCN.

Estima-se que o Cerrado contenha aproximadamente 12.000 espécies de plantas, 34,9% (4.208) das quais são endêmicas (Forzza *et al.* 2012; Tabela 3.1). O Cerrado contém 13,4% de todas as espécies de plantas na região neotropical e 1,5% de todas as espécies de plantas do mundo. Felfili e Silva Júnior (2005) chamam a atenção para o tamanho diferenciado de populações de espécies de flora em todo o Cerrado. As espécies comuns em muitas áreas são, em geral, abundantes em uma área e raras em outras. Assim, a densidade de espécies é também uma variável importante para a tomada de decisão sobre a conservação e manejo do Cerrado.

Tabela 3.1. Diversidade, Endemismo e Ameaças à Extinção de Espécies de Plantas e Vertebrados no Cerrado.

Grupo Biológico	Espécies	Espécies Endêmicas	Endemismo %
Plantas	12.070	4.208	34,9
Vertebrados	2.373	433	18,2
Peixes	800	200	25,0
Anfíbios	204	72	35,3
Répteis Squamata	262	99	37,8
Pássaros	856	30	3,5
Mamíferos	251	32	12,7
Total	14.443	4.641	32,2

Fontes: Mittermeier *et al.* (2004); Nogueira *et al.* (2010); Valdujo (2011); Cavalcanti *et al.* (2012); Forzza *et al.* (2012); Paglia *et al.* (2012).

Além de plantas, 2.373 espécies de vertebrados terrestres e aquáticos foram registradas para o Cerrado, 433 (18,2%) das quais são restritas (endêmicas) para a região (Tabela 3.1). Répteis *squamata* (lagartos, serpentes e *amphisbaenia* ou ‘lagartos minhoca’) se destacam, com 38% de suas espécies endêmicas neste hotspot (Nogueira *et al.* 2010a). Entre as aves, 856 espécies foram registradas, o que corresponde a cerca de metade da avifauna do Brasil. Falta boa informação sobre invertebrados. No entanto, em relação a abelhas, estima-se que 7.000 espécies vivem na região neotropical, 820 das quais são conhecidas como existentes no Cerrado (Raw 2007). Segundo o autor, considerando as áreas ainda carentes de inventários e estudos sobre abelhas do Cerrado, este grupo pode na verdade possuir de 1.200 a 1.500 espécies, que seriam responsáveis por 20% de todas as espécies de abelhas neotropicais.

Ao contrário do que se acreditava até os anos 1990, o Cerrado abriga um grande número de espécies endêmicas. Aproximadamente 32% de todas as plantas e vertebrados são endêmicos. Esta característica é reforçada na medida em que grupos biologicamente mais específicos, incluindo alguns invertebrados, são analisados, bem como novas áreas (Tabela 3.2). Dois exemplos são os grupos de abelhas e anfisbenas, em que mais de 50% de todas as espécies são limitadas ao hotspot (Raw 2007; Nogueira *et al.* 2010a). A Serra do Espinhaço, nos estados da Bahia e de Minas Gerais, ilustra bem este elevado endemismo. Destacam-se a riqueza de espécies e as altas taxas de endemismo de flora, especialmente nos campos rupestres. O endemismo é mais forte na família *Eriocaulaceae*, do gênero *Paepalanthus*, popularmente conhecido como ‘sempre-vivas’. A Serra do Espinhaço abriga 70% de todas as espécies conhecidas no Brasil, e 85% são endêmicas para essa área (Costa *et al.* 2008). A Serra do Espinhaço também apresenta endemismo importante para a família *Bromeliaceae*. Das 244 espécies registradas na área, 111 (49,5%) são limitadas à Serra do Espinhaço.

Considerando-se o conceito de espécies raras, ou seja, espécies com áreas de ocorrência de até 10 mil km², o Cerrado é o segundo mais importante bioma do Brasil com relação a áreas-chave (176) para plantas raras, e a maior área (30%), considerando todas as áreas-chave para todas as espécies de plantas raras no Brasil (Kasecker *et al.* 2009). De acordo com Martinelli *et al.* (2014), o Cerrado abriga 578 espécies raras de plantas de 176 gêneros e 65 famílias.

Resultados semelhantes foram encontrados para a análise de áreas-chave para peixes raros de água doce (Nogueira *et al.* 2010b). Como no caso das plantas raras, a análise considerou as espécies com áreas de ocorrência de até 10.000 km². No Brasil foram identificadas 819 espécies de peixes raros, a maioria das quais (530 ou 65%) são encontradas nas bacias hidrográficas do Cerrado e da Mata Atlântica. Esses dois hotspots também contêm a maior parte das bacias ameaçadas no Brasil, considerando as usinas hidrelétricas, a falta de unidades de conservação e a perda de habitat.

O Cerrado no Paraguai e na Bolívia ainda é pouco conhecido pela comunidade científica. No entanto, algumas áreas são reconhecidas por sua importância biológica para a conservação nesses países.

No Paraguai recebe muitas influências de ecorregiões vizinhas, como o Chaco e a Mata Atlântica. A Laguna Blanca, com 2.500 hectares, está localizada na transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica no Paraguai, sendo reconhecida pela BirdLife Internacional como uma área-chave para a conservação das aves (*Important Bird Area - IBA*), devido à ocorrência de 18 espécies de aves globalmente ameaçadas (Yanosky, com. pess.). A área é uma das três localidades que possuem populações de *Caprimulgiformes*, conhecidas como bacurau-de-rabo-branco (*Eleothreptus candicans*), e é o único lugar fora do Brasil com o *Nothura menor*.

Estudos com a fauna de répteis nesta localização também revelam muitos elementos comuns com o bioma Cerrado brasileiro, como a serpente *Philodryas livida*, que é vulnerável de acordo com a Lista Vermelha da IUCN (Smith *et al.* 2011, 2014). Outra área importante é a Zona de Aguara, com cerca de 6.000 hectares, uma parte da Reserva da Biosfera Mbaracayú. Com vegetação típica do Cerrado, a área conta com uma grande diversidade de endemismo de plantas e alguma vegetação típica no Paraguai como *Alternanthera hirtula*, *Bidens chodatii* e *Viguiera linearifolia* (Céspedes e Mereles 2006).

Tabela 3.2. Diversidade e Endemismo de Espécies em Grupos Específicos de Fauna e Flora do Cerrado.

Grupo Biológico	Espécies	Espécies Endêmicas	Endemismo %	Região
Eriocaulaceae	379	322	85	Serra do Espinhaço
Bromeliaceae	224	111	49,5	Serra do Espinhaço
Cupins	151 (140)*	56	40	Cerrado
Abelhas	820	417	51	Cerrado
Amphisbaenia	30	18	60	Cerrado
Lagartos	74	33	44,6	Cerrado

* Há dúvidas em relação a 11 espécies com incertezas taxonômicas (Constantino e Schmidt 2010).

Fontes: Raw (2007); Nogueira *et al.* (2010a); Versieux *et al.* (2008); Constantino e Schmidt (2010); Cavalcanti *et al.* (2012).

Na Bolívia, o Cerrado Chiquitano forma um mosaico de habitats com a floresta do Chaco, no sul, e a floresta seca Chiquitana na área central da região Chiquitania (Wood 2011). A heterogeneidade das formações vegetais é semelhante à do bioma Cerrado brasileiro (Villaruel *et al.* 2009; Wood 2011). Pelo menos 80 espécies de plantas endêmicas do Cerrado Chiquitano são conhecidas e este número pode ser ainda maior, de acordo com projeções do Projeto Darwin de Conservação do Cerrado do leste da Bolívia, uma parceria entre o Museu de História Natural Noel Kempff, a Universidade Autônoma Gabriel René Moreno e o Departamento de Ciências Vegetais da Universidade de Oxford (Wood 2011). De acordo com Segarra (2011), a Chapada Huanchaca no norte de Santa Cruz e o Departamento Sierra Chiquitana no Sudeste são as áreas de maior riqueza e endemismo de espécies da flora do Cerrado boliviano.

Quase a metade do Cerrado boliviano (272.281 hectares) é protegida pelo Parque Nacional Noel Kempff Mercado (1.523.000 hectares), que contém as áreas mais significativas com alta diversidade de plantas e o maior grau de conservação de qualquer lugar na Bolívia (Wood 2011). A excepcional diversidade biológica e de ecossistemas nesta área foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Patrimônio Natural da Humanidade, utilizando os critérios de processos ecológicos e evolutivos. Esses locais apresentam habitats naturais com espécies relevantes e significativas para a conservação *in situ* da diversidade biológica de valor universal excepcional, do ponto de vista da ciência e da conservação. A área do parque inclui uma grande parte da Mesa de Huanchaca, com alturas entre 500 e 600 m. acima das planícies no entorno e 150 km. de comprimento por 50 km. de largura. Os habitats de Cerrado encontrados na Mesa de Huanchaca foram isolados por milhões de anos, fornecendo um laboratório vivo ideal para o estudo da evolução desses ecossistemas. Esta área possui pelo menos 100 espécies de plantas endêmicas da região e diversas espécies ameaçadas (Torres *et al.* 1999; Wood 2011).

3.4 Importância Social

O conhecimento sobre os usos potenciais da biodiversidade nativa no Cerrado também cresceu. Sementes, flores, frutos, folhas, raízes, cascas, látex, óleos e resinas têm inúmeros usos para agricultores familiares e comunidades tradicionais para a geração de renda, alimentos, medicamentos, utensílios e ferramentas. Muitas espécies da flora do Cerrado já são conhecidas, utilizadas e comercializadas por comunidades tradicionais e por várias cooperativas de agricultores familiares da região (Carvalho 2007). Exemplos de espécies nativas que são bem conhecidas e amplamente utilizadas incluem: (a) pequi (*Caryocar brasiliense*), ingrediente de receitas tradicionais de doces, cremes, licores e sorvetes, além de usos fitoterápicos; (b) baru (*Dipteryx alata*), com polpa e sementes comestíveis, além do endocarpo, que pode ser transformado em carvão para uso industrial; e (c) capim dourado (*Syngonanthus nitens*), que é onipresente em quase todo o Cerrado e é um dos principais produtos utilizados no artesanato regional.

Particularmente desde a última década, estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pela Universidade de Brasília e pela Universidade Estadual de Campinas mostraram a riqueza de frutas e outros produtos florestais não-madeireiros (PFNM) do Cerrado (UnB 2010; Marin 2006; Roesler *et al.* 2007). Muitas espécies nativas estão sendo analisadas e identificadas com altos níveis de vitaminas do complexo B, que é recomendado para a desativação de radicais livres, tais como ingá (*Inga laurina*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), araticum (*Annona crassiflora*), buriti (*Mauritia flexuosa*), mangaba (*Hancornia speciosa*) e pequi (*Caryocar brasiliense*). Além disso, algumas espécies contêm substâncias bioativas de grande valor nutricional, tais como maracujá, baru (*Dipteryx alata*), macaúba (*Acrocomia aculeata*), jatobá, pequi, cagaita (*Eugenia dysenterica*) e gabioba (*Campomanesia cambessedeani*). Esta é apenas uma amostra do vasto potencial de uso da rica biodiversidade do Cerrado, que serve para melhorar a segurança alimentar e o bem-estar da população.

3.5 Sistema Hidrológico e Valores Biológicos

O Cerrado contém uma grande variedade de ecossistemas aquáticos naturais e sistemas específicos associados com planícies de inundação. A predominância de terras altas no núcleo da área do hotspot oferece condições para que as águas superficiais drenem para as principais bacias hidrográficas do país. A região também exerce um papel fundamental como divisor de águas, possuindo inúmeras áreas de recarga de aquíferos e grandes volumes de águas tanto superficiais como subterrâneas (Fonseca 2005).

É no Cerrado que se encontram as cabeceiras da maioria dos principais rios brasileiros, como o Xingu, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Parnaíba, Tapajós, afluentes da margem direita do rio Paraná e todos os rios que formam o Pantanal. Além disso, seis das oito grandes bacias hidrográficas no Brasil encontram-se neste hotspot: a Bacia Amazônica (rios Xingu, Madeira e Trombetas), a Bacia do Tocantins (rios Araguaia e Tocantins), a Bacia Atlântica do Norte/Nordeste (rios Parnaíba e Itapecuru), a Bacia do São Francisco (rios São Francisco, Pará, Paraopeba, das Velhas, Jequitaiá, Paracatu, Urucuiá, Carinhanha, Corrente e Grande), a Bacia do Atlântico Leste (rios Pardo e Jequitinhonha) e a Bacia Paraná/Paraguai (rios Parnaíba, Grande, Sucuriú, Verde, Pardo, Cuiabá, São Lourenço, Taquari e Aquidauana). Das 12 regiões hidrográficas brasileiras, tal como definidas pela Agência Nacional de Águas (ANA), oito estão no Cerrado (Lima 2011).

Lima e Silva (2005) também reforçam a importância do Cerrado no que diz respeito aos fluxos de água nas bacias hidrográficas na região. O Cerrado gera mais de 70% da vazão das bacias do Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná/Paraguai. Em termos hidrológicos, a Bacia do São Francisco é dependente do Cerrado, que gera 94% da água superficial da bacia. A Bacia Paraguai/Paraná é outro destinatário das contribuições hidrológicas importantes do Cerrado, uma vez que, cobrindo 48% da sua área total, gera 71% da vazão média da bacia. A rede hidrológica do Cerrado fornece cerca de 14% da produção de água superficial do Brasil, mas quando a Bacia Amazônica é retirada da análise, o bioma cobre 40% da área e é responsável por 43% da produção total de água superficial restante para todo o país (Lima e Silva 2005).

A ampla gama de ambientes aquáticos no Cerrado - rios, lagos, pântanos - é notável, porém pouco explorada. O conhecimento científico é mais focado em grandes rios e poucos grupos de organismos como peixes (Fonseca 2005; Lambert e Ribeiro 2007). As 800 espécies de peixes de água doce registradas para o Cerrado representam 27% das cerca de 3.000 espécies de peixes na América do Sul (Mittermeier *et al.* 2004; Fonseca 2005; Lambert e Ribeiro 2007). Este número pode ser muito maior, considerando que entre 30 e 40% das espécies de peixes de água doce no Brasil ainda são desconhecidas ou contam com registros não publicados (Fonseca 2005).

Um aspecto importante é a peculiaridade da fauna de peixe das bacias hidrográficas. Entre os 298 gêneros de peixes registrados para o Cerrado, 148 (50%) são exclusivos para uma bacia hidrográfica particular (Lambert e Ribeiro 2007). Entre as espécies, 84% podem ser consideradas exclusivas de qualquer bacia hidrográfica. As bacias dos rios Tocantins e São Francisco são aquelas com a maior riqueza de gêneros de peixes, com 74 e 12 gêneros, respectivamente (Lambert e Ribeiro 2007). O sistema Araguaia-Tocantins apresenta a maior riqueza de espécies de peixes do Cerrado. Apenas para a bacia do rio Araguaia, 360 espécies de peixes foram registradas (Amaral 2013). Isso é equivalente a 68% de todas as espécies de peixes de água doce conhecidas no continente europeu. Peixes como o bagre do rio São Francisco (*Pseudoplatystoma corruscans*), o surubim do rio Araguaia (*Pseudoplatystoma fasciatum*), o curimatã-pacu (*Prochilodus argenteus*) e o dourado (*Salminus franciscanus*), espécie endêmica do rio São Francisco, são característicos destas bacias, sendo apreciados por milhares de pescadores artesanais como fonte de proteína e para o mercado local.

3.6 Conclusões

Argumentos fortes em termos de biodiversidade, endemismo e hidrologia são apresentados neste capítulo para confirmar a importância biológica do Cerrado. O tamanho deste hotspot, a complexidade de sua heterogeneidade ambiental, os altos níveis de endemismo de espécies e as ameaças iminentes (ver capítulos 9 e 10) constituem um grande desafio em relação à conservação de sua biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como para a promoção de desenvolvimento mais sustentável na região, incluindo os habitantes que vivem em estreito contato com a natureza.

4. SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS NO HOTSPOT

De acordo com a Avaliação Ecológica do Milênio (2005), os serviços dos ecossistemas incluem abastecimento, regulação, suporte e serviços culturais para o bem-estar humano e a redução da pobreza. Para os fins deste perfil, uma classificação diferente é utilizada, cobrindo os mesmos serviços, mas usando diferentes categorias. Os serviços ecossistêmicos específicos prestados pelo Hotspot Cerrado também se referem ao bem-estar dos componentes de seu próprio e de outros ecossistemas, os quais por sua vez fazem contribuições importantes para o bem-estar humano. O escopo dos serviços ecossistêmicos não está limitado a sua origem, aos benefícios dentro do Cerrado ou apenas ao bem-estar humano, mas também inclui benefícios compartilhados entre os componentes do ecossistema em todos os níveis geográficos, incluindo o continente, no caso da água, e o nível global, no caso dos gases de efeito estufa.

Os serviços selecionados para análise neste capítulo dizem respeito à biodiversidade em si (Seção 4.1); à segurança hídrica para os seres humanos e a natureza (4.2); ao armazenamento de carbono que seria emitido como gases de efeito estufa (4.3); aos serviços relacionados com os meios de vida rurais (4.4); e aos serviços relacionados com a cultura, o turismo e o lazer (4.5).

4.1 Biodiversidade

A biodiversidade do Cerrado, como de qualquer ecossistema, possui valor intrínseco, mas os esforços de conservação devem também levar em conta que o bioma destaca-se por seu nível muito elevado de riqueza, em termos absolutos, que é o maior entre as savanas tropicais do mundo, devido ao seu tamanho, sua diversidade interna e seus vínculos com outros quatro biomas (Myers 1988; Souza 2006). Embora muitas espécies permaneçam desconhecidas, o Cerrado pode muito bem ser tão rico em termos biológicos quanto as florestas tropicais como a Amazônia e a Mata Atlântica (Castro *et al.* 1999). Devido aos elevados níveis de endemismo, grande parte da biodiversidade também é única, não sendo encontrada em nenhum outro lugar na Terra (Brandão 2015; Machado 2015; Pivello 2015). As espécies e variedades do Cerrado e outras savanas tropicais não valem menos do que aquelas de outros ecossistemas. Elas têm a mesma possibilidade de conter substâncias que curam doenças, proporcionando assim um serviço vital para toda a humanidade.

A biodiversidade do Cerrado, tanto nativa como agro-extrativista, também pode prestar serviços vitais em termos de produção de alimentos. O bioma é o centro de origem de ananás e de dispersão para outras culturas comerciais estabelecidas, como amendoim, feijão e mandioca (Hathaway 2015). Grande parte das gramíneas, leguminosas, tubérculos e bromélias silvestres desses trópicos sub-úmidos, que possuem características genéticas de resistência ao calor e à seca, são parentes silvestres de cultivos comerciais (Strassburg *et al.* 2014). O mesmo vale em relação a sua biodiversidade agrícola, incluindo as culturas e espécies manejadas por comunidades indígenas e tradicionais. Parentes silvestres de cultivos que são grãos, tubérculos ou leguminosas não ocorrem em florestas puras de qualquer tipo, muito menos em florestas tropicais. Suas características genéticas são cada vez mais importantes para a utilização direta e a seleção ou modificação genética no contexto do aquecimento global e das mudanças nos padrões de precipitação, com precipitação anual total inferior e períodos secos mais frequentes ou duradouros (Assad 2007; Carvalho *et al.* 2013). Neste caso, a biodiversidade nativa no ecossistema não estaria sujeito a riscos de introdução de genes estranhos, como pode acontecer com organismos geneticamente modificados (IUCN

2007). Pelo contrário, a biodiversidade nativa poderia ser usada para fins de seleção genética, especialmente quando as alterações climáticas se tornam mais severas. A engenharia genética usando novas técnicas para recuperar as propriedades genéticas de ancestrais é considerada distinta da modificação genética de organismos e tem sido chamada de “rewilding” (Andersen 2015).

A mesma importância das características genéticas adaptadas de espécies e variedades aplica-se também à biodiversidade agrícola e agro-extrativista. É o caso de muitas variedades de alimentos básicos, como arroz, milho, feijão, mandioca e abóbora, usadas durante séculos pelas comunidades tradicionais. Os agricultores familiares contemporâneos sobrevivem bem em condições ambientais que são adversas em termos de fertilidade do solo, temperatura, umidade, ervas daninhas, pragas e doenças. Estes serviços ambientais existentes e potenciais são propiciados pela variação intra-específica conhecida como ‘agrobiodiversidade’ (Santilli 2009). O mesmo vale para os produtos de uso sustentável da biodiversidade, conforme descrito com mais detalhes na Seção 4.4. Além das culturas, os fungos e microrganismos encontrados no solo ou utilizados no processamento, como no caso do queijo, podem também ser importantes.

As plantas nativas do Cerrado são a base de toda a cadeia alimentar de sua flora e fauna. Os insetos, morcegos e beija-flores do Cerrado são importantes para a polinização de espécies vegetais nativas e, portanto, para a sua reprodução e sobrevivência, bem como suas funções ou serviços ecológicos. Há uma grande variedade de abelhas nativas sem ferrão que podem ser ameaçadas pelo desmatamento, queimadas, poluição e concorrência de espécies exóticas (*Apis mellifera*). As espécies nativas de abelhas, tais como jataí, mandaçaia, jandaíra, tiúba, uruçú e canudo, são úteis para a polinização e a produção de mel (Pinheiro-Machado *et al.* 2002; Villas-Boas 2012). Estas abelhas necessitam de locais de nidificação, como árvores ocas, enquanto os morcegos e as aves necessitam de habitats específicos, embora também possam voar entre um fragmento e outro. Note-se que tanto as espécies nativas quanto as exóticas de abelhas co-existem no Cerrado. As espécies nativas não são necessariamente deslocadas pela concorrência pelo néctar, pela destruição de pequenas flores nativas por grandes abelhas ou por ataques de abelhas exóticas em suas colônias. A manutenção de populações de polinizadores e de seus habitats em todas as paisagens torna-se essencial para a manutenção da biodiversidade nativa, como também para as culturas agrícolas.

Ao mesmo tempo, espécies de fauna nativa tais como corujas, gaviões, cobras, tamanduás, queixadas, caninos e felinos são predadores que ajudam a controlar populações de roedores, cupins, formigas cortadeiras, outros insetos e vários inimigos da flora e fauna nativas, bem como da agricultura e a pecuária. Os cães e gatos ferais podem reduzir as populações de fauna valiosa, mas também podem contribuir ao controle de espécies invasoras tais como ratos, substituindo predadores naturais importantes, como a onça-pintada (*Panthera onca*), que desempenhou este papel no passado. Algumas formigas também protegem as plantas contra predadores herbívoros (Leal 2006).

Conforme descrito nas seções a seguir sobre água e carbono, os principais serviços ecossistêmicos indiretos prestados pela conservação da biodiversidade do Cerrado dependem de manutenção de ciclos hidrológicos e de estoques de carbono, uma vez que essas duas funções, por sua vez, dependem da biodiversidade, ou seja, da flora e fauna. A flora estoca carbono, enquanto os insetos e vertebrados voadores são necessários para a polinização das flores e os mamíferos e aves são necessários para a dispersão de sementes e para a manutenção dos fluxos genéticos. Os predadores ajudam a manter o equilíbrio ambiental e

combater as doenças, tais como hantavirose transmitida por ratos silvestres. A interdependência de todos os tipos de espécies é fundamental para a manutenção da biodiversidade e de suas funções ecológicas em paisagens.

4.2 Água

A água do Cerrado, que cai como chuva das nuvens ou flui nos rios, é essencial para a sobrevivência de toda sua biodiversidade, bem como para o bem-estar dos seus habitantes humanos e para o funcionamento de sua economia. A água a jusante do Cerrado é também essencial para a ecologia de todo o Pantanal nas fronteiras da Bolívia e do Paraguai (Lima 2015). Outros ecossistemas ao longo dos rios São Francisco, Parnaíba, Paranaíba, Paraguai e Paraná também dependem da água proveniente de fontes do planalto central (Lima 2015). Além disso, todos os afluentes do sul da Amazônia, exceto o Juruá e Purus (Guaporé-Madeira, Teles Pires-Tapajós, Xingu e Araguaia-Tocantins) também têm suas fontes no Cerrado, como fazem vários rios no Maranhão e no Piauí (Grajaú, Mearim e Parnaíba). Eles retornam a umidade recebida do Oceano Atlântico depois de passar pela Amazônia. Em pouco tempo, por meio de um projeto de transposição ambicioso de ‘integrar’ as várias bacias hidrográficas, a região semi-árida do Nordeste fora da bacia do São Francisco (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) receberá água transferida daquele grande rio (Stolf *et al.* 2012). Ao todo, cerca de 70% do Brasil recebe ou receberá água de superfície originária do Cerrado. As águas do São Francisco são em 90% do Cerrado, enquanto as águas do Plata são em 73% do Cerrado (Lima 2015). As bacias hidrográficas que têm sua origem no Cerrado abrigam cerca de 40% da população brasileira e parte da população da Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Além disso, o Aquífero Guarani, o segundo maior reservatório subterrâneo de água no mundo, abrange 1.200.000 km² em áreas densamente povoadas do sudoeste do Brasil e se estende ao Paraguai, Argentina e Uruguai. É alimentado por água do Cerrado, que se infiltra para níveis entre 150 e 1.800 m. e é aproveitada por poços artesianos (Ribeiro 2008). É essencial para o abastecimento de água em grande parte da região Sudeste do Brasil.

A sazonalidade do fluxo de água em todos os rios e aquíferos é afetada pelas taxas de escoamento superficial e evapotranspiração. Quando a vegetação nativa é removida, o escoamento superficial é acelerado e a água flui de volta para o mar, em vez de se infiltrar e alimentar nascentes ou aquíferos ou ser absorvida pelas raízes, subir para folhas e retornar à atmosfera por meio da evapotranspiração. Assim, as consequências do desmatamento são maiores inundações, erosão e sedimentação durante a estação chuvosa e menores volumes de água em rios e reservatórios durante a estação seca. Maior variação sazonal na água de superfície provoca danos à natureza, especialmente aos peixes, tartarugas e mamíferos, e aos seres humanos, que não podem fazer pleno uso dos rios para o abastecimento de água, transporte, pesca ou geração de energia elétrica. A biodiversidade proporciona, assim, um serviço indireto fundamental por meio de seu papel na hidrologia dos estoques e fluxos superficiais de água. Além de manter a disponibilidade de água ao longo do tempo, a cobertura vegetal também é essencial para a qualidade da água.

Ademais de fornecer água superficial e subterrânea para as regiões vizinhas ao norte, leste e sul, o Cerrado também fornece água atmosférica ao sudeste e sul do Brasil e países vizinhos (Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai) por meio de fluxos aéreos de vapor de água. A umidade da Amazônia desloca-se ao sul depois de fluir a oeste a partir do Atlântico e se aproximar do Andes (Salati 1978; Arraut 2012; Marengo 2009; Nobre 2014). As expressões

‘bombas de água’, ‘rios voadores’, ‘rios aéreos’ ou ‘rios no céu’ podem não ser as mais adequadas, mas constituem metáforas. O que não é reconhecido é que esses rios não ‘voam’ milhares de quilômetros sem aterrissar, mas são o resultado de ciclos reiterados ascendentes e descendentes de umidade entre a terra e o ar. Eles são alimentados por ciclos sucessivos de precipitação e evapotranspiração em seu caminho para o sul, como também acontece anteriormente durante a viagem de leste a oeste da Amazônia. Sem a vegetação nativa do Cerrado, ou seja, sem a sua biodiversidade, eles não chegam à parte sul do Cerrado, muito menos a outras regiões ou países. As maiores áreas metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com cerca de 40 milhões de pessoas), assim como as indústrias na região mais desenvolvida do Brasil, dependem da chuva que vem do Cerrado. O aumento do escoamento superficial e a redução da evapotranspiração interrompem parte do fluxo. Em 2015, São Paulo foi duramente atingida pela escassez de água, uma verdadeira crise hídrica. Este serviço ecossistêmico insubstituível seria uma das justificativas mais fortes para a conservação em larga escala da biodiversidade no Cerrado.

Em termos econômicos e sociais, a regularidade do abastecimento de água é vital para o consumo humano e para a higiene em áreas rurais e urbanas (ANA 2015), bem como para indústrias, a maioria das quais dependem da água. Tanto a população quanto a indústria no Brasil estão fortemente concentradas ao sul do Cerrado, mas dependem daquilo que acontece nas partes norte e central.

Em 2015, a escassez de água na região Sudeste, principalmente em São Paulo, mas também em outras cidades e estados, causou racionamento de água, apagões devido à escassez de energia hidrelétrica e transferência de indústrias para áreas com melhores fontes de água. O impacto das crises de água e energia no PIB para 2015 é estimado em 1% ou mais (Fraga 2015). A escassez hídrica ainda contribuiu para uma epidemia de dengue porque muitas pessoas criaram viveiros de mosquitos *Aedes aegypti* por meio do armazenamento de água em casa.

A agricultura no Cerrado, seja ela de sequeiro ou irrigada, como também a agricultura em regiões adjacentes, seja a jusante no vento ou nos rios, também dependem da água do planalto central. Nos últimos anos, houve escassez de água da chuva para a agricultura na Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. No Cerrado, a tecnologia de pivô central é generalizada para fornecer irrigação por dispersão e assegurar a produção durante a estação seca (Lima 2015). Em lugares tais como Petrolina, em Pernambuco, a água do rio São Francisco sustenta um rico complexo de fruticultura irrigada, em grande parte para exportação, gerando renda de dezenas de milhões de dólares por ano (Sawyer 2001; Nóbrega 2004). Agora há medo de um colapso da produção por causa do baixo nível de água em 2015, sem precedentes (Cruz 2015).

O transporte fluvial de mercadorias, em especial da soja do Cerrado, é importante nos rios Tietê, Paranaíba, Paraná, São Francisco e Madeira, mas foi interrompido em 2015 por baixos níveis de água e bancos de areia. O rio Tietê em São Paulo é uma artéria central de transporte. O custo da dragagem do rio Madeira levou a sua privatização. As hidrovias são planejadas como alternativas às estradas, mas sua utilização poderá ser interrompida por baixos níveis de água. Assim, a manutenção do fluxo do rio e a redução da sedimentação são importantes serviços ambientais indiretos prestados pela biodiversidade do Cerrado. Além disso, uma vez que novas estradas exigem e induzem o desmatamento, como foi mostrado na Amazônia (Alves 1999), maior uso de hidrovias pode ajudar a reduzir o desmatamento.

Acima de tudo, a água dentro ou proveniente do Cerrado é vital para a geração da energia hidrelétrica no Brasil. Mais de 200 milhões de pessoas no Brasil, exceto os poucos habitantes que vivem fora da grade de energia do Sistema Integrado Nacional (SIN) em partes remotas da Amazônia, dependem pelo menos em parte da eletricidade gerada por projetos hidrelétricos instalados ao longo dos vários rios que fluem ao norte, leste e sul do planalto central. A usina hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, é uma das maiores do mundo. De acordo com o Operador Nacional do Sistema (ONS), o SIN é responsável por 98,7% da energia elétrica gerada no Brasil. A disponibilidade de água na estação seca é vital, especialmente para usinas hidrelétricas que não possuem grandes reservatórios, mas dependem do fluxo do rio, usando a tecnologia ‘a fio d’água’ que vem sendo adotada nas últimas três décadas para reduzir os impactos ambientais de grandes reservatórios, mas que agora deve ser alterada (Goldemberg 2015).

Também seria importante evitar a sedimentação dos reservatórios acima das usinas hidrelétricas (Cabral 2005). Este serviço ambiental pode ser propiciado por desmatamento reduzido e pela manutenção ou restauração da cobertura vegetal nativa em topos de morros e encostas íngremes e ao longo das bordas de córregos e rios, como previsto pela Lei Florestal, bem como pela utilização de curvas de nível e faixas de vegetação nativa em campos agrícolas.

Maior produtividade com sustentabilidade nas terras já desmatadas poderia reduzir a erosão, o escoamento superficial, o assoreamento e a poluição, que por sua vez geram impactos negativos sobre a biodiversidade. A poluição das fontes de água pelo uso indevido de produtos químicos agrícolas (fertilizantes, herbicidas, inseticidas e fungicidas) também pode gerar impactos negativos na saúde humana (Lima 2011).

Além das já bem conhecidas ilhas de calor urbano, também existem ilhas de calor rural, que raramente são reconhecidas na literatura, mas exigem atenção urgente. As pastagens apresentam temperaturas mais elevadas do que as áreas urbanas (Carvajal e Pabón 2014). Um vasto leque de ilhas de calor de mais de um milhão de km² de áreas rurais desmatadas, onde as temperaturas são vários graus Celsius superior às de florestas, como sabe qualquer pessoa familiarizada com a paisagem rural. Estas ilhas de calor rural criam turbulência e nuvens cumulonimbus que resultam em tempestades com chuvas torrenciais, descargas elétricas e ventos fortes que danificam culturas, derrubam árvores, inundam planícies, causam incêndios e prejudicam os assentamentos humanos. Agora ocorrem até tornados no Brasil, fato sem precedentes (G1 2015).

O Cerrado também fornece serviços ecossistêmicos indiretos relacionados ao aquecimento global. Conforme descrito no Capítulo 9, a cana-de-açúcar, cuja produção ficou concentrada em São Paulo, está se expandindo para o Cerrado em estados vizinhos. A cana-de-açúcar exige precipitação anual de 1.200 mm. (Castro 2010). A média anual na parte norte do estado de São Paulo, onde existem áreas de Cerrado e transições para a Mata Atlântica, é de 1.427 mm. (Nascimento e Nery 2005). Assim, uma redução de apenas 20% significaria água insuficiente (1.142 mm.) para essa cultura, que é a principal fonte de biocombustível (etanol) no Brasil e uma das principais estratégias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, bem como para melhorar a saúde humana nas cidades, reduzindo a poluição do ar (Sawyer 2015).

É importante notar que os serviços ecossistêmicos prestados pela água do Cerrado beneficiam quase todo o Brasil e partes de países vizinhos, incluindo a região mais desenvolvida do

Brasil, o Sudeste, responsável pela maior parte do PIB do país. Apenas uma parte relativamente pequena do Brasil, ao norte do rio Amazonas, não depende do Cerrado. É evidente que sem fluxos suficientes de chuva e rios do Cerrado, e, portanto, sem água suficiente para a agricultura e energia hidrelétrica, para não mencionar o consumo humano, haveria consequências catastróficas, algumas das quais já estão no horizonte (Madeiro 2015). Uma catástrofe em um país tão grande e importante como o Brasil, com o sétimo maior PIB do mundo, teria impactos econômicos globais.

4.3 Carbono

É provável que o Cerrado gere atualmente maiores emissões de gases de efeito estufa do que da Amazônia (Sawyer 2009). Por hectare, os estoques de carbono no Cerrado são muito maiores do que parece a primeira vista, uma vez que as raízes profundas que as árvores, arbustos e plantas herbáceas precisam para sobreviver durante a longa estação seca contêm a maior parte da biomassa. As raízes em florestas tropicais úmidas são rasas, a fim de captar a água que chega ao chão da floresta, onde os nutrientes também são concentrados, durante o ano todo. Em contraste, a porcentagem de biomassa que é subterrânea no Cerrado chega a 70% (Lenti 2015; Bustamante 2015).

Existe variação considerável na densidade de carbono na biomassa entre um tipo de vegetação e outro. Considerando uma média geral conservadora de 37,4 toneladas de carbono por hectare (Tabela 4.1), incluindo a biomassa acima do solo e parte da biomassa abaixo do solo, mas não incluindo o carbono no solo, isto corresponde a 137,3 toneladas de CO₂ por hectare, utilizando o fator de 3,67 toneladas de CO₂ por tonelada de carbono. O desmatamento lança este tanto de CO₂ por hectare. Os 100 milhões de hectares de vegetação natural na metade restante do Cerrado retém carbono correspondente a cerca de 13,7 bilhões de toneladas de CO₂.

Tabela 4.1: Carbono da Biomassa do Cerrado, por Principal Tipo de Vegetação.

Tipo de vegetação	Toneladas de carbono/ha. na biomassa (a)	Referência	Área estimada no Cerrado intacto (ha.)
Cerrado stricto sensu	29,5	Miranda (2013)	40.000.000
Mata ripária	73,0	Delitti e Burger (2000)	10.000.000
Savana	18,8	Miranda (2003)	30.000.000
Floresta sazonal	113,4	Scolforo <i>et al.</i> (2015)	20.000.000
Média (b)	37,4		100.000.000

Fonte: Baseado em Lenti (2015). Bustamante (2015) mostra 80 toneladas de carbono por hectare, não contando a biomassa no solo.

(a) Inclui parte da biomassa subterrânea.

(b) Ponderada de acordo com a área estimada de cada tipo de vegetação.

O carbono subterrâneo em pastagens e terras de cultivo se concentra no primeiro metro ou menos (Mello *et al.* 2014), mas precisa ser medido em maiores profundidades onde o Cerrado ainda está de pé ou está sendo restaurado e onde há árvores e arbustos. Em paisagens

arbóreas, em contraste com pastagens e terras de cultivo, há também grande variação de um ponto para outro, dependendo da localização exata de árvores individuais e de raízes, cuja distribuição é muito irregular. Em comparação às pastagens ou culturas como cana-de-açúcar, são necessárias amostras grandes. Apesar das dificuldades práticas de medição de carbono em profundidades de até 20 m. ou mais, cavando-se buracos profundos, é necessário realizar mais pesquisa sobre este importante tema, pelo menos para estabelecer proporções de acordo com a profundidade.

A queima menos frequente, seja ela intencional ou acidental, poderia permitir a sobrevivência de árvores e seu crescimento até a idade adulta, quando elas se tornam resistentes aos incêndios da camada herbácea por causa de seu tamanho e casca grossa, e assim armazenar mais carbono. Além dos incêndios causados por raios a cada duas décadas ou então como parte do ecossistema natural do Cerrado, a queima é comum como um meio tradicional de manejo de pastagens, além de incêndios florestais acidentais frequentes, tornando os incêndios mais intensos em função da disseminação de espécies invasoras de capim alto.

O novo programa do governo federal para promover a expansão da fronteira agrícola em uma área total de 73 milhões de hectares nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, uma região conhecida agora como Matopiba, deverá causar vastas novas emissões decorrentes do desmatamento e queimadas. Se 10% da área for desmatada, as emissões de 7,3 milhões de hectares equivaleria a mais de um bilhão de toneladas de CO₂. Este aumento iria cancelar um terço das emissões evitadas pela redução do desmatamento na Amazônia desde 2004, que segundo Nepstad *et al.* (2014) atinge a soma de 3,2 mil milhões de toneladas. Deve notar-se que o programa Matopiba não inclui qualquer componente do ambiente, pelo menos como parte da sua formulação inicial em 2015 (Miranda 2015). Não há benefícios previstos para os agricultores familiares e comunidades tradicionais tais como as mulheres quebraadeiras de coco babaçu e os babaçuais são considerados como área já ‘desmatada’.

Em vez disso, há potencial para reduzir as emissões provenientes do desmatamento de vegetação natural por meio da intensificação da produção em terras já desmatadas, levando assim a processos de ‘poupança de terra’ e ‘partilha de terra’ (Egan e Mortensen 2012).

Além de CO₂, as emissões de gases de efeito estufa do Cerrado incluem o metano de cerca de 100 milhões de cabeças de gado (Schlesinger 2010), bem como o óxido nitroso (N₂O) de culturas que não a soja, principalmente o milho, que usam fertilizantes nitrogenados sintéticos solúveis em água (Bustamante 2015). O metano e o óxido nitroso são gases de efeito estufa muito potentes, embora o seu tempo de permanência na atmosfera seja menor do que o de CO₂. Estas emissões são exacerbadas pelo CO₂ emitido pela indústria e pelo transporte tanto a montante como a jusante nas cadeias produtivas globais. A montante na cadeia, os fertilizantes são importados da Rússia, Canadá e Noruega, enquanto as máquinas e combustíveis vêm de outras regiões ou países. A jusante na cadeia, a soja e a carne são exportadas para a China, a Europa e o Oriente Médio (Sawyer 2009).

Há também um enorme potencial para o seqüestro de carbono por meio da recuperação de pastagens degradadas do Cerrado, que cobrem 32 milhões de hectares no bioma (EMBRAPA 2014). As taxas de lotação (densidade de cabeças por hectare) e desfrute (toneladas de carne bovina por ano) para o gado são muito baixas e muitas pastagens estão degradadas (Peron e Evangelista 2004; Schlesinger 2010). A área a ser recuperada para cumprir as disposições da nova lei florestal em Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente é de 2.098.988 hectares. Assim, é importante adicionar a restauração às estratégias de conservação, mesmo

que seja apenas para aliviar parte da pressão a partir da matriz em torno de áreas protegidas, que são e continuarão sendo poucas e distantes entre si. A restauração também fornece ‘conectividade de conservação’ entre os remanescentes (Crooks e Sanjayan 2006). Pode ser uma forma de promover a transição florestal em andamento em muitos países (Rudel *et al.* 2010).

4.4 Meios de Vida Rurais

A biodiversidade é essencial para os meios de vida sustentáveis de praticamente todos os agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas do Cerrado. Além disso, os moradores de cidades pequenas, que são formalmente consideradas áreas urbanas, consomem biodiversidade diretamente para sua própria subsistência ou fazem trocas locais e vendem produtos em mercados urbanos para gerar renda suplementar.

Entre as comunidades locais, a madeira de árvores do Cerrado tem sido tradicionalmente importante para lenha, carvão, construção, estacas, carros de boi, móveis e utensílios domésticos, tais como as tigelas e colheres de pau usadas pela população rural. A madeira tem sido e pode ser colhida de forma sustentável (FAO 2010). Algumas espécies como aroeira (*Myracrodruon urundeuva*) são resistentes ao apodrecimento e não necessitam de substituição frequente. Os troncos e galhos retorcidos das árvores do Cerrado caídos ou mortos são agora usados para fazer móveis rústicos colocados à venda em áreas urbanas.

Todos os povos indígenas e comunidades tradicionais no hotspot usam ou manejam dezenas de espécies nativas de frutas e nozes para seu próprio consumo, proporcionando segurança alimentar de baixo custo e nutritiva com carboidratos, proteínas, gorduras, fibras, vitaminas e minerais. O número de espécies utilizadas pelas comunidades varia de uma região para outra do Cerrado. Por exemplo, na comunidade tradicional de geraizeiros de Água Boa, no Norte de Minas Gerais, 69 árvores são usadas (Lima 2008). A grande variedade de recursos consumidos é uma estratégia para lidar com curtas temporadas de colheita de espécies frutíferas nativas. Alguns grupos indígenas têm suas próprias variedades, como o pequi (*Caryocar brasiliensis*) sem espinhos que é criado e utilizado pelos Kuikuro no Parque Indígena do Xingu (Smith 2013).

Além de servirem para o consumo, as frutas e castanhas também são comercializadas em mercados. Uma das espécies nativas mais importantes em termos comerciais é o coco babaçu (*Attalea speciosa*), que envolve 450.000 mulheres coletoras e quebradeiras no Maranhão, Tocantins e Piauí. Elas são organizadas em cerca de 50 associações e cinco cooperativas produtoras de óleo, sabão, farinha e carvão. A Cooperativa de Produtores Agro-extrativistas de Lago do Junco (COPALJ), que envolve 400 famílias, vendeu 160 toneladas de óleo de babaçu em 2014, gerando US\$ 324.000. O pequi (*Caryocar brasiliensis*), baru ou cumbaru (*Dipteryx alata*) e buriti (*Mauritia flexuosa*) são importantes em termos econômicos em vários estados. O baru é vendido por preços que atingem US\$ 15 por quilograma. O coquinho azedo (*Butia capitata*) é localmente importante no norte de Minas Gerais, onde os mercados locais têm consumido tudo que os coletores podem proporcionar. Polpa para suco é feita de cajá (*Spondius mombim*), bacuri (*Platonia esculenta*), araçá (*Psidium firmum*), mangaba (*Hancornia speciosa*), murici (*Byrsonima crassifolia*) e cagaíta (*Eugenia dysenterica*), bem como muitas outras frutas nativas, que também são usadas para fazer sorvete, doces e geléias. A indústria FrutaSã em Carolina, Maranhão, de propriedade da Associação Indígena Vyty-Cate, com o apoio técnico do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), produz mais de 50 toneladas de polpa de frutas por ano, a partir de 13 espécies de frutas diferentes (Carvalho e

Silveira 2006). O bacuri é vendido por US\$ 5 por kg. A Cooperativa Grande Sertão em Montes Altos, Minas Gerais, produz polpa de frutas, geléias, farelo e óleo de dez espécies do Cerrado recolhidos por 2.000 famílias (Carvalho 2007; arquivos ISPN). Outras frutas e folhas são secas ou usadas para fazer licores, chás, condimentos, óleos e sabonetes (Carrazza e Figueiredo 2010). Estão sendo feitos planos para uma agroindústria em Brasília para fazer o processamento final de produtos provenientes da parte central do Cerrado.

Na Serra do Espinhaço, na parte sudeste do Cerrado, flores tais como sempre-vivas (*Comanthera veronooides*, *Syngonanthus elegans*) têm sido coletadas e secas pelas comunidades locais e vendidas para a decoração desde a década de 1970, até que um novo parque nacional tornou-se um obstáculo (Monteiro *et al.* 2012). Na região do Jalapão, no Tocantins, o capim dourado (*Syngonanthus nitens*) é transformado em artesanatos e bio-jóias atraentes que são vendidos na região e no Sudeste. Uma *sousplat* é vendida por US\$ 16. Estes artesanatos são uma das principais fontes de renda do Jalapão, proporcionando entre US\$ 65 e US\$ 365 por artesão por mês. Existem 11 associações que envolvem cerca de 600 quilombolas (Schmidt *et al.* 2007). Diversas plantas também são usadas para fibra e como fontes de corante têxtil.

O mel de abelhas nativas sem ferrão (*Meliponia spp.*) é produzido em pequena escala, mas traz preços elevados, até US\$ 22 por litro. A produção de mel de abelhas exóticas (*Apis mellifera*) também depende do florescimento de várias espécies de plantas nativas, constituindo, portanto, uso indireto da biodiversidade do Cerrado. Setenta pessoas de cinco grupos étnicos no Parque Indígena do Xingu produzem duas toneladas de mel orgânico certificado, vendido para os supermercados Pão-de-Açúcar em São Paulo por US\$ 12 por litro, o dobro do preço que eles podem obter localmente (arquivos ISPN).

A caça agora é ilegal, exceto em pequena escala para subsistência em terras indígenas. Existem algumas iniciativas para a realização de manejo semi-confinado de fauna silvestre com espécies nativas tais como a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), queixadas (*Tayassu tajacu* e *Tayassu pecari*), ema (*Rhea americana*) e tartarugas de rio. A carne pode ser vendida por preços duas ou três vezes maior do que os preços da carne bovina (Sawyer 1999). No entanto, de acordo com as regulamentações sanitárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o abate requer a presença de veterinário e a venda exige certificação cara. Por isso, restam poucos destes projetos em execução. Alguns grupos indígenas, incluindo os Krikati, Xavante, Karajás e Apinayé, têm projetos para fazer manejo da vida silvestre para seu próprio consumo de proteína.

As plantas medicinais são importantes, sobretudo para o consumo das famílias e das comunidades locais, como acontece entre os membros da Articulação Pacari, uma rede regional de promoção do uso de plantas medicinais e cosméticos que adotou o nome Pacari de uma árvore emblemática do Cerrado (Dias e Laureano 2009; Dias 2014). Algumas grandes indústrias usam plantas como a fava d'anta (*Dimorphandra mollis* e *Dimorphandra gardneriana*) para extrair rutina (quercetina-3-rutinosídeo), um bioflavonoide usado em muitos medicamentos (Ribeiro-Silva 2013; Filizola 2013). As tentativas de processar produtos fitoterápicos em laboratórios de pequeno porte, tais como a AGROTEC, em Diorama, Goiás, depararam-se com as barreiras técnicas levantadas pelas autoridades sanitárias; alguns foram mesmo fechados por policiais armados. Se o marco regulatório for elaborado de forma mais adequada, a coleta de plantas medicinais para a fitoterapia poderia gerar renda em uma ordem de magnitude maior que a renda de frutas e nozes, assim como reduziria os gastos da saúde pública em tratamentos e na compra de produtos farmacêuticos

importados (Sawyer 2009). Enquanto a fruta é vendida por centavos ou dólares por quilograma (Teixeira 2015), as plantas medicinais são vendidas por dezenas ou centenas de dólares por quilograma. A corporação médica e farmacêutica se opõe a qualquer concorrência.

4.5 Outros Serviços Culturais

Alguns antropólogos relatam que as comunidades indígenas consideram suas terras como lugares sagrados (Andrade 2010), um aspecto notável da rica diversidade cultural do Brasil. Embora o Cerrado tenha sido considerado um deserto estéril pelos primeiros colonizadores e continua sendo tratado como essencialmente inútil por desenvolvimentistas preocupados principalmente com o lucro e o crescimento econômico, aqueles que lá vivem apreciam e valorizam sua beleza e sua especificidade. Hoje em dia, o Cerrado está se tornando ‘chic’ em alimentos, roupas e música. Algumas pessoas, tradicionais e modernas, têm orgulho do Cerrado.

As comunidades rurais não-indígenas muitas vezes valorizam a terra onde seus ancestrais viveram durante gerações antes deles. Rios, zonas úmidas e desfiladeiros localizados no próprio Cerrado ou a jusante do planalto central em biomas vizinhos têm importância estética, cultural e espiritual para as comunidades locais. O campo, chamado de ‘roça’, é parte de sua identidade cultural como sertanejos. O Centro de Excelência de Estudos do Cerrado (Cerratenses) no Jardim Botânico de Brasília (JBB) salienta as dimensões culturais. O Ecomuseu Lais Aderne do Cerrado enfatiza os aspectos culturais da vida no Cerrado (Encinas e Nóbrega 2006). Como um chapadeiro se manifestou emocionalmente no Congresso Nacional em 18 de setembro de 2015: *“Aqui é o meu lugar”*.

As paisagens do Cerrado também fornecem serviços de turismo e lazer para muitos visitantes urbanos e alguns visitantes estrangeiros. A população urbana das grandes cidades no Cerrado e outras regiões, especialmente no Sudeste, procura as cachoeiras refrescantes e as águas termais quentes do Cerrado, que se tornaram atrações turísticas. As principais águas termais, adjacentes ao Parque Nacional da Serra de Caldas Novas, no sul de Goiás, são visitadas por um milhão de turistas por ano, que provavelmente gastam um total de US\$ 200 milhões. As cachoeiras são abundantes, as mais conhecidas delas estando localizadas na Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e na Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso. Os rios e lagos da região do Araguaia atraem pescadores de outras regiões do Brasil e de todo o mundo para capturar peixes pesando até 70 kg. Observadores de pássaros são atraídos pelo Pantanal, a sudoeste do Cerrado. Há cavernas magníficas em Terra Ronca, no nordeste de Goiás. Para o nordeste, os desfiladeiros do rio São Francisco são outra grande atração turística que depende da água do Cerrado. O turismo indígena agora é legal e foi regulamentado. A atividade pode fornecer renda, especialmente atraindo turistas estrangeiros que se dispõem a fazer uma dessas visitas pelo menos uma vez na vida, mas requer investimento e organização para evitar impactos negativos.

4.6 Conclusões

Os principais serviços ecossistêmicos prestados pelo Cerrado, dentro e além de seus limites, estão resumidos na Tabela 4.2.

Os serviços ecossistêmicos propiciados pela biodiversidade do Cerrado são muito maiores do que é geralmente reconhecido pelos especialistas e decisores políticos ou pelo público em

geral. As áreas desprotegidas prestam serviços para as áreas protegidas e vice-versa. Os serviços vão muito além de locais ou de corredores específicos ou até mesmo de todo o hotspot, estendendo-se até os países vizinhos a oeste e sul. As áreas protegidas do ecossistema e os remanescentes não protegidos, a maioria dos quais são a moradia de comunidades locais, mantêm o funcionamento do ecossistema como um todo, o que constitui uma condição necessária para a conservação em locais específicos. Os vários serviços ecossistêmicos fornecem fortes justificativas para a conservação da biodiversidade e para os investimentos provenientes de fontes nacionais, principalmente para a água, bem como fontes internacionais, principalmente para a mitigação da mudança climática decorrente do aquecimento global, conforme discutido no Capítulo 11.

Tabela 4.2. Serviços Ecossistêmicos do Cerrado.

Tipo	Serviços
Provisionamento	Rios do Cerrado e a jusante (norte, leste e sul)
	Remédios (existentes e potenciais)
	Madeira
	Segurança alimentar
	Meios de vida e renda complementar
	Menor necessidade de desmatamento e de proteção social (transferência de renda etc.)
	Recursos genéticos (potenciais)
	Hidroeletricidade para todo o Brasil, por meio da rede elétrica nacional integrada
	Transporte fluvial, especialmente das commodities
Regulação	Chuva no Cerrado e regiões e países vizinhos (ciclos hidrológicos)
	Armazenamento e sequestro de carbono
	Emissões de carbono evitadas
Apoio	Valor intrínseco da biodiversidade
	Proteção das espécies
	Polinização
Cultural	Terras indígenas sagradas
	Valores culturais sertanejos
	Turismo e recreação (águas termais, cachoeiras, observação de pássaros, pesca, camping, caminhadas etc.)

Fonte: Autores e partes interessadas.

5. RESULTADOS DE CONSERVAÇÃO

A seleção de resultados de conservação baseia-se no entendimento de que a biodiversidade não se mede em uma única unidade. Pelo contrário, ela é distribuída ao longo de um continuum hierárquico de escalas ecológicas que podem ser classificadas em três níveis: (i) espécies; (ii) locais; e (iii) paisagens amplas (ou unidades a nível de ecossistema) denominadas corredores. Estes níveis se interligam geograficamente por meio da ocorrência de espécies em locais e de espécies e locais dentro de corredores. Dadas as ameaças à biodiversidade em cada um desses três níveis, as metas para a conservação podem ser definidas em termos de ‘extinções evitadas’ (resultados de espécies), ‘áreas protegidas’ (resultados de locais) e ‘corredores consolidados’ (resultados de corredores).

As espécies selecionadas são aquelas classificadas como ameaçadas de acordo com a Lista Vermelha da UICN ou a Lista Vermelha Nacional para o Brasil (reconhecendo que a Lista Vermelha da UICN é incompleta no que diz respeito à cobertura de determinados grupos taxonômicos no Brasil, especialmente plantas, peixes de água doce e invertebrados, e que as avaliações nacionais das ameaças podem servir como aproximações para avaliações globais). Os locais são identificados como Áreas Chave para a Biodiversidade (KBAs): locais que “contribuem significativamente para a persistência mundial da biodiversidade”, por exemplo, por meio do apoio a espécies ameaçadas e espécies que tenham distribuições globais severamente restritas. Os corredores são delineados para conectar KBAs (em particular, para apoiar a conectividade da paisagem e manter as funções e os serviços ecossistêmicos para a persistência em longo prazo de espécies). Segundo esta abordagem, as medidas quantificáveis de progresso na conservação da biodiversidade ameaçada podem ser rastreadas no Hotspot Cerrado, permitindo que os recursos limitados disponíveis para a conservação sejam orientados de forma mais eficaz.

5.1 Locais de Importância para a Conservação e Instrumentos de Gestão Ambiental

Pelo menos dez principais iniciativas proporcionaram avanços no conhecimento sobre o Hotspot Cerrado: oficinas de biodiversidade com suas revisões e detalhamentos (1998, 2007, 2011 e 2014); definição de hotspots de biodiversidade do mundo (2000 e 2004); elaboração de listas vermelhas nacionais de espécies ameaçadas da flora e da fauna (2008 e 2014); identificação de áreas-chave para a conservação da biodiversidade (KBAs) (2007); identificação de espécies raras de plantas e peixes (2009 e 2010); e identificação de áreas insubstituíveis tendo em conta as espécies de flora e fauna do Cerrado ou áreas específicas do hotspot (2007 e 2008).

O primeiro exercício, realizado em 1998, foi baseado no modelo de oficinas de biodiversidade para identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, principalmente considerando a ocorrência e distribuição de espécies endêmicas e ameaçadas no Cerrado. A riqueza era o critério mais importante, enquanto a singularidade, a utilidade e outros critérios não foram considerados. As oficinas de biodiversidade faziam parte do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) no âmbito do Programa Nacional de Biodiversidade. Estudos adicionais foram realizados em todos os biomas brasileiros até meados dos anos 2000 para a identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, em conformidade com as obrigações do país no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. A melhor informação disponível foi utilizada para produzir novas análises para o Cerrado, com a identificação de 87 áreas

prioritárias para a conservação da biodiversidade, incluindo também áreas no Pantanal, publicada em 2007 (MMA 1999, 2007). Recentemente (2012), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) assumiu a revisão das áreas prioritárias em todos os biomas, um por um. O Cerrado foi avaliado em conjunto com o bioma Pantanal, sob a liderança do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) no Brasil, e o relatório foi concluído em 2012. Recomendou-se a criação de áreas protegidas em 42 polígonos, em três diferentes classes de prioridades. Além disso, o exercício também forneceu várias recomendações de ações de conservação: 1) Cadastro Ambiental Rural (CAR) e boas práticas; 2) recuperação; 3) compensação de Reserva Legal; 4) promoção do uso sustentável; e 5) criação de corredores ou mosaicos em 48 polígonos, com três classes diferentes de prioridade.

No início dos anos 2000, novas análises e propostas tornaram-se possíveis em função de maior conhecimento científico sobre a biodiversidade do Cerrado (Marinho-Filho *et al.* 2010) e o surgimento de métodos analíticos que envolvem planejamento sistemático de conservação (Margules e Pressey 2000). Esses avanços também foram estimulados por novas propostas para a conservação em larga escala em corredores de biodiversidade ou corredores ecológicos (Sanderson *et al.* 2003). Como resultado de um esforço amplo de tornar sistemático o uso de bancos de dados biológicos, novas abordagens utilizaram informações sobre a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção ou de relevância para a conservação, tais como áreas-chave para a conservação da biodiversidade com base na distribuição das espécies ameaçadas, raras e/ou endêmicas (Eken *et al.* 2004; Langhammer *et al.* 2007). A identificação de áreas-chave para a conservação do Cerrado incluiu vertebrados, plantas e peixes raros (Kasecker *et al.* 2009; Nogueira *et al.* 2010.) e áreas da Aliança para Extinção Zero (AZE 2010).

O Cerrado conta com alguns locais identificados pela AZE, que visa à criação de uma linha de defesa contra a extinção de espécies, eliminando ameaças e restaurando habitats, a fim de recuperar as populações naturais. A iniciativa internacional visa impedir extinções pela identificação de áreas-chave para a proteção local, cada uma das quais é considerada o último refúgio de uma ou mais espécies classificadas como ‘em perigo’ ou ‘criticamente em perigo’ de acordo com os critérios da IUCN. O primeiro local AZE identificado no Cerrado foi a Estação Ecológica Serra das Araras, em Mato Grosso, onde se encontra uma população de pombinhas olho azul (*Columbina cyanopsis*), uma espécie que está criticamente ameaçada (AZE 2010). A Aliança Brasileira para Extinção Zero foi criada para contribuir para a identificação de locais globais AZE no país. A AZE-Brasil identificou sete locais AZE adicionais para o Cerrado, considerando-se apenas a lista vermelha nacional. Os locais são:

1. Zoológico de Brasília (Brasília) para o rato *Candango* (*Juscelinomys candango*)
2. Parque Nacional das Emas (Goiás) para o bacurau-de-rabo-branco (*Eleothreptus candicans*)
3. Brejinho de Nazaré (Tocantins) para um peixe (*Simpsonichthys multiradiatus*)
4. Rio Catu (Bahia) para o peixe barrigudinho (*Phalloptychus eigenmanni*)
5. Rio Patos (Goiás) para um peixe (*Simpsonichthys marginatus*)
6. Rio Tabocas (Minas Gerais) para um peixe (*Simpsonichthy sauratus*)
7. Rio Urucuia (Minas Gerais) para um peixe (*Simpsonichthys zonatus*)

Mais recentemente, o Centro Nacional para a Conservação da Flora (CNC Flora) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro coordenou um amplo esforço para atualizar a lista de flora brasileira ameaçada e identificar áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade (Martinelli e Moraes 2013; Martinelli *et al.* 2014). O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) coordenou a revisão da fauna brasileira

ameaçada de extinção que levou à nova lista publicada em dezembro de 2014. Os resultados reforçam a necessidade urgente de ações novas e integradas para a conservação do Cerrado. Todas essas iniciativas ajudaram a compreender a situação atual e destacaram as áreas críticas para a conservação do Hotspot Cerrado, conforme descrito abaixo.

5.2 Resultados de Espécies

O Brasil é signatário de importantes acordos e convenções internacionais sobre a conservação das espécies ameaçadas de extinção, como a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). Com base nestes compromissos internacionais e em sua própria Política Nacional de Biodiversidade, o governo brasileiro, com o apoio de dezenas de especialistas, tem ampliado e atualizado as listas vermelhas para a fauna e a flora (Machado *et al.* 2008; Martinelli e Moraes 2014).

A significativa pressão antrópica sobre os habitats naturais do Cerrado está colocando em risco a manutenção em longo prazo de sua biodiversidade. As análises de listas vermelhas no Brasil mostram que pelo menos 901 espécies do Cerrado estão ameaçadas de extinção, incluindo 266 espécies da fauna e 635 espécies da flora. Somente o bioma Mata Atlântica abriga mais espécies ameaçadas de extinção.

Estes números são certamente maiores, uma vez que apenas 10% das espécies de flora do Cerrado foram avaliadas. Somente 119 dessas 266 espécies de fauna ameaçadas foram reconhecidas e incorporadas na lista de espécies globalmente ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) até 2015, como mostra a Tabela 5.2, uma vez que os grupos de trabalho de avaliação taxonômica da UICN não se reúnem anualmente para incorporar essas atualizações. Das espécies vegetais da lista vermelha nacional, apenas 41 também sofrem algum grau de ameaça na lista da UICN (ver a Tabela 5.1 para a Lista Vermelha Nacional, a Tabela 5.2 para a Lista Vermelha da UICN e a Tabela 5.3 para a comparação das duas).

Tabela 5.1. Espécies Nacionalmente Ameaçadas no Hotspot Cerrado, por Grupo Taxonômico.

Grupo Taxonômico	Criticamente em Perigo	Extinto na Natureza	Extinto	Vulnerável	Total
Plantas	109	--	356	170	635
Pássaros	2	1	10	21	34
Anfíbios	2	--	2	--	4
Répteis	1	--	10	6	17
Mamíferos	--	1	14	26	41
Peixes	22	--	34	47	103
Invertebrados	26	--	26	15	67
Total	162	2	452	285	901

Uma espécie muito representativa ameaçada de extinção no Cerrado é o pato-mergulhão (*Mergus outubro setaceus*), que ocorre em baixa densidade nos cursos de água na floresta subtropical e nas savanas com mata ciliar. É o único representante da espécie da família *Mergini* (Ordem *Anseriformes*) no Hemisfério Sul e pouco se sabe sobre a sua biologia. A espécie é uma das aves mais ameaçadas das Américas, sendo classificada como criticamente ameaçada tanto na Lista Vermelha Nacional como na Lista Vermelha da UICN, devido ao declínio das suas já reduzidas populações (BirdLife International 2000). A estimativa da população brasileira total de merganser é de 175 a 225 indivíduos nas áreas de distribuição disjuntas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins (WPE 2015) e há quatro indivíduos em cativeiro. Existem avistamentos confirmados em quatro bacias hidrográficas (rios São Francisco, Tocantins, Paraná e Doce) e em três países (Paraguai, Argentina e Brasil). A mais recente aparição no Paraguai, no entanto, foi em 1984, enquanto na Argentina houve apenas duas aparições desde 1993. Todos os registros de ambos os países vizinhos se referem a aves isoladas, o que indica uma redução abrupta ou mesmo o desaparecimento das espécies nas áreas investigadas. A ave é sedentária e monogâmica. Acredita-se que os pares se emparelham para a vida e que permanecem na mesma extensão do rio. Isto os torna extremamente suscetíveis à perda e degradação de habitat.

Tabela 5.2. Espécies Globalmente Ameaçadas no Hotspot Cerrado, por Grupo Taxonômico.

Grupo Taxonômico	Criticamente em Perigo	Extinto na Natureza	Extinto	Vulnerável	Total
Plantas	4	--	17	20	41
Pássaros	6	--	8	27	41 ^a
Anfíbios	4	--	--	--	4
Répteis	--	--	2	5	7
Mamíferos	1	1	9	10	21
Peixes	--	--	--	5	5
Invertebrados	10	4	12	15	41
Total	25	5	48	82	160

^a Incluindo três pássaros em perigo dos KBAs na Bolívia e Paraguai.

Tabela 5.3. Espécies Nacionalmente e Globalmente Ameaçadas no Hotspot Cerrado, por Grupo Taxonômico.

Grupo Taxonômico	Lista Vermelha Brasileira	Lista Vermelha Global IUCN	Total de Espécies Ameaçadas ^b
Plantas	635	41	635
Pássaros	34	41 ^a	55
Anfíbios	4	4	7
Répteis	17	7	22
Mamíferos	41	21	47
Peixes	103	5	108
Invertebrados	67	41	106
Cerrado	901	160	980

^a Incluindo pássaros em perigo da Bolívia e Paraguai.

^b Espécies avaliadas como ameaçadas nacionalmente e/ou globalmente.

Outro grupo importante de espécies ameaçadas do Cerrado e muito importante para as comunidades extrativistas são as espécies da família *Eriocaulaceae*, popularmente conhecida como ‘sempre-vivas’ porque suas inflorescências mantêm a mesma aparência que tinham antes de serem separadas das plantas. As sempre-vivas habitam campos abertos expostos ao sol, em terra variando de seca a muito inundada, em áreas de pastagens de alta altitude, savanas e campos da Amazônia chamados campinarana, dunas e mangues das zonas úmidas da Mata Atlântica e veredas. Apesar de sua aparente plasticidade, estas plantas não sobrevivem facilmente fora do sua ocorrência original.

A família *Eriocaulaceae* abrange dez gêneros e cerca de 1.200 espécies distribuídas em todas as regiões tropicais do planeta. Esta é uma das maiores famílias de endemismo (isto é, ocorrência exclusiva) no Brasil. Muitas vezes, uma espécie ocorre em uma única montanha ou em uma área muito restrita, com uma distribuição geográfica muito limitada. Isso faz com que muitas delas estejam seriamente ameaçadas. Além de ameaças devidas à perda de habitat por atividades agrícolas e expansão urbana, uma séria ameaça para estas espécies é sua própria extração indiscriminada, especialmente quando isso ocorre com a coleta prematura de inflorescências, antes da produção ou da maturação completa das sementes. A remoção de muitas plantas inteiras no momento da coleta e o uso frequente de fogo como um estimulador de floração são fatores que contribuem para a redução das populações destas espécies em suas áreas nativas. É importante notar que várias comunidades humanas dependem da extração de sempre-vivas para sua sobrevivência. Portanto, a busca de alternativas sustentáveis para essas comunidades é mais do que um desafio. Trata-se de uma necessidade.

A raridade de espécies pode ser definida pela distribuição geográfica limitada, pela afinidade e especificidade de habitat ou de acordo com a sua densidade local (Krukkeberg e Rabinowitz 1985). Principalmente quando associada com impactos ambientais, a raridade implica um risco concreto de extinção. Neste sentido, espécies raras devem ser frequentemente tratadas como alvos de conservação, uma vez que suas características de alta vulnerabilidade lhes confere um status de maior vulnerabilidade.

No Brasil, um dos estudos mais completos sobre plantas raras foi publicado por Giulietti *et al.* (2009), considerando a distribuição geográfica como um parâmetro de raridade (espécies com uma área de distribuição menor do que 10.000 km²) e cobrindo 2.291 espécies, 687 das quais ocorrem dentro do Bioma Cerrado. Em 2014, o CNC Flora conduziu uma avaliação de risco de extinção somente em espécies do Cerrado mencionadas neste estudo, revisando e atualizando os dados sobre a ocorrência dessas espécies. Foram avaliados quase 5.000 pontos de ocorrência de 577 espécies de plantas raras, das quais 366 (67%) foram classificadas como ameaçadas de risco de extinção, reforçando a situação vulnerável destas espécies. Devido à falta de dados espaciais consistentes de algumas espécies, foi possível ter pontos de ocorrência de apenas 439 plantas raras, que foram incorporadas na análise de KBA.

O mesmo parâmetro de raridade foi utilizado em um estudo (Nogueira *et al.* 2010) que encontrou 819 peixes raros no Brasil. A maioria (65%) de espécies consideradas raras podem ser encontradas em pequenas bacias hidrográficas nos biomas Cerrado (210 espécies) e Mata Atlântica (322 espécies), identificados como hotspots globais para a conservação devido ao seus altos graus de endemismo e perda de habitat. As espécies identificadas em ambos os estudos foram também consideradas alvos de conservação no âmbito do CEPF. Todas as espécies-alvo estão resumidas na Tabela 5.4.

Tabela 5.4. Metas de Conservação no Cerrado por Nível de Espécies.

		Número de Espécies	Número Total de Espécies
Espécies Insubstituíveis	Plantas Raras	439	649
	Peixes Raros	210	
Espécies Vulneráveis	Flora Ameaçada	635	980
	Fauna Ameaçada	345	
		Total no Cerrado	1.629

Estima-se que o Cerrado contenha aproximadamente 12.000 espécies de plantas, 34,9% (4.208) das quais são endêmicas (Forza *et al.* 2012; Capítulo 3, Tabela 3.1) e 5,3% (635) são ameaçadas. Isto significa que o Cerrado contém 13,4% de todas as espécies de plantas na região neotropical e que 1,5% de todas as espécies de plantas do mundo estão presentes apenas neste hotspot. Um total de 2.373 espécies de vertebrados terrestres e aquáticos foi registrado no Cerrado, 433 (18,2%) dos quais são restritas (endêmicas) para a região (Capítulo 3, Tabela 3.1) e 10% estão ameaçadas (239 espécies). Répteis squamata (lagartos, serpentes e anfisbenas ou ‘lagartos minhoca’) destacam-se, com 38% de suas espécies endêmicas para este hotspot (Nogueira *et al.* 2010). Os mamíferos são o grupo taxonômico com a maior proporção de espécies ameaçadas: 18,7% (47 de 251 espécies). A lista completa de espécies ‘gatilho’ pode ser encontrada no Apêndice 1.

5.3 Resultados Locais: Áreas Chave para a Biodiversidade

Esforços para identificar locais estratégicos para a conservação da biodiversidade de importância global no Cerrado vêm sendo realizados desde meados dos anos 2000. O Hotspot Cerrado em Brasília já tinha uma lista de KBAs (CI-Brasil 2009) com base em critérios de vulnerabilidade (Langhammer *et al.* 2007), a partir de avaliações mais antigas de listas vermelhas nacionais e internacionais de plantas e vertebrados, que tinham sido utilizadas em estratégias de conservação da biodiversidade neste hotspot. A Bolívia e o Paraguai também contam com suas próprias avaliações, mas a identificação de locais importantes para a conservação da biodiversidade liderada pela BirdLife International foi focada somente em aves ameaçadas. As Áreas Importantes de Pássaros (IBA) seguem os mesmos princípios conceituais e metodológicos das KBAs e destinam-se a identificar lugares excepcionalmente importantes e esboçar estratégias de conservação para pássaros. Estudos de peixes raros (2010) e plantas raras (2014) realizados por pesquisadores no Brasil também identificaram KBAs, utilizando os critérios de insubstituibilidade (Langhammer *et al.* 2007) para estas espécies, e também foram incluídos nesta análise.

As espécies ameaçadas de extinção nas KBAs brasileiras foram atualizadas com novos registros de espécies de fauna e flora, e também com a inclusão ou remoção de espécies seguindo a revisão da lista brasileira, recentemente publicada, de espécies ameaçadas. Tanto a lista nacional brasileira (IBAMA, publicada em dezembro de 2014) quanto a internacional (UICN, acessada em janeiro de 2015) foram consideradas, bem como registros de ocorrência das espécies na literatura científica, herbários e museus ao longo dos últimos dez anos. Esta atualização gerou um banco de dados com mais de 10.000 pontos de ocorrência de espécies de flora e fauna ameaçadas na parte brasileira do Hotspot Cerrado.

As KBAs na Bolívia e no Paraguai, com uma avaliação IBA que utilizou 42 e 15 espécies, respectivamente, identificaram apenas uma IBA boliviana e três no Paraguai. Destas, porém,

apenas duas espécies são consideradas pássaros ameaçados de acordo com os critérios da IUCN, e dez são vulneráveis, todas fazendo parte de resultados das espécies do Cerrado. O resto pertence às categorias ‘menos preocupante’, ‘quase ameaçada’ e ‘não reconhecida’.

A revisão das áreas brasileiras resultou num total de 773 KBAs para espécies ameaçadas do Brasil (Tabela 5.5). Somado a KBAs para as espécies brasileiras insubstituíveis e KBAs para a Bolívia e o Paraguai, o total é de 1.270 áreas importantes para a conservação do bioma. No entanto, uma vez que as KBAs brasileiras de diferentes grupos apresentaram sobreposição espacial, a análise de agrupamento destas áreas resultou em um total final de 761 KBAs brasileiras, mais uma na Bolívia e três no Paraguai (Figura 5.1)

Tabela 5.5. Áreas Chave para Conservação da Biodiversidade de Grupos Biológicos Diferentes no Cerrado.

Critério Langhammer	Grupo Taxonômico	Número de Espécies Analisadas	Total de KBAs
Insubstituível	Plantas Raras	439	344
	Peixes Raros	210	149
Vulnerável	Flora Ameaçada	635	392
	Fauna Ameaçada	345	385
	Total no Cerrado	1.629	765^a

^a Uma vez que muitas KBAs qualificam-se em vários critérios, havendo portanto sobreposição, esta figura não é igual à soma de todos os critérios (1.270).

Estas 765 áreas abrangem um total de cerca de 1,2 milhão km², dos quais 1,18 milhão de km² estão em território brasileiro, o que representa aproximadamente 60% do bioma brasileiro. A lista completa de 765 KBAs, seus códigos de identificação e nomes pode ser encontrada no Apêndice 2.

As KBAs do Brasil no Cerrado contêm 474.000 km² de remanescentes da cobertura vegetal original (24% do bioma) e 117.000 km² em áreas protegidas, incluindo terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação federais e estaduais (~10% do bioma) (Figura 5.2).

Figura 5.1. 765 Áreas Chaves para a Biodiversidade no Hotspot Cerrado.

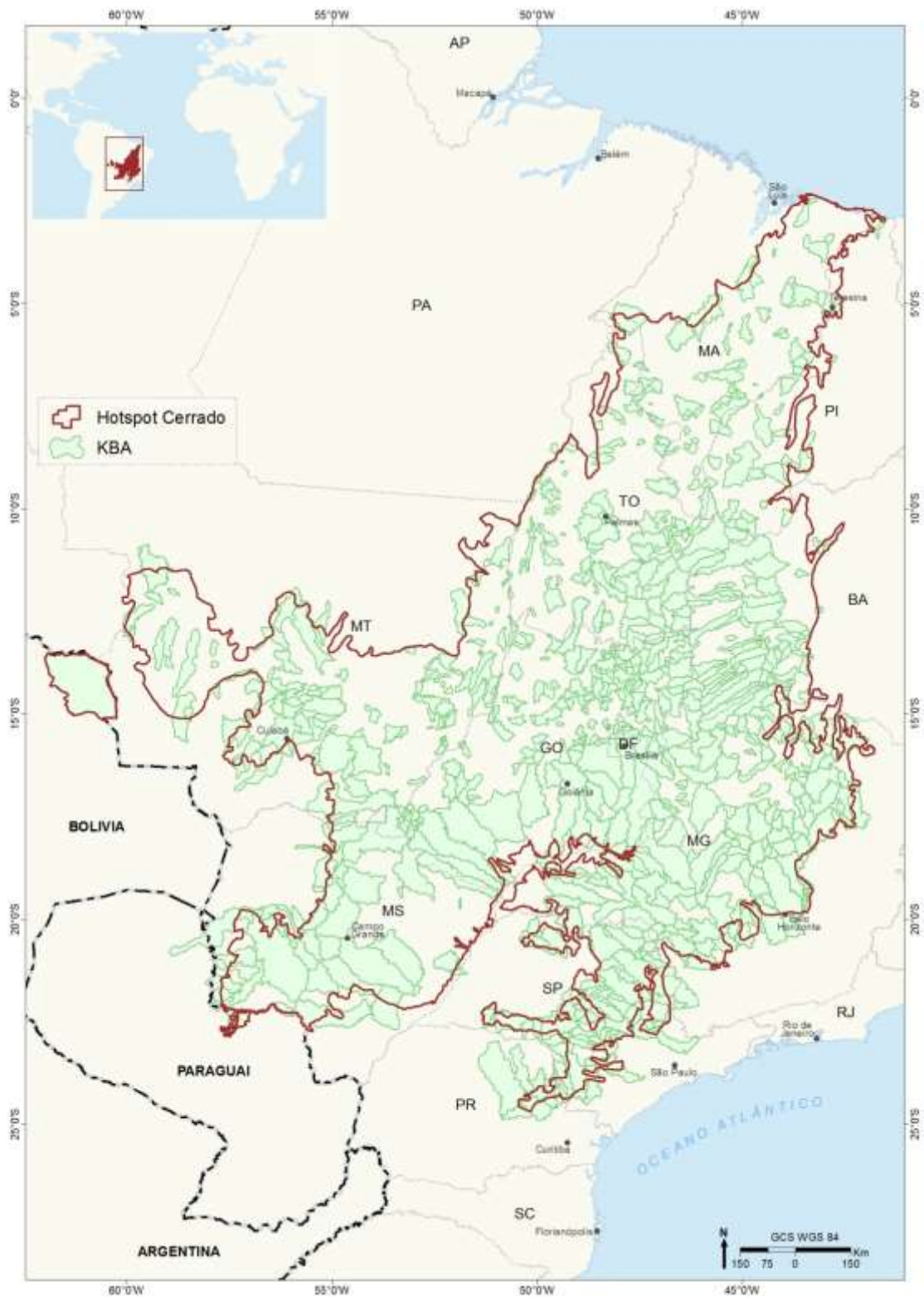
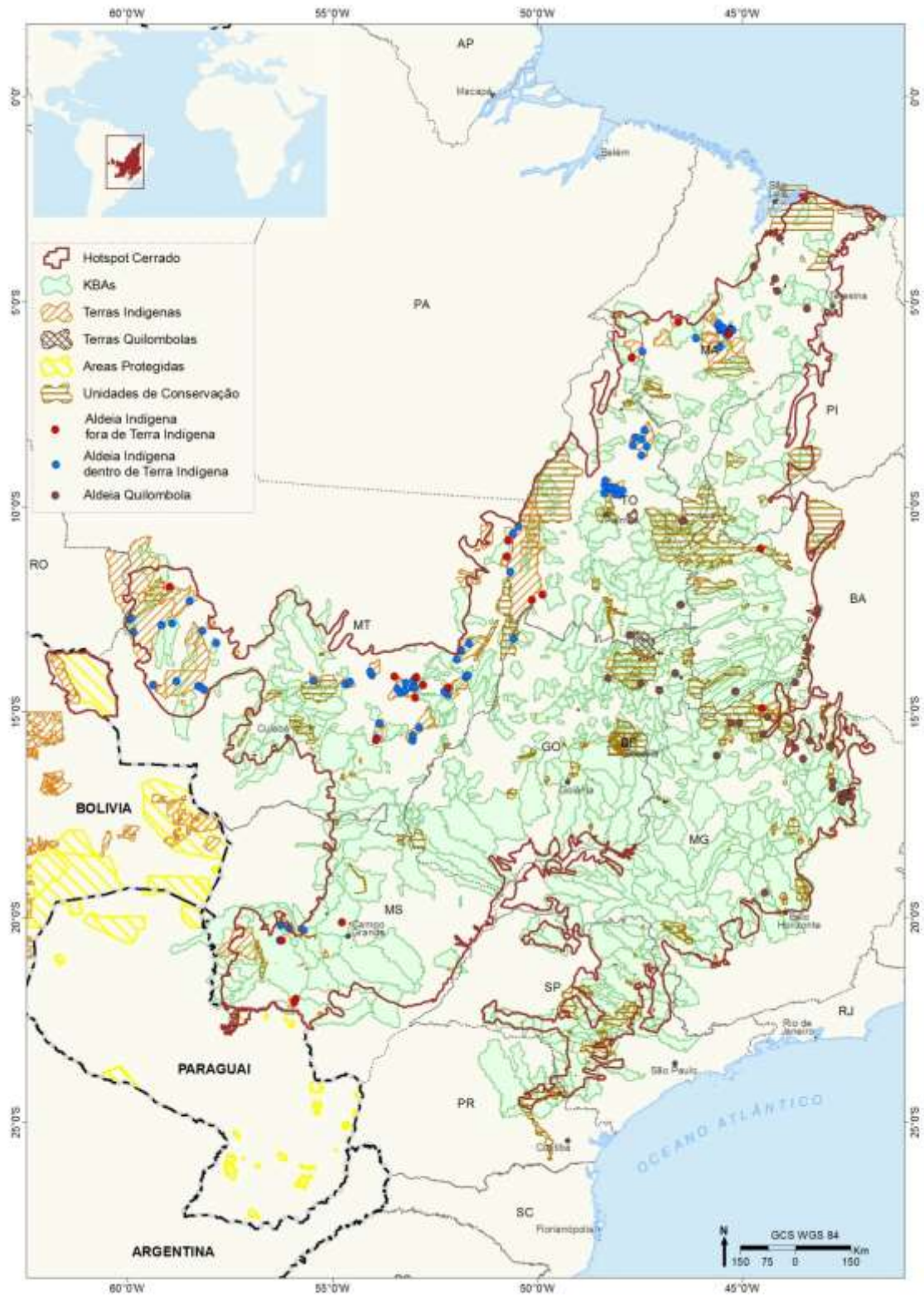


Figura 5.2. Áreas Chave para a Biodiversidade e Áreas Protegidas no Hotspot Cerrado.



Existe uma aparente discrepância entre a área de KBAs (1,18 milhão de km²) e a área de cobertura remanescente dentro delas (0,47 milhão de km²). Uma vez que o último banco de dados de remanescentes de Cerrado está desatualizado (de 2009), a delimitação de KBAs não considerou os limites dos remanescentes, e a estratégia de conservação para estas áreas definitivamente necessita considerar programas de restauração de vegetação natural. Além disso, a estratégia de paisagem deve considerar ações para conectar fragmentos por meio de corredores. Os estados com o maior número de KBAs são Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.

As KBAs na Bolívia e no Paraguai incluem áreas claramente em transição, com múltiplas paisagens e vegetação variada. Incluem florestas úmidas e matas de galeria, pampas, zonas úmidas e savanas em suas diversas configurações (cerradões, campos limpos, campos sujos). A metade das KBAs está atualmente protegida por parques nacionais (San Luis e Paso Bravo, no Paraguai, e Noel Kempff, na Bolívia) (ver Figura 5.2), bem como uma reserva particular (Cerrado del Tagatija). Outra área dentro de uma KBA no Paraguai aguarda o reconhecimento como uma reserva científica privada. Na Bolívia, o Parque Nacional Noel Kempff (totalmente contido pela KBA), também foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2000.

5.3.1 KBAs para a Prestação de Serviços Ecosistêmicos: KBA+

No passado, a identificação de KBAs não incluiu uma avaliação dos serviços ecosistêmicos (SE). No entanto, a importância desses serviços foi reconhecida na versão mais recente das diretrizes sobre KBAs (UICN 2012). As diretrizes afirmam que, quando possível, os valores de serviços ambientais de KBAs devem ser documentados, comunicados e incorporados na tomada de decisão subsequente.

A compreensão do papel que KBAs desempenham na prestação de serviços que são importantes para as pessoas, especialmente para os pobres, chama-se KBA+. O marco analítico foi desenvolvido pelo Centro Gordon e Betty Moore de Ciência e Oceanos (MCSO) da CI com o apoio e parceria do CEPF e CI-Madagascar.

A metodologia KBA+ inclui os sete passos seguintes:

- (1) Estimar valores de serviços ecosistêmicos importantes dentro e ao redor de KBAs
- (2) Desenvolver descrição narrativa de valores dos serviços ecosistêmicos
- (3) Identificar critérios para avaliar áreas importantes
- (4) Aplicar os critérios para identificar e mapear as áreas importantes dentro e ao redor de KBAs
- (5) Resumir valores de serviços ecosistêmicos para KBAs
- (6) Comentar e refinar os resultados
- (7) Desenvolver recomendações e integrar no perfil CEPF

Estes passos foram seguidos pela CI-Brasil e pelo ISPN neste estudo, incluindo o envolvimento com as diferentes partes interessadas, um componente transversal desta metodologia. Para o Perfil do Ecosistema do Cerrado, a principal adaptação à metodologia foi se concentrar em serviços ecosistêmicos específicos relacionados a água (especialmente provisão para geração de energia hidrelétrica, irrigação e abastecimento urbano). Algumas abordagens utilizadas para KBA+ em Madagascar foram discutidas e consideradas não aplicáveis ao bioma Cerrado (por exemplo, fontes de dados disponíveis ou substitutos para a

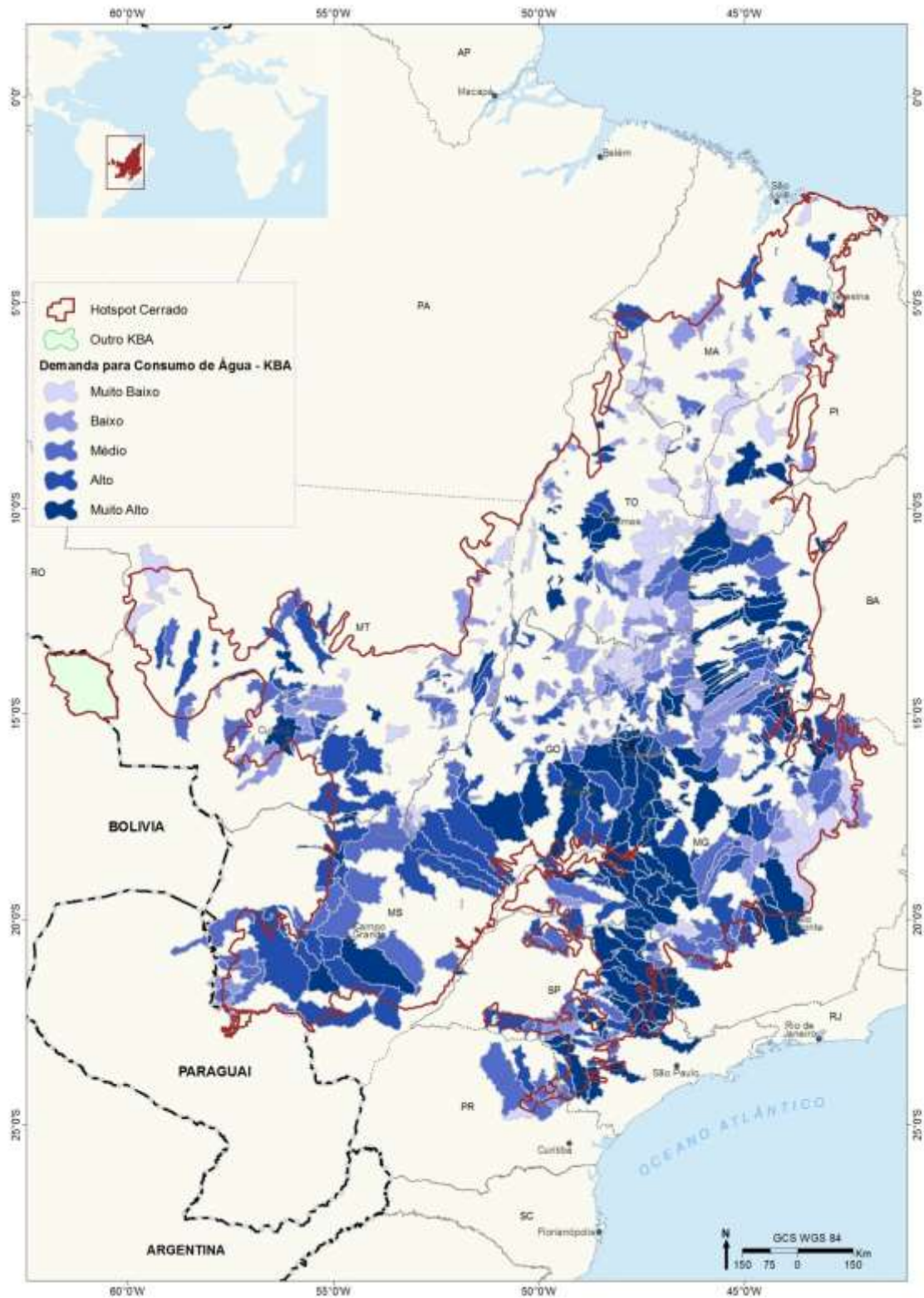
pesca, a caça e o risco de desastres) ou tiveram graves problemas de viés nos bancos de dados, apesar de serem indicadores importantes de serviços ecossistêmicos (por exemplo, fornecimento de alimentos e produtos florestais não-madeireiros e madeireiros e turismo).

Como no marco analítico usado em Madagascar, os serviços ecossistêmicos identificados na abordagem KBA+ não são ‘valorizados’ em termos econômicos, mas classificados segundo sua importância relativa para o abastecimento de água.

Os dados foram fornecidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) e incluem a demanda pelo uso da água em cinco categorias: animal, industrial, irrigação, rural e urbana (tudo na escala de microbacias). A análise foi realizada usando uma média ponderada para cada KBA e os resultados foram classificados em cinco categorias (Figura 5.3), a respeito da importância relativa dos serviços ecossistêmicos no fornecimento de água para cada tipo de uso.

Um total de 152 KBAs foi considerado de importância muito elevada para os serviços ecossistêmicos de água, todas localizadas perto de grandes cidades e atividades agrícolas, onde a demanda por consumo de água é maior.

Figura 5.3. KBA+ nas Cinco Categorias de Importância para o Abastecimento Hídrico.



5.4 Resultados de Corredores

No âmbito da proposta CEPF, os corredores foram definidos como unidades espaciais de grande escala necessárias para a manutenção dos processos em escalas ecológicas e evolutivas, considerando a escala da paisagem. Os corredores foram delimitados e definidos a partir de aglomerações de KBAs de grande importância para o bioma Cerrado (após o processo de priorização de KBAs), de acordo com três critérios principais:

1. Aglomerações de KBAs encontradas na categoria Alta Importância (ver Capítulo 13 para a categorização de KBAs);
2. Conectividade de vegetação natural e remanescentes;
3. Áreas Protegidas, incluindo unidades de conservação e terras indígenas e quilombolas.

Os corredores já estabelecidos na região do Cerrado foram também incorporados nesta análise, para reforçar o instrumento e porque eles já eram conhecidos pelas partes interessadas.

A primeira aproximação da definição de corredores foi apresentada para as partes interessadas e discutida para aproveitar suas contribuições e recomendações. Considerando a dinâmica socioeconômica e algumas estratégias para paisagens ambientais previamente definidas, dez corredores estratégicos foram projetados: Cerrado Maranhense, Cerrado na Amazônia Legal, Jalapão, Araguaia, APA Pouso Alto-Veadeiros-Kalungas, RIDE Brasília, Mosaico Grande Sertão-Peruaçu, Serra do Espinhaço, Emas-Taquari e Miranda-Bodoquena.

Uma vez que os corredores Cerrado Maranhense e Cerrado na Amazônia Legal foram considerados extensos demais para fazer parte de uma estratégia adequada, recomendou-se sua divisão em partes menores, priorizando a proteção de seus núcleos. O primeiro corredor original deu origem aos novos corredores Lençóis Maranhenses e Mirador-Mesas e o segundo foi dividido nos corredores Alto Juruena e Chapada dos Guimarães, ambos com importantes áreas protegidas em seus núcleos, conectadas por fragmentos circundantes. Parte do Cerrado no corredor Amazônia Legal original também foi incorporada no corredor Araguaia.

O corredor Jalapão foi rebatizado Central de Matopiba, uma vez que engloba uma área maior do que o Corredor de Biodiversidade Jalapão (uma iniciativa do governo). Os quatro corredores Veadeiros-Pouso Alto-Kalunga, Emas-Taquari, Miranda-Bodoquena e Serra do Espinhaço mantiveram quase a mesma área durante todo o processo, com pequenos ajustes de acordo com as recomendações das partes interessadas e os resultados finais sobre KBAs prioritárias.

Recomendou-se que a porção oeste do estado da Bahia fosse incorporada numa estratégia de paisagem, por causa de seus ecossistemas únicos, a oportunidade de se conectar fragmentos e a urgência de ações de conservação. Por isso, o Corredor Sertão Veredas-Peruaçu incorporou esta área devido a sua dinâmica ambiental semelhante e quase dobrou de tamanho. O corredor RIDE Brasília também incorporou uma área importante no meio do estado de Minas Gerais devido a uma importante aglomeração de KBAs prioritárias e foi rebatizado RIDE DF-Parnaíba-Abaeté.

Finalmente, após a priorização de KBAs, a Serra da Canastra foi identificada como outro importante corredor, abrangendo áreas protegidas e fragmentos importantes em uma matriz de outros usos da terra, incluindo pastagens e áreas urbanas.

A proposta final apresenta 13 corredores de conservação considerados estratégicos para o bioma, com diferentes características históricas e socioeconômicas e de conservação e uso da terra. A Tabela 5.6 resume alguns dos indicadores básicos para cada corredor, enquanto suas posições e áreas podem ser visualizadas na Figura 5.4. Segue uma descrição detalhada das principais características e importância de cada corredor para a conservação do bioma.

Figura 5.4. Corredores de Conservação no Hotspot Cerrado.

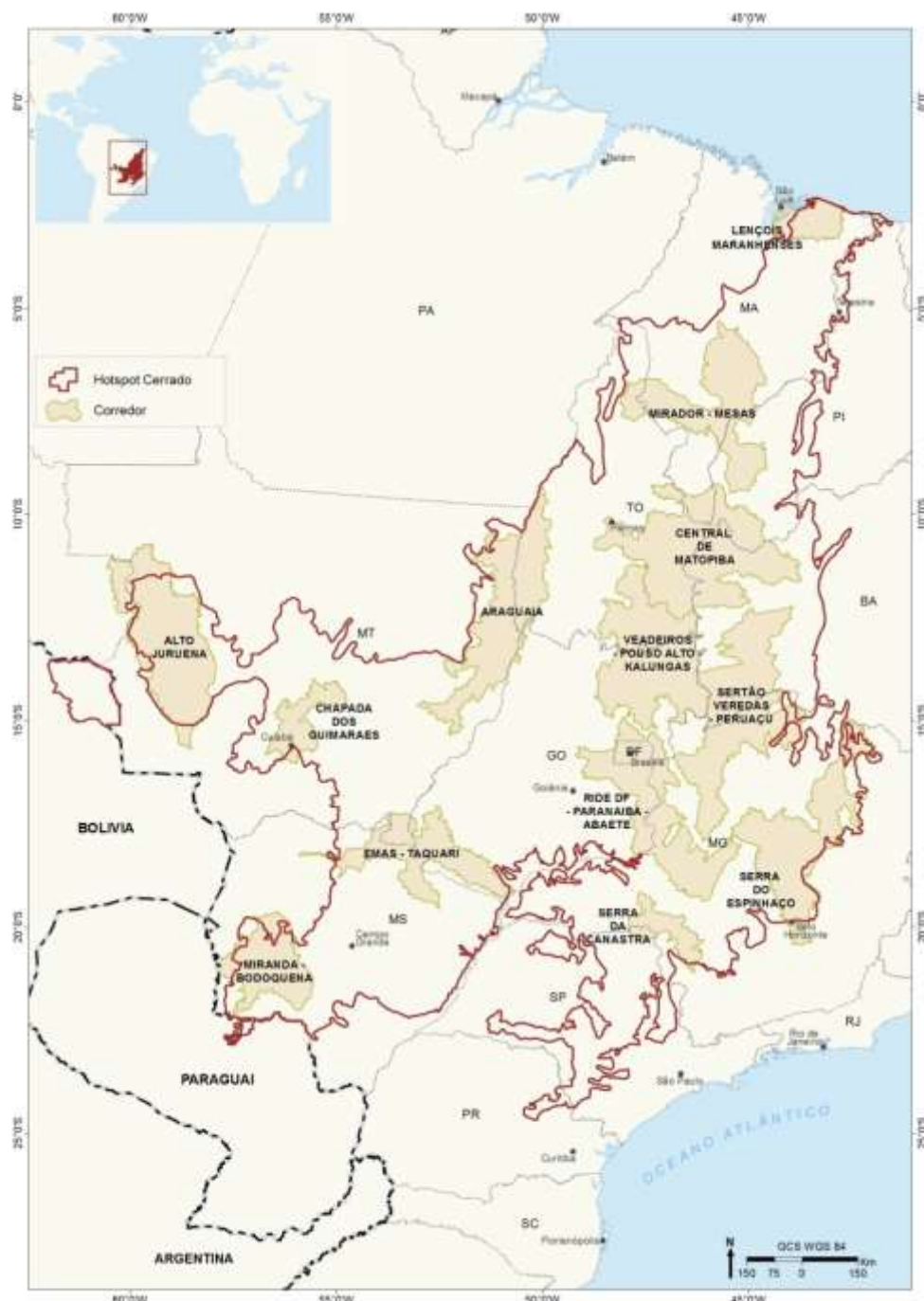


Tabela 5.6. Indicadores Ambientais e Socioeconômicos dos Corredores do Cerrado.

Corredor	Muni- cípios	Popu- lação 2011	PIB R\$ per capita	IDH (a)	IPA (b)	Km ² Cerrado	Vege- tação %	Pro- teção %	TI % (c)	TQ % (d)	UC PI % (e)	UC US % (f)
Alto Juruena	17	400.321	34.674	0.70	5.59	60.289,59	80	55	55	-	4	0
Araguaia	27	338.564	18.736	0.66	5.26	68.259,63	84	50	38	-	13	8
Chapada dos Guimarães	17	1.020.611	28.275	0.68	5.59	17.732,47	61	38	2	0,14	2	36
Emas-Taquari	27	408.026	30.800	0.70	6.15	42.972,58	30	4	-	-	4	0
Central do Matopiba	42	844.577	11.809	0.62	4.95	99.096,07	81	34	-	0,13	16	19
Lençóis Maranhenses	18	455.472	4.276	0.56	5.83	12.101,15	88	90	-	0,10	12	78
Mirador-Mesas	38	901.360	11.117	0.57	5.45	64.237,86	85	23	11	0,03	12	0
Miranda-Bodoquena	15	454.437	16.692	0.68	5.80	29.678,55	44	16	14	0,01	3	0
RIDE DF-Paranaíba- Abaeté	55	4.771.838	20.478	0.70	7.09	64.670,95	41	11	-	0,13	1	10
Serra da Canastra	29	791.769	31.071	0.72	6.28	13.854,46	37	13	-	-	13	0
Serra do Espinhaço	102	5.433.500	13.724	0.66	5.25	57.688,63	60	7	-	-	5	3
Sertão Veredas- Peruaçu	45	703.335	10.577	0.62	5.58	80.995,30	70	18	1	-	6	12
Veadeiros-Pouso Alto- Kalungas	39	335.345	12.599	0.65	5.49	78.124,37	75	20	1	4,20	2	15

(a) Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida resumo do desempenho médio de uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida decente. Média geométrica dos índices normalizados para cada uma das três dimensões. Variação: 0-1.

(b) Índice de Pressão Antrópica, índice sintético de pressões econômicas e demográficas sobre o ambiente, combinando estoque e fluxo de agricultura, pecuária e população urbana e rural em nível municipal. Variação: 2-10 (sendo 10 a mais alta pressão).

(c) Terras Indígenas.

(d) Terras Quilombolas.

(e) Unidades de Conservação de Proteção Integral.

(f) Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

5.4.1 Alto Juruena

O Corredor Alto Juruena consiste em 16 municípios de Mato Grosso e um de Rondônia e possui uma das menores populações residentes. No entanto, seu PIB médio é o maior dos corredores identificados, atingindo quase R\$ 35.000, e seu IDH também é relativamente elevado (0,7). Sua área ainda abriga uma alta proporção de cobertura remanescente no bioma Cerrado (80%), com boa parte em áreas protegidas (55%), com terras indígenas dos povos Paresi, Memku, Nambikwara, Manoki, Enauwenê-Nawê e apenas uma área protegida, a Estação Ecológica Iquê, com 200.000 hectares. A região tem pouca organização da sociedade civil, enquanto atuam algumas organizações de apoio aos indígenas.

5.4.2 Araguaia

O rio Araguaia é o terceiro maior rio do Brasil fora da bacia amazônica, com grande diversidade cultural e socioeconômica, bem como elevado potencial para o turismo. Este rio atravessa os dois maiores biomas brasileiros e conecta muitas áreas protegidas. O corredor abrange a porção média do rio Araguaia com a Ilha do Bananal na sua ponta norte. Ele se estende de Registro do Araguaia até Santa Isabel do Araguaia, uma distância de 1.505 km. O corredor inclui 27 municípios em Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins, com a segunda menor população residente de acordo com o Censo Demográfico de 2010: 338.000 pessoas.

A cobertura vegetal é caracterizada por diferentes tipos de vegetação do Cerrado, com variação significativa na composição e com alguma influência de espécies amazônicas e dinâmicas de inundação, resultando em uma acentuada heterogeneidade de ambientes. O corredor ainda está coberto em 84% por remanescentes de vegetação original. As planícies da Ilha do Bananal possuem ecossistemas aquáticos e terrestres em boas condições devido à adoção de políticas de conservação e para indígenas, com a implementação de áreas protegidas e terras indígenas, especialmente o Parque Nacional do Araguaia (555.517 hectares), o Parque Araguaia (1,3 milhão hectares) e o Parque Estadual do Cantão (90.000 hectares), bem como as terras indígenas Avá-Canoeiro, Javaé, Karajá e Tapirapé. Esta é uma das mais extensas áreas com estatuto de proteção oficial no hotspot.

Esta região conta com forte presença de organizações da sociedade civil cujas ações se concentram em assistência técnica aos assentados da reforma agrária, principalmente para apoiar o agroextrativismo e a agroecologia, bem como um grupo indígena Xavante que está reocupando a Terra Indígena Marãwaitiséde, onde monoculturas e pecuária invadiram 60% da área.

5.4.3 Chapada dos Guimarães

O Corredor Chapada dos Guimarães, que consiste em 17 municípios de Mato Grosso, incluindo a capital (Cuiabá), é o corredor com a terceira maior população residente: pouco mais de 1 milhão de habitantes. A área do corredor continua tendo uma boa parcela de remanescentes da cobertura vegetal de Cerrado (60%) e áreas protegidas (38%), com destaque para o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e o Parque Estadual Águas de Cuiabá. O corredor inclui a Bacia do Alto Paraguai, ligando o Cerrado ao Pantanal.

A agricultura e especialmente a pecuária extensiva constituem as principais forças de substituição da vegetação nativa da região. Entre os municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai, a Chapada dos Guimarães possui a maior diversidade florística (MMA 1997). O ecoturismo está crescendo na região do corredor, com as principais atrações sendo o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e a região do Pantanal.

5.4.4 Emas-Taquari

Emas-Taquari foi um dos corredores de biodiversidade identificados no Seminário sobre Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal em 1998. O corredor estende-se do sudoeste de Goiás ao centro-norte de Mato Grosso do Sul e tem a maior taxa de desmatamento em todo o Cerrado (70% da área já desmatada), assim como a menor cobertura de áreas protegidas, apenas 4%. O corredor contém as cabeceiras de três bacias hidrográficas: Paraguai (com o rio Taquari), Parnaíba e Araguaia-Tocantins. O corredor é ancorado por uma das áreas protegidas mais importantes do Cerrado, o Parque Nacional das Emas.

A exploração agropecuária é a mais forte mudança da paisagem no Corredor Emas-Taquari. Tradicionalmente uma área para bovinos de corte, a região passou por uma grande transformação desde a segunda metade da década de 1970, com a conversão de platôs das terras altas para plantar grãos. Assim, as terras altas estão cobertas por grandes extensões de cultivo de grãos, com alta tecnologia e mecanização. Nas terras baixas ainda domina uma matriz formada por pastagens plantadas, compostas quase inteiramente de gramíneas africanas. Os remanescentes de vegetação natural do Cerrado são, na maior parte, fragmentados e fortemente pressionados pela produção agropecuária. Estão em andamento projetos de restauração ecológica para fornecer conectividade ecológica entre os fragmentos, a expansão das reservas privadas e a consolidação de áreas protegidas públicas, mas precisam de reforço.

5.4.5 Corredor Central de Matopiba

Matopiba é uma região conhecida como a nova fronteira agrícola no Norte-Nordeste brasileiro que inclui a parte sul do Maranhão, todo o estado de Tocantins, o sudoeste do Piauí e o oeste da Bahia. A região é caracterizada por condições favoráveis para o uso de tecnologias de alta precisão em commodities agrícolas tais como soja, milho e algodão. Por causa da importância desta região para o desenvolvimento da agricultura brasileira, em 2015 o governo federal lançou a Agência de Desenvolvimento Regional Matopiba. Além de suas excepcionais condições para a expansão agrícola, a região também se destaca pela presença de extensa e contínua vegetação nativa do Cerrado. Enquanto as áreas de baixa altitude e as montanhas isoladas do Jalapão são conservadas e cada vez mais conhecidas por causa de sua beleza cênica e suas alternativas de ecoturismo, as terras altas estão sofrendo intensamente do desmatamento. De acordo com imagens de satélite de 2009, grande parte da região (82%) ainda estava coberta por remanescentes naturais, que certamente estão severamente ameaçados pela agricultura e as recentes mudanças de uso da terra.

Em sua porção central, Matopiba abrange 42 municípios em todos os quatro estados. A região do Jalapão possui o maior Cerrado contínuo neste dentro de áreas protegidas, constituído pelo Parque Nacional Cabeceiras do Rio Parnaíba, com uma área de 729.813 hectares; a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, com uma área de 716.316 hectares; e o Parque Estadual do Jalapão, com 160.000 hectares. Para além do

seu grande potencial de ecoturismo, os produtos extrativistas e artesanato também são importantes fontes alternativas de renda e são fundamentais para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, que mantêm estilos de vida tradicionais e fazem belos artesanatos e biojóias a partir de caules de capim dourado (*Singonanthus nitens*) e fibra de buriti (*Mauritia flexuosa*).

Além deste continuum de áreas protegidas, a região é vista como a próxima fronteira para a expansão do agronegócio, que é uma grande ameaça às pessoas que nela vivem, à biodiversidade e à manutenção dos recursos hídricos.

5.4.6 Lençóis Maranhenses

O corredor Lençóis Maranhenses é composto de 18 municípios do nordeste do Maranhão. É o menor corredor em termos de área e também tem o menor PIB per capita e IDH (0,56). No entanto, o corredor abrange a maior proporção de terras dentro do bioma Cerrado (88%), 90% das quais estão dentro de áreas protegidas: o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (~12%) e a Área de Proteção Ambiental Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças (~78%).

Este corredor está localizado na região costeira oriental do Maranhão, que tem a maior parte de sua extensão coberta por uma vasta área de dunas de areia. A paisagem é constituída por dunas e restingas no norte e oeste. Há também manchas de savana arbórea e arbustiva em complexa vegetação de transição que se estende para o sul e sudeste.

5.4.7 Mirador-Mesas

O Corredor Mirador-Mesas está situado na parte norte do Cerrado, perto tanto da Amazônia quanto da Caatinga. Esta posição geográfica favorece a existência de grande variedade de ambientes, como pode ser visto na variedade de fauna e flora. O corredor faz parte da Bacia do Rio Parnaíba, o principal rio da região, juntamente com seu afluente, o rio Uruçuí-Una.

Ligando o Piauí, Maranhão e uma pequena região do Tocantins, este corredor inclui os municípios com os menores IDH no bioma. No entanto, a região é muito rica em recursos naturais, como coco babaçu e frutas nativas tais como caju, buriti, bacuri e cajá. É uma região de referência para frutas nativas do Cerrado processadas pelas comunidades locais.

A biodiversidade da região foi pouco estudada e 85% de sua área ainda conta com cobertura de remanescentes de vegetação nativa. As principais áreas protegidas dentro do corredor são o Parque Nacional da Chapada das Mesas, com 160.000 hectares, e o Parque Estadual do Mirador, com 500.000 hectares, no Maranhão, o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, com 32.000 hectares, no Tocantins, e a Estação Ecológica Uruçuí-Uma, com 135.000 hectares, no Piauí.

Devido à sua elevada cobertura vegetal e áreas favoráveis para o estabelecimento de monoculturas, esta região faz parte de novos planos do governo federal para a expansão do agronegócio para a região de Matopiba. Por esta razão, a região está sofrendo forte pressão, especialmente em áreas fora dos 23% que estão agora legalmente protegidos.

5.4.8 Miranda-Bodoquena

O Corredor de Miranda-Bodoquena agrega apenas 15 municípios do Mato Grosso do Sul, alguns dos quais são importantes, como Bodoquena, Bonito, Jardim, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. Ele ocupa uma posição estratégica no continente sul-americano como uma área de contato entre os biomas Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Chaco úmido, concedendo-lhe grande importância em função dos padrões biogeográficos da fauna e da flora. Outras características regionais também contribuem para a sua relevância ambiental, como a presença da Serra da Bodoquena, uma importante zona de recarga do aquífero e dos rios que abastecem as principais bacias hidrográficas da região, que abriga a maior floresta decídua restante no Mato Grosso do Sul. A região é conhecida internacionalmente como um dos principais destinos de ecoturismo do Brasil, especialmente Bonito e áreas circunvizinhas. Apesar de sua importância, o corredor permanece com menos de 45% de sua cobertura vegetal natural, sendo que apenas 16% estão protegidos.

5.4.9 RIDE DF-Paranaíba-Abaeté

Com o segundo maior IDH, o corredor que inclui a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e áreas adjacentes (RIDE DF-Paranaíba-Abaeté) abrange o Distrito Federal assim como 55 municípios no leste de Goiás e oeste de Minas Gerais. A área tem o maior Índice de Pressão Antrópica entre os corredores selecionados, devido à presença do agronegócio e cidades importantes tais como Brasília e Anápolis.

Apenas 41% de sua cobertura vegetal continuam intactos, e apenas 10% são legalmente protegidos. A maior parte do Distrito Federal está protegida por Áreas de Proteção Ambiental (APAs) assim como o Parque Nacional Brasília, a Reserva Biológica de Contagem e a Estação Ecológica de Águas Emendadas. No entanto, não há nenhuma outra área protegida nos demais municípios nos estados de Goiás e Minas Gerais.

O corredor foi ocupado há muito tempo e os municípios conhecidos por seu alto volume de produção agrícola (principalmente soja, eucalipto e algodão) incluem Cristalina, Catalão e Ipameri, em Goiás, e Unai e Paracatu, em Minas Gerais. Há também uma forte presença de empresas de mineração, principalmente em Catalão, Goiás.

5.4.10 Serra da Canastra

O Corredor Serra da Canastra está localizado predominantemente no sudoeste de Minas Gerais e abrange 23 municípios de Minas Gerais e seis de São Paulo. Seu PIB médio é o segundo maior dos corredores identificados e seu IDH também é relativamente alto (0,72). Ele abriga uma variedade de tipos de vegetação do bioma Cerrado, com alguma influência da Mata Atlântica, especialmente em sua porção sul. O seu núcleo, o Parque Nacional da Serra da Canastra, com cerca de 200.000 hectares, é a região mais importante para a conservação da biodiversidade.

Toda a região possui uma densa rede de drenagem com numerosos afluentes e nascentes que alimentam os vários cursos de água. O parque é um divisor natural de águas de duas importantes bacias hidrográficas brasileiras, do São Francisco e do Paraná. Outro componente da sua paisagem são quatro usinas hidrelétricas (UHE), de Furnas, Mascarenhas de Moraes, Estreito e Jaguará.

A área tem elevado Índice de Pressão Antrópica (IPA), apesar de suas atividades humanas antigas e consolidadas. A predominância de pastagens é absoluta, demonstrando a importância da pecuária na economia dos municípios. Na agricultura, o café ocupa a maior área de culturas perenes, enquanto a soja e o milho são as culturas temporárias mais importantes. Grande parte da produção de leite destina-se à produção de queijo Canastra, reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

5.4.11 Serra do Espinhaço

A Serra do Espinhaço é uma das principais formações montanhosas do Brasil, que se estende por 1.000 km. a partir do centro-sul de Minas Gerais até a Chapada Diamantina, na Bahia. O Corredor da Serra do Espinhaço aqui reconhecido refere-se a uma porção de aproximadamente 550 km. da serra localizados em Minas Gerais. A região foi reconhecida em 2005 como Reserva da Biosfera pela UNESCO no programa O Homem e a Biosfera. Com altitudes que atingem 2.000 m., os campos alpinos são a vegetação mais notável do corredor. Eles exibem altas taxas de biodiversidade endêmica e são centros de diversidade para diversos grupos de plantas (Rapini *et al.* 2008). Suas espécies micro-endêmicas muitas vezes só são representadas por pequenas populações, que são, portanto, mais suscetíveis a episódios naturais estocásticos ou antropogênicos. A especificidade de habitats fornece um grande número de espécies de plantas únicas em campos rupestres, sendo esta uma condição especial desta flora que exige ações de conservação em uma escala maior. Apesar da especificidade dos seus ecossistemas e da biodiversidade, o corredor tem uma baixíssima proporção de terras em áreas protegidas (7%), com destaque para os Parques Nacionais Serra do Cipó e Sempre-Vivas, além de muitas pequenas Estações Ecológicas, Monumentos Naturais e parques estaduais.

A extração de flores sempre-vivas tem sido uma das principais atividades econômicas para muitas comunidades tradicionais e quilombolas na região. No entanto, sua extração descontrolada levou algumas espécies à beira da extinção. Hoje, o Parque Nacional Sempre-Vivas, com 124.000 hectares, tem o objetivo de proteger os campos rupestres onde ocorrem essas espécies, mas esta proteção também levou a conflitos com os moradores locais, que foram excluídos das áreas que eles vem usando por gerações (ver por exemplo, <http://vimeo.com//116962413>).

5.4.12 Sertão Veredas-Peruaçu

A parcela sul do Corredor Sertão Veredas-Peruaçu está localizada em áreas de Cerrado do noroeste do estado de Minas Gerais nos municípios de Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga, assim como uma pequena parte do sudoeste da Bahia, no município de Cocos. O corredor é composto por um mosaico de áreas protegidas que é formalmente reconhecido pelo governo federal como o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, que conecta a Terra Indígena Xacriabá e 14 áreas protegidas públicas e privadas em diferentes categorias de manejo, especialmente o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (230.671 hectares). O mosaico cobre mais de 1.500.000 hectares, contendo todos os diferentes tipos de vegetação do Cerrado, bem como pequenas e grandes fazendas que vão desde a agricultura familiar até o agronegócio. A população rural inclui comunidades tradicionais e extrativistas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos indígenas. A região apresenta uma grande riqueza de expressão cultural, como retratado pelo famoso escritor João Guimarães Rosa, cujo

romance mais famoso, Grande Sertão Veredas, deu o nome ao parque nacional com base em Chapada Gaúcha.

A parte norte do corredor atinge o oeste da Bahia, onde o agronegócio tem se intensificado desde meados da década de 1980, com a chegada de agricultores do sul do Brasil. Ao encontrar um clima favorável, terras disponíveis a preços reduzidos e apoio do governo, eles foram pioneiros na plantação de culturas modernas de grãos, principalmente soja, e de eucalipto. A região é formada pelos municípios de Correntina, Jaborandi e São Desidério, entre outros. O agronegócio tem causado altas taxas de desmatamento, chegando o 3% ao ano entre 2008 e 2011, uma das mais elevadas no Cerrado e motivo de grande preocupação. Uma característica típica da região é o grande número de nascentes que abastecem as veredas e alguns dos maiores afluentes da margem esquerda do rio São Francisco. Medidas eficazes de adaptação ambientais são urgentemente necessárias nas fazendas da área para reduzir os impactos, bem como a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e projetos para proteger os remanescentes de vegetação nativa e restaurar áreas ecologicamente degradadas.

5.4.13 Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas

Este corredor abrange todo o nordeste de Goiás e sudeste do Tocantins em 39 municípios. A área é coberta por vegetação nativa em 75%. A porção de Goiás corresponde ao Vale do Paranã, a região mais pobre do estado, com a presença de florestas secas, o tipo de vegetação mais ameaçado do bioma Cerrado. O turismo é muito importante nesta região, devido às inúmeras cachoeiras e belas paisagens conservadas. Também é uma região de alta importância biológica, sendo, por exemplo, um dos habitats raros do pato-mergulhão ameaçado. Além do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a parte goiana do corredor conta com cerca de 20 reservas privadas, a Área de Proteção Ambiental (APA) Pouso Alto e a Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca. A parte do corredor no Tocantins não possui áreas protegidas. A região é rica em comunidades quilombolas, como Forte, Muquém e Kalunga na região da Chapada dos Veadeiros, e outras comunidades nos municípios de Arraias e Natividade, no Tocantins. O território quilombola Kalunga, que abriga 5.000 pessoas, conserva 26.200 hectares, que são geridos de forma sustentável por moradores locais com agricultura, pecuária e extração em pequena escala.

5.5 Conclusões

Os 13 corredores de conservação abrangem uma área total de 723.000 km², 95% dos quais (689.700 km²) estão dentro dos limites do bioma Cerrado. Isto significa que cerca de um terço do hotspot está localizado dentro de corredores de conservação considerados altamente importantes para a conservação da biodiversidade e a provisão de serviços ambientais (sobretudo água). Os corredores têm uma cobertura média de vegetação natural de quase 70% e incluem as últimas grandes áreas pristinas do ecossistema Cerrado original. Os 13 corredores todos têm características únicas, com diferentes formações vegetais e áreas de transição, diferentes níveis de endemismo de espécies e dinâmicas socioeconômicas específicas. Cada corredor requer, portanto, uma estratégia específica e uma ação de conservação diferenciada para atingir a meta de paisagens sustentáveis. Todos estes corredores são importantes para a conservação do hotspot.

6. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO HOTSPOT

Este capítulo fornece uma visão geral do contexto socioeconômico do Hotspot Cerrado, analisando como o contexto afeta os resultados de conservação e como pode influenciar as prioridades de ações de conservação. A Seção 6.1 apresenta informações e análises sobre população, incluindo as características demográficas, as migrações e tendências de distribuição, as comunidades tradicionais e os povos indígenas. A Seção 6.2 aborda tendências sociais e demográficas, enquanto a Seção 6.3 trata especificamente de gênero. As tendências econômicas são objeto da Seção 6.4, que também considera como essas tendências se relacionam com o uso dos recursos naturais e como os principais atores tanto podem constituir ameaças para a conservação como também podem ser parceiros.

6.1 Regiões Ecosociais

Para mapear e analisar dados socioeconômicos e demográficos, que no Brasil são coletados e publicados de acordo com a divisão político-administrativa por município, o hotspot foi dividido em 21 Regiões Ecosociais (RECOs) de aproximadamente o mesmo tamanho (Tabela 6.1 e Figura 6.1). A Tabela 6.1 lista as RECOs em ordem geográfica, de norte a sul e de oeste a leste, com as respectivas Mesoregiões, que são grupos de municípios definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, quando apropriado, Microrregiões adicionais do IBGE, que são uma subdivisão das Mesoregiões, conforme necessário para cobrir a área de Cerrado.

Tabela 6.1: Regiões Ecosociais do Cerrado, Principais Cidades e Área, por Unidade da Federação.

Nº	UF	Região Ecosocial	Meso-regiões IBGE	+ Microrregiões IBGE	Principal Cidade	Área (km ²)
1	MA	Oeste do Maranhão	Sul Maranhense	Imperatriz	Balsas	149.900
2	MA	Leste do Maranhão	Centro Maranhense, Leste Maranhense	Itapecuru-Mirim, Lençóis Maranhenses, Rosário	Caxias	98.610
3	PI	Oeste do Piauí	Sudoeste Piauiense	Teresina, Médio Parnaíba Piauiense	Floriano	148.400
4	TO	Norte do Tocantins		Bico do Papagaio, Araguaína	Araguaína	42.880
5	TO	Oeste do Tocantins		Miracema, Rio Formoso, Gurupi	Gurupi	117.800
6	TO	Leste do Tocantins	Oriental do Tocantins		Palmas	126.100
7	BA	Oeste da Bahia	Extremo Oeste Baiano	Barra, Bom Jesus da Lapa, Guanambi	Barreiras	196.700
8	GO	Noroeste de Goiás	Norte Goiano, Leste Goiano		Goiânia	406.600
9	GO	Nordeste de Goiás	Nordeste Goiano, Centro Goiano		Alto Paraíso de Goiás	186.400
10	GO	Sul de Goiás	Sul Goiano		Rio Verde	183.400
11	DF	Distrito Federal	Distrito Federal		Brasília	78.030

Nº	UF	Região Ecosocial	Meso-regiões IBGE	+ Microrregiões IBGE	Principal Cidade	Área (km ²)
12	MT	Noroeste de Mato Grosso		Aripuanã, Parecis, Arinos, Alto Teles Pires, Sinop, Paranatinga	Lucas do Rio Verde	119.600
13	MT	Nordeste de Mato Grosso	Nordeste Mato-Grossense		Canarana	103.800
14	MT	Sudoeste de Mato Grosso		Alto Guaporé, Jauru, Tangará da Serra, Alto Paraguai, Rosário Oeste, Cuiabá, Alto Pantanal	Cuiabá	145.000
15	MT	Sudeste de Mato Grosso		Primavera do Leste, Tesouro, Rondonópolis, Alto Araguaia	Rondonópolis	6.262
16	MS	Oeste de Mato Grosso do Sul		Aquidauana, Bodoquena, Campo Grande, Dourados, Baixo Pantanal	Campo Grande	169.600
17	MS	Leste de Mato Grosso do Sul		Alto Taquari, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina	Três Lagoas	193.900
18	MG	Norte de Minas Gerais	Norte de Minas, Jequitinhonha		Montes Claros	107.300
19	MG	Oeste de Minas Gerais	Noroeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		Uberlândia	226.300
20	MG	Centro de Minas Gerais	Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas		Belo Horizonte	153.300
21	SP	São Paulo Cerrado	Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Bauru, Assis, Marília, Pres. Prudente, Araçatuba, S. José do Rio Preto		Campinas	229.000

Fonte: ISPN (2015).

O tamanho médio destes agregados é de cerca de 125.000 km², o que seria um quadrado de aproximadamente 350 km. x 350 km. As regiões são relativamente homogêneas em termos bio-geofísicos, embora elas geralmente contenham a maioria, senão todas as formas de vegetação mencionadas no Capítulo 3, com exceção das pastagens de altitude (campos rupestres), que são limitados a partes de Minas Gerais, Goiás e Bahia.

As 21 RECOS foram definidas de forma a incluir quase todo o bioma oficial do Cerrado e algumas das transições para a Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal. Elas incluem todo o Distrito Federal e partes de nove dos 26 estados do Brasil. Isso

corresponde à maior parte da região Centro-Oeste e partes de todas as outras regiões, exceto a região Sul, uma vez que o Paraná não está incluído entre as RECOS, embora haja uma pequena extensão de Cerrado na parte nordeste do Estado. As RECOS não incluem áreas isoladas do Cerrado do Amazonas, Roraima e Amapá ou do Nordeste do Brasil, que estão fora do mapa oficial do bioma.

Os limites exteriores das RECOS se estendem além dos limites do bioma Cerrado oficial, tal como definido em 2004, especialmente para o noroeste e oeste. As razões para essa extensão são: (1) a necessidade de incluir todas as áreas oficiais, exceto pequenas faixas nos estados do Paraná e de Rondônia; (2) a existência de transições, ecótonos e fragmentos isolados que não possuem limites claros; (3) muitos mapas que indicam maiores limites da área central do Cerrado (por exemplo, WWF s.d.; EMBRAPA CPAC s.d.; Rodrigues 2003; IGA 2012; AIBA s.d.; Evaristo 2015); (4) literatura (por exemplo, Fiori e Fioravante 2001); (5) consultas às partes interessadas; e (6) observações de campo pelo ISPN em todas as áreas.

Esta divisão de RECOS seguindo os limites oficiais torna possível a tabulação de dados socioeconômicos e demográficos no Brasil. Nenhuma tabulação desse tipo foi possível para as pequenas áreas de Cerrado na Bolívia e no Paraguai, embora alguns dados estejam disponíveis para o contexto mais amplo nesses países. Regiões definidas de acordo com a divisão político-administrativa também são importantes para a gestão em escala regional. Para fins de gestão, os critérios para definir as RECOS incluem o envolvimento de apenas um governo estadual, embora o Distrito Federal, com apenas 5.788 km², interaja estreitamente com a Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), incluindo municípios próximos em Goiás, Bahia e Minas Gerais. Outro critério prático para regiões deste tamanho limitado foi a possibilidade, para o futuro, de organizar reuniões de partes interessadas que não requeiram deslocamentos de mais de um dia ou viagens de avião e diárias para os participantes. Isto permite que a participação da sociedade civil na gestão regional possa ser eficaz, mesmo quando os recursos para estes propósitos sejam escassos e o acesso e a prestação de contas são difíceis, como é o caso com as regulamentações governamentais sobre viagens.

Figura 6.1. Regiões Ecosociais do Cerrado.



6.2 Tendências Sociais e Demográficas

As tendências sociais e demográficas atuais e futuras no Hotspot Cerrado são condicionadas pelo passado histórico da região e por seu lugar no contexto nacional dos três países. Os principais pontos desta história são resumidos aqui.

O Cerrado foi ocupado por povos indígenas aproximadamente 12.000 anos atrás (Barbosa 2002). Eles podem ser os ancestrais dos grupos do tronco Jê que agora se distribuem por toda a região (Maybury-Lewis 1971). Construíram alguns geoglifos que sugerem assentamentos densos (Mann 2005, 2012), mas os primeiros europeus a chegar encontraram caçadores e coletores que viviam em pequenas aldeias com roças e muitas vezes se mudavam para novos locais.

Os portugueses chegaram à costa do Brasil em 1500. Durante os séculos XVI e XVII, colonizadores portugueses, holandeses e franceses permaneceram perto da costa do Atlântico no Nordeste, Sudeste e Sul, sem penetrar no interior. O pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e a cana-de-açúcar foram os principais produtos de exportação (Furtado 1963). Os portugueses prevaleceram e os holandeses e franceses não ficaram. Os povos Guarani que vivem na parte sul da região foram incorporados em missões jesuíticas. Em sua língua, Paraguai significa “um lugar com um grande rio”. Muitos outros grupos foram deslocados mais para o interior (Martins 2015). No início do século XVIII, ouro, diamantes e esmeraldas foram descobertos no interior do Brasil pelos bandeirantes de São Paulo (Bruno 1967; Bertran 1988). Eles deram o nome “Cerrado” porque os campos eram fechados (*cerrados*) por bosques e árvores esparsas. Uma vez que a escravidão indígena não funcionou bem, escravos africanos foram trazidos para trabalhar nas minas. A pecuária extensiva subiu o rio São Francisco para o interior (Furtado 1963).

O Paraguai e a Bolívia ganharam sua independência em 1811 e 1825, respectivamente, da Espanha e do Peru, e se tornaram repúblicas. O Brasil tornou-se independente em 1822, sem guerra, mas continuou como império até 1889. A economia da Bolívia foi baseada na mineração de prata nos Andes, no oeste, enquanto a economia do Paraguai permaneceu baseada na pecuária.

No século XIX e início do século XX, após o fim do ciclo de mineração, a atividade principal no Cerrado foi a pecuária extensiva, combinada com algumas atividades extrativas (Castro 2001). Entre 1864 e 1870, durante a Guerra do Paraguai, as tropas da Tríplice Aliança do Brasil, Argentina e Uruguai mataram tantos homens paraguaios que os efeitos econômicos e demográficos negativos tiveram longa duração (Warren 1949). Entre 1879 e 1883, durante a Guerra do Pacífico, a Bolívia perdeu seu acesso ao Pacífico. Após a desastrosa Guerra do Chaco, os oficiais bolivianos tomaram o poder e tentaram implementar reformas (Klein 1982).

Na década de 1950, uma nova capital do Brasil foi construída em Brasília e estradas foram abertas para o norte e noroeste. Isto favoreceu a migração mais intensa do Sul, Sudeste e Nordeste para a nova fronteira, embora o processo já estivesse em curso devido ao rápido crescimento da população e da concentrada estrutura fundiária nas regiões mais densamente povoadas (Mandell 1969).

A chegada de pequenos agricultores de outras regiões, principalmente de Minas Gerais e do Nordeste, começou na década de 1940, incluindo a colonização patrocinada pelo governo e a migração espontânea (Neiva 1984). A migração continuou nas décadas seguintes, incluindo a colonização privada em Mato Grosso (Kinzo 1986). Assim, além de grandes propriedades, também existem muitos assentamentos de pequenos agricultores. Praticamente não há estrangeiros entre os proprietários de terras. Muitos dos grandes proprietários de terras são absenteístas, em especial os proprietários de grandes fazendas de gado, que podem ser operadas por um vaqueiro cuidando de mil cabeças.

Durante este período, a ocupação da fronteira agrícola da Bolívia ficou concentrada no sopé da Cordilheira dos Andes, em torno da cidade de Santa Cruz de la Sierra, mas longe da fronteira com o Brasil (Klein 1982). No Paraguai, sob o regime de Alfredo Stroessner (1954-1989), a ocupação foi concentrada na parte sudeste do país, não no Alto Paraguay, Presidente Hayes e Concepción, onde há transições para o Cerrado. Os assentados incluíam migrantes do Brasil, conhecidos como 'brasiguaios' buscando terras (Albuquerque 2009).

Até os anos 1980, os níveis de fecundidade e mortalidade no Cerrado eram altos, com elevadas taxas de crescimento natural bem como migração das regiões Nordeste, Sudeste e Sul para as áreas rurais, resultando em altas taxas de crescimento demográfico. A urbanização tornou-se intensa. Recentemente, tem havido forte migração rural-urbana intra-regional, de modo que o nível de urbanização varia entre 63,1% e 96,6%. A população rural é mais densa na metade sul do Cerrado, apesar do crescimento da população rural ter se tornado negativo. A Tabela 6.2 mostra os dados de população para as 21 RECOS, numa área maior do que o *hotspot*, incluindo as transições. Existe agora uma vasta e relativamente densa rede urbana que liga pequenas cidades e núcleos urbanos do interior com grandes cidades com milhões de habitantes. A média da distância máxima até uma cidade é de apenas 10,6 km, embora haja grande variação de norte a sul. Não há mais uma forte dicotomia rural/urbana e a população rural ganhou maior acesso aos serviços urbanos e aos mercados (Sawyer 2002).

São possíveis algumas estimativas da população e do número de comunidades que desempenham papéis relevantes em funções ecossistêmicas na escala de paisagem no hotspot. Em uma população rural total de 28 milhões no bioma Cerrado brasileiro dentro das RECOS, estima-se que 25 milhões de pessoas estejam envolvidas na agricultura familiar (arroz, feijão, mandioca, galinhas etc.) e extração (frutas, nozes, peixe, flores etc.) em assentamentos agrícolas e comunidades tradicionais de vários tipos. Supondo uma média de 1.000 pessoas e 250 famílias por comunidade rural, existem cerca de 25.000 comunidades locais e 6.250.000 famílias nas RECOS. Elas são a chave para a conservação do ecossistema, uma vez que as suas paisagens, ainda que fragmentadas, contêm biodiversidade considerável, sem monoculturas mecanizadas. Criam algum gado, mas poderiam aumentar suas taxas de densidade e desfrute e a produtividade do seu leite (Imbach 2015).

Tabela 6.2. População Rural, Urbana, Total e Por Cento Urbana, por RECOS, 2010.

	RECOS	Rural	Urbana	Total	% Urbana
1	Leste do Maranhão	2.322.982	3.973.958	6.296.940	63
2	Oeste do Maranhão	2.376.443	4.085.298	6.461.741	63
3	Oeste do Piauí	1.045.931	2.042.934	30.88.865	66
4	Norte do Tocantins	292.424	1.088.630	1.381.054	79
5	Leste do Tocantins	277.653	1.043.813	1.321.466	79
6	Oeste do Tocantins	2.578.099	5.079.560	7.657.659	66
7	Oeste da Bahia	3.784.910	9.846.100	13.631.010	72
8	Noroeste de Mato Grosso	518.777	2.344.819	2.863.596	82
9	Nordeste de Mato Grosso	538.457	2.468.583	3.007.040	82
10	Sudoeste de Mato Grosso	545.032	2.475.407	3.020.439	82
11	Sudeste de Mato Grosso	509.955	2.136.040	2.645.995	81
12	Nordeste de Goiás	581.279	5.415.633	5.996.912	90
13	Noroeste de Goiás	571.444	5.262.830	5.834.274	90
14	Sul de Goiás	571.426	5.399.849	5.971.275	90
15	Distrito Federal	87.950	2.482.210	2.570.160	97
16	Oeste de Minas Gerais	2.844.975	16.479.781	19.324.756	85
17	Norte de Minas Gerais	2.828.790	6.601.468	19.430.258	85
18	Centro de Minas Gerais	2.845.297	6.581.971	19.427.268	85
19	Oeste do Mato Grosso do Sul	207.969	1.516.154	1.724.123	88
20	Leste do Mato Grosso do Sul	81.389	417.179	498.568	84
21	Cerrado São Paulo	1.672.091	9.534.153	41.206.244	96

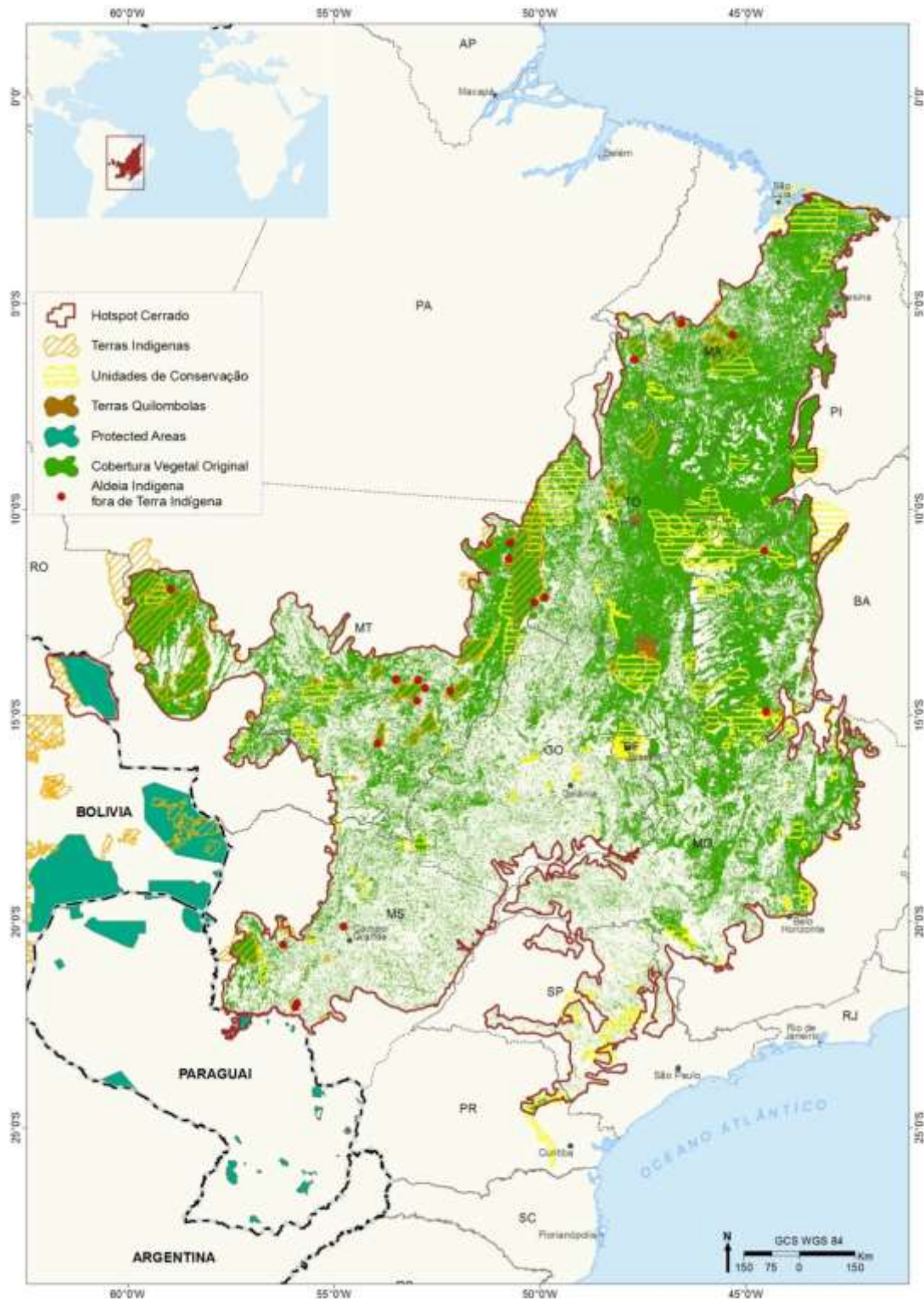
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

As tendências demográficas relevantes na atualidade incluem fecundidade menor e esperança de vida maior, o que leva ao envelhecimento da pirâmide etária. Há crescentes taxas de participação feminina no mercado de trabalho, bem como separação, divórcio e uniões informais (ver Seção 6.3, sobre gênero). A emigração do campo é forte entre a juventude rural. Múltiplas residências e mobilidade espacial temporária são comuns. Estas tendências demográficas representam desafios para a agricultura de pequena escala, que requer grandes quantidades de mão de obra familiar e estreitos laços de parentesco.

Embora haja forte mistura racial e muitos indígenas residam em áreas urbanas, a análise social e demográfica deve levar em conta que existem vários grupos indígenas e comunidades quilombolas em terras cedidas pelo governo. Desde 1988, ambos contam com direitos constitucionais à terra. As maiores áreas intactas de vegetação natural no Cerrado estão em suas 95 terras indígenas, cobrindo 96.000 km², 4,8% do bioma, principalmente para o norte e oeste perto da região da Amazônia (Tabela 6.3 e Figura

6.2). As terras indígenas no Brasil apresentam menores taxas de desmatamento que as áreas protegidas oficiais, mesmo aquelas de proteção integral (Paiva *et al.* 2015). Os 44 territórios quilombolas cobrem quase 4 mil km², com grande variação de tamanho.

Figura 6.2. Áreas Protegidas, Terras Indígenas e Quilombolas^a no Hotspot Cerrado.



Fontes: FUNAI (2014); SEPPIR (2014); IBAMA (2009); WDPA (2015).

^a Os dados sobre terras quilombolas são incompletos.

Tabela 6.3. Terras Indígenas no Cerrado Brasileiro.

Terra Indígena	Grupo	Area (ha.)	Municípios	UF	Situação
São Marcos	Xavante	188.478	Barra do Garças	MT	Registrada
TI Isou'pa	Xavante	s.d.	Água Boa, Capinópolis, Nova Xavantina	MT	AI
Norotsurã	Xavante	s.d.	Água Boa, Campinópolis, Nova Xavantina	MT	AI
Eterairebere	Xavante	s.d.	Campinópolis, N.S. Joaquim, S.A. Leste	MT	AI
Hu'uhi	Xavante	s.d.	Paranatinga	MT	AI
Ubawawe	Xavante	52.234	Novo São Joaquim	MT	Registrada
Chão Preto	Xavante	12.741	Campinópolis	MT	Registrada
Sangradouro/ Volta Grande	Xavante	100.280	N.S. Joaquim, Gal. Gomes Carneiro, Poxoréu	MT	Registrada
Pimentel Barbosa	Xavante	328.966	Ribeirão Cascalheira, Canarana	MT	Registrada
Pimentel Barbosa I, II	Xavante	s.d.	Ribeirão Cascalheira, Canarana	MT	Pendente
Areões	Xavante	218.515	Água Boa	MT	Registrada
Areões I	Xavante	24.450	Água Boa	MT	AI
Areões II	Xavante	16.650	Água Boa, Cocalinho	MT	AI
Parabubure	Xavante	224.447	Campinópolis, Água Boa	MT	Registrada
Parabubure II, III, IV, V	Xavante	s.d.	Campinópolis, Nova Xavantina	MT	Pendente
Marechal Rondon	Xavante	98.500	Paranatinga	MT	Registrada
Merure	Bororo	82.301	Barra do Garças, General Carneiro	MT	Registrada
Jarudore	Bororo	4.706	Poxoréu	MT	Registrada
Tadarimana	Bororo	9.785	Rondonópolis	MT	Registrada
Tereza Cristina	Bororo	34.149	Santo Antônio Leverger	MT	Declarada
São Domingos	Karajá	5.705	Luciara, São Félix do Araguaia	MT	Registrada
Cacique Fontoura	Karajá	32.069	Luciara, São Félix do Araguaia	MT	Identificada
Karajá de Aruanã II	Karajá	893.26	Cocalinho	MT	Registrada
Urubu Branco	Tapirapé	167.533	Santa Terezinha, Confresa, Porto Alegre do Norte	MT	Registrada
Tapirapé/ Karajá	Tapirapé	66.166	Luciara, Santa Terezinha	MT	Registrada
Pareci	Pareci	563.586	Tangará da Serra	MT	Registrada
Utiariti	Pareci	412.304	Campo Novo do Pareci, Sapezal	MT	Registrada
Juinha	Pareci	70.538	Pontes e Lacerda	MT	Registrada
Estivadinho	Pareci	2.032	Tangará da Serra	MT	Registrada
Rio Formoso	Pareci	19.749	Tangará da Serra	MT	Registrada

Terra Indígena	Grupo	Area (ha.)	Municípios	UF	Situação
Figueiras	Pareci	9.859	Tangará da Serra, Pontes e Lacerda	MT	Registrada
Ponte de Pedra	Pareci	17.000	Campo Novo dos Parecis, Diamantino, Nova Maringá	MT	Declarada
Taihantesu	Wuasusu	5.362	Comodoro	MT	Registrada
Pequizal	Nambikwara	9.887	Vila Bela de S. Trindade	MT	Registrada
Vale do Guaporé	Nambikwara	242.593	Vila Bela de S. Trindade, Comodoro	MT	Registrada
Nambikwara	Nambikwara	1.011.961	Comodoro	MT	Registrada
Pirineus de Souza	Nambikwara	28.212	Comodoro	MT	Registrada
Tirecatinga	Holotesu, Irantxe, Morcego, Pareci	130.575	Sapezal	MT	Registrada
Irantxe/Manoki	Irantxe	252.000	Brasnorte	MT	Identificada
Menku	Menku	47.094	Brasnorte	MT	Registrada
Enawenê Nawê	Enawenê Nawê	742.089	Juína, Comodoro, C. N. dos Pareci	MT	Registrada
Santana	Bakairi	35.471	Nobres	MT	Registrada
Bakairi	Bakairi	61.405	Paranatinga	MT	Registrada
Avá Canoeiro	Avá-Canoeiro	38000	Colinas do Sul, Minaçu	GO	Declarada
Karajá de Aruanã I	Karajá	14	Aruanã	GO	Registrada
Karajá de Aruanã III	Karajá	705	Aruanã	GO	Registrada
TI Carretão I	Tapuia	1.666	Nova América, Rubiataba	GO	Registrada
Carretão II	Tapuia	78	Nova América	GO	Registrada
Funil	Xerente	15.704	Tocantínia	TO	Registrada
Xerente	Xerente	167.542	Tocantínia, Aparecida do Rio Negro	TO	Registrada
Apinajé	Apinajé	141.904	Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento	TO	Registrada
Kraholândia	Krahô	302.533	Itacajá, Goiatins	TO	Registrada
Boto Velho	Javaé, Karajá, Avá Canoeiro	377.113	Pium, Lagoa da Confusão	TO	Aprovada
Parque do Araguaia	Javaé, Karajá, Avá Canoeiro, Tapirapé	1.358.499	Pium, Formoso do Araguaia, Cristalândia	TO	Registrada
Utaria Wyhyrna Hirari	Karajá, Javaé	s.d.	Pium, Lagoa da Confusão	TO	AI
Xambioá	Karajá, Guarani	3.326	Araguaina	TO	Registrada
Krahô/Kanela	Krahô/Kanela	s.d.	Cristalândia	TO	AI
Governador	Gavião-Pykobjê	41.644	Amarante	MA	Registrada

Terra Indígena	Grupo	Area (ha.)	Municípios	UF	Situação
Bacurizinho	Guajajara	82.432	Grajaú	MA	Registrada
Cana Brava	Guajajara	137.329	Barra do Corda, Grajaú	MA	Registrada
Rodeador	Guajajara	2.319	Barra do Corda	MA	Domínio Indígena
Lagoa Comprida	Guajajara	13.198	Jenipapo dos Vieiras	MA	Regularizada
Urucu/Juruá	Guajajara	12.697	Itaipava do Grajaú	MA	Regularizada
Porquinhos	Canela-Apãnjekra	79.520	Barra do Corda	MA	Registrada
Kanela	Canela-Ramkoka-mekra	125.212	Barra do Corda	MA	Registrada
Krikati	Krikati	144.775	Montes Altos, Lageado Novo, Amarante	MA	Aprovada
Amambai	Guarani Kaiowá	2.429	Amambai	MS	Registrada
Javaitari	Guarani Kaiowá	8.800	Ponta Porã	MS	Identificada
Lima Campo	Guarani Kaiowá	9.300	Ponta Porã	MS	AI
Nande Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	9.317	Antônio João	MS	Aprovada
Panambi/Lagoa Rica	Guarani Kaiowá	12.196	Douradina, Itaporã	MS	Delimitada
Pirakuá	Guarani Kaiowá	2.384	Bela Vista	MS	Registrada
Sucuriy	Guarani Kaiowá	535	Maracaju	MS	Registrada
Aldeia Campestre	Guarani Kaiowá	9	Antônio João	MS	Pendente
Cabeceira Comprida	Guarani Kaiowá	s.d.	Antônio João	MS	Pendente
Kamba	Guarani Kaiowá	s.d.	Corumbá	MS	Pendente
Suvirando	Guarani Kaiowá	s.d.	Antônio João	MS	Pendente
Yvyrapyraka	Guarani Kaiowá	s.d.	Antônio João	MS	Pendente
Buriti	Terena	17.200	Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia	MS	Identificada
Buritizinho	Terena	10	Sidrolândia	MS	Registrada
Cachoeirinha	Terena	36.288	Miranda	MS	Identificada
Limão Verde	Terena	5.370	Aquidauana	MS	Aprovada
Nioaque	Terena	3.029	Nioaque	MS	Registrada
N.S. Fátima	Terena	100	Miranda	MS	AI
Pilad Rebuga	Terena	208	Miranda	MS	Registrada
Taunay/Ipegue	Terena	33.900	Aquidauana	MS	Delimitada
Kadiwéu	Kadiwéu, Kinikinawa, Terena	538.536	Porto Murtinho	MS	Registrada
Kinikinawa	Kinikinawa	s.d.	Nd	MS	Pendente
Lalima	Terena, Kinikinawa	3.000	Miranda	MS	Registrada

Terra Indígena	Grupo	Area (ha.)	Municípios	UF	Situação
Ofayé-Xavante	Ofayé-Xavante	1937	Brasilândia	MS	Declarada
Kaxixó	Kaxixó	s.d.	Martinho Campos	MG	AI
Xakriabá	Xakriabá	46.415	São João das Missões	MG	Registrada
Xakriabá Rancharia	Xakriabá	6.798	São João das Missões	MG	Registrada
Araribá	Guarani, Terena	1.930	Avai	SP	Registrada

AI = a ser identificada

Fonte: CTI (2012).

Tabela 6.4. Territórios Quilombolas no Cerrado.

Territórios	UF	Ano de Criação	Km² no Bioma Cerrado
Árvores Verdes e Estreito	MA	2005	26
Machadinho	MG	2009	22
São Domingos	MG	2009	7
Ipiranga do Carmina	MA	2005	14
Santa Joana	MA	2005	12
Santa Rosa - Itapecuru Mirim	MA	2008	73
Santa Maria dos Pinheiros	MA	2005	10
São Francisco Malaquias	MA	2007	11
Família Magalhães	GO	2010	55
Mata de São Benedito	MA	2005	11
Baco Pari	GO	2009	31
Da Volta	BA	2009	189
Mangueiras	MG	2009	0.2
Brejo dos Crioulos	MG	2007	173
Família dos Amaros	MG	2009	10
Kalunga do Mimoso	TO	2006	575
Riacho da Sacutiaba e Sacutiaba	BA	2011	123
Lagoa do Peixe	BA	2006	67
Santa Maria dos Pretos	MA	2006	56
Barra do Aroeira	TO	2011	623
Matões dos Moreira	MA	2006	53
Kalunga	GO	2000	262
Nova Batalhinha	BA	2008	74
Mangal e Barro Vermelho	BA	2009	90
Parateca e Pau D'arco	BA	2006	418
Jatobá	BA	2007	145
Usina Velha	MA	2006	12
Mocorongo	MA	1999	2
Cipó	MA	2006	24
Jenipapo	MA	2002	6

Territórios	UF	Ano de Criação	Km² no Bioma Cerrado
Rio das Rãs	BA	2000	272
Mesquita	GO	2011	43
Tomás Cardoso	GO	2011	18
Grotão	TO	2011	21
Colônia de São Miguel	MS	2008	4
Lagoinha de Baixo	MT	2007	25
Chácara do Buriti	MS	2008	0,43
Campina de Pedra	MT	2010	18
Mata Cavalo	MT	2006	147
Furnas do Dionísio	MS	2008	10
Furnas da Boa Sorte	MS	2006	15
Lagoa das Piranhas	BA	2011	100
Pitoro dos Pretos	MA	2010	43
Família Cardoso	MS	2014	2
TOTAL			3.892,63

Fonte: SEPPIR (2014).

Além de povos indígenas e quilombolas, também há pelo menos cinco tipos de comunidades tradicionais que vivem da terra, sem delimitação legal de seus territórios, ocupando grande parte dos remanescentes de vegetação natural (Tabela 6.5). Eles são difíceis de contar, mas constituem a maioria da população rural.

Tabela 6.5. Comunidades Tradicionais do Cerrado e Principais Locais.

Comunidade Tradicional	Principais Locais
Quebradeiras de Coco Babaçu	Norte do Tocantins, Maranhão, Piauí
Geraizeiros	Norte de Minas Gerais, Oeste da Bahia, Nordeste de Goiás
Vazanteiros	Norte de Minas Gerais, rio São Francisco
Retireiros	Rio Araguaia, Mato Grosso, Tocantins
Fundo de pasto/fecho de pasto	Oeste da Bahia
Sertanejos	Todos os estados do Cerrado

Fonte: ISPN (2015).

As tendências sociais e demográficas na Bolívia e Paraguai são bastante diferentes do Brasil e entre si, embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que reflete a renda, saúde e educação, e outros indicadores sejam semelhantes, com exceção da urbanização e da renda. No Centro-Oeste do Brasil, o IDH é 0,731, na Bolívia é 0,667 e no Paraguai é 0,669 (Tabela 6.6).

Tabela 6.6. Indicadores Sociais e Demográficos para o Hotspot Cerrado no Brasil, Bolívia e Paraguai.

Indicador (a)	Brasil	Bolívia	Paraguai
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,731	0,667	0,669
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	2,07	2,93	2,06
Esperança de Vida (anos)	74,3	67,9	76,4
Razão de Sexo (homens por 100 mulheres)	98	105	101
Alfabetização (pessoas de 15 anos de idade ou mais que sabem ler e escrever)	90	87	94
Urbanização (%)	84	67	61
Renda per capita (US\$)	7.913	4.800	5.500

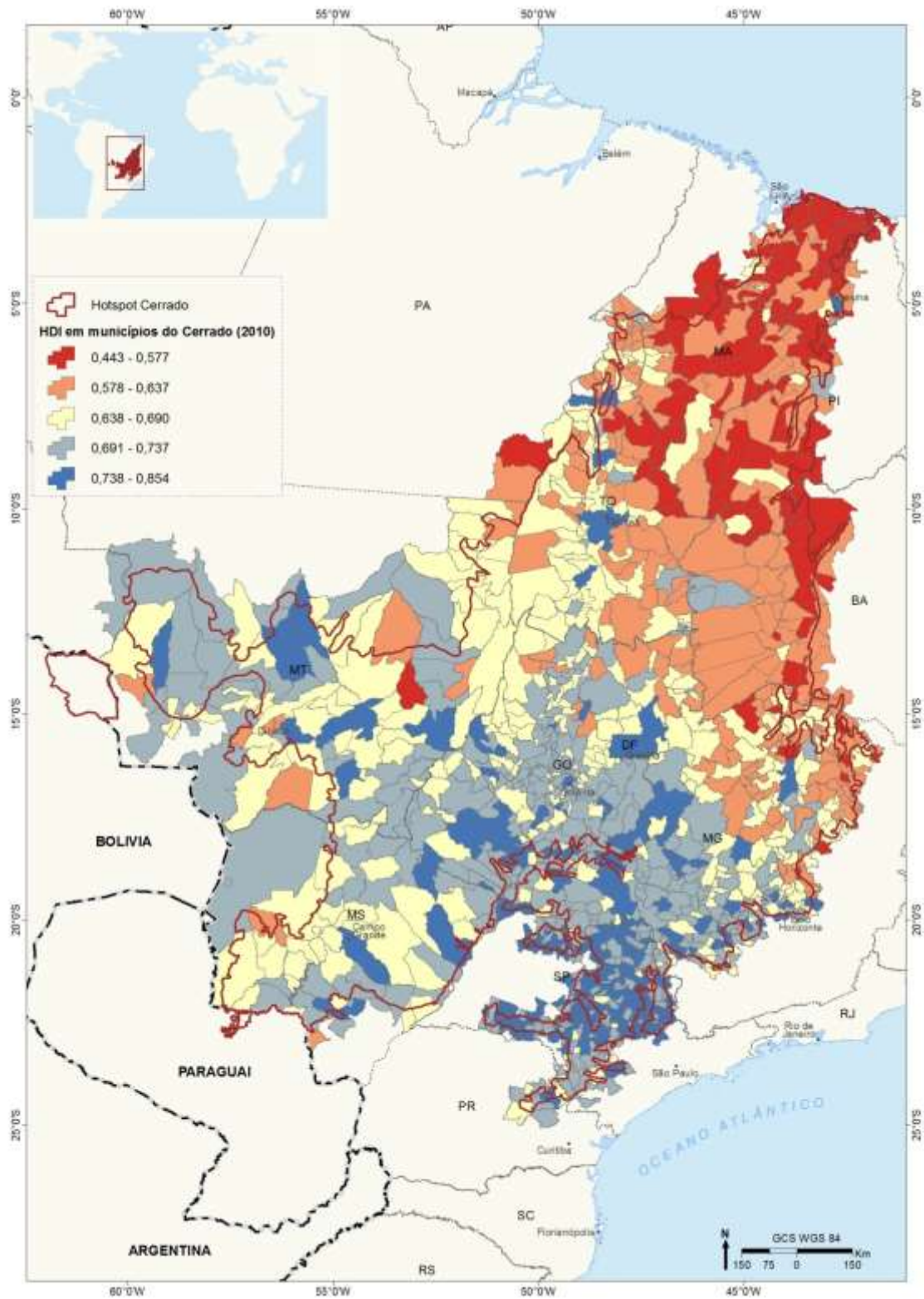
Fontes: Pesquisa do ISPN em websites do UNDP, IBGE e outros (2015).

(a) Para esses dados sociais e demográficos, muitos dos quais não estão disponíveis com uma desagregação suficiente, a aproximação utilizada para o Cerrado no Brasil refere-se a dados agregados, ponderados pela população total, para o conjunto dos estados do Brasil Central, incluindo Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (quase inteiramente a área nuclear do Cerrado), além de Maranhão para representar o Nordeste do Cerrado (Maranhão, Piauí e Bahia) e Minas Gerais para representar o Sudeste do Cerrado (Minas Gerais e São Paulo). Os dados para a Bolívia e o Paraguai são para os países inteiros.

O mapa do IDH por município do Brasil (Figura 6.3) mostra que os maiores índices estão em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul enquanto os menores estão no norte e leste do Cerrado. Desde 1980, o IDH tem melhorado dramaticamente no interior, devido a reduções significativas da desigualdade regional (PNUD 2014).

No Brasil, embora existam algumas exceções, pelo menos entre os grupos indígenas mais isolados e entre as mulheres indígenas, praticamente toda a população fala português e compartilha uma cultura nacional. A Bolívia e o Paraguai apresentam maior diversidade cultural que o Brasil Central. A Bolívia tornou-se pluri-nacional, enquanto no Paraguai a língua Guaraní é oficial, além do espanhol.

Figura 6.3. Índice de Desenvolvimento Humano no Cerrado.



Fonte: IBGE, 2010.

6.3 Gênero

De um modo geral, gênero não é um problema tão sério no Brasil como em muitos outros países em desenvolvimento, especialmente na África e na Ásia. Há quase tantas mulheres quanto homens na força de trabalho e há mais meninas e mulheres em escolas e faculdades que meninos e homens. Foi criado um ministério federal específico para políticas para as mulheres (SPM) e delegacias de polícia especiais. No entanto, as questões de gênero requerem atenção a fim de garantir a plena cidadania e o bem-estar humano (SPM 2015), bem como o equilíbrio ambiental e a adaptação às alterações climáticas, funções em que as mulheres desempenham papéis fundamentais (Litre e Rocha 2014).

As mulheres na força de trabalho ganham menos que os homens. O machismo é profundamente enraizado, especialmente nas áreas rurais, embora mudanças estejam em curso. A violência doméstica continua sendo um problema e há necessidade de melhorar o acesso ao planejamento familiar para meninas e mulheres.

No passado, muitas mulheres rurais migraram para áreas urbanas, onde encontraram emprego como empregadas domésticas, mas agora esse emprego tornou-se mais difícil por causa da legislação trabalhista. Os jovens, buscando a modernidade, também estão deixando o campo, onde os idosos permanecem, especialmente as mulheres mais idosas, que têm esperança de vida maior do que os homens. Por causa do aumento das taxas de separação e divórcio, combinadas com a migração masculina para as áreas mais distantes da fronteira, há muitas famílias chefiadas por mulheres, um padrão que contribui para a 'feminização da pobreza' (Medeiros e Costa 2008).

As mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura familiar, especialmente no tocante a hortas, coleta de lenha e água e cuidados com os animais domésticos (Butto *et al.* 2014). O uso sustentável da biodiversidade, incluindo o processamento de alimentos e o artesanato, contribui para o empoderamento das mulheres rurais, proporcionando a elas renda própria (observações de campo do ISPN). Na parte norte do Cerrado, 400 mil mulheres ganham a vida como quebradeiras de coco babaçu.

Algumas políticas públicas favorecem as mulheres, como nos casos de títulos de terra em assentamentos da reforma agrária e das transferências de renda (Bolsa Família). A maioria dos professores do ensino básico e secundário são mulheres, que desempenham um papel fundamental na educação ambiental. Há quase duas mulheres para cada homem em organizações da sociedade civil (ver Capítulo 8). No Programa de Pequenos Projetos do GEF-PNUD, tem-se observado que as mulheres desempenham papéis de liderança em organizações comunitárias locais no Cerrado, o mais emblemático dos quais é a Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), no norte de Tocantins. Há também um Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Por outro lado, as mulheres estão sub-representadas nas legislaturas locais, estaduais e federal e em outras estruturas governamentais.

6.4 Tendências Econômicas

Em meados do século XX, o Brasil Central produzia arroz em terras recentemente desmatadas. A partir da década de 1980, a principal nova tendência econômica foi o crescimento da produção de mercadorias como resultado da adaptação de tecnologia agrícola para permitir o plantio contínuo de monoculturas no Cerrado (Mueller 1993). Os solos apresentam alta acidez e baixa fertilidade, mas são relativamente planos, profundos e bem drenados, sendo muito adequados à mecanização do cultivo e da colheita. A produtividade da pecuária de corte e leiteira foi melhorada pela introdução de gado Zebu e raças europeias, inclusive com inseminação artificial, e pela introdução de espécies exóticas de pastagem, principalmente africanas.

Por causa do Cerrado, o Brasil é hoje um dos principais produtores e exportadores de soja e algodão, bem como de carne, proveniente principalmente de pastagens plantadas, bem como de frango e carne de porco, alimentados com grãos (Tabela 6.7). O agronegócio é responsável por 23% do PIB do Brasil, que agora é o oitavo maior do mundo. O Cerrado contém a maior área de terras agrícolas e de pecuária no Brasil, cerca de 88 milhões de hectares (Sparovek *et al.* 2011), 44% da sua área total. O bioma produz 40% da carne no Brasil, 84% do algodão, 60% da soja e 44% do milho. A criação de gado compete com lavouras próximas de grandes cidades da parte sul do hotspot, enquanto o cultivo de grãos se expande rapidamente em regiões remotas com topografia mais plana (Silva 2013).

Tabela 6.7. Produção e Exportação de Carne e Soja, 2014.

	Produção de Soja (t 2013) (a)	Produção de Carne (t 2014) (b)	Exportação de Soja (US\$ FOB, 2014) (c)	Exportação de Carne (US\$ FOB, 2014) (c)
Brasil	81.724.477	8.062.933	31.805.627.204	6.047.374.891
Tocantins	1.557.939	269.302	626.798.100	183.483.729
Maranhão	1.581.687	191.612	757.926.671	4.931.507
Minas Gerais	3.375.690	741.138	852.108.803	401.169.794
Mato Grosso do Sul	5.780.519	965.361	9.966.590.511	1.249.752.589
Mato Grosso	23.416.774	1.325.782	2.339.838.076	1.014.675.751
Goiás	8.913.069	844.34	92.772.238	113.642
Distrito Federal	152.250	5.216	1.470.497.607	724.876.420

Fontes: (a) IBGE Produção Agrícola Municipal; (b) IBGE Pesquisa Trimestral do Abate de Animais; (c) MDIC, portal AliceWeb2.

Conforme explicado no Capítulo 9, as tendências econômicas são responsáveis pela destruição de cerca da metade do Cerrado (ver também o mapa de uso da terra em IBGE 2015). No entanto, existem algumas possibilidades para mudanças no padrão de expansão horizontal e até mesmo para reforço de parcerias do agronegócio com a conservação. Por exemplo, uma novidade promissora para o meio ambiente é a decisão da Brookfield Assets Management Inc., anteriormente Brascan Ltd., o maior gestor de ativos alternativos do Canadá, de investir US\$ 300 milhões para um novo fundo agrícola para comprar terras de pastagem e convertê-las em plantações de soja e cana-de-açúcar, intensificando assim a produção. Empresas transnacionais tais como a Bunge

estão pretendendo contribuir para o aumento da produção de alimentos em 60% com um aumento de 90% na produtividade e um aumento de apenas 10% de área utilizada (Santos 2015). A Monsanto e a Syngenta expressam intenções semelhantes. Há muita inovação tecnológica (Ivaris Jr. 2015). As novas tecnologias podem reduzir as pressões para o desmatamento. Pode haver um efeito de bumerangue, estimulando a expansão da fronteira, mas o aumento da produtividade exige melhores localizações, perto de infraestrutura e serviços.

Em um nível mais geral, os requisitos de conformidade com as normas sociais, ambientais e sanitárias nos países que importam esses produtos podem favorecer a sustentabilidade do agronegócio (Nepstad 2008). As exportações também significam que as preocupações das empresas multinacionais sobre sua reputação entre seus clientes e seus acionistas as tornam interessadas na promoção da sustentabilidade em pontos distantes do Brasil. Isto levou a pactos entre as partes interessadas do setor privado, sistemas de certificação, mesas redondas, cadeias produtivas e cadeias de valor globais (Gereffi 1994; Dros e Van Gelder 2002; Forest Trends 2015; Supply Change/Forest Trends 2015). O agronegócio moderno pode ser um aliado da conservação, se for separado dos setores predatórios e monitorado quanto ao seu desempenho real.

O agronegócio e a migração urbana, estimulados em grande parte por conflitos de terra silenciosos ou violentos, geraram uma densa rede urbana e reduziram o crescimento da população rural. A economia urbana, baseada principalmente em serviços cada vez mais modernos, não gera emprego e renda suficientes para os migrantes e seus descendentes. Por outro lado, a urbanização proporcionou infraestrutura de transporte e comunicação que beneficiam a população rural, bem como serviços de saúde e educação. Ao mesmo tempo, a população urbana no Cerrado e nos centros urbanos do Sudeste se constitui em um mercado consumidor capaz de comprar produtos de uso sustentável da biodiversidade, ou da 'sociobiodiversidade', sem necessidade de exportar esses produtos, como é o caso dos países menores (MMA *et al.* 2007).

O maior problema daqui para frente situa-se no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde o governo propõe o desenvolvimento agrícola com pouca ou nenhuma preocupação social ou ambiental, pelo menos até à data (Clark 2015). De acordo com o plano oficial (Miranda 2015), nos 731.735 km², dos quais 91% são Cerrado, no Tocantins e partes dos outros três estados, existem 865 assentamentos, 34 territórios quilombolas e 28 terras indígenas.

As tendências econômicas na Bolívia e Paraguai são diferentes entre si, enquanto o Paraguai está seguindo o caminho do Cerrado brasileiro.

6.5 Bolívia

Enquanto a região de Santa Cruz de la Sierra destaca-se por sua economia dinâmica, em comparação com a cordilheira, o sudeste da Bolívia permanece isolado, com poucas conexões de transporte para o Atlântico ou o Pacífico. Uma vez que a pequena parte da Bolívia que está no Hotspot Cerrado é bastante diferente do resto do país, esta seção fornece mais detalhes sobre o contexto socioeconômico da área mais ampla da fronteira oriental. O mesmo tipo de detalhamento consta da seção seguinte para as pequenas partes do norte do Paraguai que estão incluídas no hotspot.

A IBA na Bolívia, com 2.246.779 hectares, está no extremo norte da província de José Miguel de Velasco, em Santa Cruz de la Sierra, o maior departamento do país, que abrange a maior parte das terras baixas do leste. A Serranía de Huanchaca, em uma das partes mais remotas e menos acessíveis da Bolívia, encontra-se entre os rios Guaporé (fronteira do Brasil) e Paraguai, distante 125 km. de Vilhena, Rondônia, no Brasil, a oeste da Serra dos Parecis e da rodovia BR-364. Assim, a IBA fica 150 km. a oeste do Corredor Alto Juruena nos estados de Mato Grosso e Rondônia, tal como definido neste perfil (veja o Capítulo 13).

A população total da província de Velasco é 64.517. Bella Vista, Puerto Alegre e Puerto Frey são pequenas cidades dentro ou perto da IBA, uma área essencialmente intocada que já é altamente protegida como Parque Nacional Noel Kempff Mercado, cobrindo 1.523.000 hectares, tendo sido criado em 1988 e declarado Patrimônio Mundial da UNESCO em 2000. Há pouca pressão antrópica, embora tenha havido alguns exploradores de madeira na década de 1980. Atualmente, o parque tornou-se uma atração turística.

Enquanto Santa Cruz de la Sierra abriga uma das áreas metropolitanas de crescimento mais rápido do mundo, a economia do interior do departamento é baseada em agricultura e pecuária, bem como na produção para a subsistência, com baixos níveis de renda e de desenvolvimento humano. Existe uma forte emigração da Bolívia, o país mais pobre da América do Sul, para outros países, especialmente para as grandes cidades brasileiras.

6.6 Paraguai

A principal IBA no Paraguai, denominada Cerrados de Concepción, está localizada ao longo da fronteira do Brasil, ao sul do rio Apa e leste do rio Paraguai, no Departamento de Concepción. Ela inclui o Parque Nacional Paso Bravo, com 93.000 hectares, o Parque Nacional Serranía San Luis e a reserva privada Cerrado de Tagatija. Ela se situa em uma área de pecuária pressionada pela exploração madeireira ilegal. A IBA fica ao sul do Corredor de Miranda-Bodoquena, no estado de Mato Grosso do Sul (ver Capítulo 13). O lado brasileiro do rio Apa é uma Unidade de Planejamento e Gestão usada para o planejamento ambiental (Terra *et al.* 2014).

As outras duas IBAs no Paraguai, a Estancia Estrella e o Arroyo Tagatija (10.954 e 31.566 hectares respectivamente), estão localizadas em uma área relativamente remota do país, a oeste do rio Paraguai, no Departamento de Alto Paraguai, ao norte da capital do departamento, Fuerte Olimpo (população 5.200) e adjacente ao extremo sul do bioma Pantanal do Brasil. As áreas remotas do Paraguai, que apresentam baixos níveis de renda e desenvolvimento humano, estão sofrendo crescente pressão pela expansão da pecuária e das culturas (soja, algodão, tabaco, café e cana-de-açúcar), que constituem a base da economia do país. O setor agrícola envolve muitos proprietários estrangeiros, incluindo brasileiros. Respectivamente, áreas de dois por cento de cada IBA são atualmente utilizadas para a agricultura, enquanto o Arroyo Tagatija é um importante local de turismo/recreação.

Depois de ter sido colonizado por migrantes brasileiros ('brasiguaios'), o leste do Paraguai já atraiu um forte fluxo direto de investimento estrangeiro, em parte porque a terra no lado brasileiro do Cerrado tornou-se mais cara e em parte por causa das

restrições ambientais no Brasil. As exportações podem ser transportadas pelo rio Paraná para o Atlântico. Assim, o Paraguai tornou-se sujeito a vazamento de seu vizinho a leste. Todos os três países fazem parte do bloco comercial do Mercosul (Mercado Comum do Sul), mas esse bloco não levou a tanta integração econômica quanto inicialmente se esperava.

6.7 Conclusões

O Cerrado constitui um palco em que há forte conflito entre o agronegócio e as comunidades locais de vários tipos. O agronegócio coloca pressão sobre o ecossistema, enquanto as comunidades locais geralmente convivem com a natureza em mosaicos complexos. O agronegócio é muitas vezes apoiado pelos poderes executivo e legislativo do governo, especialmente nos níveis estadual e local. Por outro lado, como se explica nos capítulos 7 e 8, constata-se uma crescente conscientização sobre os impactos ambientais negativos, e algumas oportunidades para sinergias entre as comunidades e as empresas estão surgindo nos subsetores progressistas.

A análise do contexto socioeconômico do Hotspot Cerrado indica que o crescimento da população na fronteira e o aumento de bem-estar humano colocam fortes pressões sobre o ambiente. Não existem mais vastas áreas virgens não ocupadas. O Cerrado está no coração de uma potência mundial emergente e fornece alimento para o país e para o mundo, bem como renda e arrecadação de tributos. O desenvolvimento é inevitável.

Para o curto, médio e longo prazo, será necessário ir além de um foco na conservação de espécies em determinados locais para incluir paisagens em uma escala maior. Exceto em alguns casos, ao invés de isolamento entre as pessoas e a natureza, será necessário encontrar meios para manter a co-existência da natureza com a grande e pequena agricultura, pecuária, transporte, infraestrutura de energia e comunicações, pequenas comunidades e grandes cidades e municípios. Isto significa convivência, ou ‘viver em harmonia com a natureza’, como previsto na Visão 2020 e Plano Estratégico da CDB para a Biodiversidade 2011-2020, um plano de dez anos para a ação por todos os países e partes interessadas para salvar a biodiversidade e melhorar seus benefícios para todas as pessoas.

O financiamento para esta estratégia irá depender de avançar mais além da conservação da biodiversidade em si para incluir a água e o clima. A água é principalmente uma preocupação regional, nacional e continental, enquanto a mudança climática é uma preocupação global que afeta diretamente tanto os países desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento. Devido à globalização, todos estão cada vez mais interdependentes. As consequências mais amplas de perda de biodiversidade em paisagens pode motivar o mundo a investir na proteção do Cerrado.

7. CONTEXTO POLÍTICO DO HOTSPOT

Este capítulo avalia e analisa políticas públicas relacionadas ao meio ambiente no Brasil, Bolívia e Paraguai, com especial ênfase na gestão dos recursos naturais e conservação da biodiversidade. O texto analisa a situação política em diferentes níveis, descreve políticas e estratégias de desenvolvimento e avalia as formas em que o contexto político afeta a biodiversidade. Enquanto a sociedade civil, analisada no Capítulo 8, é um ator político chave, as políticas públicas, analisadas neste capítulo, e as práticas do setor privado, analisadas nos capítulos 6 e 9, estão intimamente relacionadas e são os principais determinantes do que realmente acontece no chão.

O sistema de governo no Brasil é particularmente complexo e fluido. A tradição de distância entre o papel e a prática está sendo superada por meio de ações de novas instituições jurídicas, uma imprensa livre e a participação pública. A participação da sociedade civil tem crescido, mas nem sempre é eficaz por causa de limitações de capacidade, altos custos operacionais, análise técnica insuficiente e polarização política, bem como a resistência do governo e do setor privado, conforme descrito no Capítulo 8. A Bolívia e o Paraguai diferem do Brasil e guardam suas especificidades, em muitos aspectos, ao passo que as partes destes países que se encontram dentro do hotspot são muito pequenas e remotas, em vez de grandes e centrais.

As seis primeiras seções deste capítulo focam o Brasil como um todo: 7.1) Visão geral da situação política nacional do Brasil; 7.2) Políticas de recursos naturais; 7.3) Políticas socioambientais; 7.4) Políticas de desenvolvimento; 7.5) Políticas de posse e uso da terra; e 7.6) Instituições de implementação. A seção 7.7 centra-se especificamente sobre a política e a governança no Hotspot Cerrado. As seções 7.8 e 7.9 centram-se nos contextos políticos da Bolívia, enquanto a Seção 7.10 salienta os compromissos por todos os três países quanto a acordos globais e regionais.

7.1 Visão Geral da Situação Política Nacional do Brasil

Após 21 anos de regime militar, finalizados em 1985, e quase o mesmo número de anos de governo civil, o Brasil é hoje uma democracia madura. Há eleições periódicas nos níveis nacional, estadual e municipal. No entanto, na sequência das manifestações em 2013, as eleições em 2014 e crises econômicas e políticas em 2015, há fortes sinais de insatisfação popular, crescentes divisões regionais e de classe social e falta de clareza sobre o caminho a seguir (BBC 2015; Unger 2015). Os partidos políticos, dos quais há 36, estão em fluxo, e os alinhamentos entre eles estão sem rumos claros. Por causa da crise econômica em 2015, será mais difícil proteger o meio ambiente agora do que quando o desenvolvimento econômico do Brasil destacou-se entre os países ‘emergentes’. A economia tornou-se a principal preocupação. Os investimentos em conservação florestal caíram em 45% em 2015 em comparação a 2014 (Ghelfi 2015).

Em 1988, houve mudanças repentinas na opinião pública e atitudes oficiais em relação ao meio ambiente, provocadas por queimadas na Amazônia e o assassinato de Chico Mendes. A nova Constituição aprovada naquele ano fornece garantias de um ambiente saudável no seu artigo 225. Entre 1988 e 2010, houve várias iniciativas ambientais importantes em todos os níveis (Bursztyn e Persegona 2008). A ênfase mais recente nas políticas do governo, no entanto, tem sido o crescimento e desenvolvimento econômico, que agora parece mais urgente do que nunca. As questões ambientais estavam ausentes

das campanhas eleitorais gerais em 2014. O Congresso Nacional tornou-se mais conservador e visa maior independência do poder executivo (Sarney 2015). Há uma crescente preocupação com ‘retrocessos’, no sentido de enfraquecimento das leis e políticas em matéria de ambiente, áreas protegidas e terras indígenas. Este é o caso de um projeto de emenda constitucional (PEC 215) que pretende transferir o poder de definir e rever áreas protegidas e terras indígenas e quilombolas do poder executivo para o poder legislativo.

As políticas adotadas não são sempre tão positivas quanto parecem à primeira vista. Vários planos de governo sobre meio ambiente, tais como a Agenda 21 do Brasil (MMA 2004) e o Plano Amazônia Sustentável (MMA 2008), parecem ótimos no papel, mas não são implementados. A sua função acaba sendo mais inspiradora do que eficaz. Pelo menos o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente aceito em vez de ser considerado um luxo ou uma conspiração internacional, como era comum antes da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992 (Dewar 1995; Ferreira 2003; Carrasco 2006). Ao menos retoricamente, o paradigma dominante atualmente é a sustentabilidade.

Nos fóruns internacionais sobre o ambiente, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) continua a insistir no direito ao desenvolvimento e tratamento diferenciado para países em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito às mudanças climáticas, e enfatiza o desenvolvimento e a inclusão social (Lago 2009). O Brasil sempre sublinha transferências Norte-Sul de recursos financeiros e tecnologias. No entanto, existem também esforços para assegurar a liderança quanto a meio ambiente. O Brasil sediou as conferências mundiais no Rio de Janeiro em 1992 e 2012. Na Conferência das Partes (COP-15) sobre o clima em Copenhague, estabeleceu um precedente importante, definindo metas nacionais voluntárias de redução do desmatamento na Amazônia em 80% até 2020 e no Cerrado em 40% no mesmo período. Também propôs metas ambiciosas na COP-16 sobre o clima em Paris em dezembro de 2015, atrás apenas das metas propostas pela União Europeia.

O Brasil continua buscando um papel de liderança nos assuntos internacionais, tanto dentro de grupos de países emergentes ou de renda média, como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS, IBAS e BASIC), e com outros países em desenvolvimento do G-77 mais a China. Ao mesmo tempo, o Brasil também participa do G-20, o grupo das nações mais ricas do mundo, em que tem sido classificado até como sexto maior em termos de Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil procura manter boas relações com a Europa, os Estados Unidos e a China, com os quais mantém fortes laços comerciais.

7.2 Políticas de Recursos Naturais

As principais políticas e leis de recursos naturais no Brasil descritas nas seguintes subseções dizem respeito a meio ambiente em geral, áreas protegidas, recursos hídricos, florestas/desmatamento e clima. O clima é também o assunto focado no capítulo 10.

7.2.1 Políticas Ambientais

O ponto de partida para as políticas e leis de recursos naturais no Brasil é a Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente

(SISNAMA), ligando os níveis federal, estadual e municipal (Ganem 2015). A política original era muito genérica, mas criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que define a política ambiental por meio de suas resoluções específicas, um total de 467 até a data. O CONAMA inclui representantes do governo, da sociedade civil e do setor privado. O sistema nacional também inclui órgãos e conselhos de meio ambiente estaduais e municipais.

Um processo de descentralização para estados e municípios está em curso. As responsabilidades são definidas de modo que os níveis administrativos menores possam ser mais rigorosos, estabelecendo padrões mais fortes (mas nunca mais fracos) que os níveis administrativos superiores (Nunes e Philippi 2012). As capacidades estaduais e locais para a gestão ambiental variam consideravelmente, sendo menores nos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga, apesar dos consideráveis progressos realizados nos últimos anos (Nascimento 2008). Muitos municípios não dispõem de recursos humanos e financeiros suficientes para a gestão ambiental, especialmente aqueles com populações pequenas e áreas grandes (observações de campo, ISPN). Uma vez que os interesses econômicos locais são poderosos, a fiscalização federal e estadual torna-se necessária. As autoridades municipais tendem a não estar preocupadas com meio ambiente e a se envolver em projetos ambientais (IICA 2015). Planos municipais de conservação e restauração podem ser estimulados, como foi feito na Mata Atlântica (Dutra 2013), talvez na escala de territórios como as RECOS, em vez de municípios individuais ou territórios desenhados sem relação com a estrutura político-administrativa.

7.2.2 Políticas de Áreas Protegidas

O Cerrado possui a segunda maior rede de áreas protegidas oficiais no Brasil, perdendo apenas para a Amazônia, que conta com uma rede muito maior. Este hotspot possui 168.416 km² cobertos por 214 áreas protegidas públicas nas diversas categorias de gestão definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei 9.985 em 2000. Esta rede de proteção abrange 8,3% do hotspot, com 3,1% (62.875 km²) na categoria de Proteção Integral e 5,2% (105.541 km²) na categoria de Uso Sustentável (MMA 2012; Bensusan e Prates 2014). O Brasil como um todo conta com mais de 2.000 unidades de conservação, que cobrem 1,5 milhões de km² (Bensusan e Prates 2014). As 1.860 unidades de conservação terrestres cobrem 17% (1,4 milhão de km²) do país. Outras 151 unidades de conservação abrangem 1,5% (52.304 km²) da zona marítima de 200 milhas. As terras de comunidades indígenas e quilombolas não são ‘unidades de conservação’ sob o SNUC, mas são consideradas como parte do Programa Estratégico Nacional de Áreas Protegidas ou PNAP (Maretti 2015a).

O SNUC, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), divide as áreas protegidas em duas categorias: (1) Proteção Integral e (2) Uso Sustentável. A primeira inclui os Parques Nacionais (UICN categoria II), Reservas Biológicas (Ia), Estações Ecológicas (Ia), Monumentos Naturais (III) e Refúgios de Vida Silvestre (III). A segunda categoria inclui as Áreas de Proteção Ambiental (IV), Áreas de Especial Interesse Ecológico (IV), Florestas Nacionais (VI), Reservas Extrativistas (VI), Reservas de Fauna (VI), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (VI) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (IV). Os corredores e mosaicos de conservação são mencionados na lei do SNUC, mas não possuem o mesmo estatuto jurídico que as

unidades de conservação. Dentro do MMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), criado em 2008, tornou-se responsável pela criação e gestão de áreas protegidas federais. Secretarias e institutos florestais análogos são responsáveis por funções equivalentes nos estados e municípios.

A cobertura de áreas protegidas no Cerrado não alcança a meta de Aichi de 17% definido no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. A urgência de realizar tal cobertura maior deve-se à alta diversidade de espécies endêmicas e à grande heterogeneidade ambiental deste hotspot. Machado *et al.* (2004) avaliaram a eficácia de áreas protegidas no Cerrado para 67 espécies de interesse para conservação, incluindo aves, mamíferos e árvores. Os resultados indicaram que 14 espécies, 20,9% de todas as espécies em causa, não são protegidas pela rede de áreas protegidas. Outras 33 espécies (49,3%) estão presentes em áreas protegidas, mas seus números estão abaixo das metas estabelecidas como minimamente satisfatória. Apenas 20 espécies (29,9%) podem ser consideradas bem protegidas por unidades de conservação existentes no Cerrado. Outro exemplo desta situação é na Serra do Espinhaço, notável pela elevada ocorrência de espécies raras e endêmicas. A análise de lacunas por Silva *et al.* (2008), para um conjunto de 31 unidades de conservação e 607 espécies de flora e fauna e outros elementos de interesse para a conservação dos ecossistemas (tipos) do complexo mostra que 41,8% das espécies não são protegidas adequadamente. Além disso, um estudo de lagartos endêmicos indica que o atual sistema de áreas protegidas no Cerrado não é representativo das regiões biogeográficas regionais e não leva em conta os padrões antigos e atuais de distribuição de diversidade (Mello *et al.* 2015).

Os governos federal, estaduais e municipais deveriam fornecer recursos orçamentários a cada ano para as despesas básicas de cada área protegida, tais como salários do pessoal, manutenção de infraestrutura, fiscalização e controle. Além de recursos orçamentários, alguns investimentos em áreas protegidas resultam de parcerias com o setor privado, agências bilaterais e multilaterais, organizações não governamentais e outros. No entanto, o próprio governo reconhece a fragilidade do sistema de áreas protegidas e sabe que as deficiências dos seus órgãos em fornecer os instrumentos adequados para a gestão e proteção significam falta de definição da propriedade da terra, ausência de mecanismos de planejamento, recursos insuficientes para investimentos básicos e carência de pessoal técnico, entre outros problemas. A criação e implementação de áreas protegidas é, portanto, uma questão premente na atual agenda de conservação do Cerrado.

Estudos recentes sobre a efetividade das unidades de conservação e outras áreas protegidas no Cerrado indicam a importância da proteção integral para a biodiversidade na manutenção da integridade do hotspot (Françoso *et al.* 2015; Paiva *et al.* 2015). Os dois estudos avaliaram como diferentes categorias de áreas protegidas no Cerrado contribuem para atingir as metas de conservação. As taxas de desmatamento nas diversas unidades de conservação de uso sustentável são semelhantes às áreas fora de áreas protegidas, indicando que elas não são suficientes para assegurar a proteção integral da biodiversidade, enquanto as áreas com proteção integral mostram significativamente menos desmatamento.

É também importante notar que as áreas de proteção integral, consideradas como o principal mecanismo de proteção da biodiversidade, ainda cobrem apenas uma pequena porção de todo o Cerrado, como mencionado acima. As Áreas de Proteção Ambiental

(APAs) cobrem a maior parte das áreas protegidas no Cerrado, representando 62% da área protegida no hotspot. Este fato é muito importante e reforça a necessidade de medidas urgentes para fortalecer a rede de áreas protegidas do Cerrado para assegurar a representatividade e a manutenção de sua biodiversidade.

Na tentativa de melhorar a gestão das áreas protegidas, o governo federal tem realizado acompanhamento da eficácia da gestão em unidades federais, utilizando a Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (RAPPAM), um método que fornece informações e análise para orientar a gestão institucional (ICMBio e WWF-Brasil 2011). Houve dois ciclos de avaliação, um em 2005-2006 e outro em 2010. As regiões Amazônia e Cerrado apresentaram as maiores melhorias na gestão efetiva das áreas protegidas entre os dois ciclos de avaliação. Apesar dos resultados positivos, o Cerrado e outras regiões ainda não alcançam uma boa pontuação de eficácia da gestão, indicando a necessidade de investimentos e melhoria da gestão.

A criação de áreas protegidas requer algumas consultas, sem necessariamente exigir o consentimento pleno prévio e informado para todos os tipos de áreas. Os moradores dessas áreas podem ser reassentados. Os proprietários anteriores devem ser pagos, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige que todas as despesas do governo tenham fontes previamente identificadas, não seja aplicada em todos os casos.

Além da estratégia de conservação para as terras públicas, houve crescimento significativo no número de proprietários interessados em transformar partes de suas propriedades em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (Mesquita 2014). Essas reservas são declaradas voluntariamente por uma pessoa ou empresa e formalmente reconhecidas pelos diferentes níveis de governo. As 1.340 reservas particulares registradas atualmente no Brasil representam mais da metade do número nacional de áreas protegidas, mas cobrem menos de 0,02% (cerca de 7.150 km²) da área protegida. No Cerrado, 51% do número de áreas protegidas são reservas particulares (204), representando uma área de 0,09% (cerca de 1.600 km²) da área protegida no bioma. O Cerrado possui cerca de 22% da área total de RPPNs no Brasil. Esta categoria é uma das estratégias de conservação mais importantes neste hotspot, uma vez que a maior parte da terra é propriedade privada. Com os novos incentivos e maior apoio para proprietários de terras, as reservas privadas podem desempenhar um papel ainda mais importante na conservação da biodiversidade do Cerrado.

O governo brasileiro tem considerado várias áreas não oficialmente previstas pelo SNUC como parte da estratégia nacional de conservação (Resolução CONABIO n.6 de 3 de setembro de 2013). Elas incluem terras indígenas e quilombolas, bem como Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs) exigidas pela Lei Florestal. O Cerrado possui 95 terras indígenas, num total de 9,6 milhões de hectares, das quais 9,1 milhões de hectares estão cobertos por vegetação nativa. A região também possui 44 territórios quilombolas, totalizando quase 400 mil hectares, com cerca de metade ainda cobertos por vegetação nativa. Considerando-se as unidades de conservação do SNUC juntamente com as terras indígenas e quilombolas com cobertura de vegetação nativa, a cobertura de área protegida atinge 13,4% da área total do Cerrado, que abrange cerca de 27 milhões de hectares em 500 áreas diferentes ao longo do hotspot. Estudos com imagens de satélite indicam menor desmatamento em terras indígenas do que em unidades de conservação e menos desmatamento em reservas de uso sustentável do que em unidades de conservação de proteção integral na Amazônia

(Ferreira *et al.* 2005; Nepstad *et al.* 2006). Tanto a lógica quanto estas evidências sugerem que áreas podem ser melhor protegidas por comunidades do que pela criação de parques com poucos guardas, que teriam capacidade limitada de controlar invasões para extração de madeira, caça e garimpo e dificilmente serão suficientemente numerosos para gerir de forma eficaz grandes áreas em regiões remotas fora do Sudeste, tais como o Cerrado.

Depois de 1992, notável progresso foi feito na criação de áreas protegidas na Amazônia, uma conquista facilitada pelo fato de que a maioria das terras da região é de domínio público e o valor das propriedades situa-se em um patamar uma ordem de grandeza menor do que em regiões desenvolvidas (Costa 2012). Agora, no entanto, a falta de orçamento do governo para a manutenção das áreas e para o pagamento dos antigos proprietários (alguns foram pagos, como pode ser visto na tabela da ‘regularização’ no site do ICMBio) levou o governo a dar prioridade a uma melhor gestão das áreas protegidas existentes, de modo que elas não sejam meros ‘parques de papel’ (Gaetani 2015).

As metas de biodiversidade de Aichi de 17% em áreas protegidas estão sendo aplicadas para cada bioma no Brasil. As terras indígenas serão contadas para atingir a meta. A lacuna no Cerrado é enorme, da ordem de 200.000 km², e será difícil de cobrir, porque a terra neste bioma é privada e cara. As formas possíveis de atingir a meta para cada bioma, se ela não for revista para ser mais realista, poderiam incluir a contagem de reservas exigidas pela Lei Florestal, contar áreas remanescentes acima do mínimo exigido pela Lei Florestal, facilitar e incentivar reservas particulares do patrimônio nacional (RPPNs) e criar mais áreas de proteção ambiental (APAs), uma categoria flexível de áreas protegidas que geralmente é considerada ineficaz pelos conservacionistas. Essas decisões seriam aplicáveis a todo o Brasil, não apenas a um bioma. O que realmente importa para os ecossistemas do Cerrado, no entanto, é manter a cobertura vegetal que ainda existe em cerca de 50% da área total.

Apesar do fato de que RPPNs e APAs fazem parte do SNUC, elas não exigem a compra de terras pelo governo. Há uma associação nacional de proprietários de RPPNs que promove essa alternativa, apoiada e por vezes patrocinada por ONGs, por meio de perícia técnica, capacitação, ação e recursos financeiros. Note-se que os investimentos do CEPF na Mata Atlântica incluíram um programa de incentivo bem sucedido para este tipo de áreas protegidas privadas e voluntárias, que depois de 13 anos tem sido responsável por apoiar a criação de mais da metade das RPPNs existentes nesse hotspot. A crescente preocupação ambiental na sociedade, incluindo grandes proprietários rurais das gerações mais jovens e mais idosas, vem criando um clima favorável para o estabelecimento de reservas particulares, embora os incentivos insuficientes e a burocracia, que requer a aprovação de planos de gestão detalhados, permaneçam como barreiras fortes.

A utilização de critérios ambientais para repartir as receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os governos municipais, por meio de um mecanismo chamado ICMS Ecológico, foi adotada voluntariamente por alguns estados. É um importante incentivo para que os governos municipais criem e apoiem áreas protegidas e adotem outras medidas de conservação (Fernandes *et al.* 2011). Dos estados que adotaram o ICMS Ecológico, cinco (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins) estão no Cerrado. Em 2009, o valor que foi

redistribuído foi de cerca de US\$ 200 milhões (R\$ 402,7 milhões) em 11 estados para os quais existem dados disponíveis (Medeiros *et al.* 2011). O mesmo tipo de mecanismo de compensação poderia ser estendido para a distribuição das receitas de impostos federais para os governos estaduais por meio de um Fundo de Participação Estadual (FPE) Verde, que foi proposto pela ex-ministra do MMA e candidata presidencial Marina Silva, mas não foi adotado. Entre todos os biomas, este fundo favoreceria mais a Amazônia.

Cooperando com o governo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) vem promovendo as Reservas da Biosfera, como em outros países. Esta abordagem tem sido mais bem sucedida na Mata Atlântica do que no Cerrado, onde a implementação foi realizada no Distrito Federal (Galinkin 2004), mas não se estendeu aos estados. Existem também alguns sítios Ramsar e áreas declaradas como Sítios do Patrimônio Mundial.

Desde a assinatura da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, o Brasil adicionou 12 áreas úmidas à lista de Ramsar. Isso aumenta o apoio à pesquisa, melhora o acesso a fundos internacionais para financiamento de projetos e cria um ambiente favorável para a cooperação internacional. Em troca, o Brasil se comprometeu a manter as suas características ecológicas - elementos da biodiversidade, bem como os processos que os sustentam - e deve dar prioridade à sua consolidação antes de outras áreas protegidas, conforme previsto no Objetivo Geral 8 do Plano Estratégico Nacional para Áreas Protegidas (PNAP), aprovado pelo Decreto nº 5.758/06. A diretriz adotada para designação de locais Ramsar foi que essas áreas já seriam áreas protegidas, o que favorece a adoção de medidas destinadas a aplicar os compromissos assumidos pelo país no âmbito dessa Convenção.

Outros instrumentos de gestão e planejamento ambiental previstos no SNUC são Reservas da Biosfera e Mosaicos de Áreas Protegidas. O Cerrado abriga duas Reservas da Biosfera reconhecidas pela UNESCO. A Reserva da Biosfera Espinhaço, com 30.070 km², está em Minas Gerais, e a Reserva da Biosfera proposta no Cerrado, que teria 296.500 km², abrangeria partes dos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí, além do Distrito Federal.

Os mosaicos de áreas protegidas podem contribuir muito para a governança de áreas protegidas, possibilitando a integração entre diferentes categorias de unidades, grupos e níveis de governo, sem destruir a individualidade e os objetivos específicos de cada unidade (Pinheiro 2010). O Hotspot Mata Atlântica, pioneiro nesta abordagem, possui nove mosaicos oficialmente reconhecidos, com exemplos e inovações importantes na governança de redes de áreas protegidas.

O Cerrado conta com uma experiência importante por meio do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, localizado principalmente na margem esquerda do Rio São Francisco, no norte e noroeste de Minas Gerais e uma pequena porção do sudoeste da Bahia (FUNATURA 2008). O mosaico inclui 14 áreas protegidas públicas e privadas e uma reserva indígena, totalizando mais de 1,3 milhão de hectares de terras protegidas em uma área de Cerrado que é estratégica em termos de biodiversidade, água e oportunidades para superar a grande fragilidade social. Os mosaicos de áreas protegidas oferecem várias oportunidades para a proteção da biodiversidade no longo prazo, para os serviços ambientais e para o desenvolvimento regional sustentável.

Na década de 1990, o Brasil também lançou sua estratégia de corredores da biodiversidade (ou ‘de conservação’) como parte do projeto Corredores Ecológicos, que visava estabelecer uma estratégia integrada para as áreas protegidas em ambientes florestais na Amazônia e na Mata Atlântica, como parte do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) (Ayres *et al.* 2005). Várias iniciativas de conservação no Brasil e nos países andinos atualmente estão usando a abordagem de corredores de biodiversidade (Arruda 2004). Os corredores não são unidades políticas ou administrativas, mas grandes áreas geográficas definidas com base em critérios biológicos para fins de planejamento da conservação. O planejamento de corredores de biodiversidade incorpora intervenções em diferentes escalas espaciais (a partir de uma unidade de conservação para bacias hidrográficas e até para estados inteiros) e diferentes escalas temporais (no curto e médio prazo até por mais de décadas), buscando alternativas para formas mais amplas, gradativas, descentralizadas e participativas de conservação da biodiversidade e desenvolvimento regional integrado (Sanderson *et al.* 2003).

Os corredores de biodiversidade do Cerrado foram identificados nas avaliações de áreas prioritárias para o Cerrado e Pantanal realizadas em 1998 e 2007. Os primeiros a serem implementados foram: (1) o Corredor Araguaia-Bananal, ao longo do rio Araguaia, incluindo a maior ilha fluvial do mundo; (2) o Corredor Emas-Taquari, ligando o Cerrado e o Pantanal; e (3) o corredor Jalapão, na área de encontro de três estados, Tocantins, Bahia e Piauí.

O Corredor de Biodiversidade Jalapão é uma iniciativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em cooperação técnica com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e o Governo do Estado do Tocantins, bem como outros parceiros. A área, localizada em uma das fronteiras agrícolas mais importantes do Brasil, chamada Matopiba (iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), é coberta por uma extensa rede de áreas protegidas, como o Parque Estadual do Jalapão (158.885 hectares), a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (761.306 hectares) e o Parque Nacional Nascentes do Parnaíba (729.813 hectares). Estas áreas protegidas, juntamente com seis outras, compõem um dos maiores blocos remanescentes de vegetação nativa no Brasil Central e da maior coleção de áreas protegidas oficiais no Cerrado, totalizando mais de três milhões de hectares.

Enfim, as Reservas da Biosfera, as áreas protegidas na categoria de APA e os mosaicos são mecanismos importantes para disciplinar o uso da terra e garantir o uso sustentável dos recursos naturais, por meio de planejamento e gestão participativa, como no caso de novos corredores de biodiversidade, descritos a seguir.

As Áreas Indígenas e Comunitárias Conservadas (ICCAs), como são conhecidas internacionalmente (Borrini-Feyerabend 2005), não são uma categoria oficial no Brasil. Uma análise da experiência em nível global sobre as ICCAs e as Metas de Aichi concluiu: “*Vale a pena destacar aqui que, enquanto as ICCAs podem ajudar na realização de todas as metas, as metas 1, 5, 7, 11, 13, 14 e 18, em particular, simplesmente não poderão ser alcançadas sem ICCAs*” (Kothari e Neumann 2014). Está prevista a adesão brasileira ao consórcio internacional ICCA. Poderia haver reconhecimento oficial dessas áreas, incluindo acesso a ICMS Ecológico e FPE Verde, sem necessidade de se tornar parte do SNUC ou estar sujeito à fiscalização por parte de órgãos ambientais federais, estaduais ou municipais e seus fiscais, muitos dos quais nem

sempre respeitam direitos e valores indígenas e comunitários (observações de campo ISPN). As ICCAs seriam uma forma de minimizar os conflitos que surgem quando as áreas protegidas oficiais são criadas em áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais.

7.2.3 Políticas de Recursos Hídricos

A Política Nacional de Recursos Hídricos aprovada em 1997 estabeleceu as bacias hidrográficas como unidades de estudo e de gestão. Há bacias hidrográficas federais (interestaduais), estaduais (intermunicipais) e municipais. A lei exige autorização para o uso da água, bem como o pagamento de taxas (OCDE 2015).

A lei da água prevê Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), incluindo autoridades governamentais, usuários e especialistas em água da sociedade civil, mas não a sociedade civil como um todo, bem como agências de recursos hídricos (Salles 2015). Os comitês de bacia estão localizados principalmente nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, incluindo a metade sul do Hotspot Cerrado, e no Nordeste (Freitas 2015). Eles são mais eficazes em regiões desenvolvidas, onde a sociedade civil conta com maior capacidade e as bacias hidrográficas são menores (Abers 2010; Abers e Keck 2013).

A implementação desses acordos de gestão ambiental é dificultada pela falta de correspondência geográfica entre as bacias hidrográficas e as divisões político-administrativas. Os divisores de água raramente ou nunca coincidem com os limites municipais, enquanto os rios muitas vezes constituem os próprios limites. É difícil para os comitês e agências realizar a gestão das atividades na bacia hidrográfica como um todo, em especial as atividades que não necessitam de autorização de uso da água. A abordagem pode ser considerada ‘fluviocêntrica’. Por outro lado, a descentralização participativa da gestão da água cria a possibilidade de que recursos financeiros sejam disponibilizados para a conservação e regeneração florestal nas cabeceiras e ao longo de cursos de água que regulam o fluxo do rio.

Existem programas de apoio para os chamados ‘produtores de água’ que plantam e mantêm árvores em suas propriedades, uma prática que também gera benefícios para a biodiversidade e clima. A Agência Nacional de Águas (ANA) oferece um total de US\$ 1,4 milhão (R\$ 5,6 milhões) de financiamento não reembolsável para projetos de até US\$ 175.000 (R\$ 700.000) cada (<http://produtordeagua.ana.gov.br>). O pagamento por usuários de água é possível em áreas próximas às cidades, como no caso de Extrema, em Minas Gerais, que fornece água para São Paulo. No entanto, o pagamento torna-se difícil na maior parte do Cerrado, onde a disponibilidade de água per capita é muito maior (Jardim 2010), mas pode ser possível em alguns pontos específicos.

7.2.4 Políticas Florestais/Desmatamento

A Lei Florestal, que foi aprovada pela primeira vez em 1934 como Código Florestal para garantir o abastecimento de lenha e modificado em 1965, 1996 e 2012, prevê Reservas Legais para manter a cobertura vegetal nativa em partes de todas as propriedades rurais. Na maior parte do Cerrado e na maior parte do Brasil, a exigência é de 20%, enquanto na Amazônia é de 80%. As partes do Cerrado que estão na Amazônia Legal, ou seja, os estados inteiros de Mato Grosso e Tocantins e a parte ocidental do Maranhão, exigem Reservas Legais de 35%. As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são necessárias ao longo de cursos de água e nos topos de morros e encostas

íngremes. As Reservas Legais podem ser utilizadas de forma sustentável, com planos de manejo aprovados, enquanto as APPs não podem ser utilizadas para nada.

Como resultado das negociações entre ‘ruralistas’ e ambientalistas, a versão do Código Florestal de 1996, que nunca foi efetivamente aplicada, foi substituída pela nova Lei Florestal em 2012. Foram reduzidas as exigências de APPs. Há controvérsia sobre um perdão para antigos desmatamentos em pequenas propriedades. Para monitoramento e fiscalização, o novo Cadastro Ambiental Rural (CAR) requer registro autodeclarado e georreferenciado sobre o cumprimento da lei. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e os órgãos ambientais estaduais são responsáveis pela implementação do CAR. Alguns estados, como Mato Grosso e Bahia, já fizeram seus próprios cadastros. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) pode fornecer apoio para alcançar o cumprimento. Também pode haver compensação pela aquisição de terra não desmatada excedente em áreas próximas.

Os vários cadastros irão fornecer dados valiosos e detalhados sobre o uso da terra e a cobertura vegetal. No entanto, ao nível de propriedades individuais, muitos proprietários querem evitar a autoincriminação, enquanto os funcionários de órgãos estaduais não querem assumir responsabilidade legal pela aprovação de informação autodeclarada sem verificação (observações de campo, ISPN). Os cursos normais de córregos e rios e os limites exatos de topos de morros e encostas íngremes são tecnicamente difíceis de determinar no chão e em imagens de satélite (Oliveira e Fernandes 2013). Estabelecer a coerência entre os relatórios CAR e os mapas oficiais de propriedade fundiária que estão sendo elaborados será um desafio (Dourado 2015).

O déficit de Reservas Legais e APPs no Cerrado é estimada em 4,5 milhões de hectares, o que terá de ser recuperado ou compensado (Observatório do Código Florestal 2015). Por outro lado, os impactos no Cerrado são variados. Com grandes áreas ainda intactas e Reservas Legais de apenas 20%, mais 40 milhões de hectares ainda podem ser desmatados legalmente (Sparovek *et al.* 2011; Soares-Filho 2014). Os prazos de cumprimento foram prorrogados para 2016. Depois de 2017, o cumprimento será um requisito para o acesso ao crédito bancário.

Cuidados devem ser tomados para evitar a dependência excessiva de proteção de matas ciliares em detrimento de outros tipos de vegetação que não esteja nas bordas de córregos e rios, sem lidar com as causas e motores na bacia hidrográfica como um todo. As APPs ao longo de cursos de água podem fornecer habitat e conectividade entre fragmentos florestais para as espécies que necessitam de cobertura florestal contínua para a sua mobilidade. Obviamente, no entanto, as florestas ao longo das margens não podem resolver todos os problemas de disponibilidade de água ou enxurradas, erosão e poluição devido aos usos da terra em lugares mais elevados. Tampouco protegem todos os estoques de biodiversidade ou de carbono.

Como mencionado, em 2009 o Brasil anunciou metas voluntárias para reduzir o desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Novas e ambiciosas metas estão sendo anunciadas em 2015, incluindo o desmatamento ilegal zero. Não excluem o desmatamento legal. Também se referem ao desmatamento líquido, enquanto algumas campanhas nacionais exigem o desmatamento zero, sem compensação pelo reflorestamento. O Brasil não assinou a Declaração de New York sobre as Florestas,

que prevê o desmatamento zero, meta defendida pelo Greenpeace e por outras organizações.

Além da Lei Florestal, existem várias políticas e programas para combater o desmatamento e as queimadas, principalmente para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Em 2009, em Copenhague, o Brasil estabeleceu uma meta voluntária para ações de mitigação nacionalmente apropriadas (NAMA), com reduções entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020, reduzindo o desmatamento em 80% na Amazônia e em 40% no Cerrado.

A Bolsa Verde, estabelecida em 2011, prevê pagamentos para os moradores pobres de áreas protegidas oficiais e outras áreas consideradas prioritárias para proteção. A bolsa é de US\$ 75 (R\$ 300) a cada três meses por dois anos e pode ser renovada.

O Brasil é muito orgulhoso de seu sucesso em reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia em 83% desde 2004. Os principais alvos de execução são o desmatamento ilegal e a exploração madeireira. Em 2015, o governo propôs reduzir para zero o desmatamento ilegal até 2030. No entanto, a maior parte do desmatamento é legal no Cerrado, no Pantanal e na Caatinga, onde as Reservas Legais são muito menores do que na Amazônia, enquanto há pouca floresta sobrando para desmatar na Mata Atlântica. A aplicação da lei na Amazônia pode resultar no aumento da pressão sobre o Cerrado, ou seja, vazamento no sentido contrário. Também seria necessário levar em conta as mudanças indiretas no uso da terra, como no caso da expansão das plantações de cana-de-açúcar para a produção de biocombustível de etanol (Sawyer 2014).

As políticas de desmatamento agora incluem o controle de fogo, que é monitorado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) utilizando dados de vários satélites. Em 12 meses em 2008-2009, houve 32.001 incêndios detectados no Cerrado, 40% do total nacional. A maioria ocorreu na porção centro-norte do bioma, particularmente nas bacias do Tocantins-Araguaia e São Francisco, principalmente no Cerrado remanescente (75,6%), com 13,2% em pastagens plantadas e 11% em áreas agrícolas (Nascimento *et al.* 2011). Cumpre recordar que os ‘focos de calor’ em imagens de satélite não correspondem necessariamente a desmatamento, mas podem ser o resultado de manejo anual da pastagem em áreas desmatadas há muito tempo, ou o uso tradicional da terra. O acúmulo de desmatamentos no passado não deve ser confundido com novos desmatamentos.

Em 2015, o Ministério do Meio Ambiente lançou um Plano Nacional para recuperar a Vegetação Nativa (PLANAVEG), que se baseia na aplicação efetiva da nova Lei Florestal. Os níveis de déficit em termos da Lei Florestal foram calculados para cada bioma, mas serão revistos. Como mencionado acima, o déficit para o Cerrado é estimado em 4,5 milhões de hectares. A restauração será um complemento essencial da conservação.

7.2.5 Políticas Climáticas

As políticas climáticas no Brasil estão estreitamente ligadas às políticas relativas ao desmatamento, que tem sido a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa do país, conforme descrito no Capítulo 10. Por causa da redução de 83% nas emissões decorrentes do desmatamento desde 1994, maior atenção deve ser prestada a

agricultura, energia e transporte. A agricultura é especialmente relevante no Cerrado (Bustamante 2015). Claramente, as florestas, a biodiversidade e o clima estão intimamente ligados, como ficou evidente no Simpósio Brasil-Alemanha sobre este assunto em agosto de 2015. No momento, o clima é uma preocupação global primordial e constitui, assim, uma importante justificativa para a cooperação internacional Norte-Sul em matéria de meio ambiente.

A política climática do Brasil tem sido baseada na defesa do direito ao desenvolvimento e no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (Lago 2009). O compromisso voluntário de reduzir as emissões, anunciado na COP em Copenhague em 2009 e definido na Política Nacional de Mudanças Climáticas (Motta 2011), depende da redução do desmatamento, o que foi conseguido principalmente na Amazônia. As propostas de Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDCs) apresentadas na COP de Paris, em 2015, também concentram-se principalmente na redução das taxas de desmatamento, gerando, assim, co-benefícios significativos para a biodiversidade e os ciclos hidrológicos. Iniciativas de *'cap-and-trade'* são muito limitadas. A ideia de REDD+ está sendo discutida, mas a principal prática atual é o Fundo Amazônia, que começou com uma doação de US\$ 1 bilhão da Noruega.

Em 2010, o Brasil lançou o Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e uma linha especial de crédito. Coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o plano visa reduzir as emissões de carbono por meio da promoção de práticas na agricultura tais como plantio direto e sistemas integrados lavoura-pecuária. A iniciativa tem sido lenta na utilização dos recursos, dadas as incertezas sobre a Lei Florestal, a falta de assistência técnica e a dificuldade de acesso ao crédito.

7.3 Políticas Socioambientais

Além de políticas de recursos naturais específicas para o Brasil como um todo, descritas acima, existem também numerosas iniciativas socioambientais que geram impactos positivos sobre a conservação da biodiversidade no Brasil em geral e no Cerrado em particular.

7.3.1 Sociobiodiversidade

Em 2008, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do MMA começou a promover as cadeias de valor para os produtos não-madeireiros, incluindo babaçu, pequi e buriti. No Brasil, *'extrativismo'* não se refere à mineração, petróleo e gás, mas ao uso sustentável da biodiversidade, que é chamado de *'agroextrativismo'*. Em 2009, essas ações foram incluídas no Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Os produtos da sociobiodiversidade são definidos como bens e serviços (produtos acabados, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse para as pessoas e comunidades tradicionais e agricultores familiares, promovendo a manutenção e a valorização de suas práticas e conhecimento, garantindo seus direitos, gerando renda, promovendo sua qualidade de vida e melhorando o meio ambiente em que vivem.

O plano tem se concentrado em seis áreas: (1) produção e extrativismo sustentável; (2) processos industriais; (3) mercados para produtos da sociobiodiversidade; (4) organização social e produtiva; (5) cadeias produtivas da sociobiodiversidade; e (6) avaliação dos serviços da sociobiodiversidade. As ações de nível macro procuram incluir os produtos da sociobiodiversidade nas políticas agrícolas, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), tais como a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As ações de nível intermediário procuram oferecer assistência técnica e formação específica para a produção extrativa. No nível micro, o plano envolve duas cadeias produtivas, uma das quais, para o babaçu, está situada no Cerrado. Os arranjos produtivos locais que são apoiados incluem o pequi e o buriti do Cerrado (Afonso 2014).

O PNPSB é coordenado pelos Ministérios de Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento. Ele inclui os governos estaduais, funcionários, a Agência Nacional de Vigilância e Inspeção Sanitária (ANVISA), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além do setor empresarial, agências de desenvolvimento e organizações da sociedade civil (MMA *et al.* 2012). O PNPSB foi absorvido pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) em 2015.

Em 1966, o Decreto-Lei 79 estabeleceu normas de preços mínimos para produtos agrícolas. Desde 2008, em resposta às demandas dos extrativistas, a Política de Garantia de Preços para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) forneceu bônus para extrativistas obrigados a vender seus produtos a preços inferiores ao mínimo oficial. A CONAB, que administra a PGPM, montou um escritório para desenvolver e operacionalizar preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade. Para a safra 2014/2015, os preços mínimos foram definidos por seis produtos do Cerrado: babaçu, baru, macaúba, mangaba, pequi e umbu. Os preços médios são de apenas alguns poucos dólares por quilograma.

7.3.2 Mercados Institucionais

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, é um mercado institucional muito importante, operado com recursos do MDA e do MDS. Produtos adquiridos de agricultores são doados para instituições públicas tais como escolas, abrigos e hospitais. Há também os empréstimos para investimentos em instalações para agregar valor e para armazenamento. Os produtos do Cerrado vendidos pela agricultura familiar diretamente ao governo federal via CONAB incluem babaçu, bacaba, bacuri, baru, buriti, cagaita, cajá, coco, cupuaçu, guariroba, mel, murici, pequi e umbu em várias formas.

Desde 2009, a Lei 11.947 estabelece que pelo menos 30% do total dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser para a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, comercializados individual ou coletivamente. Este é outro grande mercado institucional para agricultores

familiares, especialmente aqueles localizados perto de grandes centros urbanos, onde há mais alunos nas escolas. A fim de ajudar a envolver organizações produtivas dos agricultores familiares no mercado PNAE, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) desenvolveu a estratégia Nutrir Brasil, que busca superar entraves burocráticos que impedem o encontro entre a oferta e a procura de produtos da agricultura familiar.

Subsequentemente, este projeto foi reforçado pelo Programa Mais Administração, que desenvolveu uma metodologia de assistência técnica para a organização, gestão, produção e comercialização nas empresas agrícolas familiares (Afonso 2012). O Programa Mais Administração fornece assistência técnica para organizações produtivas para promover a integração e qualificação de empreendimentos coletivos da agricultura familiar para os mercados institucionais e privados. O programa atende atualmente 461 cooperativas, das quais 200 são totalmente dedicadas ao fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por outro lado, as normas sanitárias do Sistema Unificado da Atenção à Saúde Agropecuária (SUASA) às vezes impõem limites severos sobre a produção e comercialização familiar e comunitária.

7.3.3 Agroecologia e Produção Orgânica

Além do Plano Nacional de Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade, os ministérios envolvidos instituíram a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 2011. A política tem como objetivo integrar, coordenar e adaptar as políticas, programas e ações para induzir a transição agroecológica e produção orgânica e agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. A PNAPO é executada por dois órgãos: a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e o Comitê Interministerial para a Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). Embora o foco seja diferente do uso sustentável da biodiversidade, essas comissões ajudam a implementar e monitorar a agenda de sociobiodiversidade dentro das diferentes esferas do governo federal.

7.3.4 Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecida pelo Decreto 6.040 em 2007, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, enfatizando o reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito por e valorização de sua identidade, formas de organização e instituições. Os povos e comunidades tradicionais são oficialmente definidos como sendo grupos culturalmente diferentes que se reconhecem como tal, possuem suas próprias formas de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

A coordenação e implementação do PNPCT são da responsabilidade da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criado em 2006 e composto por 15 representantes do governo federal e 15 representantes de organizações não governamentais. A CNPCT é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e

Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR). Os representantes da sociedade civil incluem extrativistas amazônicos, pescadores caiçaras, comunidades de fundo de pasto, comunidades de terreiro, quilombolas, faxinais, geraizeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, pomeranos, indígenas, ciganos, quebradeiras de coco de babaçu, retireiros e seringueiros. Os povos e comunidades tradicionais do Cerrado estão incluídos no CNPCT por meio dos geraizeiros, povos indígenas e quebradeiras de coco de babaçu.

Os povos indígenas não se sentem inteiramente confortáveis inseridos nesta ampla categoria oficial de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAFs), especialmente por causa da grande diversidade de identidades étnicas, dos conflitos de terra e, em algumas áreas, das altas taxas de suicídio e até mesmo discursos de suicídio coletivo (representante da MOPIC na consulta das partes interessadas).

7.3.5 Política Indígena

A Constituição Brasileira de 1988 garante aos povos indígenas o direito de usufruir dos recursos naturais das terras que tradicionalmente ocupam, as quais permanecem como propriedade federal. As terras indígenas são as maiores áreas intactas do Cerrado e têm menos desmatamento que as áreas protegidas oficiais destinadas a proteção integral ou uso sustentável. A caça e coleta dos indígenas tipicamente constituem formas de uso sustentável da biodiversidade. No entanto, a exploração madeireira, o garimpo e a caça ilegal são ameaças à biodiversidade nessas áreas.

A política indígena é da responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), dentro do Ministério da Justiça (MJ). Há crescente oposição política à demarcação das terras indígenas, que querem conceder ao legislativo a autoridade para definir quais terras são indígenas.

Em 2012, foi estabelecida a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI). Embora as terras indígenas não sejam ‘unidades de conservação’ no sistema nacional (SNUC) ou áreas protegidas de acordo com os critérios da UICN, podem ser consideradas de fato áreas protegidas, com base em taxas de desmatamento e outros indicadores de conservação da biodiversidade. Existe agora um programa de pequenos projetos chamado Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), coordenado pelo ISPN, para apoiar iniciativas específicas para: 1) gestão etno-territorial e ambiental; 2) conservação e recuperação ambiental; 3) atividades produtivas sustentáveis. Três dos centros de referência estão no Cerrado.

7.4 Políticas de Desenvolvimento

A principal política de desenvolvimento nos últimos anos tem sido o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que financia obras públicas de infraestrutura e está começando uma segunda fase. No momento, porém, as prioridades são o ajuste econômico, a redução dos gastos do governo - ou pelo menos do déficit orçamentário - e a retomada do crescimento econômico.

O desenvolvimento social e a inclusão social têm sido promovidos por meio de bolsas familiares e vários tipos de benefícios, especialmente desde 2003. Com o envelhecimento, a aposentadoria rural é fundamental para os idosos no campo, como também para as economias locais. O Sistema Único de Saúde (SUS) presta cuidados

gratuitos de saúde pública. O programa Luz para Todos propiciou eletrificação rural e o programa Minha Casa, Minha Vida construiu milhões de unidades habitacionais de baixa renda. Estas políticas de redistribuição de renda podem reduzir a pressão ambiental por parte dos pequenos agricultores, que recebem dinheiro, bens ou serviços e sentem, portanto, menos pressão econômica para produzir e vender alimentos.

Um dos programas de desenvolvimento mais relevantes para os agricultores familiares é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que fornece crédito rural. Para ter acesso, os agricultores precisam de elegibilidade por meio de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs). Essas declarações e o crédito estão altamente concentrados na Região Sul e em Minas Gerais. Por outro lado, o crédito rural requer a adoção de tecnologia de altos insumos e a inadimplência pode levar à perda da propriedade. Ainda seria importante encontrar maneiras de reduzir os custos de produção e aumentar os preços pagos aos agricultores.

7.5 Políticas de Posse da Terra e Uso do Solo

No seu conjunto, a estrutura fundiária no Brasil é altamente concentrada. A fronteira aberta que antes existia e recebeu milhões de migrantes de outras partes do Brasil fechou-se nas décadas de 1960 e 1970. Isto ocorreu em parte porque a terra que era pública foi ocupada por grandes propriedades rurais, muitos dos quais serviam para a especulação fundiária (Sawyer 1984). Mesmo assim, existe cerca de um milhão de pequenos agricultores familiares no Cerrado, com pequenas áreas e renda modesta da produção rural, que muitas vezes inclui leite e ovos (Peres *et al.* 2006).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trabalha com a agricultura comercial, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) trabalha com os pequenos agricultores. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) está dentro do MDA. Nos anos 1970 e 1980, os assentamentos de reforma agrária foram criados principalmente na Amazônia, mas os movimentos sociais exigem agora melhores localizações nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. O acesso à terra em assentamentos de reforma agrária exige a desapropriação de terras privadas, que agora são caras no Cerrado, enquanto os orçamentos dos governos enfrentam grandes déficits. Os assentamentos são muitas vezes criados em terras degradadas que eram pastagens ou terras cultivadas. Em comparação com as monoculturas e pastagens, os assentamentos mantêm mosaicos complexos de uso da terra (Cadernos do Diálogo 2011). Alguns deles incluem sistemas agroflorestais, contribuindo para a recuperação da biodiversidade e da conectividade entre os fragmentos. O INCRA também cria Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs).

No que diz respeito ao ordenamento do território, o Brasil conta com décadas de experiência das autoridades estaduais com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), especialmente na Amazônia (Schubart 1992). Tecnicamente, tem sido difícil combinar dados ambientais com dados socioeconômicos na escala necessária. A situação atual do planejamento do ZEE em cada estado do Cerrado varia de escalas de 1:1.000.000 a 1:50.000. Os estados mais avançados são Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Na prática, a aplicação efetiva do zoneamento mostrou-se difícil dentro da estrutura legal existente, baseada na propriedade privada. Por outro lado, uma combinação de

zoneamento com a Lei Florestal, que requer o mesmo percentual de Reserva Legal para todas as propriedades, independentemente de sua localização, poderia fazer a aplicação da lei mais racional em termos ecológicos e econômicos, como também poderia tornar sua aplicação mais viável na prática.

7.6 Instituições de Implementação de Políticas de Gestão de Recursos

As instituições governamentais envolvidas na formulação, implementação e monitoramento de políticas de gestão de recursos naturais descritas nas seções seguintes são federais, estaduais, municipais e acadêmicas.

7.6.1 Instituições Federais

O Ministério do Meio Ambiente administra os seguintes órgãos: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Dentro do MMA, além da Secretaria Executiva, as secretarias mais relevantes para a implementação das políticas de recursos naturais são as de Biodiversidade e Florestas (SBF), Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) e Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Uma secretaria separada está sendo criada para as florestas.

O IBAMA foi criado em 1989, unificando os órgãos responsáveis pelas florestas, pesca e borracha com a Secretaria de Meio Ambiente. É responsável pelo licenciamento ambiental. O ICMBio foi separado do IBAMA em 2008, com responsabilidades específicas para as áreas protegidas do Brasil sob o SNUC. O ICMBio também coleta e torna disponíveis muitos tipos de dados sobre a biodiversidade (Silva *et al.* 2015).

Cada unidade de conservação oficial tem o seu próprio conselho gestor. Os conselhos gestores das unidades de conservação federais são presididos pelo chefe da unidade, um funcionário do ICMBio. Em alguns casos, existem mosaicos de áreas protegidas, como por exemplo o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, no norte de Minas Gerais.

A ANA foi descrita na seção sobre a política de recursos hídricos (7.2.3). A gestão de recursos hídricos é normalmente da responsabilidade dos órgãos ambientais estaduais. Ao mesmo tempo, no entanto, há algum conflito com as empresas e as agências responsáveis pela geração de energia hidrelétrica, que estão subordinadas ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) é muito mais antigo, tendo sido fundado em 1808, antes da Independência do Brasil. Faz pesquisas sobre plantas de todo o Brasil e participou nas consultas às partes interessadas para o Perfil do Ecossistema do Cerrado (Martinelli 2014; Martinelli e Moraes 2013).

O SFB, criado em 2006, promove atividades de base florestal; apoia a formação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades de silvicultura; realiza o Inventário Florestal Nacional e gera o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

(FNDF). O Inventário Florestal Nacional tem como objetivo fornecer informações sobre a área de cobertura florestal e os diferentes usos do solo, dinâmica de fragmentação, saúde e vitalidade das florestas, a diversidade e abundância de espécies florestais, biomassa, estoques de carbono e as características do solo das florestas. Os dados socioeconômicos incluem os principais usos e percepções de produtos e serviços florestais pelas comunidades locais.

Os conselhos ambientais federais participativos ligados ao MMA são o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER) e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Ao nível interministerial, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, criada em 1997, não continua ativa.

O Protocolo Verde, que coloca restrições no acesso ao crédito bancário, bem como as políticas de compras verdes por parte do governo, segundo propostas do MMA, poderiam ser meios para limitar as práticas insustentáveis e para incentivar a produção sustentável em geral. Os bancos também podem ser responsabilizados por impactos ambientais de seus investimentos.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF), ligado ao MDA, tem interface direta com a sustentabilidade ambiental. Existe um comitê interministerial específico sobre as alterações climáticas (CIM), criado em 2007, e um Grupo Executivo (GEx), mas nenhuma comissão interministerial do tipo que existe para a biodiversidade ou a água. Os comitês interministeriais não incluem representantes não governamentais. Outros conselhos federais relevantes que influenciam diretamente na gestão dos recursos naturais são os acima mencionados nas subseções sobre recursos naturais, água e políticas socioambientais: CONAMA, CONABIO, CONACER, CNRH, CNPCT e CNAPO. A sociedade civil tem dificuldade para mobilizar representantes qualificados que possam participar efetivamente em todos eles.

O Ministério da Integração Nacional (MI) inclui três agências de desenvolvimento regional. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) abrange uma grande parte do Cerrado, ou seja, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) são importantes nas partes setentrionais e orientais do hotspot, respectivamente. Estas agências regionais procuram principalmente promover o desenvolvimento regional econômico e social, mas vem incorporando preocupações com a sustentabilidade ambiental. Por exemplo, a SUDECO apoia Rotas de Integração Nacional que interligam arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade no Cerrado (ECODATA 2015).

Os outros ministérios e órgãos que são mais relevantes para a conservação da biodiversidade são os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), bem como a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). A SAE foi extinta em outubro de 2015. O MDA tem sido um aliado próximo do MMA (observações do ISPN). O MAPA está mais interessado na produção e exportação de commodities do que no meio ambiente, mas também trabalha com a produção orgânica, que é vista como uma

oportunidade de negócio. O MCTI trabalha com as alterações climáticas, competindo com o MMA, e agora também trabalha com a biodiversidade. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) utiliza uma tecnologia sofisticada para monitorar o desmatamento, as queimadas e as cicatrizes que deixam. A SAE, que tinha uma Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável, tem trabalhado principalmente com a regularização da posse da terra na Amazônia, mas começou a trabalhar com o fórum dos governadores do Brasil Central, ou seja, da região Centro-Oeste mais Tocantins, instância que poderia incidir sobre a sustentabilidade do Cerrado. A Secretaria de Micro e Pequenas Empresas (SMPE), rebaixado de status ministerial em 2015, trabalha para simplificar a regulamentação para as pequenas empresas, uma iniciativa que poderia ser estendida para os pequenos agricultores e as comunidades locais. Algumas dessas secretarias foram recentemente subsumidas pelos ministérios, a fim de reduzir os gastos do governo, mas suas missões continuam.

O governo federal trabalha com questões ambientais em conjunto com várias organizações intergovernamentais, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Elas são agências implementadoras do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) nas suas áreas focais, que são matéria de acordos ambientais multilaterais. A cooperação internacional é coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

7.6.2 Instituições Estaduais

Há dez estados no Hotspot Cerrado no Brasil, bem como o Distrito Federal, com suas respectivas instituições. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) inclui autoridades federais, estaduais e municipais e promove o intercâmbio de âmbito nacional e estadual de informações e experiências. Regionalmente, há também um Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente no Cerrado, em que a nova administração do Distrito Federal pretende desempenhar um papel de liderança.

Os órgãos estaduais no Cerrado são desiguais em termos de preocupação e ação efetiva sobre assuntos ambientais. Todos estão agora prejudicados por cortes no orçamento, que muitas vezes impõem fusões com secretarias de promoção de desenvolvimento. Minas Gerais é o mais avançado. Mato Grosso realizou trabalho pioneiro para implementar a Lei Florestal. Mato Grosso do Sul se destaca por ter completado o seu zoneamento ecológico-econômico, embora a implementação seja outra questão. A Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal criou um Centro de Excelência em Estudos do Cerrado chamado Cerratenses no Jardim Botânico de Brasília (JBB) e está planejando a criação de uma agroindústria para produtos da agro-sociobiodiversidade da região do entorno.

Os estados têm agências de extensão rural, que agora fazem parte de uma nova Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Consultas às partes interessadas destacam a necessidade de fazer a extensão eficaz, ir além de tecnologias de ‘revolução verde’ e utilizar os modernos meios de comunicação e técnicas de intercâmbio entre pares, além de assistência técnica tradicional individualizada em cada

propriedade. Quando for necessária assistência técnica para o crédito, os parâmetros técnicos são necessários para apoiar atividades diferentes das culturas convencionais e gado (Carrazza 2015).

7.6.3 Instituições Municipais e Locais

Além do Distrito Federal, há 1.408 municípios com pelo menos parte de sua área incluída no Hotspot Cerrado oficial. A grande maioria conta com populações e orçamentos pequenos. As microrregiões e mesorregiões definidas pelo IBGE são usadas para agregar dados estatísticos, mas não para fins políticos ou administrativos. De 1995 a 2010, havia Territórios Rurais e Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário liderados pelo MDA. Agora existem 32 Territórios da Cidadania no Hotspot Cerrado, também constituídos por grupos de municípios. Esses territórios são projetados para promover diferentes dimensões da cidadania. Não está claro até que ponto eles são funcionais ou se eles abraçam causas ambientais.

O Distrito Federal, em conjunto com 19 municípios do estado vizinho de Goiás e dois de Minas Gerais, fazem parte da Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Tabela 7.1. Territórios da Cidadania no Cerrado.

Águas Emendadas – DF/GO/MG	Lençóis Maranhenses/Munin – MA
Alto Jequitinhonha – MG	Médio Jequitinhonha – MG
Alto Rio Pardo – MG	Noroeste – MT
Baixada Cuiabana – MT	Noroeste de Minas – MG
Baixada Ocidental – MA	Pontal do Paranapanema – SP
Baixo Araguaia – MT	Reforma – MS
Baixo Jequitinhonha – MG	Serra Geral – MG
Baixo Parnaíba – MA	Sertão de Minas – MG
Bico do Papagaio – TO	Sertão do São Francisco – BA
Chapada Diamantina – BA	Sudeste – TO
Chapada dos Veadeiros – GO	Sudoeste Paulista – SP
Cocais – MA	Vale do Itapecuru – MA
Cocais – PI	Vale do Ivinhema – MS
Cone Sul – MS	Vale do Mucuri – MG
Grande Dourados – MS	Vale do Paranã – GO
Jalapão – TO	Vale do Rio Vermelho – GO

7.6.4 Organizações Acadêmicas e Científicas

Outro conjunto de instituições governamentais envolvidas nas questões ambientais são as universidades e os institutos de pesquisa públicos. Existem hoje muitas faculdades e universidades públicas em todos os estados, nas capitais e no interior, onde entram em maior contato com as realidades locais. A pesquisa e a formação são apoiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), especialmente por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e pelo Ministério da Educação (MEC), especialmente por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os professores são obrigados a fazer pesquisa e extensão, embora estas atividades permaneçam secundárias ao ensino. Muitos estados possuem fundações de amparo à pesquisa (FAP), que são descritas no Capítulo 11, sobre investimentos.

Uma riqueza de dados, sem paralelo na maioria dos países em desenvolvimento, é produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O IBGE desenvolveu indicadores de desenvolvimento sustentável (IBGE 2015). Não há nenhum instituto de pesquisa federal específica para o Cerrado, como há para a Amazônia, que conta com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Museu Goeldi (MPEG), e para a região do Semiárido, que conta com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Um Instituto Nacional de Pesquisas para o Cerrado poderia ser proposto a fim de ajudar a preencher as numerosas lacunas no conhecimento e realizar pesquisas mais aplicadas, especialmente no que diz respeito à ecologia, economia e sociologia. O que existe é a Rede Científica e Tecnológica para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (COMCERRADO), uma rede de pesquisadores apoiada pelo MCTI cujo trabalho foca principalmente os inventários biológicos (Machado 2015).

7.7 Política e Governança no Hotspot Cerrado

O Brasil começou a prestar atenção para o Cerrado como resultado de simpósios sobre o Cerrado realizados por pesquisadores na década de 1960. Só então o nome foi modificado a partir de ‘cerrados’ no plural para se referir a um ecossistema singular unificado. Iniciativas governamentais destinadas à conservação e uso sustentável do bioma Cerrado são recentes, com a primeira remontando à preparação da Conferência Rio-92 (CNUMAD). A Assembleia Constituinte de 1988 não concedeu ao Cerrado, à Caatinga ou aos Pampas o estatuto de Patrimônio Nacional, como fez com a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica e até a Serra do Mar, que não é um bioma.

Após a década de 1960, o Cerrado foi considerado o principal local para a expansão da fronteira agrícola e foi visto por nacionalistas como o novo ‘celeiro do mundo’. Sua ocupação agrícola teve lugar sob a égide da ‘modernização conservadora’ dominada pela produção de mercadorias em larga escala, o uso intensivo de capital e a construção de infraestrutura e novas estradas, com pouca ou nenhuma preocupação com os impactos ambientais.

Os anos após o retorno à democracia no Brasil em 1985 foram marcados por grandes mobilizações sociais. As organizações ambientalistas, movimentos sociais e pesquisadores que se prepararam para a Conferência Rio-92 chamaram a atenção para o ritmo acelerado da perda de Cerrado, envolvendo a erosão, a destruição do habitat, a

diminuição da fauna e a privatização de áreas utilizadas pelas comunidades locais. Novas organizações da sociedade civil e movimentos sociais reuniram-se no Fórum Brasileiro de ONGs. Organizações ligadas à defesa do Cerrado realizaram reuniões paralelas e constituíram o embrião da Rede de ONGs do Cerrado.

Durante a conferência oficial, a sociedade civil de vários países participou do Fórum Global 92 paralelo ao evento oficial. O Fórum Internacional de ONGs discutiu os mesmos temas negociados na conferência oficial e vários ‘tratados’ internacionais foram assinados, incluindo o Tratado Internacional sobre o Cerrado, que continha um breve resumo da situação e uma lista de ações a serem tomadas para conter o desmatamento e perda de biodiversidade, água e territórios (La Rovere e Vieira 1992). Depois, outra reunião de organizações ambientais realizada em Goiânia lançou a Rede Cerrado de ONGs. Durante o IV Encontro Nacional, realizado em 1999 em Montes Claros, Minas Gerais, foi aprovada a Carta de Princípios da Rede Cerrado. Um documento entregue ao Ministério do Meio Ambiente destacou a urgência da criação de um programa específico para a conservação e uso sustentável do Cerrado.

Após as eleições federais de 2002, a Rede Cerrado enviou uma carta à equipe de transição com três demandas principais: (a) inclusão do Cerrado na Constituição como Patrimônio Nacional; (b) criação de um programa abrangente de conservação e uso sustentável; e (c) criação de uma secretaria específica para o bioma dentro do MMA, como já existia para a Amazônia. A primeira exigência nunca foi cumprida, a segunda foi cumprida, pelo menos em termos de intenções, e a terceira resultou, até agora, em uma pequena alteração na estrutura administrativa.

7.7.1 Programa Cerrado Sustentável (PCS)

A demanda da Rede Cerrado ao MMA para a criação de um programa abrangente de conservação e uso sustentável do Cerrado foi a mais viável. Em 2003, durante as celebrações do primeiro Dia Nacional do Cerrado, em 11 de setembro de cada ano, o MMA publicou a Portaria 361/2003, criando um grupo de trabalho para elaborar um programa para a conservação do Cerrado. O grupo de trabalho incluiu representantes da Rede Cerrado, outras organizações da sociedade civil, agências federais e governos estaduais. Foram realizadas diversas consultas públicas em todo o bioma. Em setembro de 2004, o grupo apresentou uma proposta para o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado, que se tornou o Programa Cerrado Sustentável (PCS). No início de 2004, o Secretário de Biodiversidade e Florestas criou centros para os biomas. O Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal (NCP) destinava-se a facilitar a integração das ações do MMA nos dois biomas. O Programa Cerrado Sustentável e a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER) foram estabelecidos em 2005. A comissão, com participação igualitária entre representantes do governo e da sociedade civil, é responsável pelo acompanhamento da execução do programa.

O objetivo do programa é promover a conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável de ecossistemas naturais e agrícolas, bem como a apreciação e reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando reverter os impactos sociais e ambientais negativos por meio de: (i) conservação da biodiversidade; (ii) uso sustentável da biodiversidade; (iii) comunidades tradicionais e agricultores familiares; e (iv) agricultura, pecuária e silvicultura sustentáveis. O financiamento e a eficácia não atenderam às expectativas.

7.7.2 Iniciativa GEF Cerrado Sustentável

A fim de realizar as diretrizes do programa, o NCP já estava em negociações com o Banco Mundial para apresentar uma proposta para o GEF, que recebeu aprovação preliminar em novembro de 2005, com um financiamento inicial de US\$ 13 milhões. Oficialmente chamado de Iniciativa GEF Cerrado Sustentável, o projeto teve como objetivo promover o aumento da conservação da biodiversidade e aumentar a utilização sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado por meio de políticas e práticas adequadas (Viana 2009). As negociações sobre este projeto, no entanto, acabaram sendo mais complexas do que inicialmente previsto, e o financiamento só começou em 2009. Dois estados foram contemplados: Goiás e Tocantins. Um seminário em junho 2015 apresentou alguns dos resultados, com maior ênfase dada ao nível ministerial do que aos estados, onde as secretarias ambientais aparentemente foram fortalecidas.

7.7.3 PPCerrado

Em 2009, o MMA lançou a sua proposta para o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado (PPCerrado), similar em muitos aspectos ao plano para a Amazônia (PPCDAm), que foi considerado um grande sucesso. A nova versão do PPCerrado lançado em 2010 sublinhou a integração dos estados e esforços dos governos locais para reduzir o desmatamento e as queimadas. Também deixou claro que, sem o envolvimento do setor privado, especialmente do agronegócio, não seria possível reduzir a perda do bioma (MMA 2011). Enquanto o Programa Cerrado Sustentável (PCS) pode ser caracterizado como orientação geral e diretrizes, o PPCerrado é mais operativo, contendo ações, metas e prazos detalhados. O PPCerrado propõe um investimento de US\$ 100 milhões em quatro áreas temáticas: (i) atividades produtivas sustentáveis; (ii) monitoramento e controle; (iii) áreas protegidas e ordenamento territorial; e (iv) educação ambiental. Dois projetos em andamento apoiam o PPCerrado no Brasil: o Programa de Redução de Desmatamento e Queimadas no Cerrado e o Projeto de Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas Ilegais e Incêndios Florestais no Cerrado (Projeto Cerrado-Jalapão), descrito no Capítulo 11. O primeiro concentra-se em 52 municípios prioritários, onde ocorreu a maior parte do desmatamento. Esses municípios, que constituem apenas 4% dos 1.408 no bioma Cerrado, são responsáveis por 44% do desmatamento e de 22% da vegetação remanescente em 2009-2010 (MMA 2015). Os resultados do PPCerrado, no entanto, não atenderam às expectativas.

7.7.4 Programa de Redução de Desmatamento e Queimadas no Cerrado do Brasil

Coordenado pelo MMA e usando fundos britânicos de US\$ 4,3 milhões, do Departamento para o Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (DEFRA), o objetivo geral do programa é ajudar a atenuar as alterações climáticas e melhorar a gestão dos recursos naturais no Cerrado por meio da melhoria das políticas públicas e práticas dos agricultores. Há dois componentes: (i) regularização ambiental rural, ajudando os agricultores a cumprir a legislação florestal por meio do cadastro ambiental das propriedades rurais e recuperação de áreas degradadas; e (ii) prevenção e combate aos incêndios florestais, reforço da capacidade de prevenir e combater os incêndios florestais nos níveis federal, estadual e local e promoção de práticas agrícolas alternativas para evitar o uso do fogo. A área abrangida pelo programa é todo o Hotspot Cerrado, com foco em áreas protegidas federais (Chapada das Mesas, Serra da Canastra

e Veredas do Oeste da Bahia) e alguns municípios na lista de prioridades para a prevenção e controle do desmatamento e queimadas no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

7.7.5 Projeto Cerrado-Jalapão

O Programa de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Ilegais no Cerrado do Brasil, coordenado pelo MMA, apoiado pela cooperação financeira e técnica da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ) e implementado por agências executoras federais e estaduais, leva a cabo um conjunto de atividades destinadas a melhorar a prevenção e controle de incêndios e queimadas no Cerrado, especialmente na região do Jalapão (Tocantins).

7.7.6 Projeto Cerrado CAR-FIP

O Projeto Cerrado CAR-FIP faz parte do Plano de Investimentos do Brasil, por meio do Programa de Investimento Florestal (FIP) no âmbito do Fundo de Investimento Climático (CIF). Implementado pelo MMA em parceria com órgãos ambientais estaduais, irá apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Cerrado, a fim de reduzir o desmatamento e a degradação florestal e melhorar a gestão sustentável das florestas, tendo em vista a redução das emissões de CO₂ e a proteção dos estoques de carbono florestal. O projeto está orçado em US\$ 32,5 milhões por meio de um contrato de empréstimo com o FIP, bem como US\$ 17,5 milhões em fundos de contrapartida. As atividades centram-se na implementação do CAR em municípios selecionados do bioma, por meio de: (i) serviços de estruturação; (ii) titulação de pequenas explorações agrícolas familiares; (iii) fornecimento de equipamentos e veículos para permitir a inclusão no CAR; (iv) campanhas publicitárias; (v) mobilização de agricultores e suas organizações; (vi) formação de facilitadores locais para realizar o cadastro; (vii) fortalecimento de parceiros estaduais e municipais; (viii) bases de dados temáticas; (ix) imagens de satélite; (x) monitoramento; (xi) análise dos resultados do CAR; (xii) sistema para a adesão ao Programa de Recuperação Ambiental (PRA); e (xiii) difusão de tecnologias para a recuperação ambiental de áreas degradadas.

7.7.7 Serviço Florestal Brasileiro

O SFB tem três ações específicas para o bioma Cerrado: (1) a conclusão do Inventário Florestal, agora em curso; (2) desenvolvimento de estratégias para promover a gestão florestal comunitária e familiar; e (3) prestação de assistência técnica para fortalecer empreendimentos florestais comunitários por meio do FNDF. Em 2013, o FNDF ofereceu assistência técnica a cinco projetos em Minas Gerais e Goiás, beneficiando 500 famílias que coletam pequi, buriti, mangaba, baru e coco azedo, entre outros produtos. Há um estudo específico sobre o manejo florestal comunitário e familiar no Cerrado e outro sobre potenciais fontes de produtos para uma agroindústria no Distrito Federal.

7.8 Contexto Político da Bolívia

Após a eleição em 2006 de Evo Morales, primeiro presidente indígena do país, a Constituição da Bolívia foi revista em 2009 para introduzir reformas importantes que beneficiam muitos dos camponeses e comunidades indígenas do país. Morales foi reeleito em 2014. Em nível internacional, o presidente Morales é conhecido por defender o ambientalismo. Ele acusou alguns países de cometer 'ecocídio' contra a

‘Mãe Terra’. A Lei dos Direitos da Mãe Terra foi aprovada em 2010, permitindo que os cidadãos possam iniciar processos judiciais em nome da (e como parte da) Mãe Terra.

No entanto, tais medidas pouco fizeram para estancar a degradação ambiental na Bolívia, que perde entre 200.000 e 300.000 hectares de floresta a cada ano. Isso coloca em risco espécies ameaçadas de extinção tais como a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), o urso de óculos (*Tremarctos ornatus*) e a onça (*Pantera onça*).

As leis que controlam o desmatamento foram atenuadas. Por exemplo, a Lei da Restauração de Florestas de 2013 perdoou proprietários do pagamento de multas por terra que tinham desmatado ilegalmente antes de 2011. Em 2015, os agricultores de pequena escala ganharam apoio para uma proposta de ampliação de 5 a 20 hectares dos limites sobre a quantidade de terra que estão autorizados a desmatar. O partido do governo tem atribuído à expansão da fronteira agrícola um papel fundamental no desenvolvimento. A expansão da produção de soja tem contribuído para o desmatamento, especialmente no sudeste do estado de Santa Cruz, onde o Cerrado boliviano está localizado.

Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente foi dividido em dois novos ministérios, o Ministério do Ambiente e da Água (MMAyA) e o Ministério do Desenvolvimento Rural e da Terra (MDRyT). O MMAyA desenvolve e implementa políticas públicas, leis, planos e projetos para a conservação, adaptação e uso sustentável dos recursos naturais. Também é responsável pela irrigação e higiene básica com foco em áreas de captação. O Serviço Nacional de Áreas Protegidas (SERNAP) da Bolívia administra atualmente 21 áreas protegidas.

Há três Reservas da Biosfera da UNESCO na Bolívia. As reservas Ulla-Ulla e Pilon-Lajas estão nos Andes ou no sopé noroeste, enquanto a Reserva da Biosfera de Beni está localizada na convergência de três zonas biogeográficas: Amazônia, Chaco e Cerrado.

A elaboração de políticas recentes na Bolívia tendeu a enfatizar o desenvolvimento nacional com base em recursos naturais. Também pode ser mais difícil implementar medidas de conservação no contexto de descentralização administrativa e participação popular.

Outra questão ambiental importante tem sido a construção de usinas hidrelétricas dentro da Bolívia em afluentes do rio Amazonas, ao norte, ou no rio Paraná, ao sul, ao longo das fronteiras ou a jusante do Brasil, como no caso de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia. As decisões sobre esses projetos estão sujeitas à influência de interesses econômicos brasileiros.

7.9 Contexto Político do Paraguai

A Secretaria do Meio Ambiente (SEAM) é o ministério do meio ambiente do Paraguai. O país tem 22 áreas protegidas do Sistema Nacional de Áreas de Vida Selvagem Protegida (SINASIP) no âmbito da Direção-Geral de Proteção e Conservação da Biodiversidade (DGPCB) da SEAM. O Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Economia (IDEA) declara áreas como Laguna Blanca como Patrimônio Natural.

O IDEA avalia valores econômicos, sociais e ambientais para as empresas no Paraguai, garantindo que elas cumpram as normas sociais e ambientais, elaborando planos de gestão, concedendo licenças, oferecendo conhecimentos sobre a utilização de produtos químicos agrícolas e fazendo gestão do ambiente, em conformidade com o desenvolvimento sustentável.

A área que inclui os Parques Nacionais Paso Bravo e Serranía de San Luis está sendo proposta como uma Reserva da Biosfera da UNESCO. As áreas adjacentes dos biomas Pantanal e Mata Atlântica no lado brasileiro da fronteira foram propostas como Reservas da Biosfera da UNESCO.

7.10 Compromissos no Âmbito de Acordos Globais e Regionais

O Brasil, a Bolívia e o Paraguai são todos comprometidos com a Convenção sobre Diversidade Biológica e os outros acordos da Rio-1992, particularmente os acordos sobre clima, desertificação e florestas, bem como os acordos de Basileia, Roterdã, Estocolmo e Marrakesh. Também estão comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que incluem o desenvolvimento sustentável, e com o processo pós-2015, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Conferência Rio+20 em 2012, incluindo 17 objetivos e 169 metas. O objetivo 15 (“Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a gestão sustentável das florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e estancar a perda da biodiversidade”) é especialmente relevante e pode justificar aumentos no financiamento.

No que diz respeito especificamente à biodiversidade, os três países estão comprometidos com o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, elaborado pelas partes da CDB na COP 10 em 2010, com as suas 20 Metas de Aichi. O Brasil decidiu conservar 17% de cada bioma (Maretti 2015a). Como visto anteriormente neste capítulo, também há compromissos para implementar Ramsar, o Homem e a Biosfera e os locais de Patrimônio Mundial.

A participação do Brasil nos agrupamentos chamados BRIICS (Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul), IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), embora não sejam associações regionais definidas pela geografia, podem ser mais importantes do que agrupamentos regionais americanos ou latino-americanos em termos de influenciar as decisões sobre as políticas que afetam o uso dos recursos naturais (Sawyer 2011).

No nível hemisférico das Américas, o Brasil, a Bolívia e o Paraguai participam da Organização dos Estados Americanos (OEA). As relações com o Brasil foram tensas quando a OEA condenou a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, e o Brasil retirou seu embaixador, sem substituição por enquanto.

Dentro da América do Sul, o Brasil e a Bolívia participam da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que envolve a preocupação explícita com o meio ambiente. Os laços com o Mercosul, que inclui os três países, são fracos, embora tenha havido algumas negociações regionais em matéria de meio ambiente. Não há preocupação semelhante com as savanas da América do Sul.

7.11 Conclusões

De modo geral, a governança ambiental pode ser difícil nos próximos anos no Brasil devido a restrições econômicas e políticas. Em termos políticos, o Cerrado inclui dez diferentes estados e 1.408 municípios e a tendência é de descentralizar a partir do nível federal para os níveis estaduais e locais. No entanto, os interesses econômicos tendem a ser mais fortes do que os interesses ambientais nos níveis locais do que no nível central. Em termos econômicos, é essencial desenvolver estratégias, políticas, programas e projetos ambientais que levem mais em conta os custos e benefícios, bem como quem arca com os custos versus quem desfruta dos benefícios. Isto requer uma perspectiva socioecossistêmica.

Não existem níveis intermediários de governo, como os condados nos Estados Unidos, que seriam necessários para a gestão ambiental em escala intermunicipal. Os Territórios da Cidadania envolvem grupos de municípios. Embora eles não tenham poderes legais, poderiam ser úteis para os esforços conjuntos. Como mencionado em outros lugares, os comitês de bacia hidrográfica exercem pouca influência sobre o uso da terra.

8. CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL DO HOTSPOT

Este capítulo apresenta uma extensa análise do contexto de atores da sociedade civil e suas funções potenciais, sejam diretas ou indiretas, na conservação e desenvolvimento sustentável do Hotspot Cerrado. Para efeitos do presente capítulo, a sociedade civil é definida, conforme o CEPF, como todos os atores não governamentais internacionais, nacionais, subnacionais e locais que são relevantes para a consecução dos resultados de conservação e direções estratégicas descritos no Capítulo 13. Este escopo inclui, pelo menos, ONGs conservacionistas locais e internacionais, ONGs de desenvolvimento econômico e comunitário, instituições científicas, de pesquisa e acadêmicas (incluindo universidades locais), organizações profissionais, associações de produção e comercialização, organizações religiosas, meios de comunicação, grupos de ação política, grupos de sensibilização/educação/conscientização, educação, assistência social, direitos indígenas e reforma agrária e as partes do setor privado que se preocupam com o uso sustentável dos recursos naturais.

No Brasil, os objetivos das organizações indígenas, dos sindicatos (especialmente de trabalhadores rurais e agricultores familiares) e das organizações profissionais e religiosas não são principalmente ambientais, mas essas organizações não deixam de ser importantes para o meio ambiente. As organizações de mulheres também podem ser relevantes, e as mulheres são muito ativas em outros tipos de organização.

Também pode haver associações em todos os níveis (federal, estadual e municipal) dos poderes legislativo e judiciário do governo, bem como as associações de autoridades governamentais locais e estaduais ou indivíduos que não fazem parte da estrutura formal do governo.

Embora no contexto jurídico e político brasileiro possa ser difícil justificar o apoio dos doadores para as empresas com fins lucrativos ou para indivíduos, o setor privado é elegível para as subvenções do CEPF. Autoridades e funcionários governamentais podem ter suas próprias organizações consideradas como parte da sociedade civil.

8.1 Organizações da Sociedade Civil

Até os anos 1980, quando a democracia foi restabelecida no Brasil, houve relativamente poucas OSCs mediando entre os cidadãos e os governos (Schmitter 1972). Desde então, houve multiplicação em larga escala de uma vasta gama de organizações e uma tendência de ampliar o escopo geográfico das suas atividades a partir do Sudeste e do Sul para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Existem milhares de organizações da sociedade civil no Brasil. De acordo com o Mapeamento de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) (ABONG *et al.* 2012), em 2010 havia 290.700 destas fundações e associações no país. Elas se concentraram predominantemente na área de religião (28,5%), empregadores e associações profissionais (15,5%) e desenvolvimento e defesa (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social, que se relacionam com as políticas governamentais, totalizaram 54.100 entidades (18,6%). Havia 2.242 organizações (0,8%) voltadas especificamente para o meio ambiente e a proteção animal no Brasil, uma porcentagem pequena - menos de 1% - mas ainda um número significativo.

Embora a proporção de OSC dedicadas ao meio ambiente como tal seja pequena, todas as outras organizações lidam com o meio ambiente de uma forma ou de outra. Todas elas participam das decisões que afetam o meio ambiente por meio de sua participação em conselhos, comissões e conferências de vários tipos. Elas também afetam o ambiente por meio de sua influência sobre o comportamento público e privado de seus membros. Em outros países em que o CEPF trabalha, existem poucos paralelos com esta amplitude de organizações da sociedade civil. O tamanho e a complexidade tornam difícil a realização de inquéritos específicos das suas atividades e de suas capacidades, como já foi feito em alguns outros hotspots. Mesmo assim, algumas generalizações são possíveis, conforme explicado abaixo. O argumento principal é que as OSCs ambientais locais só podem alcançar objetivos por meio do trabalho conjunto com o restante da sociedade.

De acordo com o levantamento FASFIL, a distribuição regional das organizações da sociedade civil era desigual, embora não seja muito diferente da distribuição da população. As organizações formais pesquisadas eram concentradas na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), sendo menos presentes na região Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%). Em 2010, 2,1 milhões de pessoas estavam empregadas nessas organizações da sociedade civil, mais de 1% da população total. Eram, em sua maioria, mulheres (62,9%), ou seja, quase duas mulheres para cada homem nas OSCs. Os salários médios eram de US\$ 400 (R\$ 1.667) por mês, um pouco acima de duas vezes o salário mínimo.

Esta seção descreve os vários tipos de OSC no Brasil, Bolívia e Paraguai como um todo e cita exemplos, sem ser exaustiva, especialmente no que diz respeito ao nível local. Suas atividades no hotspot estão descritas na seção 8.2. As OSCs descritas nas subseções abaixo são classificadas em dez categorias como movimentos ambientalistas, movimentos socioambientais, trabalhadores e agricultores familiares, povos indígenas, academia, setor privado, organizações semi-governamentais, coligações e fóruns, filantropia e meios de comunicação. Os partidos políticos também são relevantes como representantes da sociedade civil, mas não estão incluídos aqui como uma categoria.

8.1.1 Movimentos Ambientalistas

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) mantém um Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) com informações de contato para cada organização que envia sua candidatura e mostra que o meio ambiente faz parte de seu Estatuto Social. A região Centro-Oeste, a que mais representa o Cerrado, lista 74 organizações como membros. O Nordeste conta com 123, o Sudeste 283, o Sul 125 e o Norte 44, para um total de 649 no Brasil, um total que corresponde a 28,9% das 2.242 organizações ambientais na pesquisa FASFIL. Das 649 organizações registradas no CNEA no Brasil, o Centro-Oeste tem apenas 11,4%, atrás apenas do Norte, que conta com a menor população entre as macro-regiões.

Historicamente, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) tem desempenhado um papel pioneiro na defesa da causa ambiental no Brasil (Franco e Drummond 2008). Originalmente, o movimento ambiental era mais forte no Rio Grande do Sul e São Paulo, nas regiões mais desenvolvidas, mas depois se desdobrou para outras regiões, especialmente quando há interligação entre as prioridades sociais e ambientais.

As maiores organizações de conservação internacionais presentes no Brasil incluem o WWF, CI e The Nature Conservancy (TNC). O WWF e a CI possuem status legal como organizações brasileiras. Como pode ser visto em suas páginas eletrônicas, as três estão ativas em todo o Brasil. A TNC foi fundamental na negociação da aplicação da Lei de Conservação das Florestas Tropicais (TFCA) dos Estados Unidos para trocar dívida por natureza no Brasil a partir de 2010. Greenpeace e Amigos da Terra têm sido ativos durante muitos anos, enquanto o Instituto de Recursos Mundiais (WRI) estabeleceu-se recentemente no Brasil para trabalhar com economia de baixo carbono. A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) montou um escritório em Brasília. Embora as Áreas Indígenas e Comunitárias Conservadas (ICCAs), que são comuns em outros países (Borrini-Feyerabend *et al.* 2004), ainda não sejam bem conhecidas no Brasil, o Consórcio ICCA está recrutando membros no país. As atividades das OSCs internacionais relevantes para o Cerrado estão descritas na Seção 8.3.

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização grande, inteiramente brasileira, com sede em São Paulo e Brasília e operações de campo entre as comunidades locais indígenas e não indígenas, principalmente na região amazônica e no estado de São Paulo, mas também em partes do Hotspot Cerrado, como descrito na Seção 8.3.

Amigos da Terra Programa Amazônia tem realizado trabalhos importantes sobre as políticas públicas na Amazônia, a gestão do fogo e a comercialização de produtos florestais, especialmente no que diz respeito à gastronomia. Ela desempenha um papel importante na difusão de notícias sobre a Amazônia e o meio ambiente em geral, com alguma sobreposição com o Cerrado.

A Fundação Grupo Boticário de Conservação da Natureza e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), ambas localizadas no Paraná, no sul do Brasil, tem sido os principais atores na Rede Nacional Pro-Unidades de Conservação (REDEPROUC). A Fundação Grupo Boticário já organizou sete Conferências sobre Unidades de Conservação Brasileiras (CBUC) desde 1997, reunindo os conservacionistas de todo o Brasil para discutir e tomar posições sobre questões de conservação.

Desde 1985, a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), localizada em Brasília, exerce um papel de liderança na conservação no Brasil. Em uma escala nacional, foi fundamental no final dos anos 1990 na formulação e nas negociações da lei que regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A FUNATURA trabalha principalmente no Cerrado (ver Seção 8.3).

Depois de se dedicar principalmente a pesquisas na Amazônia, o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), com sede em Brasília, tem concentrado sua atuação no Cerrado desde 1995. Como Coordenação Técnico-Administrativa do Programa de Pequenos Projetos (SGP) do GEF-PNUD e o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), o ISPN apoia comunidades locais no Cerrado, na Caatinga e na Amazônia. O ISPN também trabalha com a gestão ambiental das terras indígenas. Está envolvido nos diálogos sobre políticas nacionais sobre desenvolvimento rural sustentável e normas de vigilância sanitária.

O Fórum Brasileiro de ONGs e os Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), criado durante os preparativos para a Conferência Rio-1992, é uma rede nacional que inclui dezenas de organizações da sociedade civil que estão principalmente ou pelo menos significativamente envolvidas com questões ambientais. Organizou 11 grupos de trabalho, incluindo florestas, clima e sociobiodiversidade, entre outros, e participa de redes internacionais. Sua sede localiza-se em Brasília.

Existem redes regionais, como o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), anteriormente o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Rede Mata Atlântica (RMA), a Rede Cerrado, a Rede Pantanal e o Fórum Carajás. Existem várias redes estaduais com foco em mais de um bioma, tais como o Fórum Matogrossense para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), que inclui partes da Amazônia, Cerrado e Pantanal. A Rede Mata Atlântica é mais ambiental do que social, enquanto outras redes, em biomas menos devastados para o norte e oeste, tendem mais em direção às questões socioambientais.

Redes temáticas nacionais, sem foco geográfico específico, mas que operam em ou têm influência no Cerrado, incluem o Observatório do Clima (OC), com 32 membros, e a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA). A Rede Brasileira de Educação do Semi-Árido (RESAB) tem tanto um foco temático como geográfico. A Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA) trabalha para divulgar informações. A Rede Brasileira Agenda 21 Local (REBAL) lida com questões da Agenda 21 em nível municipal. A entidade Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) promove alternativas tecnológicas apropriadas. A Associação Nacional de Agroecologia (ANA) promove métodos orgânicos e agroecológicos em todo o Brasil. A Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) trabalha com água. Todas estas redes temáticas estão presentes no Cerrado, mas poderiam aumentar a atenção que dedicam ao hotspot e tornarem-se mais ativas, eficazes e envolvidas em questões relevantes de políticas públicas.

8.1.2 Movimentos Socioambientais

As associações ou redes nacionais e regionais mais importantes desta categoria estão listadas na Tabela 8.1. Algumas delas possuem grupos de trabalho sobre temas específicos tais como florestas e clima.

Tabela 8.1. Organizações da Sociedade Civil Nacionais e Regionais.

Sigla	Associações / Redes
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Articulação Pacari	Articulação Pacari
Caritas Brasileira	Caritas Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
Rede Cerrado	Rede Cerrado
REJUIND	Rede de Juventude Indígena

No seu conjunto, apesar de seus esforços, as associações e redes da sociedade civil enfrentam dificuldades para manter suas organizações funcionando e para exercer influência sobre as políticas públicas.

Uma vez que existe número bem maior de OSCs sociais do que OSCs ambientais no hotspot, e levando em conta que as grandes OSCs ambientais nacionais e internacionais são mais ativas em outros biomas, pode haver uma escassez de OSCs ambientais dedicadas principalmente ao meio ambiente, particularmente no Cerrado. Ao mesmo tempo, porém, os movimentos sociais têm passado por um processo de ‘ecologização’, incorporando maior preocupação com questões ambientais. Enquanto isso, um processo mais limitado de ‘avermelhamento’ de movimentos ambientais vem reforçando suas preocupações com as dimensões sociais. É por isso que se faz referência aqui a organizações e movimentos ‘socioambientais’ ou ‘ecossociais’, os quais desempenham um papel estratégico.

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG), uma rede nacional com sede tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, dependendo de sua coordenação, está mais envolvida em questões urbanas nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, embora também tenha se manifestado sobre algumas questões ambientais que afetam outras partes do país.

O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Articulação do Semi-Árido (ASA) tendem a ser mais sociais do que ambientais, mas são os principais interessados e protagonistas em matéria de meio ambiente em geral.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), liderada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), defende os interesses dos pequenos agricultores em áreas rurais e se mostra cada vez mais preocupada com o meio ambiente. O Instituto Marista de Solidariedade (IMS) promove a inclusão social e a solidariedade humana. A Igreja Católica tem uma presença universal no Brasil, embora seja mais forte em áreas de emigração como Minas Gerais do que na fronteira agrícola e nas áreas urbanas. A liderança do Papa Francisco em ‘ecologia integral’ (Alves 2015) começou a tornar o trabalho da Igreja Católica e de outras igrejas ainda mais relevante para a gestão ambiental, em termos de cuidados com ‘nossa casa’.

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), com sede no Rio de Janeiro, é uma organização importante no apoio a iniciativas socioambientais em comunidades de base, incluindo Mato Grosso.

8.1.3 Trabalhadores e Agricultores Familiares

Os trabalhadores do setor formal são uma categoria social oficial no Brasil. Eles são importantes em termos de políticas públicas, especialmente desde 2003, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o poder. Em alguns casos, as OSCs de trabalhadores em áreas urbanas ou na indústria fornecem apoio direto ou indireto a OSCs ou grupos rurais.

Há sindicatos de trabalhadores urbanos e de trabalhadores rurais em todos os municípios do Brasil, incluindo os 1.408 municípios no bioma oficial do Cerrado. Os

sindicatos de trabalhadores rurais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STRLRV), no norte de Mato Grosso, que denunciou a pulverização aérea de agrotóxicos, podem fazer grandes contribuições, envolvendo trabalhadores rurais e suas organizações em causas ambientais e aumentando a visibilidade das questões socioambientais.

Cada sindicato municipal é afiliado formalmente a uma federação estadual reconhecida por lei. O Centro Único dos Trabalhadores (CUT), o principal movimento operário nacional, tem se manifestado sobre questões ambientais. Existem hoje várias outras organizações nacionais de trabalhadores, tais como a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Nova Central Intersindical e a Central Sindical e Popular.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) são mais diretamente relevantes e envolvidas em questões ambientais. Oficialmente, pequenos agricultores familiares independentes são membros de sindicatos de trabalhadores rurais, sob a CONTAG. A FETRAF tem status legal informal. Existem inúmeras cooperativas de pequenos e médios agricultores, organizados nacionalmente na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), fundada em 2005, em Luziânia, Goiás, e com sede em Brasília, defende o desenvolvimento local sustentável por meio de cooperativas de pequenos agricultores.

Há vários movimentos de trabalhadores rurais não oficiais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Central dos Trabalhadores do Campo (CTC), que vem se tornando mais ‘verdes’. A Via Campesina faz parte de uma rede internacional.

8.1.4 Povos Indígenas

As organizações indígenas merecem atenção especial por causa da importância das terras indígenas para a conservação da biodiversidade como também para a manutenção das funções ecológicas. Elas também podem contribuir para a conscientização da população em geral sobre relações harmoniosas entre a natureza e a cultura.

A União das Nações Indígenas (UNI), fundada em 1980, e mais recentemente a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) são as principais organizações indígenas em todo o país. Há também uma Comissão Nacional da Juventude Indígena (CNJI) e uma Rede de Juventude Indígena (REJUIND). Associações indígenas regionais incluem a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Rede de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), outras redes regionais para o Sul, Sudeste e Pantanal, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC). Em nível mais local, existem associações tais como Vyty-Cate, para os grupos Gê no Maranhão, Tocantins e Pará, Juruena Vivo, na região de Juruena de Mato Grosso, e Anáí Bahia, na Bahia.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), também liderado pela CNBB da Igreja Católica, sempre desempenhou e continua desempenhando um papel importante em questões indígenas em todo o Brasil. A Rede de Cooperação Amazônica (RCA) inclui algumas organizações indígenas ou indigenistas do Cerrado. As ONGs que trabalham em estreita colaboração com os povos indígenas incluem o Instituto Socioambiental (ISA), principalmente no Alto Rio Negro e no Parque Indígena do Xingu; o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), principalmente no Maranhão e Tocantins; a Comissão Pro-Indígena (CPI), principalmente no Acre; a Operação Amazônia Nativa (OPAN), principalmente no Amazonas e Mato Grosso; e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), principalmente no Amazonas. Dessas organizações indigenistas, somente o CTI e a OPAN se concentram no Cerrado, pelo menos até agora.

8.1.5 Academia

As principais organizações acadêmicas e científicas no Brasil estão listadas na Tabela 8.2. Por meio de seus encontros e publicações, elas propiciam o intercâmbio de informações em nível nacional assim como contatos com pesquisadores de outros países. São limitados seu interesse e potencial para influenciar políticas públicas e práticas privadas.

Tabela 8.2. Organizações Acadêmicas e Científicas no Brasil.

Sigla	Organização
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
ANPPAS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

A criação em 1973 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, gerou tecnologia essencial para a agricultura brasileira, especialmente para o Cerrado. A sede da EMBRAPA localiza-se em Brasília e existem 17 unidades administrativas em todo o país, incluindo a EMBRAPA Cerrados, localizada perto de Brasília.

O Instituto de Pesquisa no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) é outra instituição científica importante. Um de seus principais objetivos institucionais é apoiar iniciativas de políticas públicas que atendam às necessidades de conservação e utilização racional dos recursos genéticos de plantas no Brasil. Seu Centro Nacional de Conservação da

Flora (CNC Flora) é responsável pela coleta de todos os dados disponíveis para avaliar o estado de conservação das espécies nacionais da flora e a definição de planos de ação para removê-las da lista de espécies ameaçadas de extinção. Além da Lista Vermelha de Flora do Brasil publicada em 2013, o CNCFlora tem trabalhado na avaliação de risco e sobre os Planos de Ação Nacionais (PAN) para a conservação de plantas raras do Cerrado (Martinelli *et al.* 2014). A Fundação Biodiversitas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, compilou a lista de fauna ameaçada (Machado *et al.* 2013).

8.1.6 Setor Privado

Existem várias associações empresariais, federações estaduais e confederações nacionais no setor privado, bem como serviços de formação profissional e apoio para os trabalhadores na indústria, no comércio e na agricultura. As principais organizações e associações do setor privado no Brasil estão relacionadas na Tabela 8.3.

Buscando diferenciais competitivos e vantagens quanto a sua reputação, o setor privado vem cada vez mais incluindo o meio ambiente como parte da responsabilidade social corporativa. Muitas grandes empresas publicam relatórios sociais e ambientais anuais. Foi criada uma bolsa para ativos ambientais no Rio de Janeiro (BVRio e BVTrade). Existem vários tipos de selos e certificações, como o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC) para produtos florestais e o Instituto Biodinâmico (IBD) para produtos orgânicos. Algumas grandes empresas procuram manter limpas suas cadeias produtivas. Isto é especialmente relevante para as empresas que exportam produtos e procuram evitar as barreiras não-tarifárias (Nepstad *et al.* 2006). Para médios e pequenos negócios, bem como os empresários individuais, por outro lado, o processo é mais difícil.

Tabela 8.3. Organizações e Associações Empresariais no Brasil.

Sigla	Organização / Associação
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
AIBA	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
APCD	Associação de Plantio Direto no Cerrado
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja e Milho
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
CNI	Confederação Nacional da Indústria
IBÁ	Instituto Brasileiro de Árvores
Instituto Ethos	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira

No Cerrado, a Associação de Plantio Direto no Cerrado (APDC) tem sido bem sucedida na promoção do cultivo mínimo e sistemas de integração lavoura-pecuária (Landers *et al.* 2005; Landers 2015). A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) trabalha na parte ocidental daquele estado, onde a expansão da fronteira é intensa. A Mesa Redonda sobre Soja Responsável (RTRS) está empenhada em manter a cadeia de abastecimento limpo. A organização mapeou zonas de “*go*” e “*no go*” de acordo com a localização das Áreas de Alto Valor de Conservação (HCVA). A maior parte da Amazônia está considerada fora dos limites, mas grande parte do Cerrado pode ser usada em certas condições (panda.maps.arcgis.com). A RTRS fornece certificação, que continua muito limitada. O Grupo Maggi busca o cumprimento da Lei Florestal e exportações de soja não-OGM. A indústria de papel e celulose está particularmente preocupada com a divulgação de seus benefícios para o sequestro de carbono e apoiou reservas privadas (Carvalhoes 2015).

Para atender às demandas dos consumidores, muitos supermercados incluem seções específicas para produtos orgânicos, que são vendidos a preços mais elevados. A cadeia Pão de Açúcar, um das maiores do Brasil, inclui produtos comunitários no seu programa Caras do Brasil. A Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) juntou-se ao coro de reclamações sobre o escasso apoio do governo para compensar o alto custo de produção sustentável.

Os diversos serviços nacionais de aprendizagem do sistema ‘S’ (SENAI, SENAC e SENAR) proporcionam formação profissional que inclui questões ambientais. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) oferece um programa especial para os jovens, que costumam ser mais abertos a novas tecnologias.

Os sindicatos patronais rurais em cada município são organizados em federações estaduais, como a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), como também na Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em nível federal. Os chamados ‘ruralistas’, organizados na Frente Parlamentar da Agricultura e Pecuária, são uma importante força política. Há também a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC). As três confederações mantêm relações com o governo por meio de seus escritórios em Brasília. A CNI adotou uma Agenda 21 para a Indústria, mas o meio ambiente não tem sido uma prioridade, e não há paralelo nas confederações de agricultura ou comércio.

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), localizada no Rio de Janeiro, foi criada em 1897, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi criada em São Paulo em 1919. Ambas são apoiadas pelos seus membros. A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), criada em 1993, já realizou 13 congressos nacionais. Estas associações reuniram diversos grupos que anteriormente atuavam em paralelo, tais como os

produtores de açúcar, café e carne bovina. Apesar de serem defensores tradicionais do setor agrícola de grande escala, eles começaram a abraçar causas ambientais.

Algumas das outras instituições do setor privado ou organizações importantes no Brasil e suas iniciativas específicas são:

- A Associação de Plantio Direto no Cerrado (APDC) tem sido muito bem sucedida na promoção da tecnologia de plantio direto, que reduz a erosão e mantém a biomassa no solo, embora consuma grandes quantidades de agrotóxicos.
- A Associação Brasileira de Soja (APROSOJA) começou em Mato Grosso e se expandiu por todo o Brasil. Há também uma Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). Elas têm procurado incorporar a sustentabilidade por meio da participação na Mesa Redonda de Soja Responsável (RTRS) com o apoio do WWF e do Greenpeace.
- O Instituto Brasileiro de Árvores (IBÁ) pretende reduzir as emissões de carbono por meio de plantações de árvores, principalmente eucalipto, que são cultivadas em larga escala em Minas Gerais e agora se espalham por outros estados.
- A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) é a organização que representa plantadores e processadores de cana. Defende que o uso do etanol de cana é uma das melhores maneiras de reduzir as emissões e contesta as alegações de que envolve desmatamento, direta ou indiretamente.
- A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que representa a grande maioria dos bancos brasileiros, declara seu propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável.
- A Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) inclui associações estaduais de um setor que é responsável por 6% do PIB e mantém contato direto com os consumidores. Muitos supermercados incorporaram seções especiais para alimentos orgânicos.
- A Bolsa de Valores Ambientais (BVRio) procura promover mecanismos de mercado que podem contribuir para o cumprimento dos regulamentos e políticas ambientais.
- O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) foi fundada por um grupo de líderes empresariais após a Conferência do Rio de 1992. Seus membros incluem 70 dos maiores grupos empresariais do país, respondendo por 40% do PIB. O CEBDS é o representante no Brasil do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD).

8.1.7 Organizações Semi-Governamentais

Agências governamentais, bem como autoridades e funcionários públicos individuais participam de diversas organizações que não fazem parte da estrutura formal de governo. A Associação Brasileira de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) envolve as agências estaduais, incluindo o Distrito Federal, enquanto a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) e suas associações em cada estado envolvem as autoridades locais.

Os funcionários do MMA e suas agências ambientais estão organizados em sindicatos de trabalhadores e associações de servidores civis tais como ASSIBAMA, ASSEMA e ASCEMA, que muitas vezes se manifestam sobre questões de política pública, exigindo

a aplicação mais rigorosa das leis ambientais e maior apoio para as áreas protegidas. Há também um Conselho Nacional de Ministério Público (CNMP), um grupo chave para a aplicação da lei ambiental.

A Rede de Tecnologia Social (RTS) reúne vários órgãos do governo federal, organizações não governamentais e instituições de pesquisa que divulgam tecnologias que são desenvolvidas com a participação de comunidades locais e são apropriadas para replicação.

No Congresso Nacional, há uma bancada parlamentar para o meio ambiente (Frente Parlamentar Ambientalista), que conta com o apoio da Fundação SOS Mata Atlântica (SOSMA). O presidente da frente, o ex-Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, defende leis específicas para cada bioma brasileiro, seguindo o exemplo da Lei da Mata Atlântica, aprovada em 2006. Há agora uma frente parlamentar específica para defender o Cerrado, envolvendo 201 deputados federais e três senadores liderados pelo deputado Federal Augusto Carvalho do Distrito Federal. No entanto, há outra bancada ‘FPA’ ainda mais forte do outro lado, na qual ‘ruralistas’ reunidos em grande número na Frente Parlamentar da Agricultura se posicionam contra as causas ambientais e indígenas.

8.1.8 Coligações e Fóruns

Existem várias coalizões ou fóruns intersetoriais que combinam diferentes tipos de OSC e podem ser relevantes para o meio ambiente no Hotspot Cerrado. Por exemplo, a fim de influenciar as negociações multilaterais sobre as florestas, algumas empresas se reuniram com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (mencionado acima), o Instituto Ethos, o Diálogo Florestal, o Observatório do Clima e OSCs brasileiras como CI, Greenpeace, ISA, IMAFLORA, WRI e WWF para criar a Coalizão Brasil sobre Clima, Florestas e Agricultura. Seu objetivo é promover o diálogo entre as diferentes partes interessadas e o governo federal.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) reúne empresas coletivas de pequena escala, sociedade civil e autoridades governamentais relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade.

A Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) adotou a prática interessante de permitir adesões individuais, em vez de restringir a participação a organizações, como é a regra na maioria das redes, o que exclui funcionários públicos, professores universitários, representantes de organizações internacionais e outras pessoas físicas interessadas que poderiam trazer contribuições valiosas.

Um fórum intersetorial que pode ser relevante para o Cerrado, além de servir como modelo para iniciativas semelhantes que envolvem a conservação e uso sustentável da biodiversidade, é o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), criado em 2000, que reúne governo, academia e sociedade civil. O clima conta com grande visibilidade internacional e está relacionado com a biodiversidade por meio do uso da terra, mudança no uso da terra e florestas (LULUCF).

8.1.9 Filantropia

As principais fundações estrangeiras ativas no Brasil na área de meio ambiente são a Fundação Ford, a Fundação MacArthur e a Fundação Gordon e Betty Moore. As fundações Mott, Skoll, Packard e Oak chegaram mais recentemente, como também ClimateWorks. A Aliança Clima e Uso da Terra (CLUA), que envolve as fundações Ford, MacArthur, Packard e ClimateWorks, tem sido ativa na Amazônia e agora está analisando o que pode ser feito no Cerrado. Eles defendem o desmatamento zero.

A filantropia no Brasil é historicamente fraca, com poucos sinais de melhoria. A postura tradicional é que o governo é responsável por tudo. O governo prevê isenções fiscais apenas para a cultura, no âmbito da Lei Rouanet, executada pelo Ministério da Cultura (MinC). Algumas iniciativas socioambientais poderiam se qualificar.

A Coordenação Ecumênica de Serviço (CESE) é um esforço conjunto das igrejas cristãs que apoiam organizações locais na defesa dos direitos humanos. O Fundo Socioambiental CASA fornece pequenas doações a essas organizações com mais ênfase no meio ambiente.

A Fundação Banco do Brasil (FBB) tem apoiado iniciativas locais em matéria de meio ambiente, incluindo partes do Cerrado. O Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Regional de Brasília (BRB) também têm apoiado vários projetos. Santander, Itaú e outros bancos privados fornecem apoio limitado para iniciativas ambientais.

8.1.10 Mídia

Os jornais das grandes áreas metropolitanas, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, incluem seções e colunas regulares sobre meio ambiente. A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) difunde um programa de rádio sobre Nosso Ambiente.

O rádio é o meio tradicional de comunicação para as áreas rurais do Brasil, especialmente nas regiões mais remotas, mas a televisão é hoje amplamente difundida, assim como a internet e os telefones celulares. A Rádio Nacional tem uma programação especial que inclui meio ambiente. A Rede Globo, a maior empresa de comunicação no Brasil, apresenta programas sobre meio ambiente e o seu programa específico para as zonas rurais inclui algumas questões ambientais e exemplos de melhores práticas.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) está preocupada principalmente com a liberdade de imprensa. Há uma Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA), que realiza congressos a cada dois anos. Existem inúmeros sites que tratam de questões ambientais, proporcionando recortes de notícias relevantes.

A Bolívia e o Paraguai podem tirar proveito de material desenvolvido em outros países da América Latina onde o espanhol é falado, além de material fornecido por meio da cooperação internacional da Espanha, que não é altamente concentrada em florestas tropicais, mas inclui terras secas e desertificação.

8.2 Ambiente de Trabalho para as OSCs

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), criado em 1981, durante a transição do governo militar para o civil, foi um pioneiro na participação da sociedade civil no Brasil. Desde então, especialmente nos últimos 12 anos, inúmeras oportunidades se abriram para as OSCs para a participação em conselhos governamentais (IPEA 2013). Também houve muitas conferências nacionais, com conferências estaduais e regionais preparatórias, como foi o caso das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, realizadas em 2003, 2005, 2008 e 2013, inspiradas nas Conferências Nacionais de Saúde.

Há sérias dificuldades com o marco regulatório para as associações no Brasil, especialmente para as organizações locais fora das capitais e mais próximas da natureza. Não há status legal para as ONGs como tal, com essa terminologia, embora a sigla seja de uso comum. Elas agora são classificadas como organizações da sociedade civil (OSC). Para ter status legal, as associações sem fins lucrativos devem ter estatutos, assembleias anuais, diretores eleitos, conselhos fiscais e contadores, entre outros requisitos.

É muito difícil cumprir com as normas oficiais relativas aos gastos feitos com recursos do governo, que exigem licitação, contabilidade e prestações de conta complexas. Existem várias agências para fiscalizar o cumprimento dos regulamentos, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU). O não cumprimento exige a devolução de todos os recursos recebidos com juros e correção monetária, mesmo depois de muitos anos. Qualquer associação no Brasil deve obedecer a legislação trabalhista, que exige 30 dias de férias pagas, 13º salário, licenças de maternidade, pagamento de previdência social e do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), entre outras despesas com pessoal.

O governo criou Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) para facilitar as operações em alguns casos, mas essas organizações são raras e ainda enfrentam grandes dificuldades. Um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil está sendo elaborado e foi criado um bloco do Congresso para defender as OSCs, mas muitos problemas persistem. O novo marco regulatório pode ajudar, mesmo que não resolva todos os problemas.

A organização formal nem sempre é compatível com a informalidade inerente a organizações familiares e comunitárias, especialmente em áreas rurais. O princípio de ‘impressoalidade’ (ou seja, não contratar ou de outra forma beneficiar qualquer membro da família, parentes ou amigos, independentemente do mérito) exigida por lei no setor público é incompatível com a organização familiar e comunitária baseada no parentesco. As atividades produtivas baseadas na natureza são diversificadas, com várias localizações espaciais e sazonalidade ao longo do tempo. Elas não são contínuas e de rotina, como ocorre na indústria ou no comércio urbano. Isso torna muito mais difícil a manutenção de estruturas administrativas durante o ano todo para volumes financeiros pequenos e para cumprir com a legislação trabalhista, que pressupõe o emprego formal por períodos longos.

As organizações sem fins lucrativos não são elegíveis para o crédito bancário. As cooperativas de pequenos agricultores podem obter crédito bancário, mas enfrentam dificuldades no cumprimento de exigências burocráticas complexas e no recrutamento

de líderes confiáveis. As ‘empresas sociais’, tais como FrutaSã, em Carolina, Maranhão, de propriedade da Associação Indígena Vyty-Cate, são empresas privadas sem fins lucrativos. Esta forma de organização conseguiria resolver alguns problemas tais como o acesso ao crédito, mas ainda é muito rara.

Por causa do crescimento econômico recente, por um lado, e as crises econômicas globais e nacionais ainda mais recentes, por outro, os recursos financeiros do governo brasileiro e de doadores internacionais estão se tornando escassos. Algumas organizações da sociedade civil já se tornaram inativas, foram encerradas ou correm risco de desaparecer.

Em termos políticos, muitas OSCs ambientais manifestam frustração a respeito dos resultados de sua participação em conselhos e conferências governamentais. Esta situação foi expressa durante o processo de consulta para o perfil. Elas sentem que têm legitimado decisões com as quais não concordam. Há denúncias de cooptação. Há muita radicalização e polarização e pouca procura de negociação para encontrar um meio termo. Ao mesmo tempo, de 11.338 conflitos rurais pesquisados pela CPT entre 2005 e 2014, 39% estavam no Cerrado (Clark 2015). Os ambientalistas, trabalhadores rurais e lideranças indígenas estão sendo assassinados no interior do Brasil. Os conflitos socioambientais são generalizados (Assad *et al.* 2009). Chico Mendes não está sozinho.

8.3 Programas e Atividades da Sociedade Civil no Cerrado

Esta seção descreve as principais organizações nacionais e locais que estão mais ativas em questões socioambientais no Hotspot Cerrado. Uma lista extensa, embora não exaustiva, de organizações da sociedade civil encontra-se no Apêndice 6.

A Rede Cerrado, um legado do Tratado dos Cerrados assinado por ONGs na Conferência do Rio em 1992, envolve centenas de organizações locais da sociedade civil. Ela organiza encontros e feiras dos povos do Cerrado a cada dois anos. O seu papel nas políticas públicas é descrito no Capítulo 7. Por causa da falta de financiamento para o Cerrado, seu escritório foi fechado e ela não tem mais equipe própria, mas opera por meio de suas organizações associadas.

As redes estaduais ou regionais, em níveis intermediários entre os grupos locais e nacionais, incluem, entre outras, o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), o Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno e o Fórum Carajás, que funciona no Maranhão (especialmente o Baixo Parnaíba), Tocantins e Pará.

A Central do Cerrado, com sede em Brasília, é uma cooperativa de segunda ordem que reúne 30 cooperativas de todo o Cerrado para comercializar uma vasta gama de produtos de uso sustentável da biodiversidade. Ela propicia grande visibilidade para estes produtos na capital nacional.

A Articulação Pacari trabalha com plantas medicinais entre as comunidades no Cerrado, principalmente em Goiás e Minas Gerais. Começou a desenvolver cosméticos para mercados formais por causa das dificuldades de conformidade com as rigorosas normas sanitárias. Em 2012, ganhou o Prêmio Equatorial do PNUD.

A Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), criado em 2008, é uma rede que procura unir os grupos indígenas em aproximadamente 100 Terras Indígenas em todo o hotspot. Anteriormente, os grupos indígenas do Cerrado constituíam uma pequena parte de redes mais amplas no Brasil ou na bacia amazônica. A MOPIC faz parte da Rede Cerrado. Vyty-Cate, no Maranhão e Tocantins, o Fundo de Defesa Etno-Ambiental Kanindé, em Rondônia, e Warã, em Mato Grosso, são exemplos de associações indígenas ou indigenistas locais.

As maiores ONGs ambientalistas internacionais mais ativas no Cerrado são o WWF e a TNC, sendo que ambas têm seus principais escritórios em Brasília, e a CI, que tem a sua sede no Rio de Janeiro e um pequeno escritório em Brasília.

O WWF implementa o projeto tri-nacional Cerrado-Pantanal em toda a bacia do Alto Paraguai, incluindo Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bolívia e Paraguai. O foco é a conservação dos ecossistemas de água doce, áreas protegidas, cadeias de valor sustentáveis e ordenamento do território, incluindo os três países. O WWF também trabalha com o Mosaico de Áreas Protegidas Sertão Veredas-Peruaçu no norte de Minas Gerais. Ela preparou uma exposição fotográfica importante sobre o Cerrado que ficou em exposição no aeroporto de Brasília durante vários meses em 2015.

A TNC ajuda proprietários rurais a cumprirem o Código Florestal no oeste da Bahia e norte do Mato Grosso, em estreita associação com o agronegócio, incluindo a empresa Bunge. Ela também trabalha em estreita colaboração com grupos indígenas, principalmente na região amazônica.

A Conservação Internacional possui um longo histórico de atuação no Cerrado. Em 1997 iniciou ações para proteção do Parque Nacional das Emas, em Goiás, que acabou resultando nos projetos dos corredores Emas-Taquari, num primeiro momento, e Cerrado-Pantanal, posteriormente. Foi também responsável pela coordenação da elaboração da primeira versão do documento ‘Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal’, em 1998. Em 2001, teve papel crucial na criação da Estação Ecológica do Jalapão, no Tocantins, uma das maiores áreas protegidas do Cerrado, com 716 mil hectares. Entre 2010 e 2014 executou, em parceria com a Monsanto, o Programa Produzir e Conservar, com foco na restauração de Áreas de Preservação Permanente e fortalecimento de redes de coletores de sementes no oeste da Bahia, parte da região denominada ‘Matopiba’. Atualmente, como ‘agência GEF’, prepara uma proposta, em parceria com o Governo Federal, a Sociedade Rural Brasileira e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, visando promover a proteção do capital natural e o desmatamento líquido zero em Matopiba, incluindo ações de restauração e cumprimento do Código Florestal.

Como mencionado na Seção 8.1, o Instituto Socioambiental (ISA) é uma grande ONG brasileira com sede em Brasília. Seu trabalho no Cerrado é realizado na transição para o Cerrado, na parte sul do Parque Indígena do Xingu e no nordeste do Mato Grosso, onde promove o cumprimento da Lei Florestal por meio do plantio de sementes e mudas nativas. O ISA desempenha um papel importante em redes nacionais e no diálogo sobre políticas públicas.

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), com sede em Brasília e uma filial no Maranhão, é uma ONG brasileira de médio porte que trabalha principalmente no

Cerrado. Fundada em 1990, tem participado dos trabalhos sobre conservação e biodiversidade (áreas e ações prioritárias, lei de conservação). Foi Secretariado da Rede Cerrado. Desde 1995, administra o Programa de Pequenos Projetos (PPP) ou *Small Grants Program* (SGP) do GEF-PNUD, apoiando 380 projetos executados por 275 organizações locais ou regionais em todo o Cerrado, bem como organizações da Caatinga, no Nordeste, e do Arco do Desmatamento, na transição entre o Cerrado e a Amazônia. O Comitê Gestor Nacional seleciona projetos a partir de um conjunto de candidatos que é sete vezes maior do que o número que pode ser apoiado.

A Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), mencionada anteriormente devido ao seu papel na conservação nacional, concentra suas atividades principalmente no Cerrado. Desempenha um papel central na Rede Cerrado. Ajudou a criar o Parque Nacional Grande Sertão Veredas com a primeira troca de dívida por natureza no Brasil, em 1991. Com o apoio do GEF, promoveu as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e criou uma em Pirenópolis, Goiás. Atualmente, a FUNATURA trabalha principalmente no Mosaico de Áreas Protegidas Sertão Veredas-Peruaçu no norte de Minas Gerais.

A Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (ECODATA), com sede em Brasília, tem proporcionado o desenvolvimento de capacidades para as comunidades para elaborar projetos de financiamento governamental para montar pequenas indústrias agroextrativistas locais. A ECODATA também é muito ativa no Congresso Nacional, especialmente na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). Em 2015, ela organizou um seminário de dois dias no Congresso Nacional sobre normas para a conservação e uso sustentável do Cerrado.

As principais organizações sub-regionais ou estaduais que trabalham no Cerrado, principalmente com o meio ambiente ou com prioridade, são ICV, FORMAD, ECOA, AMAVIDA, AMDA, CEDAC, Rede Terra, IBRACE, IPEC, IPÊ, Terra Brasilis e Pró-Carnívoros. Como pode ser visto no Apêndice 6, existem cerca de 100 outras organizações que não são essencialmente ambientais, mas trabalham com questões relacionadas e são parceiras indispensáveis nos esforços para proteger o ecossistema do hotspot.

Os movimentos sociais brasileiros ativos no Cerrado incluem a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores do Campo (MTC), entre outros. A CPT, com sede em Goiânia, Goiás, lançou uma campanha específica para defender o Cerrado. Estes movimentos sociais estão todos cada vez mais preocupados com o meio ambiente, em parte por causa de suas próprias necessidades e interesses, e em parte porque o meio ambiente é uma maneira de criticar as grandes empresas. A experiência mostra que os projetos sobre o meio ambiente podem estimular os movimentos sociais a colocar questões ‘verdes’ em suas respectivas agendas, sem necessidade de criar e manter OSCs estritamente ambientais, o que seria um objetivo pouco realista no Cerrado, considerando os entraves burocráticos, os custos elevados e as reduções no financiamento.

Na academia, as principais universidades federais do Hotspot Cerrado estão localizadas em Brasília, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão. Há também várias universidades estaduais e privadas. Programas de pós-graduação em ciências ambientais e do desenvolvimento sustentável são oferecidos na Universidade de Brasília (UnB), que abriga especialistas no Departamento de Ecologia, um herbário especializado no Cerrado e um centro em Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás. O campus UnB em Planaltina mantém forte foco no Cerrado. A Universidade Federal de Goiás (UFG) possui um laboratório especializado no monitoramento e mapeamento (LAPIG). Há uma rede específica para Geografia Genética e Planejamento Regional para a Conservação do Cerrado (GENPAC). O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) apoiou a criação da Rede Científica e Tecnológica para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (COMCERRADO), que realizou reuniões de planejamento e realizou pesquisas sobre o bioma (Machado 2015).

Em 2015, o Centro de Excelência de Estudos do Cerrado (Cerratenses) no Jardim Botânico de Brasília (JBB) criou a Aliança Cerrado com 32 centros de pesquisa governamentais e não governamentais. O centro abriga o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (CECAT) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além do Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade (CIRAT), promovendo ricos intercâmbios. Além de ciência e tecnologia, Cerratenses também salienta dimensões culturais.

Entre as organizações semi-governamentais, há um Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente do Cerrado. Esta iniciativa é especialmente importante no contexto da descentralização da gestão ambiental no Brasil, com os estados implementando políticas federais e desenhando suas próprias leis, políticas e estruturas administrativas. O governo do Distrito Federal está disposto a desempenhar um papel de liderança.

8.4 Capacidade da Sociedade Civil no Cerrado

Com poucas exceções, a capacidade da sociedade civil no Cerrado está em níveis intermediários. Por um lado, é muito difícil para as OSCs cumprirem os regulamentos governamentais irrealistas, que não financiam despesas administrativas e requerem licitações e prestações de contas complexas, entre muitas outras dificuldades burocráticas destinadas a evitar a corrupção. A utilização da Internet é obrigatória. Há também um conhecimento limitado da sociedade civil sobre os marcos legais complexos e políticas e programas governamentais relevantes para o meio ambiente, conforme descrito no Capítulo 7. Existem variações regionais, com organizações fortes na capital nacional e capitais estaduais e limitações no interior.

No Cerrado, a capacidade da sociedade civil é mais forte nos estados de São Paulo e Minas Gerais, incluindo o interior. Também é mais forte no Distrito Federal, embora a maioria das organizações localizadas na capital nacional opere a uma escala geográfica mais ampla, atingindo outros estados. Mesmo as organizações com maior capacidade precisam de fortalecimento institucional, como ficou claro na oficina de consulta com a sociedade civil. Uma dessas necessidades refere-se à implementação adequada do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Os menores níveis de capacidade da sociedade civil, por outro lado, com algumas exceções, encontram-se nas partes oeste dos estados do Piauí e Bahia, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente. No entanto, os movimentos trabalhistas e religiosos estão presentes nessas áreas, como também está o setor privado. Embora haja pouca preocupação explícita com o meio ambiente, as OSCs são todas muito preocupadas com a água, da qual dependem o uso e a cobertura da terra, ou seja, a biodiversidade.

Os grupos indígenas são mais fortes na Amazônia, onde há mais pessoas, terra e fontes de apoio internacional, especialmente da Alemanha e da Noruega, bem como as ligações com grupos indígenas nos países vizinhos. No Cerrado, a MOPIC está isolada e necessita de apoio específico. Uma questão importante, depois que os indígenas conseguem a terra, é como gerar renda do uso sustentável dos recursos naturais e, em alguns casos, do turismo étnico.

O setor privado é bem organizado no Cerrado em associações setoriais, tais como a Associação Brasileira de Produtores de Soja (APROSOJA) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). O setor também participa da Mesa Redonda sobre Soja Responsável (RTRS). Há uma organização específica para o café, que agora inclui variedades especiais produzidas no Cerrado. A Associação de Plantio Direto no Cerrado (APDC) introduziu uma notável mudança na gestão da terra agrícola e defende a conservação. Há uma preocupação crescente com o meio ambiente por causa das pressões do mercado e por causa das perspectivas de escassez de água, que já está sendo sentida pelos produtores de café em Minas Gerais, que também podem ser empurrados ao sul pela mudança climática. O setor privado na região amazônica tem experiência anterior com a Moratória da Soja, que foi um boicote à soja de áreas recentemente desmatadas, apoiado pelo governo brasileiro. No entanto, desde que se aplica apenas para a Amazônia e exclui o Cerrado, deve causar vazamento de volta para o sul. Poderia ser organizada também o mesmo tipo de moratória sobre as compras de soja ou carne de áreas que foram desmatadas recentemente no Cerrado.

8.5 Sociedade Civil na Bolívia e no Paraguai

Diversas organizações ambientais internacionais estão ativas na Bolívia e no Paraguai. A CI tem trabalhado na Bolívia desde 1987 sobre a conservação e conectividade envolvendo políticas públicas e sociedade civil. A Reserva Gura Reta no leste do Paraguai na Reserva Florestal San Rafael beneficiou-se de um fundo de US\$ 1 milhão estabelecido pelo Fundo Global de Conservação da CI (GCF), o Fundo Mundial da Terra (WLT) e a Associação Guyra Paraguay, parceira da BirdLife Internacional, organização que exerce papel de liderança na conservação no Paraguai.

O WWF desenvolve um programa tri-nacional sobre o Cerrado-Pantanal que atua no Brasil, Bolívia e Paraguai. Mantém escritórios e funcionários que trabalham em conjunto em todos os três países. Os objetivos do programa são a conservação da biodiversidade por meio da criação e implementação de áreas protegidas, preservação das espécies, incentivos para as atividades econômicas de baixo impacto ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável.

O *Small Grants Program* (SGP) do GEF-PNUD, conhecido em espanhol como *Programa de Pequeñas Donaciones* (PPD), é ativo na Bolívia e Paraguai, trabalhando com as áreas focais de conservação e uso sustentável da biodiversidade, degradação de

terras e mudanças climáticas. Fornece pequenos financiamentos a ONGs e organizações de base comunitária. O SGP na Bolívia apoia áreas protegidas no Chaco.

As organizações da sociedade civil têm muita força política na Bolívia. O Pacto de Unidad, uma aliança formada em 2004 entre os povos indígenas e camponeses, lutou vigorosamente para a reforma nos primeiros dias do governo Morales e foi decisivo na elaboração de nova Constituição da Bolívia. A ONG boliviana Liga de Defesa Ambiental é uma das mais proeminentes ONGs ambientalistas na Bolívia. Amigos da Natureza é outra ONG. Há também um Fórum Boliviano sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Fundação da Terra, uma ONG boliviana, dedica-se a apoiar os pequenos produtores. Muitas organizações camponesas e indígenas são fracas e divididas devido a disputas internas. No entanto, uma lei de 2013 e um decreto presidencial concederam amplos poderes do governo para dissolver organizações não governamentais. Um projeto de fortalecimento da sociedade civil foi lançado em 2015 sob a coordenação da União Nacional das Instituições de Ação Social (UNITAS) e *Welthungerhilfe*.

No Paraguai, o Programa de Democracia da USAID tem ajudado as OSCs a melhorar suas capacidades de acompanhamento do governo e rastreamento de questões políticas por meio de um acordo de cooperação com *Semillas para la Democracia* (Sementes para a Democracia). A associação está fornecendo assistência técnica e treinamento sobre capacidade de gestão, processos financeiros, estrutura organizacional, captação de recursos, desenvolvimento de projetos, estratégias de comunicação e monitoramento e avaliação.

8.6 Resolução de Lacunas na Capacidade da Sociedade Civil

Na oficina de consulta da sociedade civil realizada durante o processo de elaboração do perfil e em várias outras consultas junto às partes interessadas, tornou-se claro que, embora algumas exigências comuns, tais como terra e território, sejam difíceis ou impossíveis de atender, há uma série de fortes necessidades:

1. Pequenos apoios podem estar disponibilizados nos corredores e KBAs prioritários, mas também devem ser possíveis em outras áreas em que os candidatos possam demonstrar relevância estratégica direta para atingir os objetivos de conservação do Cerrado. Para as organizações locais, é essencial simplificar os requisitos burocráticos. Quando isso não for possível, a subcontratação por organizações maiores pode ser uma alternativa. Os pequenos financiamentos podem influenciar a ação de movimentos sociais de grande escala de modo a incluir o meio ambiente.
2. Financiamentos para consolidação, com valores maiores e períodos mais longos, seriam importantes para as organizações que tenham demonstrado capacidade de gerar impactos relevantes e que apresentem elevadas despesas operacionais a fim de manter escritórios e pessoal qualificado nas capitais, articulado com o trabalho em locais remotos do interior.
3. O apoio institucional contínuo é essencial para as redes de OSCs de vários tipos (regionais, temáticas, indígenas), para que possam manter escritórios e pessoal ao longo do tempo, não apenas para projetos específicos de curto prazo, mas também para realizar reuniões regulares, envolvendo membros que precisam viajar por longas distâncias.

4. O desenvolvimento de capacidades é necessário para os representantes de OSCs, a fim de garantir sua participação qualificada nos conselhos, comissões e conferências oficiais. Há muitas instâncias e consultas sobre meio ambiente, desenvolvimento rural, territórios da cidadania, povos e comunidades tradicionais e bacias hidrográficas, entre outros. No entanto, os representantes precisam saber mais sobre as complexas estruturas jurídicas, organizações e programas, a história passada e perspectivas futuras e ‘quem é quem’ entre os atores relevantes.
5. Desenvolvimento de capacidade específica para líderes comunitários que, a fim de representar a sociedade civil em nível do ecossistema como um todo e defender causas coletivas que são para o bem comum, precisam familiarizar-se com outros grupos e outras partes do Cerrado.
6. Capacidades específicas para os representantes indígenas que precisam reforçar a sua participação em foros e negociações nacionais e internacionais. As questões indígenas não estão limitadas ao Brasil, e o português é de pouca ou nenhuma utilidade para contatos e participação em reuniões no exterior.
7. Orientações aos jornalistas em vários tipos de mídia, os quais possuem pouco conhecimento sobre o Cerrado e as melhores maneiras de alcançar resultados adequados de conservação.

Ao mesmo tempo, a experiência mostra que poucas OSCs locais são capazes de pagar os profissionais qualificados de que necessitam garantindo a conformidade com as regras e regulamentos difíceis. Há necessidade de mudar os marcos regulatórios, não apenas oferecer mais formação e capacitação, como algumas agências governamentais e autoridades afirmam. As OSCs precisam de algumas das mesmas simplificações ou ‘desburocratização’ que o governo tem proporcionado para pequenas e médias empresas e microempreendedores individuais. O governo também tem adotado procedimentos mais adequados para programas governamentais prioritários, tais como construção de cisternas no Nordeste, onde os requisitos agora referem-se à entrega dos produtos finais em vez de formalidades quanto à documentação de despesas. Existe agora um bloco do Congresso para defender as organizações da sociedade civil. Chegou o momento certo para esses ajustes.

Até que as alterações sejam feitas no marco jurídico, uma maneira de superar as barreiras às organizações locais da sociedade civil é trabalhar em conjunto com organizações maiores nas capitais que estão melhor preparadas para lidar com todos os regulamentos oficiais e que podem subcontratar as organizações locais no interior. Assim, as comunidades locais não teriam necessidade de realizar processos de licitação e documentar todos os gastos segundo procedimentos que não estão disponíveis ou viáveis em áreas rurais remotas do hotspot.

Outra maneira de aprender lições e superar limitações é a cooperação inter-regional entre as OSCs. As organizações que se concentram na região amazônica, como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), podem ser atores relevantes no Cerrado e transições em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, as quais fazem parte da região amazônica. Elas acumularam muitos anos de experiência (1994-2010) trabalhando com o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), descrito no Capítulo 11, que forneceu o conhecimento sobre um leque de atividades relevantes desde o manejo florestal

sustentável e o uso sustentável de áreas protegidas até formas de atuação política e de mobilização de recursos internacionais. Também pode ser útil a cooperação internacional entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai.

8.7 Conclusões

Embora somente algumas OSC ambientalistas já estejam ativas no Cerrado, organizações que são importantes em nível nacional podem ser atraídas para o hotspot e podem incorporar preocupações ambientais específicas em suas próprias agendas. Há também pelo menos uma centena de organizações locais que não são essencialmente ambientais, mas já estão envolvidas em questões ambientais. Além delas, existem milhares de organizações formais e informais, religiosas, cívicas, empresariais, acadêmicas e indígenas que estão cada vez mais preocupadas com o meio ambiente, mas precisam de estímulo e apoio para se envolver efetivamente. Isto é especialmente verdadeiro na parte norte do hotspot.

A única organização que trabalha com questões de conservação transfronteiriças entre as partes brasileiras, bolivianas e paraguaias do hotspot é a WWF. Por causa de regulamentações financeiras brasileiras, é impraticável para as organizações brasileiras realizar atividades em outros países.

Depois de um surto de criação de OSCs no período pós-militar no Brasil, as principais barreiras atuais para a sua sobrevivência e eficácia na promoção de resultados de conservação são:

1. As regulamentações complexas e irrealistas sobre organizações sem fins lucrativos, a necessidade de obedecer as leis trabalhistas, normas que limitam o uso de fundos do governo etc.;
2. Falta de representantes da sociedade civil qualificados para participar de conselhos, comissões e consultas oficiais;
3. Polarização política e a falta de propostas ambientalistas realistas que possam otimizar resultados reais;
4. Limitada integração socioambiental.

Com base em uma análise de experiências passadas, a situação atual e as perspectivas futuras das partes interessadas de todos os cantos do hotspot, as principais oportunidades para melhorar os resultados de conservação no Cerrado podem ser resumidas da seguinte forma:

1. Fortalecer a capacidade institucional das organizações da sociedade civil existentes;
2. Facilitar a representação mais efetiva nos processos governamentais;
3. Trabalhar com os três níveis de governo;
4. Reduzir as barreiras não-tarifárias nacionais para o uso sustentável da biodiversidade;
5. Redistribuir atividades e financiamentos especialmente para incluir áreas prioritárias;
6. Alcançar maior consciência sobre o Cerrado e as savanas no Brasil todo e no exterior;

7. Viabilizar a ‘ecologização’ das OSCs que não estão principalmente preocupadas com a conservação;
8. Aplicar efetivamente os compromissos declarados do setor privado com a sustentabilidade e evitar a lavagem verde (*greenwashing*);
9. Articular em escalas regionais, inter-regionais e internacionais; e
10. Estimular parcerias entre grandes e pequenas OSCs.

9. AMEAÇAS À BIODIVERSIDADE NO HOTSPOT

Como explicado anteriormente, especialmente nos capítulos 6 e 7, a principal ameaça para a biodiversidade no Cerrado é o desmatamento para pastagens e monoculturas. A produção de commodities para consumo interno e para exportação é essencial para a balança comercial do Brasil e a geração de receitas tributárias para os orçamentos públicos, bem como para satisfazer as necessidades de uma população mundial em crescimento e o aumento do consumo de proteína em países de baixa renda.

Nas últimas cinco décadas, o Cerrado tem sido o principal palco para a expansão agrícola e a consolidação do agronegócio brasileiro, levando à perda da metade da cobertura vegetal original. Foi previsto que a ocupação descontrolada contínua do Cerrado poderia levar à perda de 72% de sua área original até 2020 e 82% até 2050 (Machado *et al.* 2004; Machado 2015). O processo agora se estende do Brasil para o Paraguai também.

Por várias razões, números exatos sobre o desmatamento são difíceis de obter. O monitoramento do desmatamento no Cerrado é muito mais difícil do que em florestas densas homogêneas, devido à alta heterogeneidade e à textura fina de cobertura vegetal. A vegetação do Cerrado varia desde matas ciliares estreitas que não aparecem em imagens de satélite até savanas arbóreas e campos que podem ser facilmente confundidos com pastagens degradadas, onde árvores e arbustos brotam de raízes profundas. Pouco esforço foi investido no monitoramento do desmatamento do Cerrado, enquanto que para a Amazônia, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (PRODES) tem acompanhado as taxas de desmatamento anualmente desde 1980. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) do Ministério do Meio Ambiente fornece dados oficiais de desmatamento de 2003 a 2008 apenas em médias anuais de 15.000 km² (Brasil 2014). O PPCerrado concluiu que, até 2010, 986.711 km² de Cerrado já foram convertidos, ou seja, 47% de sua área original. A maior parte das áreas remanescentes está fragmentada.

9.1 Ameaças Diretas

As seções a seguir oferecem uma visão geral dos diversos tipos de ameaças imediatas à biodiversidade do Cerrado e sua importância relativa. A primeira seção trata de ameaças diretas: degradação, fragmentação e conversão do habitat; sobre-exploração dos recursos naturais; fogo; poluição, erosão e assoreamento; espécies invasoras. A mudança climática é objeto do Capítulo 10. As causas indiretas de ameaças (pecuária, plantações, mineração, produção de celulose, infraestrutura de transporte, energia elétrica, petróleo e gás e expansão urbana) são tratadas na Seção 9.2. As principais conclusões e uma classificação de severidade relativa das ameaças são apresentadas no final do capítulo.

9.1.1 Degradação, Fragmentação e Conversão do Habitat

Enquanto metade do Cerrado foi totalmente desmatada, a maioria do restante tem sido objeto de vários tipos de interferência. Apesar de sua importância e da situação crítica neste hotspot, falta informação detalhada e histórica sobre mudanças de cobertura vegetal, especialmente durante a década de 1990. Grecchi *et al.* (2015) concluíram que

as mudanças de cobertura da terra no período de 1990 a 2010 (principalmente para a agricultura, mas não inteiramente) ocorreram a uma taxa média anual de -0,61% entre 1990 e 2010. Neste período, o hotspot teve uma perda líquida de aproximadamente 12 milhões de hectares de vegetação natural. As taxas de perda de vegetação diminuíram entre a primeira década (0,79% por ano) e a segunda (0,44% por ano).

É importante notar que a taxa de desmatamento do Cerrado de 0,69% ao ano em 2008 foi quase o dobro da taxa da Amazônia (0,42%). No entanto, a taxa de desmatamento calculada para o Cerrado teria uma diminuição de 16% entre junho de 2009 e julho de 2010. Em comparação com as taxas do início de 2000, o desmatamento teria caído cerca de 40%. O governo também anunciou uma redução de 50% no desmatamento do Cerrado no período entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011, em comparação com o período de 12 meses anteriores. Torna-se necessário analisar as evidências para verificar estes números.

As projeções para as próximas décadas mostram que os maiores aumentos na produção agrícola no país ocorrerão nesta região. Ao mesmo tempo, a nova Lei Florestal permite vasto desmatamento legal no Cerrado (Soares-Filho *et al.* 2014). As análises espaciais do desmatamento indicam que cerca de 70% dos alertas (pontos de calor que indicam fogo, mas podem ser confundidos com a reflexão da luz solar) foram concentrados em apenas 100 municípios. Há duas fronteiras agrícolas ativas no Cerrado – uma ao longo da parte oeste do Estado da Bahia até o sul do Maranhão e outra que se estende do sudeste de Mato Grosso para o leste de Mato Grosso do Sul (Rocha *et al.* 2011). Essa expansão ocorre principalmente em áreas de vegetação densa e topografia plana, as quais são passíveis de lavouras mecanizadas. A urgência de ações de conservação é um dos critérios utilizados para definir os corredores prioritários neste Perfil do Ecossistema.

Ecossistemas que consistem em uma dúzia de diferentes tipos de habitat intercalados são naturalmente fragmentados. Os fragmentos são principalmente de matas ciliares, legalmente protegidas pela Lei Florestal como Áreas de Preservação Permanente (APPs), mas as Reservas Legais (RL) e áreas de uso restrito, também previstas no Código Florestal, são ou serão também fragmentos. Num futuro próximo, o sistema de informação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) permitirá o mapeamento, tabulação e análise de dados detalhados sobre cada propriedade ou posse de terra rural. O Inventário Florestal Nacional, que também está sendo realizado pelo SFB, será outra fonte de dados relevantes. Neste contexto, será muito importante estudar os padrões de fragmentação, que podem resultar em diferentes pressões sobre a biodiversidade do Cerrado. Um estudo realizado por Carvalho, Marco Júnior e Ferreira (2009) no estado de Goiás, na região central do Cerrado, mostra que as paisagens dominadas por culturas são mais fragmentadas do que as paisagens dominadas por pastagens. As paisagens dominadas por culturas também apresentam número menor de fragmentos, os quais poderiam, por exemplo, manter as populações das espécies de mamíferos ameaçadas no Cerrado. Além disso, os resultados deste estudo indicam que as terras agrícolas, que normalmente abrangem áreas contínuas maiores do que as pastagens, resultam em uma estrutura de paisagem mais prejudicial para a conservação da biodiversidade no Cerrado.

Muitos pastos considerados pelos agricultores como degradados são de fato o Cerrado em vias de regeneração natural, uma vez que as plantas do Cerrado, por causa de suas

raízes profundas, guardam notável capacidade de rebrota. Essa regeneração, especialmente nas áreas de topografia acidentada, além de aplicação da Lei Florestal, poderia eventualmente contribuir para o desmatamento líquido zero. Neste contexto, as ações para favorecer ou assistir a regeneração natural do Cerrado seriam elementos importantes na estratégia de conservação. Embora imperfeitas, as áreas regeneradas pelo menos fornecem habitat para populações maiores e mais viáveis, bem como estabelecem a conectividade necessária para permitir fluxos gênicos.

A perda e fragmentação de habitats poderiam ser muito menores por meio de ‘poupança de terra’ (*land-sparing*, ou seja, intensificação local para reduzir a área total). A produtividade da pecuária no Cerrado é muito baixa, ocupando vastas extensões para produzir carne, leite e couro. Sano *et al.* (2008) constataram que 26% das terras desmatadas do Cerrado foram ocupadas por pastagens em 2002. A criação de gado envolve densidades médias de apenas uma cabeça por hectare, muito abaixo das taxas de lotação dos países desenvolvidos. O tempo necessário para o gado alcançar o peso de mercado pode ser três vezes maior do que em países desenvolvidos. Aproximadamente um terço das pastagens no Cerrado é considerado ‘degradadas’, no sentido de se tornar estéril ou ser infestado com ervas daninhas e arbustos, embora algumas estimativas sejam muito maiores.

As monoculturas mecanizadas geralmente se instalam em áreas planas que já foram usadas como pastagens (Silva 2013). Ao contrário da criação de gado, as colheitas agrícolas são elevadas segundo os padrões internacionais e estão aumentando constantemente com o uso de tecnologia moderna (Abreu 2015). Muitos territórios tradicionais são cercados por monoculturas que impedem o acesso das comunidades aos recursos naturais dos quais dependem para sua subsistência. Algumas comunidades perderam seus cursos de água ou eles foram contaminados pelo uso excessivo de produtos químicos agrícolas (observações de campo).

9.1.2 Poluição, Erosão e Assoreamento

Conforme descrito no Capítulo 4, as mudanças rápidas no uso da terra do Cerrado afetam negativamente a disponibilidade de água nas bacias hidrográficas de maior importância para o Brasil. A irrigação necessária para atividades agrícolas no Cerrado e outras regiões para o leste e sul exerce forte pressão sobre os recursos hídricos. De fato, a irrigação representa pelo menos 70% do uso de água no país como um todo (Lima 2015).

Além dos impactos associados ao reduzido fornecimento de água, a poluição química por agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) constitui uma grande preocupação. Estes insumos são largamente utilizados na agricultura tropical, onde não existe um inverno frio para evitar a acumulação constante de ervas daninhas, parasitas, fungos e doenças. O principal uso é para soja, milho e algodão, as culturas mais importantes do Cerrado. Alguns poluentes orgânicos persistentes (POP) são utilizados de forma ilegal, e alguns agrotóxicos proibidos em outros países ainda são legais no Brasil. O Brasil utiliza mais agrotóxicos que qualquer outro país do mundo, com 19% do uso global, em comparação com 17% para os Estados Unidos (Dall'Agnol 2015).

Os fertilizantes químicos, cujo uso é essencial nos solos pobres do Cerrado, também podem poluir os córregos locais, uma das principais queixas das comunidades (Eloy

2014). A poluição a jusante ainda não é comparável com a zona morta do Golfo do México, mas o Pantanal e a bacia do Paraguai-Paraná já estão ameaçados. Os fertilizantes também são responsáveis por emissões de óxido nitroso, um potente gás de efeito estufa (Bustamante 2015).

Além da perda generalizada do solo pela erosão superficial, quando a terra é desmatada e cultivada ou convertida em pastagens, surgem voçorocas em algumas partes do Cerrado. Por causa da erosão superficial ou profunda do solo, os rios e córregos tornam-se turvos e barrentos e suas calhas acumulam areia. As beiras de córregos também são danificadas pelo gado que as visitam diariamente para beber água, que raramente é canalizada por gravidade ou bombeada para bebedouros nas pastagens (observações de campo do ISPN).

Os principais rios do Cerrado foram represados para usinas hidrelétricas, que são a principal fonte de energia elétrica no Brasil. As barragens afetam os fluxos de água e modificam as margens, além de impedir a migração de várias espécies até as cabeceiras para a desova. Isto também impacta as comunidades de pescadores cujos meios de subsistência dependem desses recursos.

9.1.3 Espécies Invasoras

As espécies invasoras mais importantes do Cerrado são as gramíneas africanas que crescem mais rapidamente e atingem alturas maiores que as gramíneas nativas (Pivello 2005). A braquiária e outras espécies de pastagem se espalham onde há pouca ou nenhuma sombra de árvores e arbustos quando o gado dispersa suas sementes.

Atualmente, as plantações de eucalipto e pinus cobrem vastas áreas do Cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão e há planos de expansão. No Jardim Botânico de Brasília (JBB), os pinheiros se espalham espontaneamente, assim como as samambaias exóticas (*Pteridium aquilinum*), que são especialmente agressivas (observações de campo).

Javalis europeus (*Sus scrofa*), originalmente trazidos à América do Sul para a caça, já se espalharam para a parte mais meridional do Cerrado, onde constituem uma ameaça à natureza e aos seres humanos. Outras espécies animais invasivas incluem espécies nativas de peixes provenientes de outras partes do país, mesmo o camarão, bem como espécies exóticas, especialmente tilápias, cultivadas para a venda em supermercados. Estes peixes exóticos competem com as espécies nativas, especialmente nos reservatórios utilizados para a piscicultura.

9.1.4 Organismos Geneticamente Modificados

A soja geneticamente modificada é amplamente utilizada no Cerrado, embora haja também exportação de soja não-OGM de Mato Grosso para o mercado europeu por meio de um porto específico em Kristiansand, na Noruega, em resposta às exigências dos consumidores e dos governos. Os grupos ambientalistas estão profundamente preocupados com os impactos dos OGMs sobre a biodiversidade nativa, mas a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou seu uso. É necessário realizar mais pesquisa sobre a contaminação genética por culturas OGM no contexto brasileiro. O que está claro é que os produtores de soja transgênica fazem uso intensivo da herbicida glifosato, que afeta a saúde humana.

9.1.5 Fogo

A biodiversidade do Cerrado convive com o fogo há milênios. Os efeitos da queima são minimizados pelas características da vegetação, tais como casca grossa, rizomas e bulbos, bem como sua forte capacidade de regeneração após as queimadas e uma elevada proporção de biomassa subterrânea (Castro e Kauffman 1998; Coutinho 1990).

No entanto, a frequência de fogo intensificou-se drasticamente devido às ações humanas. Hoje em dia, os incêndios podem ocorrer a cada ano ou dois, em vez de seguir ciclos de 16 anos, em média, como era o caso antes da colonização europeia (Coutinho 1990). Dentro de limites, o fogo ajuda a dispersar as sementes do Cerrado e favorecer a germinação e o crescimento. No entanto, um regime frequente e intenso de fogo provoca mudanças na dinâmica das comunidades de plantas, afetando as populações de espécies raras (Miranda 2002). O fogo também pode afetar a floração, a frutificação, a dispersão de sementes, o recrutamento biológico e as taxas de mortalidade.

Quando secam em julho e agosto, os pastos são tipicamente queimados intencionalmente e podem facilmente pegar fogo acidentalmente. O fogo em espécies exóticas de grama, como *Andropogon*, que atinge alturas de 3-4 metros, é muito mais quente e se espalha a distâncias maiores por meio de fagulhas que voam longe. Os fogos mais quentes, causados pela presença de gramíneas exóticas, matam as árvores juvenis, impedindo a recuperação da cobertura arbórea e a redução dos estoques de carbono, que permanecem muito abaixo do que seriam se as árvores juvenis atingissem a idade adulta e produzissem sementes, multiplicando a população. Enquanto o gado espalha sementes exóticas, os animais herbívoros também reduzem a quantidade de combustível pelo consumo de biomassa das gramíneas, o que reduz a intensidade dos incêndios. Incêndios tardios, por exemplo, em outubro, quando a biomassa seca acumulada é mais volumosa, pode matar árvores maduras, abortar o florescimento e causar outros efeitos negativos sobre a comunidade (Schmidt *et al.* 2005). Além disso, uma retroalimentação positiva desencadeia a expansão de gramíneas quando a frequência do fogo aumenta (Miranda 2002).

O Cerrado e a Amazônia são os biomas mais afetados pelas queimadas no Brasil. Um estudo sobre a incidência de fogo no Cerrado de 2002-2012 indica que as áreas mais afetadas são as pastagens na parte norte do bioma (Santos *et al.* 2014). Nessas áreas, a concentração de alertas de incêndio (pontos de calor) pode ser maior do que quatro focos por km² por ano. A média é de cerca de 140 mil focos de incêndio por ano em toda a área do Cerrado.

9.2 Causas Indiretas de Ameaças

As causas indiretas das ameaças aos ecossistemas do Cerrado analisadas nesta seção incluem a pecuária, lavouras, aço, papel e celulose, transporte, energia elétrica, petróleo e gás, mineração e expansão urbana. Estas causas indiretas derivam das causas básicas, ou seja, crescimento da população, aumento do consumo de alimentos entre as pessoas pobres em todo o mundo, especialmente proteína, globalização econômica, terceirização Norte-Sul de atividades econômicas com alta demanda de energia e fortes impactos ambientais, disseminação de tecnologia da 'revolução verde' agrícola e preocupação limitada sobre o meio ambiente e as gerações futuras, entre outras; em suma, a continuidade de percepções, práticas e políticas insustentáveis.

Uma das principais causas indiretas de ameaças ao Cerrado é o aumento da demanda global por soja e carne bovina alimentada com soja, devido a mudanças de preferências dos consumidores e de seu poder de compra. A soja também é uma importante commodity importada pela Europa para a alimentação animal e para o óleo vegetal (Vankrunkelsven 2006). O reconhecimento dessas responsabilidades indiretas por parte dos governos e, possivelmente, da opinião pública, poderia constituir uma alavanca para o financiamento dos esforços de conservação no hotspot. Tal reconhecimento provavelmente não virá espontaneamente, sem estímulo do Brasil, das partes interessadas em outros países e das organizações internacionais (ver Capítulo 11).

Os investimentos no Cerrado priorizam o setor primário da economia e o consumo dos recursos naturais em escala de macro-paisagem (Fearnside 2005; Madeira e Porro 2002; Becker *et al.* 2009). Eles promovem ou induzem a expansão da fronteira agrícola, incluindo as lavouras (monoculturas) e a pecuária (pastagens extensivas), que por sua vez levam ao desmatamento e à fragmentação da paisagem, com pouca ou nenhuma conectividade por meio de corredores ou até mesmo ‘trampolins’ (*stepping stones*), uma alternativa mais prática (Ditt *et al.* 2008). O agronegócio também polui o ar, o solo e a água. Os investimentos nos diversos setores estão interligados e tendem a reforçar-se mutuamente.

Ao mesmo tempo, os investimentos na conservação em outras regiões podem acabar sacrificando o Cerrado, por causa do deslocamento (‘vazamento’) do desmatamento de outros biomas para o Cerrado. Este bioma foi escolhido como a principal região produtiva pelo governo brasileiro, com pouca oposição da sociedade civil, que considera as florestas (a Amazônia e a Mata Atlântica) mais importantes para a conservação. O Cerrado quase não possui floresta densa, mas é tão ou mais importante em termos de sua própria biodiversidade, água e carbono, como também do impacto desses componentes sobre outros ecossistemas. Por exemplo, os maiores afluentes do Amazonas descem do Cerrado, que por sua vez recebe sua água da floresta tropical. Como explanado no Capítulo 4, os biomas brasileiros são interdependentes.

Note-se que os investimentos na região nem sempre geram impactos negativos sobre a biodiversidade, a água ou o carbono. Políticas e práticas que favoreçam a consolidação e intensificação da ocupação em áreas do Cerrado que já estão densamente ocupadas podem reduzir as pressões para o desmatamento em áreas mais distantes. A expansão horizontal da fronteira, sem aumentos na produtividade, foi o padrão dominante no passado, mas a verticalização da agricultura por meio de maior produtividade em fazendas existentes e maior integração com a agroindústria está em curso por meio da Integração Lavoura-Pecuária, que visa aumentar a qualidade do solo e os teores de matéria orgânica.

9.2.1 Pecuária

Historicamente, após o ciclo de mineração no período colonial no século XVIII, a pecuária tradicional aproveitou as savanas e campos naturais do Cerrado, incluindo transumância sazonal do gado para zonas úmidas, como o Vale do Araguaia, durante a longa estação seca. Houve pouco ou nenhum investimento monetário ou retorno financeiro (Mueller 1995).

Hoje em dia, apesar da produtividade da pecuária (taxas tanto de lotação quanto de desfrute) continuar em patamares muito baixos em comparação com os padrões internacionais, as fazendas dependem principalmente de pastagens plantadas, que exigem investimento em formação e manutenção, bem como cercas. As fazendas modernas também exigem investimentos em vacinas e inseminação artificial. Hormônios para acelerar o crescimento e reduzir a gordura também podem ser usados. O rastreamento de carne bovina requer eletricidade, computadores e mão de obra qualificada (Sawyer 2010).

A plantação de pastagens para a pecuária é de longe a principal causa de desmatamento no Cerrado e na Amazônia. Há 135 milhões de cabeças de gado no Cerrado, em 400.000 km² (Oliveira 2015). Algumas das maiores empresas do Brasil, como a JBS ou Friboi, Brasil Foods e Marfrig, estão neste sector, com ramificações multinacionais. Em 2008, o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne bovina, mas concorre de perto com os Estados Unidos e agora com a Índia (Gartlan 2010).

Em áreas mais povoadas, especialmente na parte sul do Cerrado, a pecuária é a base para a produção de leite e de outros produtos lácteos que requerem proximidade aos mercados consumidores (Silva 2013). A produção de leite está dispersa entre os pequenos agricultores, mas o processamento está concentrado em empresas como a Nestlé, a Danone e o novo conglomerado Lácteos do Brasil.

A venda de carne bovina, couro e produtos laticínios é rentável, especialmente quando o consumo mundial de proteína animal está crescendo mais rapidamente que a população. Por outro lado, a pecuária é, em grande medida, um pretexto para investimentos voltados para a especulação fundiária. Os investimentos públicos e privados em infraestrutura de transporte e serviços urbanos multiplicam o valor da terra. O investimento direto na agropecuária, geralmente por proprietários ausentes em áreas remotas, torna-se ainda mais atraente por causa do crédito barato, rolagem de dívidas, inadimplência, evasão fiscal, lavagem de dinheiro, exploração madeireira ilegal e até mesmo condições de trabalho degradantes que o governo considera uma forma de trabalho ‘escravo’ (Sawyer 2014). Nas regiões mais desenvolvidas, a criação de gado é geralmente mais legal, responsável e sustentável. Os fazendeiros têm acesso ao crédito bancário subsidiado, muitas vezes de bancos oficiais. Os empréstimos são fáceis de aprovar porque os critérios técnicos são bem conhecidos pelo pessoal dos bancos no interior e o gado constitui garantia, ao contrário dos parâmetros para culturas novas ou produtos da biodiversidade, que são tratados como mais propensos ao risco. Os fazendeiros das regiões Sul e Sudeste podem vender suas terras para produtores de soja ou cana-de-açúcar e comprar áreas muito maiores na fronteira. Da mesma forma, fazendeiros da região sul do Cerrado podem vender suas terras e comprar áreas maiores ao norte. Assim, além do deslocamento simples, há também uma multiplicação do efeito de “mudança indireta no uso da terra” (ILUC) por causa do diferencial acentuado, de até dez vezes, nos preços da terra (Sawyer 2014).

Tradicionalmente, as pastagens do Cerrado são queimadas durante a estação seca para estimular nova brotação, uma vez que o pasto alto e seco torna-se inútil para alimentar o gado. As emissões líquidas de CO₂ pela queima de pastagem são zero por causa de uma compensação por rebrota e crescimento durante a estação chuvosa. Por outro lado, a queima intencional e acidental impede a rebrota e crescimento de arbustos e árvores, e os incêndios em espécies de pastagens exóticas altas matam árvores e se espalham

longe, reduzindo assim o sequestro total de carbono na biomassa lenhosa, incluindo as raízes, que atingem de 10 a 20 m. de profundidade (Bustamante 2015).

O imenso rebanho bovino do Brasil também emite um volume muito significativo de metano, um potente gás de efeito estufa, embora seu tempo de residência na atmosfera seja menor que o CO₂ (Bustamante 2015). Investimentos em tecnologia poderiam diminuir as emissões de metano desta fonte.

Novos investimentos em cercas e bombeamento de água poderiam melhorar a produtividade extremamente baixa da pecuária, com uma taxa de lotação de aproximadamente uma cabeça por hectare e com o prazo entre o nascimento e o abate de vários anos, ou seja, taxas baixas de desfrute. Embora o sobrepastoreio deva ser evitado, o fornecimento de água no interior das pastagens por meio de gravidade ou bombeamento também limitaria os danos causados à biodiversidade ciliar e de água doce em riachos e beiras de rio onde o gado desce diariamente para beber. Alternativas interessantes incluem os sistemas de integração lavoura-pecuária, que implicam a rotação entre lavouras e gado, tendo, assim, melhor aproveitamento dos fertilizantes químicos usados nas lavouras como também do estrume deixado no campos pelo gado. O principal obstáculo é que os pecuaristas e os agricultores são categorias sociais distintas, embora as gerações mais jovens estejam mais abertas a inovações deste tipo.

9.2.2 Lavouras

As principais culturas cultivadas no Cerrado são a soja, cana-de-açúcar, milho, algodão, café e árvores. Os dados sobre hectares, toneladas e valores dessas culturas estão disponíveis apenas para os estados e municípios, seguindo a divisão político-administrativa, e não para o recorte do bioma, mas podem ser feitas algumas estimativas de magnitudes relativas.

No passado, a fronteira agrícola foi palco de grande produção de arroz, feijão e mandioca, cultivados por pequenos agricultores no primeiro ano ou dois depois do desmatamento inicial. O arroz era vendido para consumo no Sudeste mais desenvolvido. Hoje em dia a farinha de mandioca não é mais um alimento básico, exceto em partes da Amazônia, e houve muita mecanização e concentração da posse da terra no Cerrado. O arroz agora vem principalmente de lavouras mecanizadas na região Sul e o feijão vêm de lugares como Irecê, Bahia, no semi-árido do Nordeste do país.

O uso da terra no Cerrado pode ser dividido em quatro quadrantes pelo meridiano 48° W e o paralelo 15° S. Enquanto a maior parte do quadrante sudoeste do Cerrado já foi desmatada, e existem níveis intermediários nos quadrantes do sudeste e noroeste, o quadrante nordeste (em Matopiba: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) está passando por uma conversão rápida, principalmente para a soja, e foi anunciado um ambicioso plano federal de desenvolvimento agrícola (MAPA 2015; Miranda *et al.* 2014).

A estrutura fundiária no Cerrado é altamente concentrada. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 69% de todas as propriedades rurais do Cerrado são de propriedade de pequenos agricultores que ocupam apenas 9% da área total, cerca de 180.000 km². A menos que as comunidades locais recebam apoio, é provável que se mantenha forte a tendência para maior concentração de terras em grandes fazendas,

acelerando a taxa de mudança do uso da terra e gerando impactos negativos sobre a biodiversidade, água e clima.

No Cerrado os grãos são normalmente plantados como monocultura, uma vez que a topografia relativamente plana permite a mecanização das etapas de preparação do solo, cultivo e colheita. Mesmo as colheitas de cana-de-açúcar e café, que até recentemente eram ainda inteiramente manuais, utilizando mão de obra migrante, estão agora sendo mecanizadas (Silva 1981; Ortega *et al.* 2009).

As culturas anuais e quase todas as outras culturas, exceto o café, promovem a erosão do solo e assoreamento nos cursos d'água. A ausência de cobertura vegetal durante a maior parte do ano também favorece o rápido escoamento superficial das chuvas, reduzindo assim a infiltração, evapotranspiração e a formação de novas nuvens para gerar precipitação a favor do vento. A água da chuva que forma enxurradas flui de volta para o Atlântico, em vez de retornar para a atmosfera e deslocar-se para outras regiões e países mais ao sul (Lima 2015).

Os fertilizantes químicos usados em muitas culturas emitem óxido nitroso, um poderoso gás de efeito estufa ainda que tenha tempo de residência menor na atmosfera (Bustamante 2015). Por outro lado, algum progresso está sendo feito em relação à cana-de-açúcar geneticamente modificada que não depende de insumos de fertilizantes nitrogenados.

Em termos ecossistêmicos e em nível global, as emissões de gases de efeito estufa gerados pelos ciclos de vida de longa distância do agronegócio são muitas vezes ignoradas. Os fertilizantes são importados da Rússia, Canadá, Marrocos e Noruega, e a soja, carne, frango e carne de porco são exportados principalmente para a Europa e China. Toda a indústria e transporte a montante e a jusante nas cadeias produtivas globais geram emissões muito significativas, principalmente de CO₂ a partir de combustíveis fósseis. Obviamente, essas atividades ao longo das cadeias produtivas de commodities envolvem muitos investidores sem ligações diretas com o Cerrado, que nunca são responsabilizados por seus impactos ambientais locais e globais.

Soja. A soja é a principal nova cultura no Cerrado. A expansão no sul do Brasil foi ativada por investimentos públicos em tecnologia agrícola na década de 1970, principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), muitas vezes em associação com empresas como a Monsanto e a Bunge, especialmente para a soja geneticamente modificada (Christoffoli 2010).

O Japão investiu na expansão da soja no Cerrado na década de 1970 (Pires 1997), mas atualmente o envolvimento estrangeiro é indireto. Os produtores de soja são quase todos brasileiros, enquanto as empresas estrangeiras vendem insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos etc.) e máquinas, até mesmo oferecendo crédito, e compram o grão, farelo e óleo. O agronegócio, incluindo alguns investimentos estrangeiros diretos, mudou-se para o Cerrado para processar e agregar valor aos grãos locais, embora menos do que na Argentina, que produz e exporta mais óleo. As empresas chinesas e os agricultores e investidores americanos estão começando a comprar terras no Cerrado (Oliveira 2014; Romero 2015).

O Cerrado tem sido responsável por 35% de toda a produção agrícola no Brasil, incluindo 58% da produção total de soja do país. A produção de soja, sem dúvida, continua a crescer porque os grãos têm tantos usos para alimentos, rações e indústria no Brasil e no exterior. É inútil lutar contra a presença da soja no Cerrado (Pufal 1998).

Em resposta às críticas sobre os impactos sociais e ambientais negativos, uma Mesa Redonda sobre Soja Responsável foi organizada em 2004, com o forte apoio dos Países Baixos, um grande importador (Dros 2002). As associações de plantadores participaram, mas têm sido relutantes sobre a implementação. A moratória associada à expansão da soja, limitada principalmente à Amazônia, tem em certa medida intensificado a pressão sobre o Cerrado.

Cana-de-açúcar. No Brasil, desde os primórdios coloniais, a cana-de-açúcar tem sido usada para fazer açúcar, principalmente para a exportação, e cachaça, principalmente para o consumo doméstico. Em pequenas propriedades, pode fornecer forragem para o gado durante a estação seca, mas a maior parte da cana é cultivada em vastas monoculturas.

A produção de cana passou do Nordeste, a principal região produtora na época colonial, para São Paulo, onde os rendimentos são muito mais elevados. Atualmente a cultura está penetrando as franjas do sul do Cerrado, em muitos casos com investidores do Nordeste (ISPN 2007).

A cana-de-açúcar é usada para produzir etanol (Sawyer 2014), em um esforço destinado a reduzir as emissões de gases de efeito estufa geradas pelo uso de combustíveis fósseis. Há também benefícios para a saúde humana, devido à menor poluição do ar nas áreas urbanas. Por outro lado, a expansão dos canaviais gera impactos negativos sobre a biodiversidade. Os impactos sociais não são claros. Os trabalhadores migrantes são explorados, mas também ganham a renda monetária que pode permitir que seus agricultores familiares sobrevivam, evitando assim a migração permanente para as cidades.

Uma vez que a cana não pode ser transportada por longas distâncias sem perder o nível de sacarose, sua expansão depende de investimentos em usinas de açúcar, estradas e pontes. Os investimentos privados dependem de subsídios públicos e das normas oficiais sobre a mistura do etanol em toda a gasolina vendida no Brasil.

A cana-de-açúcar geralmente não constitui uma causa direta de desmatamento, mas, como mencionado acima, a expansão em áreas de soja ou pecuária pode provocar a mudança indireta no uso da terra, ou seja, o desmatamento em outros locais, se os proprietários que vendem sua terra deslocam-se para áreas de fronteira, onde a terra também é muito mais barata.

Atualmente, o bagaço de cana está sendo utilizado para a co-geração de energia elétrica em São Paulo (PNUD 2014). Isso faz com que o plantio da cana seja mais rentável e diminua as emissões líquidas da indústria, o que justifica os subsídios do governo para as usinas de açúcar.

Algodão. O algodão para uso na produção de têxteis no Brasil e no exterior também está sendo cada vez mais cultivado em vastas áreas do oeste da Bahia e partes de Goiás.

O algodão é notório pela dependência do uso intensivo de agrotóxicos e seus impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Os principais consumidores industriais de algodão do Brasil são empresas têxteis, lideradas pela Coats Corrente, Coteminas, Santista, Bezerra de Menezes, Canatiba e Vicunha Nordeste.

Milho. Existem hoje grandes monoculturas de milho sobre as terras planas do Cerrado e a oferta abundante atrai a avicultura e a suinocultura. O milho pode ter rotatividade com a soja, algodão e o sorgo, e pode haver uma segunda colheita no mesmo ano. Além de ração para animais, suinocultores do sul do Brasil e da Europa são atraídos para a região pela falta de restrições severas quanto à disposição de resíduos, o que tem causado sérios problemas de poluição na Holanda e Santa Catarina (Lazaretti 2013). Atualmente, cerca de 90% de todo o milho cultivado no Brasil é transgênico.

Café. A produção de café deslocou-se de São Paulo e Paraná para a região do Cerrado de Minas Gerais, grande parte da qual é montanhosa. A cafeicultura fugiu das geadas, mas pode ter que se deslocar de volta para o sul para latitudes mais frias. Algumas culturas de café no Cerrado são de variedades gourmet com todos os tipos de certificação, em vez da produção em grandes quantidades para a exportação (Motta 2015). O crescimento é muito descentralizado entre os agricultores, mas o processamento é feito por grandes empresas tais como Três Corações, Melitta, Cacique, Nescafé e Nespresso. O café raramente é sombreado por árvores nativas, como em alguns outros países, mas oferece algum abrigo e conectividade para a fauna nativa e os fluxos gênicos.

9.2.3 Mineração

O ouro, diamantes e pedras preciosas que motivaram o assentamento original de não-indígenas em partes do sul do Cerrado no século XVIII (Sawyer 2002) não são mais importantes, exceto a mina da Yamana Gold em Pilar de Goiás, de propriedade de uma empresa canadense.

Desde os anos 1940, no entanto, jazidas significativas de minério de ferro foram encontradas e exploradas por empresas brasileiras dentro e em torno do Cerrado, principalmente em Minas Gerais e Pará. Os impactos locais da mineração são intensos, mas cobrem menos de 1% dos 2 milhões de km² de Cerrado ou os 8,5 milhões de km² do Brasil. Por outro lado, as estradas, ferrovias e dutos necessários para transportar o minério de ferro e produtos intermediários expandiram a área afetada pela mineração, por exemplo, a Estrada de Ferro Carajás, que vai do sul do Pará ao porto de Itaqui, no Maranhão. Em escala menor, os garimpeiros também poluem córregos e rios com sedimentos e mercúrio, mas principalmente na Amazônia.

A indústria siderúrgica de Minas Gerais, que tem vastos depósitos de minério de ferro, tem tradicionalmente queimado carvão vegetal de espécies arbóreas nativas extraídas do Cerrado, muitas vezes de forma ilegal e com impactos ambientais graves. Este é o principal impacto indireto da mineração, embora o carvão vegetal seja teoricamente energia renovável, em comparação com o carvão mineral, a fonte tradicional de energia para a fundição. As empresas menores convertem minério de ferro em ferro-gusa, que depois é transformado em aço em instalações de grande porte. Uma das principais empresas produtoras de aço é a Usiminas. Uma indústria similar está crescendo no Maranhão, perto da fonte de minério de Carajás. No passado, a fonte de energia naquela

região era de resíduos de madeira de serrarias (ESMAP 1993), mas a fonte nova é as plantações de eucalipto que vem se expandindo rapidamente.

Há também minas de amianto no norte de Goiás. As críticas (negadas pelos produtores, que argumentam que o seu amianto crisótilo é inofensivo) referem-se principalmente aos impactos sobre a saúde humana. A principal empresa é SAMA, parte do grupo Eternit. A Anglo-American também opera minas de níquel na mesma região.

O Banco Mundial tem apoiado as plantações de eucalipto para produzir carvão vegetal para a siderurgia como um meio para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o que seria muito maior se o Brasil importasse coque mineral. Os beneficiários afirmam que só plantam em terra que já foi desmatada. Há também novos investimentos por meio de um projeto do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) para aumentar a eficiência térmica do uso de carvão vegetal.

O garimpo de ouro e de diamante foi importante no passado, mas a pequena mineração hoje difundida é limitada principalmente à extração de grandes volumes de argila para tijolos e telhas e areia para a construção. Este tipo de mineração ocorre em toda a região, afetando rios e córregos, bem como a terra adjacente. O uso de lenha em fornos pode causar emissões líquidas, se houver coleta insustentável, sem regeneração suficiente. Muitas espécies de árvores nativas do Cerrado que são usadas como lenha são de crescimento lento, mas outras, como acácia, não levam tanto tempo.

9.2.4 Silvicultura

As plantações de eucalipto já cobrem áreas enormes do norte de Minas Gerais, estendendo-se por centenas de quilômetros, e estão sendo estabelecidas no Maranhão ocidental. A área total de eucalipto no Brasil é de 4,8 milhões de hectares, principalmente no Cerrado. Em algumas áreas, há também plantações de pinheiros. As principais empresas são Suzano, ArcelorMittal e Fibria. Algumas grandes empresas também fazem acordos com os agricultores e fornecem mudas para parcelas de pequena escala, que são uma forma de investimento em médio e longo prazo, com baixos custos de manutenção.

Enquanto parte do eucalipto é transformada em carvão para produzir ferro-gusa ou para uso doméstico, a maior parte do eucalipto e do pinus é usada como madeira ou é transformada em polpa de celulose para fabricação de papel. Não existem árvores nativas usadas para fazer papel no Brasil (Castanheira 2015). Parte da madeira também é usada para fazer diversos tipos de painéis por grandes empresas como a Duratex e Eucatex.

As comunidades locais no norte de Minas Gerais queixam-se amargamente que as plantações maciças de eucalipto nas chapadas causam escassez de água. Isto pode ser porque a precipitação é transformada em celulose, mas a maior parte da água retorna para a atmosfera como evapotranspiração. Muitas plantações aterraram e secaram nascentes, mas atualmente existem técnicas melhoradas com menores impactos (Rômulo Mello, comunicação pessoal). Estudos sobre as tendências de precipitação e observações de caso-controle são necessários para esclarecer a questão.

9.2.5 Infraestrutura de Transporte

Na década de 1950, estradas pioneiras ou de penetração não asfaltadas tais como a Belém-Brasília (BR-153) e a Cuiabá-Porto Velho (BR-364) abriram vastas novas fronteiras ao norte e ao oeste, até mesmo antes do asfaltamento (com empréstimos do Banco Mundial) nos anos 1970. Desde 2000, a melhoria da rodovia BR-163, de Cuiabá a Santarém, permitiu a exportação de soja de Mato Grosso por uma rota mais direta para o Atlântico, embora a pavimentação ainda esteja incompleta.

Investimentos nos portos em Porto Velho (Rondônia), Itacoatiara (Amazonas), Santarém (Pará), Itaquí (Maranhão) e Santos (São Paulo), embora estejam fora do bioma Cerrado, ao longo do Amazonas ou de seus afluentes ou na costa atlântica, são essenciais para a exportação de soja para a Europa e a China. A carne bovina também é exportada ao vivo em pé aos países do Oriente Médio, bem como aves e carne de porco congeladas.

A nova ferrovia Ferronorte de Mato Grosso ao porto de Santos e a recém-concluída ferrovia Norte-Sul, que liga o Centro-Oeste ao porto de Itaquí, em São Luís, Maranhão, por meio da ferrovia Carajás, construída na década de 1970, favorecem ainda mais a expansão da soja no Cerrado. Existem novos planos para estradas e ferrovias para o Pacífico, para facilitar as exportações para a China, que irá financiar a construção.

Como ocorre na Amazônia (Alves 1999), as estradas em novas áreas causam grandes impactos sobre a biodiversidade do Cerrado, abrindo áreas de fronteira. Em termos líquidos para a conservação, no entanto, seria melhor concentrar os impactos ao longo das estradas e aumentar a produtividade por hectare, trabalhando com a pressão antrópica induzida pelo mercado em vez de criar áreas protegidas ao longo das estradas e empurrar a pecuária de baixa produtividade para áreas maiores, longe das estradas. Além disso, as estradas vicinais locais podem ajudar a consolidar fronteiras e reduzir sua expansão para áreas periféricas mais distantes.

9.2.6 Eletricidade

No passado, as barragens hidrelétricas inundaram matas ciliares nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás (Três Marias, Furnas, São Simão, Água Vermelha), Bahia (ao longo do Rio São Francisco) e Mato Grosso (Manso). Desde 2000, novas barragens foram construídas no rio Tocantins na Serra da Mesa, Palmas (Luiz Eduardo Magalhães) e Estreito, e outras estão planejadas, deixando o Rio Araguaia, que tem menos potencial hidrelétrico, a ser utilizado para o transporte e o turismo.

Atualmente, a maioria das novas grandes barragens no Brasil está sendo construída ou planejada na região amazônica, nos rios Xingu (Belo Monte), Tapajós e Madeira (Santo Antônio e Jirau). Note-se que estas barragens nos afluentes do rio Amazonas, dentro desse bioma, dependem da água que desce do Cerrado. Elas podem restringir a migração dos peixes rio acima para desova em áreas próximas das cabeceiras dos rios do Cerrado (Prado 2015).

Em parte por causa da pressão dos ambientalistas contra grandes projetos hidrelétricos, represas menores (pequenas centrais hidrelétricas ou 'PCHs') estão sendo construídas em muitas partes do Cerrado. No entanto, a menos que sejam tomadas providências especiais, as barragens pequenas e grandes bloqueiam a migração rio acima de peixes de

água doce. Elas também afetam o volume de água a jusante, onde a escassez pode prejudicar a energia e o transporte. As linhas de transmissão de energia geram impactos ambientais e sociais localizados.

Outra mudança no desenho de represas tem sido evitar grandes reservatórios e usar o fluxo do rio (reservatórios ‘a fio d’água’). Isto significa, no entanto, que a sazonalidade forte e crescente da vazão dos rios reduz significativamente a geração durante a estação seca (Goldemberg 2015). Esta variação sazonal é agravada pelo aumento do desmatamento e pelas alterações climáticas, com fluxos bem maiores durante a estação chuvosa e menores durante a estação seca.

Os principais investidores em energia elétrica, que de acordo com a legislação brasileira é um serviço público essencial, são empresas estatais e uma parte crescente de concessionários privados. As empresas de geração e distribuição de energia incluem a empresa estatal Eletronorte e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), todas coordenadas por autoridades federais, e Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), vinculada ao Ministério das Minas e Energia (MME).

Apesar dos impactos locais e regionais negativos, deve-se reconhecer que a elétrica pode favorecer maior produtividade no uso da terra, especialmente na conversão de pastagem para as culturas de maior valor agregado que necessitam de máquinas, energia, comunicação, trabalhadores qualificados, escolas, hospitais etc. A conversão de pastagem para lavouras pode, por sua vez, aliviar parte da pressão sobre as florestas e savanas do Cerrado, bem como da Amazônia. As grandes barragens e linhas de transmissão também fornecem *royalties* e recursos que podem ser utilizados para a conservação e outros tipos de compensação. A ameaça líquida é menor do que parece.

9.2.7 Oleo e Gás

O petróleo e gás no Brasil são extraídos de poços no Nordeste, na Amazônia, (principalmente gás em Urucu no Amazonas), e no mar, especialmente a partir do petróleo de novas águas profundas no ‘pré-sal’ ao largo da costa do Sudeste. Grande parte do gás natural é importada da Bolívia. Alguns depósitos de petróleo foram descobertos recentemente no Cerrado do norte de Minas Gerais, e mapas indicam um potencial generalizado para a exploração de gás natural em outras partes do Cerrado no futuro, incluindo o centro de Maranhão, onde há muitas terras indígenas e comunidades quilombolas (ISA 2015).

A empresa estatal Petrobrás detém o monopólio da exploração de petróleo e gás no Brasil, incluindo os biocombustíveis. Os preços da gasolina e do diesel afetam a viabilidade econômica da produção e a utilização de etanol e biodiesel. Recentemente, controles federais de preços levaram muitas usinas de etanol à falência (Sawyer 2015).

Para a conservação do Cerrado, uma questão-chave no que diz respeito ao petróleo é como aproveitar o retorno aos investimentos em petróleo e gás, bem como a cobrança de *royalties* e compensações, para promover a conservação de funções ecossistêmicas e benefícios sociais entre os grupos diretamente afetados.

9.2.8 Expansão Urbana

Grandes cidades e áreas metropolitanas do Cerrado, especialmente em e ao redor do Distrito Federal, Belo Horizonte, Goiânia e Cuiabá, geraram expansão urbana que se estendeu por dezenas de quilômetros nos seus entornos. As redes urbanas no interior também têm se expandido, com mais de mil centros urbanos, incluindo cidades médias e pequenos núcleos urbanos.

No passado, grandes investimentos governamentais foram necessários para construir as novas cidades capitais de Belo Horizonte, em Minas Gerais, Brasília, a nova capital nacional, e Palmas, a nova capital do estado de Tocantins. Novas cidades capitais geram fortes impactos sobre os seus entornos. Atualmente, investimentos em novas cidades capitais são improváveis, mas as cidades geram expansão urbana.

Embora altamente visível, em comparação com os 2 milhões de km² no Cerrado como um todo, os impactos urbanos sobre a biodiversidade são relativamente pequenos, impactando diretamente talvez 2% da área total. Algumas áreas suburbanas têm mais árvores, incluindo espécies nativas, que áreas de savana nativa intocada. As espécies exóticas tais como mangueiras fornecem alimento para a fauna nativa. Pode haver biodiversidade urbana. Por outro lado, sistemas de esgoto sem investimento em tratamento contaminam severamente os rios em muitas áreas.

Enquanto a expansão urbana cria alguns impactos negativos diretos e indiretos, ela também traz importantes efeitos benéficos ao criar as condições para o estado de direito e para a organização da sociedade civil, as quais são essenciais para a conservação, ao contrário do ‘faroeste’ que ainda prevalece em áreas de fronteira mais remotas.

9.3 Conclusões

Com base na revisão da literatura e as diversas consultas, a Tabela 9.1 resume as principais ameaças ecossistêmicas diretas no Cerrado acima analisadas e apresenta uma classificação de sua gravidade agora e para o futuro próximo, isto é, seus efeitos mais imediatos. A avaliação da severidade leva em conta a escala dos impactos a nível do ecossistema. Os impactos locais podem ser graves. A severidade também considera os impactos líquidos, tendo em conta que alguns dos impactos podem ser positivos, pelo menos no contexto global. A análise não leva em conta o fato de que a intensificação localizada, com grandes impactos em lugares específicos, pode aliviar a pressão sobre outras áreas e tornar mais viável a mitigação dos impactos.

Naturalmente, a mudança climática global também é uma ameaça, mas a questão é abordada no capítulo seguinte.

A vastidão de terras agrícolas, os recursos minerais e o potencial hidrelétrico do Cerrado certamente continuarão sendo utilizados como base para a economia do Brasil, que agora está sob forte pressão para atingir taxas maiores de crescimento do PIB. O Cerrado chega a ser considerado um ‘celeiro’ para o mundo, que enfrenta o desafio de alimentar uma população crescente, com maiores níveis de consumo de proteína. Assim, o fluxo de investimentos em desenvolvimento certamente continuará. O desafio consiste em minimizar e compensar os impactos negativos, além de encontrar formas de gerar impactos positivos, ou seja, a sustentabilidade.

Tabela 9.1. Ameaças e Sua Relativa Severidade para o Hotspot Cerrado.

Ameaça	Severidade Relativa
Pecuária	Alta
Culturas Anuais	Alta
Biocombustíveis	Alta
Carvão	Alta
Fogo	Alta
Silvicultura	Alta
Erosão	Media
Espécies Invasoras	Media
Culturas Permanentes	Media
Suínos	Media
Transporte	Media
Aquecimento (local e regional)	Media
Avicultura	Baixa
Barragens	Baixa
Extração de areia e argila	Baixa
Organismos geneticamente modificados	Baixa
Caça	Baixa
Exploração madeireira	Baixa
Mineração	Baixa
Óleo e gás	Baixa
Expansão urbana	Baixa
Extrativismo vegetal	Baixa

A principal maneira de conciliar conservação e desenvolvimento é, sem dúvida, fazer melhor uso da terra já desmatada, especialmente no que diz respeito à pecuária de baixa produtividade, e evitar ou pelo menos minimizar novos desmatamentos. Pode haver grandes aumentos nos rendimentos por hectare, bem como melhorias significativas na erosão, poluição e emissões, se a eficiência, rentabilidade e concentração espacial permitirem medidas mais preventivas e compensatórias para garantir a sustentabilidade. A expansão horizontal, ou efeitos de fluxo (*spread*) segundo as categorias propostas por Gunnar Myrdal (1957), tende a ser menos sustentável, enquanto a concentração espacial e a verticalização, ou efeitos de refluxo (*backwash*), podem reduzir a pressão sobre áreas maiores, permitindo ao investimento privado e ao controle público a redução dos impactos ambientais negativos. Isso adiciona dimensões espaciais à curva de Kuznets, segundo a qual a proteção do ambiente diminui durante os primeiros estágios de desenvolvimento econômico e, posteriormente, aumenta, juntamente com maior riqueza e maior capacidade de cuidar do meio ambiente (Stern 2004).

Há também possibilidades de recuperação de áreas degradadas com espécies nativas, muitas vezes combinadas com espécies exóticas que aceleram o processo. O “*rewilding*” ou o retorno ao natural pode ser realizado em grande escala. O plantio de mudas, a abordagem convencional, exige grandes investimentos e é de alto risco onde há longas estações secas, mas há alternativas de baixo custo, tais como cercas para estimular a regeneração natural, plantio direto de sementes e a colocação de poleiros para aves que dispersam sementes. A coleta de sementes pode ser uma fonte de renda para os pequenos agricultores e os povos e comunidades tradicionais, como é o caso da Rede de Sementes do Cerrado. A coleta de sementes em áreas protegidas pela Lei Florestal seria necessária para atender a demanda e não prejudicaria a ecologia se realizada dentro de limites. O plantio direto reduz os custos de restauração em

comparação com o plantio de mudas, um benefício que é importante para os proprietários que desejam obedecer à lei. Estas abordagens estão sendo implementadas para restaurar áreas de Cerrado e são especialmente importantes neste bioma por causa do longo período seco, o que significa que as tecnologias de recuperação e restauração não podem ser transpostas diretamente da Amazônia ou das florestas tropicais atlânticas.

Alguns investimentos estão sendo feitos em sistemas agroflorestais, que podem proporcionar benefícios ambientais, contribuindo para a segurança alimentar e a renda familiar. Eles podem incorporar o gado e servir para recuperar áreas degradadas (Porro e Miccolis 2011). No entanto, é necessário avaliar a demanda de trabalho, a viabilidade econômica (rentabilidade) e a escala de benefícios ambientais, quando apenas pequenas parcelas são usadas. Os sistemas agroflorestais não podem ser mecanizados. Seria importante ampliar o âmbito de parcelas pequenas para propriedades e paisagens inteiras.

O foco dos esforços não deve ser limitado a grandes propriedades. As paisagens produtivas sustentáveis podem manter uma grande parte da biodiversidade original, principalmente nas paisagens de agricultores familiares e comunidades tradicionais e indígenas. Estes mosaicos complexos, incluindo porções significativas de cobertura vegetal original, cultivada ou regenerada também armazenam carbono e mantêm os ciclos hidrológicos, por meio de uma sucessão de processos de retroalimentação positiva.

O planejamento da conservação deve levar em conta o fato de que muitos impactos ambientais negativos dos investimentos em desenvolvimento são indiretos, por exemplo, pressionando as comunidades tradicionais e pequenos agricultores que vivem em mosaicos de cobertura vegetal que também abrigam a fauna nativa, ao contrário das pastagens e monoculturas pobres do agronegócio. Os investimentos em desenvolvimento muitas vezes desalojam ou isolam as comunidades rurais que desempenham um papel na conservação ao nível da paisagem (observações de campo ISPN). Eles poderiam ser mais amigáveis com as comunidades, como também mais amigáveis com a fauna silvestre.

Os investimentos que causam impactos negativos na conservação são tanto privados como públicos. Os investimentos públicos em infraestrutura, tecnologia, crédito rural, extensão rural e promoção das exportações, por exemplo, permitem o investimento privado por parte dos agricultores, pecuaristas e outros agentes econômicos privados. Os investidores privados também pressionam o governo por uma ampla gama de incentivos e investimentos. Muitos dos que se opõem fortemente às áreas protegidas e aos direitos dos povos indígenas acumulam cada vez mais poder no Congresso e em alguns ministérios, sem falar dos governos estaduais e locais (Sarney Filho 2015).

Com exceção da mineração em grande escala, a maior parte do investimento no Cerrado é feita por pessoas físicas, empresas ou bancos brasileiros. Ações de muitas empresas privadas são negociadas nas bolsas de valores. Os bancos incluem bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA). Outros recursos financeiros públicos vêm dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO). Estas fontes de financiamento

público são mais inclinadas a incluir critérios ambientais, conforme previsto no Protocolo Verde (Braga e Moura 2013).

As empresas multinacionais fornecem crédito e insumos e compram e vendem os produtos, especialmente a soja. Elas incluem Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Dreyfuss (os gigantes 'ABCD'). Outras empresas vendem os fertilizantes que são essenciais para o cultivo no Cerrado. Syngenta, Monsanto, DuPont e BASF comercializam sementes (incluindo sementes geneticamente modificadas) e agrotóxicos (herbicidas, fungicidas e inseticidas). Empresas como John Deere e Massey Ferguson produzem tratores e outras máquinas agrícolas.

A renda monetária dos agricultores para fazer investimentos ou pagar os empréstimos vem em grande parte das empresas que compram seus produtos. No Brasil - além das multinacionais 'ABCD' - os compradores incluem redes de supermercados, como Carrefour e Pão-de-Açúcar. Walmart estão ganhando fatia de mercado. No exterior, as empresas que utilizam matérias-primas provenientes do Cerrado incluem compradores como Unilever, que podem ser considerados investidores indiretos. Todos fazem parte das cadeias produtivas que estão sujeitos a crescente escrutínio ambiental.

As culturas também dependem de vários subsídios do governo, uma forma indireta de investimento. Os subsídios financeiros podem assumir a forma de crédito fácil de baixo custo, rolagens de dívidas, perdão de empréstimos, preços mínimos e seguro agrícola. Os subsídios indiretos têm a ver com o desenvolvimento da tecnologia, extensão rural, promoção das exportações e construção de estradas, ferrovias e portos, entre outros.

Uma pequena parte do investimento direto no bioma Cerrado é estrangeira. Como mencionado, alguns agricultores americanos têm comprado terras no oeste da Bahia, enquanto o governo da China está buscando comprar terras em lugares como Goiás (Oliveira e Schneider 2015). Além de políticas nacionais e de pressões de consumo no Brasil, investidores brasileiros podem ser influenciados por governos e consumidores nos países que importam seus produtos. Investidores estrangeiros também podem ser influenciados por vários meios.

Os mercados globais são relevantes. Seus impactos indiretos envolvem até mesmo o deslocamento de indústrias de países desenvolvidos como os Estados Unidos e países europeus para a China, onde elas encontram mão de obra barata. Os trabalhadores chineses, por sua vez, consomem soja do Cerrado. Essas pegadas ecológicas são globais, mas raramente são levadas em conta.

Ironicamente, os investimentos em conservação em outras regiões, tanto para o norte e oeste (Amazônia) e para o sul e leste (Mata Atlântica), podem favorecer o desmatamento no Cerrado por meio de vazamento, ou seja, efeitos perversos. O exemplo mais notável é a exigência de Reserva Legal de 80% na Amazônia, em oposição a apenas 20% no Cerrado, ou 35% na parte do bioma Cerrado localizada no interior da Amazônia Legal. A Moratória da Soja, que é limitada à Amazônia, é outro exemplo importante.

O licenciamento ambiental e o monitoramento pós-licenciamento, bem como a aplicação da Lei Florestal, são maneiras de controlar os impactos ambientais negativos dos investimentos. No entanto, sua implementação é difícil ou impossível para

atividades que envolvem muitos agentes dispersos em áreas remotas. Da mesma forma, a certificação de terceiros é viável e eficaz para a indústria, mas o rastreamento e a certificação de conformidade com as normas não são alternativas práticas para o setor primário, quando envolve uma multiplicidade de agentes dispersos.

Os pagamentos por serviços ambientais, incluindo os pagamentos pela Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), têm sido vistos como uma alternativa para influenciar os investidores, mas esses pagamentos estão sujeitos a graves problemas de escala espacial e continuidade ao longo do tempo. Se apenas alguns investidores em alguns lugares forem incluídos, e durante apenas uma parte do tempo, haverá efeitos perversos (Sawyer 2015). Para ser eficaz, em termos líquidos, os incentivos devem ser universais e permanentes. Para os impactos no Cerrado, isso é especialmente pertinente, se os benefícios estiverem concentrados em ou limitados à floresta amazônica.

Enquanto a conservação da biodiversidade foi uma prioridade em todo o mundo por cerca de 20 anos, uma parte grande e crescente de financiamento para o ambiente desde 2007 tem buscado a redução das emissões. O esforço é por vezes descrito como ‘baixo carbono’. Um rótulo mais apropriado seria ‘baixas emissões’, já que a redução do efeito estufa depende, em grande medida, do armazenamento de mais carbono da biomassa e utilização de biocombustíveis, que são também formas de carbono, em vez de carbono fossilizado. Garantir água para a sobrevivência e o crescimento de biomassa na estação seca seria uma estratégia de baixo CO₂. Esta abordagem para a mitigação das alterações climáticas poderia justificar maiores investimentos na conservação da biodiversidade.

Existem várias novas possibilidades, além de comando-e-controle, para influenciar os investimentos feitos diretamente no Cerrado ou que tenham efeitos indiretos no bioma. Esforços estão sendo feitos para cobrar a responsabilidade dos bancos brasileiros pelos impactos negativos de seus investimentos. O Protocolo Verde está sendo ressuscitado pelo Ministério do Meio Ambiente (Braga e Moura 2013).

Uma vez que as maiores corporações negociam ações na bolsa de valores, o ativismo dos acionistas pode influenciar seu comportamento. O mercado pode classificar as empresas em relação à sua sustentabilidade. As grandes empresas estão preocupadas com sua reputação, especialmente quando operam com grandes volumes e pequenas margens de lucro. Nestes casos, boicotes por parte dos consumidores, que também são partes interessadas, podem ser eficazes.

Em termos políticos, o agronegócio tem sido visto como anti-ambiental. Em geral, a alegação procede. Alguns subsetores agropecuários, no entanto, são mais estáveis e sérios. Alguns proprietários têm interesse nos rendimentos de longo prazo de suas fazendas, incluindo o aproveitamento por seus filhos e netos. O ‘trigo’ de subsetores mais responsáveis pode ser separado do ‘joio’ de bandidos da fronteira, que causam a maior destruição (Landers 2015). Alguns proprietários de terras estão dispostos e prontos para criar reservas privadas, que são também um meio de proteger suas propriedades de madeireiros, apanhadores e biopiratas ou invasão e desmatamento, assim como a conversão para outros usos pelos seus herdeiros.

Em suma, apesar das perspectivas geralmente sombrias para a proteção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e dos estoques de carbono no Cerrado, uma

análise detalhada das opções de investimento pode identificar diversos meios para influenciar o comportamento das empresas brasileiras e multinacionais e de agricultores, pecuaristas e outros empresários individuais, de modo a reduzir seus impactos ou pelo menos retardar o processo de destruição a que o Cerrado e seus povos foram submetidos até agora. Ao mesmo tempo, essas dinâmicas socioeconômicas podem ganhar ainda maior complexidade levando em conta os cenários de mudanças climáticas, os quais sublinham a necessidade de estratégias de conservação integrada numa visão de longo prazo.

10. AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Este capítulo investiga as interações entre as mudanças climáticas, a biodiversidade e a sociedade no Hotspot Cerrado. Uma vez que as mudanças climáticas são globais, o escopo do capítulo também é amplo. O fato de que o Brasil é o sétimo maior emissor mundial de gases do efeito estufa (GEE), principalmente devido ao desmatamento e à agricultura, significa que o clima é altamente relevante para as perspectivas de conservação da biodiversidade. As seções a seguir tratam dos padrões atuais e projetados no Cerrado, dos impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade, dos impactos sociais e econômicos e do potencial de mitigação e adaptação.

10.1 Tendências Passadas do Clima e da Biodiversidade do Cerrado

Desde pelo menos quatro milhões de anos atrás, quando as gramíneas se espalharam, paisagens complexas caracterizam o Cerrado (Simon *et al.* 2009), que normalmente é dominado por uma matriz de savanas (com densidade variável de espécies de árvores e elevada riqueza de espécies) que abriga trechos de vários outros tipos de vegetação – desde campos abertos até florestas. Disso resulta um mosaico de alta variabilidade ambiental (Reatto *et al.* 1998; Ribeiro e Walter 1998; Furley 1999; Durigan e Ratter 2006). A variedade de ecossistemas em paisagens do Cerrado é dinâmica no espaço e no tempo, com florestas predominando em períodos úmidos do Quaternário, enquanto as savanas se expandiram durante os períodos secos, estando a configuração atual associada a um clima ‘intermediário’ (Silva 1995; Aguiar *et al.* 2004; Salgado-Labouriau 2005). Na escala continental, a influência dos domínios das florestas adjacentes (Amazônia e Mata Atlântica) na composição da flora do Cerrado (Felfili *et al.* 1994) e da fauna (Silva 1995) reflete esta dinâmica savana-floresta, indicando que a posição central do Cerrado no continente desempenha um papel na definição da sua elevada riqueza de espécies. Atuando como uma pressão adaptativa por até quatro milhões de anos antes do presente, o fator fogo também contribuiu para os processos evolutivos que moldaram a biodiversidade deste hotspot (Simon *et al.* 2009; Cavalcanti *et al.* 2010). Na escala local, evidências derivadas de isótopos mostram que incrustações florestais avançaram para as bordas das savanas desde o último degelo (~7.000 anos antes do presente), com taxas de expansão que variam em função do regime de fogo e da composição do solo (Silva *et al.* 2008; Hoffmann *et al.* 2012).

As interações clima-vegetação que controlavam os processos evolutivos no Cerrado no passado ocorreram ao longo de milênios. Mesmo considerando este intervalo de tempo, as mudanças ambientais relacionadas ao clima podem ter sido demasiado abruptas para algumas taxa, como no caso da megafauna terrestre que viveu no Cerrado e tornou-se extinta cerca de 10.000 anos antes do presente (Aguiar *et al.* 2004; Cavalcanti *et al.* 2010). As atividades humanas têm influenciado o sistema climático em uma escala de tempo muito menor nas últimas décadas. Para o Cerrado, foram projetadas mudanças nos regimes de temperatura e precipitação para as próximas décadas que podem promover grandes mudanças na estrutura e funcionamento do ecossistema (Marengo *et al.* 2010; Bustamante *et al.* 2012).

10.2 Modelos Projetados e Atuais do Cerrado

Várias iniciativas para calcular as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil surgiram a partir da necessidade de se obter estimativas atualizadas. Por exemplo, a sociedade civil começou a organizar redes multi-institucionais, tais como o Observatório do Clima (OC), que publica estimativas independentes com base na mesma metodologia utilizada para os inventários governamentais. O primeiro relatório oficial sobre as emissões nacionais de GEE mostrou que aproximadamente 75% das emissões de dióxido de carbono (CO₂) do país foram devidas a mudanças no uso da terra e das florestas, ou seja, que o desmatamento e as queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, foram as principais fontes de emissão de 1990 a 1994 (Brasil 2004). Esta tendência foi relativamente consistente até 2005, quando as emissões decorrentes de mudanças no uso da terra começaram a diminuir de 58% para 15% das emissões nacionais em 2012, principalmente como resultado do desmatamento evitado (Brasil 2014; Brandão Jr. *et al.* 2015). Mesmo que as taxas de desmatamento caiam ainda mais, como se espera, os impactos das mudanças climáticas poderão afetar negativamente os estoques de carbono no ecossistema do Cerrado. Devido ao aumento da secura e às queimadas mais frequentes, as trocas ecossistêmicas líquidas de carbono mudariam de sumidouro para fonte de carbono (Bustamante *et al.* 2012).

Para examinar as tendências atuais e futuras relacionadas às mudanças climáticas no Brasil, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) foi criado em setembro de 2009 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). O trabalho do PBMC integra perspectivas sobre as mudanças climáticas advindas de várias comunidades científicas que trabalham com ciências do clima. Os estudos do PBMC seguem a divisão utilizada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a saber: (1) base física; (2) impactos, vulnerabilidade e adaptação; e (3) mitigação.

Os resultados dos primeiros relatórios do PBMC indicam um cenário complexo até o ano 2100, exigindo ajustes e melhorias no planejamento e conhecimento sobre o meio ambiente natural (Domingues *et al.* 2012). Os respectivos relatórios completos dos três grupos de trabalho do PBMC foram publicados em 2014 (Ambrizzi e Araújo 2014; Assad e Magalhães 2014; Bustamante e La Rovere 2014).

O relatório do primeiro grupo de trabalho é chamado de Base Científica das Mudanças Climáticas para o Primeiro Relatório de Avaliação Nacional. Os principais indicadores para o Cerrado identificados foram: (a) aumento de 1°C na temperatura do ar, com uma diminuição de 10% a 20% na precipitação ao longo das próximas três décadas (até 2040); (b) até meados do século (2041-2070), um aumento entre 3 e 3,5°C na temperatura do ar e uma redução entre 20% e 35% da precipitação; e (c) no final do século (2071-2100), aumento da temperatura entre 5 e 5,5°C e uma desaceleração mais crítica na precipitação, com reduções entre 35% e 45%.

Quanto a impactos, vulnerabilidade e adaptação, a elevação de temperatura em qualquer das situações irá provavelmente resultar em uma redução do processo fotossintético nas plantas do Cerrado, resultando numa diminuição da sua biomassa e numa redução da produtividade primária. Ao mesmo tempo, o aumento da duração do período seco pode, potencialmente, resultar num aumento da vulnerabilidade ao fogo no Cerrado, como já foi observado nos últimos anos.

Dado que as tendências locais em desertificação já são alarmantes (Carvalho e Almeida-Filho 2009; Horn e Baggio 2011), há risco de que estes processos sejam amplificados pelos potenciais efeitos negativos do aumento da temperatura, as queimadas mais frequentes e a diminuição da precipitação na vegetação do Cerrado, especialmente considerando as taxas historicamente altas de desmatamento e degradação da terra (Klink e Machado 2005). Se o período seco se tornar mais longo (Marengo *et al.* 2010), a cobertura de nuvens menor faria subir ainda mais as temperaturas no verão, que é agora o período chuvoso. Tendências persistentes nesse sentido levariam a uma redução na vazão dos rios e no volume dos lagos, reduzindo potencialmente o abastecimento de água potável (Marengo *et al.* 2009). Isto também pode acontecer devido ao aumento das concentrações atmosféricas de CO₂ ‘fertilizando’ o crescimento da biomassa e absorvendo água (Ukkola *et al.* 2015).

A mitigação foi analisada no que diz respeito a riscos e incertezas, desenvolvimento e equidade, bem como causas e tendências. As conclusões são de que existem muitas oportunidades de transição para baixo carbono e para a utilização de fontes de energia renováveis. O transporte pode ser mais eficiente, como também podem ser os edifícios. As barreiras à eficiência energética na indústria devem ser reduzidas. A recuperação de pastagens e a silvicultura são maneiras de reduzir as emissões da agricultura. A mudança sustentável no uso da terra seria importante na Amazônia e Cerrado e poderia se beneficiar do pagamento por serviços ambientais, incluindo créditos de carbono. No geral, há necessidade de muita pesquisa adicional.

10.3 Impactos da Mudança Climática na Biodiversidade

Um estudo pioneiro sobre os efeitos da mudança climática na flora do Cerrado projeta substanciais declínios na maioria de espécies de árvores nos próximos 40 anos (Siqueira e Peterson 2003). Os pesquisadores aplicaram técnicas de modelagem de nichos ecológicos para desenvolver uma avaliação de primeira mão dos efeitos prováveis das mudanças climáticas, como representados por modelos de circulação global, sobre a distribuição espacial de 162 espécies de árvores, por pontos de ocorrência conhecidos (15.657 fichas) para mapas que representam dimensões ecológicas previstas e atuais. Considerando os cenários mais conservadores e menos conservadores de emissões avaliadas - ou seja, assumindo o crescimento de 0,5% por ano e um aumento de 1% por ano de CO₂ atmosférico, respectivamente - 10% a 32% das 162 espécies analisadas podem ficar sem áreas habitáveis na região do Cerrado ou extinguir-se até 2055. Além disso, foi previsto que entre 91 e 123 espécies teriam um declínio de mais de 90% da área potencial de distribuição no Cerrado, com grandes mudanças na área de ocorrência para o sul e para o leste.

Foram calculados os impactos esperados da mudança climática global sobre a adequação ambiental de determinadas plantas silvestres comestíveis (Oliveira *et al.* 2015). Considerando-se as 16 espécies comestíveis mais populares do Cerrado e um cenário climático de manutenção das tendências atuais, esta pesquisa projeta fortes efeitos negativos das mudanças climáticas sobre a distribuição geográfica das espécies. Depois de avaliar os modelos de nicho ecológico, os resultados indicam um intervalo de distribuição e encolhimento de 12 espécies quando se comparam cenários climáticos atuais e futuros (2080). Isso levaria ao isolamento da riqueza de espécies comestíveis no sudeste do Cerrado, como a região que apresentou a maior adequação ambiental

prevista; os graus de perda de espécies comestíveis em outras regiões deverão subir de acordo com a distância da região sudeste.

Focalizando o pequi (*Caryocar brasiliense*), uma árvore frutífera do Cerrado que é cultural e economicamente importante, Nabout *et al.* (2011) constataram que os municípios que atualmente usam pequi terão produção menor no futuro, porque suas regiões serão menos adequadas para esta árvore, o que por sua vez pode afetar as economias locais. Os autores advertem que será necessário que os governos desenvolvam políticas para mitigar os impactos adversos, aumentando os impactos positivos e apoiando a adaptação às mudanças climáticas, bem como promovendo a segurança alimentar local.

Marini *et al.* (2009) também fazem previsões de deslocamento geográfico de nichos de espécies para espécies de aves endêmicas do Cerrado: um deslocamento de médio alcance de 200 km em direção ao sudeste. Suas projeções mostram que a distribuição geográfica das sete espécies de aves dependentes da floresta se retrataria entre 41% e 80% até o final do século, considerando tanto os cenários A1B e B1 de emissões do IPCC. Para nove espécies de savana, a distribuição da retração estimada foi entre 9% e 37%, enquanto que para dez espécies de pastagens, a perda variou entre 2% e 71%. Dadas as mesmas premissas, espera-se que apenas uma espécie (suiriri da chapada ou *Suiriri islerorum*, um generalista de habitat) expanda sua distribuição geográfica, e mesmo assim só em 5%. Os autores utilizaram projeções de consenso para obter estes resultados, considerando-se nove diferentes abordagens de modelagem de nicho ecológico e três modelos climáticos globais (do menos conservador para o mais conservador).

As áreas protegidas representam 8,3% da extensão do Cerrado, mas compreendem apenas 3,1% se considerada apenas a proteção integral, muito abaixo da meta de Aichi de 17%. Essas áreas estão concentradas na região norte do bioma, com alguns fragmentos restantes no sul e nas regiões do leste, onde as pressões socioeconômicas para converter habitats naturais em agro-ecossistemas comerciais são mais altas (Klink e Machado 2005; Soares-Filho *et al.* 2014). Este estado fraco de conservação transforma as projetadas mudanças de ocorrência de espécies para o sul e leste muito preocupantes - mesmo considerando as limitações inerentes às abordagens de modelagem (Siqueira e Peterson 2003; Marini *et al.* 2009; PBMC 2014). Assim, integrar ações planejadas que promovam a preservação do habitat e a restauração ecológica por meio da gestão sustentável torna-se fundamental para evitar maiores taxas de extinção de espécies (Thomas *et al.* 2004; Brook *et al.* 2008).

10.4 Impactos Sociais e Econômicos das Mudanças Climáticas

A EMBRAPA Cerrados, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), modelou mudanças nos padrões espaciais de culturas no Cerrado devido às alterações climáticas. Considerando o cenário mais otimista avaliado pelo IPCC (o cenário B2 projeta aumentos de 1,4°C a 3,8°C da temperatura média da superfície global), as áreas com uma baixa probabilidade de eventos térmicos perigosos seriam reduzidas em 11,04% para o algodão, 8,41% para o arroz, 4,35% para o feijão, 12,17% para o milho e 21,62% para a soja, o principal cultivo no Cerrado. Isso poderia causar perdas econômicas combinadas de US\$ 1,7 bilhão para as principais lavouras no hotspot, bem como a migração de culturas para o sul, onde as condições climáticas

podem ser mais favoráveis, mas os preços da terra e do trabalho são mais elevados (Assad *et al.* 2008; Costa *et al.* 2010).

As alterações climáticas em termos de precipitação reduzida poderiam levar a períodos secos mais severos e até mesmo desertificação, como evidenciado na porção nordeste do Cerrado (Carvalho e Almeida-Filho 2009; Horn e Baggio 2011; Vieira *et al.* 2015). Dado que o Cerrado é a principal fonte de água para três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul, a compreensão dos impactos socioeconômicos e ecológicos das mudanças hidrológicas é crítica. O relatório do PBMC enumera vários estudos que já indicam substanciais mudanças hidrológicas, geomorfológicas e biogeoquímicas nesses sistemas fluviais. Modelando as tendências futuras de precipitação na América do Sul que derivam dos cenários do IPCC, Marengo *et al.* (2009) esperam extensa salinização e degradação de terras agrícolas, bem como quedas da produtividade da pecuária, refletindo o fato de que a disponibilidade de água e a segurança alimentar estão estreitamente relacionadas. Estas perspectivas são ainda mais críticas quando são consideradas as pressões macroeconômicas dirigidas às próximas conversões de ecossistemas naturais para as culturas anuais e pastagens, uma vez que isso também implica impactos negativos para a conservação dos recursos hídricos e para as emissões adicionais de GEE por meio de queima de biomassa e da oxidação do carbono orgânico do solo (Costa *et al.* 2010; Bustamante *et al.* 2012; PBMC 2014). Na escala local, plantadores de café em Patrocínio, Minas Gerais, longe de quaisquer regiões secas e entre três reservatórios imensos, já estão preocupados com a escassez de água (Haggard e Schepp 2012; Motta 2015). Em áreas adjacentes ao semi-árido da Caatinga, no Vale do Jequitinhonha, observações de campo do ISPN também verificaram problemas sociais e ambientais relacionadas com a seca.

Espécies de plantas comestíveis nativas são amplamente utilizadas em restaurantes, alimentos, sobremesas e sorvetes, contribuindo substancialmente para as economias locais. Se a redução prevista em habitat adequado e faixa geográfica levarem à diminuição da disponibilidade de tais espécies, pode haver risco econômico significativo para as comunidades tradicionais que dependem de ecossistemas nativos para a coleta dessas plantas. Isso pode forçar os moradores, especialmente os jovens, a realizar outras atividades econômicas, potencialmente resultando em menor proteção dos ecossistemas naturais e outras pressões no sentido do uso convencional da terra.

Se as mudanças climáticas causarem o deslocamento de atividades econômicas para outras regiões, os impactos sociais e econômicos negativos podem ser fortes. Dentro do Cerrado, a migração para cidades não é necessariamente uma rota positiva para a mitigação ou adaptação (Castles 2002). Os impactos seriam ainda piores se houver escassez de água e, portanto, de energia elétrica nas cidades, como já está começando a ocorrer. Considerando-se a vulnerabilidade das populações urbanas a enchentes e deslizamentos, as projeções climáticas indicam a expansão de áreas de alto risco com eventos extremos que ocorrem mais frequentemente (PBMC 2014). Já houve grave seca em São Paulo e deslizamentos de terra em Salvador. No geral, essas ameaças dizem respeito principalmente a populações economicamente e geograficamente vulneráveis, como esperado em todo o mundo (IPCC 2014).

10.5 Potencial de Mitigação e Adaptação

Para enfrentar esta situação, conforme explicado no Capítulo 7, o governo brasileiro lançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) em 2009, como parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Este plano visa assegurar a redução das emissões de GEE na região como uma prioridade nacional. O PPCerrado é integrado com o Programa Cerrado Sustentável, que foi criado em 2005 pelo Ministério do Meio Ambiente. Este último programa tem por objetivo a conservação, restauração e utilização sustentável dos ecossistemas do Cerrado, com particular enfoque no reforço da integridade das bacias hidrográficas, melhora da subsistência das comunidades tradicionais e fortalecimento do papel da sociedade civil na gestão do hotspot. Se atingidas, essas metas de conservação iriam contribuir muito para a mitigação das mudanças climáticas, principalmente por meio da manutenção de serviços ecossistêmicos que regulam o clima por meio de processos biogeoquímicos (Bustamante *et al.* 2007; Costa *et al.* 2010; Bustamante *et al.* 2012).

Os ecossistemas naturais desempenham um papel importante no equilíbrio entre as emissões antrópicas de GEE, conforme se observa na crescente convergência entre as abordagens da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Assim, alcançar a metade Aichi de 17% do Cerrado em áreas protegidas ajudaria a mitigar as emissões por meio de desmatamento evitado e gestão de incêndios, bem como pelo sequestro de carbono, se o hotspot continuar a funcionar como um sumidouro de carbono (Bustamante *et al.* 2012). No entanto, essa meta está abaixo do que seria necessário em termos de cobertura lenhosa. Seria fundamental para manter cerca de metade do hotspot com cobertura de árvores nativas, tanto original como recuperada, por meio da regeneração e do reflorestamento. Essa escala é necessária para mitigar a mudança climática em termos de precipitação dentro do bioma e em regiões e países vizinhos, conforme explicado no Capítulo 4, sobre os serviços ecossistêmicos.

Como em outras partes do mundo, as comunidades do Cerrado que são mais econômica e ambientalmente vulneráveis serão as mais afetadas pelas alterações climáticas (IPCC 2007, 2014). As populações rurais pobres, que são menos dependentes da infraestrutura de água, energia e alimentos, podem ser mais resistentes do que os pobres que residem em cidades e pequenos núcleos urbanos (Feiden 2011). A melhor estratégia de adaptação seria tornar possível para a população rural, incluindo pequenos agricultores e povos e comunidades tradicionais, sua permanência no campo. Por exemplo, as populações do Cerrado expostas ao risco de futuras mudanças de precipitação poderiam se adaptar por meio de tecnologias sociais que já permitem a captura e armazenamento de água da chuva na Caatinga, com pequenos ajustes. Além de transferência de tecnologia, governança e políticas setoriais fortes serão necessárias para divulgar abordagens de gestão sustentável entre os agricultores. A resolução dos problemas estruturais relativos aos direitos e registros fundiários é outro pré-requisito (Lapola *et al.* 2014; Brandão Jr. *et al.* 2015). A disseminação de abordagens de gestão de paisagem bem sucedidas exige decisões políticas que garantam a eficácia e a continuidade. Para este fim, a sociedade civil deve interagir com as várias partes interessadas (isto é, setor privado, comunidade global, governos) para fortalecer os esforços de mitigação e adaptação.

Uma iniciativa deste tipo que já está em curso no norte de Minas Gerais é o projeto Satoyama, que é gerido pelo ISPN, executado pela sociedade civil local organizada e apoiado pelo Programa de Pequenos Projetos (SGP) do GEF-PNUD. A abordagem de paisagem foi originalmente desenvolvida no Japão. Nessa região seca do Cerrado, a construção de pequenas barragens melhora a segurança hídrica para as comunidades locais, aliviando assim algumas das pressões econômicas e ambientais que favorecem a emigração. Indiretamente, a iniciativa ajuda a atenuar a perda de habitat e as restrições de água para a flora e fauna nativas, que estão retornando.

10.6 Conclusões

É essencial conectar as agendas de conservação da biodiversidade e de mudanças climáticas. Considerando-se que as mudanças climáticas geradas por humanos irão ocorrer em um ritmo muito mais rápido em relação às tendências paleo-ecológicas, as projeções de temperaturas mais altas, chuvas menores e eventos extremos mais frequentes sinalizam graves impactos sobre a biodiversidade do Cerrado, como já foi demonstrado para os grupos estudados. As tendências passadas e atuais do uso da terra regional devem ser alteradas no sentido de uma transição para menor ocupação exploratória e melhores práticas de gestão. O desmatamento e o uso indiscriminado do fogo são exemplos de atividades indesejáveis. É evidente o papel central do Cerrado na manutenção do equilíbrio hidrológico inter-regional e dos fluxos relativamente constantes de água para outras regiões do Brasil, bem como a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Dado que a biodiversidade é sensível ao aumento da temperatura global e a escassez regional de água, são essenciais grandes aumentos no financiamento para a conservação da biodiversidade no Cerrado, especialmente na escala de macro-paisagem. A resiliência às mudanças climáticas no Cerrado e áreas vizinhas depende da manutenção dos ecossistemas originais e dos serviços prestados na escala de um milhão de quilômetros quadrados. Esse cenário desafiador exige esforços integrados da sociedade civil, governos, agricultores e comunidade global para a formulação de uma forte governança e políticas ambientalmente incisivas. Outro objetivo fundamental seria proporcionar meios para a população rural a fim de desencadear a transição para uma matriz de paisagem mais sustentável. Transferências de tecnologias sociais e agroecológicas certamente desempenharão um papel nessa empreitada, porque elas fornecem soluções para tensões ambientais - incluindo, mas não se restringindo aos impactos das mudanças climáticas - que podem provocar a emigração de regiões rurais.

11. AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO CORRENTE EM CONSERVAÇÃO

Este capítulo avalia investimentos recentes e atuais em conservação, abrangendo tanto o investimento direto em áreas protegidas e ciências ambientais, por exemplo, bem como o investimento no desenvolvimento econômico e a governança local com impactos positivos sobre os resultados de conservação. Os empréstimos não estão incluídos, nem tampouco os investimentos que se destinam a gerar lucro. Assim, a análise inclui os financiadores tradicionais de desenvolvimento econômico e social, assim como atores cujo financiamento e trabalho, ou falta deles, influenciam o nicho para investimento do CEPF delineado no Capítulo 12. São feitas distinções entre as fontes, setores e temas e são identificadas lacunas e lições aprendidas. Embora não tenha sido possível montar uma linha de base exata, por razões explicadas abaixo, há clareza sobre padrões, tendências, limitações e oportunidades.

Para entender o que pode ser feito no Cerrado, é preciso olhar para contextos mais amplos, tanto no Brasil, incluindo o governo, a sociedade e o setor privado, quanto no exterior, tendo em conta as políticas ambientais e as prioridades dos governos, agências internacionais, fundações e empresas. Alguns investimentos em programas sociais ou em desenvolvimento econômico também devem ser levados em conta, na medida em que eles podem gerar co-benefícios ambientais de grande escala, tão necessários no Hotspot Cerrado. O objetivo de adotar este escopo amplo de análise é identificar as limitações e oportunidades para o Cerrado, bem como as lições aprendidas.

11.1 Investimentos por Fonte e Localização

As subseções a seguir identificam, na medida do possível com os dados limitados publicamente disponíveis, os principais investimentos em meio ambiente no Brasil a partir de fontes nacionais e internacionais desde 1992, quando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, catalisou os primeiros investimentos em larga escala para o meio ambiente no Brasil. A análise começa com o bioma que recebeu a maior parte do investimento, a Amazônia, e termina com o bioma que recebeu menos, o Pampa. As tendências que surgem ao longo do tempo revelam menos financiamento para a Amazônia e mais para o Cerrado, embora as diferenças dramáticas permaneçam. Entender esse contexto sobre o que os doadores apoiam ou não é essencial para a concepção de uma estratégia de médio e longo prazo para investimento adicional no Cerrado.

O escopo geográfico desta análise é mais amplo que o Cerrado porque, tanto a curto como em longo prazo, é fundamental ver o que está disponível, seja das fontes tradicionais ou de novas fontes, que poderia mudar seu foco geográfico ou temático ou o seu *modus operandi*. O Cerrado é muitas vezes elegível para financiamento, mas tem geralmente deixado de apresentar propostas competitivas, em comparação com a Amazônia e a Mata Atlântica. O financiamento tende a ser cumulativo, uma vez que o sucesso dos beneficiários no passado cria condições para novas solicitações e apoios.

Embora muitos sites, doadores e beneficiários tenham sido consultados, dados detalhados raramente estão disponíveis e nunca são discriminados na forma ideal para este exercício. A análise ainda é dificultada pelo fato de que as fronteiras entre o Cerrado e seus quatro biomas circundantes são mal definidas, da mesma forma que o

Distrito Federal é a única unidade da Federação que está 100% no Cerrado. Os nove estados considerados aqui estão apenas parcialmente no Cerrado. Na maioria das fontes de dados existentes, tais como o catálogo de projetos aprovados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ou nas listas dos projetos financiados por certos doadores, ou colocados em seus sites, os investimentos não são categorizados por bioma ou sequer por estado. Também não é possível, na maioria dos casos, classificar os projetos ou montantes de acordo com um critério de 'conservação'. Além disso, os dados sobre prazos e valores estão abertos à interpretação e má interpretação. Datas de início e término e despesas reais raramente estão em conformidade com os planos. As taxas de câmbio flutuaram mais de 100% ao longo do tempo. Muitas vezes os números incluem co-financiamento considerável, por vezes, mais do total, mas grande parte dos recursos contabilizados são promessas de contribuições não financeiras, em vez de dinheiro, mas isso não é claramente identificado.

Deve-se notar que muitos investimentos em conservação são para o país como um todo. Por exemplo, o Inventário Florestal Nacional (em andamento no Serviço Florestal Brasileiro, com financiamento do GEF e outras fontes) cobre todo o país. Os investimentos em vários estados do Cerrado precisariam ser discriminados por município, a fim de serem classificados por bioma. Da mesma forma, muitos dos custos de investigação, formação, educação ambiental, administração e participação em negociações internacionais, entre outras atividades relacionadas à conservação, não são calculados segundo quaisquer critérios geográficos. Em suma, por todas estas razões - objetivo, localização, prazos atrasos de execução, co-financiamento não claro, taxas de câmbio flutuantes - os dados disponíveis não são suficientemente relacionáveis entre si para comparação direta em tabelas. No entanto, os padrões e as tendências gerais podem ser identificados.

Por causa de centenas ou mesmo milhares de investimentos em conservação em um país tão grande e tão ambientalmente importante como o Brasil, apenas os principais investimentos são considerados nesta análise, ou seja, aqueles que envolvem mais de um milhão de dólares, exceto para o Cerrado, que é analisado em maior profundidade. Presumivelmente, há correlação entre a soma dos principais investimentos e os totais que incluem todos os investimentos menores. No entanto, a Mata Atlântica, pelo menos nas regiões onde a riqueza é mais concentrada, ou seja, o Sudeste e o Sul, certamente recebem mais investimentos locais com valores pequenos do que a Amazônia, Cerrado, Caatinga e Pantanal, que estão localizados em regiões menos desenvolvidas.

Nas subseções seguintes sobre cada bioma, existem exemplos de possíveis abordagens e das lições que podem ser aprendidas e que são relevantes para futuros investimentos no Cerrado.

11.1.1 Amazônia

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) foi o maior investimento ambiental já realizado pela cooperação internacional. Começou em 1992 e durou até 2012. A quantidade total de dinheiro recebido dos doadores foi de US\$ 428 milhões, principalmente do governo alemão, mas também envolvendo outros países do G7, bem como os Países Baixos e a União Europeia. As metas do programa foram para conservar a biodiversidade, reduzir o desmatamento e as emissões e fornecer exemplos

de desenvolvimento sustentável e cooperação ambiental internacional. Os subprogramas deram origem a 28 projetos e levaram a uma política de recursos naturais e à criação de muitas áreas protegidas, incluindo apoio para 2,1 milhões de hectares de Reservas Extrativistas, demarcação de terras indígenas, um sistema de vigilância, 110 estudos sobre os ecossistemas da floresta tropical e apoio para projetos demonstrativos envolvendo 30 mil famílias em comunidades locais. Uma conclusão importante do programa foi que a conservação dos recursos naturais só é possível com a participação ativa dos povos da floresta (website do Banco Mundial).

Entre 1993, quando a atenção internacional foi atraída por um massacre dos Yanomami em Roraima, e 1999, quando houve uma reorganização dos ministérios, o MMA tornou-se o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e foi posteriormente expandido para incluir Recursos Hídricos. A Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), a única secretaria para um bioma específico, teve financiamento abundante, mas foi eliminada durante uma reorganização interna do ministério em 2008.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) investiu na Amazônia por meio do programa de Mudança Global do Clima (GCC) e, posteriormente, um programa ambiental mais amplo para o Brasil, antes de reduzir seus investimentos nos últimos anos. A USAID trabalha para fortalecer a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais em áreas protegidas e terras indígenas. Tem-se centrado em governança florestal, manejo florestal sustentável e conservação da biodiversidade, prestação de assistência técnica e treinamento para grupos indígenas, sociedade civil e funcionários do governo local. A agência apoia projetos na Amazônia que preservam o meio ambiente e sua biodiversidade e fortalecem o manejo do fogo e a saúde florestal. Auxilia agricultores e pecuaristas com práticas de gestão ambiental sustentável em suas terras e fornece treinamento técnico a grupos locais e indígenas na gestão e controle do fogo. Grupos locais de mulheres e de indígenas participaram de programas de treinamento. A USAID tem apoiado vários projetos em toda a Amazônia. Ao norte de Manaus, o Instituto Smithsonian, sob a liderança de Thomas Lovejoy, realizou o projeto Fragmentos Florestais, que foi o local de nascimento do conceito de biodiversidade. A Fundação Floresta Tropical (FFT) trabalha com baixo impacto florestal, principalmente no Pará. A Universidade da Flórida apoiou o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE) e a TNC apoiou SOS Amazônia no Acre, estado pioneiro da região amazônica no ambientalismo, que se espalhou de lá para o Amapá e além. O Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) tem trabalhado com o controle do fogo. A Universidade Estadual de New York (SUNY) administrou um programa de treinamento.

A Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) implementou projetos do GEF em São Félix do Xingu, no Pará, e ao longo da rodovia BR-163, no Mato Grosso e Pará, enquanto o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) vem implementando vários projetos do GEF na Amazônia, especialmente no Noroeste do Mato Grosso.

O Fundo Amazônia começou em 2010 com um compromisso por parte do governo da Noruega de fornecer US\$ 1 bilhão para reduzir o desmatamento, embora não incluía pagamentos aos proprietários que não desmatam. A Alemanha contribuiu com uma quantidade menor. O fundo é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Até 20% do total poderia ser utilizado fora do bioma

amazônico, mesmo em países vizinhos, mas isso ainda não aconteceu. Discussões estão em andamento sobre como o Cerrado poderia ser incluído.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) concentrou seus esforços no monitoramento do desmatamento na região amazônica e estabeleceu o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (PRODES) e o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) para apoiar a aplicação da lei. O sistema custa cerca de US\$ 2 milhões por ano e, portanto, deverá gastar 40 milhões de dólares em 20 anos. Não houve monitoramento semelhante para outros biomas.

Devido à sua localização e foco, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, e o Museu Emílio Goeldi do Pará (MPEG), em Belém, ambos ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), têm sido capazes de atrair pesquisadores brasileiros e estrangeiros e cooperação internacional, assim como as universidades federais da Amazônia. O projeto Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) foi um grande investimento científico.

Com sede em São Paulo, o Programa Amazônia de Amigos da Terra, não ligada a Amigos da Terra Internacional, tem trabalhado na Amazônia desde 1989. Promove o uso sustentável dos produtos florestais, controle do fogo, apoio a comunidades isoladas, e formulação e acompanhamento de políticas. Também fornece um serviço de clipping on-line sobre a região (www.amazonia.org.br).

O Greenpeace tem sido ativo no Brasil desde 1992, lançando campanhas com foco principalmente na região amazônica e sobre a exploração madeireira. Com o apoio de fontes da Holanda, foi um ator chave na Moratória da Soja, para evitar a compra de soja de áreas recentemente desmatadas na Amazônia, mas não no Cerrado (Dros e van Gelder 2002).

O Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM), o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), ONGs criadas na década de 1990 com o apoio inicial da USAID, conseguiram mobilizar recursos de outras fontes. Elas têm realizado muitas atividades de pesquisa e treinamento sobre a Amazônia. O IEB realiza treinamento de liderança. O IMAZON também monitora o desmatamento com seu próprio sistema não governamental paralelo.

A soma de todos esses investimentos no bioma Amazônia ao longo de um pouco mais de duas décadas, é da ordem de US\$ 2 bilhões, ou seja, cerca de US\$ 100 milhões por ano, com uma recente tendência de declínio. Em todos estes casos, deve-se notar que a Amazônia recebeu atenção excepcional porque é uma floresta tropical. As florestas exercem um apelo especial para o público e para os doadores. A floresta amazônica também é parte de um ecossistema sul-americano maior e faz parte de uma categoria ampla (floresta tropical) que existe em muitos países e continentes, não só no Brasil. A rica biodiversidade é considerada um bem ambiental global. As emissões causadas pelo desmatamento foram a principal justificativa para o investimento na conservação. Os povos indígenas, que vivem em grandes territórios, foram outra justificativa importante para financiamento.

11.1.2 Mata Atlântica

Nas negociações realizadas na conferência Rio-92, o Brasil conseguiu incluir a Mata Atlântica no PPG7, o que não estava previsto inicialmente pelos doadores. Aproximadamente 10% dos US\$ 428 milhões foram destinados para este bioma, ou seja, 43 milhões de dólares ao longo de 18 anos.

Entre 2001 e 2011, em duas fases, o CEPF investiu US\$ 11 milhões na Mata Atlântica, principalmente nos corredores central e meridional. Várias ONGs que inicialmente foram apoiadas pelo CEPF encontraram outras fontes para continuar o trabalho neste bioma.

A USAID apoiou projetos de conservação no sul da Bahia, por meio do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). A cooperação alemã também canalizou investimentos para o bioma.

Desde 1990, a Fundação Grupo Boticário, ligada a uma grande empresa brasileira de cosméticos, vem apoiado vários projetos de conservação, principalmente para áreas protegidas na Mata Atlântica (e uma reserva natural privada no Cerrado). O seu presente orçamento anual é de US\$ 1,1 milhão. Constitui um raro exemplo de doação para o meio ambiente por uma fundação privada brasileira.

Atualmente, um projeto da Organização para a Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), financiado pelo GEF, apoia a gestão integrada do ecossistema na Baía da Ilha Grande (no Estado do Rio de Janeiro) com um total de US\$ 2,3 milhões. A avaliação constatou que diversas reuniões foram realizadas, mas a gestão integrada do ecossistema continua problemática. O projeto foi promissor, mas não constitui um modelo para outras regiões.

As OSCs SOS Mata Atlântica e Rede Mata Atlântica, que levantam fundos de várias fontes, têm pessoal altamente qualificado e são capazes de influenciar o governo e a sociedade. A SOS Mata Atlântica tem uma forte presença no Congresso Nacional. Trabalhando em redes, as OSCs regionais foram bem sucedidas em fazer aprovar a Lei da Mata Atlântica especificamente para o bioma. Isto não foi particularmente difícil, já que a região não é um palco de conflito desigual entre o agronegócio, um dos pilares da economia nacional, e movimentos socioambientais relativamente fracos.

O governo do Estado de São Paulo tem investido centenas de milhões de dólares na Mata Atlântica, perto do litoral, ou seja, nas zonas montanhosas com pouca pressão antrópica. Isso pode ilustrar como estados ricos e desenvolvidos com fortes economias urbano-industriais podem arcar com grandes investimentos deste tipo.

A soma desses investimentos no bioma Mata Atlântica é da ordem de US\$ 10 milhões por ano, bem menos do que na Amazônia, mas muito mais do que em outros biomas. A tendência tem sido relativamente estável ao longo do tempo, com menos apoio internacional e mais insumos nacionais. Deve notar-se que, como a Amazônia, a Mata Atlântica se insere numa categoria mais ampla de florestas tropicais. O volume de financiamento tem a ver com o fato de que a maior parte do bioma está em regiões desenvolvidas, com cientistas bem qualificados e organizações da sociedade civil que conseguem mobilizar financiamentos de muitas fontes. A necessidade de conservação é

essencialmente um consenso. Há pouca ou nenhuma disputa sobre a importância de conservar as pequenas áreas que não foram desmatadas.

11.1.3 Caatinga

A FAO tem longo histórico de financiamentos para a Caatinga e receberá US\$ 3,9 milhões para um projeto GEF para reverter o desmatamento em partes de cinco estados, com US\$ 20 milhões em fundos de contrapartida de parceiros brasileiros.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) trabalha na Caatinga (Messinis 2015; IICA 2015). A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) forneceu cerca de US\$ 25 milhões para projetos na parte semiárida do Nordeste, principalmente para cisternas e convivência com o semiárido. Note-se que a Espanha, que não possui muitas florestas, destaca-se por não focalizar principalmente as florestas tropicais. A cooperação alemã tem feito pequenas doações na Caatinga.

O PNUD obteve US\$ 3,8 milhões em financiamento do GEF para o Sergipe, por meio do MMA, com US\$ 17 milhões em fundos de contrapartida nacionais. Também obteve US\$ 5,2 milhões para os produtos não-madeireiros e agroflorestais por meio da EMBRAPA-CENARGEN, com US\$ 26,3 milhões em fundos de contrapartida, para trabalhar na Caatinga, Cerrado e Amazônia. A Caatinga é diferente de outros biomas brasileiros na medida em que é elegível para apoio na Área Focal de Degradação de Terras do GEF. Esta pode ser uma possibilidade para partes de outros biomas, especialmente na medida em que as mudanças climáticas avançam.

Os gastos do governo em programas sociais na Caatinga são particularmente elevados por causa da grande população e elevados níveis de pobreza na região. Estas despesas são justificadas em termos políticos, sejam elas bem-intencionadas ou meramente eleitorais. Os investimentos diretos e indiretos, com transferências condicionais de dinheiro e uma variedade de programas sociais, também são benéficos para ajudar a aliviar a pressão sobre o meio ambiente. Devido a estes benefícios fornecidos pelo governo, os agricultores familiares necessitam desmatar menos terra a cada ano para produzir alimentos e gerar renda monetária.

Há muito a aprender com as experiências ricas na Caatinga em relação ao trabalho com as comunidades e a convivência com os ecossistemas. As inovações particularmente importantes são as tecnologias sociais adequadas para a captura e armazenamento de água de chuva para consumo, produção e conservação no contexto de escassez crescente de água e ameaças de desertificação. Mesmo antes da seca se intensificar devido à mudança climática, há vários meses de praticamente zero de chuvas. Fazer melhor uso da água abundante da estação chuvosa, armazenando-a para a estação seca, seria benéfico tanto para os seres humanos como para outras espécies que vivem no Cerrado.

A soma dos investimentos ambientais no bioma Caatinga é da ordem de US\$ 10 milhões por ano, um valor relativamente baixo, mas os investimentos sociais e de desenvolvimento que geram benefícios ambientais são muito maiores. Deve-se notar que a Caatinga recebeu atenção internacional porque é uma área sujeita a desertificação, um problema que afeta muitos outros países, especialmente na África. Outra

justificativa para o financiamento dos doadores é que o bioma apresenta os maiores níveis de pobreza no Brasil, geralmente considerado um país emergente de renda média.

11.1.4 Pantanal

O WWF e a CI trabalham com o Pantanal, um ecossistema do Patrimônio Nacional de acordo com a Constituição de 1988. O WWF também trabalha com áreas adjacentes na Bolívia e Paraguai no projeto tri-nacional Cerrado-Pantanal.

O Serviço Social da Indústria (SESI), uma organização semi-pública financiada por taxas obrigatórias, tem investido em áreas protegidas privadas. O Pantanal atrai turistas do Brasil e do resto do mundo, especialmente por causa de seus peixes, que podem ser observados na água cristalina, e seus pássaros coloridos.

Os governos estaduais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apesar dos níveis mais baixos de desenvolvimento da região Centro-Oeste, em comparação com o Sudeste, têm demonstrado maior interesse pelo meio ambiente do que no passado. Mato Grosso tem sido um líder no cadastro ambiental de terras e Mato Grosso do Sul lidera no zoneamento, incluindo as partes relativamente limitadas que estão no Pantanal.

Os relativamente pequenos investimentos em meio ambiente no bioma Pantanal, em torno de US\$ 2 milhões por ano, um pouco mais do que para o Pampa, não chegam perto dos níveis de investimento em outros biomas de zonas úmidas. Em parte, o Pantanal recebeu pouca atenção internacional porque é pequeno, comparado à maioria dos outros biomas brasileiros. A atenção que recebeu tem a ver com espécies carismáticas, incluindo peixe para pescar e aves para observar, com potencial para o ecoturismo e a recreação. Bonito, no Mato Grosso do Sul, tornou-se uma grande atração turística em que os investimentos públicos e privados têm sinergia com a conservação ambiental.

11.1.5 Pampa

Embora o movimento ambiental no Brasil tenha começado no Rio Grande do Sul, o investimento em conservação no Pampa, o sexto bioma brasileiro, tem sido insignificante, exceto para alguns esforços do governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde todo o bioma está localizado. O Pampa sequer é considerado importante por ambientalistas que defendem que o Cerrado e a Caatinga sejam declarados regiões do Patrimônio Nacional por meio de uma emenda constitucional.

Os investimentos ambientais no bioma Pampa, cerca de US\$ 1 milhão por ano, são insignificantes em comparação com aqueles dos primeiros cinco biomas. Os campos não são considerados como sendo de interesse global, porque eles não exercem apelo em função de sua biodiversidade ou seu armazenamento de carbono. É improvável que isso mude no futuro próximo. Nesse sentido, poderia haver laços comuns entre o Cerrado, o Pampa e talvez o Pantanal, que é às vezes considerado uma savana úmida.

11.1.6 Cerrado

Como mencionado no Capítulo 6, os principais investimentos indiretamente ligados ao meio ambiente no Cerrado foram feitos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária Brasileira (EMBRAPA), que tem uma unidade específica para o Cerrado, originalmente

conhecida como Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), localizado no Distrito Federal. A maior parte do investimento foi em tecnologia para a agricultura e pecuária, embora alguns pesquisadores do CPAC trabalhem em questões ambientais, tais como plantas úteis (por exemplo, Almeida 1998a, 1998b; Almeida *et al.* 1987) e tipos de vegetação, especialmente matas ciliares (por exemplo, Ribeiro e Walter 2008), entre outros. O Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia da EMBRAPA (CENARGEN) também fez um trabalho pioneiro com o resgate de recursos genéticos da agrobiodiversidade entre os povos indígenas Krahô em Tocantins, bem como apoio aos agricultores familiares no norte de Minas Gerais.

Em 1991, a FUNATURA, por meio de The Nature Conservancy (TNC), como mencionado no Capítulo 8, recebeu apoio da primeira troca de dívida por natureza no Brasil, para implementar o Parque Nacional Grande Sertão-Veredas e reassentar os habitantes originais da área. Os juros de 6% sobre US\$ 2.192.000 proporcionam renda constante de US\$ 131.520 por ano (Piccirillo 1993).

Entre 1996 e 2000, a Agência de Apoio ao Desenvolvimento do Reino Unido (ODA) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DfID) financiaram o projeto sobre Conservação e Manejo da Biodiversidade Vegetal do Bioma Cerrado (CMBBC), com financiamento para EMBRAPA-Cerrados, IBAMA, UnB e ISPN, ou seja, governo, academia e sociedade civil, totalizando cerca de US\$ 2 milhões. Uma segunda fase começou a partir de 2001, focada no corredor Paranã-Pirineus, no nordeste de Goiás (não há dados disponíveis sobre o financiamento). O projeto fez contribuições significativas para o conhecimento científico sobre a botânica do Cerrado (Felfili *et al.* 1994; Ratter *et al.* 1997; Ribeiro *et al.* 2008; Proença *et al.* 2010). Muitos relatórios sobre os aspectos sócio-econômicos nunca foram publicados, mas têm sido muito úteis para a preparação desse perfil (Sawyer *et al.* 1999).

Como mencionado no Capítulo 7, sobre o contexto político, a Iniciativa Cerrado Sustentável do GEF recebeu US\$ 13 milhões por meio do Banco Mundial para apoiar o MMA e os estados de Goiás e Tocantins entre 2010 e 2015, para promover a proteção ambiental e a agricultura sustentável. Utilizou-se do Plano Cerrado Sustentável resultante de ampla consulta com as partes interessadas em 2003-2004, como justificativa para um projeto GEF de grande escala por meio do Banco Mundial, mas o projeto não leva em conta as partes do plano sobre o uso sustentável da biodiversidade ou as comunidades.

Programas governamentais brasileiros como o PPCerrado têm investido dezenas de milhões de dólares no Hotspot para conservação per se (ver Capítulo 7), mas os principais investimentos do governo foram em políticas sociais, com co-benefícios para o meio ambiente, tanto no sentido da promoção do uso sustentável da biodiversidade quanto porque os programas sociais reduzem a necessidade de desmatar mais para produzir alimentos e gerar renda.

Desde 1995, o Programa de Pequenos Projetos (SGP) do GEF-PNUD, por meio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), investiu US\$ 10 milhões para apoiar mais de 300 projetos que têm a ver principalmente com o uso sustentável da biodiversidade pelas comunidades locais em todos os estados que fazem parte do Cerrado. O futuro do programa na fase operacional 6 do GEF não está definido, e pode ser necessário encontrar outras fontes de recursos.

A Lei de Conservação das Florestas Tropicais (TFCA) dos Estados Unidos prevê o financiamento por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) para atividades no Cerrado, incluindo alguns projetos associados com o PPP-ECOS que têm a ver com o desenvolvimento de capacidades e fortalecimento institucional, tais como mobilização de recursos e divulgação.

O WWF no Brasil, que até recentemente recebeu financiamento significativo da rede internacional, investiu no projeto tri-nacional em curso no Cerrado-Pantanal no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, bem como nas áreas Chiquitano e Chaco da Bolívia e do Paraguai. Também investe no Mosaico Grande Sertão-Peruaçu de áreas protegidas no norte de Minas Gerais.

Por meio de suas diversas agências de cooperação internacional, a Alemanha investiu no Cerrado, em 2012, financiando o projeto Cerrado-Jalapão, fornecendo um total de 13,5 milhões de Euros, equivalente a cerca de US\$ 12 milhões, principalmente para controle de fogo, que está ligado à mitigação da mudança climática, mas também beneficia a biodiversidade. Parte dos 550 milhões de Euros que a Alemanha agora planeja investir em florestas, biodiversidade e clima no Brasil, conforme explicado em um seminário sobre esta questão em agosto de 2015, podem ir para projetos no Cerrado, e não apenas para a Amazônia.

Quanto ao setor privado, a Monsanto e a CI investiram US\$ 1,1 milhão no Programa Produzir e Conservar no oeste da Bahia entre 2009 e 2013. A Mesa Redonda sobre Soja Responsável (RTRS) e a Associação de Plantio Direto no Cerrado (APDC) envolvem o setor privado na agricultura de conservação, como plantio direto e sistemas de integração lavoura-pecuária. A principal preocupação do setor privado, tal como expresso nas duas oficinas de consulta realizadas como parte do processo de elaboração do perfil, é com a cobertura dos custos da produção sustentável.

A Fundação Black Jaguar (BJF), estabelecida na Europa em 2015, pretende mobilizar recursos para proteger um corredor ao longo do rio Araguaia, de sua nascente no sul de Goiás até sua foz no Pará (www.black-jaguar.org). A iniciativa está ajudando a atrair a atenção internacional para o Cerrado, e não apenas para o corredor.

Os governos estaduais no Cerrado, que agora têm suas próprias secretarias ambientais, começaram a investir mais no meio ambiente do que no passado. Os investimentos na Amazônia trouxeram mudanças em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. A prioridade nas regiões menos desenvolvidas do Brasil continua sendo o crescimento econômico, principalmente por meio do agronegócio e mineração em grande escala e programas sociais. Os dados sobre as quantidades não estão disponíveis, uma vez que as várias categorias de custos (edifícios, pessoal, viagem, consultores, etc.) não são desagregadas. Alguns governos municipais, tais como Alto Paraíso, Goiás, estão engajados, mas são exceções à regra.

Juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Grupo Banco Mundial (BIRD, IFC), outros parceiros de desenvolvimento e partes interessadas no Brasil, o Programa de Investimento Florestal (FIP) irá emprestar entre US\$ 50 milhões e US\$ 70 milhões para projetos no Cerrado a partir do início de 2016. O plano de investimento visa promover a gestão sustentável e utilização de áreas de savana

anteriormente antropizadas, manter estoques de carbono e reduzir as emissões de GEE e melhorar a coleta e gestão da informação entre os 11 estados do Cerrado por meio da implementação da Lei Florestal e do monitoramento do desmatamento. Os investimentos FIP no Brasil também incidem sobre os povos indígenas e comunidades locais, proporcionando acesso a avisos sobre incêndios e sistemas de alerta precoce, informação e apoio para cumprimento da legislação ambiental e assistência com a adoção de práticas agrícolas de baixo carbono dentro e em torno de suas terras. O Mecanismo de Doação Dedicado (MDD) para Povos Indígenas e Comunidades Locais fornece um subsídio de US\$ 6,5 milhões canalizados por meio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).

Também por meio do Banco Mundial, o Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (DEFRA) do Reino Unido está investindo US\$ 4,3 milhões em três municípios baianos e seis no Piauí, bem como três áreas protegidas. Parece haver considerável sobreposição com as áreas prioritárias e corredores identificados neste perfil. O financiamento destina-se a reduzir as taxas de desmatamento apoiando o cadastramento ambiental de propriedades rurais e ajudando os agricultores a recuperar a vegetação em terras desmatadas ilegalmente. Financia também medidas para prevenir e gerir os incêndios florestais. Isto inclui a melhoria do sistema de alerta precoce de incêndio do Brasil e dos serviços de apoio emergencial para melhorar as capacidades locais para lidar com os incêndios florestais.

Os diversos investimentos no bioma Cerrado depois de 1992, excluindo os empréstimos, despesas rotineiras do governo e investimentos sem fins lucrativos, estão listadas na Tabela 11.1. Eles incluem vários investimentos no desenvolvimento econômico e social que geram impactos ambientais positivos. As estimativas de montantes anuais para 2015 são fornecidas quando disponíveis. A soma desses investimentos é da ordem de US\$ 10 milhões por ano, com tendência a aumentar nos últimos anos, mas ainda está longe de ser suficiente para evitar sérios danos à biodiversidade, hidrologia e clima. As limitações e oportunidades são analisadas nas seções seguintes.

Tabela 11.1. Investimentos Correntes no Bioma Cerrado, 2015.

Projeto ou Iniciativa	Fonte(s)	Notas	Anos Aproximados	Valor Aproximado (US\$) em 2015
Agricultura de Baixo Carbono (ABC)	Governo Federal	Nível nacional, mas acesso limitado ao crédito para práticas como a integração lavoura-pecuária, total para todo o Brasil R\$ 197 milhões (~US\$ 50,5 bilhões)	2011-2020	NA
Áreas Protegidas estaduais	Governos estaduais e Distrito Federal	Todos os estados e Distrito Federal	Em andamento	NA
Áreas Protegidas Municipais	Governos Municipais	Diversos municípios	Em andamento	NA

Projeto ou Iniciativa	Fonte(s)	Notas	Anos Aproximados	Valor Aproximado (US\$) em 2015
CAR Bahia	Governo do Estado da Bahia e Fundo Amazônia (BNDES)	CAR na Bahia, por meio da Secretaria de Meio Ambiente estadual, R\$ 31,7 milhões (~US\$ 8 milhões)	2014-2016	NA
CAR Mato Grosso do Sul	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Fundo Amazônia (BNDES)	CAR em Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, por R\$ 9,8 milhões (~US\$ 2,5 milhões)	2014-2018	NA
Caras do Brasil	Setor privado (supermercados Pão de Açúcar)	Compra de artesanato de todo o Brasil, mas é difícil adquirir produtos alimentícios, exceto mel, em conformidade com os regulamentos de saúde	Em andamento	NA
CBH - Comitês de Bacia Hidrográfica	Taxas cobradas aos utilizadores de água	Em todo o Brasil, poucos no Cerrado, benefícios limitados	Em andamento	NA
Central do Cerrado	Governo federal (Fundação Banco do Brasil - FBB), entre outros	Comercialização de produtos de uso sustentável da biodiversidade do Cerrado	Em andamento	US\$ 150.000 (taxas incluídas)
Centro Cerrado	Governo federal (Universidade de Brasília - UnB) e financiamentos	Centro de Extensão e Pesquisa em Alto Paraíso, Goiás (Chapada dos Veadeiros)	Em andamento	NA
Cerrado-Pantanal	Sociedade Civil (WWF)	Bioma Pantanal em sua maioria, com cabeceiras no Cerrado	Em andamento	NA
Cerratenses	Governo do Distrito Federal	Centro de Excelência em Estudos do Cerrado, com a Aliança Cerrado incluindo 32 organizações	Em andamento	NA
CRAD – Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas, Universidade de Brasília (UnB)	Governo Federal e subsídios	Concentra-se principalmente no Cerrado	Em andamento	NA

Projeto ou Iniciativa	Fonte(s)	Notas	Anos Aproximados	Valor Aproximado (US\$) em 2015
EMBRAPA Cerrados	Governo Federal e subsídios	Pesquisa principalmente para o desenvolvimento agropecuário, parte para meio ambiente	Em andamento	NA
FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Governo Federal	Fortalece manejo florestal comunitário no Cerrado, total de R\$ 2 milhões para todo o Brasil (~US\$ 513.000)	2014-2015	NA
Fundo Clima	Governo Federal e subsídios	Ampla variedade de projetos	Em andamento	NA
GATI - Gestão Ambiental e Territorial Indígena	Multilateral (GEF) por meio do PNUD e governo federal (FUNAI)	Em áreas de referência selecionadas, algumas das quais estão no Cerrado, o total de US\$ 2,4 milhões	2014-2018	NA
GEF-PNUD Programa de Pequenos Projetos (SGP)	Multilateral (GEF UNDP)	Também inclui o bioma Caatinga	Em andamento	US\$ 1,3 milhões
IBAMA	Governo Federal (MMA)	Licenciamento ambiental e fiscalização	Em andamento	NA
ICMBio	Governo Federal (MMA)	Manutenção de áreas protegidas federais, R \$ 234,5 milhões (~US\$ 60 milhões)	Em andamento	NA
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS Ecológico)	Governos Estaduais e Municipais	Alguns estados distribuem suas receitas fiscais para os municípios, tendo em conta a proteção do meio ambiente	Em andamento	NA
INOVA Cerrado, Inovações Sócio-Técnicas e Institucionais para a Conservação e Valorização do Bioma Cerrado	Governo Federal (CAPES, EMBRAPA, UnB) Fundação Agropolis	Por meio da Faculdade da Universidade de Brasília em Planaltina (FUP), Euros 80.000	2014-2015	~US\$ 88.000

Projeto ou Iniciativa	Fonte(s)	Notas	Anos Aproximados	Valor Aproximado (US\$) em 2015
Integração da Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Práticas de PFNMs e SAFs	Multilateral (GEF por meio do PNUD para CENARGEN-EMBRAPA), com co-financiamento 4-por-1	Começou em 2015, com alguns locais no Cerrado e outros na Caatinga e na Amazônia	2015-2017	NA
Jalapão - Cerrado	Bilateral (BMUB, GIZ e KfW)	Controle de fogo, Áreas Protegidas e Cadastro Ambiental Rural (CAR), Euros 13,5 milhões	2012-2016	NA
LAPIG, Universidade Federal de Goiás (UFG)	Governo Federal e vários outros financiamentos	Monitoramento das alterações do uso do solo, clima, etc., no Cerrado e no resto do Brasil	Em andamento	NA
Matopiba	Governo Federal (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA)	Até agora, plano ambicioso para o desenvolvimento e praticamente nada para o meio ambiente em quatro estados do norte do Cerrado (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia)	2015-2020	~0
MDD – Mecanismo de Doação Dedicado	Banco Mundial	Financiamentos para comunidades locais, total US\$ 6,5 milhões	2014-2020	~US\$ 1 milhão
Mosaico Sertão Veredas Peruaçu	Sociedade Civil (WWF)	Apoio do WWF Internacional	Em andamento	NA
Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	Bilateral (juros da troca de dívida)	Por meio da TNC e FUNATURA	Todos os anos	US\$ 131.520
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Governo Federal	Mercado institucional para a compra de produtos da sociobiodiversidade em todo o Brasil, embora burocrático, Centro-Oeste com R\$ 184 milhões (~US\$ 47,2 milhões) para 2003-2013	Em andamento	NA
Petrobrás Ambiental	Governo Federal	Ampla gama de projetos, fundos agora limitados	Em andamento	NA

Projeto ou Iniciativa	Fonte(s)	Notas	Anos Aproximados	Valor Aproximado (US\$) em 2015
PGPM-Bio, Preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade	Governo Federal	Preços mínimos em todo o Brasil, mas com preços muito baixos, o total para todo Brasil de R\$ 22 milhões (~US\$ 5,6 milhões)	2009-2015	NA
PMFC - Assistência técnica para apoiar Gestão Florestal Comunitária e Familiar	Governo Federal (SFB/MMA)	Programa federal que está sendo estendido para o bioma Cerrado, R\$ 1,3 milhões (~US\$ 333.000)	2014-2016	NA
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	Governo Federal, por meio de governos municipais	Mercado institucional para a compra de produtos de sociobiodiversidade. Em 2014, R\$ 3,7 bilhões (~ US\$ 1 bilhão) para todos os produtos em todo o Brasil	Em andamento	NA
PNPSB - Plano Nacional de Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade	Governo Federal (vários ministérios) e governos estaduais	Em todo o Brasil, para a compra de produtos da sociobiodiversidade	Em andamento	NA
PPCerrado	Governo Federal (MMA) e cooperação bilateral (Reino Unido)	Foco em municípios prioritários no Cerrado, £10 milhões (~US\$ 15,4 milhões)	2011-2016	NA
Produtores de Água	Governo Federal (Fundação Banco do Brasil - FBB)	Bacia hidrográfica no Distrito Federal	Em andamento	NA
Projeto Cerrado	Bilateral (DEFRA)	CAR no oeste da Bahia, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente	NA	NA
Projeto DEFRA	Bilateral (UK DEFRA)	8 municípios e 3 áreas protegidas, £10 milhões (US\$ 15,4 milhões)	2011-2016	NA
Rotas de Integração Nacional da Sociobiodiversidade	Governo Federal (SUDECO, Ministério da Integração Nacional - MI)	Ligações entre arranjos produtivos locais de sociobiodiversidade no Centro-Oeste	Em andamento	NA
RTRS – Mesa Redonda sobre Soja Responsável	Bilateral (Holanda por meio de ONGs)	Reuniões, mapas, certificação	Em andamento	NA

Projeto ou Iniciativa	Fonte(s)	Notas	Anos Aproximados	Valor Aproximado (US\$) em 2015
Sociobiodiversidade do Cerrado	Governo Federal (CAPES), com apoio bilateral por meio da França	Por meio da Universidade de Brasília em Planaltina (FUP)	NA	NA
UnB Herbarium	Governo Federal (Universidade de Brasília) e doações	Coleta de flora do Cerrado	Em andamento	NA
Universidades Estaduais	Governos estaduais e financiamentos	Todos os estados têm universidades, muitas das quais com campi no interior	Em andamento	NA
Universidades Privadas	Várias fontes	Algumas universidades católicas com foco em meio ambiente	Em andamento	NA
Universidades Federais	Governo Federal e financiamentos	O Distrito Federal e todos os estados têm universidades federais e todos os professores são obrigados a fazer pesquisa e extensão	Em andamento	NA
Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	Governos Federal e Estaduais	Planejamento do uso da terra	Em andamento	NA

Fonte: Pesquisa do ISPN em websites.

Em comparação com outros biomas, deve-se notar que o Cerrado não é nem floresta tropical nem terras áridas. Seus níveis de desenvolvimento são intermediários, embora haja bolsões de pobreza. Há poucas espécies carismáticas. O Cerrado não parece ter muito apelo em termos de armazenamento de carbono, um bem ambiental global, embora haja muito mais carbono do que aparece por causa da biomassa subterrânea. Seu papel no ciclo hidrológico regional e continental é de extrema importância, mas ainda é pouco compreendido, pelo menos no que diz respeito às fontes da água que flui do planalto central para o norte, leste e sul.

11.1.7 Padrões e Tendências de Investimento no Brasil

O padrão geral revelado pela análise precedente de investimentos de grande escala (mais de um milhão de dólares) é de centenas de milhões de dólares por ano para a Amazônia, dezenas de milhões de dólares por ano para a Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado e apenas um ou dois milhões de dólares por ano para o Pantanal e Pampa. O financiamento para valores inferiores a um milhão de dólares é provavelmente mais importante proporcionalmente na Mata Atlântica, localizada em grande parte nos estados mais desenvolvidos do Brasil. O meio ambiente no Cerrado está atraindo mais atenção do que no passado, mas os totais de financiamento ainda estão longe de atingir os níveis necessários. É essencial não só mobilizar mais fundos, mas também aumentar a participação do Cerrado em fontes existentes de investimento para o meio ambiente e influenciar os investimentos em desenvolvimento econômico e social que geram

impactos ambientais positivos ou negativos, de modo a alterar a distribuição entre os biomas.

11.1.8 Investimentos na Bolívia e no Paraguai

Como mencionado anteriormente, WWF, CI, BirdLife Internacional, WLT, GEF, PNUD e USAID todos têm investido na conservação da biodiversidade na Bolívia e no Paraguai. A União Europeia é um doador importante, enquanto a assistência bilateral alemã, canadense e dinamarquesa também tem sido importante.

O Banco Mundial tem implementado um programa de assistência técnica e apoiou uma análise multisetorial a fim de ajudar o governo boliviano a melhorar a gestão ambiental em relação a: (a) poluição dos recursos hídricos pela mineração e mitigação da poluição; (b) avaliação do potencial de reutilização de águas residuais na agricultura; (c) melhoria da gestão dos resíduos; e (d) avaliação de benefícios para a saúde por meio do fornecimento adequado de água e saneamento básico.

No Paraguai, o objetivo do projeto do Banco Mundial sobre a Conservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável de Terras na Mata Atlântica do Paraguai Oriental é ajudar nos continuados esforços para alcançar recursos naturais sustentáveis baseados no desenvolvimento econômico na área do projeto por: a) estabelecer o corredor de conservação Mbaracayu-San Rafael dentro de terras públicas e privadas por meio de práticas sustentáveis de manejo da floresta nativa para conectividade biológica; e b) o incentivo de práticas agrícolas sustentáveis que mantenham a biodiversidade em paisagens produtivas, aumentando a produtividade e priorizando a importância política da conservação da biodiversidade.

Deve-se notar que, embora o Brasil não seja mais uma prioridade para muitas fontes de cooperação internacional, a Bolívia e o Paraguai ainda são países em desenvolvimento que não atingiram o status de renda média, continuando elegíveis para financiamento por doadores internacionais.

11.2 Análises das Lacunas

As universidades, fundações e agências governamentais em países desenvolvidos, como a Fundação Nacional de Ciências (NSF), a Comissão Fulbright, o Conselho Britânico, o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e o Centro de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) têm investido grandes quantidades em pesquisa na Amazônia e muito pouco em outros biomas brasileiros, incluindo o Cerrado. Investimentos na Amazônia e seus resultados bibliográficos abundantes são listados em vários sites, mas as citações da literatura sobre outros biomas são relativamente raros.

A Seção 11.1 mostra que os principais beneficiários do investimento em conservação estão localizados na Amazônia, de longe, e na Mata Atlântica, em segundo lugar. Se os investimentos em criação de terras indígenas estão incluídos como investimentos em conservação, como era a intenção explícita no PPG7, a Amazônia se destaca ainda mais. No entanto, grande parte das terras na Amazônia já está sob domínio público e não requer que os proprietários sejam pagos, de modo que o mesmo investimento monetário iria produzir resultados menores (em termos de quilômetros quadrados) no Cerrado do

que na Amazônia. O Cerrado também precisa conservar áreas remanescentes muito maiores do que a Mata Atlântica, onde apenas 12% permanecem.

O investimento em novas áreas protegidas no Brasil encolheu significativamente nos últimos anos, em parte devido ao fato de que vastas áreas protegidas já foram criadas desde 1992. O site do ICMBio mostra que há muitas áreas protegidas que ainda esperam por 'regularização'. A manutenção de áreas protegidas está longe de ser adequada. Uma alternativa seria conservar áreas fora do sistema nacional oficial (SNUC), como Áreas Indígenas e Comunitárias Conservadas (ICCAs), na qual os próprios moradores assumem a responsabilidade pela conservação da natureza, que alguns guardas-parques mal equipados não teriam condições de fazer.

No caso de conservação no Cerrado, em comparação com a Amazônia, é essencial lembrar que a maioria da terra é privada e que é e continuará sendo relativamente cara por muitos anos a frente. Supondo um custo médio de US\$ 1.000 por hectare de terras privadas, cinco milhões de hectares de áreas protegidas teriam um custo total de cerca de US\$ 5 bilhões para a regularização. O fato de que muitos pagamentos aos proprietários de terra continuam pendentes é uma das razões por trás da resistência política contra a criação de novas áreas.

As lacunas de financiamento para o Cerrado, na verdade, refletem as lacunas de financiamento para todos os biomas, como descrito acima, de acordo com a informação disponível. As maiores lacunas na cobertura geográfica de áreas protegidas no Brasil estão no Cerrado e Pampa. As áreas sob a pressão mais intensa agora têm menor número de áreas protegidas, que também são os menores. Investimentos em outras políticas ambientais, sociais e de desenvolvimento, por outro lado, são menos desiguais.

O conhecimento científico sobre o Cerrado é outra lacuna. A cobertura de dados sobre a distribuição das espécies é tendenciosa em direção à proximidade com grandes universidades. São elevados os custos de fazer pesquisa de campo em áreas remotas. Informações sobre desmatamento, estoques de carbono e ciclos da água continuam incompletas e desatualizadas. Permanece um mistério a situação do carbono no subsolo, que é maior do que o carbono acima do solo em muitas áreas. Não há praticamente nenhuma informação sólida sobre os fluxos atmosféricos de umidade locais e inter-regionais nos ciclos hidrológicos ou sobre a importância da biodiversidade para reduzir o escoamento superficial e manter a evapotranspiração. Os custos e benefícios econômicos e ecológicos dos usos da terra e práticas tradicionais e inovadoras não foram analisados, muito menos aproveitados para informar as políticas públicas.

Os investimentos federais em ciência e tecnologia estão concentrados no Sudeste, onde os pesquisadores mais qualificados estão melhor posicionados para competir por verbas federais ou internacionais neste setor. Ao mesmo tempo, a Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que recebe uma porcentagem fixa do orçamento do Estado, conta com um orçamento anual maior do que os orçamentos de ciência e tecnologia do governo federal ou de qualquer outro estado.

As políticas socioambientais têm aproximadamente a mesma cobertura em termos per capita no Cerrado como no resto do Brasil e alcançam valores de muitos bilhões de dólares, como pode ser visto na Tabela 11.1. No entanto, com exceção de Minas Gerais, há uma grande lacuna na cobertura per capita de Declarações de Aptidão para o

PRONAF (DAPs), que estão concentradas no Sul do Brasil. Estes documentos são necessários para obter acesso a mercados institucionais para os produtos agroextrativistas, como o PAA e PNAE (ver Seção 7.3.2).

Como explicado no Capítulo 8, as organizações da sociedade civil do Cerrado precisam urgentemente de financiamento, incluindo capacitação e apoio institucional para as redes, para realizar atividades, cumprir com suas obrigações legais e participar efetivamente. Tornou-se claro na oficina de consulta final para o perfil, em outubro de 2015, que a dependência de um projeto após o outro tornou-se arriscado e contraproducente. A continuidade é essencial. Para isso, seria importante tornar os marcos regulatórios mais funcionais (Santana 2015). Existe agora uma frente parlamentar para defender as OSC.

Uma vez que tenham garantido o acesso a suas terras, os grupos indígenas ainda precisam de opções de meios de vida e geração de renda, sem depender inteiramente do governo. Eles também precisam de formação especial, incluindo aprendizado de inglês, para participar efetivamente de reuniões e negociações internacionais, para as quais o português está longe de ser suficiente.

Órgãos ambientais do governo têm funcionários e escritórios, mas eles precisam de apoio externo para contratar consultores e levar a cabo consultas às partes interessadas, diálogos políticos, publicações, divulgação na mídia (websites) e custear outras necessidades não cobertas pelos orçamentos limitados, que estão encolhendo.

Em termos de novas fontes de investimento, o setor privado pode certamente desempenhar um papel fundamental. Os desafios maiores dizem respeito à conciliação entre os interesses dos produtores e aqueles dos fornecedores de insumos e serviços (a montante nas cadeias produtivas), bem como os compradores locais e comerciantes de *commodities* internacionais (a jusante nas cadeias produtivas). É mais fácil envolver as grandes corporações que as pequenas e médias empresas ou proprietários individuais, embora haja enorme heterogeneidade dentro do setor privado e mudanças estão agora em andamento.

Mobilizações para levantar fundos e outras fontes de apoio dependerão do diálogo intersetorial e de negociações entre governos, empresas, comunidades e movimentos socioambientais. Por sua vez, isto requer apoio financeiro para desenvolver capacidades e viabilizar os processos participativos em uma região vasta onde a presença física dos cidadãos nas reuniões de conselho e comissões implica elevados custos.

11.3 Lições Aprendidas

As lições aprendidas a partir da análise dos investimentos no ambiente em várias partes do Brasil ao longo dos últimos 25 anos, como analisados neste capítulo, juntamente com os resultados do processo de consulta realizado durante a elaboração do perfil, podem ser resumidas da seguinte forma:

1. Se houver sinergias, os vínculos com os investimentos sociais podem multiplicar os recursos disponíveis para a conservação.

2. A conservação da biodiversidade focada em determinadas espécies deve ter em conta suas funções ecossistêmicas e deve ser ligada com o clima e a água, para os quais pode haver mais financiamento do que para a biodiversidade per se.
3. A participação das comunidades locais é essencial para a conservação em larga escala e pode ser mais eficaz.
4. O financiamento existente é insuficiente para a criação de muitas novas áreas protegidas e para o bom funcionamento das áreas protegidas já criadas.
5. A cooperação e financiamentos internacionais podem influenciar as políticas nacionais, estaduais e locais e alavancar financiamentos governamentais.
6. Considerando suas capacidades atuais, as organizações da sociedade civil no Brasil, especialmente em áreas remotas, enfrentam dificuldades para acessar o financiamento governamental e cumprir os requisitos complexos e pouco realistas.
7. Existe necessidade de melhoria da base científica e tecnológica para justificar o financiamento para o Cerrado.
8. É essencial a melhoria da conscientização sobre o Cerrado e suas funções ecológicas entre o público em geral, a imprensa e os tomadores de decisão.
9. Existem várias fontes estaduais e locais de financiamento no Cerrado que devem ser exploradas.
10. Existem recursos federais e internacionais que poderiam ser mobilizados se as propostas para o Cerrado fossem mais frequentes e mais competitivas.
11. O financiamento do setor privado é possível em alguns casos, embora o setor também exija financiamento para cobrir os custos da sustentabilidade, que poderiam ser reduzidos em vez de apenas serem pagos por consumidores e contribuintes.
12. Há um reconhecimento crescente entre os doadores da importância do Cerrado, embora o reconhecimento de savanas e ecossistemas não-florestais terrestres em geral ajudaria no apoio à alavancagem.
13. Alguns investimentos não aumentam o valor total fornecido pelo governo ou de doadores, mas apenas a distribuição geográfica e temática. Mudanças em direção ao meio ambiente do Cerrado são possíveis.
14. Alguns países que importam commodities do Brasil estão se tornando conscientes e assumindo alguma responsabilidade por suas pegadas ambientais globais, que são muito mais graves no Cerrado do que em outros biomas.

11.4 Conclusões

A principal conclusão desta análise de investimentos no Brasil é a necessidade e a oportunidade de aumentar o financiamento para o Hotspot Cerrado, tanto em termos absolutos como relativos. Este aumento seria facilitado pela colocação do Cerrado no contexto mais amplo de savanas tropicais.

Por causa de mudanças nas prioridades de cooperação internacional, o Brasil terá que depender menos de doadores estrangeiros. Ao mesmo tempo, os fundos públicos nacionais são muito limitados. As receitas fiscais são insuficientes até mesmo para a saúde, a educação e os programas sociais. A opinião pública no Brasil é favorável, por unanimidade, sobre o meio ambiente, desde que consumidores e contribuintes não tenham de pagar por sua proteção. Os consumidores no exterior dizem que favorecem os produtos sustentáveis, mas resistem pagar preços prêmio, embora estejam começando a mudar. A nova tecnologia pode tornar possível a realização de

financiamento coletivo (*crowdfunding*) entre a minoria que está disposta a fazer contribuições. O apoio pode agora também envolver equidade, além de doações.

A criação de áreas protegidas na Amazônia foi relativamente fácil, enquanto a proposta de investir na Mata Atlântica era proteger o pouco que restava da floresta original. No Cerrado, por outro lado, devem ser buscadas sinergias entre os programas sociais, o desenvolvimento econômico e o setor privado, tendo como alvo os motores da destruição, para manter paisagens produtivas sustentáveis, além da conservação tradicional em locais específicos.

A conservação com proteção integral não é viável ou eficaz na escala necessária para conservar a biodiversidade e manter os serviços ecossistêmicos do Cerrado. Para as regiões menos desenvolvidas, os investimentos sociais de vários tipos podem gerar muitos co-benefícios ambientais. Da mesma forma, os investimentos em infraestrutura podem tornar a agricultura mais produtiva, intensiva e sustentável, de modo a exigir menos terra e reduzir a força do desmatamento. Para que isso aconteça, será vital influir na formulação de políticas públicas (ver Capítulo 12).

Acima de tudo, é fundamental a colaboração entre os diversos investidores no meio ambiente do Cerrado e outras regiões, bem como investidores em outras áreas (infraestrutura, energia, commodities, cooperação Sul-Sul etc.), buscando sinergias e evitando a duplicação desnecessária, de modo a gerar maior impacto.

12. NICHOS PARA OS INVESTIMENTOS DO CEPF

12.1 Necessidades de Investimento em Conservação

Conforme explicado no Capítulo 5, os remanescentes de vegetação natural do Cerrado são, em sua maior parte, fragmentados e fortemente pressionados por frentes produtivas. Das seis maiores ameaças indiretas para o Hotspot classificadas no Capítulo 9, a metade está relacionada com a agricultura (por exemplo, pecuária, lavouras anuais e biocombustíveis). Com o Cerrado sendo considerado pelo mundo como 'celeiro' e pelo governo brasileiro como a principal região produtora de commodities, o principal desafio para a conservação é, sem dúvida, encontrar formas de conciliar as agendas de desenvolvimento com a manutenção e recuperação dos ecossistemas naturais, sua biodiversidade associada e seus valores sociais.

Entre as diversas barreiras identificadas pelas partes interessadas e registradas neste perfil estão as seguintes: um marco regulatório que dificulta a participação sustentada e efetiva da sociedade civil (incluindo desde comunidades locais a empresas do setor privado); a falta de aplicação efetiva das políticas favoráveis existentes; uma sociedade civil fraca, especialmente em termos de capacidade de participação na esfera de tomada de decisões; e uma falta de apreciação dos valores biológicos e sociais do Cerrado entre os tomadores de decisão em todos os níveis. Além disso, conforme visto no Capítulo 11, as oportunidades de financiamento para as organizações da sociedade civil que desejam se engajar na conservação do Cerrado são atualmente muito limitadas, especialmente à luz do tamanho do hotspot e da escala das ameaças que enfrenta.

As principais necessidades de ação nos próximos cinco anos para a conservação do Hotspot Cerrado incluem:

- Evitar ou pelo menos minimizar novos desmatamentos por meio de uma melhor utilização da terra já desmatada e/ou a criação de incentivos econômicos alternativos para usuários ou proprietários de terras;
- Restaurar terras degradadas, de modo a recriar a conectividade ecológica entre fragmentos de vegetação remanescente, adequando tecnologias apropriadas de baixo custo que sejam ecológica e economicamente viáveis;
- Expandir a rede de áreas protegidas por meio da criação de incentivos para reservas privadas e da promoção da gestão sustentável da terra por comunidades indígenas e locais.

O atendimento dessas necessidades por todo o Cerrado exigirá esforços combinados de muitos atores. O CEPF terá que colaborar estreitamente com (e incentivar a participação de) outros financiadores, tanto os doadores internacionais quanto, o mais importante de tudo, os programas nacionais de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O foco do CEPF está no engajamento da sociedade civil, mas, mesmo aqui, ele terá de fazer investimentos direcionados, de modo a evitar a duplicação de esforços de outros doadores ou a pulverização de seus recursos. Considerando seus fundos limitados, o investimento do CEPF não tentará cobrir ações de conservação em todo o hotspot, mas buscará apoiar projetos demonstrativos, promover sua replicação mais ampla por outros doadores e investir no desenvolvimento das capacidades das organizações da sociedade civil como parceiras fortes nas atividades multi-setoriais para a conservação e o desenvolvimento sustentável.

12.2 Nicho do CEPF

Os investimentos em conservação no Cerrado devem ser estratégicos, a fim de atingir a escala necessária condizente com o tamanho do terceiro maior hotspot do mundo. Os novos rumos para a terceira fase do CEPF enfatizam a integração da conservação da biodiversidade nas políticas públicas e nas práticas do setor privado e a ação contra as causas da degradação ambiental. O nicho de investimento para o Cerrado não deve ser limitado à conservação da biodiversidade em locais específicos, mas deve também ter em conta as ligações essenciais entre a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos, as questões culturais e sociais e as políticas públicas.

O investimento do CEPF será usado para alavancar, melhorar e ampliar as oportunidades de apoio financeiro e a cooperação técnica no Brasil e no exterior. Em alguns casos, o foco tri-nacional, incluindo a Bolívia e o Paraguai, será estratégico. O impacto do nicho de investimento do CEPF será muito maior do que poderia parecer à primeira vista, devido ao encolhimento de financiamento de doadores internacionais e às restrições orçamentárias do governo brasileiro, especialmente no contexto da atual crise econômica nacional.

Em termos de grupos-alvo, além dos grupos da sociedade civil mais diretamente envolvidos na conservação, será estratégico para o nicho de investimento do CEPF incluir as comunidades locais de agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais e redes da sociedade civil. As principais necessidades identificadas pelas partes interessadas durante o processo de consulta são o fortalecimento institucional, a capacitação, a infraestrutura e as ferramentas tecnológicas.

O Cerrado abriga uma diversidade de organizações da sociedade civil, com diferentes níveis de capacidade para alcançar resultados de conservação. Alguns tipos de fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades, tais como aprender a acessar e gerenciar doações e outros tipos de fundos, podem ser alcançados por meio de projetos de curto prazo. Ao mesmo tempo, o apoio às redes de organizações da sociedade civil deve ser substancial e contínuo ao longo dos cinco anos, não se limitando a pequenas doações de curta duração para fins específicos. Tais investimentos são estratégicos para reforçar a sustentabilidade das organizações da sociedade civil, tornando-as mais eficientes e mais capazes de estabelecer parcerias e angariar os fundos necessários para cumprir suas missões nos anos seguintes ao período de investimentos do CEPF.

O desenvolvimento de capacidades deve incluir a qualificação para participação nos diálogos sobre políticas públicas por meio de diversos conselhos, comissões e conferências. Poucos representantes do Cerrado possuem a combinação de legitimidade local com a compreensão de questões técnicas e administrativas complexas, e os grupos indígenas possuem necessidades específicas.

A participação do setor privado é essencial para o sucesso da conservação do Cerrado. Para gerar impactos de grande escala e induzir processos de transformação, será necessário implementar ações em parceria com associações e cooperativas de produtores, agricultores e comunidades extrativistas. Será priorizado o fortalecimento das associações e de cadeias produtivas sustentáveis. Também deve haver incentivos para iniciativas empresariais sustentáveis e para uma estratégia de trabalhar com cadeias

produtivas que liguem muitos produtores com seus fornecedores, compradores, clientes e credores.

As associações de produtores e outras entidades ligadas ao agronegócio são percebidas também como parceiros estratégicos, sobretudo para a difusão e fomento à adoção de melhores práticas para a produção agropecuária. As lições aprendidas a partir dos pilotos e demonstrações já existentes ou implementados com apoio do CEPF têm nos fóruns de diálogo e cooperação multi-setorial, bem como nas iniciativas de múltiplos atores de interesse – tais como a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura – espaços e meios privilegiados para sua dispersão e aplicação em todo o hotspot. A inserção dos resultados positivos, tanto em produção quanto em conservação, nos veículos e ferramentas já existentes e mais utilizados por este público será uma das maneiras de ampliar esta influência. Palestras, dias de campo e manuais de melhores práticas em formatos impresso e digital, complementarão este esforço de engajamento do setor privado no desafio da compatibilização entre produção e conservação no Cerrado.

Para o sucesso dos esforços de conservação, também é essencial trabalhar com o governo em todos os níveis. Portanto, o CEPF apoiará iniciativas que promovam o diálogo e a cooperação entre as organizações da sociedade civil e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão de questões tais como meio ambiente, agricultura e infraestrutura, assim como outros setores estratégicos, uma vez que eles são responsáveis por decisões e ações com alto impacto sobre a conservação do Cerrado. A participação direta das organizações da sociedade civil e seu diálogo com os órgãos de governança devem ser promovidos e reforçados, por meio de ações que aumentem sua capacidade para intervir e propor inovações e soluções. Os investimentos do CEPF poderão apoiar o desenvolvimento destas habilidades e criar melhores condições para promover a governança participativa e inclusiva de territórios e recursos naturais.

Existem algumas lacunas no conhecimento científico sobre o Cerrado, até mesmo sobre a ocorrência de espécies ameaçadas, bem como sobre os serviços ecossistêmicos. O conhecimento tradicional indígena sobre a biodiversidade e gestão dos recursos naturais permanece pouco ou nada considerado no planejamento e implementação de ações de conservação. Por outro lado, é vasta a informação disponível, tanto científica quanto das comunidades locais, mas está dispersa e faltam ferramentas ou plataformas adequadas para permitir análises integradas que possam apoiar os processos de tomada de decisão. O investimento do CEPF não irá preencher todas essas lacunas de conhecimento, mas será usado estrategicamente para desenvolver e implementar ferramentas e protocolos para a integração e análise de dados existentes. Essas ferramentas são fundamentais para aumentar o apoio social, político e financeiro para a conservação do hotspot.

A identificação dos resultados de conservação proporciona uma agenda abrangente em longo prazo para a conservação da biodiversidade única e valiosa do Cerrado. Em termos realistas, apenas uma fração dessas prioridades pode ser enfrentada por organizações da sociedade civil ao longo dos próximos cinco anos. Portanto, o Perfil do Ecossistema identifica prioridades geográficas e taxonômicas para apoio.

Em relação a resultados de espécies, das 160 espécies globalmente ameaçadas no hotspot, o CEPF apoiará ações para promover a conservação de nove espécies

prioritárias terrestres e de água doce. Esses investimentos serão focados na implementação de planos de ação nacionais existentes, os quais apresentam as diretrizes oficiais para a proteção destas espécies, elaboradas por especialistas e validadas pelo órgão governamental responsável.

Em relação a prioridades geográficas, os investimentos do CEPF se concentrarão em quatro corredores prioritários: Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas, Central de Matopiba, Sertão Veredas-Peruaçu e Mirador-Mesas. Dentro desses corredores, os investimentos do CEPF na escala local irão se concentrar em 62 KBAs classificadas com importância relativa ‘Muito Alta’ para a conservação, de acordo com o método de priorização validado pelas partes interessadas. É importante notar que, como este perfil poderá ser adotado por outras instituições como referência para o planejamento de ações e captação de recursos para o hotspot, todos os 13 corredores de conservação devem ser considerados como prioridades para investimento em conservação e ação, embora o investimento do CEPF só possa atingir quatro deles. De igual modo, deve notar-se que um adicional de 47 KBAs de importância relativa ‘Muito Alta’ para a conservação situa-se fora dos quatro corredores de prioridade: 40 em outros corredores e sete fora de qualquer corredor de conservação.

Os investimentos do CEPF no Cerrado são projetados para gerar impacto duradouro sobre a capacidade da sociedade civil de influenciar políticas públicas e iniciativas privadas que visem à conservação e desenvolvimento sustentável do hotspot. Ao investir em uma das regiões mais importantes para as commodities agrícolas do mundo, o CEPF contribuirá para aumentar a eficácia e a escala de práticas agroindustriais sustentáveis. Também serão apoiadas a coleta de produtos florestais não-madeireiros e as práticas tradicionais realizadas por comunidades rurais, indígenas e quilombolas, permitindo a troca de conhecimentos e melhor inserção no mercado dos produtos da sociobiodiversidade. O apoio à criação de novas áreas protegidas públicas e privadas também está incluído na estratégia de investimento, para melhorar o status da proteção legal para espécies criticamente ameaçadas no hotspot. Por essa estratégia, o CEPF irá ajudar a alavancar contribuições coordenadas para a conservação do Cerrado envolvendo diversos atores, da mesma forma como foi feito em outros hotspots ao redor do mundo.

12.3 Colaboração com Outras Iniciativas

O CEPF será apenas um entre diversos doadores internacionais que apoiarão os esforços de conservação no Cerrado ao longo dos próximos cinco anos, embora seja um dos poucos com foco principal no trabalho por meio da sociedade civil. Será essencial coordenar estreitamente com outras iniciativas, a fim de evitar a duplicação de esforços e realizar sinergias. A colaboração é, portanto, um elemento importante do nicho CEPF, e reflete-se na estratégia de investimento. Mecanismos específicos para garantir a colaboração eficaz com outras iniciativas irão incluir, mas não necessariamente se limitarão a:

- Concentrar investimentos do CEPF em estratégias que se alinham de perto com as prioridades nacionais e que apresentam oportunidades de alavancagem financeira;
- Envolver-se ativamente com outros financiadores de apoio à sociedade civil para alinhar o apoio a organizações e compartilhar as lições aprendidas;

- Criar um grupo consultivo nacional com representantes do governo, dos doadores e da sociedade civil, para fornecer orientação estratégica para o desenvolvimento do portfólio de financiamento do CEPF no hotspot;
- Buscar o desenvolvimento de complementaridade em termos de concentração geográfica e/ou temática com base nas lacunas de investimento identificadas no perfil ou de cooperação em matéria de financiamento de projetos.

Algumas iniciativas de conservação no hotspot identificadas neste perfil (Seções 7.7 e 11.1.6) terminarão em 2016, quando o investimento do CEPF estará apenas começando. Estas incluem o projeto Cerrado-Jalapão, apoiado pela Alemanha e pelo Programa de Redução de Desmatamento e Queimadas no Cerrado Brasileiro, que recebe apoio do Reino Unido. As avaliações finais dessas iniciativas devem identificar lições aprendidas e recomendações que o Time de Implementação Regional (RIT) poderá usar para melhor coordenar e implementar a estratégia de investimento do CEPF e orientar estrategicamente a rede de instituições parceiras.

Em relação a outras iniciativas conhecidas que serão implementadas durante parte dos próximos cinco anos ou além, como o Projeto CAR-FIP Cerrado ou o Plano Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) visando recuperar, pelo menos, 12,5 milhões de hectares de vegetação nativa ao longo dos próximos 20 anos, a estratégia de investimento do CEPF irá implementar ações complementares. Estas ações, que irão desde a criação de capacidades locais até projetos piloto e a criação de benefícios socioambientais como incentivos, por exemplo, foram identificadas como lacunas de investimento no Hotspot Cerrado.

Ao mesmo tempo, outras iniciativas importantes podem se tornar operacionais apenas durante a fase de investimento, tais como o Mecanismo de Doação Dedicado para Povos Indígenas e Comunidades Locais. A estratégia de investimento do CEPF precisará recorrer à gestão adaptativa no que diz respeito a novas iniciativas que possam surgir. O RIT será fundamental no acompanhamento desta evolução do panorama de investimento e na identificação de novas oportunidades de colaboração. Este papel será explicitamente refletido no escopo de trabalho do RIT e será financiado de acordo com esta necessidade.

13. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E FOCO PROGRAMÁTICO DO CEPF

13.1 Priorização dos Resultados de Conservação

Para garantir que a estratégia CEPF tenha impacto significativo sobre a conservação da biodiversidade no hotspot, alguns investimentos irão se concentrar em determinadas espécies e regiões prioritárias. Neste sentido, o perfil identificou espécies e geografias prioritárias (KBAs e corredores) entre as 1.629 espécies vulneráveis ou insubstituíveis, 765 KBAs e 13 corredores apresentados no Capítulo 5. Foi selecionado um total de nove espécies prioritárias (Quadro 13.1) e quatro corredores prioritários (Figuras 13.3 e 13.4) contendo 62 locais prioritários (Apêndice 5 e Figura 13.2). Os critérios e os resultados para cada nível de investimento são apresentados neste capítulo. Maiores detalhes sobre a metodologia de priorização podem ser encontrados no Apêndice 4

13.1.1 Priorização de Espécies

As espécies-alvo de conservação foram priorizadas de acordo com três critérios principais:

1. *Grau de ameaça*: focado em espécies classificadas como criticamente em perigo, a categoria de risco mais elevada atribuída pela Lista Vermelha Nacional Brasileira e da UICN para espécies que enfrentam risco extremamente elevado de extinção na natureza, exigindo, portanto, ação urgente de conservação.

2. *Existência de Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN)*: focados em espécies ou locais que contenham as espécies. Os PANs são políticas públicas que identificam e orientam as ações prioritárias contra ameaças às populações de espécies e ambientes naturais. São desenvolvidos com pesquisadores e especialistas no campo, por meio de consultas e oficinas que culminam com a publicação de uma matriz de planejamento com objetivos, ações, produtos e prazos claros e possíveis colaboradores. O foco dos investimentos do CEPF em espécies com PANs irá promover o alinhamento com as prioridades do governo federal.

3. *Importância relativa do hotspot para a conservação das espécies*: focado em espécies endêmicas no hotspot, ou mesmo endêmicas para uma região específica do Cerrado.

Entre todas as espécies de flora e fauna (incluindo invertebrados) classificadas como criticamente ameaçadas na Lista Vermelha Nacional, apenas nove constam da Lista Vermelha Internacional e contam com PANs próprios ou fazem parte de um PAN regional. As nove espécies listadas na Tabela 13.1 são as prioridades para o nicho de investimento em conservação do CEPF. A tabela também apresenta brevemente as estratégias prioritárias de conservação para cada espécie, selecionadas de acordo com os seus respectivos planos de ação e nichos específicos de investimento do CEPF. As estratégias específicas, bem como as ações derivadas, podem ser encontradas nestes PANs oficiais e públicos, os quais podem ser consultados para obter maiores detalhes.

Três PANs importantes já existem para espécies ainda não incluídas na Lista Vermelha Internacional, outros três estão sendo preparados pelo CNC Flora e outros dois devem ser publicados até o final de 2015 e um antes de meados de 2016. Estas nove espécies adicionais são incluídas no Apêndice 7 como candidatos para investimentos prioritários do CEPF se forem incluídas na Lista Vermelha Internacional.

Dois desses PANs são para a região de Grão Mogol e Serra do Espinhaço Meridional e o outro é para a Bacia do Alto Tocantins. As regiões do Parque Estadual do Grão Mogol/Francisco Sá, no centro de Minas Gerais, e da Serra do Espinhaço são três das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade (MMA 2007) e estão dentro do Corredor da Serra do Espinhaço delimitado neste perfil. Conforme apresentado no Apêndice 7, existem 12 espécies criticamente ameaçadas na região de Grão Mogol e 45 na Serra do Espinhaço, de acordo com o Livro Vermelho da Flora do Brasil (Martinelli e Moraes 2013). Estas duas regiões apresentam alta diversidade de espécies bem como alto grau de endemismo. Por exemplo, a família *Velloziaceae* inclui nove espécies endêmicas a Grão Mogol; a família *Compositae* também inclui nove espécies e *Bromeliaceae* inclui três. A Serra do Espinhaço abriga famílias botânicas inteiras que são endêmicas para a região. No entanto, ela está seriamente ameaçada por atividades antrópicas, tais como a mineração (principalmente diamantes e ferro), a agricultura, a expansão urbana e as plantações de monoculturas (principalmente eucalipto), o que significa que ações de conservação são urgentemente necessárias. A Bacia do Alto Tocantins faz parte de dois corredores do CEPF Cerrado: RIDE DF-Parnaíba-Abaeté e Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas. Esta bacia apresenta grande riqueza de espécies. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é considerado como área central da diversidade biológica e é reconhecido como um importante centro de endemismo de flora. No entanto, a bacia hidrográfica abrange uma área de elevado interesse econômico por causa principalmente do setor agrícola e da mineração. Há oito espécies conhecidas e criticamente ameaçadas, de acordo com o Livro Vermelho da Flora do Brasil (Martinelli e Moraes 2013). Portanto, há necessidade urgente de ações de conservação para reduzir os efeitos desses fatores sobre as espécies ameaçadas de extinção.

Tabela 13.1. Espécies Prioritárias Ameaçadas no Hotspot.

Classe	Família	Espécie	Nome Popular	Lista Vermelha Nacional Brasileira ^a	Lista Vermelha da UICN ^a	Estratégias Prioritárias de Conservação
<i>Magnoliopsida</i>	<i>Cactaceae</i>	<i>Discocactus horstii</i>	--	CR	VU	- Aumentar o conhecimento sobre as espécies, com foco em áreas protegidas e sua dinâmica populacional - Valorizar e fortalecer as políticas públicas relacionadas com <i>Cactaceae</i> , especialmente para a colaboração científica internacional
<i>Magnoliopsida</i>	<i>Fabaceae</i>	<i>Dimorphandra wilsonii</i>	Faveiro de Wilson	CR	CR	- Criar incentivos e/ou reformular políticas públicas para mitigar e compensar as ameaças e proteger as populações de <i>Dimorphandra wilsonii</i> - Integrar instituições governamentais, não governamentais, o setor privado e as comunidades locais em ações para a conservação de <i>Dimorphandra wilsonii</i> e promover atividades educacionais sobre a sua proteção e conservação nas áreas de ocorrência da espécie - Expandir e proteger as populações de <i>Dimorphandra wilsonii</i> e combater e/ou mitigar as ameaças à sua área de ocorrência
Aves	<i>Columbidae</i>	<i>Columbina cyanopsis</i>	Rolinha do planalto	CR (PEX)	CR	PAN Aves do Cerrado - Reduzir as perdas e melhorar a qualidade do habitat para a conservação das espécies
Aves	<i>Thraupidae</i>	<i>Conothraupis mesoleuca</i>	Tiê-bicudo	EN	CR	- Reduzir os impactos negativos das atividades do agronegócio sobre as espécies
Aves	<i>Emberazidae</i>	<i>Sporophila melanops</i>	Papa-capim do Bananal		CR	- Reduzir os impactos negativos dos assentamentos humanos, projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais - Aumentar o conhecimento científico sobre as espécies
Aves	<i>Anatidae</i>	<i>Mergus octosetaceus</i>	Pato mergulhão	CR	CR	- Apoio às ações de conservação da espécie e seu habitat - Aumento de pesquisa e acompanhamento da sua ocorrência - Promover ações de sensibilização e de formação para a conservação da espécie

Classe	Família	Espécie	Nome Popular	Lista Vermelha Nacional Brasileira ^a	Lista Vermelha da UICN ^a	Estratégias Prioritárias de Conservação
						- Apoiar a colaboração e comunicação internacional
<i>Insecta</i>	<i>Nymphalidae</i>	<i>Heliconius nattereri</i>	Borboleta	EN	CR	PAN <i>Lepidoptera</i>
<i>Insecta</i>	<i>Riodinidae</i>	<i>Nirodia belphegor</i>	Borboleta	CR	EN	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a informação sobre espécies com dados insuficientes e monitorar o status de espécies ameaçadas de conservação ou que ocorrem em habitats com altas taxas de conversão - Promover ações voltadas à redução da perda de habitat - Fortalecer as instituições envolvidas na conservação e gestão dos <i>Lepidoptera</i> - Assegurar a conscientização pública sobre a conservação dos <i>Lepidoptera</i> - Aumentar o controle e a proteção dos <i>Lepidoptera</i>
<i>Amphibia</i>	<i>Hylidae</i>	<i>Phyllomedusa ayeaye</i>	Perereca	--	CR	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificar a investigação para obter conhecimento taxonômico, genético e biológico - Ações de apoio para diminuir a perda de habitat e incêndios - Fortalecer as políticas públicas relacionadas com o uso e ocupação do solo e dos recursos hídricos que afetam a ocorrência da espécie - Estabelecer e implementar estratégias para melhorar a qualidade do habitat e a conectividade em áreas protegidas e prioritárias para a conservação de espécies - Desenvolver práticas de educação para a sustentabilidade alinhadas com o desenvolvimento local, beneficiando a conservação das espécies

^a CR (PEX): Extinto na natureza; CR: Criticamente ameaçada; EN: Ameaçada; VU: Vulnerável.

13.1.2 Priorização de KBAs

As KBAs foram priorizadas de acordo com as recomendações no Capítulo 7 de Langhammer *et al.* (2007) e validadas em uma oficina com os pesquisadores e as partes interessadas do governo e da sociedade civil. Os seis critérios utilizados estão listados a seguir e descritos em maior detalhe no Apêndice 4. A base de dados de critérios também está disponível no Apêndice 3.

1- *Prioridade biológica*: A importância relativa da biodiversidade em cada KBA foi determinada por dois subcritérios: *insubstituibilidade*, ou seja, a presença de espécies de distribuição restrita (plantas e peixes - consulte o Capítulo 5 para os detalhes de resultados de espécies) e também a impossibilidade de substituição local; e *vulnerabilidade*, ou seja, a presença de espécies ameaçadas, ponderada pelo status na Lista Vermelha Nacional e na Lista Vermelha da UICN.

2- *Grau de ameaça*: Foi utilizado o Índice de Pressão Antrópica (IPA). Analisado para cada KBA, o IPA é um índice sintético de pressões econômicas e demográficas sobre o meio ambiente. É uma combinação de estoques e fluxos e pressão da agricultura e da pecuária e do crescimento populacional urbano e rural, em nível municipal.

3- *Alinhamento com as prioridades nacionais*: refere-se ao potencial de determinada KBA de oferecer oportunidades importantes de envolver as principais partes interessadas do setor público para sustentar, alavancar e/ou ampliar as melhores práticas do CEPF e/ou resultados de conservação. Foi utilizada uma combinação da base de dados oficial sobre áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e terras quilombolas) e áreas prioritárias oficiais para a conservação (ambas são categorias oficiais federais).

4- *Capacidade da sociedade civil*: Um novo estudo específico para esse índice mapeou ações socioambientais, projetos e instituições para o bioma Cerrado.

5- *Cobertura vegetal original*: Os participantes da oficina recomendaram que a porcentagem de KBAs coberta por vegetação original (remanescentes) fosse utilizada como critério adicional para priorizar as KBAs, enfatizando a necessidade de conservar as últimas grandes extensões de cobertura vegetal do Cerrado e garantir ações de conservação nas áreas mais intactas e pristinas.

6- *Serviços ecossistêmicos*: Este critério classifica o papel que as KBAs desempenham na prestação de serviços de água aos residentes (para maiores detalhes, consulte o Capítulo 5, seção KBA+).

A priorização de KBAs utilizou a metodologia de Processo Analítico Hierárquico (AHP), devido ao grande número de KBAs e enormes variações de valores dos critérios (por exemplo, o número de espécies de uma categoria varia de 0 a 10 e de outra varia entre 0 e 176), para permitir a normalização das variações e, finalmente, para viabilizar o uso de pesos para determinar a importância de um critério comparado com outro. A descrição metodológica mais abrangente e detalhada é apresentada no Apêndice 4. O mapa final com todas as cinco categorias de prioridade pode ser encontrada na Figura 13.1. A análise classificou 109 KBAs como sendo de importância relativa ‘Muito Alta’

para a conservação (Apêndice 5). Estas KBAs cobrem uma área total de cerca de 21 milhões de hectares, equivalente a 10% da área do hotspot (Tabela 13.2).

Tabela 13.2. Resumo de KBAs de Importância Relativa de Conservação ‘Muito Alta’.

	Número de KBAs	Área das KBAs (ha.)	Dentro de Área Protegida (ha.)	% Dentro de Área Protegida
Dentro de Corredor Prioritário	62	9.311.581,34	3.052.415,08	32,78
Dentro de Outros Corredores	40	10.525.039,74	1.586.982,11	15,08
Fora de Corredores	7	1.293.268,90	279.342,31	21,6
Total	109	21.129.889,98	4.918.739,50	

Das 109 KBAs de importância relativa de conservação ‘Muito Alta’, 62 encontram-se dentro dos quatro corredores prioritários e compreendem uma área de mais de 9 milhões de hectares. Estas KBAs são extremamente importantes para incluir nas ações estratégicas na escala de corredor, pois indicam as áreas mais importantes para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Trinta e três por cento destas KBAs estão dentro de áreas protegidas, indicando que as ações estratégicas de apoio à gestão de áreas protegidas pode ocorrer nelas. Quarenta das KBAs são completamente contidas por outros corredores (especialmente Chapada dos Guimarães, RIDE-DF, Espinhaço e Canastra) e as ações de conservação podem ser concebidas em termos de aglomerados de KBAs. Apenas 15% destas são protegidas, e ações de apoio à criação de unidades de conservação públicas ou privadas oferecem uma enorme oportunidade de conservação.

Figura 13.1. KBAs Classificadas de acordo com sua Importância Relativa para Conservação.

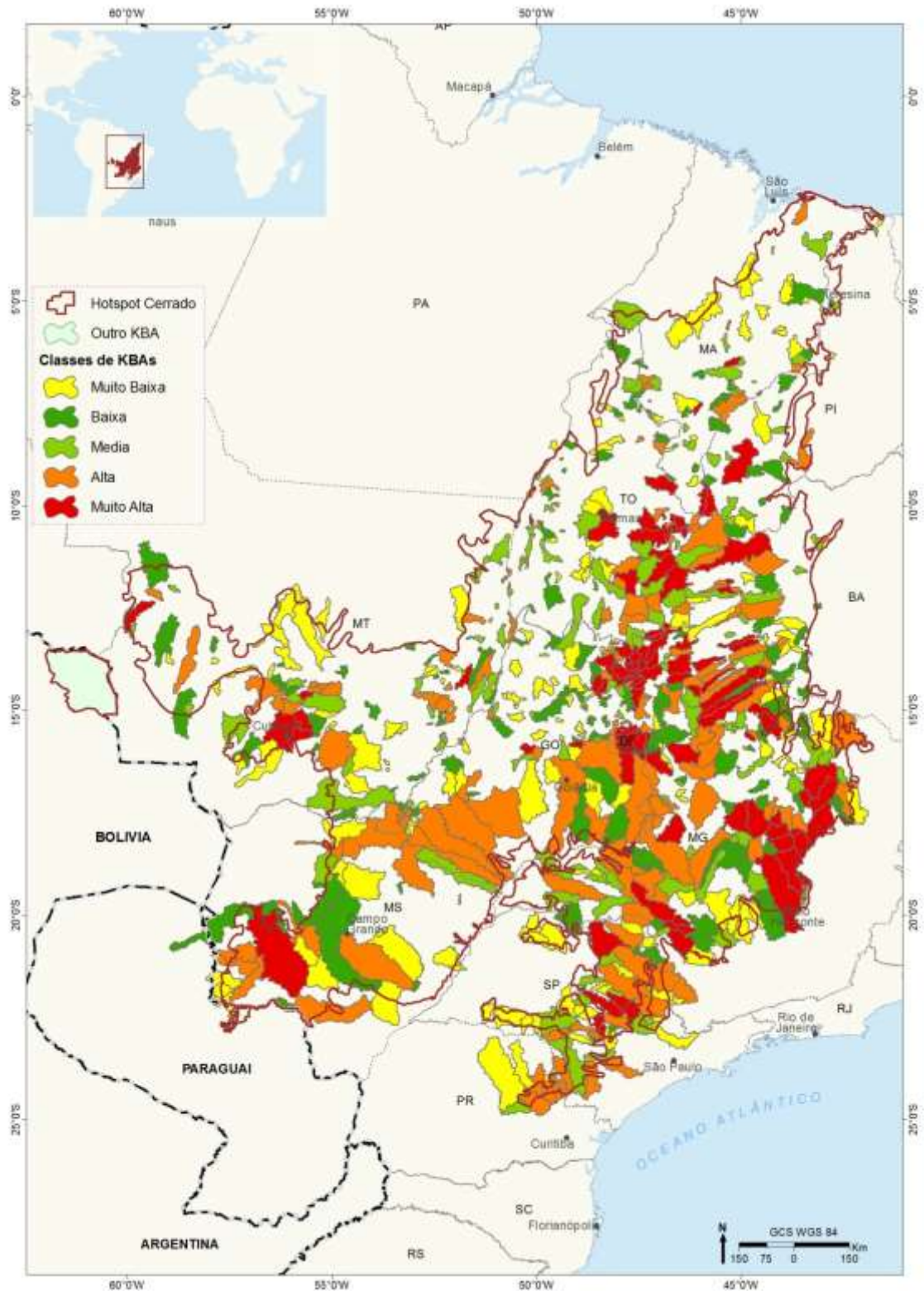
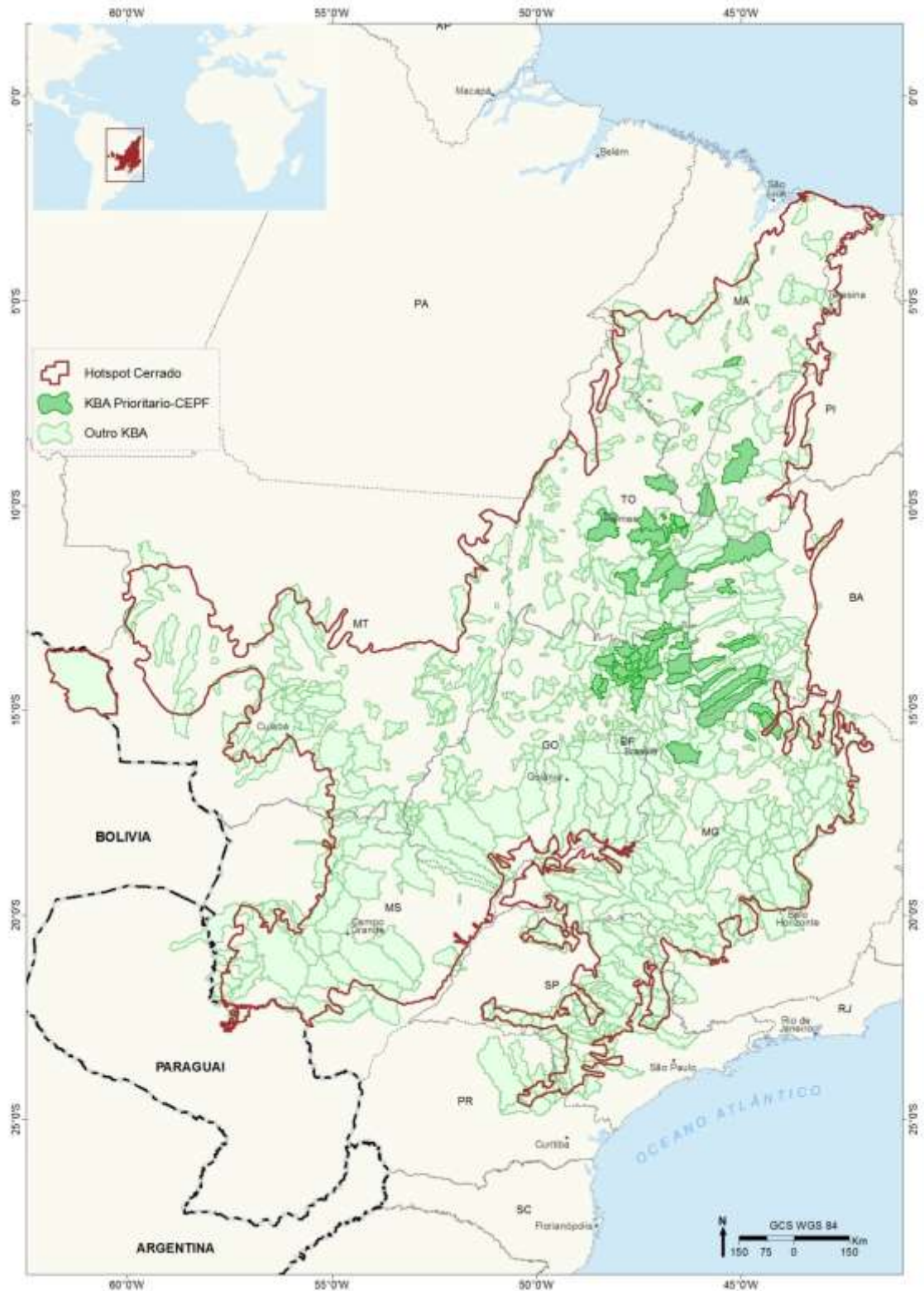


Figura 13.2. KBAs Prioritárias para Investimentos do CEPF no Hotspot Cerrado.



As sete KBAs totalmente fora de qualquer corredor exigem ações de conservação separadas na escala local. Seis delas estão localizadas no Estado de São Paulo e uma no Estado de Goiás. A maioria das áreas protegidas que se sobrepõem com estas KBAs são APAs (Áreas de Proteção Ambiental), que permitem diferentes atividades e oferecem uma oportunidade para a criação de áreas protegidas mais restritivas, incluindo reservas particulares.

As KBAs da Bolívia e do Paraguai não fizeram parte do processo de priorização de KBAs devido à falta de dados comparativos. As espécies-alvo (aves ameaçadas de extinção) consideradas para designar KBAs nesses países correspondem a apenas uma fração daquelas utilizadas no Brasil (fauna ameaçada, flora ameaçada, peixes raros e plantas raras). Assim, a inclusão dessas áreas em um processo de priorização com os mesmos parâmetros levaria inevitavelmente a posições inferiores entre as prioridades. Além disso, os outros dados utilizados para priorizar as KBAs não estavam disponíveis para essas áreas. Neste sentido, a estratégia de investimento para as quatro KBAs na Bolívia e no Paraguai deve seguir o que a BirdLife já descreveu e identificou no seu estudo anterior.

13.1.3 Priorização de Corredores

Os corredores são uma estratégia geográfica importante para a conservação por meio de diferentes ações que podem variar desde o apoio à produção sustentável até a proteção mais restrita possível. Para os quatro corredores selecionados como alvos de investimento do CEPF, o processo de seleção levou em consideração a sua importância relativa em termos do número e níveis de prioridade de KBAs dentro de seus limites, a ameaça iminente para a sua conservação, a oportunidade de amplificação de resultados e a necessidade de maior financiamento para a conservação.

Os critérios utilizados para classificar os corredores foram:

1. *Maior classificação relativa em termos de KBA.* Todos os critérios utilizados para a priorização de KBAs (importância biológica, nível de ameaça, capacidade da sociedade civil, cobertura vegetal natural, serviços ecossistêmicos e alinhamento com as políticas nacionais) também impactam a priorização de corredores. Desta forma, calculamos a média dos valores de importância das KBAs cujas áreas encontram-se total ou parcialmente inseridas dentro de cada corredor. O resultado encontrado pode ser visto na segunda coluna da Tabela 13.3 (Média do Valor de Importância das KBAs no corredor). Para poder ranquear este critério, foi aplicada uma classificação – que pode ser vista na coluna ‘Classe de Importância de KBAs’ da Tabela 13.3 – onde as médias abaixo de 4 foram consideradas ‘Baixa’, entre 4 e 12 ‘Média’ e acima de 12 ‘Alta’.

2. *Lacunas de investimento na conservação:* Para apoiar a análise de KBAs prioritárias segundo a capacidade da sociedade civil, foi feito um levantamento sobre as organizações da sociedade civil e suas ações socioambientais. A partir destes resultados, foi possível estimar as lacunas de investimentos e ações em conservação para cada corredor. Desta forma, corredores com alto investimento e muitas ações foram classificados como ‘Baixa’ – ou seja, com poucas lacunas – enquanto que corredores algum grau de investimentos e ações foram classificados como ‘Média’ e aqueles que, até o momento, receberam pouco ou nenhum investimento e tiveram poucas ações de

conservação realizadas aparecem como ‘Alta’, indicando uma grande lacuna neste critério. Os resultados estão na quarta coluna da Tabela 13.3.

3. *Oportunidade de trabalho com a sociedade civil*: Também aplicando os resultados da pesquisa da sociedade civil, cada corredor foi classificado em termos de oportunidades para trabalho com a sociedade civil, considerando-se o número e tipo de organizações presentes em cada corredor suas necessidades de capacitação. Desta forma, os corredores onde a presença e atuação de OSCs é escassa ou pontual, a oportunidade foi classificada como ‘Baixa’. Por outro lado, nos corredores onde foi percebida presença e boa capacidade de organização e atuação de OSCs, a oportunidade foi classificada como ‘Alta’, sendo ‘Média’ a situação intermediária, onde foi identificada a presença de algumas organizações, porém sem muita articulação para atuação.

4. *Alavancagem potencial do CEPF*: Neste critério, foram consideradas informações como a existência atual ou potencial de outros investimentos em conservação, os quais poderão ser potencializados ou complementados com os recursos do CEPF, o nível de presença e atuação no corredor de órgãos governamentais relacionados às agendas de conservação e sustentabilidade, o interesse e a atuação de instituições de pesquisa e extensão e as políticas públicas já incidentes sobre o corredor. Desta forma, os corredores que apresentaram as condições mais favoráveis de acordo com estas informações foram classificados como ‘Alto’ potencial de alavancagem, enquanto que os com as condições menos favoráveis foram apontados como ‘Baixo’ potencial.

5. *Urgência de ações de conservação*: Este critério foi adotado para inserir na priorização o senso de urgência para ações de conservação e salvaguardas ambientais em alguns corredores, o qual poderia não ser claramente percebido pelos demais critérios. Adotou-se uma classificação com dois níveis de urgência (‘Alta’ e ‘Média’). Como parâmetro, optou-se por classificar como urgência ‘Alta’ todos os corredores localizados na região conhecida como Matopiba, que abriga ainda grandes remanescentes e onde ocorre um recente, porém acelerado processo de expansão da fronteira agrícola. Os demais foram classificados como urgência ‘Média’.

6. *Cobertura vegetal natural*: Como um dos critérios para a definição de uma região como hotspot é a perda ou a degradação da cobertura vegetal original, optou-se por adotar a porcentagem de cobertura remanescente como um dos critérios para priorizar os corredores para os investimentos do CEPF. Sendo o propósito dos investimentos do CEPF reverter a degradação do hotspot, assumiu-se como de maior prioridade as regiões que abrigam o maior percentual de vegetação remanescente, estando tal vegetação atualmente sob ameaça. Desta forma, foi adotada uma classificação onde os corredores com menos de 50% de vegetação foram considerados de prioridade ‘Baixa’, aqueles com remanescentes entre 50% e 70% da cobertura original como prioridade ‘Média’ e os com mais de 70% como ‘Alta’.

Com base na aplicação destes seis critérios, foram selecionados quatro corredores prioritários para investimento CEPF: Central de Matopiba, Mirador-Mesas, Sertão Veredas-Peruaçu e Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas (Figura 13.3). Todos os quatro estão localizados em regiões estratégicas do Cerrado que foram recentemente antropizadas por atividades de pecuária e agricultura, resultando em alto nível de ameaça aos seus ecossistemas. Eles são corredores com altas proporções de cobertura natural (média de 78%), mas com pouca cobertura de área protegida (média de 24%) e

limitadas capacidades de gestão para cuidar de territórios protegidos. Em média, 3% dos quatro corredores estão incluídos dentro de territórios indígenas, enquanto as terras quilombolas representam menos de 1%.

Os quatro corredores prioritários representam cerca de 32,2 milhões de hectares no Hotspot Cerrado e que corresponde a aproximadamente 16% de todo o hotspot. Eles representam regiões geográficas muito importantes para a conservação da biodiversidade do Cerrado, com necessidades de investimento e excelentes oportunidades para catalisar e amplificar os resultados das ações de conservação.

O corredor Serra do Espinhaço abriga muitas espécies endêmicas e ameaçadas importantes destacadas na literatura científica e nos Planos de Ação Nacionais (PANs). O PAN Serra do Espinhaço Meridional (para plantas e herpetofauna) e o PAN Grão Mogol (para plantas) indicam estratégias e ações prioritárias de conservação para a região e para as espécies ameaçadas e endêmicas que nela habitam. Recomenda-se fortemente que o nicho de investimento estratégico do CEPF mantenha seu foco em espécies, alinhado com esses PANs.

Também é importante mencionar que três corredores que não foram identificados como prioridades para investimento do CEPF possuem agrupamentos importantes de KBAs de importância relativa 'Muito Alta' para a conservação: RIDE DF-Parnaíba-Abaeté, Chapada dos Guimarães e Serra da Canastra.

Tabela 13.3. Importância Relativa dos Corredores para o Nicho de Investimento CEPF.

Corredor	Média do Valor de importância KBA	Classe de Média importância KBA(a)	Lacunas de investimento em conservação	Oportunidade trabalho com sociedade civil	Potencial alavancagem CEPF	Urgência de ações de conservação (b)	Cobertura vegetação natural (%)	Cobertura vegetação natural (c)	Priorização CEPF soma (d)
Alto Juruena	3.16	Baixa	Alta	Média	Médio	Média	80	Alta	Média
Araguaia	13.3	Alta	Alta	Baixa	Médio	Alta	84	Alta	Média
Central de Matopiba	15.96	Alta	Alta	Média	Alto	Alta	81	Alta	Alta
Chapada dos Guimarães	4.53	Média	Baixa	Baixa	Baixo	Média	61	Média	Baixa
Emas-Taquari	8.8	Média	Média	Baixa	Baixo	Média	30	Baixa	Baixa
Lençóis Maranhenses	1	Baixa	Alta	Média	Médio	Alta	89	Alta	Média
Mirador-Mesas	5.1	Média	Alta	Média	Alto	Alta	84	Alta	Alta
Miranda-Bodoquena	1.6	Baixa	Média	Alta	Médio	Média	44	Baixa	Média
RIDE DF-Paranaíba-Abaete	8.75	Média	Média	Alta	Baixo	Média	41	Baixa	Média
Serra da Canastra	3.85	Baixa	Baixa	Alta	Médio	Média	37	Baixa	Baixa
Serra do Espinhaco	14.7	Alta	Baixa	Alta	Médio	Média	60	Média	Média
Sertão Veredas-Peruacu	12.58	Alta	Média	Alta	Alto	Alta	70	Alta	Alta
Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas	18.64	Alta	Média	Alta	Alto	Alta	75	Alta	Alta

(a) Média do valor de importância KBA: Baixa < 4 ≤ Média ≤ 12 < Alta. (b) Urgência de ações de conservação: todos os corredores que fazem parte da região Matopiba foram considerados de Alto nível de urgência de ações de conservação e todos os outros foram considerados de nível Médio. (c) Cobertura vegetação natural: Baixa < 50% ≤ Média ≤ 70% < Alta. (d) Priorização CEPF Soma: média de todos os critérios, considerando Baixa = 1, Média = 2, Alta = 3 para cada critério. A pontuação do ordenamento final é: Baixa < 1,5 ≤ Média < 2,3 ≤ Alta.

Figura 13.3. Corredores Prioritários para Investimento do CEPF no Hotspot Cerrado.

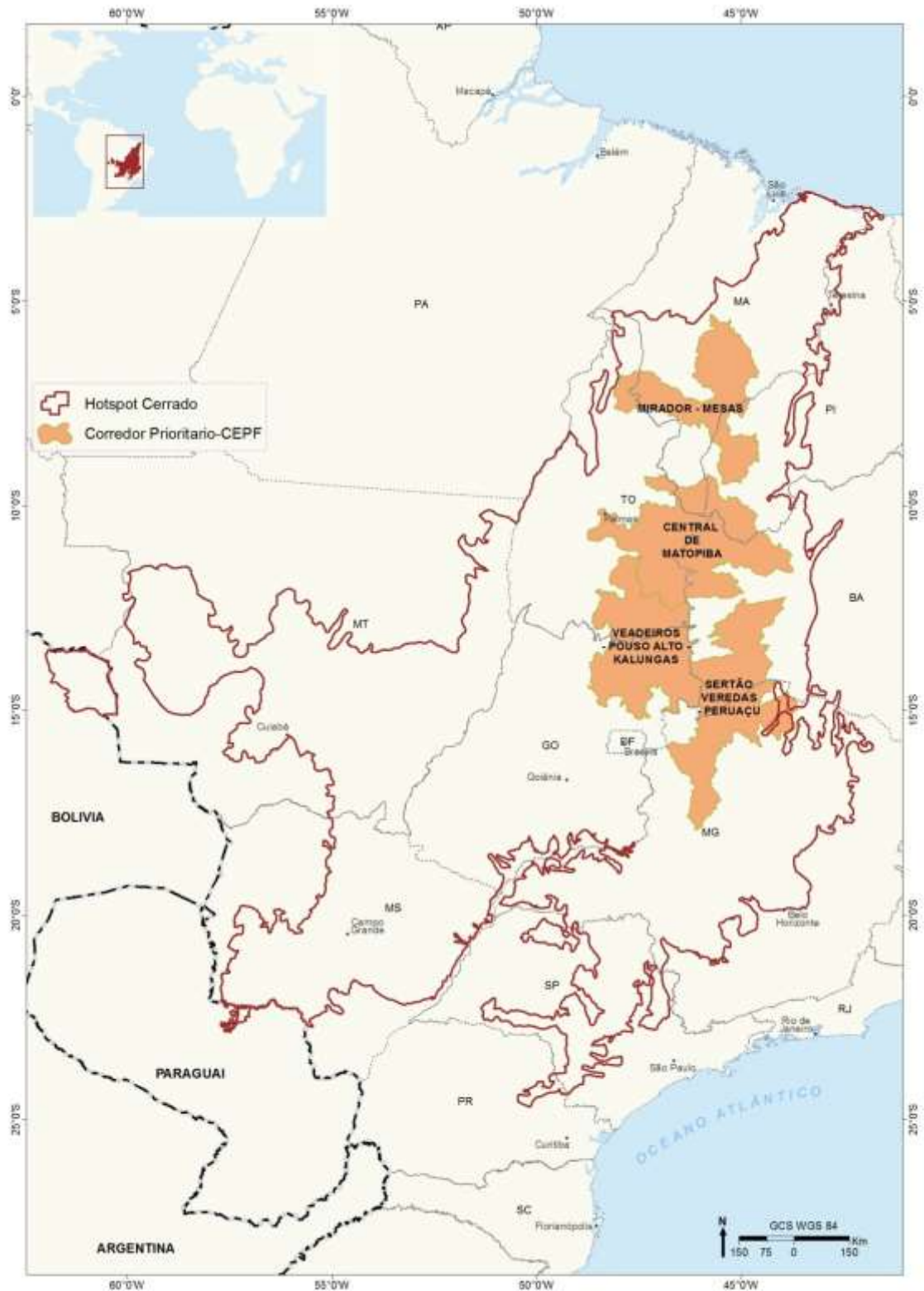
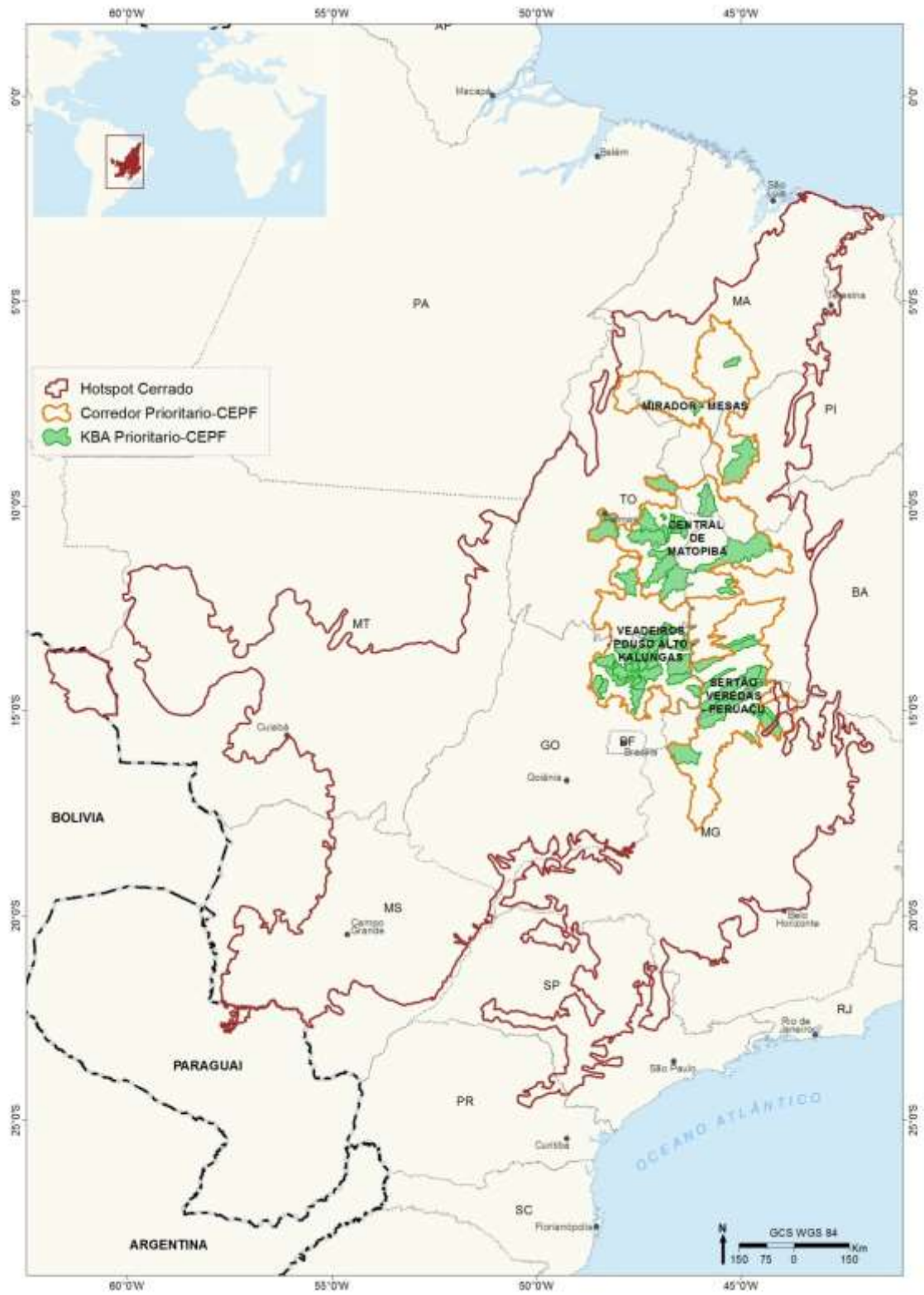


Figura 13.4 KBAs e Corredores Prioritários para Investimento do CEPF no Hotspot Cerrado.



13.2 Direções Estratégicas e Prioridades de Investimento

A compilação ampla e detalhada das informações referidas nos primeiros 11 capítulos deste perfil foi usada para refinar um primeiro conjunto de 120 ações para a conservação integrada do Hotspot Cerrado. Estas 120 ações foram organizadas em 12 categorias:

1. Monitoramento Ecosocial.
2. Gestão Integrada do Ecossistema.
3. Proteção Ambiental.
4. Uso Sustentável.
5. Recursos Hídricos.
6. Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.
7. Agricultura Familiar.
8. Agricultura.
9. Políticas Públicas.
10. Fortalecimento Institucional.
11. Conhecimento e Informação.
12. Financiamento Sustentável.

Conforme descrito nos capítulos 1 e 2, cerca de 170 especialistas foram consultados durante o processo de elaboração do perfil e, em particular, durante as quatro oficinas de consulta que reuniram as OSC, empresas do setor privado e instituições acadêmicas e governamentais. Estes especialistas foram encarregados de classificar as ações identificadas para orientar os investimentos em médio prazo no Cerrado.

Com base neste trabalho, uma estratégia preliminar de investimento foi então compilada, com 15 prioridades de investimento agrupadas em quatro direções estratégicas em três escalas geográficas: local, corredor e hotspot. A estratégia preliminar foi apresentada na oficina de consulta final, durante a qual as partes interessadas estreitaram ainda mais a lista.

A escala geográfica estimulou a maior parte das discussões. Muitas partes interessadas se opuseram fortemente à solicitação de priorizar os corredores de conservação. Estavam preocupados que os corredores não priorizados pudessem deixar de serem considerados para investimentos por parte de outros doadores. Uma vez que ficou claro que esta priorização adicional dos corredores diz respeito apenas ao nicho de investimento do CEPF e que todos os 13 corredores devem ser considerados por outros doadores como sendo prioridades para investimento em conservação, o acordo foi rapidamente alcançado sobre os quatro corredores prioritários. Além disso, as partes interessadas opinaram que era importante definir prioridades em escala local, com base em KBAs, a fim de orientar a escolha de locais para a criação de áreas protegidas particulares (RPPNs), pois isso era visto como uma necessidade específica local em vez de paisagens amplas, devido à intensa fragmentação do hotspot.

A estratégia final de investimento, apresentada na Tabela 13.4, está em conformidade com as partes interessadas presentes na oficina de consulta final e com membros do Conselho Consultivo Sênior, como também incorpora os comentários do Grupo de Trabalho do CEPF. A estratégia de investimento para cinco anos compreende 17 prioridades de investimento agrupadas em sete direções estratégicas.

Tabela 13.4. Direções Estratégicas e Prioridades de Investimento para o Nicho de Investimento do CEPF.

Direções Estratégicas CEPF	Prioridades de Investimento CEPF
1. Promover a adoção das melhores práticas em agricultura nos corredores prioritários	1.1 Identificar e divulgar as tecnologias e práticas sustentáveis de produção no setor agropecuário para garantir a proteção da biodiversidade, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a segurança alimentar.
	1.2 Promover a formulação e adoção de políticas públicas e incentivos econômicos para a melhoria das práticas de produção agrícola e pecuária, promovendo paisagens produtivas sustentáveis.
2. Apoiar a criação/expansão e a gestão eficaz das áreas protegidas nos corredores prioritários	2.1 Apoiar estudos e análises necessários para justificar a criação e expansão das áreas protegidas públicas, promovendo a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e a valorização da cultura local e tradicional.
	2.2 Promover a inclusão de indígenas, quilombolas e populações tradicionais existentes, respeitando e integrando os seus conhecimentos tradicionais, para o planejamento da conservação/restauração por parte do governo e da sociedade civil.
	2.3 Incentivar a criação e implementação de áreas protegidas privadas (RPPNs) para estender a proteção legal em KBAs prioritárias
3. Promover e fortalecer as cadeias produtivas associadas ao uso sustentável dos recursos naturais e à restauração ecológica no hotspot	3.1 Apoiar o desenvolvimento de mercados e cadeias produtivas para produtos não-madeireiros sustentáveis, em especial para as mulheres e os jovens
	3.2 Promover iniciativas de capacitação, em particular entre coletores de sementes, produtores de mudas e aqueles que realizam atividades de restauração, para melhorar as capacidades técnicas e de gestão e tecnologias ecologicamente adequadas de baixo custo na cadeia produtiva de restauração ecológica.
	3.3 Promover a adoção de políticas públicas e incentivos econômicos para ampliar a escala e a eficácia da conservação e restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs), por meio de sistemas produtivos melhorados que reforcem os serviços ecossistêmicos.
4. Apoiar a proteção das espécies ameaçadas no hotspot	4.1 Apoiar a implementação de Planos de Ação Nacionais (PANs) para espécies prioritárias, com foco na gestão e proteção de habitat.
5. Apoiar a implementação de ferramentas para integrar e compartilhar dados sobre monitoramento para melhor informar os processos de tomada de decisão no hotspot	5.1 Apoiar a divulgação de dados sobre a cobertura vegetal nativa e a dinâmica do uso da terra, buscando maior confiabilidade e menores intervalos entre as análises e a tomada de decisão informada baseada em evidências.
	5.2 Apoiar a coleta e divulgação de dados de monitoramento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, para integrar e compartilhar dados sobre as principais bacias hidrográficas do hotspot.
6. Fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil para promover a melhor gestão dos territórios e dos	6.1 Fortalecer as capacidades das organizações da sociedade civil para participar dos órgãos e processos coletivos relacionados com a gestão de territórios e recursos naturais.

Direções Estratégicas CEPF	Prioridades de Investimento CEPF
recursos naturais e para apoiar outras prioridades de investimento no hotspot	6.2 Desenvolver e fortalecer as capacidades técnicas e de gestão de organizações da sociedade civil em matéria de meio ambiente, estratégia e planejamento de conservação, diálogo político e mobilização de recursos, em conformidade com os regulamentos e outros temas relevantes para as prioridades de investimento.
	6.3 Facilitar os processos de diálogo e cooperação entre os atores públicos, privados e da sociedade civil para identificar sinergias e catalisar ações e políticas integradas para a conservação e desenvolvimento sustentável do Cerrado.
	6.4 Disseminar informações sobre as funções biológicas, ecológicas, sociais e culturais do Cerrado para as diferentes partes interessadas, incluindo líderes da sociedade civil, tomadores de decisão e públicos nacionais e internacionais.
7. Coordenar a implementação da estratégia de investimento do CEPF no hotspot por meio de uma Equipe de Implementação Regional (apelidada de RIT, da sigla em inglês para <i>Regional Implementation Team</i>)	7.1 Coordenar e implementar a estratégia de investimentos do CEPF no Cerrado por meio de procedimentos para assegurar a utilização eficaz dos recursos e a obtenção dos resultados esperados.
	7.2 Apoiar e orientar estrategicamente a rede de instituições responsáveis pela execução de ações e projetos financiados pelo CEPF, promovendo a sua coordenação, integração e cooperação e o intercâmbio de experiências e de lições aprendidas.

13.3 Descrições de Direções Estratégicas e Prioridades de Investimento

Para a estratégia de investimento do CEPF, as sete Direções Estratégicas e as 17 Prioridades de Investimento são descritas a seguir.

Direção Estratégica 1. Promover a adoção das melhores práticas em agricultura nos corredores prioritários.

A sustentabilidade tem sido uma questão para a produção rural brasileira, na medida em que a crescente preocupação da sociedade global com as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a definição de padrões ambientais começaram a restringir a demanda de produtos considerados nocivos ao meio ambiente. Uma das principais fontes de gases de efeito estufa no Cerrado é a agricultura, principalmente por causa de práticas inadequadas de manejo. Tais práticas são uma razão pela qual novas áreas do Cerrado continuam sendo abertas, para aumentar a produção. A agricultura também é o setor que mais consome água no Brasil por meio de irrigação.

O CEPF poderia contribuir significativamente para a redução dos gases de efeito estufa, a eficiência do uso da água e a produtividade mais elevada, evitando a abertura de novas áreas e promovendo o desenvolvimento social, por meio da divulgação de boas práticas na agricultura. Neste cenário, os investimentos do CEPF poderiam induzir a implementação de salvaguardas sociais e ambientais. O objetivo seria fortalecer iniciativas que gerem valor agregado para a proteção e recuperação de capital natural, as melhores práticas para a produção e respeito aos direitos e meios de vida tradicionais das comunidades que habitam o hotspot.

Prioridade de Investimento 1.1 - Identificar e divulgar as tecnologias e práticas sustentáveis de produção no setor agropecuário para garantir a proteção da biodiversidade, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a segurança alimentar.

A adoção das melhores práticas depende tanto de inovações baseadas na integração da ciência com o conhecimento tradicional quanto da disseminação dessas inovações para o maior número possível de atores.

A estratégia de investimento do CEPF deve priorizar iniciativas que envolvam associações, cooperativas e associações de produtores. Este tipo de investimento pode envolver, por exemplo, o fortalecimento das capacidades das organizações de agricultores, por meio de intercâmbios entre pares e visitas de campo ou a preparação e distribuição de manuais técnicos e folhetos, a fim de divulgar as melhores práticas. Essas práticas poderiam incidir sobre a conservação do solo e água por meio do cultivo com curvas de nível, o plantio direto e a cobertura do solo, a irrigação por gotejamento, a redução e controle do fogo, a rotação de culturas, a integração lavoura-pecuária, os sistemas agroflorestais e a conservação in-situ de recursos da agrobiodiversidade. Soluções localmente adaptadas poderão melhorar a infiltração de água, aumentar a recarga do lençol freático, reduzir o escoamento superficial e controlar a erosão, entre outros benefícios.

Prioridade de Investimento 1.2 - Promover a formulação e adoção de políticas públicas e incentivos econômicos para a melhoria das práticas de produção agrícola e pecuária, promovendo paisagens produtivas sustentáveis.

As políticas públicas e os incentivos econômicos são elementos fundamentais para induzir mudanças nos sistemas de produção. Financiamentos que valorizem práticas sustentáveis e reconheçam a importância social e econômica dos chamados ‘produtos da sociobiodiversidade’ podem aumentar o impacto positivo dessas atividades na conservação da biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos.

O CEPF deve apoiar as iniciativas de organizações da sociedade civil para influenciar políticas públicas e sua implementação e propor incentivos para melhores práticas. A cooperação, o diálogo social e a coordenação são iniciativas que podem contribuir para a integração da agricultura com a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Esse trabalho poderia envolver grupos tais como a Coalizão Brasil Clima, Agricultura e Florestas, entre outros, a fim de aproximar o agronegócio com a agenda de conservação.

Outro apoio relevante seria para as oficinas de sensibilização e capacitação sobre incentivos financeiros para práticas agrícolas compatíveis com a produção sustentável, tais como Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Pecuária Verde, Certificação Florestal, Paisagens Agrícolas Sustentáveis, Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Biodiversidade (PGPM-Bio), um adicional de 30% no preço de produtos orgânicos produzidos por agricultores familiares dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar Nacional (PNAE) etc.

Direção Estratégica 2. Apoiar a criação/expansão e a gestão eficaz das áreas protegidas nos corredores prioritários.

De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica, as áreas protegidas são o pilar central das estratégias para proteger a biodiversidade in situ. Apesar do fato de que uma média de 24% dos quatro corredores prioritários para investimento do CEPF já estão sob algum grau de proteção legal, alguns locais importantes para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos ainda estão desprotegidos. Além disso, algumas das áreas protegidas existentes carecem de gestão suficientemente eficaz para cumprir os objetivos principais para os quais foram criadas.

Os investimentos do CEPF contribuirão para elevar o status da proteção legal nas áreas prioritárias. Para melhorar os processos de estabelecimento de novas áreas públicas e privadas, bem como para aumentar a eficácia das já existentes, o CEPF poderia apoiar conselhos consultivos, iniciativas de conservação em zonas-tampão e oportunidades de formação para gestores e assessores da sociedade civil.

Prioridade de Investimento 2.1 - Apoiar estudos e análises necessários para justificar a criação e expansão das áreas protegidas públicas, promovendo a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e a valorização da cultura local e tradicional.

Nos corredores prioritários, há muitas KBAs que permanecem desprotegidas. Na maioria dos casos, o processo de desenhar, designar e estabelecer uma área protegida é muito complicado e demorado, e os governos frequentemente precisam de apoio científico para as suas propostas. O CEPF poderia apoiar estudos técnicos e territoriais realizados por organizações da sociedade civil, incluindo estudos sobre a importância das áreas protegidas como motores de desenvolvimento e como prestadores de serviços ecossistêmicos fundamentais para o bem-estar humano. Estes estudos podem fornecer evidências para fundamentar a criação ou expansão de áreas protegidas nos corredores prioritários. A pesquisa pode ser ligada a iniciativas políticas conjuntas e ao diálogo social para aumentar o apoio à criação de novas áreas protegidas.

Além disso, são necessários processos envolvendo múltiplas partes interessadas buscando a participação e apoio à preparação e implementação de planos de gestão, financiamento, recrutamento e outras iniciativas para aumentar a eficácia das áreas protegidas. Todos estes processos poderiam ser boas oportunidades de investimento para o CEPF.

Prioridade de Investimento 2.2 - Promover a inclusão dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais existentes, respeitando e integrando os seus conhecimentos tradicionais, para o planejamento da conservação/restauração por parte do governo e da sociedade civil.

De forma complementar ao sistema nacional de unidades de conservação no Brasil, as terras indígenas e os territórios quilombolas contribuem para a conservação da natureza. Essas áreas protegem não apenas os recursos naturais, mas também os meios de vida tradicionais baseados nesses recursos para as comunidades locais. Seria estratégico integrar todas estas áreas nos esforços de conservação.

Para este fim, seria importante identificar e divulgar bons exemplos de conservação e abordagens de gestão ambiental inovadoras, incluindo o uso sustentável dos recursos naturais dentro e no entorno de áreas protegidas, em sinergia com a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). O CEPF também poderia apoiar o estabelecimento de acordos comunitários para a utilização dos recursos naturais e ajudar as comunidades a caracterizar seus territórios como ICCAs (Áreas Conservadas Indígenas e Comunitárias).

Prioridade de Investimento 2.3 - Incentivar a criação e implementação de áreas protegidas privadas (RPPNs) para estender a proteção legal em KBAs prioritárias.

Como foi apoiado com sucesso pelo CEPF na Mata Atlântica, a criação e implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) devem ser estimuladas, uma vez que estas áreas protegidas não necessitam de expropriação de terra, mas proporcionam um quadro legal para sua proteção. Essas propriedades privadas podem desempenhar um papel fundamental na complementação do sistema existente de áreas protegidas públicas, proporcionando maior conectividade, além de aumentar a representação das áreas prioritárias incluídas na rede de áreas protegidas. O CEPF deve concentrar os financiamentos disponíveis nas 62 KBAs prioritárias dentro dos quatro corredores prioritários, enquanto procura oportunidades para alavancar o financiamento adicional para apoiar ações de conservação para as outras 47 KBAs prioritárias que estão fora dos corredores prioritários. É necessária a simplificação dos regulamentos e procedimentos, assim como incentivos para a criação de RPPNs no Cerrado.

Direção Estratégica 3. Promover e fortalecer as cadeias produtivas associadas com o uso sustentável dos recursos naturais e a restauração ecológica no hotspot.

O uso sustentável da biodiversidade é uma importante estratégia complementar à conservação porque estimula as comunidades a manterem áreas nativas a fim de gerar renda. O CEPF pode contribuir para superar alguns dos entraves regulatórios que impedem que o uso sustentável se torne uma estratégia mais eficiente para combinar o desenvolvimento social e a conservação da biodiversidade.

Por outro lado, a conversão de ecossistemas naturais em terras agrícolas - um processo intenso nos últimos anos no Cerrado - é a principal ameaça para o hotspot. Nas áreas críticas para proteção de fontes de água e prevenção da erosão do solo que perderam sua cobertura vegetal natural, impactos graves à sociobiodiversidade são esperados agora e no futuro próximo, se esses atributos não forem restaurados. Devido às características do solo, do clima e da estrutura da vegetação, a restauração ecossistêmica do Cerrado ainda enfrenta desafios científicos e tecnológicos que precisam ser contornados.

Prioridade de Investimento 3.1 - Apoiar o desenvolvimento de mercados e cadeias produtivas para produtos não-madeireiros sustentáveis, em especial para as mulheres e jovens.

Com base nas experiências bem-sucedidas do Programa de Pequenos Projetos do GEF-PNUD, o CEPF deve ajudar as comunidades locais, em particular mulheres e jovens, a melhorar as práticas de produção e extração sustentável de produtos não-madeireiros.

Mais especificamente, o CEPF poderá fornecer-lhes apoio financeiro para o intercâmbio de experiências e práticas na conservação e uso sustentável da biodiversidade e a transferência de tecnologias sociais adequadas para o uso dos recursos naturais, com menor impacto ambiental e maior geração de renda. Um foco especial pode ser dado às espécies identificadas como ícones da conservação e uso sustentável do Cerrado (por exemplo, pequi, baru, capim dourado, buriti e babaçu, entre outros).

Além disso, a articulação de redes, coordenação, gestão do conhecimento e capacitação são necessárias para influenciar as políticas públicas a eliminar os diversos entraves ao uso sustentável.

Prioridade de Investimento 3.2 - Promover iniciativas de capacitação, em particular entre os coletores de sementes, produtores de mudas e aqueles que realizam atividades de restauração, para melhorar as capacidades técnicas e de gestão e tecnologias ecologicamente adequadas de baixo custo, na cadeia produtiva de restauração ecológica.

Atualmente há grande demanda pela restauração do Cerrado em terras privadas, especialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs), depois que o novo Código Florestal (agora a Lei Florestal) entrou em vigor. No Brasil, a maior parte do conhecimento sobre a restauração da vegetação natural foi adquirida na Mata Atlântica e na Amazônia. No caso do Cerrado, uma savana diversificada com muitas especificidades quanto a solos, drenagem e secura sazonal, os conhecimentos de como restaurá-lo com custos e riscos menores ainda precisam ser adquiridos.

O Ministério do Meio Ambiente lançou em 2015 o Plano Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), que precisa de apoio para ser implementado no Cerrado. O CEPF poderia apoiar a implementação de ações complementares, incluindo a capacitação e a conformidade de diversos segmentos da cadeia produtiva de restauração (coleta de sementes, viveiros de mudas e restauração de áreas críticas), bem como a pesquisa sobre técnicas específicas adequadas à restauração no Cerrado. Além disso, o CEPF poderia apoiar a articulação em rede a fim de influenciar o regime jurídico sobre a coleta de sementes nativas e a produção de mudas de forma a promover a ampliação de escala.

Além disso, o CEPF pode promover projetos demonstrativos de inovações que oferecem maior eficiência e menor custo para atividades de restauração ecológica em áreas críticas, tais como o plantio direto de sementes ou ‘muvuca’ (uso de sementes de espécies nativas em vez de mudas no processo de restauração) e a regeneração natural assistida.

Prioridade de Investimento 3.3 - Promover a adoção de políticas públicas e incentivos econômicos para ampliar a escala e a eficácia da conservação e restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs), por meio de sistemas produtivos melhorados que reforcem os serviços ecossistêmicos.

Há necessidade de proteger os remanescentes existentes do Cerrado e incrementar os processos de restauração, a fim de cumprir com o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Seria importante proporcionar benefícios socioambientais e sinergias como incentivos para o cumprimento.

O CEPF também poderia apoiar Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal no Cerrado, por meio do estabelecimento de parcerias estratégicas entre as organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, empresas, governos e indivíduos, conforme inspirada por uma iniciativa similar na Mata Atlântica (o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica).

Promover a cadeia produtiva da restauração combinando oportunidades de emprego e geração de renda para as comunidades locais com meios para restabelecer a integridade da biodiversidade é outra abordagem estratégica de investimento para o hotspot. Os investimentos do CEPF também poderiam apoiar os planos estratégicos regionais dentro dos corredores prioritários para enfrentar as lacunas de conectividade e intensificar as iniciativas de recuperação ambiental em sintonia com o Plano Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa.

Direção Estratégica 4. Apoiar a proteção das espécies ameaçadas no hotspot.

No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente adota um protocolo para a proteção de espécies ameaçadas de extinção encontradas no país. Com base neste protocolo, Planos de Ação Nacionais (PANs) são preparados para uma espécie em particular, para um grupo de espécies ameaçadas de extinção ou para regiões classificadas como extremamente importante para a biodiversidade. Neste último caso, estes planos incluem um conjunto de ações para proteger os habitats de um grande número de espécies ameaçadas de extinção.

Prioridade de Investimento 4.1 - Apoiar a implementação de Planos de Ação Nacionais (PANs) para espécies prioritárias, com foco na gestão e proteção de habitat.

Para o Cerrado, nove espécies que são altamente ameaçadas no Brasil e incluídas na Lista Vermelha da UICN foram priorizadas para investimentos do CEPF. Por meio da coordenação com os Grupos de Apoio aos Planos de Ação Nacional (GAPAN), foram identificadas ações prioritárias estabelecidas nos PANs relacionadas a essas nove espécies prioritárias. O financiamento do CEPF também deve buscar apoiar a implementação dessas ações, especialmente as relacionadas com a gestão e proteção do habitat.

Direção Estratégica 5. Apoiar a implementação de ferramentas para integrar e compartilhar dados sobre o monitoramento para melhor informar os processos de tomada de decisão no hotspot.

Em um hotspot onde as culturas e pastagens vêm substituindo os ecossistemas naturais em períodos recentes, seria importante contar com um sistema ágil, eficiente, confiável e transparente para monitorar a cobertura da vegetação nativa. O papel vital do hotspot para a disponibilidade de água para o bem-estar humano e o desenvolvimento econômico também ressalta a importância do acompanhamento de mudanças nos ciclos hidrológicos em função das alterações climáticas e da perda de cobertura de vegetação nativa.

Apesar das iniciativas de monitoramento do governo, as partes interessadas salientaram a necessidade de acesso a dados para permitir que organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas monitorem as mudanças em intervalos menores e com maior precisão. Em vez de financiar novas atividades de monitoramento, o CEPF poderia apoiar a criação de uma plataforma on-line para armazenar e divulgar dados que estão sendo produzidos pelos programas de monitoramento realizados pelo governo, universidades, sociedade civil e setor privado, bem como incentivar a produção de análise integrada para melhor informar os tomadores de decisão.

Prioridade de Investimento 5.1 - Apoiar a divulgação de dados sobre a cobertura vegetal nativa e a dinâmica do uso da terra, buscando maior confiabilidade e menores intervalos entre as análises e tomada de decisão informada baseada em evidências.

Os investimentos do CEPF podem ajudar a promover parcerias e a mobilizar recursos para implementar um programa conjunto de longo prazo de análise de dados de monitoramento existentes e gerar informações anuais sobre o desmatamento e as mudanças na cobertura vegetal. Esses investimentos também poderão fortalecer e ampliar as competências da sociedade civil para o monitoramento e análise das políticas públicas que afetam o Cerrado, tais como o Observatório do Código Florestal, o Observatório do Clima e a Iniciativa de Observação, Verificação e Aprendizagem do CAR e da Regularização Ambiental (NOVACAR).

Prioridade de Investimento 5.2 - Apoiar a coleta e divulgação de dados de monitoramento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, para integrar e compartilhar dados sobre as principais bacias hidrográficas do hotspot.

Os investimentos do CEPF poderiam apoiar oficinas com os membros dos comitês de bacias hidrográficas dos principais rios do hotspot, partes interessadas locais e pesquisadores para discutir os resultados do monitoramento, trocar experiências sobre iniciativas de conservação e planejar ações voltadas para a melhoria da gestão das bacias hidrográficas. Um diagnóstico da situação dos rios do Cerrado pode ser útil para aumentar a conscientização do público em geral, bem como do setor da agricultura, em particular, para fazer uso mais eficiente dos recursos hídricos.

Direção Estratégica 6. Fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil para promover a melhor gestão dos territórios e dos recursos naturais e para apoiar outras prioridades de investimento no hotspot.

Fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil é fundamental para a sustentabilidade no longo prazo das ações que o CEPF apoia. Este fortalecimento fez parte integrante dos investimentos do CEPF na Mata Atlântica, onde as instituições envolvidas naquele hotspot foram fortalecidas e tornaram-se mais proeminentes e influentes. A mesma estratégia também deve ser adotada no Cerrado.

Prioridade de Investimento 6.1 - Fortalecer as capacidades das organizações da sociedade civil para participar dos órgãos e processos coletivos relacionados com a gestão de territórios e recursos naturais.

Convém oferecer apoio contínuo à gestão e consolidação de redes institucionais e coalizões para a governança territorial, tais como a Rede Cerrado, a Mobilização dos

Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Rede Pacari, a Central do Cerrado, os mosaicos de áreas protegidas e a Rede de Sementes do Cerrado, todas as quais são potenciais beneficiários de investimentos.

O fortalecimento, a expansão e a qualificação da representação da sociedade civil em fóruns e conselhos relacionados com a conservação e uso sustentável do Cerrado são essenciais em qualquer estratégia de longo prazo. Os investimentos do CEPF seriam fundamentais para reforçar a influência da sociedade civil em vários fóruns, tais como conselhos de áreas protegidas e mosaicos, conselhos ambientais municipais e estaduais, conselhos de territórios ou comitês de bacias hidrográficas, entre outras instâncias.

Prioridade de Investimento 6.2 - Desenvolver e fortalecer as capacidades técnicas e de gestão de organizações da sociedade civil em matéria de meio ambiente, estratégia e planejamento de conservação, diálogo político, mobilização de recursos, em conformidade com os regulamentos e outros temas relevantes para as prioridades de investimento.

Inspirado na experiência da Mata Atlântica, será estratégica a implementação de um programa de fortalecimento institucional, abrangendo conteúdos mais relevantes a serem identificados e propostos por organizações locais.

O conteúdo e o formato deste programa poderiam ser concebidos e detalhados de acordo com uma avaliação específica para identificar demandas e lacunas para a capacitação. Poderia incluir cursos presenciais modulares, a formação de formadores e/ou a tutoria.

Prioridade de Investimento 6.3 - Facilitar os processos de diálogo e cooperação entre os atores públicos, privados e da sociedade civil para identificar sinergias e catalisar ações e políticas integradas para a conservação e desenvolvimento sustentável do Cerrado.

Para envolver o setor privado na agenda do desenvolvimento sustentável e promover sua interação com os programas do governo, os investimentos do CEPF poderiam ajudar a estabelecer ou fortalecer as iniciativas de múltiplas partes interessadas (MSI), tais como fóruns de diálogo e cooperação, para alavancar apoios institucionais, políticos e financeiros para a conservação do Cerrado.

Esta abordagem poderia também apoiar o intercâmbio e a integração entre as instituições, programas e iniciativas de conservação e de uso sustentável, como o PPCerrado, MDD/FIP Cerrado e GEF Cerrado, e as melhores práticas de governança territorial entre instituições públicas e privadas do Brasil, Paraguai e Bolívia.

Prioridade de Investimento 6.4 – Disseminar informações sobre as funções biológicas, ecológicas, sociais e culturais do Cerrado para as diferentes partes interessadas, incluindo líderes da sociedade civil, tomadores de decisão e públicos nacionais e internacionais.

O CEPF poderia apoiar a preparação de publicações promocionais, pontos de radiodifusão, campanhas públicas e outras ferramentas de comunicação e mídia para

contribuir para a divulgação de informações sobre o Cerrado, seus ecossistemas, suas espécies, sua importância para os serviços ecossistêmicos e a resiliência a mudanças climáticas, e também sobre o conhecimento tradicional e a cultura do Cerrado.

Os investimentos devem igualmente apoiar a implementação de uma base de dados integrada, com base em um amplo protocolo de colaboração, priorizando informações sobre a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos, a produção de alimentos e matérias-primas e a cultura. Este tipo de ferramenta de sistema de informação geográfica é estratégico para as iniciativas de planejamento e monitoramento, incluindo o monitoramento dos impactos dos investimentos do CEPF no médio e no longo prazo.

Direção Estratégica 7. Coordenar a implementação da estratégia de investimento do CEPF no hotspot por meio de um Time de Implementação Regional.

O CEPF apoiará uma Equipe de Implementação Regional (RIT) para converter sua estratégia em um portfólio coerente de apoios financeiros cujo impacto possa exceder a soma de suas partes. O RIT será composto por uma ou mais organizações da sociedade civil ativas no Cerrado. Será selecionado pelo CEPF de acordo com termos de referência aprovados segundo um processo competitivo e critérios de seleção disponíveis em www.cepf.net. O time irá operar de forma transparente e aberta, consistente com a missão do CEPF e de todas as disposições do manual operacional do CEPF. As organizações que são membros do RIT não serão elegíveis para se candidatar a outros financiamentos do CEPF dentro do Hotspot Cerrado.

O RIT fornecerá liderança estratégica e conhecimento local para construir uma ampla massa crítica de grupos da sociedade civil que trabalham para além das fronteiras institucionais e políticas para alcançar as metas de conservação descritas no Perfil do Ecossistema.

Prioridade de Investimento 7.1 - Coordenar e implementar a estratégia de investimentos do CEPF no Cerrado por meio de procedimentos para assegurar a utilização eficaz dos recursos e a obtenção dos resultados esperados.

Esta prioridade de investimento abrange as três funções administrativas do RIT: (i) estabelecer e coordenar um processo para a solicitação e avaliação de propostas de projeto; (ii) gerir um programa de pequenas doações; (iii) encarregar-se de relatoria e de monitoramento.

Para grandes projetos, o RIT auxiliará os candidatos e a Secretaria do CEPF por meio da revisão e do processamento de pedidos de financiamento, garantindo a conformidade com as políticas do CEPF e facilitando a relatoria e o monitoramento preciso e pontual dos beneficiários e do portfólio. Em particular, o RIT terá um papel muito importante a desempenhar na solicitação e revisão de propostas. Este papel abrange uma ampla gama de atividades, desde a emissão de chamadas de propostas até a criação de comitês de revisão para fazer as recomendações finais para aprovação ou rejeição. Embora grande parte desse trabalho possa ser considerada de cunho administrativo, ele possui uma base programática, uma vez que os projetos precisam ser estratégicos e de alta qualidade. Essas tarefas exigem conhecimento técnico especializado, visão estratégica e

capacidade de compreender que todos os projetos selecionados propiciarão contribuições singulares para a realização dos objetivos do CEPF.

O RIT também assumirá responsabilidades administrativas significativas de gestão do mecanismo de apoio a pequenos projetos do CEPF, incluindo a preparação de orçamentos, o processamento de projetos e a elaboração de contratos e seu monitoramento. Uma vez que os pequenos projetos desempenharão um papel extremamente importante no portfólio do CEPF, eles devem ser coerentes com o portfólio global. Estes apoios podem abordar temas ou áreas geográficas de importância, servir como apoio ao planejamento ou fornecer oportunidades para engajar grupos locais e de base que podem não ter a capacidade de implementar grandes projetos.

Esta prioridade de investimento também abrange a relatoria e o monitoramento. O processo envolve a coleta de dados sobre o desempenho do portfólio, assegurando o cumprimento dos requisitos de informação e garantindo que os beneficiados entendam e cumpram as políticas de salvaguardas sociais e ambientais, bem como a revisão dos relatórios. Também inclui visitas a beneficiários, os quais podem identificar necessidades de capacitação adicional. Isso irá garantir a implementação e o acompanhamento eficaz dos projetos, o que requer conhecimentos técnicos para seu desempenho eficaz e para informar a gestão adaptativa.

Prioridade de Investimento 7.2 - Apoiar estrategicamente e orientar a rede de instituições responsáveis pela execução de ações e projetos financiados pelo CEPF, promovendo a sua coordenação, integração e cooperação e o intercâmbio de experiências e lições aprendidas.

Esta prioridade de investimento abrange as duas funções programáticas do RIT: (i) coordenar e comunicar o investimento do CEPF, construir parcerias e promover a troca de informações no hotspot e (ii) fortalecer a capacidade dos beneficiários.

Estas funções incluem a facilitação de intercâmbios de aprendizado entre os beneficiários e outras partes interessadas, identificando oportunidades para alavancar o CEPF e alinhando o investimento do CEPF com os investimentos feitos por outros doadores. As funções programáticas exigem que a equipe do RIT inclua pessoal especializado em conservação para garantir que os fundos do CEPF sejam estrategicamente canalizados para otimizar a realização dos seus objetivos de conservação.

Uma função programática crítica, especialmente no contexto do Hotspot Cerrado será coordenar os diversos investimentos do CEPF e facilitar o estabelecimento de parcerias entre os diferentes atores. O RIT será responsável pela identificação de organizações locais da sociedade civil ativas dentro dos quatro corredores prioritários, facilitando parcerias entre elas e as organizações da sociedade civil nacionais melhor preparadas para prestar apoio técnico e financeiro.

Esta prioridade de investimento abrange igualmente o fortalecimento de capacidades, uma função considerada central entre as responsabilidades do RIT. Esta função se concentra na construção da capacidade das organizações da sociedade civil nacionais para acessar e fazer uso eficaz de financiamento do CEPF. Um dos pilares do trabalho

do RIT é garantir que os parceiros tenham a capacidade institucional e individual para elaborar e implementar projetos que contribuam para os objetivos da estratégia de investimento. Ela é especificamente dirigida a públicos estratégicos apropriados para garantir a realização dos objetivos do CEPF por meio de projetos melhores e implementação de qualidade maior. A experiência demonstrou que estes esforços de desenvolvimento de capacidades são essenciais para garantir bons projetos que estejam integrados em uma estratégia mais ampla do hotspot e uma visão comum de conservação.

14. SUSTENTABILIDADE

Com base no conteúdo dos capítulos anteriores, em especial do Capítulo 13, os quais por sua vez são todos baseados na revisão de literatura, análise de dados, observações de campo e amplas consultas às partes interessadas, este capítulo apresenta recomendações sobre: (14.1) desenvolvimento de capacidade para a sustentabilidade; (14.2) financiamento sustentável; e (14.3) sustentabilidade da mudança por meio de normas e regulamentos. Sugerem-se formas pelas quais as Direções Estratégicas e Prioridades de Investimento propostas possam gerar resultados de conservação sustentáveis.

14.1 Desenvolvimento de Capacidade para a Sustentabilidade

A principal demanda expressa durante todas as consultas às partes interessadas para a elaboração do Perfil do Ecossistema do Hotspot Cerrado foi o desenvolvimento de capacidades de vários tipos, tanto institucionais como técnicos.

Para a sustentabilidade das organizações da sociedade civil no Hotspot Cerrado, uma das capacidades fundamentais necessárias em nível institucional é a capacidade de localizar fontes de financiamento e preparar propostas competitivas. As OSCs baseadas no Cerrado geralmente não são tão qualificadas quanto seus concorrentes de outras regiões, que geralmente contam com mais conhecimento e experiência. Além disso, as OSCs precisam de fortalecimento institucional para aprender a gastar os fundos corretamente, alcançar os resultados prometidos em suas propostas e cumprir todos os regulamentos do governo e dos doadores. O novo marco regulatório para as OSCs aprovado em 2015 é mais apropriado em muitos aspectos, mas mantém várias exigências difíceis e acrescenta outras.

Outra necessidade urgente é de treinamento para qualificar a participação de representantes da sociedade civil em redes, propostas de novas políticas e processos participativos liderados por associações regionais e nacionais, governo, organizações internacionais e setor privado.

As comunidades indígenas apresentam necessidades específicas, a fim de assumir a gestão ambiental em suas terras e promover meios de vida sustentáveis, sem dependência excessiva de doações do governo. Seus líderes também precisam participar de iniciativas nacionais e internacionais para defender seus direitos.

Maior capacidade centrada especificamente no Cerrado é necessária na comunidade acadêmica e científica, especialmente com referência às funções ecológicas interdependentes envolvendo biodiversidade, água e carbono. Poderia haver apoio para alunos realizarem trabalho de campo no hotspot, para que se tornem envolvidos em questões do Cerrado para o restante de suas carreiras e para estudantes, professores e cientistas participarem de intercâmbios.

O desenvolvimento de capacidade técnica também é necessário para as organizações locais e regionais da sociedade civil, objetivando monitorar mudanças no uso da terra e seus impactos sobre a biodiversidade, fogo, água e poluição. A fim de se encaixarem em prioridades governamentais e internacionais, as organizações da sociedade civil precisam entender mais sobre os estoques e emissões de carbono e sobre os ciclos hidrológicos, além da flora e fauna. O conhecimento de tecnologia social apropriada

para o uso sustentável da biodiversidade pode ser divulgado por meio de publicações, mídia eletrônica e intercâmbios entre pares em comunidades. Os agentes de extensão rural devem ter mais capacidade de disseminar esta tecnologia.

Esta lacuna na capacidade corresponde também à necessidade de capacitação entre os órgãos governamentais, sobretudo os órgãos estaduais e municipais, para que sejam capazes de planejar e implementar medidas adequadas para conciliar a conservação e o desenvolvimento. Embora os governos não possam ser financiados pelo CEPF, as organizações da sociedade civil podem oferecer treinamento, informação e consultoria. Há também uma necessidade específica de desenvolver as capacidades de jornalistas e líderes de opinião para que possam compreender as especificidades do Hotspot Cerrado e entender como se pode conciliar a conservação e o desenvolvimento neste contexto particular, onde os antagonismos muitas vezes prevalecem sobre a cooperação.

A estratégia de investimento do CEPF apresentada no Capítulo 13 descreve várias dessas necessidades de capacitação. A implementação desta estratégia irá pavimentar o caminho para que as OSCs se tornem mais fortes e mais eficientes no hotspot. Um meio de baixo custo de estimular maior visibilidade e desenvolvimento espontâneo de capacidade no Hotspot Cerrado seria oferecer prêmios para as iniciativas de destaque, como é feito pelo Prêmio Equatorial para os trópicos globais; o prêmio Celso Furtado, para o Brasil; o Prêmio Chico Mendes, para a Amazônia; e os prêmios Campeões das Regiões Secas e Mandacaru, para a Caatinga. A experiência mostra que os beneficiários fazem bom uso do dinheiro e que a publicidade tem alcance amplo.

14.2 Financiamento Sustentável

Para que o financiamento se torne sustentável, é essencial, em primeiro lugar, apresentar justificativas convincentes para os doadores, governos e legisladores e o público em geral. A biodiversidade do Cerrado não é apenas rica, mas também única, e possui propriedades genéticas muito úteis, especialmente no contexto das mudanças climáticas globais. Além da conservação da biodiversidade, as funções ecológicas relacionadas com a água e carbono, que dependem da biodiversidade, podem se constituir numa alavanca para convencer muitos agentes de financiamento que o investimento é necessário para o Cerrado.

Quanto ao foco geográfico, a maior parte do bioma Cerrado está dentro da Amazônia Legal, que inclui os estados inteiros de Mato Grosso e Tocantins e mais da metade do Maranhão. Uma parte ainda maior do Cerrado está localizada na bacia do rio Amazonas, que se estende para o sul e inclui cerca da metade de Goiás e parte do Distrito Federal. Assim, alguns dos fundos destinados para a Amazônia poderiam ser usados no Cerrado.

A fim de realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o governo brasileiro e as organizações internacionais multilaterais e bilaterais irão investir bilhões de dólares para restaurar a terra que deveria ter sido protegida com Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente no âmbito da Lei Florestal. Seria importante influenciar na utilização dos fundos de modo a proporcionar benefícios socioambientais e sinergias, sem punir mais duramente aqueles que são menos responsáveis pelos danos, mas são mais vulneráveis às fiscalizações e restrições.

O setor privado, pelo menos as grandes empresas, podem se envolver na conservação por meio da responsabilidade social corporativa. Os seus fornecedores podem ser convencidos a oferecer produtos considerados aceitáveis pelos consumidores e governos de acordo com as normas estabelecidas no Brasil e no exterior. Uma vez que os volumes de commodities são grandes e as margens de lucro são pequenas, um grupo relativamente pequeno de consumidores pode alcançar resultados significativos, como também podem grupos relativamente pequenos de acionistas. As atividades de campo do agronegócio podem ser monitoradas por sensoriamento remoto e pelas comunidades locais que utilizam tecnologia moderna, tais como smartphones, como está sendo feito agora com o monitoramento de incêndios no Distrito Federal.

Para as áreas protegidas públicas e privadas, outra possibilidade seria estabelecer mecanismos para gerarem sua própria renda, especialmente abrindo-as para visitação ao público, lazer e turismo, cobrando taxas de entrada e permitindo concessões para alimentação e alojamento (Barros e La Penha 1994; IPÊ 2008; Maretti 2015b).

O pagamento por serviços ambientais (PSA) é uma abordagem atraente, mas deve ser tratado com cuidado para evitar que se justifiquem práticas predatórias em áreas onde não existem pagamentos, ou quando os pagamentos forem interrompidos. A interrupção de pagamentos que não são legalmente exigidos constitui forte risco na atual situação econômica ou quando ocorrem déficits orçamentários e quando o meio ambiente se constitui em baixa prioridade. Os pagamentos mais viáveis parecem ser para locais específicos que fornecem água para as grandes cidades que podem facilmente arcar com os pagamentos, como no caso de Extrema, em Minas Gerais, que fornece água para São Paulo e é, literalmente, um caso extremo. Pode ser mais replicável e seguro pagar por bens materiais (alimentos, artesanato, plantas medicinais etc.) por meio do pagamento de bens e serviços ambientais ('PEGS') do que para os serviços prestados abstratamente sobre áreas de milhões de quilômetros quadrados, com altos custos de oportunidade para manter a cobertura vegetal nativa.

A certificação também é considerada atraente, mas é difícil de aplicar ao setor primário em áreas remotas. Exigir certificação poderia resultar em abastecimento insuficiente de produtos certificados. Na prática, poucos consumidores estão dispostos a pagar um prêmio por produtos sustentáveis certificados. O uso de marcas e verificação por amostragem dos produtos é outra abordagem, que depende mais da reputação do que da verificação dos processos de produção em inúmeros locais na zona rural.

O financiamento para o Brasil está agora ameaçado por sua 'graduação' como um país de renda média alta que não é mais considerado uma prioridade para a assistência internacional para o desenvolvimento. A continuação do financiamento poderia ser justificada em termos de cooperação financeira e técnica trilateral Norte-Sul-Sul. Esta é uma abordagem prevista nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que o governo brasileiro apoia fortemente, especialmente no que diz respeito à América Latina e países de língua Portuguesa na África e no Pacífico (Sawyer 2011; Ayllon Pino 2013).

A estratégia de investimento do CEPF pode alavancar fundos adicionais para a conservação do Cerrado, chamando a atenção para suas funções ecológicas, sociais, culturais e biológicas entre doadores, governos e o público em geral tanto local quanto internacional. Embora pequenas doações não possam resolver os problemas de todas as

comunidades locais no médio e longo prazo, podem ser instrumentais na descoberta de tecnologias adequadas sustentáveis que possam ser mais amplamente difundidas. Elas permitem uma abordagem de ‘aprender fazendo’ para lidar com as regulamentações governamentais complexas sobre o uso de fundos públicos. Elas também podem cobrir as despesas com pessoal e administração que os recursos do governo não podem, de forma a complementar e viabilizar o financiamento oficial. Os investimentos e financiamentos do governo podem ser influenciados por meio de ‘dinheiro semente’ de cooperação internacional para o governo, a sociedade civil, a academia e o setor privado, que por sua vez podem aproveitar as fontes de financiamento internas, as quais no Brasil são muitas vezes maiores do que as fontes dos doadores. Uma pequena porcentagem dos bilhões de dólares que o governo gasta a cada ano no Brasil pode fazer uma enorme diferença para o meio ambiente, especialmente se os vínculos são estabelecidos com os orçamentos oficiais e as políticas econômicas, sociais, educacionais, científicas e culturais.

14.3 Sustentando a Mudança por meio de Normas e Regras

Algumas das mais profundas e duradouras mudanças no meio ambiente e na sociedade poderiam ser alcançadas alterando-se as normas e regras que atualmente favorecem a insustentabilidade. Há pelo menos dois alvos em que se deve concentrar a atenção. O poder executivo do governo tem certa margem de manobra com a emissão de decretos, portarias, normas etc. para regulamentar as leis existentes. Apenas o poder legislativo, no entanto, pode formular, alterar ou revogar as próprias leis. Convencer os poderes executivos e legislativos do governo a mudar as normas e regras existentes requer conhecimentos dos marcos legais mais amplos e dos processos legislativos e administrativos. Esses conhecimentos não são comuns entre as organizações da sociedade civil, especialmente os grupos locais em regiões menos desenvolvidas. A assessoria jurídica bem fundamentada é importante. Ela está disponível apenas em grandes capitais estaduais e em Brasília.

Uma maneira de ajudar a tornar as normas e regras mais apropriadas seria estudar e divulgar o que é feito em outros países. Seria importante para os governos estaduais e locais estabelecer regulamentos que sejam adequados a cada situação, e não apenas serem autorizados a ser mais rigorosos do que os requisitos federais, como é o caso agora. A fim de evitar abusos, poderia haver a exigência de que qualquer flexibilidade em nível subnacional seja aprovada pelo governo federal, em vez de automaticamente ser considerada ilegal, como é o caso agora.

A grande necessidade da sustentabilidade de gestão ambiental será ativamente promovida pela estratégia de investimento do CEPF por meio da participação ativa de OSCs em redes relacionadas com a gestão de territórios e de recursos naturais, da capacitação de OSCs na negociação política e do diálogo e facilitação da cooperação entre os atores do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Esta estratégia também irá apoiar o intercâmbio entre instituições públicas e privadas do Brasil e de países vizinhos (Paraguai e Bolívia).

14.4 Conclusões

A sustentabilidade dos resultados de conservação no Hotspot Cerrado requer a compreensão das diversas especificidades dos países, juntamente com as mudanças já em andamento nos contextos nacionais e internacionais. Para além dos investimentos específicos locais, é importante para o CEPF promover a mudança sistêmica. Embora a conscientização seja um desafio, há crescente reconhecimento da importância do meio ambiente em geral e do Cerrado em particular, incluindo a biodiversidade, água e clima. Se forem utilizadas abordagens adequadas, enfatizando o diálogo e os múltiplos benefícios mútuos de vários tipos, a sustentabilidade dos ganhos de conservação pode ser alcançada em locais específicos no futuro.

MARCO LÓGICO DO HOTSPOT CERRADO 2016-2021

Objetivo	Metas	Meios de Verificação	Premissas Importantes
<p>Envolver a sociedade civil na conservação da biodiversidade globalmente ameaçada, por meio de investimentos direcionados que mantenham as funções dos ecossistemas e o bem-estar humano</p> <p>ORÇAMENTO TOTAL:</p> <p>US\$ 8.000.000</p>	<p>Pelo menos 40 organizações da sociedade civil local com maior capacidade para participar ativamente na gestão e em ações de conservação de territórios, em conformidade com as diretrizes do Perfil do Ecossistema.</p> <p>Pelo menos oito parcerias e redes formadas entre os atores públicos, privados e da sociedade civil para facilitar sinergias e catalisar ações integradas e políticas para a conservação e desenvolvimento sustentável do Cerrado.</p> <p>Pelo menos 500.000 hectares de áreas protegidas beneficiadas por recursos do CEPF para proteção de novas áreas e fortalecimento da gestão das existentes.</p> <p>Pelo menos cinco instrumentos de ordenamentos territorial ou políticas públicas influenciados, incorporando a biodiversidade.</p> <p>Pelo menos 500.000 hectares de paisagens produtivas com melhoria na gestão, visando a conservação da biodiversidade ou uso sustentável, dentro dos corredores prioritários para investimentos do CEPF.</p> <p>Pelo menos cinco espécies globalmente ameaçadas beneficiadas por financiamentos do CEPF com estado de conservação estável ou melhorado.</p> <p>Pelo menos 60 comunidades locais e indígenas habilitadas e diretamente beneficiadas para ações de uso sustentável dos recursos e/ou restauração da conectividade ecológica, na escala da paisagem.</p>	<p>Ferramenta para Avaliação da Sociedade Civil (SCTT) aplicada aos beneficiários dos investimentos do CEPF.</p> <p>Relatórios de desempenho dos beneficiários e do RIT.</p> <p>Ferramenta para Monitoramento de Áreas Protegidas (SP1 METT).</p> <p>Relatórios de avaliação anuais, de meio-termo e final do portfólio.</p> <p>Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN.</p>	<p>O Perfil do Ecossistema do CEPF irá efetivamente orientar a ação de conservação no Hotspot Cerrado.</p> <p>Investimentos realizados por outros financiadores apoiarão atividades complementares, que reduzam ameaças aos corredores, aos KBAs e às espécies prioritárias.</p> <p>As organizações da sociedade civil, os governos e as empresas privadas estarão dispostos a se engajar na conservação da biodiversidade, a formar novas parcerias e a adotar abordagens inovadoras.</p>

Resultados Intermediários	Indicadores Intermediários	Meios de Verificação	Premissas Importantes
<p>Resultado 1: Melhores práticas agrícolas adotadas nos corredores prioritários.</p> <p>US\$ 800.000</p>	<p>Pelo menos seis tecnologias sustentáveis e melhores práticas de produção no setor agrícola identificadas e divulgadas, para garantir a proteção da biodiversidade, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a segurança alimentar.</p> <p>Pelo menos quatro incentivos financeiros para práticas sustentáveis em agricultura e pecuária promovidos em cadeias produtivas de commodities em corredores prioritários.</p> <p>Pelo menos duas políticas públicas consistentes (legislação, programas, parcerias público-privadas, etc.) criadas ou ajustadas para promover a conservação e uso o sustentável da biodiversidade.</p>	<p>Ferramentas de disseminação de melhores práticas.</p> <p>Relatórios de desempenho dos beneficiários do CEPF e do RIT.</p> <p>Relatórios das missões de supervisão do Secretariado do CEPF.</p> <p>Políticas públicas adotadas.</p>	<p>Governos, empresas privadas e doadores continuarão empenhados no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, proporcionando assim as fontes de financiamento adequadas e suficientes para expandir modelos de melhores práticas.</p> <p>Empresas privadas de setores-chave da agricultura irão apreciar o modelo de negócios para melhores práticas ambientais e sociais.</p> <p>Os incentivos financeiros irão desencadear maior interesse pelas melhores práticas.</p>

<p>Resultado 2: Áreas protegidas ampliadas nos corredores prioritários e sua efetividade de gestão reforçada.</p> <p>US\$ 1.200.000</p>	<p>Pelo menos dez estudos e análises realizados para justificar a criação ou expansão de áreas protegidas públicas nos corredores prioritários e/ou para promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade, valorizando a cultura local e tradicional no âmbito dos seus planos de manejo.</p> <p>Cinco áreas protegidas localizadas em KBAs prioritárias para o CEPF com seus planos de manejo integrados elaborados e implementados.</p> <p>Pelo menos 10% das terras indígenas, territórios quilombolas e de áreas de comunidades tradicionais localizadas nos corredores prioritários integradas no planejamento e nas estratégias para a conservação e desenvolvimento sustentável, em escala macro, respeitando o conhecimento e a cultura tradicionais, como uma forma alternativa de proteção e gestão de terras fora do sistema nacional oficial (SNUC).</p> <p>Pelo menos 50 novas Reservas Particulares do Patrimônio (RPPNs) estabelecidas nas KBAs prioritárias.</p>	<p>Estudos e mapas fornecidos aos governos nacionais, estaduais e municipais.</p> <p>Ferramenta de Monitoramento de Áreas Protegidas (SP1 METT).</p> <p>Planos de manejo integrados para áreas protegidas.</p> <p>Planos estratégicos que integram territórios comunitários em escala macro; relatórios sobre formas alternativas de conservação e gestão.</p> <p>Termos de Compromisso de RPPNs assinados.</p> <p>Relatórios de desempenho dos beneficiários do CEPF e do RIT.</p> <p>Relatórios das missões de supervisão do Secretariado do CEPF.</p>	<p>As políticas do governo irão exigir o cumprimento do 'Código Florestal'.</p> <p>O governo mostra-se receptivo à participação de proprietários privados e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais no esforço de conservação e gestão do Cerrado.</p> <p>Organizações locais, proprietários de terras e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais estarão dispostos a desempenhar um papel ativo no aumento da rede de áreas protegidas e na melhoria da sua gestão.</p>
--	--	--	---

<p>Resultado 3: Cadeias produtivas associadas ao uso sustentável dos recursos naturais e restauração ecológica no hotspot promovidas e fortalecidas.</p> <p>US\$ 1.800.000</p>	<p>Pelo menos dez mercados e cadeias produtivas para produtos florestais não-madeireiros coletados de forma sustentável desenvolvidas ou fortalecidas, impactando positivamente mulheres e jovens, em especial.</p> <p>Inovações sobre sementes, mudas e plantio que resultem em maior eficiência e menor custo nas atividades de restauração ecológica demonstradas em pelo menos dez locais, especialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs).</p> <p>Capacidade de produção e habilidades de gestão de 20 empreendimentos de base comunitária que trabalham com cadeias produtivas de restauração ecológica fortalecidas.</p> <p>Uma rede piloto de organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, empresas e governos apoiada, para criar sinergias e proporcionar benefícios socioambientais, como incentivo para a restauração de ecossistemas e o cumprimento do 'Código Florestal'.</p> <p>Pelo menos duas políticas públicas (legislação, planos estratégicos regionais, etc.) criadas ou ajustadas para promover a restauração ecológica e o uso sustentável da biodiversidade.</p>	<p>Relatórios de desempenho dos beneficiários do CEPF e do RIT.</p> <p>Relatórios sobre inovações para a cadeia produtiva de restauração ecológica.</p> <p>Relatórios de avaliação das necessidades de treinamento.</p> <p>Relatórios das missões de supervisão do Secretariado do CEPF.</p> <p>Políticas públicas adotadas.</p>	<p>As empresas privadas em setores-chave que usam recursos naturais irão apreciar os argumentos sobre negócios para práticas mais sustentáveis, com melhor repartição de benefícios.</p> <p>Governos e doadores permanecerão comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a restauração ecológica.</p> <p>Fontes de financiamento adequadas e suficientes estarão disponíveis para a replicação dos modelos de cadeias produtivas de restauração ecológica.</p> <p>Governos criam espaço para a participação da sociedade civil nos processos de revisão de políticas públicas.</p>
<p>Resultado 4: Proteção de espécies ameaçadas prioritárias e seus habitats aumentada.</p> <p>US\$ 700.000</p>	<p>As ações prioritárias identificadas nos planos de ação nacionais (PANs), especialmente no manejo e proteção de habitat, implementadas para pelo menos cinco espécies prioritárias ameaçadas.</p>	<p>Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN.</p> <p>Relatórios de desempenho dos beneficiários do CEPF e do RIT.</p> <p>Relatórios das missões de supervisão do Secretariado do CEPF.</p>	<p>Apoio adequado para manejo de habitats irá beneficiar as espécies; os principais vetores de ameaças são passíveis de ações e podem ser abordados dentro do prazo do investimento.</p> <p>Capacidade necessária para implementar ações de conservação de espécies-alvo existe dentro da sociedade civil ou pode ser construída.</p>

<p>Resultado 5: Processos de tomada de decisão no hotspot melhorados, graças a um melhor acesso aos dados de monitoramento.</p> <p>US\$ 500.000</p>	<p>Pelo menos uma parceria consegue alavancar recursos para implementar um programa de divulgação conjunta, em longo prazo, de informações sobre a cobertura vegetal nativa e a dinâmica de uso da terra no hotspot, a fim de apoiar as diferentes partes interessadas no planejamento e na tomada de decisão.</p> <p>Pelo menos quatro planos de ação, elaborados com base em dados e experiências compartilhadas, voltados para melhoria da qualidade e disponibilidade hídrica, desenvolvidos e disponibilizados às partes interessadas relevantes, visando aperfeiçoar a gestão de bacias hidrográficas.</p>	<p>Programa de difusão de informações em longo prazo efetivado.</p> <p>Relatórios de desempenho dos beneficiários do CEPF e do RIT.</p> <p>Planos de ação publicados para melhoria da gestão das bacias hidrográficas.</p> <p>Relatórios das missões de supervisão do Secretariado do CEPF.</p>	<p>Organizações da sociedade civil estão dispostas a trabalhar em colaboração para responder aos desafios da conservação.</p> <p>Os governos irão criar espaço para a sociedade civil se engajar na análise e disseminação de planos do uso do solo e de desenvolvimento.</p> <p>A tomada de decisão econômica e de desenvolvimento pode ser influenciada por argumentos sobre os valores biológicos, ecológicos, sociais e culturais dos ecossistemas naturais.</p>
--	--	---	--

<p>Resultado 6: Capacidade fortalecida das organizações da sociedade civil para influenciar e melhorar a gestão dos territórios e dos recursos naturais e angariar apoio para outras prioridades de investimento no hotspot.</p> <p>US\$ 2.000.000</p>	<p>Pelo menos cinco redes e/ou alianças de organizações da sociedade civil fortalecidas, com competências reforçadas para participar em fóruns relevantes.</p> <p>Pelo menos 100 membros de órgãos e conselhos de governança (conselhos nacionais, comitês de bacias, conselhos de gestão de áreas protegidas, Territórios da Cidadania, conselhos estaduais e municipais, etc.) com capacidade fortalecida para participar e influenciar fóruns relacionados com a conservação e o uso sustentável do Cerrado.</p> <p>Pelo menos 40 organizações da sociedade civil com habilidades institucionais e técnicas (meio ambiente, estratégia de planejamento para a conservação, gestão, formulação de políticas, mobilização de recursos e relatoria, marcos regulatórios, etc.) desenvolvidas e fortalecidas, para funcionar de forma eficaz e participar em ações de conservação e gestão pertinentes, em conformidade com o Perfil do Ecossistema.</p> <p>Pelo menos duas iniciativas de múltiplas partes interessadas (MSI) que envolvem o setor privado (cadeias globais de <i>commodities</i>), pequenos agricultores, comunidades tradicionais, governos e doadores promovidas, para identificar sinergias e catalisar ações e políticas integradas para a conservação e o desenvolvimento sustentável do Cerrado.</p> <p>Pelo menos 20 publicações (livros, manuais, relatórios técnicos, sites, etc.) ou ações de sensibilização (spots de radiodifusão, campanhas públicas de largo alcance midiático) sobre a biodiversidade do Cerrado, os serviços ecossistêmicos, as áreas protegidas, a restauração, as práticas sustentáveis, a resiliência climática e a participação da sociedade civil disseminadas.</p> <p>Pelo menos uma iniciativa tri-nacional de sensibilização para a proteção e gestão de KBAs do Cerrado no Brasil, Bolívia e Paraguai lançada.</p>	<p>Relatórios de avaliação das necessidades de formação e de avaliação.</p> <p>Relatórios de desempenho de beneficiários do CEPF e do RIT.</p> <p>Ferramenta de Avaliação para a Sociedade Civil (SCTT) sobre os beneficiários de investimentos do CEPF.</p> <p>Relatórios das missões de supervisão do Secretariado do CEPF.</p> <p>Livros, manuais, site e outros materiais sobre a importância do Cerrado publicados.</p> <p>Campanhas de sensibilização sobre o Cerrado divulgadas.</p>	<p>O ambiente operacional para a sociedade civil permanecerá constante ou melhorará em todo o hotspot.</p> <p>As organizações locais estarão dispostas a desempenhar um papel ativo na conservação local, na priorização política da biodiversidade e em fóruns de governança.</p> <p>As limitações principais nas capacidades das organizações da sociedade civil podem ser resolvidas por meio de uma combinação de capacitação e apoio financeiro.</p> <p>Organizações da sociedade civil são capazes de reter o pessoal qualificado que se beneficia de oportunidades de capacitação.</p> <p>Organizações da sociedade civil, governos e empresas privadas estão dispostos a trabalhar em colaboração para responder aos desafios da conservação do Hotspot.</p> <p>Consciência generalizada sobre valores do Cerrado aumentada. Traduzindo em maior apoio às iniciativas locais de conservação.</p>
---	--	---	--

<p>Resultado 7: A Equipe de Implementação Regional (RIT, em inglês) fornece liderança estratégica e coordena eficazmente os investimentos do CEPF no Hotspot Cerrado.</p> <p>US\$ 1.000.000</p>	<p>Pelo menos 60 organizações da sociedade civil, incluindo pelo menos 40 organizações locais e indígenas, participam ativamente em ações de conservação orientadas pelo Perfil do Ecossistema.</p> <p>Pelo menos 85% das organizações locais da sociedade civil que recebem financiamento demonstram capacidade mais eficaz na gestão dos recursos de acordo com as regras do CEPF e do governo, para atingir as metas e objetivos e na aprendizagem sobre mobilização de recursos adicionais.</p> <p>O financiamento alavancado de outros doadores para atender as prioridades definidas no Perfil do Ecossistema traz um investimento adicional no Hotspot Cerrado de pelo menos US\$ 2 milhões.</p> <p>Pelo menos duas avaliações participativas são realizadas e as lições aprendidas e as melhores práticas do hotspot são documentadas.</p>	<p>Ferramenta de Avaliação da Sociedade Civil (SCTT) para beneficiários de investimentos CEPF.</p> <p>Relatórios de desempenho de beneficiários do CEPF e do RIT.</p> <p>Relatórios das missões de supervisão do Secretariado do CEPF.</p> <p>Estratégias e relatórios de outros doadores.</p> <p>Relatório de avaliação de meio-termo e final do portfólio.</p>	<p>Organizações qualificadas se candidatarão para atuar como Equipe de Implementação Regional, em consonância com os termos de referência aprovados e o Perfil do Ecossistema.</p> <p>A chamada de propostas do CEPF irá suscitar propostas adequadas que promovam os objetivos do Perfil do Ecossistema.</p> <p>Organizações da sociedade civil irão colaborar entre si, com agências governamentais e atores do setor privado, em um programa de conservação coordenado regionalmente, de acordo com o Perfil do Ecossistema.</p>
--	--	--	---

REFERÊNCIAS

- A Crítica. 2015. Rio Madeira deve ser privatizado por causa do aumento no custo de dragagem da hidrovia. A Crítica (Manaus), May 19.
- Ab'Saber, A.N. 2003. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Abdala, G.C.; Caldas, L.S.; Haridasan, M.; Eiten, G. 1998. Above and below-ground organic matter and root-shoot ratio in a Cerrado in central Brazil. *Brazilian Journal of Ecology*, v.2, p.11-23.
- Abers, Rebecca (Org.). 2010. Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil. São Paulo: Annablume.
- Abers, Rebecca; Keck, Margaret E. 2013. Practical authority: agency and institutional change in Brazilian water politics. New York; Oxford: Oxford University Press.
- ABONG; GIFE; IBGE; IPEA. 2012. Mapeamento das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - FASFIL 2010: principais resultados. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de ONGs.
- Abreu, Kátia. 2015. Presentation by the Minister of Agriculture, Livestock and Food Supply at the Brasil-Germany Conference on Biodiversity, Forests and Climate, Brasília, Aug. 18.
- Acsehrad, Henri. 2000. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.2, n.2, dez., p.5-15.
- Acsehrad, Henri. 2004. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Afonso, Sandra R.. 2012. A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do Pequi (*Caryocar brasiliense*). Brasília: Universidade de Brasília. Tese de Doutorado em Ciências Florestais.
- Aguiar, L.M.S.; Machado, Ricardo B.; Marinho-Filho, Jader. 2004. A diversidade biológica do Cerrado. In: Aguiar, L.M.S.; Camargo, A.J.A. Cerrado: ecologia e caracterização. Planaltina: Embrapa-CPAC.
- Albuquerque, José Lindomar C. 2009. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos '*brasiguaios*' entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, v.15, n.31, p.137-166.
- Alho, Cleber J.R.; Martins, Eduardo S. 1995. De grão em grão o cerrado perde espaço. Brasília: WWF, Pró-Cer.
- Almeida, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira.
- Almeida, C.M. *et al.* 2003. Stochastic cellular automata modeling of urban land use dynamics: empirical development and estimation. *Computers, Environment and Urban Systems*, 27, 481-509.
- Almeida, Semíramis Pedrosa de *et al.* 1998. Cerrado: espécies vegetais úteis. Planaltina: EMBRAPA-CPAC.
- Almeida, Semíramis Pedrosa de. 1998. Cerrado: aproveitamento alimentar. Planaltina: EMBRAPA-CPAC.
- Almeida, Semíramis Pedrosa de; Silva, José Antônio da; Ribeiro, José Felipe. 1987. Aproveitamento alimentar de espécies nativas dos Cerrados: araticum, baru, cagaita e jatobá. Planaltina: EMBRAPA-CPAC
- Alves, Diógenes. 1999. An Analysis of the Geographical Patterns of Deforestation in Brazilian Amazônia in the 1991-1996 period. Prepared for the Conference on Patterns and Processes of Land Use and Forest Change in the Amazon, Center for Latin American Studies, University of Florida. March 23-26.

- Alves, José Eustáquio Diniz. 2015. A encíclica Laudato Si': ecologia integral, gênero e ecologia profunda. *Horizonte*, v.13, n.39, p.1315.
- Amaral, R. B. 2013. Levantamento ecológico rápido da biodiversidade do rio Araguaia – Peixes. In: Silveira, L.; Jácomo, A. T. A. Levantamento Ecológico Rápido da Biodiversidade do Rio Araguaia. Mineiros: Instituto Onça-Pintada.
- Ambrizzi, T.; Araújo, M. (Eds.). 2014. Base científica das mudanças climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 1 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro: COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Anacleto, T.C.S., Miranda, F., Medri, I., Cuellar, E., Abba, A.M. e Superina, M. 2014. *Priodontes maximus*. The IUCN Red List of Threatened Species 2014: e.T18144A47442343. . Downloaded on 08 December 2015.
- Anacleto, T.C.S., 2007. Food Habits of Four Armadillo Species in the Cerrado Area, Mato Grosso, Brazil. *Zoological Studies* 46(4): 529-537
- Andersen, Martin M. 2015. Feasibility of new breeding techniques for organic farming. *Trends in Plant Science*, v.20, n.7, July, p.426-434.
- Andrade, Valéria Medeiros. 2006. Rumo ao etnodesenvolvimento Krahô: o papel do indigenismo e do BNDES. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Tese de Doutorado.
- Arraut, Josefina Moraes; Nobre, Carlos; Barbosa, Henrique M.J.; Obregón, Guillermo; Marengo, José. 2012. Aerial rivers and lakes: looking at large-scale moisture transport and its relation to Amazonia and to subtropical rainfall in South America. *Journal of Climate*, 15 jan., p.543-556.
- Arruda, Moacir B. 2003. Representatividade ecológica com base na biogeografia de biomas e ecorregiões continentais do Brasil: o caso do bioma Cerrado. Brasília: Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado em Ecologia.
- Arruda, Moacir B. (Org.). 2004. Gestão integrada de ecossistemas aplicada a corredores ecológicos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Assad, Eduardo Delgado; Magalhães, Antônio R. (Eds.). 2014. Impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 2 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro: COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Assad, Eduardo Delgado *et al.*A. 2008. Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil. EMBRAPA-UNICAMP, São Paulo.
- Assad, Eduardo Delgado 2007. Mudanças climáticas e agricultura: uma abordagem agroclimatológica. *Ciência e Ambiente*, n.34, p.169-182.
- Assad, Eduardo Delgado (Coord.). 1994. Chuva nos Cerrados: análise e espacialização. Brasília: EMBRAPA-CPAC; EMBRAPA-SPI.
- Assad, Luís Tadeu; Litre, Gabriela; Nascimento, Elimar Pinheiro do. 2009. A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais. Brasília: IABS.
- Aubertin, C.; Rodary, E. (Eds.). 2011. Protected areas, sustainable land? Farnham, Surrey: Ashgate.
- Aubertin, Catherine. 1984. Através da evolução demográfica do Centro-Oeste Brasileiro: uma leitura da evolução dos sistemas produtivos. Rio de Janeiro: IBGE.

- Aubertin, Catherine. 1990. Mouvements de populations et changements économiques dan le Centre-Ouest brésilien. Paris: ORSTOM. Cahiers des sciences humaines, 26.
- Aulakh, Raveena. 2015. Environmental activists become endangered species in Brazil. Toronto Star, Oct.18.
- Ausebel, Jesse H.; Wernick, Iddo K.; Waggoner, Paul E. 2013. Peak farmland and the prospect for land sparing. Population and Development Review, v.38, supplement, p.221-242.
- Ayllón Pino, Bruno. 2103. La Cooperación Sur-Sur y Triangular: ¿subversión o adaptación de la cooperación internacional? Quito: Editorial IAEN.
- Ayres, José Márcio *et al.* 2005. Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil. Belém: Sociedade Civil Mamirauá.
- AZE (Alliance for Zero Extinction). 2010. AZE Update. Disponível em: <http://www.zeroextinction.org/pdf/2010_AZE_Data.pdf>, Acesso em: 25 mai. 2015.
- Azevedo, G. 1995. Vegetação do Cerrado: conhecimento científico para gestão ambiental. Brasília: Tomo II. Meio Natural, p.523-547.
- Barbosa, A.S. 2002. Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás.
- Barbosa, A.S.; Nascimento, I.V. 1993. Processos culturais associados à vegetação. In Pinto, Maria Novaes (Ed.). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.155-170.
- Barbosa, A.S. ; Ribeiro, M.B.; Schmitz, P.I. 1993. Cultura e ambiente em áreas do sudoeste de Goiás. In: Pinto, Maria Novaes (Ed.). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.75-108.
- Barros II, Sílvio Magalhães; La Penha, Denise Hamú M. (Coords.). 1994. Diretrizes para uma política nacional de *ecoturismo* na Amazônia Legal.
- Barroso, Mário *et al.* 2012. Áreas prioritárias para a conservação do Cerrado e Pantanal. Brasília: WWF-Brasil.
- BBC. 2015. Brazil cut to 'junk' credit rating by Standard e Poor's. British Broadcasting Company, Sept. 10.
- Bensusan, Nurit. 2015. Dividir para quê?: biomas do Brasil. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil.
- Bensusan, Nurit; Prates, AP. (Orgs.). 2014. A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil.
- Bergallo, H., de G., da Rocha, C.F.D., Alves, M.A. dos S. and Van Sluys, M. 2000. *A Fauna Ameaçada de Extinção do Estado do Rio de Janeiro*. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDUERJ), Rio de Janeiro, Brazil.
- Bertran, Paulo. 1988. Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília: Universidade Católica de Goiás; CODEPLAN.
- Beuchle, René *et al.* 2015. Land cover changes in the Brazilian Cerrado and Caatinga biomes from 1990 to 2010 based on a systematic remote sensing sampling approach. Applied Geography. v.8, p.116-127.
- Birdlife International. Threatened Birds of the World. Barcelona Cambridge, UK.: Lynx Edicions, BirdLife International, 2000.
- Bickel, Ulrike; Dros, Jan Maarten. 2003. The impacts of soybeans on Brazilian ecosystems. Brasília: WWF.
- Blomqvist, Linus; Nordhaus, Ted; Shellenberger, Michael. 2015. Nature unbound: decoupling for conservation. Oakland: Breakthrough Institute.

- Bloomberg. 2015. Brookfield said to raise \$300 million for Brazil farmland fund. Bloomberg Business, May 28.
- Bolliger, A.M. *et al.* 2006. Taking stock of the Brazilian 'Zero-Till Revolution': a review of landmark research and farmers' practice. *Advances in Agronomy*, n.91, p.48-110.
- Borrini-Feyerabend, G.; Kothari, A.; Oviedo, G.. 2004. Indigenous and local communities and protected areas towards equity and enhanced conservation: guidance on policy and practice for co-managed protected areas and community conserved areas. Gland; Cambridge, UK: IUCN.
- Braga, Cláudia; Moura, Alexandrina Sobreira de. 2013. Protocolo Verde: sustentabilidade ambiental no setor financeiro do Brasil. Actacientifica.
- Brandão, Reuber. 2015. Critérios ecológicos para a conservação do Cerrado: estamos protegendo adequadamente esse patrimônio? Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Brandão Jr., A., Barreto, P., Souza Jr., C.; Brito, B. 2015. Evolução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil (1990-2013) : setor de mudança de uso da terra. Observatório do Clima.
- Brandão, Carlos Rodrigues. 1981. Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal.
- Brannstrom, Christian. 2001. Conservation-with-development models in Brazil's agropastoral landscapes. *World Development*, n.8, p.1345-59.
- Brasil. 2002. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. Brasília : Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda Nacional.
- Brasil. 2004. Comunicação nacional inicial do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Brasília.
- Brasil. 2014. Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. 2a edition. Brasília.
- Brazil. 2015. Intended nationally determined contribution towards achieving the objective of the United Nations Framework Convention on Climate Change. New York: Ministry of External Relations.
- Brook, B.W., Sodhi, N.S.; Bradshaw, C.J.A. 2008. Synergies among extinction drivers under global change. *Trends in Ecology and Evolution*, n.23, p.453-460.
- Bruno, Ernani Silva. 1967. Grande Oeste. São Paulo: Cultrix. (História do Brasil geral e regional, 6).
- BSP/CI/TNC/WCS/WRI/WWF. 1995. A regional analysis of geographical priorities for biodiversity conservation in Latin America and the Caribbean. Washington: Biodiversity Support Program.
- Burung Indonesia *et al.* 2014. Wallacea biodiversity Hotspot: ecosystem profile. Jakarta: Burung Indonesia.
- Bursztyn, Marcel; Persegona; Marcelo. 2008. A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bustamante, Mercedes, Ferreira, Laerte G., Hill, M. J., Niall, P.; Hanan, N.P. 2010. Land use change and the carbon budget in the Brazilian Cerrado. In: Hill, M.J.; Hanan N.P. (Eds.). *Ecosystem function in Savannas measurement and modeling at landscape to global scales*. American Geophysical Union.
- Bustamante, Mercedes, Nardoto, G., Pinto, A., Resende, J., Takahashi, F.;Vieira, L. 2012. Potential impacts of climate change on biogeochemical functioning of Cerrado ecosystems. *Brazilian Journal of Biology* 72:655–671.

- Bustamante, Mercedes M.C.; La Rovere, E.L. (Eds.). 2014. Mitigação das mudanças climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 3 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas Rio de Janeiro: COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bustamante, Mercedes. 2015. Emissões de gases de efeito estufa no Cerrado. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Bustamante, Mercedes; Oliveira, Eddie Lenza de. 2008. Impacto das atividades agrícolas, florestais e pecuárias nos recursos naturais. In: Faleiro, Fábio Gelape; Farias Neto, Austeclínio Lopes de (Eds.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: EMBRAPA Cerrados. p.646-669.
- Bustamante, Mercedes; Nardoto, G.B.; Pinto, A.S.; Resende, J.C., Takahashi, F.S.; Vieira, L.C. 2012. Potential impacts of climate change on biogeochemical functioning of Cerrado ecosystems. *Braz J Biol*; Aug;72 (3 Suppl), p.655-671.
- Butto, Andréa *et al.* (Orgs.) 2014. Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Cabral, J.B.P. 2005. Estudo do processo de assoreamento em reservatórios. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, fev., p.62-69.
- Cadernos do Diálogo. 2011. Mosaicos Florestais Sustentáveis: monitoramento integrado da biodiversidade e diretrizes para restauração florestal, v.3.
- Caldas, Eduardo de Lima. 2013. Políticas de desenvolvimento territorial e intermunicipalidade no Brasil: complementaridades e tensões. *Sustentabilidade em Debate*, v.4, n.2, p.41-61.
- Campello, Francisco. 2007. Seminário Manejo Florestal Sustentado da Caatinga. Recife – PE.
- Campos, Maria Luiza. 2015. Espécies brasileiras que saíram da lista de ameaça ainda são vulneráveis. *Portal EcoDebate*, 16 abr.
- Carrasco, Lorenzo. 2006. Máfia verde: o ambientalismo a serviço do Governo Mundial. 10ed. Rio de Janeiro: Capax Dei.
- Carrara, Álvaro Alves. 2004. Uso sustentável da biodiversidade do cerrado e da caatinga do norte de Minas Gerais. In: Little, Paul (Org.). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. Brasília: Peirópolis, IEB. p.397-409.
- Carrazza, L.R.; Figueiredo, I. 2010. Cerrado que te quero vivo! Produtos e meios de vida sustentáveis apoiados pelo Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS). Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Carrazza, Luis. 2015. Presentation at the Seminar on the Cerrado Biome: Norms for Conservation and Sustainable Use, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Carrière, Stéphanie M.; Hervé, Dominique; Andriamahefazafy, Fano; Méral, Philippe. 2011. Corridors: compulsory passages? In: Aubertin, Catherine; Rodary, E. (Eds.). 2011. Protected areas, sustainable land? Farnham, Surrey: Ashgate.
- Carvajal, Andrés Felipe; Pabón, José Daniel. 2014. Temperatura de la superficie terrestre en diferentes tipos de cobertura de la Región Andina Colombiana. *Sociedade e Natureza*, v.26, n.1, Jan./Apr.
- Carvalho, José Ruy Porto de; Assad, Eduardo Delgado; Evangelista, Silvio Roberto Medeiros; Pinto, Hilton da Silveira. 2013. Estimation of dry spells in three

- Brazilian regions: analysis of extremes. *Atmospheric Research*, v.132-133, p.12-21.
- Carvalho, Igor S.H. 2007. Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado.
- Carvalho, Igor S.H.; Silveira Junior, Omar. 2006. Uma análise do empreendimento FrutaSã (Carolina-MA, Brasil) à luz da economia solidária. Carolina: Centro de Trabalho Indigenista.
- Carvalho, Igor S.H.; Sawyer, Donald. 2007. Potentials and limitations of sustainable use of Cerrado biodiversity: a case study of the Grande Sertão Cooperative, Minas Gerais, Brazil.
- Carvalho, C.; Almeida-Filho, R. 2009. Temporal Landsat tm series analysis to evaluate desertification process and its causes and effects, Piauí state, northeast of Brazil. IOP Conference Series: Earth and Environmental Sciences 6.
- Castanheira, Elizabeth. 2015. Presentation of the Brazilian Tree Institute (IBÁ) at the Brasil-Germany Conference on Biodiversity, Forests and Climate, Brasília, Aug. 18.
- Castles, Stephen. 2002. Environmental change and forced migration: making sense of the debate. Oxford: Refugees Studies Centre, University of Oxford. (Working Paper, 70).
- Castro, Carlos Ferreira. 1993. Usos sociais da biodiversidade. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.
- Castro, E.A.; Kauffman, J.B. 1998. Ecosystem structure in the Brazilian Cerrado: a vegetation gradient of above-ground biomass, root mass and consumption by fire. *Journal of Tropical Ecology*, v.14, p.263-283.
- Castro, Maria Inês. 2001. Natureza e sociedade em Mato Grosso, 1850-1930. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de doutorado.
- Castro, Maria Inês; Galetti, Lilia de S. Gudes. 1995. Histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso. In: Castro, Carlos *et al.* Diagnóstico florestal do Estado do Mato Grosso. Brasília: FUNATURA; ITTO; IBAMA.
- Cavalcanti, Roberto B. *et al.* 2012. Cerrado. In: Scarano, F.R. *et al.* (Orgs.). *Biomás brasileiros: retratos de um país plural*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Conservação Internacional, p.56-91.
- Cavalcanti, Roberto B., Marinho-Filho, Jader, Marini, M.Â., Machado, Ricardo B.; Aguiar, L.M.S. 2010. Cerrado e Pantanal, reservas de vida. *Scientific American Brasil*, p.66-71.
- CBD. 2010. Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020: 'Living in harmony with nature'. Montreal: Convention on Biological Diversity.
- CBD. 2014. Gangwon Declaration on Biodiversity for Sustainable Development. Pyeongchang: Convention on Biological Diversity.
- CBD. 2014. Global biodiversity outlook 4: a mid-term assessment of progress towards the implementation of the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020. Montréal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity.
- CEBDS. 2015. Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasileira de Desenvolvimento Sustentável.
- Céspedes, G.; Mereles, F. 2006. Estudio de la vegetación y la flora em el área de Aguara Ñu, Reserva de la Biosfera del Bosque Mbaracayú, Paraguay Oriental. *Rojasiana*, v. 7, n. 2, p. 153-164.

- Chase, Jacquelyn Rhea. 1993. Urbanization on the grain belt of Central Brazil: the case of Rio Verde, Goiás (Parte 1). Los Angeles: University of California. Tese (Doutorado).
- Cherem, J.J., Simões-Lopes, S.A. and Graipel, M.E. 2004. Lista dos mamíferos do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Mastozoología Neotropical* 11(2): 151-184.
- Chiarello, A.G., Costa, L.P., Leite, Y.L.R., Passamani, M., Siciliano, S. and Zortéa, M. 2007. Os mamíferos ameaçados de extinção no Estado do Espírito Santo. In: M. Passamani and S.L. Mendes (eds), *Espécies da fauna ameaçadas de extinção no Estado do Espírito Santo*, pp. 29-45. Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica, Vitória.
- Christensen, Jon. 2003. Few habitats, many species and a debate on preservation. *New York Times*, July 1.
- Christofidis, Demétrios. 2006. Oportunidades de irrigação no Cerrado: recursos hídricos dos cerrados e seu potencial de utilização na irrigação. *Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem*, n.69-70, 1 e 2 sem.
- Christoffoli, Pedro Ivan. 2009. O processo produtivo capitalista na agricultura e a introdução dos organismos geneticamente modificados: o caso da cultura de soja Roundup Ready (RR) no Brasil. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- Christoffoli, Pedro Ivan. 2010. O processo produtivo capitalista na agricultura e a introdução dos organismos geneticamente modificados : o caso da cultura da soja Roundup Ready (RR) no Brasil. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- Clark, Nathália. 2015. Rede Cerrado questiona governo sobre Plano Matopiba. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra.
- CNBB *et al.* 2004. Grito dos povos contra a destruição do Cerrado: sobre o Seminário Internacional Bioma Cerrado realizado em Balsas/MA, 7-11 jul. Balsas: CNBB, CPT/MA, GTA Babaçu, GTA Pesca, CENTRU, Tijupá.
- Constantino, R.; Schmidt, K. 2010. Cupins (Insecta: Isoptera). In: Diniz, I.R. *et al.* (Orgs.). *Cerrado: conhecimento científico quantitativo como subsídio para ações de conservação*. Brasília: Thesaurus, p.187-202.
- Costa, Francisco de Assis. 2012. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. *Economia e Sociedade*, v.21, n.2.
- Costa, F.N. *et al.* 2008. Erioucaulaceae na Cadeia do Espinhaço: riqueza, endemismo e ameaças. *Megadiversidade*, v. 4, n 1-2, p. 89-97,
- Costa, J.C. *et al.* Memória do workshop O Cerrado no contexto das mudanças climáticas globais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2010.
- Costa, C. J., Mozzer, G. B., Carvalho, A. M. De, Müller, A. G., Antônio, F., Mauro, J., Ávila, M., Moreira, P., and Meirelles, M. L. 2010. Memória do workshop o cerrado no contexto das mudanças climáticas globais.
- Costa, M.H. *et al.* 2003. Effects of large-scale change in land cover on the discharge of the Tocantins River, Southeastern Amazonia. *Journal of Hydrology*, 283(12), 206-217.
- Costa, M.H.; Pires, G.F. 2009. Effects of Amazon and central Brazil deforestation scenarios on the duration of the dry season in the arc of deforestation. *International Journal of Climatology*, 30(13), 1970-1979. doi:10.1002/joc.2048.
- Coutinho, L.M. 1990. Fire in the ecology of the Brazilian Cerrado. In: Goldammer, J.G. (Ed.). *Fire in the tropical biota: ecosystem processes and global challenges*. Berlin: Springer Verlag, p.82-105. (Ecological Studies, 8).

- CPI. 2013. Production and protection: a first look at key challenges in Brazil. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative.
- CPT. 2010. Cerrado: no veio das águas brota a vida, dos troncos retorcidos surge a esperança. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra.
- CPT. 2015. Campanha em Defesa do Cerrado. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra.
- Crooks, K.R.; Sanjayan, M. (Eds.). 2006. Connectivity conservation: maintaining connections of nature. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cruz, Luana. 2015. Armazenamento indevido de água na crise hídrica faz disparar casos de dengue. Estado de Minas, Apr. 13.
- CTE. 2015. Plano de manejo Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia: Centro Tecnológico de Engenharia Ltda.
- Cunha, Aécio S. (Coord.). 1994. Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos Cerrados. Brasília: IPEA.
- Cunha, José Marcos Pinto da. 1997. Os movimentos migratórios no Centro-Oeste na década de 80. Primeiro Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste. Brasília: CODEPLAN; NEPO/UNICAMP.
- Cunha de Paula, R. and DeMatteo, K. 2015. *Chrysocyon brachyurus*. The IUCN Red List of Threatened Species 2015: e.T4819A82316878. . Downloaded on 08 December 2015.
- Dall'Agnol, Amélio . 2015. Campeão mundial no uso de agrotóxicos? AgroLink, July 17.
- Delduque, Maria Celia. 2005. Conflitos sócio-ambientais no Cerrado brasileiro: o meio ambiente na instância judiciária federal. Brasília: Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Planejamento e Gestão Ambiental,
- Del Prette, Marcos Estevam; Matteo, Kátia Castro de. 2006. Origens e possibilidades do Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil. In: Ministério do Meio Ambiente. Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico: Caderno de Referência. Brasília: MMA.
- Dewar, Elaine. 1995. *Cloak of green: the links between key environmental groups, government and big business*. Toronto: James Lorimer.
- Dianese, J.C.; Medeiros, R.B.; Santos, L.T.P. 1997. Biodiversity of microfungi found on native plants of the Brazilian Cerrado. In: Hyde, K.D. (Ed.). Biodiversity of tropical microfungi. Hong Kong: Hong Kong University Press, p.367-417.
- Dias, Bráulio Ferreira de Souza (Coord.). 1992. Alternativas de desenvolvimento dos Cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis. Brasília: FUNATURA, IBAMA.
- Dias, Bráulio F.S. 1992. Cerrados: uma caracterização. In: Pinto, Maria Novaes (Org.). Alternativas de desenvolvimento dos Cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis. Brasília: Fundação Pró-Natureza.
- Dias, Bráulio F.S. 1993. A conservação da natureza. In: Pinto, Maria Novaes (Org.). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.607-663.
- Dias, Jaqueline E. 2014. Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional.
- Dias, Jaqueline E.; Laureano, Lourdes C. (Coords.). 2009. Farmacopéia opular do Cerrado. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari).
- Diegues, Antônio C. 1998. O mito moderno da natureza intocada, Editora HUCITEC, São Paulo.

- Diegues, Antônio C, 2003. Sociedades e comunidades sustentáveis. Nota técnica disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>
- Diniz, Bernardo Campolina. 2008. O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia.
- Diniz-Filho, J.*et al.* 2008. Agriculture, habitat loss and spatial patterns of human occupation in a biodiversity Hotspot. *Scientia Agricola* ,66(6), 764-771.
- Ditt, Eduardo H.; Menezes, Ronei S. de; Pádua, Cláudio V. 2008. O manejo da paisagem e a paisagem do manejo. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, p.21-36.
- Dros, Jan Maarten; Van Gelder J.W. 2002. Corporate actors in the South American soy production chain. Gland: World Wide Fund for Nature.
- Drummond, José Augusto; Franco, José Luiz de Andrade. 2009. Os naturalistas e a nação: heranças e contribuições. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Domingues, Edson; Araújo, Maria Silvia Muylaert de; Barata; Martha Macedo de Lima; Abramovay, Ricardo; Sawyer, Donald; Mamede, Euridice; Lacerda, Gleide; Vale, Petterson; Ribas; Rodrigo. 2012. Primeiro relatório de avaliação nacional, v.3, mitigação à mudança climática. Rio de Janeiro: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.
- Dourado, Bruno. 2015. Comments at the Seminar on the Cerrado Biome: Norms for Conservation and Sustainable Use, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Dutra, Cláudia Martins *et al.* 2013. Roteiro para a elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Dutra, Cláudia Martins. 2013. Lições aprendidas na conservação e recuperação da Mata Atlântica: Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Duarte, Laura M.G.; Braga, M.L.S. (Orgs). 1998. Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15.
- Duarte, Laura M.G.; Theodoro, Suzi (Orgs.). Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond.
- Durigan, G., and Ratter, James A. 2006. Successional changes in cerrado and cerrado/forest ecotonal vegetation in western são paulo state, brazil, 1962–2000. *Edinburgh Journal of Botany* 63:119.
- ECODATA. 2015. Rota da Sociobiodiversidade do Cerrado. Brasília: Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação.
- Egan, J. Franklin; Mortensen, David A. 2012. A comparison of land-sharing and land-sparing strategies for plant richness conservation in agricultural landscapes. *Ecological Applications*, n.22, p.459-471.
- Eiten, George. 1972. The Cerrado vegetation of Brazil. *Botanical Review*, v.38, p.201-341.
- Eiten, George. 1993. Vegetação. In: Pinto, Maria Novaes (Org.). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, p.9-67.
- Eken, George *et al.* 2004. Key Biodiversity Areas: the site conservation targets. *BioScience*, v.54, n. 12, p.1110-1118,

- Eloy, Ludivine. 2014. Consulta durante o VIII Encontro dos Povos do Cerrado, 6-8 de junho de 2014: relatório de análise dos dados. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Eloy, Ludivine; Carvalho, Igor S.H.; Figueiredo, Isabel. 2014. Sistemas agrícolas tradicionais no Cerrado: caracterização, transformações e perspectivas.
- Emmons, L. H. 1999. Mamíferos de Los Bosques Húmedos de América Tropical: Uma guia de campo. Bolívia: FAN.
- Encinas, José Imañas; Nóbrega, R.C. 2006. Uso atual do solo do projeto Ecomuseu do Cerrado. *Revista Árvore*, v.30, n.1, p.117-122.
- ESMAP. 1993. Alternativas energéticas para o polo siderúrgico de Carajás. Brasília: World Bank.
- Faleiro, F.G.; Farias Neto, A.L. de (Eds.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, p.1153-1181.
- FAO. 2010. Criteria and indicators for sustainable woodfuels. Rome: Food and Agriculture Organization.
- Farinaci, Juliana Sampaio; Ferreira, Leila da Costa; Batistella, Mateus. 2013. Transição florestal e modernização ecológica: a eucaliptocultura para além do bem e do mal. *Ambiente e Sociedade*, v.16, n.2, p.25-46.
- Fearnside, P.M. 2014. Conservation research in Brazilian Amazonia and its contribution to biodiversity maintenance and sustainable use of tropical forests. In: 1st Conference on Biodiversity in the Congo Basin, 6-10 June 2014, Kisangani, Democratic Republic of Congo, p.12-27
- Feiden, Peter. 2011. Adapting to climate change: cities and the urban poor. Washington: International Housing Coalition.
- Felfili, Jeanine Maria *et al.* 1994. Projeto Biogeografia do Bioma Cerrado: vegetação e solos. *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências/IBGE. n.12, out.-dez. p.75-166.
- Felfili, Jeanine *et al.* 2005. Biodiversidade, ecologia e conservação do Cerrado: avanços no conhecimento. In: Scariot, Aldicir. *et al.* (Orgs). Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.27-44.
- Felfili, Jeanine; Silva Júnior, Manoel C.. 2005. Diversidade alfa e beta no cerrado sensu stricto, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Bahia. In: Scariot, A. *et al.* (Orgs). Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.140-154.
- Fernandes, L.L.; Coelho, A.B.; Fernandes, E.A.; Lima, J.E.. 2011. Compensação e incentivo à proteção ambiental: o caso do ICMS ecológico em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.49, n.3, p.521-544.
- Ferrari, M.F.; Jong, Caroline de; Belohrad, Viola Stella. 2015. Community-based monitoring and information systems (CBMIS) in the context of the Convention on Biological Diversity (CBD). *Biodiversity*, v.16, n.2-3, p.57-67.
- Ferreira Filho, J.B.S.; Rocha M.T. 2004. Avaliação econômica de políticas públicas visando redução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 45. Anais do XLV Congresso da Sober, Londrina, p.1-27.
- Ferreira Jr., L.G.; Bustamante, M.M.C. (Orgs.). 2011. Monitoramento das emissões de carbono no Cerrado brasileiro. Brasília: Embaixada Britânica.
- Ferreira, A.M.M.; Salati, Enéas. 2005. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, v.19, n.54, p.25-44.

- Ferreira, L.V.; Venticinqu, E; Almeida, S. 2005. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Estudos Avançados*, v.19, n.53, p.157-166.
- Ferreira, Leila da Costa. 2003. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo
- Ferreira, M.E. 2009. Modelagem da dinâmica de paisagem do Cerrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG). Tese de Doutorado em Ciências Ambientais.
- Ferreira, M.E. *et al.* 2008. Indicativos de desmatamentos em unidades de conservação com base em dados orbitais: uma análise temporal (2003-2006) para o Cerrado Goiano. In: IX Simpósio Nacional Cerrado e II Simpósio Internacional Savanas Tropicais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados.
- Ferreira, M.E. *et al.* 2009. Ativos ambientais do bioma Cerrado: uma análise da cobertura vegetal nativa e sua relação com o preço da terra no estado Goiás. *Revista Brasileira de Cartografia*, 61(1), 37-50.
- Ferreira, M.E. *et al.* 2012. Modeling landscape dynamics in the central Brazilian savanna biome: future scenarios and perspectives for conservation. *Journal of Land Use Science*, 8(2), 403-421.
- Ferreira, N.C. *et al.* 2007. Riscos de desmatamentos e potencial de regeneração da vegetação nativa: definindo prioridades e estratégias territoriais. *Boletim Goiano de Geografia*, 27(1), 83-96.
- Ferri, Mário Guimarães (Coord.). 1971. Simpósio sobre o Cerrado. São Paulo: Edgard Blucher/Universidade de São Paulo.
- Ferri, Mário Guimarães (Coord.). 1977. IV Simpósio sobre o Cerrado. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia.
- Filgueiras, T.; Pereira, B.S. 1993. Flora. In: Pinto, Maria Novaes (Ed.). *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Filizola, B.C. 2013. Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da fava d'anta. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Fioravanti, C. 2015. Terra frágil: análises de imagens de satélite indicam desmatamento no Cerrado e Caatinga. *Revista Pesquisa FAPESP*, n.231, maio, p.46-51.
- Fiori, A.M.; Fioravante, C. 2001. Os caminhos para salvar o Cerrado paulista. *Revista Pesquisa*, n.63, abr.
- Fonseca, C.P. 2005. Caracterização dos ecossistemas aquáticos do Cerrado. In: Scariot, Aldicir *et al.* (Orgs). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.414-429.
- Fonseca, Gustavo A.B.; Hermann, G.; Leite, Y.L.R. 1999. Macrogeography of Brazilian mammals. In: Eisenberg, J.F.; Redford, K.H. (Eds.). *Mammals of the Neotropics: the Central Neotropics*. v.3, Ecuador, Peru, Bolivia, Brazil. Chicago: University of Chicago Press, p.549-563.
- Fontana, C.S., Bencke, G.A. and Reis, R.E. 2003. *Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul*. EDIPUCRS, Porto Alegre.
- Fontana, Maiti; Gualdani, Carla; Burgos Andrés; Assad, Luís Tadeu . 2015. Mandacaru awards: innovative projects and practices on access to water and living in harmony with the semi-arid. Brasília: IABS.
- Forest Trends. 2015. Incentivos econômicos para serviços ecossistêmicos no Brasil. Rio de Janeiro: Forest Trends.
- Forzza, R.C. *et al.* 2012. New Brazilian floristic list highlights conservation challenges. *BioScience*, v.62, p.39-45.

- Franco, José Luiz de Andrade; José Augusto Drummond. 2008. Wilderness and the Brazilian mind: nation and nature in Brazil from the 1920s to the 1940s. *Environmental History*, 13, Oct., p.724-750.
- Françoso, R.D. *et al.* 2015. Habitat loss and the effectiveness of protected areas in the Cerrado Biodiversity Hotspot. *Nature e Conservation*, v.13, n.2, p.35-40.
- Fraga, Érica. 2015. PIB pode afundar mais de 1% este ano e empurrar economia para recessão. *Folha de São Paulo*, Jan. 25.
- Freitas, Nelson Neto de. 2015. Comitês de Bacias Hidrográficas: desafios para o fortalecimento. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- FUNBIO. 2015. TFCA: a experiência brasileira; the Brazilian experience. Rio de Janeiro: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.
- Furley, Peter A. 1999. The nature and diversity of neotropical savanna vegetation with particular reference to the Brazilian Cerrados. *Global Ecology and Biogeography* 8:223–241.
- Furtado, Celso. 1963. *The economic growth of Brazil: a survey from colonial to modern times*. Berkeley: University of California Press.
- Funatura, Conservation International; Fundação Biodiversitas; Universidade de Brasília. 2000. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal. Brasília. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente.
- FUNATURA-. 2008. Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Brasília: Fundação Pro-Natureza.
- Gaetani, Francisco. 2015. Statement at the meeting of the Executive Secretary of the Minister of Environment with the ecosystem profile team and the Executive Director of CEPF on April 14.
- Galetti, Lylia da Silva Guedes. 2000. Nos confins da ‘civilização’: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado.
- Gall, Norman. 2015. Why the water is running out. www.nybooks.com.
- Ganem, Roseli Senna. 2010. Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de Cerrado. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- Ganem, Roseli Senna; Drummond, José Augusto; Franco, José Luiz de Andrade. 2013. Conservation policies and control of habitat fragmentation in the Brazilian Cerrado biome. *Ambiente e Sociedade*, v.16, n.3.
- Ganem, Roseli S.; Drummond, José Augusto; Franco, José Luiz A. 2009. Conservação da biodiversidade no bioma Cerrado: ameaças e oportunidades. *Novas Fronteiras*, p.335-355.
- Ganem, Roseli Senna (Org.). 2011. Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Ganem, Roseli Senna (Org.). 2015. Legislação brasileira sobre meio ambiente: instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Gariglio, M.A.; Sampaio, E.V.S.B.; Cestaro, L.A.; Kageyama, P.Y. (Orgs.). 2010. *Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga*. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro.
- Gartlan, Kieran. 2010. *The global power of Brazilian agribusiness*. London: The Economist Intelligence Unit.

- GCP. 2012. Community-powered monitoring of REDD+: open-source technology boosts community forest monitoring. *Canopy Viewpoint: Forests and Wellbeing*, June.
- GEF. 1998. Evaluation of experiences with conservation trust funds.
- Gerholdt, J.; Pandya, S. (n.d.). *Resources: the energy–water–food nexus*. v.2. Arlington: Conservation International’s Business e Sustainability Council.
- Gereffi, Gary. 1994. The organisation of buyer-driven commodity chains: how US retailers share overseas production networks. In: Gereffi, G.; Korzeniewicz, M. (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Praeger, p. 95-122.
- Gereffi, Gary; Humphrey, John; Sturgeon, Timothy. 2005. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v.12, n.1, Feb., p.78-104.
- Ghelfi, Renato. 2015. Despesas com conservação florestal recuam 45% em 2015. DCI – SP, 20 out., p.5.
- Ghelfi, Renato. 2015. Despesas com preservação florestal recuam 45% em 2015. DCI-CP, 20 out.
- Giulietti, N.; Giulietti, A.M. Pirani, J.R.; Menezes, N.L. 1988. Estudos em semprevivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais. *Acta Botanica Brasilica*, v.1, n.2, p.179-193 Giulietti, A.M. *et al.* (Orgs.). 2009. *Plantas raras do Brasil*. Belo Horizonte: Conservação Internacional e Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Goldemberg, José. 2009. Em defesa das hidrelétricas. *O Estado de São Paulo*, 20 jul.
- Goodland, R.J.A.; Irwin, H.S. 1975. Amazon jungle: green hell to red desert; an ecological discussion of the environmental impact of the highway construction program of the Amazon basin. Amsterdam: Elsevier.
- Grecchi, Rosana; Gwyn, Q. Hugh; Benié, Goze B.; Formaggio, Antônio R.; Fahl, Fernando C. 2014. Land use and land cover changes in the Brazilian Cerrado: a multidisciplinary approach to assess the impacts of agricultural expansion. *Applied Geography*, v.55, p.300-312.
- Grecchi, R.C.; Beuchle, R.; Shimabukuro, Y.E.; Sano, E.E.; Achard, F. 2015. Assessing land cover changes in the Brazilian Cerrado between 1990 and 2010 using a remote sensing sampling approach. In: *Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto-SBSR*, João Pessoa, PB, 25 a 29 de abril de 2015. João Pessoa: INPE.
- Grégoire-Zawilski, Myriam. 2015. Construire l’avantage comparative du Brésil? La coordination dand les filiales soje du Mato Grosso et du Paraná. Montréal: Université de Montréal. Mémoire de M.Sc.
- Grindle, Merilee S. 2004. Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries. *Governance: an International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v.17, p.525-548.
- Grindle, Merilee S. 2007. Good enough governance revisited. *Development Policy Review*, v.25, n.5, p.553.
- Guest, Peter. 2015. The nutcrackers and ‘the Chainsaw Queen’: the fight for control over Brazil’s Amazon. *news/vice/com*, Aug. 7.
- Guest, Peter. The nutcrackers and the ‘chainsaw queen’: the fight for control over Brazil’s Amazon. *news.vice.com*, Aug. 7.
- Guimarães, Carla. 2013. Rebanho bovino brasileiro se concentra em áreas do Cerrado. *Revista Sara*, 9 set.
- Guimarães, Eduardo Nunes; Leme, Heládio José de Campos. 1998. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In:

- Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas, p.21-74. (Textos NEPO, 33).
- Guimarães, Maria. 2014. Dança da chuva: a escassez de água que alarma o país tem relação íntima com as florestas. Revista FAPESP, dez.
- Hagggar, Jeremy; Schepp, Kathleen. 2012. Coffee and climate change: impacts and options for adaption in Brazil, Guatemala, Tanzania and Vietnam. Greenwich: NRI. (NRI Working Paper Series, Climate Change, Agriculture and Natural Resources, 4).
- Hecht, Susanna. 2011. From eco-catastrophe to zero deforestation? Interdisciplinary, politics, environmentalisms and reduced clearing in Amazonia. Environmental Conservation.
- Hecht, Susanna. 2014. Forests lost and found in tropical Latin America: the woodland 'green revolution'. Journal of Peasant Studies, v.41, n.5, p.877-909.
- Hecht, Susanna; Anderson, Anthony B.; May, Peter. 1988. The subsidy from nature: shifting cultivation, successional palm forests, and rural development. Human Organization, v.47, n.1, p.25-35.
- Henriques, R.P.B. 2005. Influência da história, solo e fogo na distribuição e dinâmica das fitofisionomias no bioma Cerrado. In: Scariot, A. *et al.* (Orgs). Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p. 73-92.
- Heringer, E.P.; Barroso, G.M.; Rizzo, J.A.; Rizzini, C.T. 1977. A flora do Cerrado. In: Simpósio sobre o Cerrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.4, p.211-232.
- Hill, David. 2015. Future of Brazil's babassu fruit breakers threatened by deforestation. BST Guardian, Aug. 18.
- Hill, David. Future of Brazil's babassu fruit breakers threatened by deforestation. Guardian, Aug. 18.
- HLPE. 2015. Water for food security and nutrition. Rome: High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition, Committee on World Food Security.
- Hogan, Daniel Joseph. 2000. Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste: dinâmica demográfica e mudança ambiental. Campinas: UNICAMP; Núcleo de Estudos de População.
- Holanda, Sérgio Buarque. 1936. Raízes do Brasil. xxx: Companhia das Letras, 3ed. 1997.
- Hoogesteijn, R. e Mondolfi, E. 1992. The jaguar. Armitano Editores. 183p.
- Horn, H.A.; Baggio, H. 2011. Desertification processes in the eastern central highlands of Brazil: Caatinga-Cerrado near the São Francisco valley, Minas gerais, and the relationship with the deterioration of life quality. Geo-riskGManagement—a German Latin American approach.
- Hunke, Philip. 2014. The Brazilian Cerrado: assessment of water and soil degradation in catchments under intensive agricultural use. Ecohydrology, v.8, n.6, Oct., p.1154-1180.
- IBGE. 2011. Atlas do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. 2015. Mapa de cobertura e uso da terra no Brasil 2012. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBAMA. 2002. GEO Brazil 2002 Environmental outlooks in Brazil. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.. 440p.

- ICMBIO. 2011. Plano de Ação para a Conservação da Onça-Pintada. Sumário Executivo. ICMBio. 8p.
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; WWF-Brasil. 2011. Avaliação comparada das aplicações do método Rappam nas unidades de conservação federais, nos ciclos 2005-06 e 2010. Brasília: ICMBio, 2011.
- ICV. 2005. Cerrado que te quero vivo! Produtos e meios de vida sustentáveis apoiados pelo Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos). Brasília: Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- IICA. 2015. Supporting local initiatives in the fight against desertification. Brasília: Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture.
- Imbach, Alejandro. 2015. Midterm Review (MTR) of the Fifth Operational Phase of the GEF Small Grants Program in Brazil.
- INESC. 2014. De onde vem a ideia de conservar a biodiversidade em áreas protegidas? Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, Heinrich Böll Stiftung.
- IPCC. 2007. Contribution of working groups i, ii and iii to the fourth assessment report of the intergovernmental panel on climate change. IPCC, Geneva.
- IPCC. 2014. Climate change 2014: synthesis report. Contribution of working groups i, ii and iii to the fifth assessment report of the intergovernmental panel on climate change. Geneva.
- IPÊ. 2008. Como receber turistas em áreas naturais. Manaus: Instituto de Pesquisas Ecológicas; GTZ/Projeto Corredores Ecológicos.
- ISPN. 2007. Cana-de-açúcar avança em áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável do Cerrado. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- ISPN. 2008. Cana-de-açúcar avança em áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável do Cerrado. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- ISPN. 2011. Long live the Cerrado! Sustainable products and livelihoods supported by the GEF Small Grants Programme in Brazil and the Programa de Pequenos Projetos Ecosociais. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- ISPN. 1999. Final reports on conservation and management of biodiversity of the Cerrado biome. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Ivaris Jr. 2015. Agricultura a serviço da produção de carne: integração lavoura-pecuária (ILP) é ferramenta para garantir alta produção dos bovinos Carpa Serrana. Folha de São Paulo, Sept. 26, Agro-Agricultura, p.4-5.
- IUCN. 2007. Current knowledge of the impacts of genetically modified organisms on biodiversity and human health: an information paper. World Conservation Union.
- Jardim, Mariana Heilbuth. 2010. Pagamentos por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso do município de Extrema – MG. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado.
- Jasinski, E. *et al.* 2005. Physical landscape correlates of the expansion of mechanized agriculture in Mato Grosso, Brazil. *Earth Interactions*, 9(16), 1-18.
- Jepson, Wendy E. 2003. A political ecology of land-use and land-cover change in the Central Brazilian Savanna since 1970. Los Angeles: University of California. Ph.D. Thesis.
- Jepson, Wendy E.; Brannstrom, Christian. 2005. A case of contested ecological modernisation: the governance of genetically modified crops in Brazil. *Environment and Planning C: Government and Policy* v.23, p.295-310.
- Kasecker, Thais P. *et al.* 2009. Áreas-chave para espécies raras de fanerógamas. In: Giulietti, A.M. *et al.* (Orgs.). *Plantas raras do Brasil*. Belo Horizonte:

- Conservação Internacional; Universidade Estadual de Feira de Santana, p.433-471.
- Kelman, Jerson. 2009. Prólogo. In: Salati, Enéas (Coord.). 2009. Economia das mudanças climáticas no Brasil: estimativas da oferta de recursos hídricos no Brasil em cenários futuros de clima (2015-2100). Rio de Janeiro: Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, p.4-5.
- Keys, P.W. *et al.* 2012. Analyzing precipitationsheds to understand the vulnerability of rainfall dependent regions. *Biogeosciences*, v.9, p.733-746.
- Kinzo, Mary Dayse. 1986. Small producers and the State: agriculture in the Amazon frontier. Manchester: University of Manchester. Ph.D. thesis.
- Kinzo, Mary Dayse; Gontijo, Vander. 1999. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável no Cerrado. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Klein, Herbert S. 1982. *A concise history of Bolivia*. Revised edition of Bolivia, the evolution of a multi-ethnic society. Cambridge: Cambridge University Press.
- Klink, Carlos Augusto; Moreira, Adriana G. 2002. Past and current human occupation and land-use. In: P.S. Oliveira; R.J. Marquis (Eds.). *The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical savanna*. New York: Columbia University Press. p.69-88.
- Klink, Carlos Augusto; Moreira, Adriana G.; Solbrig, O.T. 1993. Ecological impact of agricultural development in the Brazilian Cerrados. In: Young, M.D.; Solbrig, O.T. (ed.) 1993. *The world's savannas: economic driving forces, ecological constraints and policy options for sustainable land use*. Paris; Carnforth, UK: UNESCO; Parthenon. (Man and the Biosphere Series, 12),
- Klink, Carlos A. 2013. Policy intervention in the Cerrado savannas of Brazil: changes in land-use and effects on conservation. In: Consorte-McCrea, A.G.; Santos, E.F. (Eds.). *Ecology and conservation of the maned wolf: multidisciplinary perspectives*. CRC Press.
- Klink, Carlos A.; Machado, R.B. 2005. Conservation of the Brazilian Cerrado. *Conservation Biology*, n.19, p.707-713.
- Klink, Carlos A.; Machado, R.B. 2005. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, v.1, n.1,
- Kothari, A.; Neumann, A. 2014. ICCAs and Aichi Targets: the contribution of indigenous peoples' and local community conserved territories and areas to the Strategic Plan for Biodiversity 2011-20. (Policy Brief of the ICCA Consortium, 1).
- Kruckerberg, A.R. e Rabinowitz, D. Biological aspects of endemism in higher plants. *Ann. Rev. Ecol. Syst.*, 16: 447-479. 1985
- La Rovere, Ana Lúcia; Vieira, Liszt. 1992. Tratados das ONGs aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimento Sociais no âmbito do Fórum Global – ECO 92. Rio de Janeiro: Instituto de Ecologia e Desenvolvimento.
- La Rovere, Emilio Lèbre. 2001. Instrumentos de planejamento e gestão ambiental para a Amazônia, Cerrado e Pantanal; demandas e propostas: metodologia de avaliação de impacto ambiental. Brasília: Editora IBAMA.
- Lago, André Aranha Corrêa do. 2009. Stockholm, Rio, Johannesburg: Brazil and the three United Nations Conferences on the Environment. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Lambert, M.C.; Ribeiro, B. 2007. Diversidade e conservação da biota aquática. In: MMA. *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

- Landers, John N.; Freitas, Pedro L. de; Boddey, Robert M. 2005. Potential for mitigation of deforestation and negative off-farm impacts with conservation agriculture: employing zero tillage farming in the Brazilian Cerrado. Ch.10 In: Mistry, J.; Berardi, A. (Eds). Savannas and dry forests: linking people with nature. Aldershot, Hants: Ashgate, p.241-264.
- Landers, John N. 2015. Presentation by the former President of the Association for Zero Tillage in the Cerrado, Seminar on the Cerrado Biome: Norms for Conservation and Sustainable Use, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Langhammer, P.F. *et al.* 2007. Identification and gap analysis of key biodiversity areas: targets for comprehensive protected area systems. Gland: IUCN.
- Lapola, D. M., Martinelli, L. a., Peres, C. a., Ometto, J. P. H. B., Ferreira, M. E., Nobre, C. a., Aguiar, A. P. D., Bustamante, M. M. C., Cardoso, M. F., Costa, M. H., Joly, C. a., Leite, C. C., Moutinho, P., Sampaio, G., Strassburg, B. B. N., and Vieira, I. C. G. 2014. Pervasive transition of the Brazilian land-use system. *Nature Climate Change* 4:27–35.
- Latawiec, Agnieszka E.; Strassburg, Bernardo; Brancalion, Pedro; Rodrigues, Ricardo R.; Gardner, Toby. 2015. Creating space for large-scale restoration in tropical agricultural landscapes. *Frontiers in Ecology and the Environment*, v.13, n.4, p.211-218
- Lazaretti, Rhuia Maria Jorge; Santos, José Maurício Gonçalves dos; Andreazzi, Márcia Aparecida. 2013. Destinação dos resíduos da suinocultura em granjas das regiões sudoeste, norte e noroeste do estado do Paraná. VIII Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar, 22-25 out.
- Leal, I.R.; Fischer, E.; Kost, C.; Tabarelli, M.; Wirth, R. 2006. *Ant protection against herbivores and nectar thieves in Passiflora coccinea* flowers. *Ecoscience*, v.13, n.4, p.431-438.
- Leme, Taciana Neto. 2010. Os municípios e a Política Nacional do Meio Ambiente. *Planejamento e Políticas Públicas*, n.35, jul./dez.
- Lenti, Felipe. 2015. Estimativa das emissões evitadas e sequestros de carbono no PPP-ECOS: contribuições de projetos locais para a questão climática global. Brasília: ISPN.
- Leroy, Maya; Derroire, Géraldine; Vendé, Jeremy; Leménager, Tiphaine. Sustainable management of tropical forests: from a critical analysis of the concept to an environmental evaluation of its management arrangements. Paris: Agence Française de Développement.
- Leroy, Jean-Pierre; Maia, Kátia Drager; Guimarães, Roberto Pereira (Orgs.). 1997. Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois do Rio-92. Rio de Janeiro: FASE.
- Leuzinger, Márcia Dieguez. 2009. Natureza e cultura: unidades de conservação e populações tradicionais residentes. Curitiba: Letra da Lei.
- Lima, Jorge Enoch Furquim Werneck. 2015. Contribuição do Cerrado para a conservação das águas no Brasil. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Lima, I.L.P. 2008. Etnobotânica quantitativa de plantas do Cerrado e extrativismo de mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Norte de Minas Gerais: implicações para o manejo sustentável. Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado em Ecologia.

- Lima, E.S. *et al.* 2009. Mudanças pós-fogo na estrutura e composição da vegetação lenhosa, em um cerrado mesotrófico, no período de cinco anos (1997-2002) em Nova Xavantina, MT. *Cerne*, v.15, n.4, p.468-480.
- Lima, Jorge Enoch F.W. 2011. Situação e perspectivas sobre as águas do Cerrado. *Ciência e Cultura*, v. 63, n. 3, p. 27-29.
- Lima, Jorge Enoch F.W. 2015. Contribuição do Cerrado para a conservação das águas no Brasil. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Câmara dos Deputados, Brasília, Sept. 17-18.
- Lima, Jorge Enoch F.W.; Silva, E.M. 2005. Estimativa da produção hídrica superficial do Cerrado brasileiro. In: Scariot, A. *et al.* (Orgs). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p. 60-72.
- Lino, Geraldo Luís; Carrasco, Lorenzo; Costa, Nilder; Palacios, Silvia. *Máfia Verde 2: Ambientalismo, Novo Colonialismo*.
- Lins, Bárbara. 2015. Temperatura média anual do DF sobe 1,95°C em 50 anos, diz pesquisa. g1.globo.com/distrito-federal/noticia, 11 out.
- Lins, Livia; Disconzi, Gislaíne. 2015. Estimativa populacional das aves aquáticas. *Waterbird Population Estimation*.
- Litre, Gabriela; Rocha, Juliana Dalboni (Eds). 2014. *Sustentabilidade em Debate*, v.5, n.2, mai-ago.
- Little, Paul E. (Org.). 2014. *Os novos desafios da política ambiental brasileira*. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil.
- Lovett, Jon C. 2015. *Fairness and nature: when worlds collide*. Leeds: University of Leeds. 2v.
- Machado, Angelo .B.M. *et al.* (Eds.). 2008. *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.
- Machado, Ricardo B.; Ramos Neto, M.B.; Pereira, P.; Caldas, E.; Gonçalves, D.; Santos, N.; Tabor, K.; Steininger, M. 2004. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. *Conservation International do Brasil*, Brasília, 2004.
- Machado, Ricardo B. *et al.* 2004. Análise de lacunas de proteção da biodiversidade no Cerrado – Brasil. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2004. v. II – Seminários*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. p.29-38.
- Machado, Ricardo. 2015. Unidades de Conservação no Cerrado. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Magalhães, Rogério Marcos. 2011. *Obstáculos à exploração do baru (Dipteryx alata Vog.) no Cerrado goiano: sustentabilidade comprometida?* Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- Mandell, Paul I. 1969. *The development of the southern Goiás-Brasília region: agricultural development in a land-rich economy*. New York: Columbia University. Ph.D. thesis.
- Malhi, Yadvinder *et al.* 1998. Carbon dioxide transfer over a Central Amazonian rain forest, *J. Geophys. Res.*, 103(D24), 31593-31612.
- Malhi, Yadvinder *et al.* 2006. Regional variation of above-ground live biomass in old-growth Amazonian forests. *Glob. Change Biol.*, 12, 1-32.
- Malhi, Yavinder *et al.* 2008. Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon. *Science*, 319, 169- 172.
- Malhi, Yadvinder *et al.* 2009. Exploring the likelihood and mechanism of a climate-change-induced dieback of the Amazon rainforest. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 106(49), 20610- 20615.

- Malhi, Yadvinder; Wright J. 2004. Spatial patterns and recent trends in the climate of tropical rainforest regions. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London., Series B: Biological Sciences*, 359(1443), 311-329.
- Malhi, Yadvinder; Grace. J., 2000. Tropical forests and atmospheric carbon dioxide. *Trends in Ecology e Evolution*, 15, 332-337.
- Mann, Charles C. 2005. 1491: new revelations of the Americas before Columbus. New York: Knopf.
- Mann, Charles C. 2012. 1493: uncovering the new world Columbus created. New York: Vintage.
- Mantovani, J.E.; Pereira, L.A. 1998. Estimativa da integridade da cobertura vegetal do Cerrado/Pantanal através de dados TM/Landsat. Unpublished report for the Workshop Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal, Brasília, Brazil. Brasília: Funatura, Conservation International, Universidade de Brasília, Fundação Biodiversitas.
- Mardas, N. *et al.* 2012. Amazonia security agenda: summary of findings and initial recommendations. Global Canopy Programme, International Center for Tropical Agriculture.
- Marengo, José A. *et al.* 2009. Future change of temperature and precipitation extremes in South America as derived from the PRECIS regional climate modeling system. *International Journal of Climatology*, v.15, p.2241-2255.
- Marengo, José A., Ambrizzi, T., da Rocha, R. P., Alves, L. M., Cuadra, S. V., Valverde, M. C., Torres, R. R., Santos, D. C., and Ferraz, S. E. T. 2010. Future change of climate in south america in the late twenty-first century: intercomparison of scenarios from three regional climate models. *Climate Dynamics* 35:1089–1113.
- Marengo, José A. *et al.* 2011. Development of regional future climate change scenarios in South America using the Eta CPTEC/HadCM3 climate change projections: climatology and regional analyses for the Amazon, São Francisco and the Paraná River basins. *Climate Dynamics*, v.38, p.1829-1848.
- Marengo, José A.; Nobre, Carlos A.; Tomasella, J.; Cardoso, M.F.; Oyama, M.D. 2008. Hydro-climatic and ecological behaviour of the drought of Amazonia in 2005. *Phil. Trans. R. Soc. B*, v.363, p.1773-1778.
- Maretti, Cláudio. 2015a. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Maretti, Cláudio. 2015b. Presentation of the President of ICMBio at the Seminar on OCDE Environmental Performance Review, Ministry of Enviroment, Brasília, Nov. 4.
- Margules, C.R.; Pressey, R.L. 2000. Systematic conservation planning. *Nature*, v.405, p.243-253.
- Marin, A.M.F. 2006. Potencial nutritivo de frutos do Cerrado: composição em minerais e componentes não convencionais. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana. Área de Concentração: Ciência dos Alimentos), Universidade de Brasília, Brasília.
- Marinho-Filho, J. *et al.* 2010. Evolução do conhecimento e da conservação do Cerrado brasileiro. In: Diniz, I.R. *et al.* (Orgs.). Cerrado: conhecimento científico quantitativo como subsídio para ações de conservação. Brasília: Thesaurus, p.13-31.
- Marini, M.A.; Barbet-Massin, M.; Lopes, L.E.; Jiguet, F. 2009. Predicted Climate Driven Bird Distribution Changes and Forecasted Conservation Conflicts in a Neotropical Savanna. *Conservation Biology*, v. 23, p. 1558-1567.

- Marques, Fabrício. 2012. Um país, dois modelos: dispêndios estaduais em pesquisa e desenvolvimento revelam fosso entre São Paulo e as outras unidades da federação. Pesquisa FAPESP, n.199, set.
- Martinelli, Gustavo *et al.* (Orgs.). 2014. Livro vermelho da flora do Brasil: plantas raras do Cerrado. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- Martinelli, Gustavo; Moraes, M.A. 2013. Livro vermelho da flora do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- Martins, Carlos Romero; Hay, John Duval; Walter, B.M.T.; Proença, Carolyn Elinore Barnes; Vivaldi, Lúcio José. 2011. Impacto da invasão e do manejo do capim-gordura (*Melinis minutiflora*) sobre a riqueza e biomassa da flora nativa do Cerrado sentido restrito. Revista Brasileira de Botânica, v.34, p.73-90.
- Martins, Rodrigo. 2015. Mapping indigenous from Central Brazil between 1700 and 1900: a contribution to Nimuendaju's ethno-historical map using IBGE's database and other maps. In: Anais da Pre-Conference Symposium on Atlases, Toponymy and the History of Cartography, 27th International Cartographic Conference. Rio de Janeiro: ICA; IBGE.
- Mata, Gonzalo Castro de la; Riega-Campos, Sait. 2014. An analysis of international conservation funding in the Amazon. Ecosystem Services, Gordon and Betty Moore Foundation.
- May, Peter; Millikan, Brent; Gebara, Maria Fernanda. 2010. The context of REDD+ in Brazil: drivers, agents and institutions. Bogor: CIFOR. (Occasional Paper, 55).
- May, Peter Herman. 1990. Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu. São Luís: EMAPA.
- Maybury-Lewis, David. 1971. Akwê-Shavante society. Oxford: Clarendon.
- Medeiros, Josemar Xavier 1995. Aspectos econômicos-ecológicos da produção e utilização do carvão vegetal na siderurgia brasileira. In: May, Peter Herman (Org.). Economia ecológica: aplicações no Brasil. Rio de Janeiro: Campus. p.83-114.
- Medeiros, Marcelo; Costa, J. (2008). 'Is There a Feminization of Poverty in Latin America?' World Development. v.36, n.1, p.115-127.
- Medeiros, Rodrigo; Young; Carlos E.F.; Pavese, Helena B.; Araújo, F.F.S. 2011. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: sumário executivo. Brasília: UNEP-WCMC.
- Mello, Francisco F.C.; Cerri, Carlos E.P.; Davies, Christian A.; Holbrook, N. Michele; Paustian, Keith; Maia, Stoécio M.F.; Galdos, Marcelo V.; Bernoux, Martial; Cerri, Carlos C. 2014. Payback time for soil carbon and sugar-cane ethanol. Nature Climate Change, v.4, n.7, p.605-609
- Mello, P.L.H.; Machado, R.B.; Nogueira, C.C. 2015. Conserving biogeography: habitat loss and vicariant patterns in endemic squamates of the Cerrado Hotspot. PLoS One, 2015. Doi:10.1371/journal.pone.0133995.
- Mena, Fernanda. 2015. Incentivo fiscal pode tornar filantropos os bilionários do Brasil. Folha de São Paulo, 26 abr.
- Mendonça, R.C., Felfili, J.M., Walter, B.M.T.; da Silva, M.C. Jr.; Rezende, A.V.; Filgueiras, T.S.; Oliveira, P.E. 1997. Flora vascular do Cerrado. In: Sano, S.M.; Almeida, P. (Eds.). Cerrado: flora, homem e ambiente. Planaltina, Brazil: EMBRAPA - Cerrados. p.217-396.
- Mendonça, R.C.; Felfili, J.M.; Walter, B.M.T.; Silva Junior, M.C.; Filgueiras, T.S.; Nogueira, P.E.; Fagg, C.W. 2008. Flora vascular do bioma Cerrado: checklist com 12.356 espécies. In: Sano, S.M.; Almeida, S.P.; Ribeiro, J.F. (eds.).

- Cerrado: ecologia e flora. Brasília, Embrapa Informação e Tecnologia. v.2, p.423-1279.
- Mesquita, C.A.B. 2014. A natureza como o maior patrimônio: desafios e perspectivas da conservação voluntária em áreas protegidas privadas no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais), Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica,
- Messinis, Stelliany Symeon (Org.). 2015. Supporting local initiatives in the fight against desertification. Brasília: International Institute for Cooperation on Agriculture.
- Mikich, S.B. and Bernils, R.S. 2004. Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná. Instituto Ambiental do Paraná, Curitiba, Brazil.
- Miller, Michael E. 2015. Why are Brazil's environmentalists being murdered? Washington Post, Aug. 28.
- Millennium Ecosystem Assessment. 2005. Ecosystems and human well-being: synthesis. Washington: Island Press.
- Miragaya, Júlio Carlos Gameiro. 2013. A expansão da pecuária bovina na Amazônia Legal no período 1990/2009: impactos econômicos e ambientais. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- Miranda, F., Bertassoni, A. e Abba, A.M. 2014. *Myrmecophaga tridactyla*. The IUCN Red List of Threatened Species 2014: e.T14224A47441961. Downloaded on 08 December 2015.
- Miranda, Evaristo Eduardo de; Magalhães, Lucíola Alves; Carvalho, Carlos Alberto de. 2014. Proposta de delimitação territorial do Matopiba. Campinas: EMBRAPA.
- Miranda, Heloisa S.; Miranda, Antonio Carlos. 1999. Estoques de carbono e queimadas no Cerrado. Brasília: Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília.
- Miranda, Evaristo (Coord.). 2015. Matopiba: delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Mittermeier, Russell A. *et al.* 2004. Hotspots revisited: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Washington, D.C.: Cemex,
- Mittermeier, Russell A.; Fonseca, G.A.B., Rylands, A.B.; Mittermeier, C.G. 1997. Brazil. In Mittermeier, R.A.; Robles G.P.; Mittermeier, C.G. (Eds.). Megadiversity: earth's biologically wealthiest nations. México: CEMEX, Agrupación Sierra Madre. p.39-49.
- Miziara, F.; Ferreira, N.C. 2008. Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no estado de Goiás: subsídios à política ambiental. In: Ferreira, Laerte G. (Org.). A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no Cerrado. Goiânia: Editora da UFG. 223pp.
- MMA. 1999. Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal. Brasília: MMA.
- MMA . 2003. Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado: Programa Cerrado Sustentável.
- MMA. 2004. Agenda 21 brasileira: ações prioritárias. 2ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional.
- MMA. 2004. Programa Cerrado Sustentável: Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado. Proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado, instituído pela Portaria MMA n.361 de 12 de setembro de 2003.
- MMA. 2004. Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado: Programa Cerrado Sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

- MMA. 2007. Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação. Brasília: MMA.
- MMA *et al.* 2007. Cadeias dos produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação do mercado sustentável. Goiânia: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social.
- MMA. 2008. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. 2011. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas do bioma Cerrado. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. 2012. Estratégia nacional para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira: ampliação e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação da natureza, 2012 – 2020. Brasília: MMA.
- MMA. 2014. ProCerrado Federal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. 2014. PPCerrado: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, 2ª fase (2014-2015). Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. 2014. Projeto ‘Apoio a Estratégias Nacionais de Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado Brasileiro’: PROCERRADO Federal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. 2015. Fifth National Report to the Convention on Biological Diversity: Brazil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. 2015. Proposta de Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa: PLANAVEG. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. 2015. ZEE nos estados. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Molion, Luiz Carlos Baldicero. 2003. Águas do Tocantins para o São Francisco. *Ciência Hoje*, v.33, n.197, p.58-61.
- Monteiro, Fernanda Testa; Pereira, Doralice Barros; Del Gaudio, Rogata Soares. 2012. Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas: entre ideologias e territorialidades. *Sociedade e Natureza*, v.24, n.3, Sept./Dec.
- Morato, R. G., Beisiegel, B. M., Ramalho, E. E., Campos, C. B., Boulhosa, R. L. P. 2013. Avaliação do risco de extinção da Onça-pintada. In: *Avaliação do Estado de Conservação dos Carnívoros*. Biodiversidade Brasileira, 3(1), 122-132.
- Mosque, C.A.B. 2014. Nature as the greatest asset: challenges and prospects of voluntary conservation on private protected areas in Brazil. Rio de Janeiro: Forestry Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Doctoral thesis in Environmental Science and Forestry.
- Motta, R.S. 2011. The national policy on climate change: regulatory and governance aspects. In: Motta, R.S. *et al.* (Eds.). *Climate change in Brazil: economic, social and regulatory aspects*. Brasília: IPEA, p.33-44.
- Motta, Thiago. 2015. Presentation at the Seminar on the Cerrado Biome: Norms for Conservation and Sustainable Use, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- MRE. 2015. Participação da Sociedade Civil no processo de preparação da contribuição nacionalmente determinada do Brasil ao novo acordo sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.
- Mueller, Charles. 1983. Fronteira, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no Centro-Oeste. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.13, n.2, ago., p.619-660.

- Mueller, Charles. 1993. Competitividade e potencial do crescimento da agricultura da região dos Cerrados. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza; Departamento de Economia, Universidade de Brasília.
- Mueller, Charles. 1995. A sustentabilidade de expansão agrícola nos Cerrados. Brasília: ISPN. (Documento de Trabalho, 36).
- Myers, Norman. 1988. Threatened biotas: 'Hotspots' in tropical forests. *Environmentalist*, v.8, p.187-208.
- Myers, Norman. 1990. The biodiversity challenge: expanded Hotspots analysis. *Environmentalist*, v.10, p.243-256.
- Myers, Norman. *et al.* 2000. Biodiversity Hotspots for conservation priorities. *Nature*, v. 403, p. 853-858.
- Myrdal, Gunnar. 1957. Economic theory and underdeveloped regions. London: Methuen.
- Nabout, J.C.; Oliveira, G.; Magalhães, M.R.; Terribile, L.C.; Almeida, F.A.S. 2011. Global climate change and the production of 'pequi' fruits (*Caryocar brasiliense*) in the Brazilian Cerrado. *Natureza e Conservação*, v. 9, n. 1, p. 55-60.
- Nascimento, Sander da Rocha; Nery, Jonas Teixeira. 2005. Variabilidade da precipitação pluvial e da temperatura do ar em Ribeirão Preto (SP). *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 20 a 26 de março, Universidade de São Paulo.
- Nascimento, D.T. 2008. Fatores determinantes da gestão ambiental municipal: um estudo inicial. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília.
- Nascimento, Diego T.F.; Araújo, Fernando M.; Ferreira Jr.; Laerte G. 2011. Análise dos padrões de distribuição espacial e temporal dos focos de calor no bioma Cerrado. *Revista Brasileira de Cartografia*, n.63, p.577-589.
- Negret, A.; Taylor, J.; Soares, R.C.; Cavalcanti, R.B.; Johnson, C. 1984. Aves da região geopolítica do Distrito Federal (check list). Brasília: Ministério do Interior, Secretaria do Meio Ambiente.
- Neiva, Ivany Câmara. 1984. O outro lado da Colônia: contradições e formas de resistência popular na colônia agrícola nacional de Goiás. 224p. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado.
- Nepstad, D.; McGrath, D.; Stickler, C.; Alencar, A.; Azevedo, A.; Swette, B.; Bezerra, T. *et al.* 2014. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *Science*, v.344, n.6188, p.1118-1123.
- Nepstad, D.; Schwartzman, S.; Bamberger, B.; Santilli, M.; Ray, D.; Schlesinger, P.; Lefebvre, R.; Alencar, A.; Prinz, E.; Fiske, G.; Rolla, A. 2006. Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. *Conservation Biology*, n.20, p.65-73.
- Nepstad, D.; Stickler, C.; Almeida, O. 2006. Globalization of the Amazon soy and beef industries: opportunities for conservation. *Conservation Biology*, v.20, n.6, p.1595-1603.
- Nepstad, Daniel; Stickler, Cláudia M.; Almeida, Oriana T. 2008. *Globalização* das indústrias de soja e de gado na Amazônia: oportunidades para conservação. In: Rivero, S.; Jayme Jr., F.G. *As Amazônias do Século XXI*. Belém, Editora da UFPa, p.41-67.
- Newton, Peter; Agrawal, Arun; Wollenberg, Lini. 2103. Enhancing the sustainability of commodity supply chains in tropical forest and agricultural landscapes. *Global Environmental Change*.

- Nóbrega, Ig N.S.F. 2004. Crescimento e desenvolvimento da fruticultura irrigada no vale do São Francisco. Recife: Departamento de Economia e Administração, Universidade Católica de Pernambuco. Monografia.
- Nobre, A.D. 2014. O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica. São José dos Campos: Articulação Regional Amazônica.
- Nogueira, Mônica C.R. 2005. Quando o pequeno é grande: uma análise de projetos comunitários no Cerrado. São Paulo: Annablume.
- Nogueira, Mônica C.R. 2009. Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese doutorado, Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.
- Nogueira, Mônica; Fleischer, Soraya. 2005. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.13, n.1, abr., p.125-57.
- Nogueira *et al.* 2010a. Diversidade de répteis Squamata e evolução do conhecimento científico faunístico no Cerrado. In: Diniz, I. R. *et al.* (Orgs.). Cerrado – conhecimento científico quantitativo como subsídio para ações de conservação. Brasília: Thesaurus. p. 333-375.
- Nogueira, Cristiano *et al.* 2010b. Restricted-range fishes and the conservation of Brazilian freshwaters. *PLoS ONE*, v. 5, n. 6, e11390.
- Noss Reed F., Platt William J., Sorrie Bruce A., Weakley Alan S., Means D. Bruce, Costanza Jennifer and Peet Robert K. 2015. How global biodiversity hotspots may go unrecognized: lessons from the North American Coastal Plain. *Diversity and Distributions*, (Diversity Distrib.) (2015) 21, 236–244
- Nunes, M.R.; Philippi, Arlindo; Fernandes, V. 2012. Gestão Ambiental Municipal: objetivos, instrumentos e agentes. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n.23, p.66-72.
- Observatório da Sociedade Civil. 2014. O dinheiro das ONGs: como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades e porque isso é importante para o Brasil. Rio de Janeiro: Observatório da Sociedade Civil, ABONG.
- Observatório do Código Florestal. 2015. Novo estudo mostra déficit de floresta nos biomas brasileiros.
- OCDE. 2015. Governança dos recursos hídricos no Brasil. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development.
- OECD. 2015. OECD Environmental Performance Reviews: Brazil, 2015. Paris: OECD Publishing.
- Oliveira-Filho, A.T.; Ratter, J.A. 1995. A study of the origin of central Brazilian forests by the analysis of plant species distribution patterns. *Edinburgh Journal of Botany*, v. 52, n. 2, p. 141-194.
- Oliveira-Filho, A.T.; Ratter, James A. 2002. Vegetation physionomies and wood flora of the Cerrado Biome. In: Oliveira P.S.; Marquis, R.J. (Eds.). *The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical savanna*. New York: Columbia University Press, p.91-120.
- Oliveira-Filho, Eduardo Cyrino de; Lima, Jorge Enoch Furquim Werneck. 2002. Potencial de impacto da agricultura sobre os recursos hídricos na região do Cerrado. Planaltina: EMBRAPA Cerrados.
- Olivier, Eurico C. 2015. Salvem as bactérias! Extinção de biocompositores terá efeitos mais dramáticos do que o desaparecimento do urso panda ou do lobo-guará, diz biólogo. O Estado de São Paulo, 6 nov. Oliveira, Francisco. 2015. Dinâmica do desmatamento no Cerrado. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado:

- Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Oliveira, Guilherme *et al.* 2015. Conservation biogeography of the Cerrado's wild edible plants under climate change: linking biotic stability with agricultural expansion. *American Journal of Botany*, v.102, n.6, p.1-8.
- Oliveira, Gustavo de L.T. 2015. Chinese and other foreign investments in the Brazilian soybean complex. Rotterdam: International Institute of Social Studies. (Bicas Working Paper, 9).
- Oliveira, Gustavo de L.T. 2015. The geopolitics of Brazilian soybeans. *Journal of Peasant Studies*, 26 June.
- Oliveira, Gustavo de L.T.; Schneider, Mindi. 2015. The politics of flexing soybeans in China and Brazil. Amsterdam: Transnational Institute Agrarian Justice Program. (Think Piece Series on Flex Crops e Commodities, 3).
- Oliveira, Guilherme de C.; Fernandes Filho, E. I. 2013. Metodologia para delimitação de APPs em topos de morros segundo o novo Código Florestal brasileiro utilizando sistemas de informação geográfica. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, 16, Foz do Iguaçu. Anais. Foz do Iguaçu: INPE, p.4443-4450.
- Oliveira, G.; Lima-Ribeiro, M.S.; Terribile, L.C.; Dobrovolski, R.; Telles, M.P. D.C.; Diniz-Filho, J.A.F. 2015. Conservation biogeography of the cerrado's wild edible plants under climate change: linking biotic stability with agricultural expansion. *American Journal of Botany* 102:870–7.
- Oliveira, P.S.; Marquis, R.J. (Eds.). 2002. The cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical savanna.
- Olson, D. 2010. A decade of conservation by the Critical Ecosystem Partnership Fund 2001-2010: an independent evaluation of CEPF's global impact. Arlington: Conservation Earth for the Critical Ecosystem Partnership Fund.
- Ondei, Vera. 2015. A nova onda do campo: a integração da lavoura com a pecuária e a floresta via revolucionar o agronegócio brasileiro. *Dinheiro Rural*, n.125, maio, p.34-42.
- Ortega, Antonio César; Jesus, Clesio Marcelino de; Mouro, Marcela de Castro. 2009. Mecanização e emprego na cafeicultura do Cerrado Mineiro. *Revista da ABET*, v.8, n.2.
- Osborne, Patrick L. 2000. *Tropical Ecosystem and Ecological Concepts*. Cambridge University Press.
- Pádua, M.T.J. 1992. Conservação in situ: unidades de conservação. In: Alternativas de desenvolvimento dos Cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis. Brasília: Funatura.
- Paglia, A.P.; Fonseca, G.A.B.; Silva, J.M.C. 2008. A fauna brasileira ameaçada de extinção: síntese taxonômica e geográfica. In: Machado, A.B.M.; Drummond, G.M.; Paglia, A.P. (Orgs.). Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Belo Horizonte: Ministério do Meio Ambiente; Fundação Biodiversitas, p.63-70.
- Paglia, A.P. *et al.* 2012. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. 2ed. Occasional Papers in Conservation Biology, n.6. Arlington: Conservation International.
- Paiva, R. J. O.; Brites, R. S.; Machado, R. B. 2015. The role of protected areas in the avoidance of anthropogenic conversion in a high pressure region: a matching method analysis in the core region of the Brazilian Cerrado. *PLoS One*. Doi:10.1371/journal.pone.0132582.

- Pauletti, Maucir; Schneider, Nereu; Mangolim, Olívio. 1997. Por que os guarani e os kaiová se suicidam: espaço e vida dos índios guarani e kaiová de Mato Grosso do Sul; histórico, contexto e análise do suicídio. Campo Grande: CIMI-MS.
- PBMC. 2014. Primeiro relatório de avaliação nacional. Rio de Janeiro: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.
- PBMC. 2014. Impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas. contribuição do grupo de trabalho 2 do painel brasileiro de mudanças climáticas ao primeiro relatório da avaliação nacional sobre mudanças climáticas. (E.D. Assad and A.R. Magalhães, Eds.). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pereira, Ludivine Eloy Costa; Fernandes, Cecilia Ricardo. 2015. Manejo integrado do fogo (MIF) em sistemas agropastoris no Jalapão: primeiras considerações a partir de um trabalho de campo na comunidade quilombola de Mumbuca, Parque Estadual do Jalapão. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- Peron, A.J.; Evangelista, A.R. 2004. Degradação de pastagens em regiões do cerrado. *Ciência e Agrotecnologia*, v.28, n.3, p.655-661.
- Perz, S., Brilhante, S.; Brown, F.; Caldas, M.; Ikeda, S.; Mendoza, E.; Overdeest, C.; Reis, V.; Reyes, J.F.; Rojas, D.; Schmink, M.; Souza, C.; Walker, R. 2008. Road building, land use and climate change: prospects for environmental governance in the Amazon. *Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci*; 363(1498), p.1889-95.
- Peres, J.R.R.; Oliveira, M.C.B.; Zoby, J.L. 2006. Eixo tecnológico da Ecorregião Centro-Oeste: agricultura familiar no Bioma Cerrado. In: Sousa, I.S.F. (Ed.). *Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, p.163-172.
- Piccirillo, Antonio N. 1993. The metamorphosis: expected changes in the Brazilian debt-for-nature swap process and policy implications. *Fordham International Law Journal*, v.17, n.3, p.545-598.
- Pinheiro-Machado, Cynthia *et al.* 2002. Brazilian bee surveys: state of knowledge, conservation and sustainable use. In: Kevan, P.; Imperatriz Fonseca, V.L. (Eds.). *Pollinating bees: the conservation link between agriculture and nature*. Brasília: Ministry of Environment, p.115-129.
- Pinheiro, M.R. (Ed.). 2010. Recommendations for recognition and implementation of protected areas mosaics. Brasília: GTZ.
- Pinto, Maria Novaes (Org.). 1993. Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. 2ed. Brasília: Editora UnB.
- Pires, Mauro Oliveira. 1997. Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Brasília. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado.
- Pires, Mauro Oliveira; Scárdua, Fernando Paiva. 1998. Extrativismo vegetal no Cerrado. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Pires, Mauro Oliveira. 2014. A política de combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado. In: Little, Paul E. (Org.). *Os novos desafios da política ambiental brasileira*. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, p.206-235.
- Pivello, Vânia Regina. 2005. Invasões biológicas no Cerrado brasileiro: efeitos da introdução de espécies exóticas sobre a biodiversidade. Brasília: Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília.
- Pivello, Vânia Regina. 2015. Critérios ecológicos para a proteção do Cerrado. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.

- Pivello, V.R.; Coutinho, L.M. 1996. A qualitative successional model to assist in the management of Brazilian Cerrados. *Forest Ecology and Management*, 87, 127-138.
- Pivello, V.R. 2005. Invasões biológicas no Cerrado brasileiro: efeitos da introdução de espécies exóticas sobre a biodiversidade. *Ecologia. Info*, n.33.
- PBMC - Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. 2012. Sumário executivo do volume 1 – Base científica das mudanças climáticas. Contribuição do grupo de trabalho 1 para o 1º. Relatório de avaliação nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Volume especial para a Rio+20. Rio de Janeiro: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.
- Prado, R.C.C. 2014. Dinâmica da migração e reprodução dos peixes na Região da Foz do Rio Abaeté, Alto São Francisco, MG. Lavras: Universidade Federal de Lavras. Dissertação de Mestrado em Ecologia Aplicada.
- Porro, Roberto; Miccolis, Andrew. 2011. Políticas públicas para desenvolvimento agroflorestal no Brasil. Belém: ICRAF.
- Portillo-Quintero, C.A.; Sánchez-Azofeifa, G.A. 2010. Extent and conservation of tropical dry forests in the Americas. *Biological Conservation*, n.143, p.144-155.
- Proença, Carolyn E.B. *et al.* 2010. Regionalização, centros de endemismos e conservação com base em espécies de Angiospermas indicadoras da biodiversidade do Cerrado brasileiro. In: Diniz, I.R.; Marinho Filho, J.; Machado, R.B.; Cavalcante, R.B. (Orgs.). *Cerrado: conhecimento científico quantitativo com subsídio a sua conservação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Editora Thesaurus, v.1, p.88-146.
- Pufal, Denise V. de Lima. 1999. Atividades agropecuárias e desenvolvimento sustentável no Cerrado. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Rada, Nicholas E. 2013. Assessing Brazil's Cerrado agricultural miracle: an update. *Food Policy*, v.38, p.146-155.
- Rapini, A. *et al.* 2008. A flora dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço. *Megadiversidade*, v. 4, n. 1-2, p. 16-24.
- Rasul, G.; Sharma, B. 2015. The nexus approach to water–energy–food security: an option for adaptation to climate change. *Climate Policy*, DOI: 10.1080/14693062.2015. 1029865.
- Ratter, James A.; Ribeiro, José Felipe; Bridgewater, Sam. 1997. The Brazilian Cerrado vegetation and threats to its biodiversity. *Annals of Botany*, n.80, p.223-30.
- Ratter, James A. *et al.* 2011. Analysis of the floristic composition of the Brazilian Cerrado vegetation IV: revision of the comparison of the woody vegetation of 367 areas and presentation of a revised data-base of 367 areas. Royal Botanic Garden Edinburgh. Disponível em: <<http://cerrado.rbge.org.uk>>. Acesso em: 30 abr. 2015
- Raw, Anthony. 1998. Número de insetos, a riqueza de espécies e aspectos zoogeográficos nos Cerrados. Unpublished report for the Workshop - Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal. Brasília: Funatura, Conservation International, Universidade de Brasília, Fundação Biodiversitas.
- Raw, Anthony 2007. A riqueza de espécies e aspectos zoogeográficos nos cerrados. In: MMA. *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.173-189.
- Reatto, A., Correia, J. R., Spera, S. T., Sano, S. M. ; Almeida, S. P. de. 1998. Solos do bioma cerrado: aspectos pedológicos. *Cerrado: ambiente e flora*. Embrapa-CPAC Planaltina.

- Reatto, A.; Martins, E.S. 2005. Classes de solo em relação aos controles da paisagem do bioma Cerrado. In: Scariot, Aldicir *et al.* (Orgs.). Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.47-59.
- Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. 1999. Apoio à conservação e ao desenvolvimento do Cerrado: proposta de linhas de ação. Brasília.
- Redford, K. 1994. The Edentates of the Cerrado. *Edetata 1*: (1).
- Redford, K.H.; Fonseca, G.A.B. 1986. The role of gallery forests in the zoogeography of the Cerrado's non-volant mammalian fauna. *Biotropica* 18:125-135.
- Rezende, G.C. 2003. Ocupação agrícola, estrutura agrária e mercado de trabalho rural no Cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e das políticas públicas. In: Helfand, S.M.; Rezende G.C. (Orgs.). Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. p.173-212.
- Ribeiro, José Felipe; Dias, T. (Orgs.). 2007. Diversidade e conservação da vegetação e da flora. In: MMA. Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p.21-138.
- Ribeiro, José Felipe; Walter, T.M.B. 1998. Fitofisionomias do bioma Cerrado. p.89-166. In: Sano, S.M.; Almeida, S.P. (Eds.). Cerrado: ambiente e flora. Embrapa Cerrados, Planaltina, DF.
- Ribeiro, José Felipe; Walter, B.M.T. 2008. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: Sano, S.M.; Almeida, S.P.; Ribeiro, J.F. (Eds.). Cerrado: ecologia e flora. v.1. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. p.153-212.
- Ribeiro, Ricardo Ferreira. 1999. Sistematização de experiências de ONGs relacionadas com práticas de desenvolvimento sustentável no Cerrado. Relatório preliminar para discussão. Brasília: Rede Cerrado de ONGs.
- Ribeiro, Wagner Costa. 2008. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. *Estudos Avançados*, v.22, n.64.
- Ribeiro-Silva, Suelma; Scariot, Aldicir; Medeiros, Marcelo Brilhante de. 2012. Uso e práticas de manejo de faveira (*Dimorphandra gardneriana*) na Região da Chapada do Araripe, Ceará: implicações ecológicas e sócio-econômicas. *Biodiversidade Brasileira*, v.2, n.2, 62-74
- Rights and Resources Initiative. 2015. Protected areas and the land rights of indigenous peoples and local communities: current issues and future agenda.
- Rocha, G.F. *et al.* 2011. Detecção de desmatamentos no bioma Cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. *Revista Brasileira de Cartografia*, 63(3), 341-349.
- Rocha, G.F.; Ferreira, L.G.; Ferreira, N.C.; Ferreira, M.E. 2011. Deforestation detection in the Cerrado biome between 2002 and 2009: patterns, trends and impacts. *Revista Brasileira de Cartografia*, n. 63/03, p. 341-349.
- Rocha, I.R.D.; Cavalcanti, R.B.; Marinho-Filho, J.S.; Araújo, A.B.; Kitayama, K. 1990. Fauna do Distrito Federal. In: Pinto, MariaNovaes (Ed.). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.185-191.
- RODDEN M, F RODRIGUES, and S BESTELMEYER. 2004. Maned wolf (*Chrysocyon brachyurus*). Pp. 38-44, in: Canids: Foxes, Wolves, Jackals and Dogs. Status Survey and Conservation Action Plan (C Sillero-Zubiri, M Hoffmann and DW Macdonald, eds). IUCN/SSC Canid Specialist Group. Gland, Switzerland and Cambridge, UK.

- Rodin, P. 2004. Distribuição da biomassa subterrânea e dinâmica de raízes finas em ecossistemas nativos e em pastagem plantada no Cerrado do Brasil Central. Brasília Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em Ecologia.
- Rodrigues, F. H. G., A. Hass, A. C. R. Lacerda, R. L. S. C. Grandó, M. A. Bagno, A. M. R. Bezerra, and W. R. Silva. 2007. *Feeding habits of the maned wolf (Chrysocyon brachyurus) in the Brazilian cerrado*. *Mastozoologia Neotropical* 14: 37–51.
- Rodrigues, D.M.T.; Miziara F. 2008. Expansão da fronteira agrícola: a intensificação da pecuária bovina no estado de Goiás. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, 38(1), 14-20.
- Rodrigues, Sílvio Carlos. 2003. Mapa geomorfológico do Cerrado aplicado a definição de ecorregiões. X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada.
- Roesler, *et al.* 2007. Atividade antioxidante de frutas do cerrado. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v.27, n.1, p.53-60.
- Romero, Simon. 2015. TIAA-CREF, U.S. investment giant, accused of land grabs in Brazil. New York Times, Nov. 16.
- Rosa, João Guimarães. 2001. Grande sertão: veredas. 19ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RTRS. 2103. The Round Table on Responsible Soy (RTRS) High Conservation Value Area (HCVA) assessment and audit guide for category 2. Round Table on Responsible Soy.
- Rudel, Thomas K.; Schneider, Laura; Uriarte, Marta. 2010. Forest transitions: an introduction. *Land Use Policy*, v.27, p.95-97.
- Rylands, A.B.; Fonseca, M.T.; Machado, R.B.; Cavalcanti, R.B.B. 2004. Brazil. In: Spalding M.; Chape S.; Jenkins, M. (Eds.). *The state of the world's protected areas*. Cambridge: United Nations Environment Program; World Conservation Monitoring Centre.
- Saaty, T.L. 1980. *The Analytic Hierarchy Process*. McGraw Hill International.
- Salati, Enéas *et al.* 1978. Origem e distribuição das chuvas na Amazônia. *Interciência*, v.3, n.4, p.200-206.
- Salati, Enéas (Coord.). 2009. *Economia das mudanças climáticas no Brasil: estimativas da oferta de recursos hídricos no Brasil em cenários futuros de clima (2015-2100)*. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável.
- Salgado-Labouriau, M.L. 2005. Alguns aspectos sobre a Paleoecologia dos Cerrados. In: Scariot, A. *et al.* (Orgs.). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.106-118.
- Salgado, Gustavo S.M.; Galinkin, Maurício. 2004. Reserva da Biosfera do Cerrado, um patrimônio de Brasília: uma avaliação dos dez anos de criação da Reserva da Biosfera do Cerrado – DF. Brasília: Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC).
- Salles, Paulo. 2015. O fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica e da gestão das águas do Cerrado. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Sampaio, Júlio. 2015. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Sanderson, E.W.; Redford, K.; Chetkiewicz, C.H.B.; Medellín, R.A.; Rabinowitz, A.; Robinson, J.G. e Taber, A.B. 2002. Planning to save a species: the jaguar as a model. *Conservation Biology*, 16: 58-72.

- Santana, Sílvio. 2015. CNBB e o MROSC; notas para audiência sobre a MPC 684. 14 out.
- Santilli, Juliana. 2009. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis.
- Sanderson, J. *et al.* 2003. Biodiversity Conservation Corridors: Considerations for Planning, Implementation and Monitoring of Sustainable Landscapes. Washington: Conservation International.
- Sano, Edson E. *et al.* 2001. Assessing the spatial distribution of cultivated pastures in the Brazilian Savanna. *Pasturas Tropicales*, 22(3), 2-15.
- Sano, Edson E. *et al.* 2008. Mapeamento semidetalhado (escala de 1:250.000) da cobertura vegetal antrópica do bioma Cerrado. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, 43(1), 153-156.
- Sano, Edson E. *et al.* 2010. Land cover mapping of the tropical Savanna region in Brazil. *Environmental Monitoring and Assessment*, 166, 113-124.
- Santos, P.R.; Pereira, G.; Rocha, L.C. 2014. Análise da distribuição espacial dos focos de queimadas para o bioma Cerrado (2002-2012). In: I Simpósio Mineiro de Geografia, 26 a 30 de maio de 2014, Alfenas, MG. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas.
- Santos, Michel. 2015. Presentation in the session on Development and Strengthening of Public Policies for the Cerrado, Seminar on Perspectives for a Sustainable Cerrado, Brasília, Ministry of Environment, June 18.
- Sarmiento, G. 1983. The savannas of Tropical America. In Bourlière, F. (Ed.), *Tropical Savannas*. New York: Elsevier. (Ecosystems of the World Series, 13).
- Saraiva, Nicholas Allain. 2010. Frutos do Cerrado: avaliação econômica do potencial produtivo. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN).
- Sarney Filho, José. 2015. Presentation of the President of the Environment and Sustainable Development Commission of the Chamber of Deputies, Seminar on the Cerrado Biome: Norms for Conservation and Sustainable Use, Chamber of Deputies, National Congress, Brasília, Sept. 17-18.
- Sawyer, Donald. 1997. Urbanization of the Brazilian frontier. In: Jones, Gavin W.; Visaria, Pravin (Eds.). *Urbanization in large developing countries: China, Indonesia, Brazil, and India*. Oxford: Clarendon Press. p.245-257.
- Sawyer, Donald (Org.). 1999. Disponibilidade de água e fruticultura irrigada no Nordeste. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Sawyer, Donald (Org.). 2001. Disponibilidade de água e fruticultura irrigada no Nordeste. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Sawyer, Donald. 2002. População, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Cerrado. In: Hogan, Daniel *et al.* (Orgs.). *Migração e meio ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, p.277-299.
- Sawyer, Donald. 2004. Comercialização de produtos agroextrativistas: entradas e saídas. Apresentado no painel sobre Comercialização de Produtos Agroextrativistas, Semana do Meio Ambiente, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2 jun.
- Sawyer, Donald. 2007. Produtos florestais não madeireiros: verificação de realidade e de viés. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- Sawyer, Donald. (Coord.). 2007. Aspectos sócio-econômicos e políticas públicas. In: MMA. *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p.333-371. (Série Biodiversidade, 17).

- Sawyer, Donald. 2008. Climate change, biofuels and eco-social impacts in the Brazilian Amazon and Cerrado. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, v.363, n.1498, p.1747-52.
- Sawyer, Donald. 2009. Entraves regulatórios de atividades extrativistas na Amazônia: problemas, enfrentamento e soluções. Brasília. Nota Técnica elaborada para o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), com apoio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.
- Sawyer, Donald. 2009. Fluxos de carbono na Amazônia e no Cerrado: um olhar socioecossistêmico. *Sociedade e Estado*, 24(1), 149-171.
- Sawyer, Donald. 2009. Políticas públicas e impactos socioambientais no Cerrado. In: Galinkin, A.; Pondaag, M.C.M. (Orgs.). *Capacitação de lideranças do Cerrado*. 2ed. Brasília: TechnoPolitik, p.87-92.
- Sawyer, Donald. 2011. Brazil, BRIC and BASIC positions on mitigation of global climate change. Brasília: ISPN. *Textos Eco-Sociais 11-02*.
- Sawyer, Donald. 2011. O nome dos bois: lucratividade e legalidade da pecuária na fronteira.
- Sawyer, Donald. 2011. A cooperação internacional na área ambiental no Brasil. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. (Texto Ecosocial 11-02).
- Sawyer, Donald. 2011. Entraves regulatórios de atividades extrativistas na Amazônia: problemas, enfrentamentos e soluções. In: Pires, Tatiana de Carvalho; Bueno, Carmem (Eds.). *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. p.197-251.
- Sawyer, Donald. 2013. Extrativismo e agroextrativismo: qual terminologia usar? Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Sawyer, Donald. 2013. Organização da produção ecossocial agroextrativa. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Sawyer, Donald. 2014. Comercialização de produtos agroextrativistas: problemas e soluções. *Sustentabilidade em Debate*, v.5, n3, p.169-182.
- Sawyer, Donald. 2015. REDD is dead. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Sawyer, Donald. 2015. Ações ecossociais no Cerrado: compilação de propostas de processos participativos desde 1992. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.
- Sawyer, Donald; Lobo, A.S. 2008. O papel da sociedade no estabelecimento de políticas públicas para as savanas. In: Faleiro, F.G.; Farias Neto, A.L. (Eds.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa Cerrados, p.1153-1181.
- Sawyer, Donald; Ree, Marco van der; Pires, Mauro. 1997. Comercialização de espécies vegetais nativas do Cerrado. In: *Encontro Regional Centro-Oeste*, 6. Os (des)caminhos do desenvolvimento rural brasileiro: anais. Brasília: AIPSA/UnB, p.149-169.
- Scaramuzza, Carlos. 2015. Projeto Iniciativa Cerrado Sustentável (GEF Cerrado). Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente.
- Scariot, Aldicir; Sousa-Silva, J.C.; Felfili, J.M. (Orgs.). *Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- Schlesinger, Sérgio. 2010. Onde pastar? O gado bovino no Brasil. Rio de Janeiro: FASE.
- Schmidt, Isabel Belloni, Figueiredo, Isabel Benedetti; Sampaio, Maurício Bonesso (Orgs.). 2007. Capim dourado e buriti: práticas para garantir a sustentabilidade do artesanato. Brasília: PEQUI – Pesquisa e Conservação no Cerrado. 32p.

- Schmidt, Isabel Belloni; Figueiredo, Isabel Benedetti; Scariot, Aldicir O. 2007. Ethnobotany and effects of harvesting on the population ecology of *Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhland (Eriocaulaceae), a NTFP from Jalapão Region, Central Brazil. *Economic Botany*, 61(1), p.73-85.
- Schmitz, P.I. 1993. Caçadores e coletores antigos. In: Pinto, Maria Novaes (Org.). *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Schubart, Herbert O.R. 1992. Planejando a ocupação sustentável do território nacional: o exemplo da Amazônia. *Planejamento e Políticas Públicas*, v.7, jun.
- Segarra, D.V. 2011. Aportes ao conhecimento da flora e diversidade do bioma cerrado do Brasil e da Bolívia. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Botânica) - Universidade de Brasília, Brasília.
- SFB. 2014. Relatório da Oficina 'Promoção do manejo florestal comunitário e familiar no Cerrado Brasileiro'. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente.
- Shames, S.; Clarvis, M.H.; Kissinger, G. (Eds.). 2014. Financing strategies for integrated landscape investment: synthesis report. Washington: EcoAgriculture Partners; Landscapes for People, Food and Nature Initiative.
- Shiki, Shigeo *et al.* (Orgs.) 1997. Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- Silva, A.M.. 2008. Bases e fundamentos para a construção de uma metodologia participativa de capacitação para o agroextrativismo no Cerrado. In: Tokarski, Donizete; Meirelles, Elisa M. Lima. (Orgs.). Metodologia participativa de capacitação em agroextrativismo no Cerrado. Brasília: ECODATA, v.1, p. 9-17.
- Silva, A.M.; Aguiar, L. 2008. Avaliação coletiva do processo de construção da metodologia participativa de capacitação e sugestões para cursos em agroextrativismo no Cerrado. In: Tokarski, Donizete; Meirelles, E.M.L. (Orgs.). Metodologia participativa de capacitação em agroextrativismo no Cerrado. Brasília: ECODATA, v.1, p.67-92.
- Silva, C.J. *et al.* 2015. Biodiversity and its drivers and pressures of change in the wetlands of the Upper Paraguay–Guaporé Ecotone, Mato Grosso (Brazil). *Land Use Policy*, n.47, p.163-178.
- Silva, Daniel Lins *et al.* 2015. Diretrizes para a integração de dados de biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Silva, J. 1995. Biogeographic analysis of the South American Cerrado avifauna. *Steenstrupia* 21:49–67.
- Silva, J.A. *et al.* 2008. Identificação de áreas insubstituíveis para conservação da cadeia do Espinhaço, estados de Minas Gerais e Bahia, Brasil. *Megadiversidade*, v.4, n.1-2, p.248-270.
- Silva, José Francisco Graziano da. 1981. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec.
- Silva, José Maria Cardoso. 1997. Endemic bird species and conservation in the Cerrado region, South America. *Biodiversity and Conservation*, n.6, p.435-450
- Silva, José Maria Cardoso; Bates, J.M. 2002. Biogeographic patterns and conservation in the South American Cerrado: a tropical savanna Hotspot. *BioScience*, v. 52, n. 3, p. 225-233.
- Silva, José Maria Cardoso; Santos, M.P.D. 2005. A importância relativa dos processos biogeográficos na formação da avifauna do Cerrado e de outros biomas brasileiros. In: Scariot, Aldicir *et al.* (Orgs.). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p.219-233.

- Silva, S.D.; Pietrafesa, J.P.; Franco, J.L.A.; Drummond, J. A.; Tavares, G.G. (Orgs.). 2013. *Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia: Editora da PUC Goiás; Gráfica e Editora América.
- Silva, Carlos Eduardo Mazzetto. 2009. *O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: CONFEA. 264p. (Série Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação).
- Silva, Elaine Barbosa da. 2013. *A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma Cerrado*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Tese de Doutorado.
- Silveira, C.S.; Silva, V.V. 2010. Dinâmicas de regeneração, degeneração e desmatamento da vegetação provocadas por fatores climáticos e geomorfológicos: uma análise geocológica através de SIG. *Revista Árvore*, 34(6), 1025-1034.
- Simon, M. F., Grether, R., de Queiroz, L. P., Skema, C., Pennington, R. T., and Hughes, C. E. 2009. Recent assembly of the cerrado, a neotropical plant diversity Hotspot, by in situ evolution of adaptations to fire. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 106:20359–64.
- Siqueira, M.F.; Peterson, A.T. 2003. Consequences of global climate change for geographic distributions of cerrado tree species. *Biota Neotropica*, v. 3, n. 2.
- Siqueira, Jaime Garcia. 2000. A organização Timbira e a ‘Rede Frutos do Cerrado’. In: Ricardo, Carlos Alberto (Ed.). *Povos indígenas do Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Smith, Paul *et al.* 2011. Nuevos registros de Gymnophthalmidae (reptilia: sauria) en la reserva Natural Laguna Blanca, Departamento San Pedro, Paraguay y una clave para las especies paraguayas. *Nótulas Faunísticas - Segunda Serie (Fundación de Historia Natural Félix de Azara)*, n. 81, p. 1-6.
- Smith, Paul *et al.* 2014. First record of the globally-threatened Cerrado endemic snake *Philodryas livida* (Amaral, 1923) (Serpentes, Dipsadidae) from Paraguay, and the importance of the Reserva Natural Laguna Blanca to its conservation. *Cuad. herpetol.*, v. 28, n. 2, p. 169-171.
- Sparovek, Gerd *et al.* 2011. A revisão do Código Florestal Brasileiro. *Novos Estudos*, v. 89, p.111-135.
- Spichiger, Rodolphe *et al.* 2011. Claves de identificación para las familias de angiospermas de Paraguay. *Flora del Paraguay, Serie especial* n. 8, p. 1-247.
- Soares-Filho, Britaldo *et al.* 2010. Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. *Proceedings of the National Academy of Sciences USA*; Jun. 15; v.107,n.24, p.10821-10826.
- Soares-Filho, Britaldo *et al.* 2014. Cracking Brazil’s forest code. *Science*, v.344, n.6182, p.363-364.
- Souza, Evie dos Santos de. 2006. *Biodiversidade do bioma Cerrado*. Brasília: Agência de Informação EMBRAPA.
- Stern, David. 2004. The rise and fall of the environmental Kuznets curve. *World Development*, v.32, n.8, p.1419-1439.
- Stolf, R.; Piedade, S.M.S.; Silva, J.R.; Silva, L.C.F.; Maneiro, M.A. 2012. Water transfer from São Francisco River to semiarid Northeast of Brazil: technical data, environmental impacts, survey of opinion about the amount to be transferred. *Engenharia Agrícola*, v.32, p.998-1010.
- Strassburg, Bernardo B.N.; Latawiec, Agnieszka E.; Barioni, Luis G.; Nobre, Carlos A.; Silva, Vanderley P.; Valentim, Judson F.; Vianna, Murilo; Assad, Eduardo D. 2014. When enough should be enough: improving the use of current agricultural

- lands could meet production demands and spare natural habitats in Brazil. *Global Environmental Change*, v.28, p. 84-97.
- Sudradjat, A.; Brubaker, K.L.; Dirmeyer, K.L. 2002. Precipitation source/sink connections between the Amazon and La Plata river basins. *American Geophysical Union, Fall Meeting, Abstract #H11A-0830*.
- Supply Change/Forest Trends. 2015. Firm commitments: tracking company endorsers of the New York Declaration on Forests. Washington: Forest Trends.
- Teixeira, Wellington. 2015. Companhia Nacional de Abastecimento. Presentation at the Seminário Bioma Cerrado: Normas de Conservação e Uso Sustentável, Câmara dos Deputados, Brasília, Sept. 17-18.
- Thomas, C., *et al.* 2004. Extinction risk from climate change. *Nature*, n.427, p.145–148.
- Tisdell, C. 2001. Globalisation and sustainability: environmental Kuznets curve and the WTO. *Ecological Economics*, v.39, n.2, p.185-196.
- Torres, H.; Moreno, A.; Justiniano, H. Nomination of Noel Kempff Mercado National Park by the Republic of Bolivia for inclusion in the World Heritage List of Natural Site. La Paz: National Protected Area Service, 1999.
- Ukkola, Anna M. *et al.* 2015. Reduced streamflow in water-stressed climates consistent with CO₂ effects on vegetation. *Nature Climate Change*, Oct. 19.
- UnB.. 2010. O nutritivo sabor do Cerrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Unger, Roberto Mangabeira. 2015. Pôr a mão nas feridas: país precisa tomar decisões para mudar. *Folha de São Paulo*, 18 out.
- Valdujo, Paula H. 2011. Diversidade e distribuição de anfíbios no Cerrado: o papel dos fatores históricos e dos gradientes ambientais. São Paulo: Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, Tese (Doutorado em Ciências, Área de Ecologia),
- Vankrunkelsven, Luc. 2006. Navios que se cruzam na calada da noite: soja sobre o oceano. Curitiba: Editora Gráfica Popular.
- Versieux, L.M. *et al.* 2008. Bromeliaceae da Cadeia do Espinhaço. *Megadiversidade*, v.4, n.1-2, p.98-110.
- Viana, L.T. 2009. O Programa Cerrado Sustentável: construindo políticas públicas. In: Galinkin, A.L.; Pondaag, M.C.M. (Orgs.). *Capacitação de lideranças do Cerrado*. 2ed. Brasília: TechnoPolitik. p.51-58.
- Vieira, R.M.S.P. *et al.* 2015. Identifying areas susceptible to desertification in the Brazilian northeast. *Solid Earth*, n.6, p.347-360.
- Villarroel, D. *et al.* 2009. Relationship between the woody cover and herbs richness in three Cerrado sensu lato physiognomies (Cerro Mutún, Santa Cruz, Bolivia). *Ecología en Bolivia*, v.44, n.2, p.83-98.
- Villaroel, D.; Faria, Jair Eustáquio Quintino; Proença, Carolyn Elinore Barnes. 2014. One new and one long-lost species of *Eugenia* (Myrtaceae) from the Bolivian Cerrado. *Novon*, v.23, p.244-249.
- Villas-Bôas, Jerônimo. 2012. Manual tecnológico: mel de abelhas sem ferrão. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- Walter, Bruno M.T. 2006. Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas. Brasília: Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado em Ecologia.
- Warren, Harris G. 1949. *Paraguay: an informal history*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Wehrmann, Magda Eva; Duarte, Laura Maria G. 2002. Sojicultor: agente de transformação nos cerrados brasileiros. In: Duarte, L.M.G.; Theodoro, S.

- (Orgs.). Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond.
- Werneck, F.P. *et al.* 2009. Phylogeny, biogeography and evolution of clutch size in South American lizards of the genus *Kentropyx* (Squamata: Teiidae). *Molecular Ecology*, v.18.
- Wood, J.R.I. (Ed.). 2011. *Guía Darwin de las plantas de los cerrados de la Chiquitania*. Santa Cruz: Museo de Historia Natural 'Noel Kempff Mercado'.
- World Bank. 2012. *Climate Investment Funds, Forest Investment Program: Brazil Investment Plan*. Brasília: World Bank.
- World Bank. 2015. *The long road toward consensus on safeguards*. Washington: World Bank. Aug. 11.
- WWF. 1997. *WWF 2000: The living planet campaign*. Washington: World Wildlife Fund.
- WWF. 2012. *Áreas prioritárias para a conservação do Cerrado e Pantanal*. Brasília: WWF.
- WWF Brasil. 2000. *Expansão Agrícola e Perda da biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional*. Brasília: Color.

APÊNDICES

Apêndice 1. Lista de Espécies Gatilho	277
Apêndice 2. Dados Brutos de KBAs Terrestres	317
Apêndice 3. Ranqueamento AHP de Dados de KBAs	401
Apêndice 4. Metodologia de Priorização de KBAs.....	446
Apêndice 5. KBAs de Importância Relativa “Muito Alta” para a Conservação do Cerrado	477
Apêndice 6. Organizações da Sociedade Civil.....	482
Apêndice 7. Candidatos a Espécies Prioritárias	492

APÊNDICE 1. LISTA DE ESPÉCIES GATILHO

A lista de espécies gatilho apresenta as espécies terrestres e de água doce classificadas como Criticamente Ameaçadas, Ameaçadas ou Vulneráveis segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), ou seja, globalmente ameaçadas e pelas autoridades ambientais brasileiras como nacionalmente ameaçadas (somando 980 espécies ameaçadas), bem como peixes raros e espécies raras de plantas (somando 649 espécies raras). A lista completa inclui 1.629 espécies gatilho.

A Tabela 1.1 apresenta a fauna ameaçada e sua classificação taxonômica e nível de ameaça (tanto das avaliações nacionais quanto internacionais), 1.2 apresenta a flora ameaçada e sua classificação taxonômica e nível de ameaça (tanto das avaliações nacionais quanto das internacionais), 1.3 apresenta as espécies de plantas raras e suas famílias taxonômicas e 1.4 apresenta os peixes raros e suas famílias taxonômicas.

Tabela 1.1. Fauna Ameaçada.

	GRUPO	CLASSE	ORDEM	FAMÍLIA	ESPÉCIE	LISTA VERMELHA NACIONAL BRASILEIRA	STATUS LISTA VERMELHA DA UICN
1	AMPHIBIA	AMPHIBIA	ANURA	AROMOBATIDAE	<i>ALLOBATES BRUNNEUS</i>	CR	LC
2	AMPHIBIA	AMPHIBIA	ANURA	AROMOBATIDAE	<i>ALLOBATES GOIANUS</i>	EN	DD
3	AMPHIBIA	AMPHIBIA	ANURA	CYCLORAMPHIDAE	<i>PROCERATOPHRYS MORATOI</i>	EN	CR
4	AMPHIBIA	AMPHIBIA	ANURA	CYCLORAMPHIDAE	<i>PROCERATOPHRYS SANCTARITAE</i>	CR	-
5	AMPHIBIA	AMPHIBIA	ANURA	BUFONIDAE	<i>MELANOPHRYNISCUS PERITUS</i>	-	CR
6	AMPHIBIA	AMPHIBIA	ANURA	HYLIDAE	<i>BOKERMANNOHYLA IZECKSOHNI</i>	-	CR
7	AMPHIBIA	AMPHIBIA	ANURA	HYLIDAE	<i>PHYLLOMEDUSA AYEAYE</i>	-	CR
8	AVES	AVES	PELECANIFORMES	ARDEIDAE	<i>AGAMIA AGAMI</i>	-	VU
9	AVES	AVES	PASSERIFORMES	TYRANNIDAE	<i>ALECTRURUS RISORA</i>	-	VU
10	AVES	AVES	PICIFORMES	GALBULIDAE	<i>JACAMARALCYON TRIDACTYLA</i>	-	VU
11	AVES	AVES	PASSERIFORMES	COTINGIDAE	<i>PROCNIAS NUDICOLLIS</i>	-	VU
12	AVES	AVES	PSITTACIFORMES	PSITTACIDAE	<i>ANODORHYNCHUS HYACINTHINUS</i>	-	VU
13	AVES	AVES	ACCIPITRIFORMES	ACCIPITRIDAE	<i>BUTEOGALLUS CORONATUS</i>	-	EN
14	AVES	AVES	PASSERIFORMES	TYRANNIDAE	<i>CULICIVORA CAUDACUTA</i>	-	VU
15	AVES	AVES	CAPRIMULGIFORMES	CAPRIMULGIDAE	<i>ELEOTHEPTUS CANDICANS</i>	-	EN
16	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THAMNOPHILIDAE	<i>HERPSILOCHMUS PECTORALIS</i>	-	VU
17	AVES	AVES	GRUIFORMES	RALLIDAE	<i>LATERALLUS XENOPTERUS</i>	-	VU
18	AVES	AVES	PASSERIFORMES	EMBERIZIDAE	<i>POOSPIZA CINEREA</i>	-	VU
19	AVES	AVES	PSITTACIFORMES	PSITTACIDAE	<i>PYRRHURA PERLATA</i>	-	VU

20	AVES	AVES	PICIFORMES	RAMPHASTIDAE	<i>RAMPHASTOS ARIEL</i>	-	EN
21	AVES	AVES	PICIFORMES	RAMPHASTIDAE	<i>RAMPHASTOS CULMINATUS</i>	-	VU
22	AVES	AVES	PICIFORMES	RAMPHASTIDAE	<i>RAMPHASTOS VITELLINUS</i>	-	VU
23	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>SPOROPHILA MELANOPS</i>	-	CR
24	AVES	AVES	ANSERIFORMES	ANATIDAE	<i>MERGUS OCTOSETACEUS</i>	CR	CR
25	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>SPOROPHILA MAXIMILIANI</i>	CR	-
26	AVES	AVES	COLUMBIFORMES	COLUMBIDAE	<i>COLUMBINA CYANOPIS</i>	CR(PEX)	CR
27	AVES	AVES	ACCIPITRIFORMES	ACCIPITRIDAE	<i>URUBITINGA CORONATA</i>	EN	-
28	AVES	AVES	CHARADRIIFORMES	SCOLOPACIDAE	<i>CALIDRIS PUSILLA</i>	EN	NT
29	AVES	AVES	PASSERIFORMES	DENDROCOLAPTIDAE	<i>LEPIDOCOLAPTES WAGLERI</i>	EN	-
30	AVES	AVES	PASSERIFORMES	RHINOCRYPTIDAE	<i>SCYTALOPUS NOVACAPITALIS</i>	EN	NT
31	AVES	AVES	PASSERIFORMES	SCLERURIDAE	<i>GEOSITTA POECILOPTERA</i>	EN	VU
32	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>CONOTHRAPUS MESOLEUCA</i>	EN	CR
33	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>CORYPHASPIZA MELANOTIS</i>	EN	VU
34	AVES	AVES	PSITTACIFORMES	PSITTACIDAE	<i>PYRRHURA PFRIMERI</i>	EN	EN
35	AVES	AVES	TINAMIFORMES	TINAMIDAE	<i>NOTHURA MINOR</i>	EN	VU
36	AVES	AVES	TINAMIFORMES	TINAMIDAE	<i>TAONISCUS NANUS</i>	EN	VU
37	AVES	AVES	PSITTACIFORMES	PSITTACIDAE	<i>ANODORHYNCHUS GLAUCUS</i>	-	CR
38	AVES	AVES	CHARADRIIFORMES	SCOLOPACIDAE	<i>NUMENIUS BOREALIS</i>	-	CR
39	AVES	AVES	ACCIPITRIFORMES	ACCIPITRIDAE	<i>HARPIA HARPYJA</i>	VU	NT
40	AVES	AVES	ACCIPITRIFORMES	ACCIPITRIDAE	<i>MORPHNUS GUIANENSIS</i>	VU	NT
41	AVES	AVES	APODIFORMES	TROCHILIDAE	<i>LOPHORNIS GOULDII</i>	VU	VU
42	AVES	AVES	CAPRIMULGIFORMES	CAPRIMULGIDAE	<i>HYDROPSALIS CANDICANS</i>	VU	-
43	AVES	AVES	CUCULIFORMES	CUCULIDAE	<i>NEOMORPHUS GEDAFROYI</i>	VU	VU
44	AVES	AVES	GALLIFORMES	CRACIDAE	<i>PENELOPE OCHROGASTER</i>	VU	VU
45	AVES	AVES	PASSERIFORMES	DENDROCOLAPTIDAE	<i>DENDROCOLAPTES MEDIUS</i>	VU	-
46	AVES	AVES	PASSERIFORMES	DENDROCOLAPTIDAE	<i>XIPHOCOLAPTES FALCIROSTRIS</i>	VU	VU
47	AVES	AVES	PASSERIFORMES	ICTERIDAE	<i>CURAEUS FORBESI</i>	VU	EN
48	AVES	AVES	PASSERIFORMES	MOTACILLIDAE	<i>ANTHUS NATTERERI</i>	VU	VU
49	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THAMNOPHILIDAE	<i>CERCOMACRA FERDINANDI</i>	VU	VU
50	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>SPOROPHILA HYPOXANTHA</i>	VU	LC
51	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>SPOROPHILA MELANOGASTER</i>	VU	NT
52	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>SPOROPHILA PALUSTRIS</i>	VU	EN
53	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	<i>SPOROPHILA RUFICOLLIS</i>	VU	NT
54	AVES	AVES	PASSERIFORMES	TYRANNIDAE	<i>ALECTRURUS TRICOLOR</i>	VU	VU
55	AVES	AVES	PELECANIFORMES	ARDEIDAE	<i>TIGRISOMA FASCIATUM</i>	VU	LC
56	AVES	AVES	PICIFORMES	PICIDAE	<i>CELEUS O布里ENI</i>	VU	EN

57	AVES	AVES	PSITTACIFORMES	PSITTACIDAE	AMAZONA VINACEA	VU	EN
58	AVES	AVES	TINAMIFORMES	TINAMIDAE	TINAMUS TAO	VU	VU
59	AVES	AVES	PICIFORMES	CAPITONIDAE	CAPITO DAYI	-	VU
60	AVES	AVES	TINAMIFORMES	TINAMIDAE	CRYPTURELLUS NOCTIVAGUS ZABELE	VU	-
61	AVES	AVES	PASSERIFORMES	DENDROCOLAPTIDAE	HYLEXETASTES UNIFORMIS	-	VU
62	AVES	AVES	PASSERIFORMES	THRAUPIDAE	SPOROPHILA NIGRORUFA	-	VU
63	INVERTEBRADOS	BIVALVIA	UNIONOIDA	HYRIIDAE	CASTALIA MARTENSI	-	VU
64	INVERTEBRADOS	BIVALVIA	UNIONOIDA	HYRIIDAE	DIPLODON DUNKERIANUS	-	EN
65	INVERTEBRADOS	BIVALVIA	UNIONOIDA	HYRIIDAE	DIPLODON EXPANSUS	-	VU
66	INVERTEBRADOS	BIVALVIA	UNIONOIDA	HYRIIDAE	DIPLODON FONTAINEANUS	-	EN
67	INVERTEBRADOS	BIVALVIA	UNIONOIDA	HYRIIDAE	DIPLODON PFEIFFERI	-	VU
68	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	ORTHALICIDAE	DRYMAEUS ACERVATUS	-	VU
69	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	ORTHALICIDAE	DRYMAEUS HENSELI	-	VU
70	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	STROPHOCHEILIDAE	GONYOSTOMUS GONYOSTOMUS	-	CR
71	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	STROPHOCHEILIDAE	HIRINABA CURYTIBANA	-	CR
72	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	STROPHOCHEILIDAE	MEGALOBULIMUS FRAGILION	-	EN
73	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	STROPHOCHEILIDAE	MEGALOBULIMUS GRANDIS	-	CR
74	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	STROPHOCHEILIDAE	MEGALOBULIMUS LOPESI	-	EN
75	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	STROPHOCHEILIDAE	MEGALOBULIMUS PARAFRAGILIOR	-	EN
76	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	STROPHOCHEILIDAE	MEGALOBULIMUS PROCLIVIS	-	CR
77	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	CHAROPIDAE	PTYCHODON SCHUPPI	-	EN
78	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	CHAROPIDAE	RADIOCONUS GOELDI	-	CR
79	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	CHAROPIDAE	RADIOCONUS RIOCHCOENSIS	-	EN
80	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	CHAROPIDAE	RADIODISCUS AMDENUS	-	EN
81	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	CHAROPIDAE	RADIODISCUS COMPACTUS	-	VU
82	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	ORTHALICIDAE	TOMIGERUS GIBBERULUS	-	EX
83	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	ORTHALICIDAE	TOMIGERUS TURBINATUS	-	EX
84	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	STYLOMMATOPHORA	HELICODISCIDAE	ZILCHOGYRA PAULISTANA	-	CR
85	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	LYCAENIDAE	CYANOPHRYS BERTHA	-	VU
86	INVERTEBRADOS	INSECTA	ODONATA	LIBELLULIDAE	ELGA NEWTONSANTOSI	-	CR
87	INVERTEBRADOS	INSECTA	ODONATA	LIBELLULIDAE	ERYTHRODIPLAX ACANTHA	-	CR
88	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	PAPILIONIDAE	EURYTIDES IPHITAS	-	VU
89	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	CERAMBYCIDAE	MACRODONTIA CERVICORNIS	-	VU
90	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	DYTISCIDAE	MEGADYTES DUCALIS	-	EX
91	INVERTEBRADOS	INSECTA	ODONATA	LIBELLULIDAE	MICRATHYRIA KLEEREKOPERI	-	CR
92	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	DYTISCIDAE	RHANTUS ORBIGNYI	-	EX
93	INVERTEBRADOS	INSECTA	ODONATA	LIBELLULIDAE	MICRATHYRIA PSEUDHYPODIDYMA	-	VU

94	INVERTEBRADOS	MALACOSTRACA	DECAPODA	TRICHODACTYLIDAE	<i>TRICHODACTYLUS CRASSUS</i>	-	EN
95	INVERTEBRADOS	MALACOSTRACA	DECAPODA	PALAEEMONIDAE	<i>CRYPTHIOPS BRASILIENSIS</i>	-	CR
96	INVERTEBRADOS	MAXILLOPODA	CYCLOPOIDA	CYCLOPIDAE	<i>TROPOCYCLOPS FEDERENSIS</i>	-	VU
97	INVERTEBRADOS	MAXILLOPODA	CYCLOPOIDA	CYCLOPIDAE	<i>TROPOCYCLOPS NANANAE</i>	-	VU
98	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	AMBLYPYGI	CHARINIDAE	<i>CHARINUS ELEONORAE</i>	CR	-
99	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	AMBLYPYGI	CHARINIDAE	<i>CHARINUS TROGLOBIUS</i>	CR	-
100	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	CTENIDAE	<i>ISOCTENUS CORYMBUS</i>	CR	-
101	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	PHOLCIDAE	<i>METAGONIA DIAMANTINA</i>	CR	-
102	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	PRODIDOMIDAE	<i>LYGROMMA YBYGUARA</i>	CR	-
103	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	THERAPHOSIDAE	<i>AVICULARIA GAMBA</i>	CR	-
104	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	THERAPHOSIDAE	<i>TMESIPHANTES HYPOGEUS</i>	CR	-
105	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	OPILIONES	CRYPTOGEOMIDAE	<i>SPINOPILAR MORIA</i>	CR	-
106	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	OPILIONES	GONYLEPTIDAE	<i>GIUPPONIA CHAGASI</i>	CR	-
107	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	OPILIONES	GONYLEPTIDAE	<i>IANDUMOEMA UAI</i>	CR	-
108	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	PALPIGRADI	EUKOENENIIDAE	<i>EUKOENENIA MAQUINENSIS</i>	CR	-
109	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	PALPIGRADI	EUKOENENIIDAE	<i>EUKOENENIA SAGARANA</i>	CR	-
110	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	PSEUDOSCORPIONES	BOCHICIDAE	<i>SPELAEOBOCHICA ALLODENTATUS</i>	CR	-
111	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	PSEUDOSCORPIONES	BOCHICIDAE	<i>SPELAEOBOCHICA IUIU</i>	CR	-
112	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	PSEUDOSCORPIONES	CHTHONIIDAE	<i>PSEUDOCHTHONIUS BISERIATUS</i>	CR	-
113	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	SCORPIONES	CHACTIDAE	<i>HADRUROCHACTAS ARARIPE</i>	CR	-
114	INVERTEBRADOS	CHILOPODA	SCOLOPENDROMORPHA	SCOLOPENDRIDAE	<i>SCOLOPENDROPSIS DUPLICATA</i>	CR	-
115	INVERTEBRADOS	DIPLOPODA	SPIROSTREPTIDA	SPIROSTREPTIDAE	<i>PSEUDONANNOLENE TOCAIENSIS</i>	CR	-
116	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	PULMONATA	BULIMULIDAE	<i>THAUMASTUS LUNDI</i>	CR	-
117	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	PULMONATA	PLANORBIDAE	<i>PLESIOPHYSA DOLICHOMASTIX</i>	CR	-
118	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	CARABIDAE	<i>COARAZUPHIUM TESSAI</i>	CR	-
119	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	PAPILIONIDAE	<i>PARIDES BURCHELLANUS</i>	CR	NT
120	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	RIODINIDAE	<i>JOICEYA PRAECLARUS</i>	CR	EN
121	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	RIODINIDAE	<i>NIRODIA BELPHEGOR</i>	CR	EN
122	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	SPHINGIDAE	<i>NYCERYX MIELKEI</i>	CR	-
123	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	OCHYRO CERATIDAE	<i>OCHYROCERA IBITIPOCA</i>	EN	-
124	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	PRODIDOMIDAE	<i>BRASILOMMA ENIGMATICA</i>	EN	-
125	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	THERAPHOSIDAE	<i>AVICULARIA DIVERSIPES</i>	EN	-
126	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	THERAPHOSIDAE	<i>OLIGOXYSTRE DIAMANTINENSIS</i>	EN	-
127	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	OPILIONES	ESCADABIIDAE	<i>SPAELEOLEPTES SPAELEUS</i>	EN	-
128	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	OPILIONES	GONYLEPTIDAE	<i>IANDUMOEMA SETIMAPOCU</i>	EN	-
129	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	OPILIONES	GONYLEPTIDAE	<i>PACHYLOSPELEUS STRINATII</i>	EN	-
130	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	PALPIGRADI	EUKOENENIIDAE	<i>EUKOENENIA VIRGEMDALAPA</i>	EN	-

131	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	SCORPIONES	BUTHIDAE	<i>ANANTERIS INFUSCATA</i>	EN	-
132	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	SCORPIONES	BUTHIDAE	<i>RHOPALURUS LACRAU</i>	EN	-
133	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	SCORPIONES	BUTHIDAE	<i>TROGLORHOPALURUS TRANSLUCIDUS</i>	EN	-
134	INVERTEBRADOS	DIPLOPODA	SPIROSTREPTIDA	SPIROSTREPTIDAE	<i>PSEUDONANNOLENE AMBUATINGA</i>	EN	-
135	INVERTEBRADOS	DIPLOPODA	SPIROSTREPTIDA	SPIROSTREPTIDAE	<i>PSEUDONANNOLENE IMBIRENSIS</i>	EN	-
136	INVERTEBRADOS	ENTOGNATHA	COLLEMBOLA	SMINTHURIDAE	<i>PARARRHOPALITES PAPAVEROI</i>	EN	-
137	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	LITTORINIMORPHA	POMATIOPSIDAE	<i>SPIRIFOCKIA PUNCTATA</i>	EN	-
138	INVERTEBRADOS	INSECTA	ANISOPTERA	AESHNIDAE	<i>RHIONAESCHNA EDUARDOI</i>	EN	-
139	INVERTEBRADOS	INSECTA	ANISOPTERA	LIBELLULIDAE	<i>ELASMOTHEMIS SCHUBARTI</i>	EN	-
140	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	CARABIDAE	<i>COARAZUPHIUM PAINS</i>	EN	-
141	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	SCARABAEIDAE	<i>DICHOTOMIUS EUCRANIOIDES</i>	EN	EN
142	INVERTEBRADOS	INSECTA	HYMENOPTERA	APIDAE	<i>MELIPONA (MICHMELIA) RUFIVENTRIS</i>	EN	-
143	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	HESPERIIDAE	<i>ZONIA ZONIA DIABO</i>	EN	-
144	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	LYCAENIDAE	<i>MAGNASTIGMA JULIA</i>	EN	-
145	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	LYCAENIDAE	<i>STRYMON OHAUSI</i>	EN	-
146	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	NYMPHALIDAE	<i>HAMADRYAS VELUTINA BROWNI</i>	EN	-
147	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	PAPILIONIDAE	<i>HERACLIDES HIMEROS BAIA</i>	EN	-
148	INVERTEBRADOS	INSECTA	ZYGOPTEA	HETERAGRIONIDAE	<i>HETERAGRION PETIENSES</i>	EN	-
149	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	THERAPHOSIDAE	<i>PTERINOPELMA SAZIMAI</i>	VU	-
150	INVERTEBRADOS	DIPLOPODA	POLYDESMIDA	CHELODESMIDAE	<i>DIOPLOSTERNUS SALVATRIX</i>	VU	-
151	INVERTEBRADOS	DIPLOPODA	POLYDESMIDA	CHELODESMIDAE	<i>SANDALODESMUS STRAMINEUS</i>	VU	-
152	INVERTEBRADOS	GASTROPODA	PULMONATA	PHYSIDAE	<i>PHYSA MARMORATA</i>	VU	LC
153	INVERTEBRADOS	INSECTA	ANISOPTERA	AESHNIDAE	<i>CASTORAESCHNA JANUARIA</i>	VU	-
154	INVERTEBRADOS	INSECTA	ANISOPTERA	LIBELLULIDAE	<i>MACROTHEMIS TESSELLATA</i>	VU	-
155	INVERTEBRADOS	INSECTA	ANISOPTERA	LIBELLULIDAE	<i>MICRATHYRIA DIVERGENS</i>	VU	VU
156	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	CARABIDAE	<i>COARAZUPHIUM BEZERRA</i>	VU	-
157	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	SCARABAEIDAE	<i>CANTHON CORPULENTUS</i>	VU	VU
158	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	SCARABAEIDAE	<i>CANTHON QUADRIPUNCTATUS</i>	VU	VU
159	INVERTEBRADOS	INSECTA	COLEOPTERA	VESPERIDAE	<i>HYPOCEPHALUS ARMATUS</i>	VU	-
160	INVERTEBRADOS	INSECTA	EPHEMEROPTERA	BAETIDAE	<i>CAMELOBAETIDIUS MARANHENSIS</i>	VU	-
161	INVERTEBRADOS	INSECTA	EPHEMEROPTERA	BAETIDAE	<i>CAMELOBAETIDIUS SPINOSUS</i>	VU	-
162	INVERTEBRADOS	INSECTA	LEPIDOPTERA	PIERIDAE	<i>CUNIZZA HIRLANDA PLANASIA</i>	VU	-
163	INVERTEBRADOS	INSECTA	ZYGOPTEA	COENAGRIONIDAE	<i>HOMEOURA LINDNERI</i>	VU	-
164	INVERTEBRADOS	ARACHNIDA	ARANEAE	PHOLCIDAE	<i>METAGONIA POTIGUAR</i>	CR	-
165	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	ARTIODACYLA	CERVIDAE	<i>BLASTOCERUS DICHOTOMUS</i>	VU	VU
166	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	ARTIODACYLA	CERVIDAE	<i>OZOTOCERUS BEZOARTICUS</i> <i>BEZOARTICUS</i>	VU	-

167	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	ARTIODACYLA	CERVIDAE	<i>OZOTOCEROS BEZOARTICUS</i> <i>LEUCOGASTER</i>	VU	-
168	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	ARTIODACYLA	TAYASSUIDAE	<i>TAYASSU PECARI</i>	VU	VU
169	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	CANIDAE	<i>CHRYSOCYON BRACHYURUS</i>	VU	NT
170	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	CANIDAE	<i>LYCALOPEX VETULUS</i>	VU	LC
171	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	CANIDAE	<i>SPEOTHOS VENATICUS</i>	VU	NT
172	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	FELIDAE	<i>LEOPARDUS COLOCOLO</i>	VU	NT
173	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	FELIDAE	<i>LEOPARDUS GUTTULUS</i>	VU	-
174	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	FELIDAE	<i>LEOPARDUS TIGRINUS</i>	EN	VU
175	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	FELIDAE	<i>LEOPARDUS WIEDII</i>	VU	NT
176	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	FELIDAE	<i>PANTHERA ONCA</i>	VU	NT
177	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	FELIDAE	<i>PUMA CONCOLOR</i>	VU	LC
178	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	FELIDAE	<i>PUMA YAGOUARONDI</i>	VU	-
179	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CARNIVORA	MUSTELIDAE	<i>PTERONURA BRASILIENSIS</i>	VU	EN
180	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CHIROPTERA	FURIPTERIDAE	<i>FURIPTERUS HORRENS</i>	VU	LC
181	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CHIROPTERA	NATALIDAE	<i>NATALUS MACROURUS</i>	VU	-
182	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CHIROPTERA	PHYLLOSTOMIDAE	<i>GLYPHONYCTERIS BEHNII</i>	VU	DD
183	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CHIROPTERA	PHYLLOSTOMIDAE	<i>LONCHOPHYLLA DEKEYSERI</i>	EN	NT
184	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CHIROPTERA	PHYLLOSTOMIDAE	<i>LONCHORHINA AURITA</i>	VU	LC
185	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CINGULATA	DASYPODIDAE	<i>PRIODONTES MAXIMUS</i>	VU	VU
186	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	CINGULATA	DASYPODIDAE	<i>TOLYPEUTES TRICINCTUS</i>	EN	VU
187	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	DIDELPHIMORPHIA	DIDELPHIDAE	<i>THYLAMYS MACRURUS</i>	EN	NT
188	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	DIDELPHIMORPHIA	DIDELPHIDAE	<i>THYLAMYS VELUTINUS</i>	VU	LC
189	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	PERISSODACTYLA	TAPIRIDAE	<i>TAPIRUS TERRESTRIS</i>	VU	VU
190	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	PILOSA	MYRMECOPHAGIDAE	<i>MYRMECOPHAGA TRIDACTYLA</i>	VU	VU
191	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	PRIMATES	ATELIDAE	<i>ALOUATTA ULULATA</i>	EN	EN
192	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	PRIMATES	CEBIDAE	<i>SAPAJUS CAY</i>	VU	-
193	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CAVIIDAE	<i>KERODON ACROBATA</i>	VU	DD
194	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CAVIIDAE	<i>KERODON RUPESTRIS</i>	VU	LC
195	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>EURYORYZOMYS LAMIA</i>	EN	EN
196	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>GYLDENSTOLPIA PLANALTENSIS</i>	EN	-
197	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>JUSCELINOMYS CANDANGO</i>	CR(PEX)	EX
198	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>MICROAKODONTOMYS TRANSITORIUS</i>	EN	EN
199	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>OLIGORYZOMYS RUPESTRIS</i>	EN	DD
200	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>RHIPIDOMYS TRIBEI</i>	EN	-
201	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>THALPOMYS CERRADENSIS</i>	VU	LC
202	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>THALPOMYS LASIOTIS</i>	EN	LC
203	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	ECHIMYIDAE	<i>PHYLLOMYS BRASILIENSIS</i>	EN	EN

204	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	ECHIMYIDAE	<i>TRINOMYS MOOJENI</i>	EN	EN
205	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	ECHIMYIDAE	<i>TRINOMYS YONENAGAE</i>	EN	EN
206	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	DIDELPHIMORPHIA	DIDELPHIDAE	<i>MONODELPHIS UNISTRIATUS</i>	-	CR
207	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	DINOMYIDAE	<i>DINOMYS BRANICKII</i>	-	VU
208	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	CRICETIDAE	<i>KUNSIA FRONTO</i>	-	EN
209	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	DIDELPHIMORPHIA	DIDELPHIDAE	<i>MONODELPHIS UMBRISTRIATUS</i>	-	VU
210	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	DIDELPHIMORPHIA	DIDELPHIDAE	<i>THYLAMYS KARIMII</i>	-	VU
211	MAMÍFEROS	MAMÍFEROS	RODENTIA	ECHIMYIDAE	<i>TRINOMYS MOOJENI</i>	-	EN
212	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>APHYOCHEIRODON HEMIGRAMMUS</i>	VU	-
213	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>BRYCON GOULDINGI</i>	EN	-
214	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>BRYCON NATTERERI</i>	VU	-
215	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>BRYCON ORBIGNYANUS</i>	EN	-
216	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>CREAGRUTUS VARI</i>	VU	-
217	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>HASEMANIA CRENUCHOIDES</i>	VU	-
218	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>HYPHESSOBRYCON COELESTINUS</i>	EN	-
219	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>KOLPOTOCHEIRODON THELOURA</i>	VU	-
220	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>LOPHIOBRYCON WEITZMANI</i>	EN	-
221	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>MYLESINUS PAUCISQUAMATUS</i>	EN	-
222	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>STYGICHTHYS TYPHLOPS</i>	EN	DD
223	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	PROCHILODONTIDAE	<i>PROCHILODUS VIMBOIDES</i>	VU	-
224	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	SERRASALMIDAE	<i>MYLEUS TIETE</i>	EN	-
225	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	POECILIIDAE	<i>PAMPHORICHTHYS PERTAPEH</i>	CR	-
226	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	POECILIIDAE	<i>PHALLOTORYNUS JUCUNDUS</i>	EN	-
227	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>CYNOLEBIAS GRISEUS</i>	CR	-
228	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>CYNOLEBIAS LEPTOCEPHALUS</i>	CR	-
229	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS ALTERNATUS</i>	VU	-
230	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS AURATUS</i>	CR	-
231	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS BRUNOI</i>	VU	-
232	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS FASCIATUS</i>	VU	-
233	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS FLAMMEUS</i>	EN	-
234	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS FULMINANTIS</i>	CR	-
235	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS GHISOLFII</i>	CR	-
236	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS GIBBERATUS</i>	VU	-
237	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS HELLNERI</i>	EN	-
238	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS MAGNIFICUS</i>	EN	-
239	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS MARGINATUS</i>	CR	-
240	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS MULTIRADIATUS</i>	CR	-

241	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS NIELSENI</i>	EN	-
242	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS NOTATUS</i>	EN	-
243	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS RUFUS</i>	CR	-
244	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS SIMILIS</i>	VU	-
245	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS STELLATUS</i>	EN	-
246	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS TOCANTINENSIS</i>	CR	-
247	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS TRILINEATUS</i>	VU	-
248	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>HYPSOLEBIAS VIRGULATUS</i>	CR	-
249	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MARATECOARA FORMOSA</i>	VU	-
250	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MARATECOARA SPLENDIDA</i>	VU	-
251	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS CRIXAS</i>	VU	-
252	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS ILLUMINATUS</i>	VU	-
253	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS KARAJA</i>	VU	-
254	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS KAYAPO</i>	VU	-
255	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS KUNZEI</i>	VU	-
256	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS LITTERATUS</i>	VU	-
257	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS PINDORAMA</i>	VU	-
258	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS PINIMA</i>	EN	-
259	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS PLANALTINUS</i>	VU	-
260	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS RUBROMARGINATUS</i>	VU	-
261	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS RUTILICAUDUS</i>	VU	-
262	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS SALMONICAUDUS</i>	VU	-
263	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS SCALARIS</i>	EN	-
264	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS UBIRAJARAI</i>	VU	-
265	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>MELANORIVULUS VITTATUS</i>	EN	-
266	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>PITUNA BREVIROSTRATA</i>	VU	-
267	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>PLESIOLEBIAS CANABRAVENSIS</i>	VU	-
268	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>PLESIOLEBIAS XAVANTEI</i>	EN	-
269	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>SIMPSONICHTHYS BOITONEI</i>	VU	-
270	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>SIMPSONICHTHYS CHOLOPTERYX</i>	EN	-
271	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>SIMPSONICHTHYS NIGROMACULATUS</i>	VU	-
272	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>SIMPSONICHTHYS PARALLELUS</i>	VU	-
273	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>SIMPSONICHTHYS PUNCTULATUS</i>	VU	-
274	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>SIMPSONICHTHYS SANTANAE</i>	CR	-
275	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>SIMPSONICHTHYS ZONATUS</i>	CR	-
276	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>TRIGONECTES STRIGABUNDUS</i>	EN	-
277	PEIXES	ACTINOPTERYGII	GYMNOTIFORMES	STERNOPYGIDAE	<i>EIGENMANNIA VICENTESPELAEAE</i>	VU	-

278	PEIXES	ACTINOPTERYGII	PERCIFORMES	CICHLIDAE	<i>CRENICICHLA CYCLOSTOMA</i>	CR	-
279	PEIXES	ACTINOPTERYGII	PERCIFORMES	CICHLIDAE	<i>CRENICICHLA JEGUI</i>	EN	-
280	PEIXES	ACTINOPTERYGII	PERCIFORMES	CICHLIDAE	<i>TELEOCICHLA CINDERELLA</i>	EN	-
281	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	DORADIDAE	<i>HASSAR SHEWELLKEIMI</i>	VU	-
282	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	DORADIDAE	<i>RHYNCHODORAS XINGUI</i>	EN	-
283	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	HEPTAPTERIDAE	<i>CHASMOCRANUS BRACHYNEMA</i>	EN	-
284	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	HEPTAPTERIDAE	<i>PIMELODELLA SPELAEA</i>	EN	-
285	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	HEPTAPTERIDAE	<i>RHAMDIOPSIS KRUGI</i>	VU	-
286	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>ANCISTRUS CRYPTOPHTHALMUS</i>	EN	-
287	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>ANCISTRUS FORMOSO</i>	VU	-
288	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>ANCISTRUS MINUTUS</i>	EN	-
289	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>BARYANCISTRUS NIVEATUS</i>	CR	-
290	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>CORUMBATAIA BRITSKII</i>	VU	-
291	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>LORICARIA COXIMENSIS</i>	CR	-
292	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>MICROLEPIDOGASTER PERFORATUS</i>	CR	-
293	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>PAREIORHAPHIS MUTUCA</i>	EN	-
294	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>PAREIORHAPHIS NASUTA</i>	CR	-
295	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>PAREIORHAPHIS SCUTULA</i>	EN	-
296	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	LORICARIIDAE	<i>LAMONTICHTHYS AVACANOEIRO</i>	EN	-
297	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PIMELODIDAE	<i>AGUARUNICHTHYS TOCANTINSENSIS</i>	EN	-
298	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PIMELODIDAE	<i>BAGROPSIS REINHARDTI</i>	VU	-
299	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PIMELODIDAE	<i>CONORHYNCHOS CONIROSTRIS</i>	EN	-
300	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PIMELODIDAE	<i>PIMELODUS HALISODOUS</i>	VU	-
301	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PIMELODIDAE	<i>PIMELODUS JOANNIS</i>	VU	-
302	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PIMELODIDAE	<i>PIMELODUS STEWARTI</i>	VU	-
303	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PIMELODIDAE	<i>STEINDACHNERIDION AMBLYURUM</i>	CR	-
304	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PSEUDOPIMELODIDAE	<i>LOPHIOSILURUS ALEXANDRI</i>	VU	-
305	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	PSEUDOPIMELODIDAE	<i>MICROGLANIS ROBUSTUS</i>	CR	-
306	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>ITUGLANIS BAMBUI</i>	CR	-
307	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>ITUGLANIS EPIKARSTICUS</i>	VU	-
308	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>ITUGLANIS MAMBAI</i>	EN	-
309	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>ITUGLANIS PASSENSIS</i>	VU	-
310	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>ITUGLANIS RAMIROI</i>	VU	-
311	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>TRICHOMYCTERUS DALI</i>	VU	-
312	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>TRICHOMYCTERUS ITACARAMBIENSIS</i>	CR	-
313	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>TRICHOMYCTERUS NOVALIMENSIS</i>	EN	-
314	PEIXES	ACTINOPTERYGII	SILURIFORMES	TRICHOMYCTERIDAE	<i>TRICHOMYCTERUS RUBBIOLI</i>	VU	-

315	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	BRYCONIDAE	<i>BRYCON ORTHOTAENIA</i>	-	VU
316	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>CYNOLEBIAS BOITONEI</i>	-	VU
317	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CYPRINODONTIFORMES	RIVULIDAE	<i>CYNOLEBIAS CONSTANCIAE</i>	-	VU
318	PEIXES	ACTINOPTERYGII	CHARACIFORMES	CHARACIDAE	<i>ASTYANAX TRIERYTHROPTERUS</i>	-	VU
319	PEIXES	CHONDRICHTHSIM	RAJIFORMES	NARCINIDAE	<i>BENTHOBATIS KREFFTI</i>	-	VU
320	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	AMPHISBANIDAE	<i>AMPHISBAENA UROXENA</i>	EN	-
321	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	AMPHISBANIDAE	<i>LEPOSTERNON KISTEUMACHERI</i>	VU	-
322	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	DIPSADIDAE	<i>APOSTOLEPIS SERRANA</i>	EN	-
323	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	DIPSADIDAE	<i>APOSTOLEPIS STRIATA</i>	EN	-
324	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	DIPSADIDAE	<i>DITAXODON TAENIATUS</i>	VU	-
325	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	DIPSADIDAE	<i>HYDRODYNASTES MELANOGIGAS</i>	EN	-
326	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	DIPSADIDAE	<i>PHALOTRIS MULTIPUNCTATUS</i>	EN	-
327	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	DIPSADIDAE	<i>PHILODRYAS LIVIDA</i>	VU	VU
328	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	GYMNOPHTHALMIDAE	<i>BACHIA DIDACTYLA</i>	EN	-
329	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	GYMNOPHTHALMIDAE	<i>BACHIA PSAMOPHILA</i>	CR	-
330	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	GYMNOPHTHALMIDAE	<i>HETERODACTYLUS LUNDII</i>	VU	-
331	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	GYMNOPHTHALMIDAE	<i>PLACOSOMA CIPOENSE</i>	EN	-
332	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	TEIIDAE	<i>AMEIVA PARECIS</i>	EN	-
333	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	TEIIDAE	<i>KENTROPYX VANZOI</i>	VU	-
334	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	TROPIDURIDAE	<i>STENOCERCUS DUMERILII</i>	VU	-
335	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	TYPHLOPIDAE	<i>TYPHLOPS AMOPIRA</i>	EN	DD
336	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	LEIOSAURIDAE	<i>ANISOLEPIS UNDULATES</i>	-	VU
337	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	DIPSADIDAE	<i>CALAMODONTOPHIS RONALDOI</i>	EN	EN
338	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	GYMNOPHTHALMIDAE	<i>CALYPTOMMATUS CONFUSIONIBUS</i>	-	EN
339	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	GYMNOPHTHALMIDAE	<i>BACHIA BRESSLAUI</i>	-	VU
340	RÉPTEIS	RÉPTEIS	TESTUDINES	CHELIDAE	<i>HYDROMEDUSA MAXIMILIANI</i>	-	VU
341	RÉPTEIS	RÉPTEIS	SQUAMATA	COLUBRIDAE	<i>TANTILLA BOIPIRANGA</i>	-	VU

Tabela 1.2. Flora Ameaçada.

	Família	Espécies	Lista Vermelha Nacional Brasileira	Status Lista Vermelha da UICN
1	ACANTHACEAE	<i>Dyschoriste lavandulacea</i>	EN	
2	ACANTHACEAE	<i>Justicia ramulosa</i>	VU	
3	ACANTHACEAE	<i>Staurogyne elegans</i>	VU	
4	ACANTHACEAE	<i>Stenandrium hatschbachii</i>	EN	
5	ACANTHACEAE	<i>Stenandrium stenophyllum</i>	EN	
6	ALISMATACEAE	<i>Sagittaria lancifolia</i>	VU	
7	ALSTROEMERIACEAE	<i>Alstroemeria brasiliensis</i>	EN	
8	ALSTROEMERIACEAE	<i>Alstroemeria orchidioides</i>	EN	
9	ALSTROEMERIACEAE	<i>Alstroemeria penduliflora</i>	EN	
10	AMARANTHACEAE	<i>Alternanthera decurrens</i>	EN	
11	AMARANTHACEAE	<i>Alternanthera januarensis</i>	EN	
12	AMARANTHACEAE	<i>Froelichiella grisea</i>	EN	
13	AMARANTHACEAE	<i>Gomphrena paranensis</i>	VU	
14	AMARANTHACEAE	<i>Pfaffia argyrea</i>	EN	
15	AMARANTHACEAE	<i>Pfaffia minarum</i>	VU	
16	AMARYLLIDACEAE	<i>Griffinia aracensis</i>	CR	
17	AMARYLLIDACEAE	<i>Griffinia gardneriana</i>	EN	
18	AMARYLLIDACEAE	<i>Griffinia liboniana</i>	EN	
19	AMARYLLIDACEAE	<i>Griffinia nocturna</i>	CR	
20	AMARYLLIDACEAE	<i>Habranthus irwinianus</i>	VU	
21	AMARYLLIDACEAE	<i>Hippeastrum goianum</i>	EN	
22	AMARYLLIDACEAE	<i>Hippeastrum leucobasis</i>	CR	
23	AMARYLLIDACEAE	<i>Hippeastrum morelianum</i>	VU	
24	AMARYLLIDACEAE	<i>Hippeastrum reginae</i>	EN	
25	AMARYLLIDACEAE	<i>Zephyranthes candida</i>	EN	
26	ANACARDIACEAE	<i>Schinopsis balansae</i>	EN	
27	ANEMIACEAE	<i>Anemia trichorhiza</i>	VU	
28	APIACEAE	<i>Eryngium scirpinum</i>	EN	
29	APIACEAE	<i>Klotzschia rhizophylla</i>	EN	
30	APOCYNACEAE	<i>Ditassa auriflora</i>	CR	
31	APOCYNACEAE	<i>Ditassa cipoensis</i>	EN	
32	APOCYNACEAE	<i>Ditassa cordeiroana</i>	EN	
33	APOCYNACEAE	<i>Ditassa itambensis</i>	EN	

34	APOCYNACEAE	<i>Gyrostelma oxypetaloides</i>	EN	
35	APOCYNACEAE	<i>Hemipogon abietoides</i>	CR	
36	APOCYNACEAE	<i>Hemipogon furlanii</i>	EN	
37	APOCYNACEAE	<i>Hemipogon hatschbachii</i>	CR	
38	APOCYNACEAE	<i>Hemipogon piranii</i>	CR	
39	APOCYNACEAE	<i>Minaria bifurcata</i>	CR	
40	APOCYNACEAE	<i>Minaria diamantinensis</i>	CR	
41	APOCYNACEAE	<i>Minaria grazielae</i>	EN	
42	APOCYNACEAE	<i>Minaria hemipogonoides</i>	CR	
43	APOCYNACEAE	<i>Minaria inconspicua</i>	EN	
44	APOCYNACEAE	<i>Minaria magisteriana</i>	EN	
45	APOCYNACEAE	<i>Minaria polygaloides</i>	EN	
46	APOCYNACEAE	<i>Minaria refractifolia</i>	VU	
47	APOCYNACEAE	<i>Minaria semirii</i>	EN	
48	APOCYNACEAE	<i>Oxypetalum ekblomii</i>	EN	
49	APOCYNACEAE	<i>Prestonia solanifolia</i>	EN	
50	AQUIFOLIACEAE	<i>Ilex prostrata</i>	CR	
51	ARALIACEAE	<i>Schefflera gardneri</i>	EN	
52	ARALIACEAE	<i>Schefflera glaziovii</i>	EN	
53	ARAUCARIACEAE	<i>Araucaria angustifolia</i>	EN	CR
54	ARECACEAE	<i>Acrocomia emensis</i>	VU	
55	ARECACEAE	<i>Attalea barreirensis</i>	VU	
56	ARECACEAE	<i>Attalea brasiliensis</i>	EN	
57	ARECACEAE	<i>Butia capitata</i>	VU	
58	ARECACEAE	<i>Butia leptospatha</i>	CR	
59	ARECACEAE	<i>Butia microspadix</i>	VU	
60	ARECACEAE	<i>Butia purpurascens</i>	EN	VU
61	ARECACEAE	<i>Euterpe edulis</i>	VU	
62	ARECACEAE	<i>Syagrus glaucescens</i>	VU	VU
63	ARECACEAE	<i>Syagrus macrocarpa</i>	EN	EN
64	ARECACEAE	<i>Syagrus mendanhensis</i>	CR	
65	ASTERACEAE	<i>Acritopappus irwinii</i>	VU	
66	ASTERACEAE	<i>Aldama corumbensis</i>	EN	
67	ASTERACEAE	<i>Aldama filifolia</i>	EN	
68	ASTERACEAE	<i>Aldama goyazii</i>	VU	
69	ASTERACEAE	<i>Aldama linearifolia</i>	CR	
70	ASTERACEAE	<i>Aldama vernonioides</i>	EN	

71	ASTERACEAE	<i>Anteremanthus hatschbachii</i>	EN	
72	ASTERACEAE	<i>Aspilia almasensis</i>	VU	
73	ASTERACEAE	<i>Aspilia cordifolia</i>	EN	
74	ASTERACEAE	<i>Aspilia cylindrocephala</i>	VU	
75	ASTERACEAE	<i>Aspilia diamantinae</i>	EN	
76	ASTERACEAE	<i>Aspilia diffusiflora</i>	VU	
77	ASTERACEAE	<i>Aspilia eglei</i>	CR	
78	ASTERACEAE	<i>Aspilia espinhacensis</i>	EN	
79	ASTERACEAE	<i>Aspilia jugata</i>	CR	
80	ASTERACEAE	<i>Aspilia pereirae</i>	EN	
81	ASTERACEAE	<i>Aspilia prostrata</i>	EN	
82	ASTERACEAE	<i>Aspilia reticulata</i>	VU	
83	ASTERACEAE	<i>Aspilia silphioides</i>	EN	
84	ASTERACEAE	<i>Baccharis concinna</i>	VU	
85	ASTERACEAE	<i>Baccharis elliptica</i>	EN	
86	ASTERACEAE	<i>Baccharis lychnophora</i>	VU	
87	ASTERACEAE	<i>Baccharis polyphylla</i>	VU	
88	ASTERACEAE	<i>Baccharis pseudoalpestris</i>	VU	
89	ASTERACEAE	<i>Calea abbreviata</i>	CR	
90	ASTERACEAE	<i>Calea brittoniana</i>	CR	
91	ASTERACEAE	<i>Calea gentianoides</i>	VU	
92	ASTERACEAE	<i>Calea heteropappa</i>	EN	
93	ASTERACEAE	<i>Chresta souzae</i>	EN	
94	ASTERACEAE	<i>Chromolaena arrayana</i>	EN	
95	ASTERACEAE	<i>Chromolaena costatipes</i>	EN	
96	ASTERACEAE	<i>Chronopappus bifrons</i>	VU	
97	ASTERACEAE	<i>Chrysolaena nicolackii</i>	VU	
98	ASTERACEAE	<i>Dimerostemma annuum</i>	EN	
99	ASTERACEAE	<i>Dimerostemma grazielae</i>	VU	
100	ASTERACEAE	<i>Disynaphia ericoides</i>	EN	
101	ASTERACEAE	<i>Disynaphia praeficta</i>	EN	
102	ASTERACEAE	<i>Disynaphia variolata</i>	EN	
103	ASTERACEAE	<i>Echinocoryne echinocephala</i>	EN	
104	ASTERACEAE	<i>Eremanthus argenteus</i>	EN	
105	ASTERACEAE	<i>Eremanthus polycephalus</i>	VU	
106	ASTERACEAE	<i>Gochnatia rotundifolia</i>	VU	
107	ASTERACEAE	<i>Gyptis vernoniopsis</i>	EN	

108	ASTERACEAE	<i>Heterocondylus lysimachioides</i>	VU	
109	ASTERACEAE	<i>Ichthyothere elliptica</i>	EN	
110	ASTERACEAE	<i>Lepidaploa spixiana</i>	EN	
111	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus adenophyllus</i>	EN	
112	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus asteriflorus</i>	EN	
113	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus eitenii</i>	EN	
114	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus exiguus</i>	VU	
115	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus irwinii</i>	VU	
116	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus pumillus</i>	VU	
117	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus reitzianus</i>	VU	
118	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus rosmarinifolius</i>	EN	
119	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus souzae</i>	EN	
120	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus stoechas</i>	VU	
121	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus subcarduoides</i>	EN	
122	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus venosissimus</i>	EN	
123	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus westermanii</i>	EN	
124	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus zuccarinianus</i>	VU	
125	ASTERACEAE	<i>Lomatozona artemisiifolia</i>	EN	
126	ASTERACEAE	<i>Lulia nervosa</i>	EN	
127	ASTERACEAE	<i>Lychnophora diamantinana</i>	EN	
128	ASTERACEAE	<i>Lychnophora gardneri</i>	EN	
129	ASTERACEAE	<i>Lychnophora granmogolensis</i>	EN	
130	ASTERACEAE	<i>Lychnophora humillima</i>	CR	
131	ASTERACEAE	<i>Lychnophora markgravii</i>	EN	
132	ASTERACEAE	<i>Lychnophora martiana</i>	EN	
133	ASTERACEAE	<i>Lychnophora mello-barretoii</i>	EN	
134	ASTERACEAE	<i>Lychnophora pohlii</i>	EN	
135	ASTERACEAE	<i>Lychnophora rosmarinifolia</i>	EN	
136	ASTERACEAE	<i>Lychnophora sellowii</i>	EN	
137	ASTERACEAE	<i>Lychnophora souzae</i>	CR	
138	ASTERACEAE	<i>Lychnophora syncephala</i>	EN	
139	ASTERACEAE	<i>Lychnophora tomentosa</i>	VU	
140	ASTERACEAE	<i>Lychnophora villosissima</i>	EN	
141	ASTERACEAE	<i>Lychnophoriopsis candelabrum</i>	EN	
142	ASTERACEAE	<i>Lychnophoriopsis damazioi</i>	EN	
143	ASTERACEAE	<i>Lychnophoriopsis hatschbachii</i>	EN	
144	ASTERACEAE	<i>Mikania alvimii</i>	EN	

145	ASTERACEAE	<i>Mikania argyreia</i>	VU	
146	ASTERACEAE	<i>Mikania cipoensis</i>	EN	
147	ASTERACEAE	<i>Mikania glabra</i>	EN	
148	ASTERACEAE	<i>Mikania glauca</i>	EN	
149	ASTERACEAE	<i>Mikania hartbergii</i>	EN	
150	ASTERACEAE	<i>Mikania hastato-cordata</i>	VU	
151	ASTERACEAE	<i>Mikania itambana</i>	EN	
152	ASTERACEAE	<i>Mikania neurocaula</i>	EN	
153	ASTERACEAE	<i>Mikania premmifolia</i>	EN	
154	ASTERACEAE	<i>Mikania viminea</i>	EN	
155	ASTERACEAE	<i>Mikania warmingii</i>	EN	
156	ASTERACEAE	<i>Minasia alpestris</i>	EN	
157	ASTERACEAE	<i>Minasia pereirae</i>	EN	
158	ASTERACEAE	<i>Minasia scapigera</i>	EN	
159	ASTERACEAE	<i>Moquiniastrum hatschbachii</i>	VU	
160	ASTERACEAE	<i>Moquiniastrum ramboi</i>	VU	
161	ASTERACEAE	<i>Moquiniastrum sordidum</i>	VU	
162	ASTERACEAE	<i>Piptolepis buxoides</i>	EN	
163	ASTERACEAE	<i>Piptolepis imbricata</i>	CR	
164	ASTERACEAE	<i>Piptolepis leptospermoides</i>	CR	
165	ASTERACEAE	<i>Proteopsis argentea</i>	VU	
166	ASTERACEAE	<i>Richterago angustifolia</i>	EN	
167	ASTERACEAE	<i>Richterago arenaria</i>	VU	
168	ASTERACEAE	<i>Richterago caulescens</i>	CR	
169	ASTERACEAE	<i>Richterago conduplicata</i>	EN	
170	ASTERACEAE	<i>Richterago elegans</i>	VU	
171	ASTERACEAE	<i>Richterago hatschbachii</i>	EN	
172	ASTERACEAE	<i>Richterago lanata</i>	EN	
173	ASTERACEAE	<i>Richterago petiolata</i>	EN	
174	ASTERACEAE	<i>Richterago polyphylla</i>	EN	
175	ASTERACEAE	<i>Richterago riparia</i>	VU	
176	ASTERACEAE	<i>Richterago stenophylla</i>	EN	
177	ASTERACEAE	<i>Senecio gertii</i>	EN	
178	ASTERACEAE	<i>Senecio hatschbachii</i>	EN	
179	ASTERACEAE	<i>Stevia hilarii</i>	CR	
180	ASTERACEAE	<i>Stevia leptophylla</i>	EN	
181	ASTERACEAE	<i>Strophopappus bicolor</i>	EN	

182	ASTERACEAE	<i>Strophopappus ferrugineus</i>	EN	
183	ASTERACEAE	<i>Symphyopappus uncinatus</i>	EN	
184	ASTERACEAE	<i>Wedelia macedoi</i>	CR	
185	ASTERACEAE	<i>Wunderlichia cruelsiana</i>	EN	
186	ASTERACEAE	<i>Wunderlichia senae</i>	EN	
187	BEGONIACEAE	<i>Begonia apparicioi</i>	EN	
188	BEGONIACEAE	<i>Begonia perdusenii</i>	EN	
189	BIGNONIACEAE	<i>Adenocalymma dichilum</i>	EN	
190	BIGNONIACEAE	<i>Anemopaegma arvense</i>	EN	
191	BIGNONIACEAE	<i>Fridericia crassa</i>	VU	
192	BIGNONIACEAE	<i>Handroanthus spongiosus</i>	EN	
193	BIGNONIACEAE	<i>Jacaranda intricata</i>	CR	
194	BIGNONIACEAE	<i>Tabebuia cassinoides</i>	EN	
195	BIGNONIACEAE	<i>Zeyheria tuberculosa</i>	VU	VU
196	BLECHNACEAE	<i>Blechnum heringeri</i>	VU	
197	BROMELIACEAE	<i>Alcantarea duarteana</i>	EN	
198	BROMELIACEAE	<i>Bromelia braunii</i>	CR	
199	BROMELIACEAE	<i>Bromelia macedoi</i>	VU	
200	BROMELIACEAE	<i>Deuterocohnia meziana</i>	VU	
201	BROMELIACEAE	<i>Dyckia fosteriana</i>	EN	
202	BROMELIACEAE	<i>Dyckia rariflora</i>	EN	
203	BROMELIACEAE	<i>Dyckia reitzii</i>	EN	EN
204	BROMELIACEAE	<i>Dyckia ursina</i>	CR	
205	BROMELIACEAE	<i>Eduandrea selloana</i>	EN	
206	BROMELIACEAE	<i>Encholirium biflorum</i>	CR	
207	BROMELIACEAE	<i>Encholirium disjunctum</i>	CR	
208	BROMELIACEAE	<i>Encholirium heloisae</i>	EN	
209	BROMELIACEAE	<i>Encholirium irwinii</i>	CR	
210	BROMELIACEAE	<i>Encholirium luxor</i>	EN	EN
211	BROMELIACEAE	<i>Encholirium pedicellatum</i>	CR	
212	BROMELIACEAE	<i>Encholirium scrutor</i>	EN	
213	BROMELIACEAE	<i>Encholirium vogelii</i>	CR	
214	BROMELIACEAE	<i>Lapanthus duartei</i>	EN	
215	BROMELIACEAE	<i>Neoregelia leprosa</i>	VU	
216	BROMELIACEAE	<i>Orthophytum humile</i>	CR	
217	BROMELIACEAE	<i>Pitcairnia bradei</i>	CR	
218	BROMELIACEAE	<i>Tillandsia crocata</i>	EN	

219	BROMELIACEAE	<i>Vriesea diamantinensis</i>	EN	
220	BROMELIACEAE	<i>Vriesea minarum</i>	EN	
221	BROMELIACEAE	<i>Vriesea saxicola</i>	EN	
222	CACTACEAE	<i>Arrojadoa eriocaulis</i>	EN	EN
223	CACTACEAE	<i>Arthrocerus glaziovii</i>	EN	EN
224	CACTACEAE	<i>Arthrocerus melanurus subsp. melanurus</i>	EN	
225	CACTACEAE	<i>Arthrocerus melanurus subsp. odoros</i>	EN	
226	CACTACEAE	<i>Arthrocerus rondonianus</i>	EN	
227	CACTACEAE	<i>Brasilicereus markgrafii</i>	EN	VU
228	CACTACEAE	<i>Cereus mirabella</i>	VU	EN
229	CACTACEAE	<i>Cipocereus bradei</i>	VU	VU
230	CACTACEAE	<i>Cipocereus crassisepalus</i>	EN	EN
231	CACTACEAE	<i>Cipocereus minensis</i>	VU	
232	CACTACEAE	<i>Coleocephalocereus buxbaumianus subsp. flavisetus</i>	VU	
233	CACTACEAE	<i>Discocactus catingicola</i>	VU	
234	CACTACEAE	<i>Discocactus horstii</i>	CR	VU
235	CACTACEAE	<i>Discocactus pseudoinsignis</i>	CR	EN
236	CACTACEAE	<i>Facheiroa cephaliomelana</i>	EN	VU
237	CACTACEAE	<i>Facheiroa cephaliomelana subsp. estevesii</i>	EN	
238	CACTACEAE	<i>Micranthocereus albicephalus</i>	EN	VU
239	CACTACEAE	<i>Micranthocereus auriazureus</i>	EN	EN
240	CACTACEAE	<i>Micranthocereus dolichospermaticus</i>	EN	
241	CACTACEAE	<i>Micranthocereus violaciflorus</i>	EN	EN
242	CACTACEAE	<i>Pereskia aureiflora</i>	VU	EN
243	CACTACEAE	<i>Pilosocereus aurisetus subsp. aurilanatus</i>	EN	
244	CACTACEAE	<i>Pilosocereus fulvilanatus</i>	EN	
245	CACTACEAE	<i>Uebelmannia buiningii</i>	CR	CR
246	CACTACEAE	<i>Uebelmannia gummifera</i>	VU	EN
247	CACTACEAE	<i>Uebelmannia pectinifera</i>	EN	EN
248	CELASTRACEAE	<i>Maytenus rupestris</i>	VU	
249	CISTACEAE	<i>Helianthemum brasiliense</i>	EN	
250	COMMELINACEAE	<i>Dichorisantra glaziovii</i>	VU	
251	CONNARACEAE	<i>Rourea cnestidifolia</i>	EN	
252	CONNARACEAE	<i>Rourea pseudospadicea</i>	EN	
253	CONVOLVULACEAE	<i>Evolvulus glaziovii</i>	VU	
254	CONVOLVULACEAE	<i>Evolvulus kramerioides</i>	VU	
255	CONVOLVULACEAE	<i>Evolvulus rariflorus</i>	VU	

256	CONVOLVULACEAE	<i>Evolvulus riedelii</i>	EN	
257	CONVOLVULACEAE	<i>Evolvulus stellariifolius</i>	EN	
258	CONVOLVULACEAE	<i>Ipomoea carajasensis</i>	VU	
259	CONVOLVULACEAE	<i>Ipomoea macedoi</i>	CR	
260	CONVOLVULACEAE	<i>Ipomoea subrevoluta</i>	VU	
261	CONVOLVULACEAE	<i>Jacquemontia revoluta</i>	EN	
262	CONVOLVULACEAE	<i>Merremia repens</i>	EN	
263	CYPERACEAE	<i>Bulbostylis smithii</i>	EN	
264	CYPERACEAE	<i>Lagenocarpus bracteosus</i>	EN	
265	DICHAPETALACEAE	<i>Stephanopodium engleri</i>	EN	
266	DICKSONIACEAE	<i>Dicksonia sellowiana</i>	EN	
267	DIOSCOREACEAE	<i>Dioscorea asperula</i>	VU	
268	DIOSCOREACEAE	<i>Dioscorea loefgrenii</i>	VU	
269	DROSERACEAE	<i>Drosera graomogolensis</i>	EN	
270	DRYOPTERIDACEAE	<i>Elaphoglossum acrocarpum</i>	VU	
271	ERICACEAE	<i>Gaultheria sleumeriana</i>	CR	
272	ERICACEAE	<i>Gaylussacia centunculifolia</i>	EN	
273	ERICACEAE	<i>Gaylussacia oleifolia</i>	EN	
274	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus cipoensis</i>	CR	
275	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus claussenianus</i>	VU	
276	ERIOCAULACEAE	<i>Comanthera elegans</i>	EN	
277	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix echinocephala</i>	VU	
278	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus ater</i>	CR	
279	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus hydra</i>	EN	
280	ERIOCAULACEAE	<i>Syngonanthus laricifolius</i>	VU	
281	EUPHORBIACEAE	<i>Astraea cincta</i>	EN	
282	EUPHORBIACEAE	<i>Bernardia crassifolia</i>	EN	
283	EUPHORBIACEAE	<i>Croton leptobotryus</i>	VU	
284	EUPHORBIACEAE	<i>Euphorbia attastoma</i>	EN	
285	EUPHORBIACEAE	<i>Euphorbia gymnoclada</i>	VU	
286	EUPHORBIACEAE	<i>Manihot procumbens</i>	VU	
287	FABACEAE	<i>Aeschynomene laca-buendiana</i>	EN	
288	FABACEAE	<i>Apuleia leiocarpa</i>	VU	
289	FABACEAE	<i>Calliandra carrascano</i>	EN	
290	FABACEAE	<i>Centrosema carajasense</i>	VU	
291	FABACEAE	<i>Chamaecrista cipoana</i>	VU	
292	FABACEAE	<i>Chamaecrista fodinarum</i>	VU	

293	FABACEAE	<i>Chamaecrista lagotois</i>	CR	
294	FABACEAE	<i>Chamaecrista stillifera</i>	VU	
295	FABACEAE	<i>Chamaecrista tephrosiifolia</i>	VU	
296	FABACEAE	<i>Chamaecrista ulmea</i>	CR	
297	FABACEAE	<i>Dalbergia nigra</i>	VU	VU
298	FABACEAE	<i>Dimorphandra wilsonii</i>	CR	CR
299	FABACEAE	<i>Harpalyce parvifolia</i>	EN	
300	FABACEAE	<i>Hymenaea parvifolia</i>	VU	
301	FABACEAE	<i>Leucochloron foederale</i>	EN	VU
302	FABACEAE	<i>Leucochloron minarum</i>	EN	
303	FABACEAE	<i>Lupinus coriaceus</i>	VU	
304	FABACEAE	<i>Lupinus decurrens</i>	EN	
305	FABACEAE	<i>Melanoxylon brauna</i>	VU	
306	FABACEAE	<i>Mimosa acroconica</i>	EN	
307	FABACEAE	<i>Mimosa adamantina</i>	EN	
308	FABACEAE	<i>Mimosa barretoi</i>	EN	
309	FABACEAE	<i>Mimosa bombycina</i>	EN	
310	FABACEAE	<i>Mimosa chrysastra</i>	CR	
311	FABACEAE	<i>Mimosa heringeri</i>	EN	
312	FABACEAE	<i>Mimosa leprosa</i>	EN	
313	FABACEAE	<i>Mimosa lithoreas</i>	EN	
314	FABACEAE	<i>Mimosa macedoana</i>	EN	
315	FABACEAE	<i>Mimosa montis-carasae</i>	EN	
316	FABACEAE	<i>Mimosa paucifolia</i>	VU	
317	FABACEAE	<i>Mimosa suburbana</i>	CR	
318	FABACEAE	<i>Mimosa uniceps</i>	EN	
319	FABACEAE	<i>Neptunia pubescens</i>	VU	
320	FABACEAE	<i>Peltogyne maranhensis</i>	VU	
321	GELSEMIACEAE	<i>Mostuea muricata</i>	VU	
322	GENTIANACEAE	<i>Senaea coerulea</i>	EN	
323	GENTIANACEAE	<i>Zygostigma australe</i>	EN	
324	GESNERIACEAE	<i>Goyazia petraea</i>	EN	
325	GESNERIACEAE	<i>Paliavana werdermannii</i>	VU	
326	GESNERIACEAE	<i>Sinningia araneosa</i>	VU	
327	GESNERIACEAE	<i>Sinningia defoliata</i>	VU	
328	GESNERIACEAE	<i>Sinningia piresiana</i>	EN	
329	GESNERIACEAE	<i>Sinningia rupicola</i>	EN	

330	GESNERIACEAE	<i>Sphaerorrhiza burchellii</i>	EN	
331	HYMENOPHYLLACEAE	<i>Hymenophyllum silveirae</i>	CR	
332	HYPERICACEAE	<i>Hypericum mutilum</i>	VU	
333	IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia brevistamina</i>	CR	
334	IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia concava</i>	CR	
335	IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia gracilis</i>	CR	
336	IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia synandra</i>	EN	
337	IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia tenuissima</i>	EN	
338	IRIDACEAE	<i>Trimezia exillima</i>	EN	
339	IRIDACEAE	<i>Trimezia fistulosa</i>	EN	
340	IRIDACEAE	<i>Trimezia fistulosa</i> var. <i>longifolia</i>	CR	
341	IRIDACEAE	<i>Trimezia plicatifolia</i>	EN	
342	LAMIACEAE	<i>Cyanocephalus caprariifolius</i>	EN	
343	LAMIACEAE	<i>Cyanocephalus digitatus</i>	EN	
344	LAMIACEAE	<i>Cyanocephalus tagetifolius</i>	EN	
345	LAMIACEAE	<i>Eriope crassipes</i> subsp. <i>crystalinae</i>	CR	
346	LAMIACEAE	<i>Eriope machrisae</i>	EN	
347	LAMIACEAE	<i>Hyptenia aristulata</i>	CR	
348	LAMIACEAE	<i>Hyptenia crispata</i>	EN	
349	LAMIACEAE	<i>Hyptenia micrantha</i>	EN	
350	LAMIACEAE	<i>Hyptenia subrosea</i>	EN	
351	LAMIACEAE	<i>Hyptidendron clausenii</i>	EN	
352	LAMIACEAE	<i>Hyptidendron conspersum</i>	EN	
353	LAMIACEAE	<i>Hyptis alpestris</i>	EN	
354	LAMIACEAE	<i>Hyptis angustifolia</i>	EN	
355	LAMIACEAE	<i>Hyptis arenaria</i>	VU	
356	LAMIACEAE	<i>Hyptis colligata</i>	EN	
357	LAMIACEAE	<i>Hyptis cruciformis</i>	EN	
358	LAMIACEAE	<i>Hyptis frondosa</i>	VU	
359	LAMIACEAE	<i>Hyptis hamatidens</i>	VU	
360	LAMIACEAE	<i>Hyptis imbricatiformis</i>	EN	
361	LAMIACEAE	<i>Hyptis pachyphylla</i>	VU	
362	LAMIACEAE	<i>Hyptis penaeoides</i>	EN	
363	LAMIACEAE	<i>Oocephalus piranii</i>	CR	
364	LAURACEAE	<i>Aiouea bracteata</i>	VU	
365	LAURACEAE	<i>Cinnamomum erythropus</i>	EN	
366	LAURACEAE	<i>Cinnamomum quadrangulum</i>	VU	

367	LAURACEAE	<i>Mezilaurus itauba</i>	VU	
368	LAURACEAE	<i>Ocotea beulahiae</i>	EN	
369	LAURACEAE	<i>Ocotea catharinensis</i>	VU	VU
370	LAURACEAE	<i>Ocotea confertiflora</i>	VU	
371	LAURACEAE	<i>Ocotea felix</i>	EN	
372	LAURACEAE	<i>Ocotea odorifera</i>	EN	
373	LAURACEAE	<i>Ocotea porosa</i>	EN	VU
374	LAURACEAE	<i>Ocotea tabacifolia</i>	EN	
375	LAURACEAE	<i>Persea pedunculosa</i>	EN	
376	LECYTHIDACEAE	<i>Cariniana legalis</i>	EN	VU
377	LECYTHIDACEAE	<i>Lecythis schwackei</i>	EN	VU
378	LOGANIACEAE	<i>Spigelia aceifolia</i>	EN	
379	LOGANIACEAE	<i>Spigelia cipoensis</i>	CR	
380	LOGANIACEAE	<i>Spigelia lundiana</i>	EN	
381	LOGANIACEAE	<i>Spigelia reitzii</i>	EN	
382	LYCOPODIACEAE	<i>Diplasium jussiaei</i>	EN	
383	LYCOPODIACEAE	<i>Phlegmariurus itambensis</i>	EN	
384	LYCOPODIACEAE	<i>Phlegmariurus ruber</i>	CR	
385	LYCOPODIACEAE	<i>Pseudolycopodiella benjaminiana</i>	EN	
386	LYTHRACEAE	<i>Cuphea arenarioides</i>	VU	
387	LYTHRACEAE	<i>Cuphea cipoensis</i>	EN	
388	LYTHRACEAE	<i>Cuphea cuiabensis</i>	EN	
389	LYTHRACEAE	<i>Cuphea rubro-virens</i>	CR	
390	LYTHRACEAE	<i>Cuphea teleandra</i>	CR	
391	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon aggregatifolius</i>	EN	
392	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon ericoides</i>	CR	
393	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon glaziovii</i>	CR	
394	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon gracilis</i>	CR	
395	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon hatschbachii</i>	VU	
396	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon minasensis</i>	EN	
397	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon orbicularis</i>	VU	
398	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon ovatus</i>	EN	
399	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon panniculatus</i>	CR	
400	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon retroimbricatus</i>	CR	
401	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon villosissimus</i>	VU	
402	LYTHRACEAE	<i>Lafoensia nummularifolia</i>	VU	
403	MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis andersonii</i>	VU	

404	MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis cipoensis</i>	EN	
405	MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis hatschbachii</i>	EN	
406	MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis hirsuta</i>	EN	
407	MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima brachybotrya</i>	VU	
408	MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima cipoensis</i>	EN	
409	MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima fonsecae</i>	CR	
410	MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima microphylla</i>	EN	
411	MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima onishiana</i>	EN	
412	MALPIGHIACEAE	<i>Camarea humifusa</i>	EN	
413	MALPIGHIACEAE	<i>Camarea linearifolia</i>	CR	
414	MALPIGHIACEAE	<i>Heladena multiflora</i>	EN	
415	MALPIGHIACEAE	<i>Heteropterys aliciae</i>	CR	
416	MALPIGHIACEAE	<i>Heteropterys dusenii</i>	VU	
417	MALPIGHIACEAE	<i>Heteropterys hatschbachii</i>	CR	
418	MALPIGHIACEAE	<i>Janusia linearifolia</i>	VU	
419	MALPIGHIACEAE	<i>Janusia occhionii</i>	EN	
420	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa andersonii</i>	CR	
421	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa bahiana</i>	CR	
422	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa barnebyi</i>	EN	
423	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa cipoana</i>	EN	
424	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa psilophylla</i>	VU	
425	MALPIGHIACEAE	<i>Stigmaphyllon harleyi</i>	EN	
426	MALPIGHIACEAE	<i>Stigmaphyllon macedoanum</i>	CR	
427	MALPIGHIACEAE	<i>Thryallis laburnum</i>	VU	
428	MALPIGHIACEAE	<i>Thryallis parviflora</i>	EN	
429	MALVACEAE	<i>Hochreutinera hasslerana</i>	EN	
430	MALVACEAE	<i>Pavonia grazzielae</i>	VU	
431	MELASTOMATACEAE	<i>Cambessedesia atropurpurea</i>	VU	
432	MELASTOMATACEAE	<i>Cambessedesia weddellii</i>	VU	
433	MELASTOMATACEAE	<i>Huberia pirani</i>	EN	
434	MELASTOMATACEAE	<i>Lavoisiera cordata</i>	VU	
435	MELASTOMATACEAE	<i>Lithobium cordatum</i>	EN	
436	MELASTOMATACEAE	<i>Marcetia hatschbachii</i>	EN	
437	MELASTOMATACEAE	<i>Marcetia semiriana</i>	EN	
438	MELASTOMATACEAE	<i>Miconia angelana</i>	CR	
439	MELASTOMATACEAE	<i>Miconia cipoensis</i>	EN	
440	MELASTOMATACEAE	<i>Microlicia canastrensis</i>	EN	

441	MELASTOMATACEAE	<i>Microlicia flava</i>	EN	
442	MELASTOMATACEAE	<i>Microlicia humilis</i>	VU	
443	MELASTOMATACEAE	<i>Microlicia macedoi</i>	EN	
444	MELASTOMATACEAE	<i>Microlicia microphylla</i>	CR	
445	MELASTOMATACEAE	<i>Microlicia obtusifolia</i>	EN	
446	MELASTOMATACEAE	<i>Microlicia psammophila</i>	EN	
447	MELASTOMATACEAE	<i>Ossaea warmingiana</i>	VU	
448	MELASTOMATACEAE	<i>Svitramia integerrima</i>	EN	
449	MELASTOMATACEAE	<i>Svitramia minor</i>	VU	
450	MELASTOMATACEAE	<i>Svitramia wurdackiana</i>	VU	
451	MELASTOMATACEAE	<i>Tibouchina bergiana</i>	EN	
452	MELASTOMATACEAE	<i>Tibouchina riedeliana</i>	EN	
453	MELASTOMATACEAE	<i>Trembleya chamissoana</i>	EN	
454	MELASTOMATACEAE	<i>Trembleya hatschbachii</i>	EN	
455	MELIACEAE	<i>Cedrela fissilis</i>	VU	EN
456	MELIACEAE	<i>Cedrela odorata</i>	VU	VU
457	MELIACEAE	<i>Swietenia macrophylla</i>	VU	VU
458	MELIACEAE	<i>Trichilia stellato-tomentosa</i>	VU	
459	MORACEAE	<i>Dorstenia conceptionis</i>	EN	
460	MYRISTICACEAE	<i>Virola surinamensis</i>	VU	EN
461	MYRTACEAE	<i>Accara elegans</i>	EN	
462	MYRTACEAE	<i>Eugenia blanda</i>	EN	
463	MYRTACEAE	<i>Myrceugenia bracteosa</i>	EN	VU
464	MYRTACEAE	<i>Myrceugenia franciscensis</i>	EN	VU
465	MYRTACEAE	<i>Myrceugenia hatschbachii</i>	VU	
466	MYRTACEAE	<i>Myrcia diaphana</i>	VU	
467	MYRTACEAE	<i>Neomitranthes gracilis</i>	EN	
468	MYRTACEAE	<i>Siphoneugena kuhlmannii</i>	VU	
469	OCHNACEAE	<i>Luxemburgia angustifolia</i>	VU	
470	OCHNACEAE	<i>Luxemburgia flexuosa</i>	VU	
471	OCHNACEAE	<i>Ouratea hatschbachii</i>	EN	
472	OLEACEAE	<i>Chionanthus subsessilis</i>	VU	CR
473	ORCHIDACEAE	<i>Cattleya guttata</i>	VU	
474	ORCHIDACEAE	<i>Cattleya intermedia</i>	VU	
475	ORCHIDACEAE	<i>Cattleya walkeriana</i>	VU	
476	ORCHIDACEAE	<i>Cleistes aphylla</i>	EN	
477	ORCHIDACEAE	<i>Constantia cipoensis</i>	CR	

478	ORCHIDACEAE	<i>Cynoches pentadactylum</i>	EN	
479	ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium caiapoense</i>	VU	
480	ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium hatschbachii</i>	EN	
481	ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium latifolium</i>	CR	
482	ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium linearifolium</i>	CR	
483	ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium lissochiloides</i>	VU	
484	ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium palmifrons</i>	VU	
485	ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium triste</i>	VU	
486	ORCHIDACEAE	<i>Dryadella lilliputiana</i>	VU	
487	ORCHIDACEAE	<i>Epidendrum henschenii</i>	EN	
488	ORCHIDACEAE	<i>Grandiphyllum hians</i>	VU	
489	ORCHIDACEAE	<i>Grobya cipoensis</i>	CR	
490	ORCHIDACEAE	<i>Habenaria achalensis</i>	VU	
491	ORCHIDACEAE	<i>Habenaria galeandriformis</i>	CR	
492	ORCHIDACEAE	<i>Habenaria piraquarensis</i>	EN	
493	ORCHIDACEAE	<i>Hadrolaelia brevipedunculata</i>	VU	
494	ORCHIDACEAE	<i>Hadrolaelia jongheana</i>	EN	
495	ORCHIDACEAE	<i>Hadrolaelia pumila</i>	VU	
496	ORCHIDACEAE	<i>Hdafmannseggella briegeri</i>	EN	
497	ORCHIDACEAE	<i>Hdafmannseggella caulescens</i>	EN	
498	ORCHIDACEAE	<i>Hdafmannseggella ghillanyi</i>	EN	
499	ORCHIDACEAE	<i>Isabelia virginalis</i>	VU	
500	ORCHIDACEAE	<i>Malaxis jaraguae</i>	VU	
501	ORCHIDACEAE	<i>Phragmipedium vittatum</i>	VU	
502	ORCHIDACEAE	<i>Phymatidium geiselii</i>	EN	
503	ORCHIDACEAE	<i>Pseudolaelia cipoensis</i>	CR	
504	ORCHIDACEAE	<i>Pteroglossa hilariana</i>	EN	
505	ORCHIDACEAE	<i>Saundersia mirabilis</i>	EN	
506	ORCHIDACEAE	<i>Scuticaria itirapinensis</i>	CR	
507	ORCHIDACEAE	<i>Thysanoglossa jordanensis</i>	EN	
508	OROBANCHACEAE	<i>Agalinis brachyphylla</i>	VU	
509	OROBANCHACEAE	<i>Agalinis nana</i>	EN	
510	OROBANCHACEAE	<i>Agalinis ramulifera</i>	EN	
511	OROBANCHACEAE	<i>Agalinis schwackeana</i>	CR	
512	OROBANCHACEAE	<i>Esterhazyia caesarea</i>	VU	
513	OXALIDACEAE	<i>Oxalis diamantinae</i>	CR	
514	PASSIFLORACEAE	<i>Passiflora setulosa</i>	EN	

515	PENTAPHYLACACEAE	<i>Ternstroemia cuneifolia</i>	VU	
516	PHYLLANTHACEAE	<i>Phyllanthus gladiatus</i>	VU	
517	PHYTOLACCACEAE	<i>Microtea papilosa</i>	VU	
518	PIPERACEAE	<i>Peperomia cordigera</i>	VU	
519	PIPERACEAE	<i>Peperomia hemmendorffii</i>	EN	
520	PIPERACEAE	<i>Piper loefgrenii</i>	VU	
521	PLANTAGINACEAE	<i>Angelonia alternifolia</i>	CR	
522	POACEAE	<i>Agrostis longiberbis</i>	EN	
523	POACEAE	<i>Altoparadisium chapadense</i>	CR	
524	POACEAE	<i>Aristida brasiliensis</i>	EN	
525	POACEAE	<i>Arthropogon xerachne</i>	CR	
526	POACEAE	<i>Arundinella deppeana</i>	VU	
527	POACEAE	<i>Axonopus fastigiatus</i>	VU	
528	POACEAE	<i>Axonopus hydrolithicus</i>	CR	
529	POACEAE	<i>Axonopus monticola</i>	EN	
530	POACEAE	<i>Axonopus uninodis</i>	CR	
531	POACEAE	<i>Canastra lanceolata</i>	CR	
532	POACEAE	<i>Chusquea attenuata</i>	EN	
533	POACEAE	<i>Chusquea heterophylla</i>	EN	
534	POACEAE	<i>Chusquea tenuiglumis</i>	CR	
535	POACEAE	<i>Digitaria neesiana</i>	EN	
536	POACEAE	<i>Gymnopogon doellii</i>	CR	
537	POACEAE	<i>Leersia ligularis</i>	VU	
538	POACEAE	<i>Merostachys abadiana</i>	CR	
539	POACEAE	<i>Paspalum repandum</i>	EN	
540	POACEAE	<i>Setaria parviflora var. pilosissima</i>	CR	
541	POACEAE	<i>Sporobolus apiculatus</i>	EN	
542	POACEAE	<i>Triraphis devia</i>	EN	
543	POACEAE	<i>Zizaniopsis bonariensis</i>	EN	
544	PODOCARPACEAE	<i>Podocarpus barretoii</i>	CR	
545	PODOCARPACEAE	<i>Podocarpus brasiliensis</i>	VU	
546	PODOSTEMACEAE	<i>Mourera weddelliana</i>	VU	
547	PODOSTEMACEAE	<i>Podostemum ovatum</i>	EN	
548	POLYGALACEAE	<i>Polygala franchetii</i>	EN	
549	POLYGALACEAE	<i>Polygala tamariscea</i>	VU	
550	POLYPODIACEAE	<i>Pecluma hoehnii</i>	CR	
551	PRIMULACEAE	<i>Myrsine congesta</i>	EN	

552	PROTEACEAE	<i>Euplassa incana</i>	VU	
553	PROTEACEAE	<i>Euplassa semicostata</i>	EN	
554	PTERIDACEAE	<i>Adiantum tetragonum</i>	EN	
555	PTERIDACEAE	<i>Cheilanthes regnelliana</i>	EN	
556	PTERIDACEAE	<i>Doryopteris rufa</i>	EN	
557	PTERIDACEAE	<i>Jamesonia cheilanthoides</i>	EN	
558	PTERIDACEAE	<i>Jamesonia insignis</i>	EN	
559	PTERIDACEAE	<i>Pellaea cymbiformis</i>	EN	
560	PTERIDACEAE	<i>Pellaea gleichenioides</i>	EN	
561	RHAMNACEAE	<i>Gouania inornata</i>	EN	
562	RHAMNACEAE	<i>Scutia arenicola</i>	EN	
563	RUBIACEAE	<i>Galianthe souzae</i>	EN	
564	RUBIACEAE	<i>Melanopsidium nigrum</i>	VU	
565	RUBIACEAE	<i>Mitracarpus eritrichoides</i>	EN	
566	RUBIACEAE	<i>Psychotria microcarpa</i>	EN	
567	RUBIACEAE	<i>Rudgea parquioides</i> subsp. <i>hirsutissima</i>	EN	
568	RUBIACEAE	<i>Rudgea sessilis</i> subsp. <i>cipoana</i>	EN	
569	RUBIACEAE	<i>Staelia hatschbachii</i>	EN	
570	RUTACEAE	<i>Esenbeckia irwiniana</i>	EN	
571	RUTACEAE	<i>Pilocarpus alatus</i>	VU	
572	RUTACEAE	<i>Pilocarpus microphyllus</i>	EN	
573	RUTACEAE	<i>Pilocarpus trachylophus</i>	EN	
574	SAPINDACEAE	<i>Talisia subalbans</i>	VU	
575	SAPOTACEAE	<i>Manilkara dardanoi</i>	VU	EN
576	SAPOTACEAE	<i>Micropholis emarginata</i>	EN	EN
577	SAPOTACEAE	<i>Pouteria bullata</i>	EN	VU
578	SAPOTACEAE	<i>Pouteria furcata</i>	EN	VU
579	SIMAROUBACEAE	<i>Castela tweedii</i>	EN	
580	SIMAROUBACEAE	<i>Simaba glabra</i>	VU	
581	SIMAROUBACEAE	<i>Simaba salubris</i>	CR	
582	SIMAROUBACEAE	<i>Simaba warmingiana</i>	EN	
583	SMILACACEAE	<i>Smilax lappacea</i>	EN	
584	SMILACACEAE	<i>Smilax lutescens</i>	EN	
585	SOLANACEAE	<i>Lycianthes repens</i>	EN	
586	SOLANACEAE	<i>Schwenckia curviflora</i>	EN	
587	THELYPTERIDACEAE	<i>Thelypteris multigemifera</i>	CR	
588	TROPAEOLACEAE	<i>Tropaeolum warmingianum</i>	EN	

589	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia delicatula</i>	EN
590	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia glutinosa</i>	CR
591	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia longiscapa</i>	CR
592	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia paranaensis</i>	EN
593	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia pungens</i>	CR
594	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia riparia</i>	CR
595	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia rodriguesii</i>	EN
596	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia spiralis</i>	EN
597	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia alata</i>	EN
598	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia armata</i>	EN
599	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia barbata</i>	EN
600	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia gigantea</i>	EN
601	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia glabra</i>	EN
602	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia hatschbachii</i>	EN
603	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia leptopetala</i>	EN
604	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia lilacina</i>	EN
605	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia metzgerae</i>	EN
606	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia nuda</i>	EN
607	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia patens</i>	EN
608	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia piresiana</i>	EN
609	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia sessilis</i>	EN
610	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia streptophylla</i>	EN
611	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia subalata</i>	EN
612	VERBENACEAE	<i>Lippia bradei</i>	VU
613	VERBENACEAE	<i>Lippia pumila</i>	EN
614	VERBENACEAE	<i>Lippia rhodocnemis</i>	EN
615	VERBENACEAE	<i>Stachytarpheta procumbens</i>	EN
616	VIOLACEAE	<i>Pombalia strigoides</i>	EN
617	VITACEAE	<i>Cissus inundata</i>	VU
618	VOCHYSIACEAE	<i>Vochysia pygmaea</i>	EN
619	XYRIDACEAE	<i>Xyris aurea</i>	EN
620	XYRIDACEAE	<i>Xyris blepharophylla</i>	EN
621	XYRIDACEAE	<i>Xyris cipoensis</i>	EN
622	XYRIDACEAE	<i>Xyris coutensis</i>	CR
623	XYRIDACEAE	<i>Xyris dardanoi</i>	CR
624	XYRIDACEAE	<i>Xyris hystrix</i>	CR
625	XYRIDACEAE	<i>Xyris longifolia</i>	EN

626	XYRIDACEAE	<i>Xyris nigricans</i>	CR	
627	XYRIDACEAE	<i>Xyris obtusiuscula</i>	EN	
628	XYRIDACEAE	<i>Xyris platystachya</i>	CR	
629	XYRIDACEAE	<i>Xyris rigida</i>	CR	
630	XYRIDACEAE	<i>Xyris sincorana</i>	EN	
631	XYRIDACEAE	<i>Xyris sororia</i>	CR	
632	XYRIDACEAE	<i>Xyris tortilis</i>	CR	
633	XYRIDACEAE	<i>Xyris uninervis</i>	CR	
634	XYRIDACEAE	<i>Xyris vacillans</i>	EN	
635	XYRIDACEAE	<i>Xyris wawrae</i>	EN	

Tabela 1.3. Plantas Raras.

	Família	Espécies
1	ACANTHACEAE	<i>Justicia clivalis</i>
2	ACANTHACEAE	<i>Staurogyne minarum</i>
3	ACANTHACEAE	<i>Stenandrium goiasense</i>
4	ACANTHACEAE	<i>Stenandrium irwinii</i>
5	ALISMACEAE	<i>Echinodorus lanceolatus</i>
6	ALSTROEMERIACEAE	<i>Alstroemeria chapadensis</i>
7	AMARANTHACEAE	<i>Gomphrena hermogenesii</i>
8	AMARANTHACEAE	<i>Gomphrena hillii</i>
9	AMARANTHACEAE	<i>Gomphrena marginata</i>
10	ANNONACEAE	<i>Duguetia rotundifolia</i>
11	APOCYNACEAE	<i>Barjonia grazielae</i>
12	APOCYNACEAE	<i>Blepharodon hatschbachii</i>
13	APOCYNACEAE	<i>Ditassa insignis</i>
14	APOCYNACEAE	<i>Ditassa obscura</i>
15	APOCYNACEAE	<i>Mandevilla rubra</i>
16	APOCYNACEAE	<i>Mandevilla semirii</i>
17	APOCYNACEAE	<i>Marsdenia neomanarae</i>
18	APOCYNACEAE	<i>Marsdenia virgultorum</i>
19	APOCYNACEAE	<i>Matelea matogrossensis</i>
20	APOCYNACEAE	<i>Matelea refracta</i>
21	APOCYNACEAE	<i>Minaria campanuliflora</i>
22	APOCYNACEAE	<i>Nephradenia filipes</i>
23	APOCYNACEAE	<i>Oxypetalum habrogynum</i>
24	APOCYNACEAE	<i>Oxypetalum helios</i>
25	APOCYNACEAE	<i>Rauvolfia ligustrina</i>
26	APOCYNACEAE	<i>Tassadia geniculate</i>
27	ARACEAE	<i>Anthurium megapetiolum</i>
28	ARACEAE	<i>Philodendron cipoense</i>
29	ARACEAE	<i>Philodendron pachyphyllum</i>
30	ARACEAE	<i>Philodendron rhizomatosum</i>
31	ARALIACEAE	<i>Schefflera botumirimensis</i>
32	ARALIACEAE	<i>Schefflera cephalantha</i>
33	ARALIACEAE	<i>Schefflera fruticosa</i>
34	ASTERACEAE	<i>Aspilia discolor</i>
35	ASTERACEAE	<i>Aspilia goiazensis</i>
36	ASTERACEAE	<i>Aspilia hatschbachii</i>
37	ASTERACEAE	<i>Aspilia podophylla</i>
38	ASTERACEAE	<i>Aspilia pseudoyedaea</i>
39	ASTERACEAE	<i>Bidens edentula</i>
40	ASTERACEAE	<i>Calea irwinii</i>
41	ASTERACEAE	<i>Chrysolaena dusenii</i>
42	ASTERACEAE	<i>Dasyphyllum reticulatum</i>
43	ASTERACEAE	<i>Dasyphyllum retinens</i>
44	ASTERACEAE	<i>Dasyphyllum trichophyllum</i>
45	ASTERACEAE	<i>Eremanthus pabstii</i>
46	ASTERACEAE	<i>Ichthyothere mattogrossensis</i>
47	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus arachniolopsis</i>
48	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus argenteus</i>
49	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus caiapoensis</i>
50	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus heringeri</i>
51	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus rugulosus</i>
52	ASTERACEAE	<i>Lessingianthus scaposus</i>
53	ASTERACEAE	<i>Minasia cabralensis</i>
54	ASTERACEAE	<i>Minasia lewinoehni</i>
55	ASTERACEAE	<i>Stenophalium heringeri</i>
56	ASTERACEAE	<i>Vernonanthura almedae</i>

57	ASTERACEAE	<i>Vernonanthura lindbergii</i>
58	ASTERACEAE	<i>Wedelia souzae</i>
59	BALANOPHORACEAE	<i>Lophophytum rizzoii</i>
60	BIGNONIACEAE	<i>Adenocalymma subspicatum</i>
61	BIGNONIACEAE	<i>Jacaranda racemosa</i>
62	BURSERACEAE	<i>Protium dawsonii</i>
63	CACTACEAE	<i>Cipocereus pleurocarpus</i>
64	CALOPHYLLACEAE	<i>Kielmeyera similis</i>
65	CALOPHYLLACEAE	<i>Kielmeyera trichophora</i>
66	CAMPANULACEAE	<i>Lobelia brasiliensis</i>
67	CHRYSOBALANACEAE	<i>Hirtella juruensis</i>
68	CHRYSOBALANACEAE	<i>Licania maguirei</i>
69	COMMELINACEAE	<i>Tripogandra elata</i>
70	COMMELINACEAE	<i>Tripogandra warmingiana</i>
71	CONNARACEAE	<i>Rourea chrysomalla</i>
72	CONNARACEAE	<i>Rourea prancei</i>
73	CONVOLVULACEAE	<i>Bonamia kuhlmannii</i>
74	CONVOLVULACEAE	<i>Evolvulus chapadensis</i>
75	CONVOLVULACEAE	<i>Evolvulus gnaphalioides</i>
76	CUCURBITACEAE	<i>Cayaponia rugosa</i>
77	CUNONIACEAE	<i>Lamanonia brasiliensis</i>
78	CYPERACEAE	<i>Bulbostylis lombardii</i>
79	CYPERACEAE	<i>Cryptangium humile</i>
80	CYPERACEAE	<i>Eleocharis loefgreniana</i>
81	CYPERACEAE	<i>Lagenocarpus adamantinus</i>
82	CYPERACEAE	<i>Rhynchospora tenuis</i>
83	CYPERACEAE	<i>Scleria cuyabensis</i>
84	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus nodifer</i>
85	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus robustus</i>
86	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus stereophyllus</i>
87	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus aggregatus</i>
88	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus compactus</i>
89	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus coutoensis</i>
90	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus deflexus</i>
91	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus diffusus</i>
92	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus fimbriatus</i>
93	ERIOCAULACEAE	<i>Actinocephalus graminifolius</i>
94	ERIOCAULACEAE	<i>Comanthera cipoensis</i>
95	ERIOCAULACEAE	<i>Comanthera circinnata</i>
96	ERIOCAULACEAE	<i>Eriocaulon aquatile</i>
97	ERIOCAULACEAE	<i>Eriocaulon burchellii</i>
98	ERIOCAULACEAE	<i>Eriocaulon cipoense</i>
99	ERIOCAULACEAE	<i>Eriocaulon griseum</i>
100	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix cipoensis</i>
101	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix crassifolia</i>
102	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix fulgida var. milho-verdensis</i>
103	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix luxurians</i>
104	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix rupestris</i>
105	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix sclerophylla</i>
106	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix sinuosa</i>
107	ERIOCAULACEAE	<i>Leiothrix spiralis</i>
108	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus albidus</i>
109	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus anamariae</i>
110	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus argenteus</i>
111	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus aureus</i>
112	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus barbiger</i>
113	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus complanatus</i>
114	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus cordatus</i>
115	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus globulifer</i>

116	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus homomallus</i>
117	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus obtusifolius</i>
118	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus pulvinatus</i>
119	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus revolutus</i>
120	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus rupestris</i>
121	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus senaeanus</i>
122	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus stuetzelii</i>
123	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus superbus</i>
124	ERIOCAULACEAE	<i>Paepalanthus urbanianus</i>
125	ERIOCAULACEAE	<i>Syngonanthus bracteosus</i>
126	ERIOCAULACEAE	<i>Syngonanthus hygrotichus</i>
127	ERIOCAULACEAE	<i>Syngonanthus latifolius</i>
128	FABACEAE	<i>Chamaecrista gymnothyrsa</i>
129	FABACEAE	<i>Aeschynomene graminoides</i>
130	FABACEAE	<i>Aeschynomene simplicifolia</i>
131	FABACEAE	<i>Bauhinia candelabriformis</i>
132	FABACEAE	<i>Bauhinia malacotrichoides</i>
133	FABACEAE	<i>Bocoa ratteri</i>
134	FABACEAE	<i>Calliandra gardneri</i>
135	FABACEAE	<i>Calliandra linearis</i>
136	FABACEAE	<i>Calliandra santosiana</i>
137	FABACEAE	<i>Chamaecrista adamantina</i>
138	FABACEAE	<i>Chamaecrista altoana</i>
139	FABACEAE	<i>Chamaecrista caiapo</i>
140	FABACEAE	<i>Chamaecrista caracensis</i>
141	FABACEAE	<i>Chamaecrista catapodia</i>
142	FABACEAE	<i>Chamaecrista catiarae</i>
143	FABACEAE	<i>Chamaecrista centiflora</i>
144	FABACEAE	<i>Chamaecrista coradinii</i>
145	FABACEAE	<i>Chamaecrista deltoidea</i>
146	FABACEAE	<i>Chamaecrista dumalis</i>
147	FABACEAE	<i>Chamaecrista ericifolia</i>
148	FABACEAE	<i>Chamaecrista fuscescens</i>
149	FABACEAE	<i>Chamaecrista geraldii</i>
150	FABACEAE	<i>Chamaecrista gumminans</i>
151	FABACEAE	<i>Chamaecrista hatschbachii</i>
152	FABACEAE	<i>Chamaecrista ixodes</i>
153	FABACEAE	<i>Chamaecrista lavradioides</i>
154	FABACEAE	<i>Chamaecrista leucopilis</i>
155	FABACEAE	<i>Chamaecrista macedoi</i>
156	FABACEAE	<i>Chamaecrista ochrosperma</i>
157	FABACEAE	<i>Chamaecrista pachyclada</i>
158	FABACEAE	<i>Chamaecrista phyllostachya</i>
159	FABACEAE	<i>Chamaecrista polymorpha</i>
160	FABACEAE	<i>Chamaecrista psoraleopsis</i>
161	FABACEAE	<i>Chamaecrista simpliflora</i>
162	FABACEAE	<i>Chamaecrista vauthieri</i>
163	FABACEAE	<i>Crotalaria goiasensis</i>
164	FABACEAE	<i>Crotalaria irwinii</i>
165	FABACEAE	<i>Crotalaria rufipila</i>
166	FABACEAE	<i>Desmodium glabrescens</i>
167	FABACEAE	<i>Desmodium juruenense</i>
168	FABACEAE	<i>Mimosa cryptothamnos</i>
169	FABACEAE	<i>Mimosa cyclophylla</i>
170	FABACEAE	<i>Mimosa decorticans</i>
171	FABACEAE	<i>Mimosa humivagans</i>
172	FABACEAE	<i>Mimosa laniceps</i>
173	FABACEAE	<i>Mimosa lepidophora</i>
174	FABACEAE	<i>Mimosa manidea</i>

175	FABACEAE	<i>Mimosa oligosperma</i>
176	FABACEAE	<i>Mimosa pycnocomma</i>
177	FABACEAE	<i>Mimosa pyreneae</i>
178	FABACEAE	<i>Mimosa regina</i>
179	FABACEAE	<i>Mimosa setosissima</i>
180	FABACEAE	<i>Mimosa splendida</i>
181	FABACEAE	<i>Mimosa ulbrichiana</i>
182	FABACEAE	<i>Mimosa ulei</i>
183	FABACEAE	<i>Mimosa virgula</i>
184	FABACEAE	<i>Moldenhawera acuminata</i>
185	FABACEAE	<i>Poiretia marginata</i>
186	FABACEAE	<i>Poiretia unifoliolata</i>
187	FABACEAE	<i>Zornia glaziovii</i>
188	FABACEAE	<i>Zornia subsessilis</i>
189	GENTIANACEAE	<i>Schultesia irwiniana</i>
190	GENTIANACEAE	<i>Schultesia piresiana</i>
191	GESNERIACEAE	<i>Paliavana plumerioides</i>
192	LAMIACEAE	<i>Eriope angustifolia</i>
193	LAMIACEAE	<i>Eriope filifolia</i>
194	LAMIACEAE	<i>Eriope xavantium</i>
195	LAMIACEAE	<i>Hyptenia concinna</i>
196	LAMIACEAE	<i>Hyptenia paradisi</i>
197	LAMIACEAE	<i>Hyptidendron dictiocalyx</i>
198	LAMIACEAE	<i>Hyptis asteroides</i>
199	LAMIACEAE	<i>Hyptis caduca</i>
200	LAMIACEAE	<i>Hyptis coriacea</i>
201	LAMIACEAE	<i>Hyptis dictyodea</i>
202	LAMIACEAE	<i>Hyptis heterophylla</i>
203	LAMIACEAE	<i>Hyptis humilis</i>
204	LAMIACEAE	<i>Hyptis loeseneriana</i>
205	LAMIACEAE	<i>Hyptis nivea</i>
206	LAMIACEAE	<i>Hyptis tenuifolia</i>
207	LENTIBULARIACEAE	<i>Utricularia huntii</i>
208	LORANTHACEAE	<i>Oryctina eubrachioides</i>
209	LORANTHACEAE	<i>Psittacanthus acinarius</i>
210	LORANTHACEAE	<i>Struthanthus microstylus</i>
211	LORANTHACEAE	<i>Struthanthus planaltinae</i>
212	LORANTHACEAE	<i>Struthanthus pusillifolius</i>
213	LORANTHACEAE	<i>Struthanthus rufo-furfuraceus</i>
214	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon leucocalycinus</i>
215	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon nigricans</i>
216	LYTHRACEAE	<i>Cuphea anamariae</i>
217	LYTHRACEAE	<i>Cuphea cunninghamiifolia</i>
218	LYTHRACEAE	<i>Cuphea disperma</i>
219	LYTHRACEAE	<i>Cuphea fuchsiifolia</i>
220	LYTHRACEAE	<i>Cuphea lucens</i>
221	LYTHRACEAE	<i>Cuphea potamophila</i>
222	LYTHRACEAE	<i>Cuphea sclerophylla</i>
223	LYTHRACEAE	<i>Cuphea warmingii</i>
224	LYTHRACEAE	<i>Cuphea xanthopetala</i>
225	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon adpressipilus</i>
226	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon alatus</i>
227	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon appendiculosus</i>
228	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon argenteus</i>
229	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon bradei</i>
230	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon canastrensis</i>
231	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon capitalensis</i>
232	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon capitatus</i>
233	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon chapadensis</i>

234	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon decussatus</i>
235	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon floribundus</i>
236	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon glocimarii</i>
237	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon grahamae</i>
238	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon heringeri</i>
239	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon longipes</i>
240	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon mattogrossensis</i>
241	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon mononeuros</i>
242	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon parvifolius</i>
243	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon petiolatus</i>
244	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon plumbeus</i>
245	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon pygmaeus</i>
246	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon rosmarinifolius</i>
247	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon rotundifolius</i>
248	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon rupestris</i>
249	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon sigillatus</i>
250	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon sordidus</i>
251	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon thysanosepalus</i>
252	LYTHRACEAE	<i>Diplusodon trigintus</i>
253	MALPIGHIACEAE	<i>Acmanthera fernandesii</i>
254	MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis arborea</i>
255	MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis byssacea</i>
256	MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis goiana</i>
257	MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima cordifolia</i>
258	MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima hatschbachii</i>
259	MALPIGHIACEAE	<i>Janusia christianeae</i>
260	MALPIGHIACEAE	<i>Mascagnia aptera</i>
261	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa anadenanthera</i>
262	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa axillaris</i>
263	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa gardneri</i>
264	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa irwinii</i>
265	MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa octdalora</i>
266	MALPIGHIACEAE	<i>Pterandra hatschbachii</i>
267	MALPIGHIACEAE	<i>Pterandra viridiflora</i>
268	MELASTOMATAACEAE	<i>Chaetostoma scoparium</i>
269	MELASTOMATAACEAE	<i>Cambessedesia pityrophylla</i>
270	MELASTOMATAACEAE	<i>Cambessedesia salviifolia</i>
271	MELASTOMATAACEAE	<i>Cambessedesia semidecandra</i>
272	MELASTOMATAACEAE	<i>Chaetostoma flavum</i>
273	MELASTOMATAACEAE	<i>Chaetostoma selagineum</i>
274	MELASTOMATAACEAE	<i>Chaetostoma stenoclodon</i>
275	MELASTOMATAACEAE	<i>Comolia edmundoi</i>
276	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera adamantium</i>
277	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera angustifolia</i>
278	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera bradeana</i>
279	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera caryophyllea</i>
280	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera firmula</i>
281	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera humilis</i>
282	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera macrocarpa</i>
283	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera mucorifera</i>
284	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera punctata</i>
285	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera senaei</i>
286	MELASTOMATAACEAE	<i>Lavoisiera subulata</i>
287	MELASTOMATAACEAE	<i>Microlicia cipoana</i>
288	MELASTOMATAACEAE	<i>Microlicia crebropunctata</i>
289	MELASTOMATAACEAE	<i>Microlicia ordinata</i>
290	MELASTOMATAACEAE	<i>Microlicia scoparia</i>
291	MELASTOMATAACEAE	<i>Microlicia tenuifolia</i>
292	MELASTOMATAACEAE	<i>Microlicia vernicosa</i>

293	MORACEAE	<i>Ficus carautana</i>
294	MYRTACEAE	<i>Plinia nana</i>
295	MYRTACEAE	<i>Psidium firmum</i>
296	OCHNACEAE	<i>Luxemburgia ciliatibracteata</i>
297	OCHNACEAE	<i>Luxemburgia damazioana</i>
298	OCHNACEAE	<i>Luxemburgia hatschbachiana</i>
299	OCHNACEAE	<i>Luxemburgia speciosa</i>
300	OCHNACEAE	<i>Ouratea acicularis</i>
301	OCHNACEAE	<i>Sauvagesia lanceolata</i>
302	OROBANCHACEAE	<i>Esterhazyana nanuzae</i>
303	OXALIDACEAE	<i>Oxalis areolata</i>
304	OXALIDACEAE	<i>Oxalis pretoensis</i>
305	OXALIDACEAE	<i>Oxalis veadeirosensis</i>
306	PASSIFLORACEAE	<i>Passiflora hypoglauca</i>
307	PIPERACEAE	<i>Peperomia warmingii</i>
308	PLANTAGINACEAE	<i>Angelonia pratensis</i>
309	PLANTAGINACEAE	<i>Philcoxia goiasensis</i>
310	PLANTAGINACEAE	<i>Philcoxia minensis</i>
311	POACEAE	<i>Axonopus aureus</i>
312	POACEAE	<i>Axonopus grandifolius</i>
313	POACEAE	<i>Dichanthelium sendulskyii</i>
314	POACEAE	<i>Digitaria pampinosa</i>
315	POACEAE	<i>Guadua magna</i>
316	POACEAE	<i>Mesosetum alatum</i>
317	POACEAE	<i>Mesosetum longiaristatum</i>
318	POACEAE	<i>Ophiochloa bryoides</i>
319	POACEAE	<i>Otachyrium piligerum</i>
320	POACEAE	<i>Panicum ephemeroides</i>
321	POACEAE	<i>Paspalum biaristatum</i>
322	POACEAE	<i>Paspalum brachytrichum</i>
323	POACEAE	<i>Paspalum burmanii</i>
324	POACEAE	<i>Paspalum filgueirasii</i>
325	POACEAE	<i>Paspalum longiaristatum</i>
326	POACEAE	<i>Paspalum petrense</i>
327	POACEAE	<i>Paspalum vallsii</i>
328	POACEAE	<i>Rheochloa scabrifolia</i>
329	POACEAE	<i>Sporobolus hians</i>
330	POACEAE	<i>Sporobolus paucifolius</i>
331	POLYGALACEAE	<i>Asemeia marquesiana</i>
332	POLYGALACEAE	<i>Asemeia pohliana</i>
333	POLYGALACEAE	<i>Polygala apparicioi</i>
334	POLYGALACEAE	<i>Polygala asperuloides</i>
335	POLYGALACEAE	<i>Polygala bevilacqua</i>
336	POLYGALACEAE	<i>Polygala grazielae</i>
337	POLYGALACEAE	<i>Polygala irwinii</i>
338	POLYGALACEAE	<i>Polygala juncea</i>
339	POLYGALACEAE	<i>Polygala malmeana</i>
340	POLYGALACEAE	<i>Polygala patens</i>
341	POLYGALACEAE	<i>Polygala pseudocoriacea</i>
342	POLYGALACEAE	<i>Polygala pseudoerica</i>
343	POLYGALACEAE	<i>Polygala suganumae</i>
344	POLYGONACEAE	<i>Coccoloba cereifera</i>
345	PRIMULACEAE	<i>Myrsine cipoensis</i>
346	RUBIACEAE	<i>Borreria burchellii</i>
347	RUBIACEAE	<i>Borreria gracillima</i>
348	RUBIACEAE	<i>Borreria guimaraesensis</i>
349	RUBIACEAE	<i>Borreria irwiniana</i>
350	RUBIACEAE	<i>Borreria paulista</i>
351	RUBIACEAE	<i>Borreria rosmarinifolia</i>

352	RUBIACEAE	<i>Borreria tocantinsiana</i>
353	RUBIACEAE	<i>Diodia macrophylla</i>
354	RUBIACEAE	<i>Galianthe macedoi</i>
355	RUBIACEAE	<i>Galianthe matogrossiana</i>
356	RUBIACEAE	<i>Mitracarpus pusillus</i>
357	RUBIACEAE	<i>Psyllocarpus schwackei</i>
358	RUBIACEAE	<i>Staelia tocantinsiana</i>
359	SANTALACEAE	<i>Phoradendron anamariae</i>
360	SANTALACEAE	<i>Phoradendron dimerostachys</i>
361	SANTALACEAE	<i>Phoradendron virens</i>
362	SCHOEPFIACEAE	<i>Schoepfia velutina</i>
363	SOLANACEAE	<i>Brunfelsia rupestris</i>
364	SOLANACEAE	<i>Solanum eitenii</i>
365	SYMPLOCACEAE	<i>Symplocos glaberrima</i>
366	SYMPLOCACEAE	<i>Symplocos insolita</i>
367	SYMPLOCACEAE	<i>Symplocos saxatilis</i>
368	TURNERACEAE	<i>Piriqueta araguaiana</i>
369	TURNERACEAE	<i>Piriqueta caiapoensis</i>
370	TURNERACEAE	<i>Piriqueta cristobaliae</i>
371	TURNERACEAE	<i>Piriqueta emasensis</i>
372	TURNERACEAE	<i>Piriqueta lourteigiae</i>
373	TURNERACEAE	<i>Turnera cipoensis</i>
374	TURNERACEAE	<i>Turnera coccinea</i>
375	TURNERACEAE	<i>Turnera colotracha</i>
376	TURNERACEAE	<i>Turnera coriacea</i>
377	TURNERACEAE	<i>Turnera elliptica</i>
378	TURNERACEAE	<i>Turnera foliosa</i>
379	TURNERACEAE	<i>Turnera gardneriana</i>
380	TURNERACEAE	<i>Turnera ignota</i>
381	TURNERACEAE	<i>Turnera pinifolia</i>
382	TURNERACEAE	<i>Turnera princeps</i>
383	TURNERACEAE	<i>Turnera reginae</i>
384	TURNERACEAE	<i>Turnera revoluta</i>
385	TURNERACEAE	<i>Turnera riedeliana</i>
386	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia andersonii</i>
387	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia blackii</i>
388	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia cylindrica</i>
389	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia fulva</i>
390	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia glabra</i>
391	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia hatschbachii</i>
392	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia lymansmithii</i>
393	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia minima</i>
394	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia reflexa</i>
395	VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia umbrosa</i>
396	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia bradei</i>
397	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia costata</i>
398	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia exilis</i>
399	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia luteola</i>
400	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia maxillarioides</i>
401	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia prolifera</i>
402	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia sellowii</i>
403	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia spiralis</i>
404	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia tillandsioides</i>
405	VELLOZIACEAE	<i>Vellozia torquata</i>
406	VERBENACEAE	<i>Lantana gracilis</i>
407	VERBENACEAE	<i>Lippia diamantinensis</i>
408	VERBENACEAE	<i>Lippia rubella</i>
409	VERBENACEAE	<i>Bouchea chascanoides</i>
410	VERBENACEAE	<i>Bouchea fluminensis</i>

411	VERBENACEAE	<i>Lippia ciliata</i>
412	VERBENACEAE	<i>Lippia duartei</i>
413	VERBENACEAE	<i>Lippia gardneriana</i>
414	VERBENACEAE	<i>Lippia grandiflora</i>
415	VERBENACEAE	<i>Lippia macedoi</i>
416	VERBENACEAE	<i>Stachytarpheta discolor</i>
417	VERBENACEAE	<i>Stachytarpheta integrifolia</i>
418	VERBENACEAE	<i>Stachytarpheta itambensis</i>
419	VERBENACEAE	<i>Stachytarpheta lacunosa</i>
420	VERBENACEAE	<i>Stachytarpheta monachinoi</i>
421	VERBENACEAE	<i>Stachytarpheta pohliana</i>
422	VOCHYSIACEAE	<i>Callisthene erythroclada</i>
423	VOCHYSIACEAE	<i>Qualea elegans</i>
424	VOCHYSIACEAE	<i>Vochysia petraea</i>
425	VOCHYSIACEAE	<i>Vochysia pygmaea</i>
426	VOCHYSIACEAE	<i>Vochysia rotundifolia</i>
427	XYRIDACEAE	<i>Xyris archeri</i>
428	XYRIDACEAE	<i>Xyris diaphanobracteata</i>
429	XYRIDACEAE	<i>Xyris goyazensis</i>
430	XYRIDACEAE	<i>Xyris itambensis</i>
431	XYRIDACEAE	<i>Xyris lanuginosa</i>
432	XYRIDACEAE	<i>Xyris obcordata</i>
433	XYRIDACEAE	<i>Xyris paradisiaca</i>
434	XYRIDACEAE	<i>Xyris pranceana</i>
435	XYRIDACEAE	<i>Xyris rupicola</i>
436	XYRIDACEAE	<i>Xyris spectabilis</i>
437	XYRIDACEAE	<i>Xyris subsetigera</i>
438	XYRIDACEAE	<i>Xyris veruina</i>
439	XYRIDACEAE	<i>Xyris vestita</i>

Tabela 13.4. Peixes Raros.

	Família	Espécies
1	Ancistrinae	<i>Ancistrus aguaboensis</i> Fisch-Muller, Mazzoni and Weber, 2001
2	Ancistrinae	<i>Ancistrus claro</i> Knaack, 1999
3	Ancistrinae	<i>Ancistrus cryptophthalmus</i> Reis, 1987
4	Ancistrinae	<i>Ancistrus damasceni</i> (Steindachner, 1907)
5	Ancistrinae	<i>Ancistrus formoso</i> Sabino and Trajano, 1997
6	Ancistrinae	<i>Ancistrus jataiensis</i> Fisch-Muller, Cardoso, da Silva and Bertaco, 2005
7	Ancistrinae	<i>Ancistrus minutus</i> Fisch-Muller, Mazzoni and Weber, 2001
8	Ancistrinae	<i>Ancistrus parecis</i> Fisch-Muller, Cardoso, Silva, Bertaco, 2005
9	Ancistrinae	<i>Ancistrus reisi</i> Fisch-Muller, Cardoso, da Silva and Bertaco, 2005
10	Ancistrinae	<i>Megalancistrus barrae</i> (Steindachner, 1910)
11	Anostomidae	<i>Leporinus microphthalmus</i> Garavello, 1989
12	Anostomidae	<i>Leporinus sexstriatus</i> Britski and Garavello, 1980
13	Anostomidae	<i>Leporinus steindachneri</i> Eigenmann, 1907
14	Anostomidae	<i>Sartor respectus</i> Myers and Carvalho, 1959
15	Anostomidae	<i>Schizodon dissimilis</i> (Garman, 1890)
16	Anostomidae	<i>Schizodon rostratus</i> (Borodin, 1931)
17	Apterodontidae	<i>Sternarchorhynchus mesensis</i> Campos-da-Paz, 2000
18	Auchenipteridae	<i>Glanidium albescens</i> LÁ • tken, 1874
19	Callichthyidae	<i>Aspidoras albater</i> Nijssen and IsbrÁ • cker, 1976
20	Callichthyidae	<i>Aspidoras belenos</i> Britto, 1998
21	Callichthyidae	<i>Aspidoras eurycephalus</i> Nijssen and IsbrÁ • cker, 1976
22	Callichthyidae	<i>Aspidoras lakoi</i> Miranda Ribeiro, 1949
23	Callichthyidae	<i>Aspidoras microgalaeus</i> Britto, 1998
24	Callichthyidae	<i>Aspidoras pauciradiatus</i> (Weitzman and Nijssen, 1970)
25	Callichthyidae	<i>Aspidoras raimundi</i> (Steindachner, 1907)

26	Callichthyidae	<i>Aspidoras taurus</i> Lima and Britto, 2001
27	Callichthyidae	<i>Aspidoras velites</i> Britto, Lima and Moreira, 2002
28	Callichthyidae	<i>Corydoras diffluvialis</i> Britto and Castro, 2002
29	Callichthyidae	<i>Corydoras maculifer</i> Nijssen and Isbr�cker, 1971
30	Callichthyidae	<i>Corydoras multimaculatus</i> Steindachner, 1907
31	Callichthyidae	<i>Corydoras treitlii</i> Steindachner, 1906
32	Cetopsidae	<i>Cetopsis caiapo</i> Vari, Ferraris and de Pinna, 2005
33	Cetopsidae	<i>Cetopsis sandrae</i> Vari, Ferraris and de Pinna, 2005
34	Cetopsidae	<i>Cetopsis sarcodes</i> Vari, Ferraris and de Pinna, 2005
35	Characinae	<i>Acestrocephalus maculosus</i> Menezes, 2006
36	Characinae	<i>Phenacogaster jancupa</i> Malabarba and Lucena, 1995
37	Cichlidae	<i>Aequidens plagiozonatus</i> Kullander, 1984
38	Cichlidae	<i>Apistogramma piauiensis</i> Kullander, 1980
39	Cichlidae	<i>Crenicichla compressiceps</i> Ploeg, 1986
40	Crenuchidae	<i>Characidium stigmatosum</i> Melo and Buckup, 2002
41	Crenuchidae	<i>Melanocharacidium auroradiatum</i> Costa and Vicente, 1994
42	Curimatidae	<i>Curimata acutirostris</i> Vari and Reis, 1995
43	Curimatidae	<i>Cyphocharax signatus</i> Vari, 1992
44	Curimatidae	<i>Steindachnerina corumbae</i> Pavanelli and Britski, 1999
45	Doradidae	<i>Franciscodoras marmoratus</i> (Reinhardt, 1874)
46	Doradidae	<i>Hassar affinis</i> (Steindachner, 1881)
47	Glandulocaudinae	<i>Lophobrycon weitzmani</i> Castro, Ribeiro, Benine and Melo, 2003
48	Glandulocaudinae	<i>Xenobrycon coracoralinae</i> Moreira, 2005
49	Gymnotidae	<i>Gymnotus diamantinensis</i> Campos-da-Paz, 2002
50	Hemiodontidae	<i>Hemiodus parnaguae</i> Eigenmann and Henn, 1916
51	Heptapteridae	<i>Chasmocranus brachynema</i> Gomes and Schubart, 1958
52	Heptapteridae	<i>Imparfinis minutus</i> (L�ken, 1874)
53	Heptapteridae	<i>Imparfinis schubarti</i> (Gomes, 1956)
54	Heptapteridae	<i>Phenacorhamdia somnians</i> (Mees, 1974)
55	Heptapteridae	<i>Phenacorhamdia unifasciata</i> Britski, 1993
56	Heptapteridae	<i>Pimelodella parnahybae</i> Fowler, 1941
57	Heptapteridae	<i>Pimelodella spelaea</i> Trajano, Reis and Bichuette, 2004
58	Heptapteridae	<i>Rhamdia enfernada</i> Bichuette and Trajano, 2005
59	Heptapteridae	<i>Rhamdiopsis microcephala</i> (L�ken, 1874)
60	Hypoptopomatinae	<i>Corumbataia britskii</i> Ferreira and Ribeiro, 2007
61	Hypoptopomatinae	<i>Corumbataia cuestae</i> Britski, 1997
62	Hypoptopomatinae	<i>Corumbataia tocantinensis</i> Britski, 1997
63	Hypoptopomatinae	<i>Otocinclus tapirape</i> Britto and Moreira, 2002
64	Hypoptopomatinae	<i>Parotocinclus prata</i> Ribeiro, Melo and Pereira, 2002
65	Hypostominae	<i>Hypostomus ericae</i> Hollanda Carvalho and Weber, 2004
66	Hypostominae	<i>Hypostomus goyazensis</i> (Regan, 1908)
67	Hypostominae	<i>Hypostomus lima</i> (L�ken, 1874)
68	Hypostominae	<i>Hypostomus macrops</i> (Eigenmann and Eigenmann, 1888)
69	Hypostominae	<i>Hypostomus mutuae</i> Knaack, 1999
70	Hypostominae	<i>Hypostomus paulinus</i> (Ihering, 1905)
71	Hypostominae	<i>Hypostomus vaillanti</i> (Steindachner, 1877)
72	Hypostominae	<i>Hypostomus variipictus</i> (Ihering, 1911)
73	Hypostominae	<i>Hypostomus variostictus</i> (Miranda Ribeiro, 1912)
74	Hypostominae	<i>Pareiorhaphis stephanus</i> Oliveira and Oyakawa, 1999
75	Incertae	<i>Astyanacinus goyanensis</i> Miranda Ribeiro, 1944
76	Incertae	<i>Astyanacinus moorii</i> (Boulenger, 1892)
77	Incertae	<i>Astyanax elachylepis</i> Bertaco and Lucinda, 2005
78	Incertae	<i>Astyanax kullanderi</i> Costa, 1995
79	Incertae	<i>Astyanax turmalinensis</i> Triques et al., 2003
80	Incertae	<i>Astyanax unitaeniatus</i> Garutti, 1998
81	Incertae	<i>Caiapobrycon tucurui</i> Malabarba and Vari, 2000
82	Incertae	<i>Creagrutus atrisignum</i> Myers, 1927
83	Incertae	<i>Creagrutus britskii</i> Vari and Harold, 2001
84	Incertae	<i>Creagrutus ignotus</i> Vari and Harold, 2001

85	Incertae	<i>Creagrutus molinus</i> Vari and Harold, 2001
86	Incertae	<i>Creagrutus mucipu</i> Vari and Harold, 2001
87	Incertae	<i>Creagrutus saxatilis</i> Vari and Harold, 2001
88	Incertae	<i>Creagrutus seductus</i> Vari and Harold, 2001
89	Incertae	<i>Creagrutus varii</i> Ribeiro <i>et al.</i> , 2004
90	Incertae	<i>Hasemania crenuchoides</i> Zarske and Gá ę sry, 1999
91	Incertae	<i>Hasemania nana</i> (L á • tken, 1875)
92	Incertae	<i>Hemigrammus brevis</i> Ellis, 1911
93	Incertae	<i>Hemigrammus skolioplatus</i> Bertaco and Carvalho, 2005
94	Incertae	<i>Hyphessobrycon balbus</i> Myers, 1927
95	Incertae	<i>Hyphessobrycon coelestinus</i> Myers, 1929
96	Incertae	<i>Hyphessobrycon eylios</i> Lima and Moreira, 2003
97	Incertae	<i>Hyphessobrycon hamatus</i> Bertaco and Malabarba, 2005
98	Incertae	<i>Hyphessobrycon hexastichos</i> Bertaco and Carvalho, 2005
99	Incertae	<i>Hyphessobrycon langeanii</i> Lima and Moreira, 2003
100	Incertae	<i>Hyphessobrycon loweae</i> Costa and Gá ę sry, 1994
101	Incertae	<i>Hyphessobrycon melanostichos</i> Carvalho and Bertaco, 2006
102	Incertae	<i>Hyphessobrycon mutabilis</i> Costa and Gá ę sry, 1994
103	Incertae	<i>Hyphessobrycon notidanos</i> Carvalho and Bertaco, 2006
104	Incertae	<i>Hyphessobrycon stegemanni</i> Gá ę sry, 1961
105	Incertae	<i>Hyphessobrycon weitzmanorum</i> Lima and Moreira, 2003
106	Incertae	<i>Jupiaba yarina</i> Zanata, 1997
107	Incertae	<i>Knodus geryi</i> Lima, Britski and Machado, 2004
108	Incertae	<i>Microchemobrycon elongatus</i> Gá ę sry, 1973
109	Incertae	<i>Moenkhausia bonita</i> Benine, Castro and Sabino, 2004
110	Incertae	<i>Moenkhausia hysterosticta</i> , Lucinda, Malabarba and Benine, 2007
111	Incertae	<i>Moenkhausia loweae</i> Gá ę sry, 1992
112	Incertae	<i>Moenkhausia nigromarginata</i> Costa, 1994
113	Incertae	<i>Moenkhausia pyrophthalma</i> Costa, 1994
114	Incertae	<i>Moenkhausia tergimacula</i> Lucena and Lucena, 1999
115	Incertae	<i>Oligosarcus planaltinae</i> Menezes and Gá ę sry, 1983
116	Incertae	<i>Stigichthys typhlops</i> Brittan and B á • hlke, 1965
117	Loricariinae	<i>Farlowella henriquei</i> Miranda Ribeiro, 1918
118	Loricariinae	<i>Harttia garavelloi</i> Oyakawa, 1993
119	Loricariinae	<i>Rineloricaria hoehnei</i> (Miranda Ribeiro, 1912)
120	Neoplecostominae	<i>Neoplecostomus paranensis</i> Langeani, 1990
121	Parodontidae	<i>Apareiodon argenteus</i> Pavanelli and Britski, 2003
122	Parodontidae	<i>Apareiodon cavalcante</i> Pavanelli and Britski, 2003
123	Parodontidae	<i>Apareiodon machrisi</i> Travassos, 1957
124	Parodontidae	<i>Apareiodon tigrinus</i> Pavanelli and Britski, 2003
125	Pimelodidae	<i>Bagropsis reinhardti</i> L á • tken, ex Reinhardt, 1874
126	Pimelodidae	<i>Brachyplatystoma parnahybae</i> Steindachner, 1908
127	Poeciliidae	<i>Cnesterodon hypselurus</i> Lucinda and Garavello, 2000
128	Poeciliidae	<i>Cnesterodon septentrionalis</i> Rosa and Costa, 1993
129	Poeciliidae	<i>Phalloceros</i> zsp. D
130	Poeciliidae	<i>Phallotorynus jucundus</i> von Ihering, 1930
131	Prochilodontidae	<i>Prochilodus lacustris</i> Steindachner, 1907
132	Pseudopimelodidae	<i>Batrocoglanis melanurus</i> Shibatta and Pavanelli, 2006
133	Pseudopimelodidae	<i>Microglanis leptostriatus</i> Mori and Shibatta, 2006
134	Rivulidae	<i>Cynolebias altus</i> Costa, 2001
135	Rivulidae	<i>Cynolebias attenuatus</i> Costa, 2001
136	Rivulidae	<i>Cynolebias gibbus</i> Costa, 2001
137	Rivulidae	<i>Cynolebias gilbertoi</i> Costa, 1998
138	Rivulidae	<i>Cynolebias griseus</i> Costa, Lacerda and Brasil, 1990
139	Rivulidae	<i>Maratecoara formosa</i> Costa and Brasil, 1995
140	Rivulidae	<i>Maratecoara lacortei</i> (Lazara, 1991)
141	Rivulidae	<i>Maratecoara splendida</i> Costa, 2007
142	Rivulidae	<i>Nedaundulus parvipinnis</i> Costa, 1988
143	Rivulidae	<i>Pituna brevirostrata</i> Costa, 2007

144	Rivulidae	<i>Pituna compacta</i> (Myers, 1927)
145	Rivulidae	<i>Pituna obliquoseriata</i> Costa, 2007
146	Rivulidae	<i>Pituna poranga</i> Costa, 1989
147	Rivulidae	<i>Plesiolebias canabravensis</i> Costa and Nielsen <i>in</i> Costa, 2007
148	Rivulidae	<i>Plesiolebias filamentosus</i> Costa and Brasil <i>in</i> Costa, 2007
149	Rivulidae	<i>Plesiolebias fragilis</i> Costa, 2007
150	Rivulidae	<i>Plesiolebias lacerdai</i> Costa, 1989
151	Rivulidae	<i>Plesiolebias xavantei</i> (Costa, Lacerda and Tanizaki, 1988)
152	Rivulidae	<i>Rivulus apiamici</i> Costa, 1989
153	Rivulidae	<i>Rivulus dapazi</i> Costa, 2005
154	Rivulidae	<i>Rivulus decoratus</i> Costa, 1989
155	Rivulidae	<i>Rivulus egens</i> Costa, 2005
156	Rivulidae	<i>Rivulus kayapo</i> Costa, 2006
157	Rivulidae	<i>Rivulus litteratus</i> Costa, 2005
158	Rivulidae	<i>Rivulus paracatuensis</i> Costa, 2003
159	Rivulidae	<i>Rivulus pinima</i> Costa, 1989
160	Rivulidae	<i>Rivulus rossoi</i> Costa, 2005
161	Rivulidae	<i>Rivulus rutilicaudus</i> Costa, 2005
162	Rivulidae	<i>Rivulus scalaris</i> Costa, 2005
163	Rivulidae	<i>Rivulus violaceus</i> Costa, 1991
164	Rivulidae	<i>Simpsonichthys adornatus</i> Costa, 2000
165	Rivulidae	<i>Simpsonichthys alternatus</i> (Costa and Brasil, 1994)
166	Rivulidae	<i>Simpsonichthys auratus</i> Costa and Nielsen, 2000
167	Rivulidae	<i>Simpsonichthys boitonei</i> Carvalho, 1959
168	Rivulidae	<i>Simpsonichthys brunoi</i> Costa, 2003
169	Rivulidae	<i>Simpsonichthys cholopteryx</i> Costa, Moreira and Lima, 2003
170	Rivulidae	<i>Simpsonichthys delucai</i> Costa, 2003
171	Rivulidae	<i>Simpsonichthys fasciatus</i> Costa and Brasil, 2006
172	Rivulidae	<i>Simpsonichthys flagellatus</i> Costa, 2003
173	Rivulidae	<i>Simpsonichthys flammeus</i> (Costa, 1989)
174	Rivulidae	<i>Simpsonichthys gibberatus</i> Costa and Brasil, 2006
175	Rivulidae	<i>Simpsonichthys igneus</i> Costa, 2000
176	Rivulidae	<i>Simpsonichthys janaubensis</i> Costa, 2006
177	Rivulidae	<i>Simpsonichthys marginatus</i> Costa and Brasil, 1996
178	Rivulidae	<i>Simpsonichthys multiradiatus</i> (Costa and Brasil, 1994)
179	Rivulidae	<i>Simpsonichthys nielseni</i> Costa, 2005
180	Rivulidae	<i>Simpsonichthys notatus</i> (Costa, Lacerda and Brasil, 1990)
181	Rivulidae	<i>Simpsonichthys parallelus</i> Costa, 2000
182	Rivulidae	<i>Simpsonichthys radiosus</i> Costa and Brasil, 2004
183	Rivulidae	<i>Simpsonichthys rufus</i> Costa, Nielsen and de Luca, 2001
184	Rivulidae	<i>Simpsonichthys santanae</i> (Shibata and Garavello, 1992)
185	Rivulidae	<i>Simpsonichthys semiocellatus</i> (Costa and Nielsen, 1997)
186	Rivulidae	<i>Simpsonichthys similis</i> Costa and Hellner, 1999
187	Rivulidae	<i>Simpsonichthys stellatus</i> (Costa and Brasil, 1994)
188	Rivulidae	<i>Simpsonichthys trilineatus</i> (Costa and Brasil, 1994)
189	Rivulidae	<i>Simpsonichthys virgulatus</i> Costa and Brasil, 2006
190	Rivulidae	<i>Simpsonichthys zonatus</i> (Costa and Brasil, 1990)
191	Rivulidae	<i>Trigonectes rubromarginatus</i> Costa, 1990
192	Rivulidae	<i>Trigonectes strigabundus</i> Myers, 1925
193	Sarcoglanidinae	<i>Ammoglanis diaphanus</i> Costa, 1994
194	Sternopygidae	<i>Eigenmannia microstoma</i> (Reinhardt, 1852)
195	Sternopygidae	<i>Eigenmannia vicentespelaea</i> Triques, 1996
196	Trichomycterinae	<i>Ituglanis bambui</i> Bichuette and Trajano, 2004
197	Trichomycterinae	<i>Ituglanis epikarsticus</i> Bichuette and Trajano, 2004
198	Trichomycterinae	<i>Ituglanis herberti</i> (Miranda Ribeiro, 1940)
199	Trichomycterinae	<i>Ituglanis macuanima</i> Datovo and Landim, 2005
200	Trichomycterinae	<i>Ituglanis passensis</i> Fernandez and Bichuette, 2002
201	Trichomycterinae	<i>Ituglanis ramiroi</i> Bichuette and Trajano, 2004
202	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus brasiliensis</i> L ^A •tken, 1874

203	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus concolor</i> Costa, 1992
204	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus itacambirussu</i> Triques and Vono, 2004
205	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus itacarambiensis</i> Trajano and de Pinna, 1996
206	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus landinga</i> Triques and Vono, 2004
207	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus punctatissimus</i> Castelnau, 1855
208	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus reinhardtii</i> (Eigenmann, 1917)
209	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus santaeritae</i> (Eigenmann, 1918)
210	Trichomycterinae	<i>Trichomycterus variegatus</i> Costa, 1992

APÊNDICE 2. DADOS BRUTOS DE KBAS TERRESTRES

As quatro tabelas a seguir apresentam dados brutos para cada KBA usados como base para o processo de priorização:

- Tabela 2.1. Dados brutos de KBAs terrestres por país, região, conceito Langhammer e número de peixes raros e de plantas raras
- Tabela 2.2. Dados Brutos de KBAs terrestres para a fauna ameaçada
- Tabela 2.3. Dados Brutos de KBAs terrestres para a flora ameaçada
- Tabela 2.4. Dados Brutos de KBAs terrestres para espécies insubstituíveis, cobertura vegetal natural, nível de ameaça, capacidade da sociedade civil, demanda de consumo de água e áreas protegidas e prioritárias.

Tabela 2.1. Dados Brutos de KBAs Terrestres por País, área, conceito Langhammer, número de peixes e plantas raras.

KBA	COD	Nome	País	Área (ha.)	Conceito Langhammer		Número de Plantas Raras	Número de Peixes Raros
					Espécies Vulneráveis	Espécies Insubstituíveis		
1	TO32	Goiatins	Brasil	20409,68	0	1	0	1
2	MA56	Três Barras	Brasil	24316,96	0	1	0	1
3	BA1	Águas do Paulista	Brasil	26818,87	0	1	0	1
4	MT65	Nova Nazare	Brasil	10118,73	0	1	0	1
5	MG63	Natalândia	Brasil	38419,34	0	2	0	2
6	MG132	Unai de Minas	Brasil	17237,81	0	1	0	1
7	GO29	Campinaçu	Brasil	24369,09	0	1	0	1
8	GO44	Delgado	Brasil	22453,42	0	3	0	3
9	MT26	Canarana	Brasil	30284,75	0	1	0	1
10	MS1	Aldeia	Brasil	37909,95	0	1	0	1
11	MS15	PE Serra de Sonora	Brasil	120900,89	0	1	0	1
12	MT3	Água Clara	Brasil	16787,69	0	1	0	1
13	MT68	Paranatinga	Brasil	55660,19	0	1	0	1
14	TO84	São Felipe	Brasil	18834,55	0	3	0	3
15	MT55	Man-Azde	Brasil	34638,41	0	1	0	1
16	TO10	Araguaia	Brasil	32662,89	0	1	0	1
17	TO85	São Valerio	Brasil	309340,19	0	1	0	1
18	GO38	Corriola	Brasil	134394,65	2	9	3	6
19	GO131	São Patrício	Brasil	197132,89	0	1	0	1
20	TO41	Lajeado	Brasil	10571,87	1	0	0	0
21	PA2	Santana do Araguaia	Brasil	10487,70	0	1	1	0
22	TO39	Lagoa da Confusão	Brasil	91147,77	1	0	0	0

23	TO37	Javaés	Brasil	18018,86	0	1	0	1
24	TO91	Terra Indigena Krahô-Kanela	Brasil	116541,97	0	1	0	1
25	MT92	Santa Terezinha	Brasil	9065,63	0	1	1	0
26	MT6	Aldeia Carajá	Brasil	8984,35	4	1	1	0
27	MT84	Rio das Mortes	Brasil	2921,86	1	0	0	0
28	MT75	Piabanha	Brasil	101997,33	2	6	5	1
29	MT85	Rio dos Patos	Brasil	121226,03	1	2	0	2
30	MT117	Zacarias	Brasil	128241,77	8	7	6	1
31	MT49	Insula	Brasil	82269,69	2	1	0	1
32	MT66	Nova Xavantina	Brasil	172151,71	12	5	4	1
33	MT98	Suspiro	Brasil	97067,22	0	1	0	1
34	MT74	Perdidos	Brasil	38347,83	0	1	0	1
35	MT13	APA Meandros do Rio Araguaia	Brasil	110095,23	1	1	0	1
36	GO107	Ribeirão Sao Domingos	Brasil	37878,44	0	1	0	1
37	MT32	Corixo do Cascavel	Brasil	143826,88	1	1	0	1
38	MT80	Registro do Araguaia	Brasil	18640,89	4	1	0	1
39	GO108	Rio Bonito	Brasil	195393,53	4	9	8	1
40	MG52	João Pinheiro	Brasil	647888,52	2	6	3	3
41	MG53	Josenópolis	Brasil	81726,03	0	1	0	1
42	MG71	Parque Estadual Grão Mogol	Brasil	508683,42	65	30	28	2
43	MT58	Mariana	Brasil	189520,63	0	1	1	0
44	MT97	Suiazinho	Brasil	350209,63	2	0	0	0
45	MT81	Ribeirão Agua Limpa	Brasil	128872,65	1	1	1	0
46	MT79	Queimada	Brasil	44928,56	1	0	0	0
47	MT96	Sete de Setembro	Brasil	49082,13	1	0	0	0
48	MT39	Culuene	Brasil	34759,78	0	1	0	1
49	MT34	Couto de Magalhães	Brasil	53633,29	1	0	0	0
50	MT87	Rio Verde	Brasil	354115,89	0	1	1	0
51	MT9	APA do Salto Magessi	Brasil	624668,87	0	1	1	0
52	MT76	Piabas	Brasil	148104,02	1	0	0	0
53	MT100	Tapurah	Brasil	24697,02	1	3	0	3
54	MT57	Marapé	Brasil	210395,98	1	0	0	0
55	MT23	Caju Doce	Brasil	23300,21	1	0	0	0
56	MT5	Água Verde	Brasil	84324,43	2	0	0	0
57	MT64	Nova Mutum	Brasil	199499,11	1	0	0	0
58	MT115	Três Lagoas	Brasil	44126,87	0	1	1	0
59	MT86	Rio Preto	Brasil	94090,36	0	2	2	0
60	MT17	Arinos	Brasil	96440,50	1	0	0	0

61	MT35	Cravari	Brasil	56975,36	0	1	0	1
62	MT24	Campo Novo do Parecis	Brasil	23603,45	0	2	2	0
63	MT113	Terra Indígena Utiariti	Brasil	438632,22	0	2	1	1
64	MT103	Terra Indígena Enawene-Nawe	Brasil	32097,23	1	0	0	0
65	MT44	Estação Ecológica de Ique	Brasil	80588,11	1	0	0	0
66	MT109	Terra Indígena Pirineus de Souza	Brasil	246608,11	0	4	1	3
67	MT43	Estação do Juruena	Brasil	261345,97	1	1	1	0
68	MT54	Juruena	Brasil	38885,20	1	0	0	0
69	MT25	Campos de Júlio	Brasil	207209,98	0	1	0	1
70	MT107	Terra Indígena Parque do Aripuanã	Brasil	586795,50	0	1	1	0
71	MA32	RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins	Brasil	496410,72	1	1	0	1
72	TO15	Cachoeira Santana	Brasil	10393,92	1	1	1	0
73	TO100	Xupe	Brasil	38622,26	3	1	1	0
74	MA13	Farinha	Brasil	66200,84	2	0	0	0
75	MA8	Cancela	Brasil	35850,51	2	1	1	0
76	MA28	Parque Nacional Chapada das Mesas	Brasil	82591,91	1	0	0	0
77	TO17	Carolina	Brasil	176908,71	2	2	2	0
78	TO97	Urupuchote	Brasil	45294,26	1	0	0	0
79	MA38	Rio Itapicuru	Brasil	3049,99	2	0	0	0
80	TO79	Salobro	Brasil	14187,56	1	0	0	0
81	MA36	Ribeirão do Maranhão	Brasil	7818,93	1	0	0	0
82	MA42	Santa Filomena	Brasil	20046,97	2	0	0	0
83	MA12	Estevão	Brasil	35225,43	1	0	0	0
84	TO69	Ribeirão Tabocas	Brasil	72244,30	1	1	1	0
85	TO70	Rio Bonito do Tocantins	Brasil	78559,69	0	1	1	0
86	TO47	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	Brasil	72926,25	1	0	0	0
87	TO16	Cana-Brava	Brasil	44075,46	1	0	0	0
88	TO82	Santarosa	Brasil	17050,20	1	0	0	0
89	TO50	Nova Olinda	Brasil	40825,59	1	0	0	0
90	TO45	Mato Grande	Brasil	47763,26	0	1	1	0
91	TO53	Panela de Ferro	Brasil	67379,08	0	1	1	0
92	TO1	Água Fria	Brasil	95182,48	1	0	0	0
93	TO94	Tranqueira	Brasil	115110,44	1	1	1	0
94	TO61	Perdida	Brasil	260603,92	2	0	0	0
95	TO65	Ponte Alta	Brasil	330253,92	2	1	1	0
96	TO62	Pindorama do Tocantins	Brasil	192561,65	1	0	0	0
97	TO3	Almas	Brasil	102710,49	3	1	1	0
98	TO87	Soninho	Brasil	198439,09	3	1	1	0

99	TO4	APA do Jalapão	Brasil	73141,52	0	1	1	0
100	TO54	Parque Estadual do Jalapao	Brasil	21481,73	7	0	0	0
101	TO13	Brejão do Jalapão	Brasil	78969,50	4	1	1	0
102	TO23	Desabuso	Brasil	8965,92	1	0	0	0
103	TO75	Rio Novo	Brasil	4015,70	1	0	0	0
104	TO28	Frito Gado	Brasil	38650,67	3	0	0	0
105	TO21	Cortapena	Brasil	22225,35	0	1	1	0
106	TO93	Toca	Brasil	24825,51	7	1	1	0
107	TO26	Esteneu	Brasil	27075,35	6	1	1	0
108	TO38	Jorge	Brasil	36506,77	0	1	1	0
109	TO98	Verde do Tocantins	Brasil	23456,61	1	0	0	0
110	TO72	Rio da Volta	Brasil	24237,76	2	1	1	0
111	TO44	Mateiros	Brasil	11765,86	2	0	0	0
112	TO59	Pedra de Amolar	Brasil	36675,54	3	1	1	0
113	TO19	Come Assado	Brasil	67627,28	0	1	1	0
114	TO31	Galhão	Brasil	44864,13	0	1	1	0
115	TO55	Parque Estadual do Lajeado	Brasil	213205,26	1	0	0	0
116	TO81	Santa Luzia	Brasil	152876,90	1	0	0	0
117	TO90	Taquaraçu	Brasil	106260,70	8	0	0	0
118	TO7	APA Lago de Palmas	Brasil	298606,41	2	3	3	0
119	TO66	Porto Nacional	Brasil	319932,12	4	4	4	0
120	TO76	Rio Tocantins	Brasil	70788,31	1	0	0	0
121	TO14	Brejinho de Nazaré	Brasil	16306,56	1	2	0	2
122	TO2	Aliança do Tocantins	Brasil	88807,20	1	0	0	0
123	TO88	Surubim	Brasil	2206,26	0	2	2	0
124	TO9	Apinagé	Brasil	114811,10	1	0	0	0
125	TO60	Pedras	Brasil	200598,96	2	0	0	0
126	TO78	Rocinha	Brasil	77575,99	0	4	4	0
127	TO49	Natividade	Brasil	235778,06	2	3	3	0
128	TO24	Dianópolis	Brasil	280050,18	0	1	1	0
129	TO36	Itaboca	Brasil	185664,72	0	2	2	0
130	TO43	Manuel Alves	Brasil	318737,89	1	1	1	0
131	TO83	Santo Antônio do Tocantins	Brasil	60307,71	0	1	1	0
132	TO89	Taipoca	Brasil	72416,42	0	1	1	0
133	GO140	Talismã	Brasil	399095,02	0	3	1	2
134	GO124	Santa Teresa	Brasil	176267,08	1	2	2	0
135	GO113	Rio do Ouro	Brasil	226070,91	1	0	0	0
136	TO5	APA Foz do Rio Santa Tereza	Brasil	19018,90	2	0	0	0

137	TO73	Rio das Almas	Brasil	134148,20	0	2	2	0
138	TO52	Palma	Brasil	317009,90	0	1	1	0
139	TO12	Arraias	Brasil	153214,24	1	3	3	0
140	TO57	Pau d'Arco	Brasil	155302,07	0	1	1	0
141	TO51	Novo Jardim	Brasil	425536,22	3	3	3	0
142	TO20	Corcunda	Brasil	232621,63	0	1	1	0
143	TO86	Sobrado	Brasil	111106,84	3	1	1	0
144	TO42	Lavandeira	Brasil	223878,11	2	1	1	0
145	TO67	Quebra-Coco	Brasil	208533,39	1	1	1	0
146	GO144	TQ Kalungas	Brasil	227943,78	1	0	0	0
147	TO46	Montes Claros	Brasil	198155,27	3	7	6	1
148	GO67	Maquiné	Brasil	125085,42	15	17	17	0
149	GO139	Sucuri	Brasil	170243,13	5	12	12	0
150	GO125	São Bartolomeu	Brasil	99232,14	2	8	8	0
151	GO53	Floresta Nacional da Mata Grande	Brasil	102123,38	0	5	1	4
152	GO27	Calheiros	Brasil	126157,55	5	0	0	0
153	GO46	Divinópolis de Goiás	Brasil	37562,80	0	1	1	0
154	GO76	Nova Roma	Brasil	17215,73	2	0	0	0
155	GO71	Morro Alto	Brasil	12331,27	1	0	0	0
156	GO81	Parque Estadual de Terra Ronca	Brasil	268560,46	6	6	3	3
157	GO56	Guatacaba	Brasil	36384,83	1	0	0	0
158	GO66	Macacão	Brasil	161833,11	30	44	44	0
159	GO121	Santa Maria	Brasil	222560,58	1	2	1	1
160	GO15	Baco Pari	Brasil	130908,96	4	6	4	2
161	GO110	Rio Corrente	Brasil	76422,79	0	1	1	0
162	GO24	Buriti	Brasil	119130,58	2	2	2	0
163	GO6	APA das Nascentes do Rio Vermelho	Brasil	74524,00	1	3	0	3
164	GO137	Sítio da Abadia	Brasil	155218,42	2	0	0	0
165	GO115	Rio dos Macacos	Brasil	135769,95	0	1	1	0
166	GO52	Flores de Goiás	Brasil	7443,88	1	0	0	0
167	GO51	Extrema	Brasil	112390,82	0	2	1	1
168	GO117	Rio Paraim	Brasil	56113,35	1	0	0	0
169	GO128	Sao João d'Aliança	Brasil	20750,30	7	1	1	0
170	GO41	Crixás	Brasil	136248,60	2	3	3	0
171	GO50	Entorno de Brasília	Brasil	56120,74	3	5	4	1
172	TO8	APA Lago de Peixe-Angical	Brasil	95647,95	0	2	2	0
173	GO30	Cana-Brava de Minaçu	Brasil	14793,71	1	0	0	0
174	GO32	Cavalcante	Brasil	17709,57	0	1	0	1

175	GO101	Ribeirão Bonito	Brasil	15747,04	1	0	0	0
176	GO69	Minapu	Brasil	25509,45	1	1	0	1
177	GO127	São Félix	Brasil	13872,18	1	1	1	0
178	GO64	Laranjal	Brasil	136670,50	1	4	4	0
179	GO95	Preto	Brasil	12972,02	0	1	1	0
180	GO135	Serra do Tombador	Brasil	37140,81	0	1	1	0
181	GO126	São Bento	Brasil	18056,59	3	0	0	0
182	GO82	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Brasil	132526,16	28	28	28	0
183	GO35	Córrego Areia	Brasil	21568,74	6	10	9	1
184	GO74	Muquém	Brasil	35175,29	11	17	17	0
185	GO106	Ribeirão Santana	Brasil	37822,39	19	8	7	1
186	GO109	Rio Claro	Brasil	65747,88	25	39	39	0
187	GO143	Tocantizinho	Brasil	108532,79	18	21	20	1
188	GO40	Couros	Brasil	47835,13	17	32	32	0
189	GO72	Morro Tira-Chapeu	Brasil	94060,34	1	0	0	0
190	GO25	Cachoeirinha	Brasil	27125,32	0	1	0	1
191	GO89	Piçarrão	Brasil	40859,84	33	46	46	0
192	GO119	RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões	Brasil	66882,06	3	5	5	0
193	GO37	Córrego Roncador	Brasil	124638,72	12	16	15	1
194	GO94	Prata Grande	Brasil	19140,96	0	1	1	0
195	GO75	Niquelândia	Brasil	58259,64	3	3	3	0
196	GO14	Bacalhau	Brasil	61378,63	11	15	15	0
197	GO122	Santa Rita	Brasil	64397,41	0	2	2	0
198	GO102	Ribeirão Conceição	Brasil	53991,01	1	0	0	0
199	GO134	Serra do Passanove	Brasil	44256,58	0	1	1	0
200	GO116	Rio Palmeira	Brasil	56931,77	0	2	0	2
201	GO19	Bilhagua	Brasil	115838,86	6	11	11	0
202	GO111	Rio da Mula	Brasil	129926,25	2	0	0	0
203	GO83	Passa-Três	Brasil	57344,56	1	1	1	0
204	GO26	Café	Brasil	9746,88	2	1	1	0
205	GO105	Ribeirao Ponte Alta	Brasil	42522,19	1	1	1	0
206	GO104	Ribeirao da Laguna	Brasil	19637,71	0	1	1	0
207	GO34	Cocal	Brasil	16325,24	1	0	0	0
208	GO84	Patos	Brasil	15397,06	0	1	0	1
209	GO55	Forquilha	Brasil	43294,11	1	1	1	0
210	GO88	Pensão São Miguel	Brasil	39506,66	1	1	1	0
211	GO58	Jacaré	Brasil	38124,12	2	2	2	0
212	GO132	Sardinha	Brasil	25626,57	2	6	6	0

213	GO62	João Alves	Brasil	28478,41	1	2	2	0
214	GO120	RPPN Fazenda Cachoeirinha	Brasil	25278,42	2	1	1	0
215	GO77	Padre Bernardo	Brasil	5168,79	0	1	1	0
216	GO114	Rio dos Bois	Brasil	5206,40	1	0	0	0
217	GO73	Mucungo	Brasil	32231,66	1	0	0	0
218	GO11	Arraial Velho	Brasil	34434,68	0	3	3	0
219	GO7	APA de Cafuringa	Brasil	50313,96	2	1	1	0
220	GO36	Córrego Fundo	Brasil	19806,42	3	6	6	0
221	DF2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira	Brasil	41435,98	8	7	7	0
222	GO98	Reserva Biológica da Contagem	Brasil	91298,57	25	9	9	0
223	GO65	Lavrinha	Brasil	38022,26	1	0	0	0
224	GO63	Lajes	Brasil	76160,32	2	0	0	0
225	GO100	Rialma	Brasil	16734,43	0	1	1	0
226	GO57	Irmãos	Brasil	19551,35	0	1	1	0
227	GO133	Serra do Cocalzinho	Brasil	17618,93	1	0	0	0
228	GO31	Canastra	Brasil	70913,51	0	1	1	0
229	GO146	Uru	Brasil	73228,98	1	1	1	0
230	GO60	Jaraguá	Brasil	12703,05	0	1	1	0
231	GO80	Parque Estadual da Serra de Jaraguá	Brasil	101137,00	1	0	0	0
232	GO4	APA da Serra dos Pireneus	Brasil	51011,74	7	20	20	0
233	GO78	Padre Souza	Brasil	104204,09	0	2	2	0
234	TO63	Piranhas	Brasil	179955,58	1	0	0	0
235	TO40	Lagoa Preta	Brasil	57488,42	0	1	1	0
236	PA1	Jenipapo	Brasil	42463,20	1	0	0	0
237	TO6	APA Ilha do Bananal-Cantão	Brasil	5031,33	1	0	0	0
238	TO71	Rio Caiapó	Brasil	21675,37	1	0	0	0
239	TO33	Grotão	Brasil	88635,10	2	0	0	0
240	TO68	Ribeirão Grande	Brasil	64363,23	4	0	0	0
241	TO30	Furo do Coco	Brasil	13625,26	1	0	0	0
242	TO48	Murici	Brasil	29269,04	1	0	0	0
243	TO74	Rio do Coco	Brasil	18522,07	2	0	0	0
244	TO29	Furo da Gameleira	Brasil	9247,05	10	0	0	0
245	TO18	Cicice	Brasil	27875,40	2	0	0	0
246	TO56	Parque Nacional do Araguaia	Brasil	16212,80	10	0	0	0
247	TO11	Ariari	Brasil	35631,83	1	0	0	0
248	TO64	Pium	Brasil	5268,93	1	0	0	0
249	TO92	Terra Indígena Parque do Araguaia	Brasil	12356,31	1	0	0	0

250	TO35	Ipuca do Riozinho	Brasil	22953,18	1	0	0	0
251	TO34	Ilha de Santa Anna	Brasil	14159,57	0	1	1	0
252	TO77	Riozinho	Brasil	2003,17	2	0	0	0
253	TO22	Cristalândia	Brasil	6562,64	0	1	1	0
254	TO95	Urubu	Brasil	72097,98	2	0	0	0
255	TO80	Sandolândia	Brasil	17772,11	0	1	1	0
256	GO16	Baião	Brasil	59581,92	1	0	0	0
257	TO96	Urubu Grande	Brasil	32614,43	1	0	0	0
258	TO99	Xavante	Brasil	23906,69	1	0	0	0
259	TO25	Escuro	Brasil	254537,78	0	1	0	1
260	MT116	Xavantinho	Brasil	214561,97	1	0	0	0
261	MT106	Terra Indígena Maraiwatsede	Brasil	114182,30	0	3	3	0
262	MT102	Terra Indígena Cacique Fontoura	Brasil	6278,12	0	1	1	0
263	MT91	Santa Izabel do Morro	Brasil	19075,20	1	2	2	0
264	MT67	Novo Santo Antônio	Brasil	10425,20	0	1	1	0
265	MT95	São João Grande	Brasil	8165,68	1	0	0	0
266	MT82	Ribeirão Cascalheira	Brasil	11112,58	1	0	0	0
267	MT108	Terra Indígena Pimentel Barbosa	Brasil	43647,20	1	0	0	0
268	MT89	RVS Quelônios do Araguaia	Brasil	5153,23	1	0	0	0
269	MT31	Cocalinho	Brasil	9081,51	4	0	0	0
270	MT8	Angico	Brasil	25062,68	0	1	1	0
271	MT101	Terra Indígena Areões	Brasil	29425,24	0	1	1	0
272	MT77	Pindaíba	Brasil	15437,75	1	0	0	0
273	MT19	Barra do Garças	Brasil	11274,97	0	1	0	1
274	MT45	Galheiro	Brasil	39778,64	1	5	5	0
275	MT28	Cava Funda	Brasil	10050,37	1	0	0	0
276	MT71	PE da Serra Azul	Brasil	17434,47	0	1	1	0
277	MT33	Corrente	Brasil	5665,54	0	1	0	1
278	MT22	Cachoeira	Brasil	17590,71	1	0	0	0
279	MT53	Jaú	Brasil	12169,06	1	0	0	0
280	MT2	Água Boa	Brasil	19194,98	0	3	3	0
281	MT15	Areão	Brasil	13120,68	1	0	0	0
282	MT40	Dom Bosco	Brasil	39069,19	0	1	0	1
283	MT110	Terra Indígena São Marcos	Brasil	7084,43	4	1	1	0
284	MT69	Paredão Grande	Brasil	45600,42	2	0	0	0
285	MT46	General Carneiro	Brasil	136789,13	1	0	0	0
286	MT42	Engano	Brasil	23638,91	1	0	0	0
287	MT1	Água Azul	Brasil	13086,55	1	0	0	0

288	TO58	PE do Araguaia	Brasil	28347,53	1	0	0	0
289	TO27	Formoso do Araguaia	Brasil	1734,43	1	0	0	0
290	MT10	APA dos Meandros do Rio Araguaia	Brasil	89447,90	1	0	0	0
291	MT30	Chapéu	Brasil	172095,28	1	0	0	0
292	MT36	Cristalino	Brasil	204221,33	1	1	1	0
293	MT60	Mata do Inferno	Brasil	157366,82	1	0	0	0
294	GO43	Crixás-Mirim	Brasil	101053,89	1	0	0	0
295	GO91	Pintado	Brasil	97726,17	0	1	0	1
296	GO22	Bonópolis	Brasil	15196,93	2	0	0	0
297	GO17	Barreiro	Brasil	31343,98	0	1	1	0
298	GO103	Ribeirão d'Anta	Brasil	106454,48	1	0	0	0
299	GO42	Crixás-Açu	Brasil	73679,01	0	1	1	0
300	GO142	Tesouras	Brasil	16222,11	1	0	0	0
301	GO2	Alagado	Brasil	76153,98	1	0	0	0
302	GO23	Braço do Mato	Brasil	19415,80	1	0	0	0
303	GO90	Pinguela	Brasil	43006,74	0	4	0	4
304	GO1	Alagadinho	Brasil	8346,95	0	1	1	0
305	GO33	Cavalo Queimado	Brasil	69285,14	0	1	1	0
306	GO12	Aruanã	Brasil	11393,93	1	0	0	0
307	MT62	Médio Araguaia	Brasil	15978,43	1	0	0	0
308	MT20	Brejão	Brasil	40690,76	1	0	0	0
309	GO141	Terra Indígena Karajá de Aruanã	Brasil	2753,08	1	0	0	0
310	GO118	RPPN Boca da Mata	Brasil	34322,19	2	1	0	1
311	GO68	Matrinchã	Brasil	150683,33	0	1	0	1
312	GO5	APA da Serra Dourada	Brasil	77644,62	8	7	4	3
313	GO86	PE da Serra Dourada	Brasil	87703,78	6	7	7	0
314	GO47	Dom Bill	Brasil	46053,66	0	1	1	0
315	GO21	Bom Jardim	Brasil	154913,54	1	1	1	0
316	GO99	Retiro das Piranhas	Brasil	16162,78	1	1	1	0
317	GO79	Pântano	Brasil	129073,34	1	1	1	0
318	GO129	São José	Brasil	27881,49	1	0	0	0
319	MT12	APA Estadual Pé da Serra Azul	Brasil	45359,72	5	3	3	0
320	MT18	Bandeira	Brasil	11443,76	1	0	0	0
321	MT48	Guiratinga	Brasil	7584,52	0	1	1	0
322	MT7	Alto Garças	Brasil	12313,29	0	1	0	1
323	GO138	Sucupira	Brasil	182229,89	1	0	0	0
324	MT94	São João	Brasil	48356,36	0	1	1	0
325	GO45	Diamantino	Brasil	38414,26	0	1	1	0

326	GO13	Babilônia	Brasil	27903,39	0	3	1	2
327	GO49	Empantanado	Brasil	26537,78	1	1	0	1
328	GO70	Mineiros	Brasil	45279,90	1	3	0	3
329	GO59	Jacu	Brasil	18166,34	2	0	0	0
330	GO3	Alto Araguaia	Brasil	1896,95	2	0	0	0
331	MT47	Gordura	Brasil	28030,34	2	0	0	0
332	GO123	Santa Rita do Araguaia	Brasil	24628,30	2	0	0	0
333	MT83	Ribeirão do Sapo	Brasil	27053,91	1	3	0	3
334	GO148	Zeca Nonato	Brasil	67894,57	4	1	0	1
335	GO96	Queixada	Brasil	23440,81	2	0	0	0
336	GO10	Araguainha	Brasil	48940,02	2	0	0	0
337	MA51	Terra Indígena Geralda Toco Preto	Brasil	521170,34	1	0	0	0
338	MA52	Terra Indígena Krikati	Brasil	352217,83	1	0	0	0
339	MA19	Ipixuna Açú	Brasil	320007,96	1	0	0	0
340	MA41	RPPN Fazenda São Francisco	Brasil	113104,82	0	1	1	0
341	MA31	Presidente Dutra	Brasil	88923,27	1	0	0	0
342	MA37	Rio das Flores	Brasil	144351,98	2	0	0	0
343	MA53	Terra Indígena Porquinhos	Brasil	45359,62	2	0	0	0
344	MA50	Terra Indígena Cana Brava/Guajajara	Brasil	17100,23	3	0	0	0
345	MA20	Itapecuru	Brasil	11813,97	1	0	0	0
346	MA55	TQ Santa Joana	Brasil	159724,29	2	0	0	0
347	MA30	PN dos Lençóis Maranhenses	Brasil	21697,29	1	0	0	0
348	MA40	RPPN Fazenda Pantanal	Brasil	40041,31	1	0	0	0
349	MA21	Itapicuru	Brasil	297521,49	1	0	0	0
350	MA7	Cajazeira	Brasil	23903,66	1	0	0	0
351	MA18	Inhumas	Brasil	151246,93	0	1	1	0
352	MA5	Baixão do Bandeira	Brasil	27781,69	1	0	0	0
353	MA15	Fortuna	Brasil	42591,21	2	0	0	0
354	MA25	Mirador	Brasil	30144,31	1	0	0	0
355	MA1	Alpercatinha	Brasil	70241,64	1	0	0	0
356	MA29	PE de Mirador	Brasil	236416,73	1	0	0	0
357	MA3	APA dos Morros Garapenses	Brasil	238730,36	1	0	0	0
358	MA4	APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças	Brasil	137098,75	1	0	0	0
359	PI24	RPPN Fazenda Centro	Brasil	35188,54	1	1	0	1
360	MA9	Caraíba	Brasil	42674,35	1	0	0	0
361	MA33	Riachão	Brasil	75440,57	1	0	0	0
362	PI10	FN de Palmares	Brasil	57219,71	2	4	0	4
363	MA54	Timon	Brasil	30276,02	1	0	0	0

364	MA45	São Francisco do Maranhão	Brasil	76349,94	1	0	0	0
365	MA46	Sucupira do Riachão	Brasil	85245,43	0	1	1	0
366	PI5	Canindé	Brasil	20253,43	1	0	0	0
367	PI18	PN da Serra das Confusões	Brasil	250528,43	2	2	2	0
368	PI9	Florianópolis	Brasil	5875,03	0	1	1	0
369	PI7	Coqueiro	Brasil	62547,75	1	0	0	0
370	PI22	Riacho de Sant'Ana	Brasil	45431,87	1	0	0	0
371	PI2	Baliza	Brasil	31259,88	3	0	0	0
372	PI16	Paraim	Brasil	239884,67	1	0	0	0
373	PI15	Matões	Brasil	107363,96	3	0	0	0
374	PI11	Gurgueia	Brasil	137746,37	1	0	0	0
375	PI1	APA do Rangel	Brasil	34769,23	1	0	0	0
376	PI29	Vereda União	Brasil	91359,16	1	0	0	0
377	PI23	Riacho Frio	Brasil	76019,72	2	0	0	0
378	PI17	Parnaguá	Brasil	159093,89	1	0	0	0
379	PI14	Malhada da Barra	Brasil	75763,80	2	0	0	0
380	PI25	Sebastião Barros	Brasil	164789,87	1	0	0	0
381	PI6	Cardoso	Brasil	137367,49	1	0	0	0
382	PI20	Prata	Brasil	33175,64	1	0	0	0
383	MA34	Riacho do Belém	Brasil	60149,99	3	0	0	0
384	MA11	Curimatá	Brasil	4778,13	1	0	0	0
385	MA57	Uruçuí	Brasil	3771,91	1	0	0	0
386	MA43	Santa Isabel	Brasil	26178,61	0	1	1	0
387	MA6	Balsas	Brasil	16630,38	0	1	1	0
388	MA17	Gameleira	Brasil	32525,59	0	1	1	0
389	MA35	Riacho dos Picos	Brasil	34570,88	1	0	0	0
390	MA14	Fortaleza dos Nogueiras	Brasil	49771,93	1	0	0	0
391	MA10	Coité	Brasil	99901,15	1	0	0	0
392	MA39	Rio Maravilha	Brasil	196476,18	1	0	0	0
393	MA44	Santo Antônio de Balsas	Brasil	39360,10	1	2	0	2
394	MA16	Gado Bravo	Brasil	44570,61	1	0	0	0
395	MA26	Novo Recreio	Brasil	23018,83	1	0	0	0
396	MA49	Temerante	Brasil	20990,07	1	0	0	0
397	MA27	Parelhas	Brasil	20506,55	0	1	1	0
398	MA48	Tem Medo	Brasil	12253,19	0	1	1	0
399	MA23	Mandacaru	Brasil	23154,07	0	1	1	0
400	MA47	Sul Maranhense	Brasil	49051,01	0	1	1	0
401	PI3	Benedito Leite	Brasil	7197,00	1	0	0	0

402	PI21	Riacho da Estiva	Brasil	306192,17	1	0	0	0
403	PI28	Uruçuí-Preto	Brasil	605948,42	3	0	0	0
404	MA22	Loreto	Brasil	328118,64	1	1	1	0
405	PI27	Tasso Fragoso	Brasil	155667,56	1	0	0	0
406	PI8	EE de Uruçuí-Una	Brasil	26553,41	1	0	0	0
407	PI26	Sucuruju	Brasil	88438,62	0	2	2	0
408	MA24	Medonho	Brasil	34153,50	0	1	0	1
409	MA2	Alto Parnaíba	Brasil	56622,64	1	0	0	0
410	PI4	Cachoeira Pedra de Amolar	Brasil	71800,79	1	0	0	0
411	PI19	PN das Nascentes do Rio Parnaíba	Brasil	279146,20	3	3	0	3
412	PI12	Ilha Grande	Brasil	16805,03	2	0	0	0
413	PI13	Luis Correia	Brasil	29222,62	1	0	0	0
414	BA26	Ilha Mocambo dos Ventos	Brasil	42191,20	0	1	0	1
415	BA4	APA Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco	Brasil	66866,63	1	1	0	1
416	BA17	Cotegipe	Brasil	447915,55	0	1	1	0
417	BA18	EE Rio Preto	Brasil	790151,49	4	3	0	3
418	BA22	Formosa do Rio Preto	Brasil	223016,77	3	1	1	0
419	BA5	APA Rio Preto	Brasil	333804,30	0	1	1	0
420	BA54	Sapão	Brasil	671061,77	2	0	0	0
421	BA45	Rio Grande	Brasil	236693,91	1	0	0	0
422	BA31	Neves	Brasil	73541,55	0	1	1	0
423	BA42	Rio de Janeiro	Brasil	22856,73	3	0	0	0
424	BA35	Ponta d'Água	Brasil	63113,22	2	2	2	0
425	BA3	APA Bacia do Rio de Janeiro	Brasil	30565,97	1	2	2	0
426	BA19	Extremo Oeste Baiano	Brasil	5575,06	1	0	0	0
427	BA32	Ondas	Brasil	32669,17	2	3	3	0
428	BA11	Cabeceira das Lajes	Brasil	63431,96	5	7	6	1
429	BA57	Tabocas	Brasil	18415,96	1	0	0	0
430	BA12	Cabeceira de Pedras	Brasil	183637,98	2	0	0	0
431	BA10	Bora	Brasil	88487,94	0	1	1	0
432	BA9	Boa Sorte	Brasil	260778,31	2	3	3	0
433	BA21	FN de Cristópolis	Brasil	459146,44	2	1	1	0
434	BA63	Vereda Anastácio	Brasil	91985,42	2	0	0	0
435	BA53	Sao Desidério	Brasil	43963,38	0	1	1	0
436	BA36	Porcos	Brasil	3962,71	1	0	0	0
437	BA61	Triste e Feio	Brasil	271692,55	1	1	1	0
438	BA25	Ilha da Pica Grande	Brasil	2969,61	1	0	0	0
439	BA64	Vereda da Canoa	Brasil	47269,28	0	1	0	1

440	BA55	Serra Dourada	Brasil	174817,78	1	0	0	0
441	BA24	Ilha da Bananeira	Brasil	29116,15	0	2	0	2
442	BA56	Sítio do Mato	Brasil	19815,79	1	0	0	0
443	BA58	Terra Indígena Vargem Alegre	Brasil	121951,67	1	0	0	0
444	BA33	Pedra Branca	Brasil	70757,44	1	0	0	0
445	BA50	Santana	Brasil	58635,33	2	0	0	0
446	BA15	Coribe	Brasil	48288,00	1	0	0	0
447	BA52	São Félix do Coribe	Brasil	7755,45	1	1	1	0
448	BA44	Rio Formoso	Brasil	96944,95	1	1	0	1
449	BA2	Alegre	Brasil	65188,30	5	0	0	0
450	BA28	Jaborandi	Brasil	204555,82	1	0	0	0
451	BA47	Rodeador	Brasil	228833,92	1	0	0	0
452	BA62	Vau	Brasil	85184,97	1	0	0	0
453	BA37	Pratudão	Brasil	109461,42	4	0	0	0
454	BA48	RVS das Veredas do Oeste Baiano	Brasil	113236,25	2	0	0	0
455	BA7	Arrojado	Brasil	219421,55	1	1	1	0
456	BA6	Arrojadinho	Brasil	128973,02	3	0	0	0
457	BA16	Correntina	Brasil	148151,87	4	3	3	0
458	BA49	Santa Maria da Vitória	Brasil	21737,80	1	0	0	0
459	BA23	Guará	Brasil	129657,93	5	2	2	0
460	BA39	Riacho de Pedra	Brasil	17897,10	1	0	0	0
461	BA46	Rio Guará	Brasil	5953,18	1	0	0	0
462	BA51	Santo Antônio	Brasil	92016,74	2	1	1	0
463	BA43	Rio dos Angicos	Brasil	138051,90	2	0	0	0
464	BA40	Riacho do Mato	Brasil	29978,46	1	0	0	0
465	BA59	TQ Lagoa das Piranhas	Brasil	42362,91	0	2	0	2
466	BA60	TQ Nova Batalhinha	Brasil	93082,49	0	1	0	1
467	BA38	Riacho de Mariape	Brasil	36481,54	2	0	0	0
468	BA29	Lagoas	Brasil	114685,88	1	0	0	0
469	BA30	Madrugão	Brasil	18309,70	1	0	0	0
470	BA13	Cariranha	Brasil	76326,17	0	1	1	0
471	MG3	APA Cocha e Gibão	Brasil	315475,72	1	0	0	0
472	BA20	Feira da Mata	Brasil	38953,50	0	1	1	0
473	BA34	PN Grande Sertão Veredas	Brasil	611513,58	6	4	4	0
474	BA14	Cocos	Brasil	61313,22	4	0	0	0
475	BA41	Riacho do Meio	Brasil	110645,12	1	0	0	0
476	BA27	Itaguari	Brasil	456336,02	5	0	0	0
477	MG16	Calindo	Brasil	185255,28	2	0	0	0

478	BA8	Aurélio	Brasil	77275,83	1	0	0	0
479	MG39	Furado Novo	Brasil	146201,65	1	0	0	0
480	MG73	PE Caminho das Gerais	Brasil	358328,27	3	0	0	0
481	MG93	Porteirinha	Brasil	126450,15	2	0	0	0
482	MG41	Gorutuba	Brasil	218787,22	1	3	2	1
483	MG27	Córrego Escuro	Brasil	37256,83	0	1	0	1
484	MG58	Macaúbas	Brasil	63257,20	2	0	0	0
485	MG139	Verde Grande	Brasil	28391,09	1	0	0	0
486	MG96	Quem-Quem	Brasil	27092,27	3	1	1	0
487	MG1	Água Limpa	Brasil	51581,92	1	0	0	0
488	MG20	Capitão Enéas	Brasil	95371,43	1	0	0	0
489	MG134	Vacabrava	Brasil	29244,15	8	1	1	0
490	MG54	Juramento	Brasil	150028,23	3	2	1	1
491	MG79	PE Lagoa do Cajueiro	Brasil	270550,49	1	1	0	1
492	MG98	RB Serra Azul	Brasil	92335,33	3	0	0	0
493	MG85	PE Veredas do Peruáçu	Brasil	138748,80	9	1	1	0
494	MG89	PN Cavernas do Peruáçu	Brasil	238615,50	5	2	2	0
495	MG25	Cochos	Brasil	93357,59	2	0	0	0
496	MG50	Japonvar	Brasil	114001,39	1	0	0	0
497	MG67	Pandeiros	Brasil	38822,12	2	0	0	0
498	MG5	APA Pandeiros	Brasil	108267,05	1	0	0	0
499	MG113	RVS Rio Pandeiros	Brasil	38431,58	6	2	2	0
500	MG117	São Joaquim	Brasil	14643,80	1	0	0	0
501	MG83	PE Serra das Araras	Brasil	52859,97	1	0	0	0
502	MG24	Chapada Gaúcha	Brasil	18317,00	1	0	0	0
503	MG55	Lagoa da Vaqueta	Brasil	17765,77	0	1	0	1
504	MG116	São Francisco	Brasil	11481,28	2	0	0	0
505	MG87	Pintópolis	Brasil	23394,11	1	0	0	0
506	MG133	Urucuaia	Brasil	286228,08	1	0	0	0
507	MG26	Conceição	Brasil	307694,41	2	0	0	0
508	MG101	Ribeirao dos Confins	Brasil	447555,85	2	3	1	2
509	MG33	EE Sagarana	Brasil	331829,06	5	2	0	2
510	MG66	Pacari	Brasil	243748,96	5	0	0	0
511	MG37	Formoso	Brasil	234918,67	2	0	0	0
512	MG120	Serra da Sacada	Brasil	324642,82	2	2	2	0
513	MG119	São Romão	Brasil	4221,80	1	0	0	0
514	MG17	Campo Azul	Brasil	143501,97	2	1	1	0
515	MG40	Garitas	Brasil	74825,79	1	0	0	0

516	MG106	Roncador	Brasil	77203,80	1	0	0	0
517	MG131	Unaí	Brasil	289479,47	6	3	3	0
518	GO18	Bezerra	Brasil	139122,85	2	0	0	0
519	DF1	APA do Planalto Central	Brasil	166754,34	3	2	2	0
520	MG141	Vereda Grande	Brasil	32390,79	1	0	0	0
521	MG127	TQ Amáros	Brasil	28981,38	1	0	0	0
522	MG99	Ribeirão Bezerra	Brasil	32031,77	1	0	0	0
523	MG112	RPPN Morro da Cruz das Almas	Brasil	53100,59	4	3	3	0
524	MG94	Presidente Olegário	Brasil	58305,88	0	1	0	1
525	MG102	Ribeirão Santa Catarina	Brasil	337167,45	2	3	2	1
526	MG77	PE de Paracatu	Brasil	204491,69	5	4	4	0
527	MG43	Guarda-Mór	Brasil	77527,76	2	0	0	0
528	MG10	Barro	Brasil	91747,78	0	2	1	1
529	MG51	Jequitaiá	Brasil	99641,82	1	0	0	0
530	MG38	Francisco Dumont	Brasil	109113,78	5	2	2	0
531	MG9	Areia	Brasil	37997,57	1	0	0	0
532	MG44	Imbalacaia	Brasil	82238,24	26	15	15	0
533	MG92	PN das Sempre-Vivas	Brasil	151545,27	4	2	2	0
534	MG138	Velhas	Brasil	409807,79	12	5	5	0
535	MG12	Bicudo	Brasil	215480,27	4	2	2	0
536	MG74	PE da Serra do Cabral	Brasil	199002,96	26	20	20	0
537	MG49	Jaboticaba	Brasil	42369,40	0	3	3	0
538	MG70	Pardo Grande	Brasil	203131,55	64	34	34	0
539	MG115	Santo Hipólito	Brasil	50516,19	2	3	3	0
540	MG91	PN da Serra do Cipó	Brasil	449751,89	183	112	112	0
541	MG4	APA do Carste de Lagoa Santa	Brasil	1155436,39	93	65	55	10
542	MG88	Pirapora	Brasil	370669,54	10	2	1	1
543	MG128	Três Marias	Brasil	119723,29	2	0	0	0
544	MG125	Tiros	Brasil	586827,90	4	0	0	0
545	MG109	RPPN Fazenda Lavagem	Brasil	38941,07	3	0	0	0
546	MG14	Borrachudo	Brasil	172383,66	1	0	0	0
547	MG32	EE de Pirapitinga	Brasil	98757,64	1	0	0	0
548	MG45	Indaiá	Brasil	264564,50	1	0	0	0
549	MG107	RPPN Fazenda Barrão	Brasil	231621,58	1	0	0	0
550	MG34	Felixlandia	Brasil	182046,31	2	0	0	0
551	MG35	FN de Paraopeba	Brasil	238483,90	9	2	2	0
552	MG46	Inhaúma	Brasil	86763,55	1	1	1	0
553	MG6	APA Vargem das Flores	Brasil	542949,61	2	1	1	0

554	MG56	Lambari	Brasil	195817,75	1	0	0	0
555	MG104	Rio Pará	Brasil	46606,88	0	1	1	0
556	MG110	RPPN Fazenda Samoinho	Brasil	154882,77	1	0	0	0
557	MG64	Nova Serrana	Brasil	116063,74	1	0	0	0
558	MG100	Ribeirão Boa Vista	Brasil	214185,28	1	0	0	0
559	MG57	Luz	Brasil	477741,64	0	1	1	0
560	MG31	EE Corumbá	Brasil	355602,37	3	0	0	0
561	MG136	Vargem Bonita	Brasil	82883,65	6	2	2	0
562	MG108	RPPN Fazenda do Lobo	Brasil	81463,37	18	8	8	0
563	MG76	PE de Montezuma	Brasil	631723,28	4	1	1	0
564	MG121	Setubal	Brasil	29692,28	1	0	0	0
565	MG11	Berilo	Brasil	240059,27	2	2	1	1
566	MG19	Capelinha	Brasil	129816,53	0	2	1	1
567	MG7	Araçai	Brasil	57325,63	1	0	0	0
568	MG81	PE Rio Preto	Brasil	464603,31	27	12	12	0
569	MG137	Vargem da Lapa	Brasil	9822,03	3	0	0	0
570	MG86	Peixe Bravo	Brasil	53440,71	1	1	1	0
571	MG135	Vacaria	Brasil	106564,31	0	1	1	0
572	MG30	EE Acauã	Brasil	336057,41	30	7	7	0
573	MG47	Itacambira	Brasil	105003,96	5	0	0	0
574	MG122	Tabatinga	Brasil	78456,53	1	1	1	0
575	MG65	Olhos d'Água	Brasil	139832,16	0	4	4	0
576	MG15	Caeté-Mirim	Brasil	41767,80	9	4	4	0
577	MG72	PE Biriãiri	Brasil	211994,54	145	87	86	1
578	MG123	Tanque	Brasil	12899,25	2	0	0	0
579	MG78	PE do Limoeiro	Brasil	14411,10	1	1	1	0
580	MG103	Rio do Peixe	Brasil	21116,11	2	1	1	0
581	MG95	Preto do Itambé	Brasil	6858,91	4	2	2	0
582	MG62	Morro do Pilar	Brasil	12828,87	5	9	9	0
583	MG105	Rio Picão	Brasil	32849,81	6	7	7	0
584	MG84	PE Serra do Intendente	Brasil	20957,53	11	5	5	0
585	MG69	Parauninha	Brasil	16396,48	3	0	0	0
586	MG13	Bom Jesus do Amparo	Brasil	6419,45	0	1	1	0
587	MS10	Ivinheima	Brasil	638789,26	1	0	0	0
588	MS11	Nova Alvorada do Sul	Brasil	670436,25	0	3	3	0
589	MS33	Terra Indígena Jatayvari	Brasil	923802,25	6	1	1	0
590	MS20	Rio Brilhante	Brasil	428223,63	1	0	0	0
591	SP36	Laranja Doce	Brasil	115885,66	1	0	0	0

592	PR8	RPPN Fazenda Monte Alegre	Brasil	1132734,29	3	0	0	0
593	PR4	PE do Guartela	Brasil	301801,94	8	1	1	0
594	PR1	APA da Escarpa Devoniana	Brasil	165010,98	7	1	1	0
595	SP39	Paraguaçu Paulista	Brasil	342102,51	4	0	0	0
596	PR9	Ventania	Brasil	329193,59	1	0	0	0
597	PR7	RPPN Fazenda do Tigre	Brasil	216010,98	12	0	0	0
598	SP16	EE de Assis	Brasil	92597,49	4	0	0	0
599	SP12	Campos Novos Paulista	Brasil	107567,60	1	0	0	0
600	SP1	Alambari	Brasil	426391,05	5	0	0	0
601	SP22	EE Santa Barbara	Brasil	148101,61	4	1	1	0
602	SP17	EE de Avaré	Brasil	97069,61	1	0	0	0
603	SP26	FE Santa Bárbara	Brasil	11147,01	2	0	0	0
604	SP13	Claro	Brasil	94700,88	3	1	1	0
605	SP48	Ribeirão das Pedras	Brasil	19934,55	0	1	1	0
606	SP11	Botucatu	Brasil	55928,61	5	1	1	0
607	SP30	Itaporanga	Brasil	204923,63	20	5	5	0
608	PR6	Pescaria	Brasil	61438,12	1	0	0	0
609	PR5	PE Vale do Codo	Brasil	159363,08	43	6	5	1
610	PR3	Jaguaricatu	Brasil	77922,34	14	2	2	0
611	PR2	Itararé	Brasil	88511,73	13	1	1	0
612	SP40	Paranapanema	Brasil	152323,56	1	0	0	0
613	SP18	EE de Itabera	Brasil	450705,83	6	2	2	0
614	SP21	EE Paranapanema	Brasil	123932,04	5	0	0	0
615	SP27	FN de Capão Bonito	Brasil	281472,99	2	0	0	0
616	SP29	Itapetininga	Brasil	262097,91	12	4	4	0
617	MS8	Inhanduí	Brasil	1346930,61	13	6	5	1
618	MS13	Pardo	Brasil	865219,75	0	1	1	0
619	MS7	Botas	Brasil	31906,75	1	0	0	0
620	MS12	Paraná	Brasil	45697,44	0	1	1	0
621	MS37	Verde	Brasil	243020,57	2	0	0	0
622	MS27	São Domingos	Brasil	25600,41	0	1	0	1
623	MS28	Sucuriu	Brasil	724212,32	6	3	1	2
624	SP4	APA Rio Batalha	Brasil	239452,10	4	0	0	0
625	SP52	Sao Lourenço	Brasil	115526,07	3	0	0	0
626	SP3	APA Ibitinga	Brasil	15971,91	1	0	0	0
627	SP31	Itaqueré	Brasil	42612,81	2	0	0	0
628	SP32	Jacaré-Guacu	Brasil	58103,87	1	0	0	0
629	SP6	Araraquara	Brasil	47362,78	6	1	1	0

630	SP20	EE Itirapina	Brasil	142248,46	10	4	4	0
631	SP33	Jacaré-Pepira	Brasil	261427,32	5	0	0	0
632	SP7	Arealva	Brasil	105479,30	3	0	0	0
633	SP25	FE Pederneiras	Brasil	56369,28	4	0	0	0
634	SP37	Macatuba	Brasil	107831,92	1	0	0	0
635	SP5	Araquá	Brasil	87572,52	1	0	0	0
636	SP2	APA Corumbataí-Botucatu-Tejupa	Brasil	188651,84	14	1	0	1
637	SP14	Corumbataí	Brasil	163963,72	19	6	5	1
638	SP44	Piracicaba	Brasil	186079,96	2	0	0	0
639	SP9	Atibaia	Brasil	293119,35	2	0	0	0
640	SP8	ARIE Matão de Cosmopolis	Brasil	48859,81	2	0	0	0
641	SP45	Pirapitingui	Brasil	42869,24	1	0	0	0
642	SP34	Jaguari	Brasil	15006,39	1	0	0	0
643	SP55	Vitória	Brasil	42347,78	4	1	1	0
644	SP49	Rio Alambari	Brasil	31319,10	1	0	0	0
645	SP15	EE Barreiro Rico	Brasil	32097,08	2	0	0	0
646	SP43	Peixe	Brasil	115001,18	2	0	0	0
647	SP51	São José dos Dourados	Brasil	231142,97	3	0	0	0
648	MS9	Inocência	Brasil	10278,14	0	1	1	0
649	SP41	Parisi	Brasil	133079,62	1	0	0	0
650	SP38	Mirassolândia	Brasil	300855,82	1	0	0	0
651	MG140	Verde ou Feio	Brasil	278177,37	2	1	1	0
652	MG118	São Mateus	Brasil	380500,61	1	1	1	0
653	SP24	FE de Bebedouro	Brasil	518064,48	4	1	0	1
654	SP23	FE Cajuru	Brasil	1272296,91	16	8	4	4
655	SP46	RB de Sertãozinho	Brasil	129316,88	2	0	0	0
656	SP19	EE de Jataí	Brasil	105491,84	1	0	0	0
657	SP42	PE de Vassununga	Brasil	609999,22	17	4	3	1
658	SP35	Jaguari-Mirim	Brasil	210186,33	1	0	0	0
659	SP47	RB e EE Mogi-Guaçu	Brasil	359072,05	13	1	1	0
660	MG129	Uberaba	Brasil	269121,56	3	3	3	0
661	SP53	Sapucaí	Brasil	300475,03	4	0	0	0
662	SP10	Batatais	Brasil	35900,45	2	0	0	0
663	SP28	Franca	Brasil	13028,25	1	0	0	0
664	SP50	Santa Bárbara	Brasil	94891,62	1	0	0	0
665	MG97	RB Sao Sebastiao do Paraiso	Brasil	53741,09	2	1	1	0
666	MG126	Tomba-Perna	Brasil	111519,93	2	1	1	0
667	SP54	Solapão	Brasil	130194,75	2	0	0	0

668	MG75	PE das Furnas do Bom Jesus	Brasil	403475,42	10	3	3	0
669	MG114	Sacramento	Brasil	72306,86	0	1	0	1
670	MG90	PN da Serra da Canastra	Brasil	64170,90	16	18	17	1
671	MG23	Cássia	Brasil	50072,47	5	2	2	0
672	MG2	Alpinópolis	Brasil	304434,46	27	17	16	1
673	MG82	PE Serra da Boa Esperança	Brasil	288828,16	0	1	1	0
674	MG42	Guapé	Brasil	157168,41	1	1	1	0
675	MG36	Formiga	Brasil	223501,99	2	0	0	0
676	GO112	Rio da Prata	Brasil	696539,03	2	0	0	0
677	GO93	PN das Emas	Brasil	732349,03	28	4	3	1
678	GO136	Serranópolis	Brasil	1176832,28	12	3	2	1
679	GO61	Jataí	Brasil	1368429,45	11	10	9	1
680	MG48	Ituiutaba	Brasil	591229,68	10	3	3	0
681	MG124	Tijuco	Brasil	227150,47	3	2	2	0
682	MG60	Monte Alegre de Minas	Brasil	76231,84	0	1	1	0
683	MG28	Douradinho	Brasil	96685,46	7	7	7	0
684	GO87	PE de Paraúna	Brasil	1280393,99	3	5	5	0
685	GO145	Turvo	Brasil	811849,32	0	1	1	0
686	GO9	APA Serra da Jibóia	Brasil	208479,37	0	1	1	0
687	GO28	Campanha	Brasil	143579,56	2	1	1	0
688	GO8	APA João Leite	Brasil	1241045,41	9	8	7	1
689	GO92	Piracanjuba	Brasil	457257,63	1	1	1	0
690	GO85	PE da Serra de Caldas Novas	Brasil	381097,87	4	7	6	1
691	GO20	Bois	Brasil	330565,73	1	0	0	0
692	GO54	FN de Silvânia	Brasil	440992,78	1	4	4	0
693	GO39	Corumbá	Brasil	195930,42	0	1	1	0
694	GO48	EE do Jardim Botânico	Brasil	535582,26	74	59	52	7
695	GO97	RB e PE do Descoberto	Brasil	905371,53	21	32	32	0
696	MG130	Uberabinha	Brasil	204845,96	2	3	3	0
697	MG80	PE Pau Furado	Brasil	389669,93	6	1	1	0
698	MG8	Araguari	Brasil	462663,80	9	2	0	2
699	MG111	RPPN Galheiros	Brasil	330681,88	12	3	3	0
700	MG21	Capivara	Brasil	133423,85	5	0	0	0
701	MG59	Misericórdia	Brasil	298195,08	2	1	1	0
702	MG18	Campos Altos	Brasil	143420,48	0	2	2	0
703	GO147	Veríssimo	Brasil	451851,69	2	1	1	0
704	MG22	Cascalho Rico	Brasil	480611,13	6	2	2	0
705	MG61	Monte Carmelo	Brasil	130623,31	1	1	1	0

706	MG29	Dourados	Brasil	234986,91	2	0	0	0
707	MG68	Paranaíba	Brasil	1052785,93	5	2	2	0
708	GO130	São Marcos	Brasil	1195052,39	21	16	15	1
709	MS3	Apa	Brasil	169622,85	5	0	0	0
710	MS22	Rio Perdido	Brasil	328133,80	4	1	1	0
711	MS35	Terra Indígena Nande Ru Marangatu	Brasil	135116,05	1	0	0	0
712	MS18	Progresso	Brasil	144260,37	1	0	0	0
713	MS31	Tarumã	Brasil	255330,23	4	0	0	0
714	MS19	Rio Branco	Brasil	264320,28	5	1	1	0
715	MS34	Terra Indígena Kadiweu	Brasil	347362,13	0	1	1	0
716	MS26	RPPN Tupaciara	Brasil	789120,97	1	0	0	0
717	MS17	PN da Serra da Bodoquena	Brasil	2008714,06	22	8	5	3
718	MS24	RPPN Estância Caiman	Brasil	206695,82	3	0	0	0
719	MS6	Aquidauana	Brasil	159267,13	4	1	1	0
720	MS30	Taquaruçu	Brasil	242048,48	0	1	1	0
721	MS4	APA Estadual Estrada-Parque Piraputanga	Brasil	264593,92	3	1	1	0
722	MS32	Terra Indígena Buriti	Brasil	305354,27	2	2	2	0
723	MS25	RPPN Fazenda Lageado	Brasil	772628,09	2	0	0	0
724	MS36	TQ Furnas da Boa Sorte	Brasil	350564,84	2	0	0	0
725	MS21	Rio Negro	Brasil	327655,98	2	0	0	0
726	MS2	Anhuma	Brasil	366568,47	5	2	2	0
727	MS29	Taquari	Brasil	196867,77	5	1	0	1
728	MS14	PE das Nascentes do Rio Taquari	Brasil	1176513,93	9	4	3	1
729	MS23	Rio Verde de Mato Grosso	Brasil	143760,33	0	2	2	0
730	MS5	APA Estadual Rio Cênico Rotas Moncoeirás-Rio Coxim	Brasil	735614,44	1	0	0	0
731	MT50	Itiquira	Brasil	1038157,94	3	2	1	1
732	MS16	Piquiri	Brasil	447788,18	2	0	0	0
733	MT51	Jaciara	Brasil	753507,46	5	1	1	0
734	MT72	PE Dom Osório Stoffel	Brasil	94982,13	2	2	2	0
735	MT111	Terra Indígena Tadarimana	Brasil	252433,56	1	0	0	0
736	MT105	Terra Indígena Jarudoré	Brasil	613692,75	1	0	0	0
737	MT93	Santo Antônio do Leverger	Brasil	35286,19	2	0	0	0
738	MT16	Arica-Açu	Brasil	169275,31	8	9	9	0
739	MT78	PN da Chapada dos Guimarães	Brasil	576667,35	11	13	10	3
740	MT37	Cuiabá	Brasil	134196,81	2	1	0	1
741	MT73	PE Gruta da Lagoa Azul	Brasil	56300,36	1	0	0	0
742	MT88	Rosário Oeste	Brasil	83835,28	0	1	0	1
743	MT59	Marzagão	Brasil	59503,57	1	1	0	1

744	MT4	Água Fina	Brasil	48197,38	1	0	0	0
745	MT70	PE Águas de Cuiabá	Brasil	31382,91	1	0	0	0
746	MT38	Cuiabá do Bonito	Brasil	43330,73	1	0	0	0
747	MT56	Manso	Brasil	142520,29	6	0	0	0
748	MT63	Nova Brasilândia	Brasil	417384,47	2	1	1	0
749	MT11	APA Estadual da Chapada dos Guimarães	Brasil	166913,93	19	14	14	0
750	MT27	Casca	Brasil	115965,82	1	0	0	0
751	MT52	Jangada	Brasil	62248,63	0	1	1	0
752	MT29	Chapada dos Guimarães	Brasil	86793,21	1	0	0	0
753	MT114	TQ Mata Cavalo	Brasil	521067,24	1	0	0	0
754	MT61	Mata Grande	Brasil	111828,60	1	0	0	0
755	MT90	Sangradouro	Brasil	227833,06	2	0	0	0
756	MT104	Terra Indígena Figueiras	Brasil	420511,40	0	1	1	0
757	MT21	Cabaçal	Brasil	57422,19	0	1	0	1
758	MT99	Tangará da Serra	Brasil	61661,56	0	1	1	0
759	MT41	EE Serra das Araras	Brasil	410257,03	4	0	0	0
760	MT112	Terra Indígena Umutina	Brasil	16753,22	0	1	1	0
761	MT14	APA Nascentes do Rio Paraguai	Brasil	373149,65	3	0	0	0
762	BO020	Noel Kempff Mercado	Bolívia	2251080,00	7	0	0	0
763	PY013	Cerrados de Concepción	Paraguai	129805,00	7	0	0	0
764	PY012	Estancia Estrella	Paraguai	10954,00	1	0	0	0
765	PY014	Arroyo Tagatiya	Paraguai	31566,00	5	0	0	0

Tabela 2.2. Dados Brutos de KBAs Terrestres por Fauna Ameaçada.

KBA	COD	Nome	Fauna Ameaçada #					
			Lista Nacional Brasil - MMA			UICN		
			Vulnerável	Ameaçada	Criticamente Ameaçada	Vulnerável	Ameaçada	Criticamente Ameaçada
1	TO32	Goiatins	0	0	0	0	0	0
2	MA56	Três Barras	0	0	0	0	0	0
3	BA1	Águas do Paulista	0	0	0	0	0	0
4	MT65	Nova Nazaré	0	0	0	0	0	0
5	MG63	Natalândia	0	0	0	0	0	0
6	MG132	Unai de Minas	0	0	0	0	0	0
7	GO29	Campinaçu	0	0	0	0	0	0
8	GO44	Delgado	0	0	0	0	0	0
9	MT26	Canarana	0	0	0	0	0	0
10	MS1	Aldeia	0	0	0	0	0	0
11	MS15	PE Serra de Sonora	0	0	0	0	0	0
12	MT3	Água Clara	0	0	0	0	0	0
13	MT68	Paranatinga	0	0	0	0	0	0
14	TO84	São Felipe	0	0	0	0	0	0
15	MT55	Man-Azde	0	0	0	0	0	0
16	TO10	Araguaia	0	0	0	0	0	0
17	TO85	São Valério	0	0	0	0	0	0
18	GO38	Corriola	0	0	1	0	0	0
19	GO131	São Patrício	0	0	0	0	0	0
20	TO41	Lajeado	1	0	0	0	0	0
21	PA2	Santana do Araguaia	0	0	0	0	0	0
22	TO39	Lagoa da Confusão	1	0	0	0	0	0
23	TO37	Javaés	0	0	0	0	0	0
24	TO91	Terra Indígena Krahô-Kanela	0	0	0	0	0	0
25	MT92	Santa Terezinha	0	0	0	0	0	0
26	MT6	Aldeia Carajá	2	0	0	1	0	0
27	MT84	Rio das Mortes	1	0	0	0	0	0
28	MT75	Piabanha	0	0	0	0	0	0
29	MT85	Rio dos Patos	1	0	0	0	0	0
30	MT117	Zacarias	1	0	0	1	0	0
31	MT49	Insula	0	0	0	0	0	0
32	MT66	Nova Xavantina	4	1	0	1	1	0

33	MT98	Suspiro	0	0	0	0	0	0
34	MT74	Perdidos	0	0	0	0	0	0
35	MT13	APA Meandros do Rio Araguaia	0	0	0	0	0	0
36	GO107	Ribeirão São Domingos	0	0	0	0	0	0
37	MT32	Corixo do Cascavel	1	0	0	0	0	0
38	MT80	Registro do Araguaia	1	0	0	1	1	1
39	GO108	Rio Bonito	0	0	0	0	0	0
40	MG52	João Pinheiro	0	1	0	0	0	0
41	MG53	Josenópolis	0	0	0	0	0	0
42	MG71	Parque Estadual Grão Mogol	0	0	0	1	0	0
43	MT58	Mariana	0	0	0	0	0	0
44	MT97	Suiazinho	0	0	0	0	0	0
45	MT81	Ribeirão Agua Limpa	0	0	0	0	1	0
46	MT79	Queimada	0	0	0	0	0	0
47	MT96	Sete de Setembro	0	0	0	1	0	0
48	MT39	Culuene	0	0	0	0	0	0
49	MT34	Couto de Magalhães	1	0	0	0	0	0
50	MT87	Rio Verde	0	0	0	0	0	0
51	MT9	APA do Salto Magessi	0	0	0	0	0	0
52	MT76	Piabas	0	0	0	0	0	0
53	MT100	Tapurah	0	0	0	0	0	0
54	MT57	Marape	0	0	0	0	0	0
55	MT23	Caju Doce	0	0	0	0	0	0
56	MT5	Água Verde	0	0	0	0	0	0
57	MT64	Nova Mutum	0	0	0	0	0	0
58	MT115	Três Lagoas	0	0	0	0	0	0
59	MT86	Rio Preto	0	0	0	0	0	0
60	MT17	Arinos	0	0	0	0	0	0
61	MT35	Cravari	0	0	0	0	0	0
62	MT24	Campo Novo do Parecis	0	0	0	0	0	0
63	MT113	Terra Indígena Utiariti	0	0	0	0	0	0
64	MT103	Terra Indígena Enawene-Nawé	1	0	0	0	0	0
65	MT44	Estacao Ecológica de Ique	0	1	0	0	0	0
66	MT109	Terra Indígena Pirineus de Souza	0	0	0	0	0	0
67	MT43	Estação do Juruena	0	1	0	0	0	0
68	MT54	Juruena	0	0	0	0	0	0
69	MT25	Campos de Júlio	0	0	0	0	0	0
70	MT107	Terra Indígena Parque do Aripuanã	0	0	0	0	0	0

71	MA32	RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins	0	0	0	0	0	0
72	TO15	Cachoeira Santana	1	0	0	0	0	0
73	TO100	Xupe	1	0	0	0	0	0
74	MA13	Farinha	0	1	0	1	0	0
75	MA8	Cancela	0	0	0	0	0	0
76	MA28	Parque Nacional Chapada das Mesas	1	0	0	0	0	0
77	TO17	Carolina	1	0	0	0	0	0
78	TO97	Urupuchote	0	0	0	1	0	0
79	MA38	Rio Itapicuru	0	0	0	1	1	0
80	TO79	Salobro	0	0	0	1	0	0
81	MA36	Ribeirão do Maranhão	1	0	0	0	0	0
82	MA42	Santa Filomena	0	0	0	0	0	0
83	MA12	Estevão	0	0	0	0	0	0
84	TO69	Ribeirão Tabocas	0	0	0	1	0	0
85	TO70	Rio Bonito do Tocantins	0	0	0	0	0	0
86	TO47	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	0	0	0	1	0	0
87	TO16	Cana-brava	1	0	0	0	0	0
88	TO82	Santarosa	1	0	0	0	0	0
89	TO50	Nova Olinda	1	0	0	0	0	0
90	TO45	Mato Grande	0	0	0	0	0	0
91	TO53	Panela de Ferro	0	0	0	0	0	0
92	TO1	Água Fria	0	0	0	0	0	0
93	TO94	Tranqueira	0	0	0	0	0	0
94	TO61	Perdida	1	1	0	0	0	0
95	TO65	Ponte Alta	0	0	0	0	1	0
96	TO62	Pindorama do Tocantins	0	0	0	0	0	0
97	TO3	Almas	0	0	0	1	0	0
98	TO87	Soninho	0	1	0	2	0	0
99	TO4	APA do Jalapão	0	0	0	0	0	0
100	TO54	Parque Estadual do Jalapão	3	2	1	1	0	0
101	TO13	Brejão do Jalapão	0	1	1	1	1	0
102	TO23	Desabuso	0	0	1	0	0	0
103	TO75	Rio Novo	0	0	1	0	0	0
104	TO28	Frito Gado	0	1	1	0	1	0
105	TO21	Cortapena	0	0	0	0	0	0
106	TO93	Toca	0	2	1	2	1	0
107	TO26	Esteneu	3	0	1	1	1	0
108	TO38	Jorge	0	0	0	0	0	0

109	TO98	Verde do Tocantins	0	0	0	0	0	0
110	TO72	Rio da Volta	0	0	0	1	1	0
111	TO44	Mateiros	0	0	1	0	1	0
112	TO59	Pedra de Amolar	0	0	1	1	1	0
113	TO19	Come Assado	0	0	0	0	0	0
114	TO31	Galhão	0	0	0	0	0	0
115	TO55	Parque Estadual do Lajeado	0	0	0	0	0	0
116	TO81	Santa Luzia	0	0	0	0	0	0
117	TO90	Taquaraçu	4	1	0	2	1	0
118	TO7	APA Lago de Palmas	0	0	0	0	0	0
119	TO66	Porto Nacional	0	1	0	2	1	0
120	TO76	Rio Tocantins	1	0	0	0	0	0
121	TO14	Brejinho de Nazaré	1	0	0	0	0	0
122	TO2	Aliança do Tocantins	0	0	0	1	0	0
123	TO88	Surubim	0	0	0	0	0	0
124	TO9	Apinagé	0	0	0	1	0	0
125	TO60	Pedras	0	0	0	0	0	0
126	TO78	Rocinha	0	0	0	0	0	0
127	TO49	Natividade	0	0	0	0	0	0
128	TO24	Dianópolis	0	0	0	0	0	0
129	TO36	Itaboca	0	0	0	0	0	0
130	TO43	Manuel Alves	0	0	0	0	1	0
131	TO83	Santo Antônio do Tocantins	0	0	0	0	0	0
132	TO89	Taipoca	0	0	0	0	0	0
133	GO140	Talismã	0	0	0	0	0	0
134	GO124	Santa Teresa	0	1	0	0	0	0
135	GO113	Rio do Ouro	0	0	0	0	0	0
136	TO5	APA Foz do Rio Santa Tereza	1	0	0	1	0	0
137	TO73	Rio das Almas	0	0	0	0	0	0
138	TO52	Palma	0	0	0	0	0	0
139	TO12	Arraias	0	0	0	1	0	0
140	TO57	Pau d'Arco	0	0	0	0	0	0
141	TO51	Novo Jardim	1	0	0	0	0	0
142	TO20	Corcunda	0	0	0	0	0	0
143	TO86	Sobrado	1	0	0	1	0	0
144	TO42	Lavandeira	1	0	0	0	0	0
145	TO67	Quebra-Coco	1	0	0	0	0	0
146	GO144	TQ Kalungas	0	0	0	1	0	0

147	TO46	Montes Claros	0	0	0	0	0	0
148	GO67	Maquiné	0	0	0	0	1	0
149	GO139	Sucuri	1	0	0	0	0	0
150	GO125	São Bartolomeu	0	0	1	0	0	0
151	GO53	Floresta Nacional da Mata Grande	0	0	0	0	0	0
152	GO27	Calheiros	2	0	1	1	1	0
153	GO46	Divinópolis de Goiás	0	0	0	0	0	0
154	GO76	Nova Roma	0	0	2	0	0	0
155	GO71	Morro Alto	1	0	0	0	0	0
156	GO81	Parque Estadual de Terra Ronca	0	0	1	0	1	0
157	GO56	Guatacaba	0	0	1	0	0	0
158	GO66	Macacão	0	1	2	0	1	0
159	GO121	Santa Maria	0	0	0	0	0	0
160	GO15	Baco Pari	0	0	1	0	0	0
161	GO110	Rio Corrente	0	0	0	0	0	0
162	GO24	Buriti	1	0	0	0	0	0
163	GO6	APA das Nascentes do Rio Vermelho	0	0	0	0	0	0
164	GO137	Sítio da Abadia	0	0	0	1	0	0
165	GO115	Rio dos Macacos	0	0	0	0	0	0
166	GO52	Flores de Goiás	1	0	0	0	0	0
167	GO51	Extrema	0	0	0	0	0	0
168	GO117	Rio Paraim	0	0	0	0	0	0
169	GO128	São João d'Aliança	0	0	0	0	0	0
170	GO41	Crixás	0	0	0	0	0	0
171	GO50	Entorno de Brasília	0	0	0	0	0	0
172	TO8	APA Lago de Peixe-Angical	0	0	0	0	0	0
173	GO30	Cana-brava de Minaçu	1	0	0	0	0	0
174	GO32	Cavalcante	0	0	0	0	0	0
175	GO101	Ribeirão Bonito	0	0	0	1	0	0
176	GO69	Minaçu	0	0	0	0	0	0
177	GO127	São Félix	0	1	0	0	0	0
178	GO64	Laranjal	0	0	0	0	1	0
179	GO95	Preto	0	0	0	0	0	0
180	GO135	Serra do Tombador	0	0	0	0	0	0
181	GO126	São Bento	0	0	0	0	0	0
182	GO82	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	2	4	1	4	2	0
183	GO35	Córrego Areia	0	0	0	0	0	0
184	GO74	Muquém	0	0	0	0	0	0

185	GO106	Ribeirão Santana	5	3	1	2	2	0
186	GO109	Rio Claro	0	0	0	0	0	0
187	GO143	Tocantizinho	0	0	1	1	0	0
188	GO40	Couros	0	0	1	0	0	0
189	GO72	Morro Tira-Chapéu	0	0	0	0	0	0
190	GO25	Cachoeirinha	0	0	0	0	0	0
191	GO89	Piçarrão	0	0	0	0	0	0
192	GO119	RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões	0	0	0	0	1	0
193	GO37	Córrego Roncador	2	0	0	0	1	0
194	GO94	Prata Grande	0	0	0	0	0	0
195	GO75	Niquelândia	0	0	0	0	0	0
196	GO14	Bacalhau	0	0	0	1	0	0
197	GO122	Santa Rita	0	0	0	0	0	0
198	GO102	Ribeirão Conceição	0	0	0	0	0	0
199	GO134	Serra do Passanove	0	0	0	0	0	0
200	GO116	Rio Palmeira	0	0	0	0	0	0
201	GO19	Bilhagua	0	0	0	0	0	0
202	GO111	Rio da Mula	0	0	0	0	0	0
203	GO83	Passa-Três	0	0	0	1	0	0
204	GO26	Café	0	0	0	1	0	0
205	GO105	Ribeirão Ponte Alta	0	0	0	0	0	0
206	GO104	Ribeirão da Laguna	0	0	0	0	0	0
207	GO34	Cocal	0	0	0	0	0	0
208	GO84	Patos	0	0	0	0	0	0
209	GO55	Forquilha	0	0	0	0	0	0
210	GO88	Pensão Sao Miguel	0	0	0	0	0	0
211	GO58	Jacaré	0	0	0	0	0	0
212	GO132	Sardinha	0	1	0	0	0	0
213	GO62	João Alves	0	0	0	0	0	0
214	GO120	RPPN Fazenda Cachoeirinha	0	1	0	0	0	0
215	GO77	Padre Bernardo	0	0	0	0	0	0
216	GO114	Rio dos Bois	0	0	0	0	0	0
217	GO73	Mucungo	0	0	0	0	0	0
218	GO11	Arraial Velho	0	0	0	0	0	0
219	GO7	APA de Cafuringa	0	1	0	0	0	0
220	GO36	Córrego Fundo	0	0	0	0	0	0
221	DF2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira	0	1	0	0	0	0

222	GO98	Reserva Biológica da Contagem	3	4	0	2	2	0
223	GO65	Lavrinha	0	0	0	1	0	0
224	GO63	Lajes	0	1	0	1	0	0
225	GO100	Rialma	0	0	0	0	0	0
226	GO57	Irmãos	0	0	0	0	0	0
227	GO133	Serra do Cocalzinho	0	0	0	0	0	0
228	GO31	Canastra	0	0	0	0	0	0
229	GO146	Uru	0	0	1	0	0	0
230	GO60	Jaraguá	0	0	0	0	0	0
231	GO80	Parque Estadual da Serra de Jaraguá	0	0	0	0	1	0
232	GO4	APA da Serra dos Pironeus	0	0	0	0	0	0
233	GO78	Padre Souza	0	0	0	0	0	0
234	TO63	Piranhas	1	0	0	0	0	0
235	TO40	Lagoa Preta	0	0	0	0	0	0
236	PA1	Jenipapo	1	0	0	0	0	0
237	TO6	APA Ilha do Bananal-Cantão	0	0	0	1	0	0
238	TO71	Rio Caiapó	1	0	0	0	0	0
239	TO33	Grotão	1	0	0	0	1	0
240	TO68	Ribeirao Grande	4	0	0	0	0	0
241	TO30	Furo do Coco	1	0	0	0	0	0
242	TO48	Murici	1	0	0	0	0	0
243	TO74	Rio do Coco	2	0	0	0	0	0
244	TO29	Furo da Gameleira	7	0	2	1	0	0
245	TO18	Cicice	2	0	0	0	0	0
246	TO56	Parque Nacional do Araguaia	7	1	0	2	0	0
247	TO11	Ariari	1	0	0	0	0	0
248	TO64	Pium	1	0	0	0	0	0
249	TO92	Terra Indígena Parque do Araguaia	1	0	0	0	0	0
250	TO35	Ipuca do Riozinho	1	0	0	0	0	0
251	TO34	Ilha de Santa Anna	0	0	0	0	0	0
252	TO77	Riozinho	2	0	0	0	0	0
253	TO22	Cristalândia	0	0	0	0	0	0
254	TO95	Urubu	1	0	0	0	0	0
255	TO80	Sandolândia	0	0	0	0	0	0
256	GO16	Baião	0	0	0	0	0	0
257	TO96	Urubu Grande	1	0	0	0	0	0
258	TO99	Xavante	1	0	0	0	0	0
259	TO25	Escuro	0	0	0	0	0	0

260	MT116	Xavantinho	0	0	0	0	0	0
261	MT106	Terra Indígena Maraiwatsede	0	0	0	0	0	0
262	MT102	Terra Indígena Cacique Fontoura	0	0	0	0	0	0
263	MT91	Santa Izabel do Morro	0	0	0	1	0	0
264	MT67	Novo Santo Antônio	0	0	0	0	0	0
265	MT95	São João Grande	1	0	0	0	0	0
266	MT82	Ribeirão Cascalheira	1	0	0	0	0	0
267	MT108	Terra Indígena Pimentel Barbosa	0	0	0	1	0	0
268	MT89	RVS Quelônios do Araguaia	1	0	0	0	0	0
269	MT31	Cocalinho	4	0	0	0	0	0
270	MT8	Angico	0	0	0	0	0	0
271	MT101	Terra Indígena Areões	0	0	0	0	0	0
272	MT77	Pindaíba	1	0	0	0	0	0
273	MT19	Barra do Garças	0	0	0	0	0	0
274	MT45	Galheiro	0	0	0	0	0	0
275	MT28	Cava Funda	0	0	0	0	0	0
276	MT71	PE da Serra Azul	0	0	0	0	0	0
277	MT33	Corrente	0	0	0	0	0	0
278	MT22	Cachoeira	1	0	0	0	0	0
279	MT53	Jaú	1	0	0	0	0	0
280	MT2	Água Boa	0	0	0	0	0	0
281	MT15	Areão	0	0	0	0	0	0
282	MT40	Dom Bosco	0	0	0	0	0	0
283	MT110	Terra Indígena Sao Marcos	0	0	0	0	0	0
284	MT69	Paredão Grande	0	0	0	0	0	0
285	MT46	General Carneiro	1	0	0	0	0	0
286	MT42	Engano	0	0	0	0	0	0
287	MT1	Água Azul	0	0	0	0	0	0
288	TO58	PE do Araguaia	1	0	0	0	0	0
289	TO27	Formoso do Araguaia	1	0	0	0	0	0
290	MT10	APA dos Meandros do Rio Araguaia	1	0	0	0	0	0
291	MT30	Chapéu	1	0	0	0	0	0
292	MT36	Cristalino	1	0	0	0	0	0
293	MT60	Mata do Inferno	1	0	0	0	0	0
294	GO43	Crixás-Mirim	0	0	0	1	0	0
295	GO91	Pintado	0	0	0	0	0	0
296	GO22	Bonópolis	2	0	0	0	0	0
297	GO17	Barreiro	0	0	0	0	0	0

298	GO103	Ribeirão d'Anta	0	0	0	1	0	0
299	GO42	Crixás-Açu	0	0	0	0	0	0
300	GO142	Tesouras	0	0	0	1	0	0
301	GO2	Alagado	0	0	0	1	0	0
302	GO23	Braço do Mato	0	0	0	0	0	0
303	GO90	Pinguela	0	0	0	0	0	0
304	GO1	Alagadinho	0	0	0	0	0	0
305	GO33	Cavalo Queimado	0	0	0	0	0	0
306	GO12	Aruanã	1	0	0	0	0	0
307	MT62	Médio Araguaia	1	0	0	0	0	0
308	MT20	Brejão	0	0	0	1	0	0
309	GO141	Terra Indígena Karajá de Aruanã	1	0	0	0	0	0
310	GO118	RPPN Boca da Mata	1	0	0	1	0	0
311	GO68	Matrinchã	0	0	0	0	0	0
312	GO5	APA da Serra Dourada	1	0	1	2	1	0
313	GO86	PE da Serra Dourada	0	0	0	0	0	0
314	GO47	Dom Bill	0	0	0	0	0	0
315	GO21	Bom Jardim	0	0	0	0	0	0
316	GO99	Retiro das Piranhas	0	0	0	0	0	0
317	GO79	Pântano	0	0	0	0	0	0
318	GO129	São José	0	0	0	0	0	0
319	MT12	APA Estadual Pé da Serra Azul	1	0	0	0	0	0
320	MT18	Bandeira	0	0	0	0	0	0
321	MT48	Guiratinga	0	0	0	0	0	0
322	MT7	Alto Garças	0	0	0	0	0	0
323	GO138	Sucupira	1	0	0	0	0	0
324	MT94	São João	0	0	0	0	0	0
325	GO45	Diamantino	0	0	0	0	0	0
326	GO13	Babilônia	0	0	0	0	0	0
327	GO49	Empantanado	0	0	0	0	1	0
328	GO70	Mineiros	0	0	0	0	0	0
329	GO59	Jacu	2	0	0	0	0	0
330	GO3	Alto Araguaia	0	1	0	0	1	0
331	MT47	Gordura	0	0	0	0	0	0
332	GO123	Santa Rita do Araguaia	1	0	0	0	1	0
333	MT83	Ribeirão do Sapo	1	0	0	0	0	0
334	GO148	Zeca Nonato	3	0	0	0	1	0
335	GO96	Queixada	2	0	0	0	0	0

336	GO10	Araguainha	2	0	0	0	0	0
337	MA51	Terra Indígena Geralda Toco Preto	0	0	0	0	0	0
338	MA52	Terra Indígena Krikati	0	0	0	0	0	0
339	MA19	Ipixuna Açú	0	0	0	0	0	0
340	MA41	RPPN Fazenda São Francisco	0	0	0	0	0	0
341	MA31	Presidente Dutra	1	0	0	0	0	0
342	MA37	Rio das Flores	0	0	0	0	0	0
343	MA53	Terra Indígena Porquinhos	1	0	0	0	0	0
344	MA50	Terra Indígena Cana Brava/Guajajara	0	0	0	0	0	0
345	MA20	Itapecuru	1	0	0	0	0	0
346	MA55	TQ Santa Joana	1	0	0	0	0	0
347	MA30	PN dos Lençóis Maranhenses	0	0	0	0	1	0
348	MA40	RPPN Fazenda Pantanal	1	0	0	0	0	0
349	MA21	Itapicuru	1	0	0	0	0	0
350	MA7	Cajazeira	1	0	0	0	0	0
351	MA18	Inhumas	0	0	0	0	0	0
352	MA5	Baixão do Bandeira	0	0	0	0	0	0
353	MA15	Fortuna	0	0	0	0	0	0
354	MA25	Mirador	0	0	0	0	0	0
355	MA1	Alpercatinha	0	0	0	0	1	0
356	MA29	PE de Mirador	1	0	0	0	0	0
357	MA3	APA dos Morros Garapenses	0	0	0	0	0	0
358	MA4	APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças	0	1	0	0	0	0
359	PI24	RPPN Fazenda Centro	0	0	0	0	0	0
360	MA9	Caraíba	0	0	0	0	0	0
361	MA33	Riachão	0	0	0	0	0	0
362	PI10	FN de Palmares	2	0	0	0	0	0
363	MA54	Timon	0	0	0	0	0	0
364	MA45	São Francisco do Maranhão	1	0	0	0	0	0
365	MA46	Sucupira do Riachão	0	0	0	0	0	0
366	PI5	Canindé	1	0	0	0	0	0
367	PI18	PN da Serra das Confusões	2	0	0	0	0	0
368	PI9	Floriano	0	0	0	0	0	0
369	PI7	Coqueiro	1	0	0	0	0	0
370	PI22	Riacho de Sant'Ana	0	0	0	1	0	0
371	PI2	Baliza	0	0	0	0	0	0
372	PI16	Paraim	0	0	0	1	0	0
373	PI15	Matões	0	0	0	0	0	0

374	PI11	Gurgueia	0	0	0	1	0	0
375	PI1	APA do Rangel	0	0	0	0	0	0
376	PI29	Vereda União	0	0	0	0	0	0
377	PI23	Riacho Frio	2	0	0	0	0	0
378	PI17	Parnaguá	1	0	0	0	0	0
379	PI14	Malhada da Barra	1	0	0	1	0	0
380	PI25	Sebastião Barros	0	0	0	1	0	0
381	PI6	Cardoso	0	0	0	0	0	0
382	PI20	Prata	0	0	0	1	0	0
383	MA34	Riacho do Belém	1	0	0	0	1	0
384	MA11	Curimatã	0	0	0	0	0	0
385	MA57	Uruçuí	1	0	0	0	0	0
386	MA43	Santa Isabel	0	0	0	0	0	0
387	MA6	Balsas	0	0	0	0	0	0
388	MA17	Gameleira	0	0	0	0	0	0
389	MA35	Riacho dos Picos	1	0	0	0	0	0
390	MA14	Fortaleza dos Nogueiras	0	0	0	0	0	0
391	MA10	Coité	1	0	0	0	0	0
392	MA39	Rio Maravilha	0	0	0	0	0	0
393	MA44	Santo Antônio de Balsas	0	0	0	0	1	0
394	MA16	Gado Bravo	0	0	0	1	0	0
395	MA26	Novo Recreio	0	0	0	0	0	0
396	MA49	Temerante	0	0	0	1	0	0
397	MA27	Parelhas	0	0	0	0	0	0
398	MA48	Tem Medo	0	0	0	0	0	0
399	MA23	Mandacaru	0	0	0	0	0	0
400	MA47	Sul Maranhense	0	0	0	0	0	0
401	PI3	Benedito Leite	0	0	0	0	0	0
402	PI21	Riacho da Estiva	0	0	0	0	0	0
403	PI28	Uruçuí-Preto	1	1	0	1	0	0
404	MA22	Loreto	0	0	0	1	0	0
405	PI27	Tasso Fragoso	0	0	0	1	0	0
406	PI8	EE de Uruçuí-Una	0	0	0	1	0	0
407	PI26	Sucuruju	0	0	0	0	0	0
408	MA24	Medonho	0	0	0	0	0	0
409	MA2	Alto Parnaíba	0	0	0	1	0	0
410	PI4	Cachoeira Pedra de Amolar	0	0	0	1	0	0
411	PI19	PN das Nascentes do Rio Parnaíba	3	0	0	0	0	0

412	PI12	Ilha Grande	1	0	0	1	0	0
413	PI13	Luis Correia	1	0	0	0	0	0
414	BA26	Ilha Mocambo dos Ventos	0	0	0	0	0	0
415	BA4	APA Dunas e Veredas do Baixo e Medio São Francisco	1	0	0	0	0	0
416	BA17	Cotegipe	0	0	0	0	0	0
417	BA18	EE Rio Preto	1	0	0	0	1	0
418	BA22	Formosa do Rio Preto	0	0	0	0	0	0
419	BA5	APA Rio Preto	0	0	0	0	0	0
420	BA54	Sapão	0	0	0	0	1	0
421	BA45	Rio Grande	0	0	0	0	0	0
422	BA31	Neves	0	0	0	0	0	0
423	BA42	Rio de Janeiro	1	0	1	1	0	0
424	BA35	Ponta d'Água	1	0	1	0	0	0
425	BA3	APA Bacia do Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0
426	BA19	Extremo Oeste Baiano	0	0	1	0	0	0
427	BA32	Ondas	0	0	0	0	0	0
428	BA11	Cabeceira das Lajes	0	0	0	0	0	0
429	BA57	Tabocas	0	0	0	0	0	0
430	BA12	Cabeceira de Pedras	0	0	1	1	0	0
431	BA10	Bora	0	0	0	0	0	0
432	BA9	Boa Sorte	0	0	0	0	0	0
433	BA21	FN de Cristópolis	0	0	0	0	0	0
434	BA63	Vereda Anastácio	0	0	1	0	0	0
435	BA53	São Desidério	0	0	0	0	0	0
436	BA36	Porcos	0	0	1	0	0	0
437	BA61	Triste e Feio	0	0	0	0	0	0
438	BA25	Ilha da Pica Grande	0	0	0	0	0	0
439	BA64	Vereda da Canoa	0	0	0	0	0	0
440	BA55	Serra Dourada	0	0	0	0	0	0
441	BA24	Ilha da Bananeira	0	0	0	0	0	0
442	BA56	Sítio do Mato	0	1	0	0	0	0
443	BA58	Terra Indígena Vargem Alegre	0	0	0	0	0	0
444	BA33	Pedra Branca	0	0	0	0	0	0
445	BA50	Santana	0	0	1	0	0	0
446	BA15	Coribe	0	0	0	0	0	0
447	BA52	São Félix do Coribe	0	0	1	0	0	0
448	BA44	Rio Formoso	0	0	0	0	0	0
449	BA2	Alegre	1	0	1	0	0	0

450	BA28	Jaborandi	0	1	0	0	0	0
451	BA47	Rodeador	0	0	1	0	0	0
452	BA62	Vau	0	0	1	0	0	0
453	BA37	Pratudão	1	1	1	0	0	0
454	BA48	RVS das Veredas do Oeste Baiano	1	0	1	0	0	0
455	BA7	Arrojado	0	0	0	0	0	0
456	BA6	Arrojadinho	2	1	0	0	0	0
457	BA16	Correntina	0	1	1	1	1	0
458	BA49	Santa Maria da Vitória	0	0	0	0	0	0
459	BA23	Guará	0	0	1	1	1	0
460	BA39	Riacho de Pedra	0	0	0	0	0	0
461	BA46	Rio Guará	0	0	0	0	0	0
462	BA51	Santo Antônio	0	0	0	0	0	0
463	BA43	Rio dos Angicos	0	0	0	0	0	0
464	BA40	Riacho do Mato	0	0	0	0	0	0
465	BA59	TQ Lagoa das Piranhas	0	0	0	0	0	0
466	BA60	TQ Nova Batalhinha	0	0	0	0	0	0
467	BA38	Riacho de Mariape	0	0	0	0	0	0
468	BA29	Lagoas	0	0	0	0	0	0
469	BA30	Madrugão	0	0	0	0	0	0
470	BA13	Caririnha	0	0	0	0	0	0
471	MG3	APA Cocha e Gibão	0	0	0	0	0	0
472	BA20	Feira da Mata	0	0	0	0	0	0
473	BA34	PN Grande Sertão Veredas	3	2	0	0	0	0
474	BA14	Cocos	0	0	1	0	0	0
475	BA41	Riacho do Meio	0	0	0	0	0	0
476	BA27	Itaguari	0	0	1	0	0	0
477	MG16	Calindo	1	0	0	0	0	0
478	BA8	Aurélio	0	0	0	0	0	0
479	MG39	Furado Novo	0	1	0	0	0	0
480	MG73	PE Caminho das Gerais	0	0	0	0	0	0
481	MG93	Porteirinha	1	0	0	0	0	0
482	MG41	Gorutuba	0	0	0	0	0	0
483	MG27	Córrego Escuro	0	0	0	0	0	0
484	MG58	Macaúbas	0	0	0	0	0	0
485	MG139	Verde Grande	0	0	0	0	0	0
486	MG96	Quem-quem	0	0	0	0	0	0
487	MG1	Água Limpa	0	0	0	0	0	0

488	MG20	Capitão Éneas	0	0	0	0	0	0
489	MG134	Vacabrava	0	0	0	0	0	0
490	MG54	Juramento	0	0	0	0	0	0
491	MG79	PE Lagoa do Cajueiro	1	0	0	0	0	0
492	MG98	RB Serra Azul	2	1	0	0	0	0
493	MG85	PE Veredas do Peruaçu	2	1	0	0	0	0
494	MG89	PN Cavernas do Peruaçu	1	1	0	1	0	0
495	MG25	Cochos	0	0	0	1	0	0
496	MG50	Japonvar	0	0	0	0	0	0
497	MG67	Pandeiros	0	1	0	0	0	0
498	MG5	APA Pandeiros	0	0	0	0	0	0
499	MG113	RVS Rio Pandeiros	0	0	0	0	0	0
500	MG117	São Joaquim	0	1	0	0	0	0
501	MG83	PE Serra das Araras	0	0	0	0	0	0
502	MG24	Chapada Gaúcha	1	0	0	0	0	0
503	MG55	Lagoa da Vaqueta	0	0	0	0	0	0
504	MG116	São Francisco	0	0	0	1	0	0
505	MG87	Pintópolis	0	0	0	0	0	0
506	MG133	Urucuaia	0	0	0	0	0	0
507	MG26	Conceição	1	1	0	0	0	0
508	MG101	Ribeirão dos Confins	1	0	0	1	0	0
509	MG33	EE Sagarana	2	1	0	1	1	0
510	MG66	Pacari	1	0	0	1	0	0
511	MG37	Formoso	0	0	0	1	0	0
512	MG120	Serra da Sacada	0	0	0	1	0	0
513	MG119	São Romão	0	0	0	1	0	0
514	MG17	Campo Azul	0	0	0	0	0	0
515	MG40	Garitas	0	0	0	0	0	0
516	MG106	Roncador	0	0	0	0	0	0
517	MG131	Unaf	1	0	0	1	1	0
518	GO18	Bezerra	2	0	0	0	0	0
519	DF1	APA do Planalto Central	0	0	0	0	1	0
520	MG141	Vereda Grande	0	0	0	1	0	0
521	MG127	TQ Amaros	0	1	0	0	0	0
522	MG99	Ribeirão Bezerra	0	1	0	0	0	0
523	MG112	RPPN Morro da Cruz das Almas	0	1	0	1	0	0
524	MG94	Presidente Olegário	0	0	0	0	0	0
525	MG102	Ribeirão Santa Catarina	1	0	0	0	1	0

526	MG77	PE de Paracatu	0	0	0	0	0	0
527	MG43	Guarda-Mór	0	0	1	0	0	0
528	MG10	Barro	0	0	0	0	0	0
529	MG51	Jequitaiá	0	1	0	0	0	0
530	MG38	Francisco Dumont	0	1	0	0	0	0
531	MG9	Areia	0	1	0	0	0	0
532	MG44	Imbalacaia	0	0	0	1	0	0
533	MG92	PN das Sempre-Vivas	1	0	0	0	0	0
534	MG138	Velhas	2	1	0	0	0	0
535	MG12	Bicudo	0	0	0	0	0	0
536	MG74	PE da Serra do Cabral	0	0	0	0	0	0
537	MG49	Jaboticaba	0	0	0	0	0	0
538	MG70	Pardo Grande	0	0	0	0	0	0
539	MG115	Santo Hipólito	0	0	0	0	0	0
540	MG91	PN da Serra do Cipó	3	2	0	2	0	0
541	MG4	APA do Carste de Lagoa Santa	5	6	1	1	2	1
542	MG88	Pirapora	3	1	0	3	0	0
543	MG128	Três Marias	0	1	0	0	0	0
544	MG125	Tiros	0	0	0	0	0	0
545	MG109	RPPN Fazenda Lavagem	3	0	0	0	0	0
546	MG14	Borrachudo	0	0	0	1	0	0
547	MG32	EE de Pirapitinga	0	0	0	1	0	0
548	MG45	Indaia	0	0	0	0	0	0
549	MG107	RPPN Fazenda Barrão	0	0	0	0	0	0
550	MG34	Felixlândia	0	1	0	0	0	0
551	MG35	FN de Paraopeba	0	0	0	0	0	0
552	MG46	Inhaúma	0	1	0	0	0	0
553	MG6	APA Vargem das Flores	0	0	0	0	0	0
554	MG56	Lambari	0	0	0	0	0	0
555	MG104	Rio Pará	0	0	0	0	0	0
556	MG110	RPPN Fazenda Samoinho	0	0	0	0	0	0
557	MG64	Nova Serrana	0	0	0	0	0	0
558	MG100	Ribeirão Boa Vista	0	0	0	0	0	0
559	MG57	Luz	0	0	0	0	0	0
560	MG31	EE Corumbá	0	1	0	0	0	0
561	MG136	Vargem Bonita	1	0	0	1	0	0
562	MG108	RPPN Fazenda do Lobo	3	3	1	1	1	1
563	MG76	PE de Montezuma	0	0	0	0	0	0

564	MG121	Setubal	0	0	0	0	0	0
565	MG11	Berilo	0	0	0	0	0	0
566	MG19	Capelinha	0	0	0	0	0	0
567	MG7	Araçáí	0	0	0	0	0	0
568	MG81	PE Rio Preto	1	1	0	0	0	0
569	MG137	Vargem da Lapa	0	0	0	0	0	0
570	MG86	Peixe Bravo	0	0	0	0	0	0
571	MG135	Vacaria	0	0	0	0	0	0
572	MG30	EE Acauã	1	0	0	0	0	0
573	MG47	Itacambira	0	0	0	0	0	0
574	MG122	Tabatinga	0	0	0	0	0	0
575	MG65	Olhos d'Água	0	0	0	0	0	0
576	MG15	Caeté-Mirim	0	0	0	0	0	0
577	MG72	PE Biribiri	1	1	0	0	0	0
578	MG123	Tanque	0	0	0	0	0	0
579	MG78	PE do Limoeiro	0	0	0	0	0	0
580	MG103	Rio do Peixe	0	0	0	0	0	0
581	MG95	Preto do Itambé	0	1	0	1	1	0
582	MG62	Morro do Pilar	0	2	0	0	0	0
583	MG105	Rio Picão	0	3	0	0	0	0
584	MG84	PE Serra do Intendente	0	0	0	0	0	0
585	MG69	Parauninha	0	0	0	0	0	0
586	MG13	Bom Jesus do Amparo	0	0	0	0	0	0
587	MS10	Ivinheima	0	0	0	0	0	0
588	MS11	Nova Alvorada do Sul	0	0	0	0	0	0
589	MS33	Terra Indígena Jatayvari	1	0	0	1	0	0
590	MS20	Rio Brilhante	0	1	0	0	0	0
591	SP36	Laranja Doce	0	1	0	0	0	0
592	PR8	RPPN Fazenda Monte Alegre	0	0	0	0	0	0
593	PR4	PE do Guartela	2	0	0	1	1	0
594	PR1	APA da Escarpa Devoniana	0	0	0	0	0	0
595	SP39	Paraguaçu Paulista	0	0	0	0	0	0
596	PR9	Ventania	0	0	0	0	0	0
597	PR7	RPPN Fazenda do Tigre	2	1	0	1	1	0
598	SP16	EE de Assis	0	0	0	0	0	0
599	SP12	Campos Novos Paulista	1	0	0	0	0	0
600	SP1	Alambari	2	1	0	0	0	0
601	SP22	EE Santa Bárbara	1	1	0	0	0	0

602	SP17	EE de Avaré	0	1	0	0	0	0
603	SP26	FE Santa Bárbara	0	1	0	0	0	0
604	SP13	Claro	0	0	0	0	1	0
605	SP48	Ribeirão das Pedras	0	0	0	0	0	0
606	SP11	Botucatu	1	1	0	0	0	0
607	SP30	Itaporanga	0	0	0	0	0	0
608	PR6	Pescaria	0	0	0	0	0	0
609	PR5	PE Vale do Codó	1	1	0	1	1	0
610	PR3	Jaguariatu	0	0	0	0	1	0
611	PR2	Itararé	1	3	1	0	1	1
612	SP40	Paranapanema	0	0	0	0	1	0
613	SP18	EE de Itabera	0	0	0	0	0	0
614	SP21	EE Paranapanema	0	0	0	0	0	0
615	SP27	FN de Capão Bonito	0	1	0	0	1	0
616	SP29	Itapetininga	3	3	0	1	0	0
617	MS8	Inhandui	2	2	1	1	1	0
618	MS13	Pardo	0	0	0	0	0	0
619	MS7	Botas	0	0	0	0	0	0
620	MS12	Paraná	0	0	0	0	0	0
621	MS37	Verde	0	0	0	0	0	0
622	MS27	São Domingos	0	0	0	0	0	0
623	MS28	Sucuriu	1	1	0	1	2	0
624	SP4	APA Rio Batalha	0	0	0	0	0	0
625	SP52	São Lourenço	1	0	0	0	0	0
626	SP3	APA Ibitinga	0	0	0	0	0	0
627	SP31	Itaqueré	0	0	0	0	0	0
628	SP32	Jacaré-Guacu	1	0	0	0	0	0
629	SP6	Araraquara	0	0	0	0	0	0
630	SP20	EE Itirapina	3	3	0	2	0	0
631	SP33	Jacaré-Pepira	0	1	0	0	0	0
632	SP7	Arealva	0	0	0	1	1	0
633	SP25	FE Pederneiras	0	0	0	0	0	0
634	SP37	Macatuba	0	0	0	0	0	0
635	SP5	Araquá	0	0	0	0	0	1
636	SP2	APA Corumbatai-Botucatu-Tejupa	0	1	0	0	0	0
637	SP14	Corumbataí	3	1	0	2	0	0
638	SP44	Piracicaba	0	0	0	0	0	0
639	SP9	Atibaia	0	0	0	0	0	0

640	SP8	ARIE Matão de Cosmópolis	0	0	0	0	0	0
641	SP45	Pirapitingui	0	1	0	0	0	0
642	SP34	Jaguari	0	0	0	0	0	0
643	SP55	Vitória	1	1	0	0	0	1
644	SP49	Rio Alambari	0	0	0	0	0	0
645	SP15	EE Barreiro Rico	0	0	0	0	0	0
646	SP43	Peixe	0	0	0	0	0	0
647	SP51	São José dos Dourados	0	0	0	0	0	0
648	MS9	Inocência	0	0	0	0	0	0
649	SP41	Parisi	0	0	0	0	0	0
650	SP38	Mirassolândia	0	0	0	0	0	0
651	MG140	Verde ou Feio	0	0	0	0	0	0
652	MG118	Sao Mateus	0	0	0	0	0	0
653	SP24	FE de Bebedouro	0	0	0	0	1	0
654	SP23	FE Cajuru	2	4	0	0	2	0
655	SP46	RB de Sertãozinho	0	0	0	0	1	0
656	SP19	EE de Jataí	0	0	0	0	0	0
657	SP42	PE de Vassununga	4	1	0	1	1	0
658	SP35	Jaguari-Mirim	0	0	0	0	0	0
659	SP47	RB e EE Mogi-Guaçu	0	3	0	0	1	0
660	MG129	Uberaba	1	0	0	0	0	0
661	SP53	Sapucaí	0	2	0	1	1	0
662	SP10	Batatais	0	1	0	1	0	0
663	SP28	Franca	0	0	0	1	0	0
664	SP50	Santa Bárbara	0	0	0	0	0	0
665	MG97	RB São Sebastião do Paraíso	0	0	0	0	0	0
666	MG126	Tomba-Perna	0	0	0	0	0	0
667	SP54	Solapão	0	0	0	0	0	0
668	MG75	PE das Furnas do Bom Jesus	1	0	1	1	1	1
669	MG114	Sacramento	0	0	0	0	0	0
670	MG90	PN da Serra da Canastra	4	3	1	1	1	0
671	MG23	Cássia	0	0	0	0	0	0
672	MG2	Alpinópolis	2	1	0	0	0	0
673	MG82	PE Serra da Boa Esperança	0	0	0	0	0	0
674	MG42	Guapé	0	0	0	0	0	0
675	MG36	Formiga	0	0	0	0	0	0
676	GO112	Rio da Prata	0	0	0	1	1	0
677	GO93	PN das Emas	13	5	1	4	3	0

678	GO136	Serranópolis	1	3	0	1	3	0
679	GO61	Jataí	1	0	0	0	0	0
680	MG48	Ituiutaba	0	0	0	0	0	0
681	MG124	Tijucu	0	0	0	0	0	0
682	MG60	Monte Alegre de Minas	0	0	0	0	0	0
683	MG28	Douradinho	0	0	0	0	0	0
684	GO87	PE de Paraúna	2	0	1	0	0	0
685	GO145	Turvo	0	0	0	0	0	0
686	GO9	APA Serra da Jibóia	0	0	0	0	0	0
687	GO28	Campanha	0	0	0	0	0	0
688	GO8	APA Joao Leite	1	3	0	1	0	0
689	GO92	Piracanjuba	0	0	0	0	0	0
690	GO85	PE da Serra de Caldas Novas	1	1	0	0	0	0
691	GO20	Bois	0	0	0	0	0	0
692	GO54	FN de Silvânia	0	1	0	0	0	0
693	GO39	Corumbá	0	0	0	0	0	0
694	GO48	EE do Jardim Botânico	7	6	1	3	2	0
695	GO97	RB e PE do Descoberto	1	2	0	0	1	0
696	MG130	Uberabinha	0	0	0	1	0	0
697	MG80	PE Pau Furado	0	0	0	1	1	0
698	MG8	Araguari	0	1	0	1	1	0
699	MG111	RPPN Galheiros	1	1	0	2	0	0
700	MG21	Capivara	1	1	0	0	0	0
701	MG59	Misericórdia	0	0	1	1	0	0
702	MG18	Campos Altos	0	0	0	0	0	0
703	GO147	Veríssimo	0	0	0	0	0	0
704	MG22	Cascalho Rico	1	2	0	1	1	0
705	MG61	Monte Carmelo	0	0	0	1	0	0
706	MG29	Dourados	0	1	0	1	0	0
707	MG68	Paranaíba	0	1	0	2	0	0
708	GO130	São Marcos	1	2	0	1	1	0
709	MS3	Apa	5	0	0	0	0	0
710	MS22	Rio Perdido	0	0	0	2	0	0
711	MS35	Terra Indígena Nande Ru Marangatu	0	0	0	0	0	0
712	MS18	Progresso	0	0	0	0	0	0
713	MS31	Tarumã	4	0	0	0	0	0
714	MS19	Rio Branco	0	0	0	1	0	0
715	MS34	Terra Indígena Kadiwéu	0	0	0	0	0	0

716	MS26	RPPN Tupaciara	0	0	0	0	0	0
717	MS17	PN da Serra da Bodoquena	7	3	0	4	0	0
718	MS24	RPPN Estância Caiman	2	0	0	1	0	0
719	MS6	Aquidauana	1	0	0	1	0	0
720	MS30	Taquaruçu	0	0	0	0	0	0
721	MS4	APA Estadual Estrada-Parque Piraputanga	0	0	0	1	0	0
722	MS32	Terra Indígena Buriti	0	1	0	0	0	0
723	MS25	RPPN Fazenda Lageado	0	1	0	0	0	0
724	MS36	TQ Furnas da Boa Sorte	1	0	0	1	0	0
725	MS21	Rio Negro	1	0	0	1	0	0
726	MS2	Anhuma	1	0	0	0	0	0
727	MS29	Taquari	2	1	0	2	0	0
728	MS14	PE das Nascentes do Rio Taquari	3	1	0	1	1	0
729	MS23	Rio Verde de Mato Grosso	0	0	0	0	0	0
730	MS5	APA Estadual Rio Cênico Rotas Moncoeirias-Rio Coxim	0	0	0	0	0	0
731	MT50	Itiquira	0	0	0	0	0	0
732	MS16	Piquiri	2	0	0	0	0	0
733	MT51	Jaciara	0	1	0	1	1	0
734	MT72	PE Dom Osório Stoffel	0	0	0	1	0	0
735	MT111	Terra Indígena Tadarimana	1	0	0	0	0	0
736	MT105	Terra Indígena Jarudore	1	0	0	0	0	0
737	MT93	Santo Antônio do Leverger	0	0	0	0	0	0
738	MT16	Arica-açu	2	0	0	0	1	0
739	MT78	PN da Chapada dos Guimarães	3	0	1	0	1	0
740	MT37	Cuiabá	0	1	0	0	0	0
741	MT73	PE Gruta da Lagoa Azul	0	0	0	0	0	0
742	MT88	Rosário Oeste	0	0	0	0	0	0
743	MT59	Marzagão	0	0	0	0	0	0
744	MT4	Água Fina	0	0	0	0	0	0
745	MT70	PE Águas de Cuiabá	0	0	0	0	0	0
746	MT38	Cuiabá do Bonito	0	0	0	0	0	0
747	MT56	Manso	4	0	0	0	0	0
748	MT63	Nova Brasilândia	0	0	0	0	0	0
749	MT11	APA Estadual da Chapada dos Guimarães	4	2	0	2	1	0
750	MT27	Casca	0	0	0	0	0	0
751	MT52	Jangada	0	0	0	0	0	0
752	MT29	Chapada dos Guimarães	0	0	0	0	0	0
753	MT114	TQ Mata Cavalo	0	0	0	1	0	0

754	MT61	Mata Grande	1	0	0	0	0	0
755	MT90	Sangradouro	1	0	0	1	0	0
756	MT104	Terra Indígena Figueiras	0	0	0	0	0	0
757	MT21	Cabaçal	0	0	0	0	0	0
758	MT99	Tangará da Serra	0	0	0	0	0	0
759	MT41	EE Serra das Araras	0	1	1	2	0	0
760	MT112	Terra Indígena Umutina	0	0	0	0	0	0
761	MT14	APA Nascentes do Rio Paraguai	0	0	0	0	0	0
762	BO020	Noel Kempff Mercado	0	0	0	7	0	0
763	PY013	Cerrados de Concepción	0	0	0	5	2	0
764	PY012	Estancia Estrella	0	0	0	1	0	0
765	PY014	Arroyo Tagatiya	0	0	0	4	1	0

Tabela 2.3. Dado Brutos de KBAs Terrestres por Flora Ameaçada.

KBA	COD	Nome	Flora Ameaçada #					
			Lista Nacional Brasil - CNC Flora/Jardim Botânico			UICN		
			Vulnerável	Ameaçada	Criticamente Ameaçada	Vulnerável	Ameaçada	Criticamente Ameaçada
1	TO32	Goiatins	0	0	0	0	0	0
2	MA56	Três Barras	0	0	0	0	0	0
3	BA1	Águas do Paulista	0	0	0	0	0	0
4	MT65	Nova Nazaré	0	0	0	0	0	0
5	MG63	Natalândia	0	0	0	0	0	0
6	MG132	Unai de Minas	0	0	0	0	0	0
7	GO29	Campinaçu	0	0	0	0	0	0
8	GO44	Delgado	0	0	0	0	0	0
9	MT26	Canarana	0	0	0	0	0	0
10	MS1	Aldeia	0	0	0	0	0	0
11	MS15	PE Serra de Sonora	0	0	0	0	0	0
12	MT3	Água Clara	0	0	0	0	0	0
13	MT68	Paranatinga	0	0	0	0	0	0
14	TO84	São Felipe	0	0	0	0	0	0
15	MT55	Man-Azde	0	0	0	0	0	0
16	TO10	Araguaia	0	0	0	0	0	0
17	TO85	São Valério	0	0	0	0	0	0
18	GO38	Corriola	1	0	0	0	0	0
19	GO131	São Patrício	0	0	0	0	0	0
20	TO41	Lajeado	0	0	0	0	0	0
21	PA2	Santana do Araguaia	0	0	0	0	0	0
22	TO39	Lagoa da Confusão	0	0	0	0	0	0
23	TO37	Javaés	0	0	0	0	0	0
24	TO91	Terra Indígena Krahô-Kanela	0	0	0	0	0	0
25	MT92	Santa Terezinha	0	0	0	0	0	0
26	MT6	Aldeia Carajá	1	0	0	0	0	0
27	MT84	Rio das Mortes	0	0	0	0	0	0
28	MT75	Piabanha	1	1	0	0	0	0
29	MT85	Rio dos Patos	0	0	0	0	0	0
30	MT117	Zacarias	4	2	0	0	0	0
31	MT49	Insula	1	1	0	0	0	0

32	MT66	Nova Xavantina	3	2	0	0	0	0
33	MT98	Suspiro	0	0	0	0	0	0
34	MT74	Perdidos	0	0	0	0	0	0
35	MT13	APA Meandros do Rio Araguaia	1	0	0	0	0	0
36	GO107	Ribeirão São Domingos	0	0	0	0	0	0
37	MT32	Corixo do Cascavel	0	0	0	0	0	0
38	MT80	Registro do Araguaia	0	0	0	0	0	0
39	GO108	Rio Bonito	3	1	0	0	0	0
40	MG52	João Pinheiro	0	0	0	0	1	0
41	MG53	Josenópolis	0	0	0	0	0	0
42	MG71	Parque Estadual Grão Mogol	17	30	10	3	4	0
43	MT58	Mariana	0	0	0	0	0	0
44	MT97	Suiazinho	1	1	0	0	0	0
45	MT81	Ribeirão Água Limpa	0	0	0	0	0	0
46	MT79	Queimada	0	1	0	0	0	0
47	MT96	Sete de Setembro	0	0	0	0	0	0
48	MT39	Culuene	0	0	0	0	0	0
49	MT34	Couto de Magalhães	0	0	0	0	0	0
50	MT87	Rio Verde	0	0	0	0	0	0
51	MT9	APA do Salto Magessi	0	0	0	0	0	0
52	MT76	Piabas	0	1	0	0	0	0
53	MT100	Tapurah	1	0	0	0	0	0
54	MT57	Marapé	1	0	0	0	0	0
55	MT23	Caju Doce	1	0	0	0	0	0
56	MT5	Água Verde	0	1	0	1	0	0
57	MT64	Nova Mutum	0	1	0	0	0	0
58	MT115	Três Lagoas	0	0	0	0	0	0
59	MT86	Rio Preto	0	0	0	0	0	0
60	MT17	Arinos	0	1	0	0	0	0
61	MT35	Cravari	0	0	0	0	0	0
62	MT24	Campo Novo do Parecis	0	0	0	0	0	0
63	MT113	Terra Indígena Utiariti	0	0	0	0	0	0
64	MT103	Terra Indígena Enawene-Nawe	0	0	0	0	0	0
65	MT44	Estação Ecológica de Ique	0	0	0	0	0	0
66	MT109	Terra Indígena Pirineus de Souza	0	0	0	0	0	0
67	MT43	Estacçã do Juruena	0	0	0	0	0	0
68	MT54	Juruena	1	0	0	0	0	0
69	MT25	Campos de Júlio	0	0	0	0	0	0

70	MT107	Terra Indígena Parque do Aripuana	0	0	0	0	0	0
71	MA32	RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins	0	1	0	0	0	0
72	TO15	Cachoeira Santana	0	0	0	0	0	0
73	TO100	Xupe	2	0	0	0	0	0
74	MA13	Farinha	0	0	0	0	0	0
75	MA8	Cancela	1	1	0	0	0	0
76	MA28	Parque Nacional Chapada das Mesas	0	0	0	0	0	0
77	TO17	Carolina	1	0	0	0	0	0
78	TO97	Urupuchote	0	0	0	0	0	0
79	MA38	Rio Itapicuru	0	0	0	0	0	0
80	TO79	Salobro	0	0	0	0	0	0
81	MA36	Ribeirão do Maranhão	0	0	0	0	0	0
82	MA42	Santa Filomena	0	1	0	0	1	0
83	MA12	Estevão	0	0	0	0	1	0
84	TO69	Ribeirão Tabocas	0	0	0	0	0	0
85	TO70	Rio Bonito do Tocantins	0	0	0	0	0	0
86	TO47	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	0	0	0	0	0	0
87	TO16	Cana-Brava	0	0	0	0	0	0
88	TO82	Santarosa	0	0	0	0	0	0
89	TO50	Nova Olinda	0	0	0	0	0	0
90	TO45	Mato Grande	0	0	0	0	0	0
91	TO53	Panela de Ferro	0	0	0	0	0	0
92	TO1	Água Fria	0	0	0	0	1	0
93	TO94	Tranqueira	1	0	0	0	0	0
94	TO61	Perdida	0	0	0	0	0	0
95	TO65	Ponte Alta	0	1	0	0	0	0
96	TO62	Pindorama do Tocantins	1	0	0	0	0	0
97	TO3	Almas	1	1	0	0	0	0
98	TO87	Soninho	0	0	0	0	0	0
99	TO4	APA do Jalapão	0	0	0	0	0	0
100	TO54	Parque Estadual do Jalapão	0	0	0	0	0	0
101	TO13	Brejão do Jalapão	0	0	0	0	0	0
102	TO23	Desabuso	0	0	0	0	0	0
103	TO75	Rio Novo	0	0	0	0	0	0
104	TO28	Frito Gado	0	0	0	0	0	0
105	TO21	Cortapena	0	0	0	0	0	0
106	TO93	Toca	0	1	0	0	0	0
107	TO26	Esteneu	0	0	0	0	0	0

108	TO38	Jorge	0	0	0	0	0	0
109	TO98	Verde do Tocantins	1	0	0	0	0	0
110	TO72	Rio da Volta	0	0	0	0	0	0
111	TO44	Mateiros	0	0	0	0	0	0
112	TO59	Pedra de Amolar	0	0	0	0	0	0
113	TO19	Come Assado	0	0	0	0	0	0
114	TO31	Galhão	0	0	0	0	0	0
115	TO55	Parque Estadual do Lajeado	1	0	0	0	0	0
116	TO81	Santa Luzia	1	0	0	0	0	0
117	TO90	Taquaraçu	0	0	0	0	0	0
118	TO7	APA Lago de Palmas	0	1	0	0	1	0
119	TO66	Porto Nacional	0	0	0	0	0	0
120	TO76	Rio Tocantins	0	0	0	0	0	0
121	TO14	Brejinho de Nazaré	0	0	0	0	0	0
122	TO2	Aliança do Tocantins	0	0	0	0	0	0
123	TO88	Surubim	0	0	0	0	0	0
124	TO9	Apinagé	0	0	0	0	0	0
125	TO60	Pedras	1	0	1	0	0	0
126	TO78	Rocinha	0	0	0	0	0	0
127	TO49	Natividade	0	0	2	0	0	0
128	TO24	Dianópolis	0	0	0	0	0	0
129	TO36	Itaboca	0	0	0	0	0	0
130	TO43	Manuel Alves	0	0	0	0	0	0
131	TO83	Santo Antônio do Tocantins	0	0	0	0	0	0
132	TO89	Taipoca	0	0	0	0	0	0
133	GO140	Talismã	0	0	0	0	0	0
134	GO124	Santa Teresa	0	0	0	0	0	0
135	GO113	Rio do Ouro	0	1	0	0	0	0
136	TO5	APA Foz do Rio Santa Tereza	0	0	0	0	0	0
137	TO73	Rio das Almas	0	0	0	0	0	0
138	TO52	Palma	0	0	0	0	0	0
139	TO12	Arraias	0	0	0	0	0	0
140	TO57	Pau d'Arco	0	0	0	0	0	0
141	TO51	Novo Jardim	1	0	1	0	0	0
142	TO20	Corcunda	0	0	0	0	0	0
143	TO86	Sobrado	0	1	0	0	0	0
144	TO42	Lavandeira	0	0	0	0	1	0
145	TO67	Quebra-Coco	0	0	0	0	0	0

146	GO144	TQ Kalungas	0	0	0	0	0	0
147	TO46	Montes Claros	1	1	1	0	0	0
148	GO67	Maquiné	4	10	0	0	0	0
149	GO139	Sucuri	0	4	0	0	0	0
150	GO125	São Bartolomeu	0	1	0	0	0	0
151	GO53	Floresta Nacional da Mata Grande	0	0	0	0	0	0
152	GO27	Calheiros	0	0	0	0	0	0
153	GO46	Divinópolis de Goiás	0	0	0	0	0	0
154	GO76	Nova Roma	0	0	0	0	0	0
155	GO71	Morro Alto	0	0	0	0	0	0
156	GO81	Parque Estadual de Terra Ronca	2	1	1	0	0	0
157	GO56	Guatacaba	0	0	0	0	0	0
158	GO66	Macacão	6	19	1	0	0	0
159	GO121	Santa Maria	0	1	0	0	0	0
160	GO15	Baco Pari	3	0	0	0	0	0
161	GO110	Rio Corrente	0	0	0	0	0	0
162	GO24	Buriti	0	0	0	0	1	0
163	GO6	APA das Nascentes do Rio Vermelho	1	0	0	0	0	0
164	GO137	Sítio da Abadia	1	0	0	0	0	0
165	GO115	Rio dos Macacos	0	0	0	0	0	0
166	GO52	Flores de Goiás	0	0	0	0	0	0
167	GO51	Extrema	0	0	0	0	0	0
168	GO117	Rio Paraim	1	0	0	0	0	0
169	GO128	São João d'Alianca	2	5	0	0	0	0
170	GO41	Crixás	0	1	1	0	0	0
171	GO50	Entorno de Brasília	1	1	1	0	0	0
172	TO8	APA Lago de Peixe-Angical	0	0	0	0	0	0
173	GO30	Cana-Brava de Minaçu	0	0	0	0	0	0
174	GO32	Cavalcante	0	0	0	0	0	0
175	GO101	Ribeirão Bonito	0	0	0	0	0	0
176	GO69	Minaçu	0	1	0	0	0	0
177	GO127	São Félix	0	0	0	0	0	0
178	GO64	Laranjal	0	0	0	0	0	0
179	GO95	Preto	0	0	0	0	0	0
180	GO135	Serra do Tombador	0	0	0	0	0	0
181	GO126	São Bento	1	2	0	0	0	0
182	GO82	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	5	9	1	0	0	0
183	GO35	Córrego Areia	2	4	0	0	0	0

184	GO74	Muquém	4	5	2	0	0	0
185	GO106	Ribeirão Santana	2	4	0	0	0	0
186	GO109	Rio Claro	5	19	1	0	0	0
187	GO143	Tocantizinho	5	9	2	0	0	0
188	GO40	Couros	6	10	0	0	0	0
189	GO72	Morro Tira-Chapéu	0	1	0	0	0	0
190	GO25	Cachoeirinha	0	0	0	0	0	0
191	GO89	Piçarrão	10	20	3	0	0	0
192	GO119	RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões	0	2	0	0	0	0
193	GO37	Córrego Roncador	4	4	1	0	0	0
194	GO94	Prata Grande	0	0	0	0	0	0
195	GO75	Niquelândia	1	1	1	0	0	0
196	GO14	Bacalhau	3	5	2	0	0	0
197	GO122	Santa Rita	0	0	0	0	0	0
198	GO102	Ribeirão Conceição	0	1	0	0	0	0
199	GO134	Serra do Passanove	0	0	0	0	0	0
200	GO116	Rio Palmeira	0	0	0	0	0	0
201	GO19	Bilhagua	1	3	2	0	0	0
202	GO111	Rio da Mula	2	0	0	0	0	0
203	GO83	Passa-Três	0	0	0	0	0	0
204	GO26	Café	1	0	0	0	0	0
205	GO105	Ribeirão Ponte Alta	1	0	0	0	0	0
206	GO104	Ribeirão da Laguna	0	0	0	0	0	0
207	GO34	Cocal	0	1	0	0	0	0
208	GO84	Patos	0	0	0	0	0	0
209	GO55	Forquilha	0	0	0	0	1	0
210	GO88	Pensão Sao Miguel	0	1	0	0	0	0
211	GO58	Jacaré	0	1	0	0	1	0
212	GO132	Sardinha	0	1	0	0	0	0
213	GO62	João Alves	0	1	0	0	0	0
214	GO120	RPPN Fazenda Cachoeirinha	1	0	0	0	0	0
215	GO77	Padre Bernardo	0	0	0	0	0	0
216	GO114	Rio dos Bois	1	0	0	0	0	0
217	GO73	Mucungo	0	1	0	0	0	0
218	GO11	Arraial Velho	0	0	0	0	0	0
219	GO7	APA de Cafuringa	0	0	0	0	1	0
220	GO36	Córrego Fundo	0	3	0	0	0	0
221	DF2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da	1	5	0	1	0	0

		Pedreira						
222	GO98	Reserva Biológica da Contagem	5	5	0	2	2	0
223	GO65	Lavrinha	0	0	0	0	0	0
224	GO63	Lajes	0	0	0	0	0	0
225	GO100	Rialma	0	0	0	0	0	0
226	GO57	Irmãos	0	0	0	0	0	0
227	GO133	Serra do Cocalzinho	0	0	0	0	1	0
228	GO31	Canastra	0	0	0	0	0	0
229	GO146	Uru	0	0	0	0	0	0
230	GO60	Jaraguá	0	0	0	0	0	0
231	GO80	Parque Estadual da Serra de Jaraguá	0	0	0	0	0	0
232	GO4	APA da Serra dos Pireneus	3	4	0	0	0	0
233	GO78	Padre Souza	0	0	0	0	0	0
234	TO63	Piranhas	0	0	0	0	0	0
235	TO40	Lagoa Preta	0	0	0	0	0	0
236	PA1	Jenipapo	0	0	0	0	0	0
237	TO6	APA Ilha do Bananal-Cantão	0	0	0	0	0	0
238	TO71	Rio Caiapó	0	0	0	0	0	0
239	TO33	Grotão	0	0	0	0	0	0
240	TO68	Ribeirão Grande	0	0	0	0	0	0
241	TO30	Furo do Coco	0	0	0	0	0	0
242	TO48	Murici	0	0	0	0	0	0
243	TO74	Rio do Coco	0	0	0	0	0	0
244	TO29	Furo da Gameleira	0	0	0	0	0	0
245	TO18	Cicice	0	0	0	0	0	0
246	TO56	Parque Nacional do Araguaia	0	0	0	0	0	0
247	TO11	Ariari	0	0	0	0	0	0
248	TO64	Pium	0	0	0	0	0	0
249	TO92	Terra Indígena Parque do Araguaia	0	0	0	0	0	0
250	TO35	Ipuca do Riozinho	0	0	0	0	0	0
251	TO34	Ilha de Santa Anna	0	0	0	0	0	0
252	TO77	Riozinho	0	0	0	0	0	0
253	TO22	Cristalândia	0	0	0	0	0	0
254	TO95	Urubu	1	0	0	0	0	0
255	TO80	Sandolândia	0	0	0	0	0	0
256	GO16	Baião	1	0	0	0	0	0
257	TO96	Urubu Grande	0	0	0	0	0	0
258	TO99	Xavante	0	0	0	0	0	0

259	TO25	Escuro	0	0	0	0	0	0
260	MT116	Xavantinho	1	0	0	0	0	0
261	MT106	Terra Indígena Maraiwatsede	0	0	0	0	0	0
262	MT102	Terra Indígena Cacique Fontoura	0	0	0	0	0	0
263	MT91	Santa Izabel do Morro	0	0	0	0	0	0
264	MT67	Novo Santo Antônio	0	0	0	0	0	0
265	MT95	São João Grande	0	0	0	0	0	0
266	MT82	Ribeirão Cascalheira	0	0	0	0	0	0
267	MT108	Terra Indígena Pimentel Barbosa	0	0	0	0	0	0
268	MT89	RVS Quelônios do Araguaia	0	0	0	0	0	0
269	MT31	Cocalinho	0	0	0	0	0	0
270	MT8	Angico	0	0	0	0	0	0
271	MT101	Terra Indígena Areões	0	0	0	0	0	0
272	MT77	Pindaíba	0	0	0	0	0	0
273	MT19	Barra do Garças	0	0	0	0	0	0
274	MT45	Galheiro	1	0	0	0	0	0
275	MT28	Cava Funda	0	1	0	0	0	0
276	MT71	PE da Serra Azul	0	0	0	0	0	0
277	MT33	Corrente	0	0	0	0	0	0
278	MT22	Cachoeira	0	0	0	0	0	0
279	MT53	Jaú	0	0	0	0	0	0
280	MT2	Água Boa	0	0	0	0	0	0
281	MT15	Areão	0	1	0	0	0	0
282	MT40	Dom Bosco	0	0	0	0	0	0
283	MT110	Terra Indígena São Marcos	3	0	0	0	1	0
284	MT69	Paredão Grande	1	1	0	0	0	0
285	MT46	General Carneiro	0	0	0	0	0	0
286	MT42	Engano	1	0	0	0	0	0
287	MT1	Água Azul	0	1	0	0	0	0
288	TO58	PE do Araguaia	0	0	0	0	0	0
289	TO27	Formoso do Araguaia	0	0	0	0	0	0
290	MT10	APA dos Meandros do Rio Araguaia	0	0	0	0	0	0
291	MT30	Chapéu	0	0	0	0	0	0
292	MT36	Cristalino	0	0	0	0	0	0
293	MT60	Mata do Inferno	0	0	0	0	0	0
294	GO43	Crixás-Mirim	0	0	0	0	0	0
295	GO91	Pintado	0	0	0	0	0	0
296	GO22	Bonópolis	0	0	0	0	0	0

297	GO17	Barreiro	0	0	0	0	0	0
298	GO103	Ribeirão d'Anta	0	0	0	0	0	0
299	GO42	Crixás-Açu	0	0	0	0	0	0
300	GO142	Tesouras	0	0	0	0	0	0
301	GO2	Alagado	0	0	0	0	0	0
302	GO23	Braço do Mato	0	1	0	0	0	0
303	GO90	Pinguela	0	0	0	0	0	0
304	GO1	Alagadinho	0	0	0	0	0	0
305	GO33	Cavalo Queimado	0	0	0	0	0	0
306	GO12	Aruanã	0	0	0	0	0	0
307	MT62	Médio Araguaia	0	0	0	0	0	0
308	MT20	Brejão	0	0	0	0	0	0
309	GO141	Terra Indígena Karajá de Aruanã	0	0	0	0	0	0
310	GO118	RPPN Boca da Mata	0	0	0	0	0	0
311	GO68	Matrinchã	0	0	0	0	0	0
312	GO5	APA da Serra Dourada	0	3	0	0	0	0
313	GO86	PE da Serra Dourada	1	5	0	0	0	0
314	GO47	Dom Bill	0	0	0	0	0	0
315	GO21	Bom Jardim	0	1	0	0	0	0
316	GO99	Retiro das Piranhas	1	0	0	0	0	0
317	GO79	Pântano	1	0	0	0	0	0
318	GO129	São José	1	0	0	0	0	0
319	MT12	APA Estadual Pé da Serra Azul	4	0	0	0	0	0
320	MT18	Bandeira	0	1	0	0	0	0
321	MT48	Guiratinga	0	0	0	0	0	0
322	MT7	Alto Garças	0	0	0	0	0	0
323	GO138	Sucupira	0	0	0	0	0	0
324	MT94	São João	0	0	0	0	0	0
325	GO45	Diamantino	0	0	0	0	0	0
326	GO13	Babilônia	0	0	0	0	0	0
327	GO49	Empantanado	0	0	0	0	0	0
328	GO70	Mineiros	0	0	0	0	1	0
329	GO59	Jacu	0	0	0	0	0	0
330	GO3	Alto Araguaia	0	0	0	0	0	0
331	MT47	Gordura	1	1	0	0	0	0
332	GO123	Santa Rita do Araguaia	0	0	0	0	0	0
333	MT83	Ribeirão do Sapo	0	0	0	0	0	0
334	GO148	Zeca Nonato	0	0	0	0	0	0

335	GO96	Queixada	0	0	0	0	0	0
336	GO10	Araguainha	0	0	0	0	0	0
337	MA51	Terra Indígena Geralda Toco Preto	1	0	0	0	0	0
338	MA52	Terra Indígena Krikati	0	0	0	1	0	0
339	MA19	Ipixuna Açú	1	0	0	0	0	0
340	MA41	RPPN Fazenda São Francisco	0	0	0	0	0	0
341	MA31	Presidente Dutra	0	0	0	0	0	0
342	MA37	Rio das Flores	1	0	0	1	0	0
343	MA53	Terra Indígena Porquinhos	0	0	0	1	0	0
344	MA50	Terra Indígena Cana Brava/Guajajara	1	2	0	0	0	0
345	MA20	Itapecuru	0	0	0	0	0	0
346	MA55	TQ Santa Joana	1	0	0	0	0	0
347	MA30	PN dos Lençóis Maranhenses	0	0	0	0	0	0
348	MA40	RPPN Fazenda Pantanal	0	0	0	0	0	0
349	MA21	Itapicuru	0	0	0	0	0	0
350	MA7	Cajazeira	0	0	0	0	0	0
351	MA18	Inhumas	0	0	0	0	0	0
352	MA5	Baixão do Bandeira	1	0	0	0	0	0
353	MA15	Fortuna	0	0	0	2	0	0
354	MA25	Mirador	0	0	0	1	0	0
355	MA1	Alpercatinha	0	0	0	0	0	0
356	MA29	PE de Mirador	0	0	0	0	0	0
357	MA3	APA dos Morros Garapenses	0	1	0	0	0	0
358	MA4	APA Upaon-Açú/Miritiba/Alto Preguicas	0	0	0	0	0	0
359	PI24	RPPN Fazenda Centro	0	1	0	0	0	0
360	MA9	Caraíba	0	1	0	0	0	0
361	MA33	Riachão	1	0	0	0	0	0
362	PI10	FN de Palmares	0	0	0	0	0	0
363	MA54	Timon	1	0	0	0	0	0
364	MA45	São Francisco do Maranhão	0	0	0	0	0	0
365	MA46	Sucupira do Riachão	0	0	0	0	0	0
366	PI5	Canindé	0	0	0	0	0	0
367	PI18	PN da Serra das Confusões	0	0	0	0	0	0
368	PI9	Floriano	0	0	0	0	0	0
369	PI7	Coqueiro	0	0	0	0	0	0
370	PI22	Riacho de Sant'Ana	0	0	0	0	0	0
371	PI2	Baliza	1	1	0	1	0	0
372	PI16	Paraim	0	0	0	0	0	0

373	PI15	Matões	2	0	0	1	0	0
374	PI11	Gurgueia	0	0	0	0	0	0
375	PI1	APA do Rangel	1	0	0	0	0	0
376	PI29	Vereda União	0	1	0	0	0	0
377	PI23	Riacho Frio	0	0	0	0	0	0
378	PI17	Parnaguá	0	0	0	0	0	0
379	PI14	Malhada da Barra	0	0	0	0	0	0
380	PI25	Sebastião Barros	0	0	0	0	0	0
381	PI6	Cardoso	0	0	0	0	1	0
382	PI20	Prata	0	0	0	0	0	0
383	MA34	Riacho do Belém	0	0	0	1	0	0
384	MA11	Curimatã	1	0	0	0	0	0
385	MA57	Uruçui	0	0	0	0	0	0
386	MA43	Santa Isabel	0	0	0	0	0	0
387	MA6	Balsas	0	0	0	0	0	0
388	MA17	Gameleira	0	0	0	0	0	0
389	MA35	Riacho dos Picos	0	0	0	0	0	0
390	MA14	Fortaleza dos Nogueiras	1	0	0	0	0	0
391	MA10	Coité	0	0	0	0	0	0
392	MA39	Rio Maravilha	1	0	0	0	0	0
393	MA44	Santo Antônio de Balsas	0	0	0	0	0	0
394	MA16	Gado Bravo	0	0	0	0	0	0
395	MA26	Novo Recreio	0	1	0	0	0	0
396	MA49	Temerante	0	0	0	0	0	0
397	MA27	Parelhas	0	0	0	0	0	0
398	MA48	Tem Medo	0	0	0	0	0	0
399	MA23	Mandacaru	0	0	0	0	0	0
400	MA47	Sul Maranhense	0	0	0	0	0	0
401	PI3	Benedito Leite	1	0	0	0	0	0
402	PI21	Riacho da Estiva	1	0	0	0	0	0
403	PI28	Uruçui-Preto	0	0	0	0	0	0
404	MA22	Loreto	0	0	0	0	0	0
405	PI27	Tasso Fragoso	0	0	0	0	0	0
406	PI8	EE de Uruçui-Una	0	0	0	0	0	0
407	PI26	Sucuruju	0	0	0	0	0	0
408	MA24	Medonho	0	0	0	0	0	0
409	MA2	Alto Parnaíba	0	0	0	0	0	0
410	PI4	Cachoeira Pedra de Amolar	0	0	0	0	0	0

411	PI19	PN das Nascentes do Rio Parnaíba	0	0	0	0	0	0
412	PI12	Ilha Grande	0	0	0	0	0	0
413	PI13	Luis Correia	0	0	0	0	0	0
414	BA26	Ilha Mocambo dos Ventos	0	0	0	0	0	0
415	BA4	APA Dunas e Veredas do Baixo e Medio São Francisco	0	0	0	0	0	0
416	BA17	Cotegipe	0	0	0	0	0	0
417	BA18	EE Rio Preto	1	0	0	0	1	0
418	BA22	Formosa do Rio Preto	0	2	0	0	1	0
419	BA5	APA Rio Preto	0	0	0	0	0	0
420	BA54	Sapão	0	0	0	1	0	0
421	BA45	Rio Grande	0	0	0	0	1	0
422	BA31	Neves	0	0	0	0	0	0
423	BA42	Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0
424	BA35	Ponta d'Água	0	0	0	0	0	0
425	BA3	APA Bacia do Rio de Janeiro	1	0	0	0	0	0
426	BA19	Extremo Oeste Baiano	0	0	0	0	0	0
427	BA32	Ondas	1	0	1	0	0	0
428	BA11	Cabeceira das Lajes	2	0	1	1	1	0
429	BA57	Tabocas	1	0	0	0	0	0
430	BA12	Cabeceira de Pedras	0	0	0	0	0	0
431	BA10	Bora	0	0	0	0	0	0
432	BA9	Boa Sorte	2	0	0	0	0	0
433	BA21	FN de Cristópolis	0	0	1	0	1	0
434	BA63	Vereda Anastácio	1	0	0	0	0	0
435	BA53	São Desidério	0	0	0	0	0	0
436	BA36	Porcos	0	0	0	0	0	0
437	BA61	Triste e Feio	1	0	0	0	0	0
438	BA25	Ilha da Pica Grande	0	1	0	0	0	0
439	BA64	Vereda da Canoa	0	0	0	0	0	0
440	BA55	Serra Dourada	1	0	0	0	0	0
441	BA24	Ilha da Bananeira	0	0	0	0	0	0
442	BA56	Sítio do Mato	0	0	0	0	0	0
443	BA58	Terra Indígena Vargem Alegre	0	1	0	0	0	0
444	BA33	Pedra Branca	1	0	0	0	0	0
445	BA50	Santana	1	0	0	0	0	0
446	BA15	Coribe	0	1	0	0	0	0
447	BA52	São Félix do Coribe	0	0	0	0	0	0
448	BA44	Rio Formoso	0	0	0	0	1	0

449	BA2	Alegre	3	0	0	0	0	0
450	BA28	Jaborandi	0	0	0	0	0	0
451	BA47	Rodeador	0	0	0	0	0	0
452	BA62	Vau	0	0	0	0	0	0
453	BA37	Pratudão	1	0	0	0	0	0
454	BA48	RVS das Veredas do Oeste Baiano	0	0	0	0	0	0
455	BA7	Arrojado	0	0	1	0	0	0
456	BA6	Arrojadinho	0	0	0	0	0	0
457	BA16	Correntina	0	0	0	0	0	0
458	BA49	Santa Maria da Vitória	0	0	0	1	0	0
459	BA23	Guará	0	1	1	0	0	0
460	BA39	Riacho de Pedra	0	0	0	1	0	0
461	BA46	Rio Guará	0	0	0	1	0	0
462	BA51	Santo Antônio	0	0	1	0	1	0
463	BA43	Rio dos Angicos	2	0	0	0	0	0
464	BA40	Riacho do Mato	1	0	0	0	0	0
465	BA59	TQ Lagoa das Piranhas	0	0	0	0	0	0
466	BA60	TQ Nova Batalhinha	0	0	0	0	0	0
467	BA38	Riacho de Mariape	0	1	0	1	0	0
468	BA29	Lagoas	0	1	0	0	0	0
469	BA30	Madrugão	0	0	0	0	1	0
470	BA13	Cariranha	0	0	0	0	0	0
471	MG3	APA Cocha e Gibão	0	1	0	0	0	0
472	BA20	Feira da Mata	0	0	0	0	0	0
473	BA34	PN Grande Sertão Veredas	1	0	0	0	0	0
474	BA14	Cocos	2	0	1	0	0	0
475	BA41	Riacho do Meio	1	0	0	0	0	0
476	BA27	Itaguari	0	1	1	1	1	0
477	MG16	Calindo	1	0	0	0	0	0
478	BA8	Aurélio	0	1	0	0	0	0
479	MG39	Furado Novo	0	0	0	0	0	0
480	MG73	PE Caminho das Gerais	1	0	0	1	1	0
481	MG93	Porteirinha	0	0	0	0	1	0
482	MG41	Gorutuba	0	1	0	0	0	0
483	MG27	Córrego Escuro	0	0	0	0	0	0
484	MG58	Macaúbas	0	0	0	1	1	0
485	MG139	Verde Grande	0	1	0	0	0	0
486	MG96	Quem-Quem	0	3	0	0	0	0

487	MG1	Água Limpa	0	0	0	0	1	0
488	MG20	Capitão Enéas	1	0	0	0	0	0
489	MG134	Vacabrava	2	5	0	0	1	0
490	MG54	Juramento	0	3	0	0	0	0
491	MG79	PE Lagoa do Cajueiro	0	0	0	0	0	0
492	MG98	RB Serra Azul	0	0	0	0	0	0
493	MG85	PE Veredas do Peruaçu	1	4	0	1	0	0
494	MG89	PN Cavernas do Peruaçu	0	2	0	0	0	0
495	MG25	Cochos	0	0	0	1	0	0
496	MG50	Japonvar	0	0	0	0	1	0
497	MG67	Pandeiros	0	0	0	0	1	0
498	MG5	APA Pandeiros	0	0	0	1	0	0
499	MG113	RVS Rio Pandeiros	1	2	0	2	1	0
500	MG117	São Joaquim	0	0	0	0	0	0
501	MG83	PE Serra das Araras	0	1	0	0	0	0
502	MG24	Chapada Gaúcha	0	0	0	0	0	0
503	MG55	Lagoa da Vaqueta	0	0	0	0	0	0
504	MG116	São Francisco	0	1	0	0	0	0
505	MG87	Pintópolis	0	1	0	0	0	0
506	MG133	Urucuia	1	0	0	0	0	0
507	MG26	Conceição	0	0	0	0	0	0
508	MG101	Ribeirão dos Confins	0	0	0	0	0	0
509	MG33	EE Sagarana	0	0	0	0	0	0
510	MG66	Pacari	1	1	0	1	0	0
511	MG37	Formoso	1	0	0	0	0	0
512	MG120	Serra da Sacada	0	0	0	1	0	0
513	MG119	São Romão	0	0	0	0	0	0
514	MG17	Campo Azul	0	2	0	0	0	0
515	MG40	Garitas	1	0	0	0	0	0
516	MG106	Roncador	1	0	0	0	0	0
517	MG131	Unai	1	0	0	1	1	0
518	GO18	Bezerra	0	0	0	0	0	0
519	DF1	APA do Planalto Central	0	2	0	0	0	0
520	MG141	Vereda Grande	0	0	0	0	0	0
521	MG127	TQ Amaros	0	0	0	0	0	0
522	MG99	Ribeirão Bezerra	0	0	0	0	0	0
523	MG112	RPPN Morro da Cruz das Almas	2	0	0	0	0	0
524	MG94	Presidente Olegário	0	0	0	0	0	0

525	MG102	Ribeirão Santa Catarina	0	0	0	0	0	0
526	MG77	PE de Paracatu	3	1	0	1	0	0
527	MG43	Guarda-Mór	1	0	0	0	0	0
528	MG10	Barro	0	0	0	0	0	0
529	MG51	Jequitaiá	0	0	0	0	0	0
530	MG38	Francisco Dumont	1	2	0	1	0	0
531	MG9	Areia	0	0	0	0	0	0
532	MG44	Imbalacaia	12	12	0	1	0	0
533	MG92	PN das Sempre-Vivas	2	1	0	0	0	0
534	MG138	Velhas	5	3	0	1	0	0
535	MG12	Bicudo	0	4	0	0	0	0
536	MG74	PE da Serra do Cabral	9	15	0	2	0	0
537	MG49	Jabuticaba	0	0	0	0	0	0
538	MG70	Pardo Grande	15	39	8	2	0	0
539	MG115	Santo Hipólito	0	1	0	0	1	0
540	MG91	PN da Serra do Cipó	40	105	29	2	0	0
541	MG4	APA do Carste de Lagoa Santa	25	40	2	6	2	2
542	MG88	Pirapora	1	0	0	2	0	0
543	MG128	Três Marias	0	1	0	0	0	0
544	MG125	Tiros	2	2	0	0	0	0
545	MG109	RPPN Fazenda Lavagem	0	0	0	0	0	0
546	MG14	Borrachudo	0	0	0	0	0	0
547	MG32	EE de Pirapitinga	0	0	0	0	0	0
548	MG45	Indaiá	0	1	0	0	0	0
549	MG107	RPPN Fazenda Barrão	0	0	0	0	1	0
550	MG34	Felixlândia	0	1	0	0	0	0
551	MG35	FN de Paraopeba	0	4	1	2	1	1
552	MG46	Inhaúma	0	0	0	0	0	0
553	MG6	APA Vargem das Flores	0	1	0	0	0	1
554	MG56	Lambari	1	0	0	0	0	0
555	MG104	Rio Pará	0	0	0	0	0	0
556	MG110	RPPN Fazenda Samoinho	1	0	0	0	0	0
557	MG64	Nova Serrana	1	0	0	0	0	0
558	MG100	Ribeirão Boa Vista	1	0	0	0	0	0
559	MG57	Luz	0	0	0	0	0	0
560	MG31	EE Corumbá	0	1	0	1	0	0
561	MG136	Vargem Bonita	0	3	1	0	0	0
562	MG108	RPPN Fazenda do Lobo	4	2	2	0	0	0

563	MG76	PE de Montezuma	0	2	0	1	1	0
564	MG121	Setúbal	1	0	0	0	0	0
565	MG11	Berilo	1	1	0	0	0	0
566	MG19	Capelinha	0	0	0	0	0	0
567	MG7	Araçá	0	0	0	0	1	0
568	MG81	PE Rio Preto	8	9	2	3	2	1
569	MG137	Vargem da Lapa	0	0	0	2	1	0
570	MG86	Peixe Bravo	0	1	0	0	0	0
571	MG135	Vacaria	0	0	0	0	0	0
572	MG30	EE Acauã	11	14	1	1	2	0
573	MG47	Itacambira	2	2	1	0	0	0
574	MG122	Tabatinga	1	0	0	0	0	0
575	MG65	Olhos d'Água	0	0	0	0	0	0
576	MG15	Caeté-Mirim	1	7	0	0	1	0
577	MG72	PE Biribiri	36	86	17	1	3	0
578	MG123	Tanque	0	1	1	0	0	0
579	MG78	PE do Limoeiro	0	1	0	0	0	0
580	MG103	Rio do Peixe	1	1	0	0	0	0
581	MG95	Preto do Itambé	0	1	0	0	0	0
582	MG62	Morro do Pilar	1	2	0	0	0	0
583	MG105	Rio Picão	2	1	0	0	0	0
584	MG84	PE Serra do Intendente	6	4	0	1	0	0
585	MG69	Parauninha	0	1	2	0	0	0
586	MG13	Bom Jesus do Amparo	0	0	0	0	0	0
587	MS10	Ivinheima	0	1	0	0	0	0
588	MS11	Nova Alvorada do Sul	0	0	0	0	0	0
589	MS33	Terra Indígena Jatayvari	1	1	2	0	0	0
590	MS20	Rio Brilhante	0	0	0	0	0	0
591	SP36	Laranja Doce	0	0	0	0	0	0
592	PR8	RPPN Fazenda Monte Alegre	1	0	0	0	1	1
593	PR4	PE do Guartela	3	1	0	0	0	0
594	PR1	APA da Escarpa Devoniana	4	2	0	1	0	0
595	SP39	Paraguaçu Paulista	0	1	0	2	1	0
596	PR9	Ventania	0	1	0	0	0	0
597	PR7	RPPN Fazenda do Tigre	3	3	1	0	0	0
598	SP16	EE de Assis	0	1	0	2	1	0
599	SP12	Campos Novos Paulista	0	0	0	0	0	0
600	SP1	Alambari	1	0	0	1	0	0

601	SP22	EE Santa Bárbara	0	2	0	0	0	0
602	SP17	EE de Avaré	0	0	0	0	0	0
603	SP26	FE Santa Bárbara	1	0	0	0	0	0
604	SP13	Claro	1	0	0	1	0	0
605	SP48	Ribeirão das Pedras	0	0	0	0	0	0
606	SP11	Botucatu	0	2	0	0	1	0
607	SP30	Itaporanga	4	10	2	2	1	1
608	PR6	Pescaria	0	0	0	1	0	0
609	PR5	PE Vale do Codo	17	16	2	2	2	0
610	PR3	Jaguaricatu	6	7	0	0	0	0
611	PR2	Itararé	2	2	0	2	0	0
612	SP40	Paranapanema	0	0	0	0	0	0
613	SP18	EE de Itabera	3	3	0	0	0	0
614	SP21	EE Paranapanema	1	2	1	0	1	0
615	SP27	FN de Capão Bonito	0	0	0	0	0	0
616	SP29	Itapetininga	0	4	0	1	0	0
617	MS8	Inhandui	0	2	2	1	1	0
618	MS13	Pardo	0	0	0	0	0	0
619	MS7	Botas	1	0	0	0	0	0
620	MS12	Paraná	0	0	0	0	0	0
621	MS37	Verde	0	0	0	1	1	0
622	MS27	São Domingos	0	0	0	0	0	0
623	MS28	Sucuriu	0	1	0	0	0	0
624	SP4	APA Rio Batalha	0	0	0	3	1	0
625	SP52	São Lourenço	0	2	0	0	0	0
626	SP3	APA Ibitinga	0	1	0	0	0	0
627	SP31	Itaquaré	0	0	0	1	1	0
628	SP32	Jacaré-Guacu	0	0	0	0	0	0
629	SP6	Araraquara	4	1	0	0	1	0
630	SP20	EE Itirapina	1	1	0	0	0	0
631	SP33	Jacaré-Pepira	0	2	1	1	0	0
632	SP7	Arealva	1	0	0	0	0	0
633	SP25	FE Pederneiras	1	0	0	2	1	0
634	SP37	Macatuba	0	0	0	1	0	0
635	SP5	Araquá	0	0	0	0	0	0
636	SP2	APA Corumbataí-Botucatu-Tejupa	3	4	0	4	1	1
637	SP14	Corumbataí	4	4	3	1	1	0
638	SP44	Piracicaba	0	2	0	0	0	0

639	SP9	Atibaia	1	1	0	0	0	0
640	SP8	ARIE Matão de Cosmópolis	0	2	0	0	0	0
641	SP45	Pirapitingui	0	0	0	0	0	0
642	SP34	Jaguari	0	1	0	0	0	0
643	SP55	Vitória	0	1	0	0	0	0
644	SP49	Rio Alambari	0	0	0	1	0	0
645	SP15	EE Barreiro Rico	0	1	0	1	0	0
646	SP43	Peixe	1	0	0	0	1	0
647	SP51	São Jose dos Dourados	2	0	0	1	0	0
648	MS9	Inocência	0	0	0	0	0	0
649	SP41	Parisi	0	0	0	0	1	0
650	SP38	Mirassolândia	0	0	0	0	1	0
651	MG140	Verde ou Feio	0	2	0	0	0	0
652	MG118	São Mateus	0	1	0	0	0	0
653	SP24	FE de Bebedouro	1	0	0	1	1	0
654	SP23	FE Cajuru	3	2	0	2	1	0
655	SP46	RB de Sertãozinho	0	0	0	0	1	0
656	SP19	EE de Jataí	0	0	0	1	0	0
657	SP42	PE de Vassununga	7	2	0	0	1	0
658	SP35	Jaguari-mirim	1	0	0	0	0	0
659	SP47	RB e EE Mogi-Guaçu	3	4	0	2	0	0
660	MG129	Uberaba	0	2	0	0	0	0
661	SP53	Sapucaí	0	0	0	0	0	0
662	SP10	Batatais	0	0	0	0	0	0
663	SP28	Franca	0	0	0	0	0	0
664	SP50	Santa Bárbara	0	1	0	0	0	0
665	MG97	RB São Sebastião do Paraíso	1	1	0	0	0	0
666	MG126	Tomba-perna	1	1	0	0	0	0
667	SP54	Solapão	1	1	0	0	0	0
668	MG75	PE das Furnas do Bom Jesus	1	3	0	0	1	0
669	MG114	Sacramento	0	0	0	0	0	0
670	MG90	PN da Serra da Canastra	2	4	0	0	0	0
671	MG23	Cássia	3	2	0	0	0	0
672	MG2	Alpinópolis	8	11	5	0	0	0
673	MG82	PE Serra da Boa Esperança	0	0	0	0	0	0
674	MG42	Guapé	0	1	0	0	0	0
675	MG36	Formiga	0	2	0	0	0	0
676	GO112	Rio da Prata	0	0	0	0	0	0

677	GO93	PN das Emas	1	1	0	0	0	0
678	GO136	Serranópolis	1	2	1	0	0	0
679	GO61	Jataí	4	5	0	1	0	0
680	MG48	Ituiutaba	4	2	2	1	1	0
681	MG124	Tijuco	1	2	0	0	0	0
682	MG60	Monte Alegre de Minas	0	0	0	0	0	0
683	MG28	Douradinho	3	3	0	1	0	0
684	GO87	PE de Paraúna	0	0	0	0	0	0
685	GO145	Turvo	0	0	0	0	0	0
686	GO9	APA Serra da Jibóia	0	0	0	0	0	0
687	GO28	Campanha	1	0	1	0	0	0
688	GO8	APA João Leite	2	2	0	0	0	0
689	GO92	Piracanjuba	0	1	0	0	0	0
690	GO85	PE da Serra de Caldas Novas	1	0	0	1	0	0
691	GO20	Bois	1	0	0	0	0	0
692	GO54	FN de Silvânia	0	0	0	0	0	0
693	GO39	Corumbá	0	0	0	0	0	0
694	GO48	EE do Jardim Botânico	18	26	5	4	2	0
695	GO97	RB e PE do Descoberto	6	8	1	1	1	0
696	MG130	Uberabinha	0	1	0	0	0	0
697	MG80	PE Pau Furado	2	1	0	0	1	0
698	MG8	Araguari	2	1	0	2	1	0
699	MG111	RPPN Galheiros	5	2	0	1	0	0
700	MG21	Capivara	1	1	1	0	0	0
701	MG59	Misericórdia	0	0	0	0	0	0
702	MG18	Campos Altos	0	0	0	0	0	0
703	GO147	Veríssimo	1	1	0	0	0	0
704	MG22	Cascalho Rico	0	1	0	0	0	0
705	MG61	Monte Carmelo	0	0	0	0	0	0
706	MG29	Dourados	0	0	0	0	0	0
707	MG68	Paranaíba	1	1	0	0	0	0
708	GO130	São Marcos	5	7	3	1	0	0
709	MS3	Apa	0	0	0	0	0	0
710	MS22	Rio Perdido	0	2	0	0	0	0
711	MS35	Terra Indígena Nande Ru Marangatu	0	1	0	0	0	0
712	MS18	Progresso	1	0	0	0	0	0
713	MS31	Tarumã	0	0	0	0	0	0
714	MS19	Rio Branco	2	2	0	0	0	0

715	MS34	Terra Indígena Kadiwéu	0	0	0	0	0	0
716	MS26	RPPN Tupaciara	0	1	0	0	0	0
717	MS17	PN da Serra da Bodoquena	5	2	0	0	1	0
718	MS24	RPPN Estância Caiman	0	0	0	0	0	0
719	MS6	Aquidauana	1	1	0	0	0	0
720	MS30	Taquaruçu	0	0	0	0	0	0
721	MS4	APA Estadual Estrada-Parque Piraputanga	1	1	0	0	0	0
722	MS32	Terra Indígena Buriti	1	0	0	0	0	0
723	MS25	RPPN Fazenda Lageado	0	1	0	0	0	0
724	MS36	TQ Furnas da Boa Sorte	0	0	0	0	0	0
725	MS21	Rio Negro	0	0	0	0	0	0
726	MS2	Anhuma	0	3	1	0	0	0
727	MS29	Taquari	0	0	0	0	0	0
728	MS14	PE das Nascentes do Rio Taquari	1	1	1	0	0	0
729	MS23	Rio Verde de Mato Grosso	0	0	0	0	0	0
730	MS5	APA Estadual Rio Cênico Rotas Monçoeiras-Rio Coxim	0	1	0	0	0	0
731	MT50	Itiquira	1	2	0	0	0	0
732	MS16	Piquiri	0	0	0	0	0	0
733	MT51	Jaciara	1	1	0	0	0	0
734	MT72	PE Dom Osorio Stoffel	0	1	0	0	0	0
735	MT111	Terra Indígena Tadarimana	0	0	0	0	0	0
736	MT105	Terra Indígena Jarudore	0	0	0	0	0	0
737	MT93	Santo Antônio do Leverger	1	1	0	0	0	0
738	MT16	Arica-Açu	2	3	0	0	0	0
739	MT78	PN da Chapada dos Guimarães	2	4	0	0	0	0
740	MT37	Cuiab	0	1	0	0	0	0
741	MT73	PE Gruta da Lagoa Azul	0	1	0	0	0	0
742	MT88	Rosario Oeste	0	0	0	0	0	0
743	MT59	Marzagão	0	1	0	0	0	0
744	MT4	Água Fina	0	1	0	0	0	0
745	MT70	PE Águas de Cuiabá	0	1	0	0	0	0
746	MT38	Cuiabá do Bonito	0	1	0	0	0	0
747	MT56	Manso	2	0	0	0	0	0
748	MT63	Nova Brasilândia	1	1	0	0	0	0
749	MT11	APA Estadual da Chapada dos Guimarães	4	5	0	0	1	0
750	MT27	Casca	0	1	0	0	0	0
751	MT52	Jangada	0	0	0	0	0	0
752	MT29	Chapada dos Guimarães	1	0	0	0	0	0

753	MT114	TQ Mata Cavalo	0	0	0	0	0	0
754	MT61	Mata Grande	0	0	0	0	0	0
755	MT90	Sangradouro	0	0	0	0	0	0
756	MT104	Terra Indígena Figueiras	0	0	0	0	0	0
757	MT21	Cabaçal	0	0	0	0	0	0
758	MT99	Tangará da Serra	0	0	0	0	0	0
759	MT41	EE Serra das Araras	0	0	0	0	0	0
760	MT112	Terra Indígena Umutina	0	0	0	0	0	0
761	MT14	APA Nascentes do Rio Paraguai	0	2	0	1	0	0
762	BO020	Noel Kempff Mercado	0	0	0	0	0	0
763	PY013	Cerrados de Concepción	0	0	0	0	0	0
764	PY012	Estancia Estrella	0	0	0	0	0	0
765	PY014	Arroyo Tagatiya	0	0	0	0	0	0

Tabela 2.3. Dados Brutos de KBA Terrestres por espécies insubstituíveis, cobertura de vegetação natural, nível de ameaça, capacidade da sociedade civil, consumo e demanda de água, áreas protegidas e prioritárias.

KBA	COD	Espécies Insubstituíveis (ocorre em só 1 KBA)	Cobertura de Vegetação Natural (%)	Nível de Ameaça (IPA)	Capacidade da Sociedade Civil	Demanda de Consumo de Água	Áreas Protegidas (ha.)	Áreas Protegidas (%)	Áreas Prioritárias (ha.)	Áreas Prioritárias (%)
1	TO32	1	99,98	0,5	2	0,0000	20409,68	100,00	20409,68	100,00
2	MA56	1	71,01	0,6	3	0,0039	0,00	0,00	24316,96	100,00
3	BA1	1	22,89	0,4	2	0,0008	0,00	0,00	0,00	0,00
4	MT65	1	58,72	0,5	3	0,0016	989,24	9,78	7720,18	76,30
5	MG63	2	53,55	0,6	5	0,0155	0,00	0,00	25240,90	65,70
6	MG132	1	52,04	0,6	5	0,0437	0,00	0,00	619,14	3,59
7	GO29	1	39,16	0,6	3	0,0032	0,00	0,00	22712,94	93,20
8	GO44	3	37,98	0,6	3	0,0030	0,00	0,00	22026,18	98,10
9	MT26	1	21,08	0,6	3	0,0037	0,00	0,00	29002,52	95,77
10	MS1	1	28,06	0,5	2	0,0071	0,00	0,00	19206,95	50,66
11	MS15	1	19,96	0,6	2	0,0283	4432,66	3,67	102254,02	84,58
12	MT3	1	53,69	0,6	3	0,0067	0,00	0,00	12386,13	73,78
13	MT68	1	73,67	0,6	3	0,0014	2041,23	3,67	54626,29	98,14
14	TO84	3	69,87	0,5	2	0,0008	0,00	0,00	11218,39	59,56
15	MT55	1	70,73	0,6	3	0,0033	20306,70	62,17	26394,21	80,81
16	TO10	1	50,64	0,5	2	0,0073	4442,24	1,44	264205,60	85,41
17	TO85	1	63,97	0,5	2	0,0071	54179,58	40,31	89085,21	66,29
18	GO38	6	79,11	0,5	3	0,0016	1692,91	0,86	4033,14	2,05
19	GO131	1	19,42	0,6	3	0,0190	10571,87	100,00	10571,87	100,00
20	TO41	0	74,85	0,5	2	0,0022	3496,52	33,34	6092,23	58,09
21	PA2	0	22,01	0,5	2	0,0021	0,00	0,00	15686,29	17,21
22	TO39	0	49,77	0,5	3	0,1120	8139,92	45,17	18018,32	100,00
23	TO37	1	73,50	0,4	3	0,0392	3154,60	2,71	57443,71	49,29
24	TO91	1	74,06	0,6	2	0,1687	4884,92	53,88	6116,82	67,47
25	MT92	0	65,49	0,4	3	0,0044	3864,57	43,01	8493,40	94,54
26	MT6	0	71,49	0,4	3	0,0053	0,00	0,00	2524,87	86,41
27	MT84	0	80,82	0,5	5	0,0003	0,00	0,00	75322,69	73,85
28	MT75	2	67,12	0,5	3	0,0027	62860,63	51,85	107756,44	88,89
29	MT85	2	80,67	0,5	3	0,0032	0,00	0,00	79950,33	62,34
30	MT117	1	26,75	0,6	3	0,0080	0,00	0,00	80934,49	98,38
31	MT49	1	34,98	0,6	4	0,0040	11,06	0,01	62817,94	36,49

32	MT66	3	38,28	0,6	3	0,0055	0,00	0,00	6007,36	6,19
33	MT98	1	23,90	0,6	2	0,0384	0,00	0,00	36827,36	96,04
34	MT74	1	15,50	0,6	2	0,0354	102212,15	92,84	98452,86	89,43
35	MT13	1	88,37	0,5	3	0,0150	5,24	0,01	6093,38	16,09
36	GO107	1	25,98	0,6	3	0,0098	0,00	0,00	143826,89	100,00
37	MT32	1	55,46	0,4	3	0,0037	0,00	0,00	17341,96	93,03
38	MT80	2	22,78	0,5	3	0,0050	0,00	0,00	152327,10	77,96
39	GO108	1	42,25	0,8	3	0,0093	0,00	0,00	204665,67	31,59
40	MG52	3	41,42	0,6	5	0,0234	0,00	0,00	0,00	0,00
41	MG53	1	70,77	0,4	5	0,0011	33591,29	6,60	65281,79	12,83
42	MG71	27	51,21	0,4	5	0,0047	0,00	0,00	0,00	0,00
43	MT58	0	8,44	0,6	3	0,0091	0,00	0,00	1086,23	0,31
44	MT97	0	0,97	0,6	3	0,0030	77,85	0,06	10648,68	8,26
45	MT81	0	25,59	0,6	5	0,0034	0,00	0,00	0,00	0,00
46	MT79	0	38,22	0,6	3	0,0067	0,00	0,00	1502,27	3,06
47	MT96	0	20,65	0,6	3	0,0177	0,00	0,00	0,00	0,00
48	MT39	1	18,04	0,5	5	0,0011	21135,61	39,41	51999,74	96,95
49	MT34	0	55,42	0,5	3	0,0049	0,00	0,00	0,00	0,00
50	MT87	0	19,02	0,6	3	0,0071	7845,62	1,26	25181,33	40,31
51	MT9	0	33,58	0,6	3	0,0173	88571,11	59,80	6758,48	4,56
52	MT76	0	55,30	0,4	3	0,0034	0,00	0,00	0,00	0,00
53	MT100	1	37,61	0,6	3	0,0051	0,00	0,00	0,00	0,00
54	MT57	0	33,53	0,6	3	0,0092	0,00	0,00	0,00	0,00
55	MT23	0	28,80	0,6	3	0,0047	0,00	0,00	18054,55	21,41
56	MT5	0	21,09	0,6	3	0,0487	0,00	0,00	17675,26	8,86
57	MT64	0	32,85	0,6	3	0,0230	0,00	0,00	1646,12	3,73
58	MT115	0	34,79	0,6	3	0,0440	0,00	0,00	74770,78	79,47
59	MT86	4	46,29	0,6	3	0,0098	6979,51	7,24	96440,51	100,00
60	MT17	0	50,52	0,6	3	0,0135	0,00	0,00	12660,62	22,22
61	MT35	1	22,52	0,6	3	0,0150	0,00	0,00	819,91	3,47
62	MT24	0	14,43	0,6	3	0,0112	354879,79	80,91	376924,57	85,93
63	MT113	1	85,84	0,6	3	0,0145	26979,11	84,05	26976,33	84,05
64	MT103	0	99,99	0,5	3	0,0002	79261,95	98,35	79261,49	98,35
65	MT44	0	99,42	0,5	3	0,0000	124825,29	92,08	124830,54	92,08
66	MT109	3	79,91	0,6	3	0,0012	188820,46	76,57	188845,94	76,58
67	MT43	0	70,51	0,6	3	0,0072	1100,65	0,42	3679,82	1,41
68	MT54	0	40,80	0,6	3	0,0158	0,00	0,00	0,00	0,00
69	MT25	1	47,58	0,6	3	0,0176	0,00	0,00	23585,47	11,38

70	MT107	0	40,26	0,5	3	0,0008	316044,50	53,86	346550,19	59,06
71	MA32	1	19,43	0,7	3	0,0107	9124,98	1,84	1167,90	0,24
72	TO15	0	40,69	0,6	5	0,0022	0,00	0,00	0,00	0,00
73	TO100	2	44,61	0,6	5	0,0036	0,00	0,00	0,00	0,00
74	MA13	0	89,12	0,6	5	0,0019	14720,77	22,24	47394,97	71,59
75	MA8	0	96,86	0,5	5	0,0006	23374,11	65,20	35850,51	100,00
76	MA28	0	92,35	0,6	5	0,0021	37307,25	45,17	37079,53	44,89
77	TO17	0	87,65	0,6	5	0,0013	327,49	0,19	176294,03	99,65
78	TO97	0	75,05	0,5	5	0,0034	576,65	1,27	45294,26	100,00
79	MA38	0	91,50	0,5	5	0,0004	0,00	0,00	3049,23	99,97
80	TO79	0	81,79	0,5	2	0,0004	0,00	0,00	242,77	1,71
81	MA36	0	87,82	0,5	5	0,0010	0,00	0,00	0,00	0,00
82	MA42	0	81,03	0,5	5	0,0009	0,00	0,00	0,00	0,00
83	MA12	0	62,78	0,5	5	0,0008	0,00	0,00	0,00	0,00
84	TO69	0	91,44	0,6	2	0,0003	0,00	0,00	982,34	1,36
85	TO70	0	95,83	0,5	2	0,0004	0,00	0,00	71740,18	91,32
86	TO47	0	80,70	0,6	5	0,0015	13669,84	18,74	48440,73	66,42
87	TO16	0	90,49	0,6	5	0,0026	0,00	0,00	0,00	0,00
88	TO82	0	80,96	0,5	2	0,0005	0,00	0,00	0,00	0,00
89	TO50	0	45,80	0,7	5	0,0157	0,00	0,00	813,36	1,99
90	TO45	0	38,08	0,7	5	0,0203	0,00	0,00	0,00	0,00
91	TO53	0	70,63	0,6	2	0,0021	0,00	0,00	9907,85	14,70
92	TO1	0	60,07	0,6	2	0,0236	0,00	0,00	66237,82	69,59
93	TO94	0	58,51	0,6	2	0,0169	0,00	0,00	73490,57	63,84
94	TO61	1	95,60	0,4	2	0,0002	0,00	0,00	255417,16	98,01
95	TO65	0	97,28	0,4	4	0,0005	134931,62	40,86	330253,98	100,00
96	TO62	1	90,73	0,4	2	0,0009	0,00	0,00	166069,71	86,24
97	TO3	0	95,13	0,4	2	0,0003	58904,99	57,35	101260,75	98,59
98	TO87	0	97,52	0,4	4	0,0006	69840,78	35,20	198297,46	99,93
99	TO4	0	98,34	0,4	4	0,0004	45813,18	62,64	55663,27	76,10
100	TO54	0	100,00	0,5	4	0,0000	21481,73	100,00	21481,73	100,00
101	TO13	0	99,34	0,5	4	0,0002	78780,45	99,76	76188,39	96,48
102	TO23	0	99,47	0,5	4	0,0002	8962,28	99,96	8965,92	100,00
103	TO75	0	100,00	0,5	4	0,0001	4013,70	99,95	4015,69	100,00
104	TO28	0	97,67	0,5	4	0,0003	38650,67	100,00	38644,19	99,98
105	TO21	0	99,97	0,5	4	0,0000	22222,16	99,99	22218,93	99,97
106	TO93	0	100,00	0,5	4	0,0000	24823,21	99,99	24825,51	100,00
107	TO26	0	100,00	0,5	4	0,0001	27075,27	100,00	27075,35	100,00

108	TO38	0	100,00	0,5	4	0,0000	36506,77	100,00	36506,77	100,00
109	TO98	0	99,99	0,5	4	0,0000	23456,61	100,00	23456,61	100,00
110	TO72	0	100,00	0,5	4	0,0003	24229,66	99,97	24151,01	99,64
111	TO44	0	98,73	0,5	4	0,0010	11765,86	100,00	1441,53	12,25
112	TO59	0	99,78	0,5	4	0,0001	36675,54	100,00	35336,85	96,35
113	TO19	0	91,84	0,5	4	0,0005	33173,85	49,05	65766,79	97,25
114	TO31	0	94,82	0,5	4	0,0018	1092,22	2,43	44815,71	99,89
115	TO55	0	53,44	0,6	2	0,0099	76552,59	35,91	75913,35	35,61
116	TO81	0	50,46	0,6	2	0,0148	21198,83	13,87	20213,98	13,22
117	TO90	1	51,47	0,7	2	0,0386	55509,75	52,24	55162,74	51,91
118	TO7	2	45,26	0,6	2	0,0232	21357,36	7,15	13044,62	4,37
119	TO66	1	56,01	0,7	2	0,0333	460,75	0,14	75084,14	23,47
120	TO76	0	56,50	0,6	2	0,0726	0,00	0,00	31696,48	44,78
121	TO14	2	43,49	0,6	2	0,1036	0,00	0,00	1822,67	11,18
122	TO2	0	39,96	0,6	2	0,0120	0,00	0,00	1801,41	2,03
123	TO88	0	58,53	0,6	2	0,0157	0,00	0,00	1719,42	77,93
124	TO9	0	59,52	0,5	2	0,0019	0,00	0,00	18646,13	16,24
125	TO60	1	79,23	0,5	2	0,0048	0,00	0,00	71364,97	35,58
126	TO78	0	82,98	0,5	2	0,0008	0,00	0,00	72374,79	93,30
127	TO49	3	85,19	0,4	2	0,0018	0,00	0,00	72189,83	30,62
128	TO24	0	90,88	0,4	2	0,0006	0,00	0,00	132597,73	47,35
129	TO36	2	95,34	0,4	2	0,0064	0,00	0,00	21895,89	11,79
130	TO43	0	92,33	0,5	2	0,0075	38126,61	11,96	112543,49	35,31
131	TO83	0	44,86	0,6	2	0,0159	0,00	0,00	2529,61	4,19
132	TO89	0	32,61	0,6	2	0,0261	0,00	0,00	0,00	0,00
133	GO140	2	29,69	0,6	3	0,0038	0,00	0,00	200214,70	50,17
134	GO124	0	41,38	0,6	3	0,0025	0,00	0,00	0,00	0,00
135	GO113	0	25,38	0,6	3	0,0041	0,00	0,00	0,00	0,00
136	TO5	0	39,36	0,6	2	0,0092	12347,77	64,92	18638,58	98,00
137	TO73	0	76,49	0,5	2	0,0008	588,71	0,44	1952,63	1,46
138	TO52	0	91,29	0,4	2	0,0013	1819,65	0,57	280129,94	88,37
139	TO12	0	88,93	0,4	2	0,0026	0,00	0,00	78475,18	51,22
140	TO57	0	89,32	0,4	2	0,0017	0,00	0,00	139057,33	89,54
141	TO51	3	83,17	0,5	2	0,0067	132,61	0,03	329569,88	77,45
142	TO20	0	79,49	0,5	2	0,0027	0,00	0,00	189437,57	81,44
143	TO86	1	59,12	0,5	2	0,0026	0,00	0,00	68518,41	61,67
144	TO42	0	54,62	0,6	2	0,0036	0,00	0,00	107868,05	48,18
145	TO67	0	94,13	0,4	2	0,0020	905,75	0,43	208533,39	100,00

146	GO144	0	95,34	0,4	3	0,0015	123736,13	54,28	194362,43	85,27
147	TO46	1	81,47	0,5	2	0,0057	28880,10	14,57	39797,73	20,08
148	GO67	2	90,92	0,4	1	0,0019	125085,42	100,00	124972,49	99,91
149	GO139	0	87,17	0,5	3	0,0028	62399,63	36,65	166500,37	97,80
150	GO125	0	96,66	0,5	3	0,0018	61512,89	61,99	81929,94	82,56
151	GO53	4	54,53	0,5	3	0,0039	39588,30	38,77	34347,46	33,63
152	GO27	0	70,07	0,5	3	0,0033	6569,72	5,21	82349,20	65,27
153	GO46	1	68,73	0,6	3	0,0022	0,00	0,00	3704,72	9,86
154	GO76	0	25,49	0,6	3	0,0031	0,00	0,00	4634,71	26,92
155	GO71	0	29,75	0,6	3	0,0043	0,00	0,00	1555,43	12,61
156	GO81	4	54,64	0,5	3	0,0043	58426,32	21,76	140451,06	52,30
157	GO56	0	32,74	0,6	3	0,0032	0,00	0,00	6780,19	18,63
158	GO66	1	74,65	0,6	3	0,0066	92281,82	57,02	106522,49	65,82
159	GO121	1	63,03	0,6	3	0,0220	0,00	0,00	172208,08	77,38
160	GO15	2	37,45	0,6	3	0,0062	3426,44	2,62	125218,15	95,65
161	GO110	1	45,58	0,6	3	0,0087	0,00	0,00	74478,29	97,46
162	GO24	0	71,66	0,5	3	0,0029	83033,73	69,70	118771,95	99,70
163	GO6	3	70,68	0,5	3	0,0024	72655,21	97,49	74489,58	99,95
164	GO137	0	64,24	0,6	3	0,0015	18667,47	12,03	139908,05	90,14
165	GO115	0	51,51	0,6	3	0,0237	0,00	0,00	6008,44	4,43
166	GO52	0	46,77	0,6	3	0,0099	0,00	0,00	93,01	1,25
167	GO51	1	49,74	0,7	3	0,0149	0,00	0,00	86139,33	76,64
168	GO117	0	35,04	0,6	3	0,0050	0,00	0,00	35324,04	62,95
169	GO128	0	74,80	0,6	3	0,0035	0,00	0,00	20750,30	100,00
170	GO41	0	52,40	0,6	3	0,0051	0,00	0,00	87347,69	64,11
171	GO50	3	33,86	0,6	3	0,0072	407,50	0,73	2099,96	3,74
172	TO8	0	80,64	0,4	2	0,0005	19651,53	20,55	47203,74	49,35
173	GO30	0	36,57	0,6	3	0,0007	0,00	0,00	13104,62	88,58
174	GO32	1	85,25	0,5	1	0,0008	13,01	0,07	12937,68	73,05
175	GO101	0	69,33	0,6	3	0,0028	0,00	0,00	15564,86	98,84
176	GO69	1	67,04	0,6	3	0,0024	0,00	0,00	23285,30	91,28
177	GO127	0	87,43	0,5	3	0,0010	2,79	0,02	13872,18	100,00
178	GO64	1	98,41	0,4	1	0,0010	60571,13	44,32	20574,98	15,05
179	GO95	1	71,54	0,4	1	0,0005	10368,09	79,93	11138,79	85,87
180	GO135	0	93,95	0,4	1	0,0006	37140,81	100,00	4858,09	13,08
181	GO126	0	88,64	0,4	3	0,0017	18056,59	100,00	3374,25	18,69
182	GO82	1	81,76	0,4	1	0,0006	132516,41	99,99	127684,84	96,35
183	GO35	1	96,00	0,4	1	0,0008	21568,74	100,00	19682,76	91,26

184	GO74	0	88,66	0,4	1	0,0005	35175,29	100,00	11089,20	31,53
185	GO106	1	94,96	0,4	1	0,0011	37822,39	100,00	36311,92	96,01
186	GO109	0	94,82	0,4	1	0,0022	65747,88	100,00	65660,91	99,87
187	GO143	3	84,84	0,5	3	0,0021	50409,96	46,45	98309,30	90,58
188	GO40	2	93,33	0,5	1	0,0004	47832,45	99,99	47835,13	100,00
189	GO72	0	71,32	0,6	3	0,0136	0,00	0,00	1941,98	2,06
190	GO25	1	96,53	0,5	1	0,0032	15183,01	55,97	25625,27	94,47
191	GO89	2	65,75	0,5	1	0,0008	40859,84	100,00	24269,75	59,40
192	GO119	0	55,62	0,6	3	0,0056	34466,02	51,53	8612,05	12,88
193	GO37	3	62,39	0,6	3	0,0115	0,00	0,00	96670,29	77,56
194	GO94	0	70,92	0,6	3	0,0019	0,00	0,00	15505,69	81,01
195	GO75	0	46,87	0,6	3	0,0057	0,00	0,00	58259,67	100,00
196	GO14	1	62,30	0,6	3	0,0057	0,00	0,00	61378,63	100,00
197	GO122	0	81,48	0,6	3	0,0052	0,00	0,00	52358,89	81,31
198	GO102	0	88,63	0,6	3	0,0044	0,00	0,00	926,12	1,72
199	GO134	0	87,59	0,6	3	0,0015	0,00	0,00	755,68	1,71
200	GO116	2	60,09	0,6	3	0,0018	0,00	0,00	51746,19	90,89
201	GO19	0	52,81	0,6	3	0,0039	0,00	0,00	115093,30	99,36
202	GO111	0	31,68	0,6	3	0,0040	0,00	0,00	39036,54	30,05
203	GO83	0	63,98	0,6	3	0,0078	0,00	0,00	54007,05	94,18
204	GO26	0	37,46	0,6	3	0,0122	0,00	0,00	9727,91	99,81
205	GO105	0	55,82	0,6	3	0,0024	0,00	0,00	29410,87	69,17
206	GO104	0	46,69	0,6	3	0,0107	0,00	0,00	914,49	4,66
207	GO34	0	39,72	0,6	3	0,0035	0,00	0,00	2190,75	13,42
208	GO84	1	30,49	0,6	3	0,0030	0,00	0,00	297,55	1,93
209	GO55	0	29,23	0,7	3	0,0024	0,00	0,00	2473,07	5,71
210	GO88	0	25,66	0,7	3	0,0025	0,00	0,00	4567,78	11,56
211	GO58	0	41,62	0,8	3	0,0028	0,00	0,00	34894,85	91,53
212	GO132	0	20,22	0,8	3	0,0035	0,00	0,00	25207,76	98,37
213	GO62	0	31,46	0,8	3	0,0037	1222,16	4,29	28227,58	99,12
214	GO120	0	12,55	0,8	3	0,0041	0,00	0,00	12091,96	47,84
215	GO77	0	17,42	0,8	3	0,0017	0,00	0,00	2582,03	49,95
216	GO114	0	32,03	0,8	3	0,0017	0,00	0,00	4255,88	81,74
217	GO73	0	84,35	0,8	3	0,0100	0,00	0,00	30095,48	93,37
218	GO11	0	39,44	0,7	3	0,0202	0,00	0,00	1265,44	3,67
219	GO7	0	80,23	0,8	3	0,0158	26957,99	53,58	49970,26	99,32
220	GO36	0	72,73	0,8	3	0,0045	17608,15	88,90	17673,43	89,23
221	DF2	0	79,89	0,8	1	0,0299	41409,85	99,94	40551,53	97,87

222	GO98	1	62,22	0,8	3	0,0216	75394,08	82,58	79005,45	86,54
223	GO65	0	23,65	0,6	3	0,0034	0,00	0,00	588,18	1,55
224	GO63	0	36,60	0,7	3	0,0047	0,00	0,00	2660,61	3,49
225	GO100	0	11,56	0,6	3	0,0185	0,00	0,00	0,00	0,00
226	GO57	0	63,15	0,8	5	0,0063	46,21	0,24	19390,74	99,18
227	GO133	0	71,18	0,8	5	0,0037	0,00	0,00	16456,20	93,40
228	GO31	0	12,29	0,6	3	0,0063	0,00	0,00	0,00	0,00
229	GO146	0	20,21	0,7	3	0,0117	3340,56	4,56	65789,98	89,84
230	GO60	0	13,31	0,8	3	0,0033	0,00	0,00	0,00	0,00
231	GO80	0	11,74	0,7	3	0,0101	2828,82	2,80	2225,02	2,20
232	GO4	1	44,26	0,8	5	0,0055	11624,66	22,79	50350,19	98,70
233	GO78	0	24,96	0,7	5	0,0082	345,12	0,33	5283,07	5,07
234	TO63	0	50,21	0,5	5	0,0018	89,16	0,05	1961,55	1,09
235	TO40	0	66,25	0,5	2	0,0036	0,00	0,00	55757,67	96,99
236	PA1	0	0,00	0,4	2	0,0050	0,00	0,00	560,66	1,32
237	TO6	0	70,04	0,4	2	0,0008	5031,33	100,00	5031,33	100,00
238	TO71	0	49,00	0,4	3	0,0031	21675,37	100,00	10511,58	48,50
239	TO33	0	44,92	0,4	3	0,0043	88635,10	100,00	12121,85	13,68
240	TO68	0	33,70	0,5	2	0,0035	64363,23	100,00	214,40	0,33
241	TO30	0	55,29	0,4	3	0,0032	13602,38	99,83	13625,26	100,00
242	TO48	0	56,97	0,4	3	0,0488	29269,04	100,00	25744,35	87,96
243	TO74	0	28,77	0,5	2	0,0264	18522,07	100,00	9054,41	48,88
244	TO29	1	93,54	0,4	3	0,0000	9237,25	99,89	9238,48	99,91
245	TO18	0	53,06	0,5	3	0,0033	16634,38	59,67	16822,74	60,35
246	TO56	0	99,32	0,4	3	0,0000	16212,80	100,00	16212,86	100,00
247	TO11	0	98,06	0,4	3	0,0000	35631,83	100,00	35631,83	100,00
248	TO64	0	100,00	0,4	3	0,0000	5268,93	100,00	5268,93	100,00
249	TO92	0	100,00	0,5	3	0,0000	12356,31	100,00	12356,31	100,00
250	TO35	0	99,97	0,5	3	0,0000	22953,18	100,00	22953,18	100,00
251	TO34	0	98,82	0,5	3	0,0000	14159,57	100,00	14159,57	100,00
252	TO77	0	99,36	0,5	3	0,0000	2003,17	100,00	2003,17	100,00
253	TO22	0	68,23	0,5	2	0,0131	0,00	0,00	967,13	14,74
254	TO95	0	99,51	0,5	3	0,0000	72097,98	100,00	72097,99	100,00
255	TO80	0	64,64	0,5	2	0,0031	794,35	4,47	14951,04	84,13
256	GO16	0	21,43	0,6	3	0,0107	0,00	0,00	3250,20	5,46
257	TO96	0	39,70	0,5	3	0,1998	0,00	0,00	23051,71	70,68
258	TO99	0	46,32	0,5	3	0,1440	0,00	0,00	0,00	0,00
259	TO25	0	41,07	0,5	3	0,1427	0,00	0,00	97240,40	38,20

260	MT116	0	82,72	0,4	3	0,0016	12493,48	5,82	21420,80	9,98
261	MT106	0	50,30	0,5	3	0,0021	40675,94	35,62	52085,62	45,62
262	MT102	0	74,70	0,5	5	0,0009	3110,82	49,55	3112,91	49,58
263	MT91	1	71,79	0,5	5	0,0125	10995,88	57,64	19075,18	100,00
264	MT67	0	90,70	0,5	5	0,0015	22,09	0,21	6204,60	59,52
265	MT95	0	66,80	0,5	3	0,0018	0,00	0,00	0,00	0,00
266	MT82	0	71,11	0,4	3	0,0009	7240,08	65,15	11112,42	100,00
267	MT108	0	99,96	0,5	3	0,0000	43647,20	100,00	43647,20	100,00
268	MT89	0	85,06	0,4	3	0,0003	2345,09	45,51	4993,16	96,89
269	MT31	0	74,82	0,4	3	0,0009	2663,76	29,33	8817,24	97,09
270	MT8	0	37,29	0,5	3	0,0037	0,00	0,00	1241,91	4,96
271	MT101	0	93,02	0,5	3	0,0081	9142,35	31,07	27440,86	93,26
272	MT77	0	40,23	0,6	4	0,0102	0,00	0,00	10162,02	65,83
273	MT19	1	25,94	0,6	4	0,0034	0,00	0,00	10315,29	91,49
274	MT45	0	60,14	0,6	4	0,0039	0,00	0,00	39610,69	99,58
275	MT28	0	19,03	0,6	4	0,0067	0,00	0,00	10050,37	100,00
276	MT71	0	49,94	0,6	4	0,0044	4219,40	24,20	17434,43	100,00
277	MT33	1	16,68	0,6	4	0,0030	0,00	0,00	5665,54	100,00
278	MT22	0	32,80	0,6	3	0,0068	0,00	0,00	0,00	0,00
279	MT53	0	50,73	0,6	3	0,0044	0,00	0,00	0,00	0,00
280	MT2	1	21,31	0,6	3	0,0172	0,00	0,00	0,00	0,00
281	MT15	0	35,49	0,6	3	0,0049	0,00	0,00	13120,68	100,00
282	MT40	1	57,21	0,6	3	0,0018	13691,59	35,04	18102,81	46,34
283	MT110	1	100,00	0,6	4	0,0000	7084,43	100,00	7084,43	100,00
284	MT69	0	48,50	0,6	2	0,0016	69,60	0,15	817,69	1,79
285	MT46	0	25,81	0,6	2	0,0016	1,75	0,00	12735,47	9,31
286	MT42	0	14,53	0,6	2	0,0054	0,00	0,00	1831,41	7,75
287	MT1	0	11,23	0,6	2	0,0078	0,00	0,00	375,32	2,87
288	TO58	0	91,60	0,5	3	0,0000	27127,18	95,70	28347,53	100,00
289	TO27	0	81,08	0,5	3	0,0000	1734,00	99,98	1734,43	100,00
290	MT10	0	86,84	0,4	3	0,0028	52692,03	58,91	89447,90	100,00
291	MT30	0	74,18	0,4	3	0,0285	0,00	0,00	46426,20	26,98
292	MT36	0	78,03	0,4	3	0,0102	0,00	0,00	119565,63	58,55
293	MT60	0	77,92	0,4	3	0,0098	0,00	0,00	135981,24	86,41
294	GO43	0	21,14	0,6	3	0,0082	0,00	0,00	0,00	0,00
295	GO91	1	23,51	0,6	3	0,0065	0,00	0,00	88274,37	90,33
296	GO22	0	16,59	0,6	3	0,0164	0,00	0,00	0,00	0,00
297	GO17	0	40,96	0,6	3	0,0026	0,00	0,00	0,00	0,00

298	GO103	0	41,26	0,5	3	0,0040	0,00	0,00	2212,64	2,08
299	GO42	0	31,25	0,6	3	0,0024	0,00	0,00	0,00	0,00
300	GO142	0	39,49	0,6	3	0,0211	0,00	0,00	15290,20	94,26
301	GO2	0	17,55	0,5	3	0,0153	0,00	0,00	57021,51	74,88
302	GO23	0	96,22	0,6	3	0,0045	86,97	0,45	18828,66	96,98
303	GO90	4	32,07	0,6	3	0,0093	764,77	1,78	5269,95	12,25
304	GO1	0	5,50	0,5	3	0,0038	0,00	0,00	0,00	0,00
305	GO33	0	16,43	0,6	3	0,0024	0,00	0,00	445,03	0,64
306	GO12	0	74,45	0,5	3	0,0050	0,00	0,00	10847,57	95,20
307	MT62	0	24,60	0,4	3	0,0047	0,00	0,00	15978,43	100,00
308	MT20	0	35,27	0,4	3	0,0068	0,00	0,00	40690,77	100,00
309	GO141	0	53,84	0,5	3	0,0016	821,22	29,83	2653,61	96,39
310	GO118	1	28,84	0,6	3	0,0065	3,94	0,01	23056,17	67,18
311	GO68	1	20,85	0,6	3	0,0132	0,00	0,00	60517,24	40,16
312	GO5	3	36,15	0,6	3	0,0078	21113,21	27,19	70952,69	91,38
313	GO86	1	14,82	0,6	3	0,0074	10388,65	11,85	11224,27	12,80
314	GO47	1	13,09	0,6	3	0,0226	0,00	0,00	3694,03	8,02
315	GO21	0	43,84	0,6	3	0,0070	0,00	0,00	153012,33	98,77
316	GO99	0	30,42	0,6	3	0,0090	0,00	0,00	15972,71	98,82
317	GO79	0	42,04	0,7	3	0,0095	0,00	0,00	114823,03	88,96
318	GO129	0	77,19	0,8	3	0,0038	0,00	0,00	27881,49	100,00
319	MT12	0	46,64	0,5	4	0,0071	8167,34	18,01	45359,72	100,00
320	MT18	0	51,25	0,6	2	0,0008	0,00	0,00	0,00	0,00
321	MT48	0	59,30	0,6	2	0,0007	0,00	0,00	0,00	0,00
322	MT7	1	42,00	0,5	2	0,0045	0,00	0,00	0,00	0,00
323	GO138	0	43,08	0,8	3	0,0050	0,00	0,00	123619,23	67,84
324	MT94	0	63,40	0,4	2	0,0009	0,00	0,00	23,83	0,05
325	GO45	0	37,59	0,8	3	0,0017	0,00	0,00	0,00	0,00
326	GO13	2	23,44	0,8	3	0,0009	0,00	0,00	26556,07	95,17
327	GO49	0	36,42	0,8	4	0,0022	0,00	0,00	24708,34	93,11
328	GO70	0	31,91	0,8	4	0,0017	0,00	0,00	10681,42	23,59
329	GO59	0	46,39	0,8	4	0,0024	0,00	0,00	1523,81	8,39
330	GO3	0	7,22	0,7	3	0,0004	0,00	0,00	1896,95	100,00
331	MT47	1	25,87	0,5	2	0,0010	0,00	0,00	27129,84	96,79
332	GO123	3	30,19	0,7	3	0,0029	0,00	0,00	24569,29	99,76
333	MT83	3	25,36	0,4	2	0,0013	0,00	0,00	7212,62	26,66
334	GO148	1	39,78	0,6	4	0,0024	0,00	0,00	54930,42	80,91
335	GO96	0	40,29	0,8	4	0,0041	0,00	0,00	17239,27	73,54

336	GO10	0	21,01	0,7	4	0,0019	889,65	1,82	30905,72	63,15
337	MA51	0	27,94	0,7	3	0,0031	43109,34	8,27	59517,50	11,42
338	MA52	0	61,83	0,6	3	0,0028	29952,25	8,50	29937,28	8,50
339	MA19	0	33,53	0,8	4	0,0115	0,00	0,00	0,00	0,00
340	MA41	0	22,25	0,8	4	0,0152	0,00	0,00	0,00	0,00
341	MA31	0	43,84	0,7	3	0,0106	0,00	0,00	0,00	0,00
342	MA37	0	76,96	0,7	3	0,0042	0,00	0,00	0,00	0,00
343	MA53	0	93,33	0,5	3	0,0007	30083,75	66,32	45359,60	100,00
344	MA50	0	73,25	0,6	3	0,0018	4369,35	25,55	9417,61	55,07
345	MA20	0	66,95	0,7	3	0,0053	0,00	0,00	0,00	0,00
346	MA55	0	68,87	0,6	3	0,0027	1109,91	0,69	26845,24	16,81
347	MA30	1	69,22	0,5	3	0,0032	21697,29	100,00	6246,46	28,79
348	MA40	0	67,87	0,6	3	0,0148	0,00	0,00	517,98	1,29
349	MA21	0	86,00	0,6	3	0,0127	0,00	0,00	0,00	0,00
350	MA7	0	69,18	0,7	3	0,0067	0,00	0,00	18,07	0,08
351	MA18	0	69,47	0,6	3	0,0013	0,00	0,00	0,00	0,00
352	MA5	0	68,05	0,7	3	0,0135	0,00	0,00	0,00	0,00
353	MA15	0	75,37	0,7	3	0,0036	0,00	0,00	0,00	0,00
354	MA25	0	99,96	0,6	3	0,0000	30144,31	100,00	30144,31	100,00
355	MA1	0	99,77	0,6	3	0,0000	70229,14	99,98	70226,79	99,98
356	MA29	0	87,21	0,6	3	0,0019	141686,06	59,93	200267,94	84,71
357	MA3	0	72,92	0,7	3	0,0094	47567,11	19,93	237619,62	99,53
358	MA4	1	91,81	0,5	3	0,0013	137098,75	100,00	1963,51	1,43
359	PI24	2	13,63	0,7	3	0,0274	0,00	0,00	0,00	0,00
360	MA9	0	77,96	0,6	3	0,0217	0,00	0,00	42674,34	100,00
361	MA33	0	89,66	0,7	3	0,0091	0,00	0,00	1085,79	1,44
362	PI10	4	38,45	0,7	2	0,0830	148,39	0,26	32905,13	57,51
363	MA54	0	42,79	0,7	3	0,0023	0,00	0,00	24659,99	81,45
364	MA45	0	90,98	0,6	3	0,0026	0,00	0,00	0,00	0,00
365	MA46	0	81,57	0,6	3	0,0024	0,00	0,00	0,00	0,00
366	PI5	0	0,92	0,4	2	0,0019	0,00	0,00	0,00	0,00
367	PI18	1	61,56	0,4	2	0,0018	168690,41	67,33	172458,81	68,84
368	PI9	0	98,57	0,4	2	0,0023	0,00	0,00	0,00	0,00
369	PI7	0	78,10	0,4	2	0,0006	0,00	0,00	53645,56	85,77
370	PI22	0	89,10	0,4	2	0,0127	0,00	0,00	45189,85	99,47
371	PI2	0	99,50	0,4	2	0,0008	21392,61	68,43	31216,76	99,86
372	PI16	0	83,13	0,5	2	0,0617	547,06	0,23	85244,00	35,54
373	PI15	0	73,04	0,5	2	0,0788	0,00	0,00	76918,67	71,64

374	PI11	0	96,77	0,4	2	0,0005	34505,59	25,05	36457,72	26,47
375	PI1	0	82,93	0,4	2	0,0003	3955,34	11,38	0,00	0,00
376	PI29	0	71,98	0,4	2	0,0006	0,00	0,00	1231,22	1,35
377	PI23	0	89,46	0,4	2	0,0007	0,00	0,00	0,00	0,00
378	PI17	0	72,83	0,5	2	0,0011	0,00	0,00	227,16	0,14
379	PI14	0	73,78	0,5	2	0,0013	16394,97	21,64	12485,63	16,48
380	PI25	0	69,07	0,5	2	0,0019	18,11	0,01	821,47	0,50
381	PI6	0	93,16	0,4	2	0,0016	0,00	0,00	0,00	0,00
382	PI20	0	70,53	0,4	2	0,0018	0,00	0,00	0,00	0,00
383	MA34	0	71,24	0,6	3	0,0009	0,00	0,00	0,00	0,00
384	MA11	0	99,12	0,4	3	0,0002	0,00	0,00	0,00	0,00
385	MA57	0	68,28	0,5	2	0,0105	0,00	0,00	0,00	0,00
386	MA43	0	82,06	0,5	3	0,0007	0,00	0,00	824,31	3,15
387	MA6	1	87,52	0,5	3	0,0045	0,00	0,00	0,00	0,00
388	MA17	0	97,23	0,5	3	0,0019	0,00	0,00	202,56	0,62
389	MA35	0	89,62	0,5	3	0,0011	0,00	0,00	108,90	0,31
390	MA14	0	75,96	0,6	3	0,0037	0,00	0,00	7599,76	15,27
391	MA10	0	77,94	0,5	3	0,0013	0,00	0,00	8502,86	8,51
392	MA39	0	58,39	0,6	3	0,0064	0,00	0,00	7844,54	3,99
393	MA44	2	68,34	0,6	3	0,0238	0,00	0,00	33767,84	85,79
394	MA16	0	75,39	0,6	3	0,0049	0,00	0,00	35791,88	80,30
395	MA26	0	90,96	0,6	3	0,0048	0,00	0,00	21511,29	93,45
396	MA49	0	66,48	0,6	3	0,0051	0,00	0,00	15455,73	73,63
397	MA27	0	93,73	0,6	3	0,0029	0,00	0,00	19964,99	97,36
398	MA48	0	82,98	0,6	3	0,0112	0,00	0,00	11069,82	90,34
399	MA23	0	24,73	0,6	3	0,0211	0,00	0,00	6407,00	27,67
400	MA47	0	82,95	0,6	3	0,0073	0,00	0,00	38740,73	78,98
401	PI3	0	86,13	0,5	2	0,0002	0,00	0,00	0,00	0,00
402	PI21	0	71,00	0,5	2	0,0008	0,00	0,00	1580,23	0,52
403	PI28	0	80,69	0,5	2	0,0253	64842,40	10,70	109243,23	18,03
404	MA22	0	82,57	0,5	3	0,0013	0,00	0,00	271328,97	82,69
405	PI27	0	78,67	0,6	2	0,0002	0,00	0,00	141500,87	90,90
406	PI8	0	97,96	0,5	2	0,0000	26553,41	100,00	26553,41	100,00
407	PI26	1	85,98	0,5	2	0,0001	0,00	0,00	88438,84	100,00
408	MA24	1	71,12	0,6	2	0,0004	0,00	0,00	33355,82	97,66
409	MA2	0	97,03	0,6	2	0,0001	0,00	0,00	3845,83	6,79
410	PI4	0	90,85	0,5	2	0,0001	10838,39	15,10	71800,78	100,00
411	PI19	3	99,36	0,5	2	0,0000	261980,07	93,85	262787,42	94,14

412	PI12	0	77,62	0,6	3	0,0310	0,00	0,00	0,00	0,00
413	PI13	0	21,01	0,6	3	0,0021	0,00	0,00	0,00	0,00
414	BA26	1	51,99	0,4	2	0,0307	41343,89	97,99	15888,97	37,66
415	BA4	1	30,63	0,4	2	0,0374	66356,16	99,24	276,68	0,41
416	BA17	1	88,27	0,4	2	0,0049	73184,91	16,34	315496,43	70,44
417	BA18	3	74,43	0,5	3	0,0105	290763,53	36,80	615012,07	77,83
418	BA22	1	56,98	0,6	3	0,0330	123660,42	55,45	138233,95	61,98
419	BA5	0	63,65	0,6	3	0,0319	196350,60	58,82	222692,67	66,71
420	BA54	0	65,51	0,6	3	0,0635	416725,87	62,10	419856,03	62,57
421	BA45	0	56,53	0,4	2	0,0088	0,00	0,00	68396,86	28,90
422	BA31	0	52,86	0,6	2	0,0055	0,00	0,00	3546,57	4,82
423	BA42	0	76,99	0,6	4	0,1434	21885,74	95,75	22703,10	99,33
424	BA35	0	42,47	0,7	4	0,2763	60846,89	96,41	5844,47	9,26
425	BA3	0	67,99	0,6	4	0,1918	22921,86	74,99	20810,89	68,09
426	BA19	0	54,38	0,6	4	0,0512	0,00	0,00	257,27	4,61
427	BA32	0	76,15	0,6	4	0,0716	0,00	0,00	26907,98	82,37
428	BA11	1	70,59	0,6	4	0,0942	4279,37	6,75	46444,86	73,22
429	BA57	0	88,19	0,6	4	0,1157	0,00	0,00	18404,35	99,94
430	BA12	0	40,27	0,7	4	0,0408	2314,37	1,26	69160,84	37,66
431	BA10	0	33,24	0,8	4	0,0016	0,00	0,00	305,62	0,35
432	BA9	0	73,28	0,5	2	0,1015	1776,31	0,68	178309,46	68,38
433	BA21	0	77,39	0,6	2	0,0247	22144,47	4,82	150174,77	32,71
434	BA63	0	85,17	0,6	3	0,0908	0,00	0,00	34277,28	37,26
435	BA53	0	77,37	0,6	3	0,0215	0,00	0,00	29646,51	67,43
436	BA36	0	81,58	0,6	3	0,0115	0,00	0,00	3945,00	99,55
437	BA61	0	41,65	0,6	3	0,2318	0,00	0,00	1483,80	0,55
438	BA25	0	34,68	0,4	2	0,0043	0,00	0,00	2079,43	70,02
439	BA64	1	74,22	0,4	2	0,0122	0,00	0,00	1161,33	2,46
440	BA55	0	39,52	0,5	2	0,0232	0,00	0,00	9241,63	5,29
441	BA24	2	35,66	0,4	2	0,0277	0,00	0,00	12958,89	44,51
442	BA56	0	43,92	0,4	2	0,0247	2144,19	10,82	5,63	0,03
443	BA58	0	47,58	0,6	2	0,0230	980,91	0,80	1721,65	1,41
444	BA33	0	67,34	0,5	2	0,0125	0,00	0,00	40802,59	57,67
445	BA50	0	58,68	0,6	2	0,0199	0,00	0,00	18906,35	32,24
446	BA15	0	55,78	0,6	2	0,0252	0,00	0,00	6434,80	13,33
447	BA52	0	26,62	0,6	2	0,0399	0,00	0,00	1055,40	13,61
448	BA44	1	51,20	0,6	2	0,0123	0,00	0,00	58779,15	60,63
449	BA2	0	64,21	0,6	2	0,0081	0,00	0,00	53525,84	82,11

450	BA28	0	83,18	0,5	2	0,0130	18,78	0,01	148242,91	72,47
451	BA47	0	62,49	0,4	2	0,0407	10729,91	4,69	105763,04	46,22
452	BA62	0	60,04	0,5	2	0,1148	17699,23	20,78	31391,99	36,85
453	BA37	0	71,12	0,5	2	0,1569	18024,67	16,47	31125,16	28,43
454	BA48	0	65,48	0,5	2	0,1141	46982,42	41,49	98522,60	87,01
455	BA7	0	68,90	0,5	3	0,0097	0,00	0,00	87197,85	39,74
456	BA6	0	51,70	0,5	2	0,1236	0,00	0,00	78452,05	60,83
457	BA16	0	54,60	0,5	3	0,0383	0,00	0,00	86996,83	58,72
458	BA49	0	67,29	0,6	2	0,0150	0,00	0,00	16218,87	74,61
459	BA23	0	83,20	0,5	3	0,0098	0,00	0,00	119651,67	92,28
460	BA39	0	25,97	0,5	3	0,0098	0,00	0,00	5104,33	28,52
461	BA46	0	11,54	0,6	2	0,0050	0,00	0,00	981,41	16,49
462	BA51	0	78,33	0,5	3	0,0619	0,00	0,00	91349,04	99,27
463	BA43	0	82,48	0,6	2	0,0477	0,00	0,00	17547,61	12,71
464	BA40	0	79,99	0,5	3	0,0087	0,00	0,00	29978,46	100,00
465	BA59	2	19,14	0,4	2	0,0454	7327,15	17,30	2027,74	4,79
466	BA60	1	42,21	0,5	2	0,0170	27891,39	29,96	21898,14	23,53
467	BA38	0	3,15	0,5	2	0,0237	0,00	0,00	3241,00	8,88
468	BA29	0	52,85	0,6	2	0,0246	0,00	0,00	11511,56	10,04
469	BA30	0	66,29	0,6	2	0,0064	0,00	0,00	3426,90	18,72
470	BA13	1	62,04	0,6	2	0,0105	0,00	0,00	65597,68	85,94
471	MG3	1	76,67	0,5	5	0,0095	121664,17	38,57	61760,88	19,58
472	BA20	0	46,50	0,5	2	0,0064	0,00	0,00	16804,42	43,14
473	BA34	0	87,00	0,5	2	0,0031	302952,22	49,54	465510,08	76,12
474	BA14	0	42,26	0,5	2	0,0078	0,00	0,00	26946,60	43,95
475	BA41	0	74,98	0,4	2	0,0042	0,00	0,00	4997,92	4,52
476	BA27	0	84,12	0,4	2	0,0023	58840,97	12,89	362664,41	79,47
477	MG16	0	44,60	0,6	5	0,0503	2154,71	1,16	2226,37	1,20
478	BA8	1	19,65	0,5	2	0,0324	0,00	0,00	19802,03	25,63
479	MG39	0	26,99	0,6	5	0,0706	0,00	0,00	2853,71	1,95
480	MG73	0	18,26	0,6	5	0,0183	46708,75	13,04	179310,64	50,04
481	MG93	0	30,91	0,6	5	0,0381	11142,44	8,81	78648,58	62,20
482	MG41	1	44,53	0,6	5	0,0395	0,00	0,00	68020,99	31,09
483	MG27	1	18,59	0,6	5	0,0553	10950,19	29,39	0,00	0,00
484	MG58	0	21,27	0,6	5	0,0121	25,05	0,04	18863,24	29,82
485	MG139	1	20,91	0,6	5	0,0163	0,00	0,00	5710,81	20,11
486	MG96	1	35,15	0,7	5	0,0018	0,00	0,00	15634,87	57,71
487	MG1	0	44,87	0,6	5	0,0288	0,00	0,00	324,00	0,63

488	MG20	0	34,82	0,7	5	0,0114	0,00	0,00	63391,53	66,47
489	MG134	1	36,98	0,7	1	0,0172	0,00	0,00	28750,51	98,31
490	MG54	1	28,19	0,7	5	0,0075	0,00	0,00	138221,81	92,13
491	MG79	1	39,81	0,6	5	0,0556	87474,64	32,33	110277,31	40,76
492	MG98	0	43,23	0,6	5	0,0467	64624,54	69,99	8575,13	9,29
493	MG85	0	72,34	0,5	5	0,0105	135364,15	97,56	113946,17	82,12
494	MG89	3	52,81	0,5	5	0,0114	39520,39	16,56	51576,04	21,61
495	MG25	0	54,96	0,5	5	0,0134	2447,69	2,62	23597,23	25,28
496	MG50	0	54,14	0,7	5	0,0165	0,00	0,00	97405,03	85,44
497	MG67	0	82,23	0,5	5	0,0138	27083,64	69,76	31297,97	80,62
498	MG5	0	97,16	0,5	5	0,0024	105715,84	97,64	81571,42	75,34
499	MG113	0	73,29	0,5	5	0,0107	7646,27	19,90	32214,06	83,82
500	MG117	0	85,37	0,5	5	0,0087	505,18	3,45	70,73	0,48
501	MG83	0	92,94	0,6	1	0,0021	10147,19	19,20	51162,93	96,79
502	MG24	0	74,39	0,6	1	0,0041	0,00	0,00	13554,28	74,00
503	MG55	1	34,00	0,6	5	0,0051	0,00	0,00	6028,69	33,93
504	MG116	0	38,98	0,6	5	0,0049	0,00	0,00	6418,04	55,90
505	MG87	0	58,63	0,6	5	0,0023	0,00	0,00	18408,50	78,69
506	MG133	0	82,78	0,5	5	0,0032	0,00	0,00	193813,93	67,71
507	MG26	0	67,96	0,5	5	0,0277	0,00	0,00	233446,80	75,87
508	MG101	2	67,47	0,5	5	0,0066	10001,68	2,23	220243,29	49,21
509	MG33	2	46,33	0,6	5	0,0289	2319,07	0,70	135289,06	40,77
510	MG66	0	66,54	0,5	5	0,0028	408,73	0,17	133783,44	54,89
511	MG37	0	68,55	0,5	5	0,0063	16382,36	6,97	200832,48	85,49
512	MG120	0	47,34	0,6	5	0,0079	0,00	0,00	43517,25	13,40
513	MG119	0	50,98	0,5	5	0,0064	0,00	0,00	0,00	0,00
514	MG17	1	47,47	0,7	5	0,0181	0,00	0,00	92104,25	64,18
515	MG40	0	61,20	0,5	5	0,0043	0,00	0,00	54370,01	72,66
516	MG106	0	34,63	0,6	5	0,0322	0,00	0,00	2024,27	2,62
517	MG131	1	45,66	0,6	5	0,0280	12257,60	4,23	122320,47	42,26
518	GO18	0	59,41	0,7	3	0,0105	0,00	0,00	86798,43	62,39
519	DF1	0	26,54	0,7	1	0,0319	123391,46	74,00	73057,82	43,81
520	MG141	0	8,52	0,7	5	0,0513	0,00	0,00	0,00	0,00
521	MG127	0	50,59	0,7	5	0,0182	2880,16	9,94	28058,17	96,81
522	MG99	0	17,48	0,7	5	0,0307	0,00	0,00	6859,20	21,41
523	MG112	0	52,86	0,7	5	0,0351	953,93	1,80	45405,22	85,51
524	MG94	1	58,65	0,6	5	0,0118	0,00	0,00	52732,49	90,44
525	MG102	1	52,13	0,6	5	0,0091	0,00	0,00	118601,96	35,18

526	MG77	0	46,98	0,7	5	0,0338	4765,24	2,33	31899,38	15,60
527	MG43	0	43,57	0,8	5	0,0305	0,00	0,00	76772,12	99,03
528	MG10	1	35,55	0,6	5	0,0094	0,00	0,00	60322,44	65,75
529	MG51	0	39,14	0,5	5	0,0142	0,00	0,00	39171,49	39,31
530	MG38	0	39,72	0,4	5	0,0055	0,00	0,00	66844,82	61,26
531	MG9	0	59,54	0,4	5	0,0052	0,00	0,00	37997,57	100,00
532	MG44	4	50,30	0,5	5	0,0029	6709,50	8,16	70107,59	85,25
533	MG92	0	56,23	0,5	5	0,0007	40799,14	26,92	119444,19	78,82
534	MG138	2	50,59	0,5	5	0,0160	268,09	0,07	316112,19	77,14
535	MG12	1	46,64	0,4	5	0,0019	0,00	0,00	83644,76	38,82
536	MG74	1	56,71	0,5	5	0,0020	38448,39	19,32	129939,62	65,30
537	MG49	0	7,77	0,4	5	0,0046	0,00	0,00	3,00	0,01
538	MG70	11	72,78	0,4	5	0,0013	0,00	0,00	169661,57	83,52
539	MG115	0	15,26	0,5	5	0,0058	0,00	0,00	1176,10	2,33
540	MG91	92	70,20	0,5	5	0,0017	67783,38	15,07	392658,37	87,31
541	MG4	28	37,45	0,6	1	0,0479	60446,29	5,23	530549,58	45,92
542	MG88	1	43,04	0,5	5	0,0202	0,00	0,00	216964,56	58,53
543	MG128	0	45,17	0,4	5	0,0018	0,00	0,00	116196,29	97,05
544	MG125	1	65,92	0,7	5	0,0077	0,00	0,00	315996,22	53,85
545	MG109	0	57,09	0,4	5	0,0115	0,00	0,00	19658,24	50,48
546	MG14	0	75,69	0,6	5	0,0073	0,00	0,00	168893,70	97,98
547	MG32	0	48,39	0,4	5	0,0044	1384,49	1,40	32082,49	32,49
548	MG45	0	68,63	0,6	5	0,0086	0,00	0,00	236516,22	89,40
549	MG107	0	34,75	0,4	5	0,0128	0,00	0,00	34830,61	15,04
550	MG34	0	43,26	0,4	5	0,0031	0,00	0,00	74253,53	40,79
551	MG35	2	31,16	0,6	5	0,0168	203,29	0,09	37138,34	15,57
552	MG46	0	39,19	0,6	5	0,0231	49,75	0,06	75295,49	86,78
553	MG6	1	9,50	0,6	5	0,0379	12065,35	2,22	104525,01	19,25
554	MG56	0	21,89	0,6	5	0,0061	0,00	0,00	65525,20	33,46
555	MG104	0	29,96	0,6	5	0,0063	0,00	0,00	10770,01	23,11
556	MG110	0	6,84	0,6	5	0,0382	0,00	0,00	6634,99	4,28
557	MG64	0	24,18	0,7	5	0,0092	0,00	0,00	59660,53	51,40
558	MG100	0	9,42	0,6	5	0,0173	0,00	0,00	13190,00	6,16
559	MG57	0	16,08	0,6	5	0,0166	0,00	0,00	9444,27	1,98
560	MG31	1	8,87	0,6	5	0,0060	5911,46	1,66	89531,63	25,18
561	MG136	2	32,74	0,5	5	0,0013	27193,78	32,81	27061,46	32,65
562	MG108	3	43,35	0,5	5	0,0015	25968,22	31,88	35995,65	44,19
563	MG76	0	34,36	0,5	5	0,0061	16990,26	2,69	271067,36	42,91

564	MG121	0	11,77	0,5	5	0,0026	0,00	0,00	0,00	0,00
565	MG11	3	59,65	0,5	5	0,0012	0,00	0,00	0,00	0,00
566	MG19	2	49,01	0,5	5	0,0025	0,00	0,00	0,00	0,00
567	MG7	1	54,13	0,5	5	0,0026	4383,38	7,65	4391,84	7,66
568	MG81	7	53,22	0,4	5	0,0007	12527,91	2,70	14558,32	3,13
569	MG137	0	55,47	0,4	5	0,0008	0,00	0,00	0,00	0,00
570	MG86	0	71,91	0,5	5	0,0085	5416,60	10,14	5397,78	10,10
571	MG135	1	61,68	0,5	5	0,0018	1436,59	1,35	2012,64	1,89
572	MG30	0	74,54	0,4	5	0,0076	2071,94	0,62	2063,40	0,61
573	MG47	1	86,65	0,4	5	0,0007	0,00	0,00	664,84	0,63
574	MG122	0	32,05	0,4	5	0,0005	0,00	0,00	1905,09	2,43
575	MG65	0	85,95	0,4	5	0,0004	47121,40	33,70	128254,68	91,72
576	MG15	1	92,04	0,4	5	0,0005	12650,19	30,29	41767,80	100,00
577	MG72	51	72,74	0,4	5	0,0010	18229,71	8,60	164260,73	77,48
578	MG123	1	57,80	0,6	5	0,0016	11301,84	87,62	12250,03	94,97
579	MG78	0	29,90	0,6	5	0,0031	1955,74	13,57	10692,00	74,19
580	MG103	0	56,85	0,4	5	0,0006	8242,56	39,03	17938,92	84,95
581	MG95	0	91,89	0,4	5	0,0008	6649,13	96,94	6858,91	100,00
582	MG62	1	66,38	0,4	5	0,0010	6940,56	54,10	10071,15	78,50
583	MG105	0	33,41	0,4	5	0,0011	4131,97	12,58	18233,67	55,51
584	MG84	1	70,84	0,4	5	0,0005	8841,04	42,19	19051,16	90,90
585	MG69	1	47,45	0,4	5	0,0003	4989,15	30,43	8442,05	51,49
586	MG13	0	40,23	0,8	5	0,0050	0,00	0,00	4638,68	72,26
587	MS10	0	5,01	0,6	2	0,0100	0,00	0,00	21710,77	3,40
588	MS11	0	13,96	0,7	3	0,0159	10,19	0,00	225241,63	33,60
589	MS33	3	6,94	0,8	3	0,0089	8830,20	0,96	43614,58	4,72
590	MS20	0	15,67	0,8	3	0,0307	535,19	0,12	2261,67	0,53
591	SP36	0	8,46	0,6	1	0,0183	0,00	0,00	0,00	0,00
592	PR8	1	0,35	0,6	1	0,0085	1480,12	0,13	3751,03	0,33
593	PR4	0	17,06	0,7	1	0,0070	97847,93	32,42	76576,42	25,37
594	PR1	1	1,62	0,6	1	0,0013	47937,51	29,05	1285,79	0,78
595	SP39	0	4,12	0,6	1	0,0140	293,51	0,09	677,91	0,20
596	PR9	0	0,14	0,6	1	0,0122	0,00	0,00	174,34	0,05
597	PR7	0	10,08	0,6	1	0,0071	45722,74	21,17	37015,45	17,14
598	SP16	0	5,39	0,6	1	0,0055	993,80	1,07	1089,30	1,18
599	SP12	0	5,35	0,6	1	0,0047	0,00	0,00	0,00	0,00
600	SP1	0	6,99	0,7	1	0,0033	1854,08	0,43	90189,03	21,15
601	SP22	0	1,87	0,6	1	0,0334	1267,20	0,86	1593,15	1,08

602	SP17	0	5,36	0,6	1	0,0139	4833,31	4,98	720,09	0,74
603	SP26	0	3,95	0,5	1	0,0021	3122,75	28,01	2108,92	18,92
604	SP13	0	6,57	0,5	1	0,0111	0,00	0,00	1228,41	1,30
605	SP48	0	0,47	0,5	1	0,0185	4348,97	21,82	0,00	0,00
606	SP11	0	7,60	0,5	1	0,0077	8531,57	15,25	133,98	0,24
607	SP30	6	3,58	0,6	1	0,0102	0,00	0,00	173,79	0,08
608	PR6	0	0,74	0,7	1	0,0147	0,00	0,00	0,00	0,00
609	PR5	14	7,56	0,6	1	0,0035	49594,39	31,12	28181,28	17,68
610	PR3	3	9,73	0,6	1	0,0052	28928,41	37,12	1906,86	2,45
611	PR2	2	20,74	0,6	1	0,0046	8558,67	9,67	18318,22	20,70
612	SP40	0	1,60	0,7	1	0,0336	0,00	0,00	0,00	0,00
613	SP18	1	5,67	0,6	1	0,0273	282,56	0,06	611,25	0,14
614	SP21	2	0,98	0,7	1	0,0094	8984,96	7,25	1427,14	1,15
615	SP27	0	0,96	0,6	1	0,0219	3924,61	1,39	0,00	0,00
616	SP29	1	2,13	0,6	1	0,0508	0,00	0,00	755,14	0,29
617	MS8	3	17,08	0,7	5	0,0224	42,97	0,00	254114,02	18,87
618	MS13	0	16,84	0,6	2	0,0053	0,00	0,00	60719,31	7,02
619	MS7	1	13,53	0,6	2	0,0048	0,00	0,00	0,00	0,00
620	MS12	0	1,37	0,6	2	0,0302	403,16	0,88	0,00	0,00
621	MS37	0	17,14	0,6	2	0,0077	478,25	0,20	88661,54	36,48
622	MS27	1	14,26	0,6	2	0,0051	0,00	0,00	23467,64	91,67
623	MS28	2	18,31	0,6	2	0,0088	4962,64	0,69	425862,15	58,80
624	SP4	0	8,06	0,7	1	0,0043	225664,76	94,24	52303,32	21,84
625	SP52	1	6,99	0,5	1	0,0104	9340,13	8,08	337,68	0,29
626	SP3	0	4,66	0,6	1	0,0378	15867,03	99,34	10487,06	65,66
627	SP31	0	8,57	0,5	1	0,0038	0,90	0,00	2920,20	6,85
628	SP32	0	9,36	0,5	1	0,0152	0,00	0,00	37430,08	64,42
629	SP6	2	10,31	0,6	1	0,0539	0,00	0,00	3096,57	6,54
630	SP20	0	14,49	0,5	1	0,0700	48488,94	34,09	44971,61	31,61
631	SP33	2	12,90	0,5	1	0,0076	57028,30	21,81	150351,54	57,51
632	SP7	2	2,89	0,7	1	0,0137	1243,92	1,18	397,58	0,38
633	SP25	0	4,74	0,7	1	0,0493	2280,32	4,05	1194,35	2,12
634	SP37	0	1,65	0,6	1	0,0546	1144,87	1,06	0,00	0,00
635	SP5	1	7,10	0,4	1	0,0270	21934,22	25,05	39562,32	45,18
636	SP2	5	11,00	0,6	1	0,0100	93155,20	49,38	123640,92	65,54
637	SP14	4	8,77	0,6	1	0,0583	110794,70	67,57	47151,71	28,76
638	SP44	0	0,62	0,6	1	0,1355	0,00	0,00	159,09	0,09
639	SP9	0	0,34	0,7	1	0,0855	25,08	0,01	0,00	0,00

640	SP8	0	3,35	0,8	1	0,0277	91,72	0,19	0,00	0,00
641	SP45	0	2,90	0,7	1	0,0191	137,72	0,32	0,00	0,00
642	SP34	0	4,44	0,6	1	0,0673	0,00	0,00	0,00	0,00
643	SP55	1	16,68	0,5	1	0,0138	19879,89	46,94	3513,24	8,30
644	SP49	0	15,98	0,5	1	0,0045	12292,95	39,25	25670,03	81,96
645	SP15	1	10,11	0,5	1	0,0058	278,65	0,87	31064,90	96,78
646	SP43	0	4,18	0,6	1	0,0050	32652,42	28,39	733,42	0,64
647	SP51	1	4,18	0,5	1	0,0055	0,00	0,00	66406,18	28,73
648	MS9	0	12,48	0,5	2	0,0036	0,00	0,00	0,00	0,00
649	SP41	0	0,34	0,5	1	0,0107	0,00	0,00	1860,07	1,40
650	SP38	0	4,11	0,6	1	0,0081	0,00	0,00	64494,56	21,44
651	MG140	0	15,92	0,6	5	0,0037	0,00	0,00	100325,25	36,07
652	MG118	0	5,09	0,6	5	0,0094	0,00	0,00	1942,19	0,51
653	SP24	1	8,08	0,5	1	0,0311	103,05	0,02	114397,86	22,08
654	SP23	5	8,15	0,6	1	0,0601	3196,68	0,25	297734,51	23,40
655	SP46	0	5,86	0,5	1	0,1327	738,81	0,57	37107,34	28,69
656	SP19	0	11,71	0,5	1	0,0342	2266,50	2,15	11660,34	11,05
657	SP42	3	12,58	0,5	1	0,0427	10967,07	1,80	268541,95	44,02
658	SP35	0	6,37	0,6	1	0,0784	0,00	0,00	0,00	0,00
659	SP47	1	5,84	0,6	1	0,0486	5187,32	1,44	1523,19	0,42
660	MG129	0	15,94	0,7	5	0,0135	0,00	0,00	9416,77	3,50
661	SP53	0	5,67	0,5	1	0,0475	0,00	0,00	153822,14	51,19
662	SP10	0	5,05	0,5	1	0,0415	727,22	2,03	3339,72	9,30
663	SP28	0	6,94	0,6	1	0,0098	0,00	0,00	9002,18	69,10
664	SP50	0	11,66	0,6	1	0,0199	0,00	0,00	1783,80	1,88
665	MG97	0	11,59	0,6	5	0,0023	372,77	0,69	3012,39	5,61
666	MG126	1	19,69	0,5	1	0,0069	0,00	0,00	108827,45	97,59
667	SP54	0	5,68	0,5	1	0,0224	14,43	0,01	474,82	0,36
668	MG75	0	16,16	0,6	5	0,0252	2134,07	0,53	74174,39	18,38
669	MG114	1	43,20	0,6	5	0,0038	4095,95	5,66	39029,91	53,98
670	MG90	2	83,56	0,6	5	0,0004	51512,06	80,27	51649,54	80,49
671	MG23	0	21,58	0,6	5	0,0036	6501,22	12,98	6613,43	13,21
672	MG2	7	27,06	0,7	5	0,0053	62198,89	20,43	140911,08	46,29
673	MG82	0	11,88	0,6	5	0,0081	2805,02	0,97	79752,07	27,61
674	MG42	0	21,88	0,6	5	0,0081	0,00	0,00	30032,65	19,11
675	MG36	1	3,85	0,5	5	0,0068	0,00	0,00	1954,54	0,87
676	GO112	0	14,92	0,5	3	0,0176	0,00	0,00	281910,07	40,47
677	GO93	3	33,47	0,6	3	0,0122	127033,58	17,35	518987,46	70,87

678	GO136	2	25,32	0,7	3	0,0117	0,00	0,00	700837,01	59,55
679	GO61	5	20,19	0,7	3	0,0149	0,00	0,00	493400,89	36,06
680	MG48	1	20,27	0,7	5	0,0043	0,00	0,00	409187,89	69,21
681	MG124	0	14,87	0,7	5	0,0340	0,00	0,00	72017,71	31,70
682	MG60	0	12,40	0,8	5	0,0359	0,00	0,00	1782,44	2,34
683	MG28	1	18,82	0,9	5	0,0200	0,00	0,00	88004,44	91,02
684	GO87	1	16,07	0,7	3	0,0404	42197,66	3,30	304070,28	23,75
685	GO145	0	16,07	0,6	3	0,0219	0,00	0,00	243388,78	29,98
686	GO9	0	11,15	0,7	3	0,0154	9109,70	4,37	43582,93	20,91
687	GO28	0	3,58	0,7	3	0,0109	0,00	0,00	494,85	0,34
688	GO8	1	12,27	0,7	3	0,0272	74417,39	6,00	455469,19	36,70
689	GO92	0	12,08	0,8	3	0,0177	6419,08	1,40	9348,98	2,04
690	GO85	1	23,24	0,8	3	0,0111	5739,96	1,51	100294,75	26,32
691	GO20	0	25,77	0,6	3	0,0241	0,00	0,00	107420,75	32,50
692	GO54	0	19,69	0,7	3	0,0163	486,37	0,11	105300,11	23,88
693	GO39	0	46,68	0,8	3	0,0196	0,00	0,00	156193,79	79,72
694	GO48	17	38,23	0,8	1	0,0757	228854,45	42,73	370653,22	69,21
695	GO97	0	23,30	0,8	3	0,0219	114359,15	12,63	495943,29	54,78
696	MG130	0	16,34	0,9	5	0,0712	0,00	0,00	90571,50	44,21
697	MG80	1	13,12	0,8	5	0,0388	2181,81	0,56	246424,32	63,24
698	MG8	3	48,56	0,7	5	0,0307	14774,86	3,19	330629,64	71,46
699	MG111	1	20,07	0,7	5	0,0248	0,00	0,00	183763,69	55,57
700	MG21	1	21,50	0,7	5	0,0235	0,00	0,00	109233,24	81,87
701	MG59	1	25,57	0,7	5	0,0397	0,00	0,00	60407,67	20,26
702	MG18	0	26,96	0,7	5	0,0227	0,00	0,00	3720,13	2,59
703	GO147	0	35,78	0,7	3	0,0246	0,00	0,00	306201,08	67,77
704	MG22	1	15,19	0,7	5	0,0706	0,00	0,00	104,52	0,02
705	MG61	0	10,51	0,7	5	0,0496	0,00	0,00	0,00	0,00
706	MG29	0	15,73	0,7	5	0,0263	0,00	0,00	0,00	0,00
707	MG68	1	21,45	0,7	5	0,0215	0,00	0,00	213868,14	20,31
708	GO130	5	34,54	0,7	5	0,0395	8401,69	0,70	290616,49	24,32
709	MS3	0	14,21	0,5	3	0,0030	0,00	0,00	2156,99	1,27
710	MS22	0	41,60	0,5	3	0,0069	30932,35	9,43	250602,40	76,37
711	MS35	1	10,18	0,7	3	0,0083	9322,32	6,90	47931,21	35,47
712	MS18	0	12,57	0,5	3	0,0042	0,00	0,00	7060,10	4,89
713	MS31	0	17,06	0,5	3	0,0034	0,00	0,00	197199,21	77,23
714	MS19	2	32,64	0,5	3	0,0064	998,08	0,38	161709,05	61,18
715	MS34	0	54,45	0,5	3	0,0044	169113,48	48,69	317764,40	91,48

716	MS26	1	6,15	0,6	3	0,0052	0,00	0,00	212735,60	26,96
717	MS17	8	29,92	0,6	5	0,0143	76927,97	3,83	1313714,76	65,40
718	MS24	0	16,58	0,5	3	0,0088	22507,91	10,89	179585,62	86,88
719	MS6	1	9,37	0,5	3	0,0167	3708,52	2,33	98972,48	62,14
720	MS30	0	27,65	0,6	3	0,0119	0,00	0,00	103775,05	42,87
721	MS4	1	26,08	0,5	3	0,0093	11648,35	4,40	63930,17	24,16
722	MS32	2	23,91	0,7	3	0,0129	17177,58	5,63	100221,51	32,82
723	MS25	0	26,47	0,7	3	0,0076	1099,86	0,14	438466,15	56,75
724	MS36	0	28,55	0,5	3	0,0051	1403,84	0,40	260603,40	74,34
725	MS21	0	31,07	0,6	3	0,0059	0,00	0,00	121095,79	36,96
726	MS2	2	10,30	0,6	2	0,0195	0,00	0,00	24360,82	6,65
727	MS29	1	20,63	0,6	2	0,0289	0,00	0,00	133095,06	67,61
728	MS14	3	36,24	0,6	2	0,0062	30362,65	2,58	624645,30	53,09
729	MS23	0	27,09	0,6	2	0,0088	0,00	0,00	83944,44	58,39
730	MS5	0	30,16	0,6	2	0,0074	16786,25	2,28	238744,31	32,46
731	MT50	1	19,27	0,6	2	0,0128	0,00	0,00	315703,22	30,41
732	MS16	0	25,59	0,6	2	0,0151	0,00	0,00	222894,86	49,78
733	MT51	1	32,80	0,7	2	0,0096	0,00	0,00	340194,67	45,15
734	MT72	0	17,13	0,8	2	0,0146	1231,72	1,30	10904,29	11,48
735	MT111	0	33,55	0,7	2	0,0109	4262,65	1,69	64473,59	25,54
736	MT105	0	46,15	0,6	2	0,0151	4769,13	0,78	316871,32	51,63
737	MT93	0	55,58	0,6	4	0,0028	0,00	0,00	29549,98	83,74
738	MT16	1	42,91	0,6	4	0,0065	50056,16	29,57	136712,08	80,76
739	MT78	8	45,32	0,6	4	0,0235	72801,98	12,62	351399,27	60,94
740	MT37	1	56,08	0,5	4	0,0053	9197,60	6,85	101853,83	75,90
741	MT73	0	58,42	0,6	3	0,0088	433,40	0,77	55866,54	99,23
742	MT88	1	65,65	0,5	4	0,0047	94,37	0,11	83741,32	99,89
743	MT59	0	53,82	0,4	4	0,0022	35394,03	59,48	59503,57	100,00
744	MT4	0	84,09	0,4	4	0,0020	48197,38	100,00	48197,38	100,00
745	MT70	0	88,12	0,5	4	0,0044	31382,91	100,00	31382,92	100,00
746	MT38	0	84,80	0,4	4	0,0025	43330,73	100,00	43271,55	99,86
747	MT56	1	77,94	0,5	4	0,0031	352,03	0,25	138190,54	96,96
748	MT63	0	58,01	0,5	3	0,0031	59836,25	14,34	307826,85	73,75
749	MT11	2	47,90	0,7	4	0,0026	95239,68	57,06	119704,02	71,72
750	MT27	1	34,24	0,7	4	0,0096	6375,86	5,50	111024,39	95,74
751	MT52	0	58,33	0,7	4	0,0083	0,00	0,00	49333,35	79,25
752	MT29	0	52,53	0,7	4	0,0110	0,00	0,00	68054,38	78,41
753	MT114	0	11,90	0,5	4	0,0040	14758,84	2,83	491207,04	94,27

754	MT61	0	9,88	0,6	4	0,0044	0,00	0,00	97810,25	87,46
755	MT90	0	47,40	0,6	4	0,0037	0,00	0,00	174890,36	76,76
756	MT104	0	35,52	0,5	4	0,0057	12533,16	2,98	168198,05	40,00
757	MT21	1	56,30	0,4	4	0,0028	0,00	0,00	42115,74	73,34
758	MT99	0	0,00	0,6	4	0,0039	0,00	0,00	0,00	0,00
759	MT41	0	20,24	0,6	4	0,0045	24418,29	5,95	79092,54	19,28
760	MT112	0	85,33	0,6	4	0,0017	7662,29	45,74	16753,22	100,00
761	MT14	0	26,97	0,5	4	0,0054	53512,85	14,34	144490,93	38,72
762	BO020	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	2251080,00	100,00	Desconhecido	Desconhecido
763	PY013	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	103885,00	80,03	Desconhecido	Desconhecido
764	PY012	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	0,00	0,00	Desconhecido	Desconhecido
765	PY014	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	0,00	0,00	Desconhecido	Desconhecido

APÊNDICE 3. RANQUEAMENTO AHP DE DADOS DE KBAS

Este apêndice é composto pelas etapas intermediárias da priorização de KBAs geradas pelo método Processo Analítico Hierárquico (AHP). A Tabela 3.1 apresenta a descrição das variáveis, enquanto a tabela final é dividida em duas partes (3.2 e 3.3) para apresentar os valores por KBA. A última coluna da Tabela 3.3 é o resultado final da priorização.

Tabela 3.1. Descrição de variáveis.

Nome da Variável	Descrição
P_P_Ra	Plantas Raras
P_Pe_Ra	Peixes Raros
Fa_VU	Lista Vermelha Nacional da Fauna - Vulnerável
Fa_EN	Lista Vermelha Nacional da Fauna - Ameaçada
Fa_CR	Lista Vermelha Nacional da Fauna - Criticamente Ameaçada
Fa_I_VU	Lista Vermelha UICN da Fauna - Vulnerável
Fa_I_EN	Lista Vermelha UICN da Fauna - Ameaçada
Fa_I_CR	Lista Vermelha UICN da Fauna - Criticamente Ameaçada
Flo_VU	Lista Vermelha da Flora - Vulnerável
Flo_EN	Lista Vermelha da Flora - Ameaçada
Flo_CR	Lista Vermelha da Flora - Criticamente Ameaçada
Irre_TT	Especies Insusbtituíveis
Flo_I_VU	Lista Vermelha UICN da Flora - Vulnerável
Flo_I_EN	Lista Vermelha UICN da Flora - Ameaçada
Flo_I_CR	Lista Vermelha UICN da Flora - Criticamente Ameaçada
PC_P_Ra	Peso Plantas Raras
PC_Pe_Ra	Peso Peixes Raros
PC_Fa_VU	Peso Lista Vermelha Nacional - Vulnerável
PC_Fa_CR	Peso Lista Vermelha Nacional da Fauna - Ameaçada
PC_Fa_EN	Peso Lista Vermelha Nacional da Fauna - Criticamente Ameaçada
G_Fa_MMA	Grau da Lista Vermelha Nacional da Fauna
PC_G_Fa_MM	Peso + Grau da Lista Vermelha Nacional da Fauna
PC_I_Fa_VU	Peso da Lista Vermelha UICN da Fauna - Vulnerável
PC_I_Fa_CR	Peso da Lista Vermelha UICN da Fauna - Criticamente Ameaçada
PC_I_Fa_EN	Peso da Lista Vermelha UICN da Fauna - Ameaçada
G_Fa_UICN	Grau da Lista Vermelha UICN da Fauna
PC_G_Fa_IU	Pêso + Grau da Lista Vermelha UICN da Fauna
G_Fa_MM_IU	Grau da Lista Vermelha Nacional e da UICN da Fauna
PC_G_MM_IU	Peso + Grau da Lista Vermelha Nacional e da UICN da Fauna
PC_Fl_VU	Peso Lista Vermelha da Flora - Vulnerável
PC_Fl_EN	Peso Lista Vermelha da Flora - Ameaçada
PC_Fl_CR	Peso Lista Vermelha da Flora - Criticamente Ameaçada
G_Fl_CNC	Grau da Lista Vermelha da Flora
PC_G_Fl_CN	Peso + Grau da Lista Vermelha da Flora
PC_I_Fl_VU	Peso Lista Vermelha UICN da Flora - Vulnerável
PC_I_Fl_EN	Peso Lista Vermelha UICN da Flora - Ameaçada
PC_I_Fl_CR	Peso Lista Vermelha UICN da Flora – Criticamente Ameaçada
G_Fl_UICN	Grau da Lista Vermelha UICN da Flora
PC_G_Fl_IU	Peso + Grau da Lista Vermelha UICN da Flora
G_Fl_CN_IU	Grau da Lista Vermelha Nacional e da UICN da Flora
PC_G_CN_IU	Peso + Grau da Lista Vermelha UICN da Flora
PC_Irre	Peso Espécies Insusbtituíveis
Biologico	AHP Critério Biológico
P_Biologic	Peso Critério Biológico
Reman	Porcentagem da Cobertura Vegetal Natural
IPA	Nível de Ameaça (Índice de Pressão Antrópica)
CSC	Capacidade da Sociedade Civil
Agua	Demanda de água de consumo

PC_Reman	Peso da Cobertura de Vegetação Natural
PC_IPA	Peso Nível de Ameaça (Índice de Pressão Antrópica)
PC_CSC	Peso Capacidade da Sociedade Civil
PC_Agua	Peso Demanda de Água para Consumo
G_Pro_Pri	Grau de Áreas Protegidas and Áreas Prioritárias (alinhamento com políticas nacionais)
PC_Pro_Pri	Peso + Grau de Áreas Protegidas and Áreas Prioritárias (alinhamento com políticas nacionais)
Paisagem	AHP Paisagem
P_Paisagem	Peso Paisagem
G_Bio_Pais	Grau AHP Biológica + Paisagem
FIM_BIO_PA	5 Classes Finais da Priorização KBA

Tabela 3.2. Parte 1.

	COD	Nome	P_P_Ra	P_Pe_Ra	Fa_VU	Fa_EN	Fa_CR	Fa_I_VU	Fa_I_EN	Fa_I_CR	Flo_VU	Flo_EN	Flo_CR	Irre_IT	Flo_I_VU	Flo_I_EN	Flo_I_CR	PC_P_Ra	PC_Pe_Ra	PC_Fa_VU	PC_Fa_CR	PC_Fa_EN	G_Fa_MMA	PC_G_Fa_MM	PC_I_Fa_VU	PC_I_Fa_CR	PC_I_Fa_EN	G_Fa_UICN	PC_G_Fa_IU	G_Fa_MM_IU	PC_G_MM_IU
1	TO32	Goiatins	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
2	MA56	Três Barras	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
3	BA1	Águas do Paulista	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
4	MT65	Nova Nazaré	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
5	MG63	Natalândia	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
6	MG132	Unai de Minas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
7	GO29	Campinaçu	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
8	GO44	Delgado	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
9	MT26	Canarana	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
10	MS1	Aldeia	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
11	MS15	PE Serra de Sonora	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
12	MT3	Água Clara	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
13	MT68	Paranatinga	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
14	TO84	São Felipe	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
15	MT55	Man-Azde	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
16	TO10	Araguaia	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
17	TO85	São Valerio	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
18	GO38	Corriola	3,00	6,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	6,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,47	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
19	GO131	São Patricio	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
20	TO41	Lajeado	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
21	PA2	Santana do Araguaia	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
22	TO39	Lagoa da Confusão	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
23	TO37	Javaés	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
24	TO91	Terra Indígena Krahô-Kanela	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
25	MT92	Santa Terezinha	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
26	MT6	Aldeia Carajá	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,06	0,15
27	MT84	Rio das Mortes	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
28	MT75	Piabanha	5,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
29	MT85	Rio dos Patos	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
30	MT117	Zacarias	6,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	4,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15
31	MT49	Insula	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
32	MT66	Nova Xavantina	4,00	1,00	4,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	3,00	2,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,20	0,27	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46
33	MT98	Suspiro	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03

34	MT74	Perdidos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
35	MT13	APA Meandros do Rio Araguaia	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
36	GO107	Ribeirão Sao Domingos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
37	MT32	Corixo do Cascavel	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
38	MT80	Registro do Araguaia	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,90	0,37	0,23	0,46	0,12	0,46	
39	GO108	Rio Bonito	8,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
40	MG52	João Pinheiro	3,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,18	0,30	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
41	MG53	Josenópolis	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
42	MG71	Parque Estadual Grão Mogol	28,00	2,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	17,00	30,00	10,00	27,00	3,00	4,00	0,00	0,42	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
43	MT58	Mariana	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
44	MT97	Suiazinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
45	MT81	Ribeirão Água Limpa	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
46	MT79	Queimada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
47	MT96	Sete de Setembro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
48	MT39	Culuene	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
49	MT34	Couto de Magalhães	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
50	MT87	Rio Verde	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
51	MT9	APA do Salto Magessi	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
52	MT76	Piabas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
53	MT100	Tapurah	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
54	MT57	Marape	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
55	MT23	Caju Doce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
56	MT5	Água Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
57	MT64	Nova Mutum	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
58	MT115	Três Lagoas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
59	MT86	Rio Preto	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
60	MT17	Arinos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
61	MT35	Cravari	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
62	MT24	Campo Novo do Parecis	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
63	MT113	Terra Indígena Utiariti	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
64	MT103	Terra Indígena Enawene-Nawe	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
65	MT44	Estação Ecológica de Ique	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
66	MT109	Terra Indígena Pirineus de Souza	1,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,11	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
67	MT43	Estação do Juruena	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
68	MT54	Juruena	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
69	MT25	Campos de Júlio	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
70	MT107	Terra Indígena Parque do Aripuanã	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
71	MA32	RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	

72	TO15	Cachoeira Santana	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
73	TO100	Xupe	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
74	MA13	Farinha	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,06	0,15
75	MA8	Cancela	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
76	MA28	Parque Nacional Chapada das Mesas	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
77	TO17	Carolina	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
78	TO97	Urupuchote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
79	MA38	Rio Itapicuru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,07	0,30
80	TO79	Salobro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
81	MA36	Ribeirão do Maranhão	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
82	MA42	Santa Filomena	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
83	MA12	Estevão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
84	TO69	Ribeirão Tabocas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
85	TO70	Rio Bonito do Tocantins	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
86	TO47	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
87	TO16	Cana-Brava	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
88	TO82	Santarosa	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
89	TO50	Nova Olinda	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
90	TO45	Mato Grande	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
91	TO53	Panela de Ferro	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
92	TO1	Água Fria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
93	TO94	Tranqueira	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
94	TO61	Perdida	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
95	TO65	Ponte Alta	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30
96	TO62	Pindorama do Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
97	TO3	Almas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
98	TO87	Soninho	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,07	0,30
99	TO4	APA do Jalapão	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
100	TO54	Parque Estadual do Jalapão	0,00	0,00	3,00	2,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,37	0,17	0,10	0,46	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,14	0,46
101	TO13	Brejão do Jalapão	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,37	0,12	0,09	0,46	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,19	0,46
102	TO23	Desabuso	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
103	TO75	Rio Novo	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
104	TO28	Frito Gado	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,12	0,09	0,46	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,19	0,46
105	TO21	Cortapena	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
106	TO93	Toca	1,00	0,00	0,00	2,00	1,00	2,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,37	0,17	0,09	0,46	0,58	0,10	0,37	0,07	0,46	0,23	0,46
107	TO26	Esteneu	1,00	0,00	3,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,17	0,37	0,03	0,08	0,46	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,19	0,46
108	TO38	Jorge	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
109	TO98	Verde do Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
110	TO72	Rio da Volta	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,07	0,30
111	TO44	Mateiros	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,15	0,46
112	TO59	Pedra de Amolar	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46

113	TO19	Come Assado	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
114	TO31	Galhão	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
115	TO55	Parque Estadual do Lajeado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
116	TO81	Santa Luzia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
117	TO90	Taquaraçu	0,00	0,00	4,00	1,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,05	0,12	0,03	0,30	0,58	0,10	0,37	0,07	0,46	0,18	0,46
118	TO7	APA Lago de Palmas	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
119	TO66	Porto Nacional	4,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,58	0,10	0,37	0,07	0,46	0,14	0,46
120	TO76	Rio Tocantins	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
121	TO14	Brejinho de Nazaré	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
122	TO2	Aliança do Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
123	TO88	Surubim	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
124	TO9	Apinagé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
125	TO60	Pedras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
126	TO78	Rocinha	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
127	TO49	Natividade	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
128	TO24	Dianópolis	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
129	TO36	Itaboca	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
130	TO43	Manuel Alves	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30
131	TO83	Santo Antônio do Tocantins	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
132	TO89	Taipoca	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
133	GO140	Talismã	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
134	GO124	Santa Teresa	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
135	GO113	Rio do Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
136	TO5	APA Foz do Rio Santa Tereza	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15
137	TO73	Rio das Almas	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
138	TO52	Palma	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
139	TO12	Arraias	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
140	TO57	Pau d'Arco	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
141	TO51	Novo Jardim	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
142	TO20	Corcunda	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
143	TO86	Sobrado	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15
144	TO42	Lavandeira	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
145	TO67	Quebra-Coco	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
146	GO144	TQ Kalungas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
147	TO46	Montes Claros	6,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
148	GO67	Maquiné	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	4,00	10,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30
149	GO139	Sucuri	12,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
150	GO125	São Bartolomeu	8,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
151	GO53	Floresta Nacional da Mata Grande	1,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
152	GO27	Calheiros	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,37	0,03	0,08	0,46	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,19	0,46

153	GO46	Divinópolis de Goiás	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
154	GO76	Nova Roma	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,58	0,03	0,12	0,46	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,14	0,46
155	GO71	Morro Alto	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
156	GO81	Parque Estadual de Terra Ronca	3,00	3,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	2,00	1,00	1,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,30	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,15	0,46
157	GO56	Guatacaba	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
158	GO66	Macacão	44,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	1,00	0,00	6,00	19,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,58	0,12	0,13	0,46	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,19	0,46
159	GO121	Santa Maria	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
160	GO15	Baco Pari	4,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,30	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
161	GO110	Rio Corrente	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
162	GO24	Buriti	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
163	GO6	APA das Nascentes do Rio Vermelho	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
164	GO137	Sítio da Abadia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
165	GO115	Rio dos Macacos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
166	GO52	Flores de Goiás	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
167	GO51	Extrema	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
168	GO117	Rio Paraim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
169	GO128	São João d'Alianca	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
170	GO41	Crixás	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
171	GO50	Entorno de Brasília	4,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
172	TO8	APA Lago de Peixe-Angical	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
173	GO30	Cana-Brava de Minaçu	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
174	GO32	Cavalcante	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
175	GO101	Ribeirão Bonito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
176	GO69	Minaçu	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
177	GO127	São Félix	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
178	GO64	Laranjal	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30
179	GO95	Preto	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
180	GO135	Serra do Tombador	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
181	GO126	São Bento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
182	GO82	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	28,00	0,00	2,00	4,00	1,00	4,00	2,00	0,00	5,00	9,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,17	0,37	0,41	0,12	0,46	0,58	0,10	0,58	0,09	0,46	0,23	0,46
183	GO35	Córrego Areia	9,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	4,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
184	GO74	Muquém	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	5,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
185	GO106	Ribeirão Santana	7,00	1,00	5,00	3,00	1,00	2,00	2,00	0,00	2,00	4,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,27	0,37	0,27	0,11	0,46	0,58	0,10	0,58	0,09	0,46	0,23	0,46
186	GO109	Rio Claro	39,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	19,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
187	GO143	Tocantinzinho	20,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	5,00	9,00	2,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,20	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,10	0,30
188	GO40	Couros	32,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	6,00	10,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
189	GO72	Morro Tira-chapeu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
190	GO25	Cachoeirinha	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03

191	GO89	Piçarrão	46,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	20,00	3,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
192	GO119	RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30
193	GO37	Córrego Roncador	15,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	4,00	4,00	1,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,20	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,11	0,46
194	GO94	Prata Grande	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
195	GO75	Niquelândia	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
196	GO14	Bacalhau	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	3,00	5,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
197	GO122	Santa Rita	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
198	GO102	Ribeirão Conceição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
199	GO134	Serra do Passanove	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
200	GO116	Rio Palmeira	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
201	GO19	Bilhagua	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	3,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
202	GO111	Rio da Mula	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
203	GO83	Passa-Três	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
204	GO26	Café	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
205	GO105	Ribeirão Ponte Alta	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
206	GO104	Ribeirão da Laguna	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
207	GO34	Cocal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
208	GO84	Patos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
209	GO55	Forquilha	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
210	GO88	Pensão São Miguel	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
211	GO58	Jacaré	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
212	GO132	Sardinha	6,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
213	GO62	João Alves	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
214	GO120	RPPN Fazenda Cachoeirinha	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
215	GO77	Padre Bernardo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
216	GO114	Rio dos Bois	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
217	GO73	Mucungo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
218	GO11	Arraial Velho	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
219	GO7	APA de Cafuringa	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
220	GO36	Córrego Fundo	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
221	DF2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira	7,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	5,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
222	GO98	Reserva Biológica da Contagem	9,00	0,00	3,00	4,00	0,00	2,00	2,00	0,00	5,00	5,00	0,00	1,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,17	0,05	0,41	0,06	0,30	0,58	0,10	0,58	0,09	0,46	0,18	0,46
223	GO65	Lavrinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
224	GO63	Lajes	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,06	0,15
225	GO100	Rialma	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
226	GO57	Irmãos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
227	GO133	Serra do Cocalzinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
228	GO31	Canastra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
229	GO146	Uru	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30

230	GO60	Jaraguá	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
231	GO80	Parque Estadual da Serra de Jaraguá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
232	GO4	APA da Serra dos Pireneus	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	4,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
233	GO78	Padre Souza	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
234	TO63	Piranhas	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
235	TO40	Lagoa Preta	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
236	PA1	Jenipapo	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
237	TO6	APA Ilha do Bananal-Cantão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
238	TO71	Rio Caiapó	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
239	TO33	Grotão	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,08	0,30		
240	TO68	Ribeirão Grande	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
241	TO30	Furo do Coco	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
242	TO48	Murici	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
243	TO74	Rio do Coco	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
244	TO29	Furo da Gameleira	0,00	0,00	7,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,58	0,03	0,13	0,46	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,14	0,46		
245	TO18	Cicice	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
246	TO56	Parque Nacional do Araguaia	0,00	0,00	7,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,05	0,12	0,03	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46		
247	TO11	Ariari	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
248	TO64	Pium	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
249	TO92	Terra Indígena Parque do Araguaia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
250	TO35	Ipuca do Riozinho	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
251	TO34	Ilha de Santa Anna	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03			
252	TO77	Riozinho	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
253	TO22	Cristalândia	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03			
254	TO95	Urubu	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
255	TO80	Sandolândia	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03			
256	GO16	Baião	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
257	TO96	Urubu Grande	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
258	TO99	Xavante	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
259	TO25	Escuro	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
260	MT116	Xavantinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
261	MT106	Terra Indígena Maraiwatsede	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
262	MT102	Terra Indígena Cacique Fontoura	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03			
263	MT91	Santa Isabel do Morro	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
264	MT67	Novo Santo Antônio	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03			
265	MT95	São João Grande	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
266	MT82	Ribeirão Cascalheira	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
267	MT108	Terra Indígena Pimentel Barbosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
268	MT89	RVS Quelônios do Araguaia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		

269	MT31	Cocalinho	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
270	MT8	Angico	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
271	MT101	Terra Indígena Areões	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
272	MT77	Pindaíba	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
273	MT19	Barra do Garças	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
274	MT45	Galheiro	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
275	MT28	Cava Funda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
276	MT71	PE da Serra Azul	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
277	MT33	Corrente	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
278	MT22	Cachoeira	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
279	MT53	Jau	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
280	MT2	Água Boa	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
281	MT15	Areão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
282	MT40	Dom Bosco	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
283	MT110	Terra Indígena São Marcos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
284	MT69	Paredão Grande	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
285	MT46	General Carneiro	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
286	MT42	Engano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
287	MT1	Água Azul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
288	TO58	PE do Araguaia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
289	TO27	Formoso do Araguaia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
290	MT10	APA dos Meandros do Rio Araguaia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
291	MT30	Chapéu	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
292	MT36	Cristalino	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
293	MT60	Mata do Inferno	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
294	GO43	Crixás-Mirim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
295	GO91	Pintado	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
296	GO22	Bonópolis	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
297	GO17	Barreiro	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
298	GO103	Ribeirão d'Anta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
299	GO42	Crixás-Açu	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
300	GO142	Tesouras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
301	GO2	Alagado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
302	GO23	Braco do Mato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
303	GO90	Pinguela	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
304	GO1	Alagadinho	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
305	GO33	Cavalo Queimado	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
306	GO12	Aruanã	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
307	MT62	Médio Araguaia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
308	MT20	Brejão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
309	GO141	Terra Indígena Karajá de Aruanã	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07

310	GO118	RPPN Boca da Mata	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15
311	GO68	Matrinchã	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
312	GO5	APA da Serra Dourada	4,00	3,00	1,00	0,00	1,00	2,00	1,00	0,00	0,00	3,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,30	0,12	0,37	0,03	0,08	0,46	0,58	0,10	0,37	0,07	0,46	0,23	0,46
313	GO86	PE da Serra Dourada	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	5,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
314	GO47	Dom Bill	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
315	GO21	Bom Jardim	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
316	GO99	Retiro das Piranhas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
317	GO79	Pântano	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
318	GO129	São José	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
319	MT12	APA Estadual Pé da Serra Azul	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
320	MT18	Bandeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
321	MT48	Guiratinga	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
322	MT7	Alto Garças	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
323	GO138	Sucupira	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
324	MT94	São João	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
325	GO45	Diamantino	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
326	GO13	Babilônia	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
327	GO49	Empantanado	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
328	GO70	Mineiros	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
329	GO59	Jacu	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
330	GO3	Alto Araguaia	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,11	0,46	
331	MT47	Gordura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
332	GO123	Santa Rita do Araguaia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,08	0,30	
333	MT83	Ribeirão do Sapo	0,00	3,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
334	GO148	Zeca Nonato	0,00	1,00	3,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,11	0,46	
335	GO96	Queixada	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
336	GO10	Araguainha	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
337	MA51	Terra Indígena Geralda Toco Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
338	MA52	Terra Indígena Krikati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
339	MA19	Ipixuna Açú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
340	MA41	RPPN Fazenda São Francisco	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
341	MA31	Presidente Dutra	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
342	MA37	Rio das Flores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
343	MA53	Terra Indígena Porquinhos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
344	MA50	Terra Indígena Cana Brava/Guajajara	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
345	MA20	Itapecuru	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
346	MA55	TQ Santa Joana	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
347	MA30	PN dos Lençóis Maranhenses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
348	MA40	RPPN Fazenda Pantanal	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
349	MA21	Itapicuru	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	

350	MA7	Cajazeira	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
351	MA18	Inhumas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
352	MA5	Baixão do Bandeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
353	MA15	Fortuna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
354	MA25	Mirador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
355	MA1	Alpercatinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30		
356	MA29	PE de Mirador	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
357	MA3	APA dos Morros Garapenses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
358	MA4	APA Upaon- Açu/Miritiba/Alto Preguiças	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
359	PI24	RPPN Fazenda Centro	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
360	MA9	Caraíba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
361	MA33	Riachão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
362	PI10	FN de Palmares	0,00	4,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
363	MA54	Timon	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
364	MA45	São Francisco do Maranhão	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
365	MA46	Sucupira do Riachão	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
366	PI5	Canindé	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
367	PI18	PN da Serra das Confusões	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
368	PI9	Floriano	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
369	PI7	Coqueiro	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
370	PI22	Riacho de Sant'Ana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
371	PI2	Baliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
372	PI16	Paraim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
373	PI15	Matões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
374	PI11	Gurgueia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
375	PI1	APA do Rangel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
376	PI29	Vereda União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
377	PI23	Riacho Frio	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
378	PI17	Parnaguá	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
379	PI14	Malhada da Barra	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15		
380	PI25	Sebastião Barros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
381	PI6	Cardoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
382	PI20	Prata	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07		
383	MA34	Riacho do Belém	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,08	0,30		
384	MA11	Curimatã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
385	MA57	Uruçui	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
386	MA43	Santa Isabel	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
387	MA6	Balsas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
388	MA17	Gameleira	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
389	MA35	Riacho dos Picos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07		
390	MA14	Fortaleza dos Nogueiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		

391	MA10	Coité	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
392	MA39	Rio Maravilha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
393	MA44	Santo Antônio de Balsas	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
394	MA16	Gado Bravo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
395	MA26	Novo Recreio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
396	MA49	Temerante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
397	MA27	Parelhas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
398	MA48	Tem Medo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
399	MA23	Mandacaru	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
400	MA47	Sul Maranhense	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
401	PI3	Benedito Leite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
402	PI21	Riacho da Estiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
403	PI28	Uruçui-Preto	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,10	0,30	
404	MA22	Loreto	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
405	PI27	Tasso Fragoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
406	PI8	EE de Uruçui-Una	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
407	PI26	Sucuruju	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
408	MA24	Medonho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
409	MA2	Alto Parnaíba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
410	PI4	Cachoeira Pedra de Amolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
411	PI19	PN das Nascentes do Rio Parnaíba	0,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
412	PI12	Ilha Grande	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15	
413	PI13	Luis Correia	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
414	BA26	Ilha Mocambo dos Ventos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
415	BA4	APA Dunas e Veredas do Baixo e Medio São Francisco	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
416	BA17	Cotegipe	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
417	BA18	EE Rio Preto	0,00	3,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,30	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,08	0,30	
418	BA22	Formosa do Rio Preto	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
419	BA5	APA Rio Preto	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
420	BA54	Sapão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
421	BA45	Rio Grande	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
422	BA31	Neves	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
423	BA42	Rio de Janeiro	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,37	0,03	0,08	0,46	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,14	0,46	
424	BA35	Ponta d'Água	2,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,37	0,03	0,08	0,46	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,14	0,46	
425	BA3	APA Bacia do Rio de Janeiro	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
426	BA19	Extremo Oeste Baiano	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
427	BA32	Ondas	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
428	BA11	Cabeceira das Lajes	6,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
429	BA57	Tabocas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
430	BA12	Cabeceira de Pedras	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,10	0,30	
431	BA10	Bora	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	

432	BA9	Boa Sorte	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
433	BA21	FN de Cristópolis	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
434	BA63	Vereda Anastácio	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
435	BA53	São Desidério	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
436	BA36	Porcos	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
437	BA61	Triste e Feio	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
438	BA25	Ilha da Pica Grande	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
439	BA64	Vereda da Canoa	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
440	BA55	Serra Dourada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
441	BA24	Ilha da Bananeira	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
442	BA56	Sítio do Mato	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
443	BA58	Terra Indígena Vargem Alegre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
444	BA33	Pedra Branca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
445	BA50	Santana	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
446	BA15	Coribe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
447	BA52	São Félix do Coribe	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
448	BA44	Rio Formoso	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
449	BA2	Alegre	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,37	0,03	0,08	0,46	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,14	0,46	
450	BA28	Jaborandi	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
451	BA47	Rodeador	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
452	BA62	Vau	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
453	BA37	Pratudão	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,37	0,12	0,09	0,46	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,14	0,46	
454	BA48	RVS das Veredas do Oeste Baiano	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,37	0,03	0,08	0,46	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,14	0,46	
455	BA7	Arrojado	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
456	BA6	Arrojadinho	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
457	BA16	Correntina	3,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,37	0,12	0,09	0,46	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,19	0,46	
458	BA49	Santa Maria da Vitória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
459	BA23	Guará	2,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46	
460	BA39	Riacho de Pedra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
461	BA46	Rio Guará	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
462	BA51	Santo Antônio	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
463	BA43	Rio dos Angicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
464	BA40	Riacho do Mato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
465	BA59	TQ Lagoa das Piranhas	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
466	BA60	TQ Nova Batalhinha	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
467	BA38	Riacho de Mariapé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
468	BA29	Lagoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
469	BA30	Madrugão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
470	BA13	Cariranha	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
471	MG3	APA Cocha e Gibão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
472	BA20	Feira da Mata	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	

473	BA34	PN Grande Sertão Veredas	4,00	0,00	3,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,17	0,05	0,17	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
474	BA14	Cocos	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
475	BA41	Riacho do Meio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
476	BA27	Itaguari	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
477	MG16	Calindo	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
478	BA8	Aurélio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
479	MG39	Furado Novo	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
480	MG73	PE Caminho das Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
481	MG93	Porteirinha	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
482	MG41	Gorutuba	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
483	MG27	Córrego Escuro	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
484	MG58	Macaúbas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
485	MG139	Verde Grande	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
486	MG96	Quem-quem	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
487	MG1	Água Limpa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
488	MG20	Capitão Enéas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
489	MG134	Vacabrava	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	5,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
490	MG54	Juramento	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
491	MG79	PE Lagoa do Cajueiro	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
492	MG98	RB Serra Azul	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
493	MG85	PE Veredas do Peruacu	1,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	4,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
494	MG89	PN Cavernas do Peruacu	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	3,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,10	0,30	
495	MG25	Cochos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
496	MG50	Japonvar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
497	MG67	Pandeiros	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
498	MG5	APA Pandeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
499	MG113	RVS Rio Pandeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
500	MG117	São Joaquim	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
501	MG83	PE Serra das Araras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
502	MG24	Chapada Gaúcha	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
503	MG55	Lagoa da Vaqueta	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
504	MG116	São Francisco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
505	MG87	Pintópolis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
506	MG133	Urucuia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
507	MG26	Conceição	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
508	MG101	Ribeirão dos Confins	1,00	2,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,11	0,30	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15	
509	MG33	EE Sagarana	0,00	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,03	0,30	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46	
510	MG66	Pacari	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15
511	MG37	Formoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
512	MG120	Serra da Sacada	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
513	MG119	São Romão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
514	MG17	Campo Azul	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	

515	MG40	Garitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
516	MG106	Roncador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
517	MG131	Unaí	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,08	0,30	
518	GO18	Bezerra	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
519	DF1	APA do Planalto Central	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
520	MG141	Vereda Grande	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
521	MG127	TQ Amaros	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
522	MG99	Ribeirão Bezerra	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
523	MG112	RPPN Morro da Cruz das Almas	3,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,06	0,15	
524	MG94	Presidente Olegário	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
525	MG102	Ribeirão Santa Catarina	2,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,08	0,30	
526	MG77	PE de Paracatu	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
527	MG43	Guarda-Mór	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
528	MG10	Barro	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
529	MG51	Jequitaiá	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
530	MG38	Francisco Dumont	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
531	MG9	Areia	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
532	MG44	Imbalacaia	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	12,00	12,00	0,00	4,00	1,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
533	MG92	PN das Sempre-Vivas	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
534	MG138	Velhas	5,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	3,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
535	MG12	Bicudo	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
536	MG74	PE da Serra do Cabral	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,00	15,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
537	MG49	Jabuticaba	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
538	MG70	Pardo Grande	34,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	39,00	0,00	11,00	2,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
539	MG115	Santo Hipólito	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
540	MG91	PN da Serra do Cipó	112,00	0,00	3,00	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00	40,00	105,00	29,00	92,00	2,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,17	0,05	0,17	0,03	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46	
541	MG4	APA do Carste de Lagoa Santa	55,00	10,00	5,00	6,00	1,00	1,00	2,00	1,00	25,00	40,00	0,00	28,00	0,00	6,00	2,00	2,00	0,42	0,47	0,27	0,37	0,41	0,12	0,46	0,37	0,90	0,58	0,25	0,46	0,23	0,46
542	MG88	Pirapora	1,00	1,00	3,00	1,00	0,00	3,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46	
543	MG128	Três Marias	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
544	MG125	Tiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
545	MG109	RPPN Fazenda Lavagem	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
546	MG14	Borrachudo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
547	MG32	EE de Pirapitinga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
548	MG45	Indaia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
549	MG107	RPPN Fazenda Barrão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
550	MG34	Felixlândia	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
551	MG35	FN de Paraopeba	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	1,00	2,00	2,00	1,00	1,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
552	MG46	Inhaúma	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	

553	MG6	APA Vargem das Flores	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
554	MG56	Lambari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
555	MG104	Rio Pará	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
556	MG110	RPPN Fazenda Samoinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
557	MG64	Nova Serrana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
558	MG100	Ribeirão Boa Vista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
559	MG57	Luz	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03			
560	MG31	EE Corumbá	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
561	MG136	Vargem Bonita	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	3,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15	
562	MG108	RPPN Fazenda do Lobo	8,00	0,00	3,00	3,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	2,00	2,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,17	0,37	0,27	0,11	0,46	0,37	0,90	0,37	0,23	0,46	0,23	0,46	
563	MG76	PE de Montezuma	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
564	MG121	Setúbal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
565	MG11	Berilo	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
566	MG19	Capelinha	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
567	MG7	Araçá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
568	MG81	PE Rio Preto	12,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	9,00	2,00	7,00	3,00	2,00	1,00	0,42	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
569	MG137	Vargem da Lapa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
570	MG86	Peixe Bravo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
571	MG135	Vacaria	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
572	MG30	EE Acauã	7,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,0	14,0	0	1,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,27	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
573	MG47	Itacambira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	2,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
574	MG122	Tabatinga	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
575	MG65	Olhos d'Água	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
576	MG15	Caeté-Mirim	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	7,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
577	MG72	PE Biribiri	86,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,0	86,0	17,0	51,0	0	1,00	3,00	0,00	0,42	0,20	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
578	MG123	Tanque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
579	MG78	PE do Limoeiro	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
580	MG103	Rio do Peixe	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
581	MG95	Preto do Itambé	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,11	0,46		
582	MG62	Morro do Pilar	9,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,05	0,17	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30		
583	MG105	Rio Picão	7,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,05	0,27	0,04	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30		
584	MG84	PE Serra do Intendente	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	4,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
585	MG69	Parauninha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
586	MG13	Bom Jesus do Amparo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
587	MS10	Ivinheima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
588	MS11	Nova Alvorada do Sul	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03		
589	MS33	Terra Indígena Jatayvari	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	2,00	3,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15		
590	MS20	Rio Brilhante	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
591	SP36	Laranja Doce	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15		
592	PR8	RPPN Fazenda Monte Alegre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
593	PR4	PE do Guartela	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	3,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,11	0,46		

594	PR1	APA da Escarpa Devoniana	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
595	SP39	Paraguaçu Paulista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
596	PR9	Ventania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
597	PR7	RPPN Fazenda do Tigre	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	3,00	3,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46	
598	SP16	EE de Assis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
599	SP12	Campos Novos Paulista	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
600	SP1	Alambari	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
601	SP22	EE Santa Barbara	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
602	SP17	EE de Avare	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
603	SP26	FE Santa Bárbara	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
604	SP13	Claro	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
605	SP48	Ribeirão das Pedras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
606	SP11	Botucatu	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30	
607	SP30	Itaporanga	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	10,0	0	2,00	6,00	2,00	1,00	1,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
608	PR6	Pescaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
609	PR5	PE Vale do Codó	5,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	17,0	16,0	0	2,00	14,0	0	2,00	2,00	0,18	0,20	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46
610	PR3	Jaguariatu	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	6,00	7,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
611	PR2	Itararé	1,00	0,00	1,00	3,00	1,00	0,00	1,00	1,00	2,00	2,00	0,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,37	0,27	0,10	0,46	0,05	0,90	0,37	0,22	0,46	0,23	0,46	
612	SP40	Paranapanema	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30	
613	SP18	EE de Itabera	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
614	SP21	EE Paranapanema	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	1,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
615	SP27	FN de Capão Bonito	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,11	0,46	
616	SP29	Itapetininga	4,00	0,00	3,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,17	0,05	0,27	0,04	0,30	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,10	0,30	
617	MS8	Inhandui	5,00	1,00	2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	2,00	2,00	3,00	1,00	1,00	0,00	0,18	0,20	0,17	0,37	0,17	0,10	0,46	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,19	0,46	
618	MS13	Pardo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
619	MS7	Botas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
620	MS12	Paraná	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
621	MS37	Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
622	MS27	São Domingos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
623	MS28	Sucuriu	1,00	2,00	1,00	1,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,30	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,58	0,09	0,46	0,18	0,46	
624	SP4	APA Rio Batalha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
625	SP52	São Lourenço	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
626	SP3	APA Ibitinga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
627	SP31	Itaquere	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
628	SP32	Jacaré-Guaçu	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
629	SP6	Araraquara	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	1,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
630	SP20	EE Itirapina	4,00	0,00	3,00	3,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,17	0,05	0,27	0,04	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46	
631	SP33	Jacaré-Pepira	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	1,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
632	SP7	Arealva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,07	0,30	
633	SP25	FE Pederneiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	2,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
634	SP37	Macatuba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	

635	SP5	Araquá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,90	0,05	0,19	0,46	0,11	0,46
636	SP2	APA Corumbataí-Botucatu-Tejupa	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	4,00	0,00	5,00	4,00	1,00	1,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
637	SP14	Corumbataí	5,00	1,00	3,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	4,00	4,00	3,00	4,00	1,00	1,00	0,00	0,18	0,20	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46
638	SP44	Piracicaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
639	SP9	Atibaia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
640	SP8	ARIE Matão de Cosmópolis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
641	SP45	Pirapitingui	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
642	SP34	Jaguari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
643	SP55	Vitória	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,90	0,05	0,19	0,46	0,18	0,46
644	SP49	Rio Alambari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
645	SP15	EE Barreiro Rico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
646	SP43	Peixe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
647	SP51	São Jose dos Dourados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
648	MS9	Inocência	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
649	SP41	Parisi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
650	SP38	Mirassolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
651	MG140	Verde ou Feio	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
652	MG118	São Mateus	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
653	SP24	FE de Bebedouro	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30
654	SP23	FE Cajuru	4,00	4,00	2,00	4,00	0,00	0,00	2,00	0,00	3,00	2,00	0,00	5,00	2,00	1,00	0,00	0,18	0,30	0,17	0,05	0,41	0,06	0,30	0,05	0,10	0,58	0,08	0,46	0,18	0,46
655	SP46	RB de Sertãozinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,07	0,30
656	SP19	EE de Jataí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
657	SP42	PE de Vassununga	3,00	1,00	4,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	7,00	2,00	0,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,18	0,20	0,27	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46
658	SP35	Jaguari-Mirim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
659	SP47	RB e EE Mogi-Guaçu	1,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	1,00	0,00	3,00	4,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,27	0,04	0,30	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,15	0,46
660	MG129	Uberaba	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
661	SP53	Sapucaí	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,17	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46
662	SP10	Batatais	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,06	0,15
663	SP28	Franca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
664	SP50	Santa Bárbara	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
665	MG97	RB São Sebastião do Paraíso	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
666	MG126	Tomba-Perna	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
667	SP54	Solapão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
668	MG75	PE das Furnas do Bom Jesus	3,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	3,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,12	0,37	0,03	0,08	0,46	0,37	0,90	0,37	0,23	0,46	0,23	0,46
669	MG114	Sacramento	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
670	MG90	PN da Serra da Canastra	17,00	1,00	4,00	3,00	1,00	1,00	1,00	0,00	2,00	4,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,20	0,27	0,37	0,27	0,11	0,46	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,19	0,46
671	MG23	Cássia	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
672	MG2	Alpinópolis	16,00	1,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	11,00	5,00	7,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,20	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
673	MG82	PE Serra da Boa Esperança	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
674	MG42	Guapé	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
675	MG36	Formiga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03

676	GO112	Rio da Prata	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,07	0,30
677	GO93	PN das Emas	3,00	1,00	13,00	5,00	1,00	4,00	3,00	0,00	1,00	1,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,20	0,41	0,37	0,41	0,13	0,46	0,58	0,10	0,58	0,09	0,46	0,23	0,46
678	GO136	Serranópolis	2,00	1,00	1,00	3,00	0,00	1,00	3,00	0,00	1,00	2,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,12	0,05	0,27	0,04	0,30	0,37	0,10	0,58	0,09	0,46	0,18	0,46
679	GO61	Jataí	9,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	5,00	0,00	5,00	1,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07
680	MG48	Ituiutaba	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
681	MG124	Tijuco	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
682	MG60	Monte Alegre de Minas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
683	MG28	Douradinho	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
684	GO87	PE de Paraúna	5,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,17	0,37	0,03	0,08	0,46	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,14	0,46
685	GO145	Turvo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
686	GO9	APA Serra da Jibóia	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
687	GO28	Campanha	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
688	GO8	APA João Leite	7,00	1,00	1,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,12	0,05	0,27	0,04	0,30	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,10	0,30
689	GO92	Piracanjuba	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
690	GO85	PE da Serra de Caldas Novas	6,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,27	0,20	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
691	GO20	Bois	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
692	GO54	FN de Silvânia	4,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
693	GO39	Corumbá	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
694	GO48	EE do Jardim Botânico	52,00	7,00	7,00	6,00	1,00	3,00	2,00	0,00	18,00	26,00	5,00	17,00	4,00	2,00	0,00	0,42	0,47	0,27	0,37	0,41	0,12	0,46	0,58	0,10	0,58	0,09	0,46	0,23	0,46
695	GO97	RB e PE do Descoberto	32,00	0,00	1,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	6,00	8,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,42	0,04	0,12	0,05	0,17	0,03	0,30	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,15	0,46
696	MG130	Uberabinha	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
697	MG80	PE Pau Furado	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	2,00	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,07	0,30
698	MG8	Araguari	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	2,00	1,00	0,00	3,00	2,00	1,00	0,00	0,03	0,30	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,11	0,46
699	MG111	RPPN Galheiros	3,00	0,00	1,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	5,00	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,18	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46
700	MG21	Capivara	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,12	0,03	0,30	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,09	0,30
701	MG59	Misericórdia	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,37	0,03	0,08	0,30	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,10	0,30
702	MG18	Campos Altos	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
703	GO147	Veríssimo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
704	MG22	Cascalho Rico	2,00	0,00	1,00	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,17	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46
705	MG61	Monte Carmelo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
706	MG29	Dourados	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,06	0,15
707	MG68	Paranaíba	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,07	0,30
708	GO130	São Marcos	15,00	1,00	1,00	2,00	0,00	1,00	1,00	0,00	5,00	7,00	3,00	5,00	1,00	0,00	0,00	0,42	0,20	0,12	0,05	0,17	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46
709	MS3	Apa	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
710	MS22	Rio Perdido	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,04	0,15
711	MS35	Terra Indígena Nande Ru Marangatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
712	MS18	Progresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
713	MS31	Tarumã	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
714	MS19	Rio Branco	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
715	MS34	Terra Indígena Kadiweu	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03

716	MS26	RPPN Tupaciara	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
717	MS17	PN da Serra da Bodoquena	5,00	3,00	7,00	3,00	0,00	4,00	0,00	0,00	5,00	2,00	0,00	8,00	0,00	1,00	0,00	0,18	0,30	0,27	0,05	0,27	0,04	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46
718	MS24	RPPN Estância Caiman	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,06	0,15	
719	MS6	Aquidauana	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15
720	MS30	Taquaruçu	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
721	MS4	APA Estadual Estrada-Parque Piraputanga	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07
722	MS32	Terra Indígena Buriti	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15
723	MS25	RPPN Fazenda Lageado	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
724	MS36	TQ Furnas da Boa Sorte	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15	
725	MS21	Rio Negro	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15	
726	MS2	Anhuma	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
727	MS29	Taquari	0,00	1,00	2,00	1,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,11	0,46	
728	MS14	PE das Nascentes do Rio Taquari	3,00	1,00	3,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,20	0,17	0,05	0,12	0,03	0,30	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,15	0,46	
729	MS23	Rio Verde de Mato Grosso	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
730	MS5	APA Estadual Rio Cênico Rotas Monçoeiras-Rio Coxim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
731	MT50	Itiquira	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
732	MS16	Piquiri	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
733	MT51	Jaciara	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,37	0,10	0,37	0,07	0,30	0,11	0,46	
734	MT72	PE Dom Osório Stoffel	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
735	MT111	Terra Indígena Tadarimana	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
736	MT105	Terra Indígena Jarudore	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	
737	MT93	Santo Antônio do Leverger	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
738	MT16	Arica-Açu	9,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2,00	3,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,04	0,17	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,11	0,46
739	MT78	PN da Chapada dos Guimarães	10,00	3,00	3,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	2,00	4,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,30	0,17	0,37	0,03	0,08	0,46	0,05	0,10	0,37	0,06	0,30	0,19	0,46
740	MT37	Cuiabá	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,12	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
741	MT73	PE Gruta da Lagoa Azul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
742	MT88	Rosário Oeste	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
743	MT59	Marzagão	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
744	MT4	Água Fina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
745	MT70	PE Águas de Cuiabá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
746	MT38	Cuiabá do Bonito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
747	MT56	Manso	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,27	0,05	0,03	0,02	0,15	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,05	0,15	
748	MT63	Nova Brasilândia	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
749	MT11	APA Estadual da Chapada dos Guimarães	14,00	0,00	4,00	2,00	0,00	2,00	1,00	0,00	4,00	5,00	0,00	2,00	0,00	1,00	0,00	0,42	0,04	0,27	0,05	0,17	0,04	0,30	0,58	0,10	0,37	0,07	0,46	0,18	0,46
750	MT27	Casca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
751	MT52	Jangada	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
752	MT29	Chapada dos Guimarães	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
753	MT114	TQ Mata Cavalo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,02	0,07	
754	MT61	Mata Grande	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,03	0,07	

755	MT90	Sangradouro	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,12	0,05	0,03	0,02	0,07	0,37	0,10	0,05	0,04	0,07	0,03	0,15
756	MT104	Terra Indígena Figueiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03
757	MT21	Cabaçal	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
758	MT99	Tangará da Serra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
759	MT41	EE Serra das Araras	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,37	0,12	0,09	0,46	0,58	0,10	0,05	0,04	0,15	0,16	0,46	
760	MT112	Terra Indígena Umutina	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	
761	MT14	APA Nascentes do Rio Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,01	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	

Tabela 3.3. Parte 2.

	COD	Nome	PC_FL_VU	PC_FL_EN	PC_FL_CR	G_FL_CNC	PC_G_FL_CN	PC_I_FL_VU	PC_I_FL_EN	PC_I_FL_CR	G_FL_UICN	PC_G_FL_IU	G_FL_CN_IU	PC_G_CN_IU	PC_Irre	Biologico	P_Biologic	Reman	IPA	CSC	Agua	PC_Reman	PC_IPA	PC_CSC	PC_Agua	G_Pro_Pri	PC_Pro_Pri	Paisagem	P_Paisagem	G_Bio_Pais	FIM_BIO_PA
1	TO32	Goiatins	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	99,98	0,50	2,00	0,00	0,46	0,26	0,03	0,09	0,22	0,44	0,06	0,44	0,14	Alto
2	MA56	Três Barras	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	71,01	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
3	BA1	Agua do Paulista	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	22,89	0,40	2,00	0,00	0,07	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
4	MT65	Nova Nazaré	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	58,72	0,50	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,09	0,09	0,17	0,05	0,29	0,11	Médio
5	MG63	Natalândia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,18	0,02	0,16	53,55	0,60	5,00	0,02	0,29	0,16	0,35	0,25	0,05	0,06	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
6	MG132	Unaí de Minas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	52,04	0,60	5,00	0,04	0,29	0,16	0,35	0,36	0,01	0,03	0,04	0,29	0,11	Médio
7	GO29	Campinaçu	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	39,16	0,60	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
8	GO44	Delgado	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,27	0,02	0,30	37,98	0,60	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,03	0,10	0,11	Médio
9	MT26	Canarana	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	21,08	0,60	3,00	0,00	0,07	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
10	MS1	Aldeia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	28,06	0,52	2,00	0,01	0,14	0,26	0,03	0,18	0,03	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
11	MS15	PE Serra de Sonora	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	19,96	0,60	2,00	0,03	0,07	0,16	0,03	0,36	0,09	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
12	MT3	Água Clara	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	53,69	0,60	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,05	0,06	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
13	MT68	Paranatinga	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	73,67	0,60	3,00	0,00	0,29	0,10	0,27	0,09	0,12	0,30	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
14	TO84	São Felipe	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,27	0,02	0,30	69,87	0,50	2,00	0,00	0,29	0,26	0,03	0,09	0,03	0,03	0,04	0,14	0,12	Alto
15	MT55	Man-Azde	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	70,73	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,22	0,44	0,05	0,29	0,11	Médio
16	TO10	Araguaia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	50,64	0,47	2,00	0,01	0,29	0,42	0,03	0,18	0,20	0,44	0,06	0,44	0,14	Alto
17	TO85	São Valerio	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	63,97	0,54	2,00	0,01	0,29	0,26	0,03	0,18	0,08	0,17	0,04	0,29	0,11	Médio
18	GO38	Corriola	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,42	0,05	0,45	79,11	0,54	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,15	0,30	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
19	GO131	São Patricio	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	19,42	0,59	3,00	0,02	0,07	0,16	0,27	0,25	0,04	0,06	0,03	0,10	0,07	Muito

53	MT100	Tapurah	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,11	0,02	0,30	37,61	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
54	MT57	Marape	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	33,53	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
55	MT23	Caju Doce	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	28,80	0,60	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
56	MT5	Água Verde	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	21,09	0,60	3,00	0,05	0,07	0,16	0,27	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
57	MT64	Nova Mutum	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	32,85	0,60	3,00	0,02	0,14	0,16	0,27	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
58	MT115	Três Lagoas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	34,79	0,60	3,00	0,04	0,14	0,16	0,27	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
59	MT86	Rio Preto	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,42	0,01	0,16	46,29	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
60	MT17	Arinos	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	50,52	0,60	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,25	0,12	0,30	0,05	0,29	0,08	Médio
61	MT35	Cravari	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	22,52	0,60	3,00	0,02	0,07	0,16	0,27	0,25	0,02	0,03	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo
62	MT24	Campo Novo do Parecis	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	14,43	0,60	3,00	0,01	0,07	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,03	0,02	Baixo
63	MT113	Terra Indígena Utiariti	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,02	0,16	85,84	0,60	3,00	0,01	0,46	0,16	0,27	0,25	0,22	0,44	0,07	0,44	0,14	Alto
64	MT103	Terra Indígena Enawene-Nawe	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	99,99	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,20	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
65	MT44	Estação Ecológica de Ique	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	99,42	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
66	MT109	Terra Indígena Pirineus de Souza	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,27	0,02	0,30	79,91	0,60	3,00	0,00	0,46	0,16	0,27	0,09	0,20	0,44	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
67	MT43	Estacao do Juruena	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,16	70,51	0,60	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,04	0,06	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
68	MT54	Juruena	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	40,80	0,60	3,00	0,02	0,14	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
69	MT25	Campos de Júlio	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	47,58	0,60	3,00	0,02	0,14	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
70	MT107	Terra Indígena Parque do Aripuana	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	40,26	0,50	3,00	0,00	0,14	0,26	0,27	0,09	0,12	0,30	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
71	MA32	RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,02	0,30	19,43	0,66	3,00	0,01	0,07	0,10	0,27	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
72	TO15	Cachoeira Santana	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	40,69	0,56	5,00	0,00	0,14	0,16	0,35	0,12	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
73	TO100	Xupe	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,18	0,01	0,16	44,61	0,60	5,00	0,00	0,14	0,16	0,35	0,12	0,01	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
74	MA13	Farinha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	89,12	0,57	5,00	0,00	0,46	0,16	0,35	0,12	0,15	0,30	0,06	0,44	0,14	Alto
75	MA8	Cancela	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,03	0,02	0,16	96,86	0,50	5,00	0,00	0,46	0,26	0,35	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,14	Alto
76	MA28	Parque Nacional Chapada das Mesas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	92,35	0,55	5,00	0,00	0,46	0,16	0,35	0,12	0,12	0,30	0,06	0,44	0,11	Médio
77	TO17	Carolina	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	87,65	0,56	5,00	0,00	0,46	0,16	0,35	0,09	0,10	0,17	0,05	0,29	0,11	Médio
78	TO97	Urupuchote	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	75,05	0,54	5,00	0,00	0,46	0,16	0,35	0,12	0,10	0,17	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
79	MA38	Rio Itapicuru	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	91,50	0,50	5,00	0,00	0,46	0,26	0,35	0,09	0,07	0,17	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
80	TO79	Salobro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	81,79	0,53	2,00	0,00	0,46	0,26	0,03	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
81	MA36	Ribeirão do Maranhão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	87,82	0,50	5,00	0,00	0,46	0,26	0,35	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
82	MA42	Santa Filomena	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	81,03	0,50	5,00	0,00	0,46	0,26	0,35	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,08	Médio
83	MA12	Estevão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	62,78	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
84	TO69	Ribeirão Tabocas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	91,44	0,60	2,00	0,00	0,46	0,16	0,03	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo

85	TO70	Rio Bonito do Tocantins	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	95,83	0,47	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,07	0,17	0,06	0,44	0,11	Alto
86	TO47	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	80,70	0,60	5,00	0,00	0,46	0,16	0,35	0,09	0,09	0,17	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
87	TO16	Cana-Brava	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	90,49	0,60	5,00	0,00	0,46	0,10	0,35	0,12	0,01	0,03	0,04	0,29	0,07	Muito Baixo
88	TO82	Santarosa	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	80,96	0,55	2,00	0,00	0,46	0,16	0,03	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
89	TO50	Nova Olinda	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	45,80	0,69	5,00	0,02	0,14	0,06	0,35	0,25	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
90	TO45	Mato Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	38,08	0,68	5,00	0,02	0,14	0,10	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
91	TO53	Panela de Ferro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	70,63	0,58	2,00	0,00	0,29	0,16	0,03	0,12	0,02	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
92	TO1	Água Fria	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	60,07	0,60	2,00	0,02	0,29	0,16	0,03	0,36	0,05	0,06	0,04	0,14	0,04	Baixo
93	TO94	Tranqueira	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,06	58,51	0,59	2,00	0,02	0,29	0,16	0,03	0,25	0,05	0,06	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
94	TO61	Perdida	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,02	0,30	95,60	0,40	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,07	0,17	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
95	TO65	Ponte Alta	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	97,28	0,41	4,00	0,00	0,46	0,42	0,31	0,09	0,17	0,44	0,08	0,44	0,22	Muito Alto
96	TO62	Pindorama do Tocantins	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,11	0,01	0,03	90,73	0,40	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,07	0,17	0,06	0,44	0,11	Médio
97	TO3	Almas	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	95,13	0,40	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,17	0,44	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
98	TO87	Soninho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,14	0,01	0,15	0,03	0,03	0,30	97,52	0,42	4,00	0,00	0,46	0,42	0,31	0,09	0,17	0,44	0,08	0,44	0,18	Muito Alto
99	TO4	APA do Jalapão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	98,34	0,41	4,00	0,00	0,46	0,42	0,31	0,09	0,20	0,44	0,08	0,44	0,11	Alto
100	TO54	Parque Estadual do Jalapao	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,03	0,30	100,00	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
101	TO13	Brejao do Jalapão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,05	0,45	99,34	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
102	TO23	Desabuso	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	99,47	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
103	TO75	Rio Novo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	100,00	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
104	TO28	Frito Gado	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	97,67	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
105	TO21	Cortapena	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	99,97	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
106	TO93	Toca	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,07	0,46	0,02	0,46	0,03	0,05	0,45	100,00	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
107	TO26	Esteneu	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,05	0,45	100,00	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
108	TO38	Jorge	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	100,00	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
109	TO98	Verde do Tocantins	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	99,99	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
110	TO72	Rio da Volta	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	100,00	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
111	TO44	Mateiros	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	98,73	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,16	0,30	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
112	TO59	Pedra de Amolar	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,05	0,45	99,78	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
113	TO19	Come Assado	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	91,84	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,09	0,17	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
114	TO31	Galhão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	94,82	0,50	4,00	0,00	0,46	0,26	0,31	0,12	0,12	0,30	0,06	0,44	0,11	Alto
115	TO55	Parque Estadual do	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	53,44	0,62	2,00	0,01	0,29	0,10	0,03	0,25	0,12	0,30	0,04	0,14	0,04	Baixo

149	GO139	Sucuri	0,03	0,47	0,05	0,06	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	87,17	0,47	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,12	0,17	0,44	0,08	0,44	0,22	Muito Alto
150	GO125	São Bartolomeu	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,04	0,45	96,66	0,54	3,00	0,00	0,46	0,16	0,27	0,12	0,15	0,30	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
151	GO53	Floresta Nacional da Mata Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,42	0,02	0,30	54,53	0,50	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,12	0,12	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto
152	GO27	Calheiros	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	70,07	0,52	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,12	0,09	0,17	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
153	GO46	Divinópolis de Goiás	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	68,73	0,56	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
154	GO76	Nova Roma	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,03	0,30	25,49	0,55	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,12	0,02	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
155	GO71	Morro Alto	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	29,75	0,56	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
156	GO81	Parque Estadual de Terra Ronca	0,17	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,04	0,46	0,42	0,07	0,45	54,64	0,53	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,18	0,12	0,30	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
157	GO56	Guatacaba	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	32,74	0,60	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,12	0,02	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
158	GO66	Macacão	0,41	0,47	0,37	0,13	0,46	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,05	0,46	0,11	0,07	0,45	74,65	0,56	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,15	0,30	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
159	GO121	Santa Maria	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,02	0,30	63,03	0,60	3,00	0,02	0,29	0,10	0,27	0,36	0,05	0,06	0,04	0,14	0,12	Alto
160	GO15	Baco Pari	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,18	0,04	0,45	37,45	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,12	0,30	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
161	GO110	Rio Corrente	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	45,58	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,07	0,17	0,03	0,14	0,05	Muito Baixo
162	GO24	Buriti	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	71,66	0,52	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,12	0,22	0,44	0,06	0,44	0,11	Alto
163	GO6	APA das Nascentes do Rio Vermelho	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,27	0,02	0,30	70,68	0,49	3,00	0,00	0,29	0,42	0,27	0,12	0,22	0,44	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
164	GO137	Sítio da Abadia	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,15	0,03	0,01	0,16	64,24	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,09	0,12	0,30	0,05	0,29	0,11	Médio
165	GO115	Rio dos Macacos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	51,51	0,60	3,00	0,02	0,29	0,10	0,27	0,36	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
166	GO52	Flores de Goiás	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	46,77	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
167	GO51	Extrema	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,02	0,16	49,74	0,67	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
168	GO117	Rio Paraim	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	35,04	0,60	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,18	0,05	0,06	0,03	0,03	0,01	Baixo
169	GO128	São João d'Alianca	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	74,80	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,12	Alto
170	GO41	Crixás	0,03	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,04	0,30	52,40	0,61	3,00	0,01	0,29	0,10	0,27	0,18	0,05	0,06	0,04	0,14	0,12	Alto
171	GO50	Entorno de Brasília	0,12	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,27	0,04	0,45	33,86	0,60	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,18	0,04	0,06	0,03	0,03	0,13	Alto
172	TO8	APA Lago de Peixe-Angical	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	80,64	0,42	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,12	0,30	0,06	0,44	0,11	Alto
173	GO30	Cana-Brava de Minaçu	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	36,57	0,60	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,09	0,07	0,17	0,03	0,10	0,03	Baixo
174	GO32	Cavalcante	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	85,25	0,46	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,08	0,17	0,06	0,44	0,14	Alto
175	GO101	Ribeirão Bonito	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	69,33	0,55	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,04	Baixo
176	GO69	Minaçu	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,02	0,30	67,04	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,12	Alto
177	GO127	São Félix	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,16	87,43	0,52	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,10	0,17	0,06	0,29	0,11	Médio
178	GO64	Laranjal	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	98,41	0,40	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,12	0,30	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
179	GO95	Preto	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	71,54	0,43	1,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,09	0,22	0,44	0,06	0,44	0,11	Alto
180	GO135	Serra do Tombador	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	93,95	0,40	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,16	0,30	0,06	0,44	0,11	Alto

181	GO126	Sao Bento	0,12	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	88,64	0,40	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,17	0,44	0,08	0,44	0,18	Muito Alto
182	GO82	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	0,27	0,47	0,37	0,13	0,46	0,05	0,05	0,05	0,09	0,46	0,06	0,46	0,11	0,07	0,45	81,76	0,42	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
183	GO35	Córrego Areia	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	96,00	0,40	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
184	GO74	Muquém	0,27	0,47	0,58	0,17	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,05	0,46	0,03	0,04	0,45	88,66	0,40	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,17	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
185	GO106	Ribeirão Santana	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,05	0,05	0,09	0,46	0,04	0,46	0,11	0,07	0,45	94,96	0,40	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
186	GO109	Rio Claro	0,27	0,47	0,37	0,13	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,04	0,46	0,03	0,04	0,45	94,82	0,40	1,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,12	0,22	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
187	GO143	Tocantizinho	0,27	0,47	0,58	0,17	0,46	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,06	0,46	0,27	0,07	0,45	84,84	0,52	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,12	0,17	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
188	GO40	Couros	0,41	0,47	0,05	0,07	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,18	0,06	0,45	93,33	0,50	1,00	0,00	0,46	0,26	0,03	0,09	0,22	0,44	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
189	GO72	Morro Tira-Chapéu	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	71,32	0,64	3,00	0,01	0,29	0,10	0,27	0,25	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
190	GO25	Cachoeirinha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	96,53	0,54	1,00	0,00	0,46	0,16	0,03	0,12	0,17	0,44	0,06	0,44	0,14	Alto
191	GO89	Piçarrão	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,06	0,46	0,18	0,05	0,45	65,75	0,50	1,00	0,00	0,29	0,26	0,03	0,09	0,17	0,44	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
192	GO119	RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,46	0,03	0,05	0,45	55,62	0,56	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,11	0,30	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
193	GO37	Córrego Roncador	0,27	0,47	0,37	0,13	0,46	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,05	0,46	0,27	0,08	0,45	62,39	0,63	3,00	0,01	0,29	0,10	0,27	0,25	0,05	0,06	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
194	GO94	Prata Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	70,92	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,05	0,06	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
195	GO75	Niquelândia	0,12	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,04	0,30	46,87	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,07	0,17	0,03	0,14	0,12	Alto
196	GO14	Bacalhau	0,17	0,47	0,58	0,17	0,46	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,06	0,46	0,11	0,05	0,45	62,30	0,60	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,07	0,17	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
197	GO122	Santa Rita	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	81,48	0,60	3,00	0,01	0,46	0,16	0,27	0,18	0,05	0,06	0,05	0,29	0,08	Médio
198	GO102	Ribeirão Conceição	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	88,63	0,60	3,00	0,00	0,46	0,16	0,27	0,18	0,01	0,03	0,05	0,29	0,08	Médio
199	GO134	Serra do Passanove	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	87,59	0,61	3,00	0,00	0,46	0,10	0,27	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
200	GO116	Rio Palmeira	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,18	0,02	0,16	60,09	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
201	GO19	Bilhagua	0,12	0,30	0,58	0,15	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,05	0,46	0,03	0,04	0,45	52,81	0,60	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
202	GO111	Rio da Mula	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	31,68	0,60	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,12	0,02	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
203	GO83	Passa-Três	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	63,98	0,60	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,07	0,17	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
204	GO26	Café	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	37,46	0,60	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,25	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
205	GO105	Ribeirão Ponte Alta	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,06	55,82	0,62	3,00	0,00	0,29	0,10	0,27	0,12	0,05	0,06	0,03	0,14	0,05	Muito Baixo
206	GO104	Ribeirão da Laguna	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	46,69	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
207	GO34	Cocal	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	39,72	0,60	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,12	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
208	GO84	Patos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	30,49	0,64	3,00	0,00	0,14	0,10	0,27	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo

209	GO55	Forquilha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	29,23	0,71	3,00	0,00	0,14	0,06	0,27	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
210	GO88	Pensão Sao Miguel	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	25,66	0,71	3,00	0,00	0,14	0,06	0,27	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
211	GO58	Jacaré	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	41,62	0,80	3,00	0,00	0,14	0,06	0,27	0,12	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
212	GO132	Sardinha	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,03	0,30	20,22	0,80	3,00	0,00	0,07	0,06	0,27	0,12	0,07	0,17	0,02	0,03	0,09	Médio
213	GO62	João Alves	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	31,46	0,79	3,00	0,00	0,14	0,06	0,27	0,12	0,12	0,30	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
214	GO120	RPPN Fazenda Cachoeirinha	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,02	0,16	12,55	0,80	3,00	0,00	0,07	0,06	0,27	0,12	0,03	0,03	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
215	GO77	Padre Bernardo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	17,42	0,80	3,00	0,00	0,07	0,06	0,27	0,09	0,03	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
216	GO114	Rio dos Bois	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	32,03	0,80	3,00	0,00	0,14	0,06	0,27	0,09	0,05	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
217	GO73	Mucungo	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	84,35	0,76	3,00	0,01	0,46	0,06	0,27	0,25	0,07	0,17	0,05	0,29	0,08	Médio
218	GO11	Arraial Velho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,16	39,44	0,70	3,00	0,02	0,14	0,06	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo
219	GO7	APA de Cafuringa	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,16	80,23	0,80	3,00	0,02	0,46	0,06	0,27	0,25	0,17	0,44	0,06	0,44	0,14	Alto
220	GO36	Córrego Fundo	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	72,73	0,80	3,00	0,00	0,29	0,06	0,27	0,18	0,22	0,44	0,05	0,29	0,15	Alto
221	DF2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira	0,12	0,47	0,05	0,06	0,46	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	79,89	0,80	1,00	0,03	0,46	0,06	0,03	0,36	0,22	0,44	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
222	GO98	Reserva Biológica da Contagem	0,27	0,47	0,05	0,06	0,46	0,63	0,63	0,05	0,09	0,46	0,04	0,46	0,11	0,06	0,45	62,22	0,80	3,00	0,02	0,29	0,06	0,27	0,36	0,22	0,44	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
223	GO65	Lavrinha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	23,65	0,63	3,00	0,00	0,07	0,10	0,27	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
224	GO63	Lajes	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	36,60	0,65	3,00	0,00	0,14	0,10	0,27	0,18	0,01	0,03	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo
225	GO100	Rialma	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	11,56	0,60	3,00	0,02	0,07	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,03	0,02	Baixo
226	GO57	Irmãos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	63,15	0,80	5,00	0,01	0,29	0,06	0,35	0,18	0,10	0,17	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
227	GO133	Serra do Cocalzinho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	71,18	0,80	5,00	0,00	0,29	0,06	0,35	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,04	Baixo
228	GO31	Canastra	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	12,29	0,60	3,00	0,01	0,07	0,10	0,27	0,18	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
229	GO146	Uru	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	20,21	0,65	3,00	0,01	0,07	0,10	0,27	0,25	0,12	0,30	0,03	0,14	0,12	Alto
230	GO60	Jaraguá	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	13,31	0,80	3,00	0,00	0,07	0,06	0,27	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
231	GO80	Parque Estadual da Serra de Jaraguá	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	11,74	0,74	3,00	0,01	0,07	0,06	0,27	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
232	GO4	APA da Serra dos Pireneus	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	44,26	0,80	5,00	0,01	0,14	0,06	0,35	0,18	0,17	0,44	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
233	GO78	Padre Souza	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	24,96	0,74	5,00	0,01	0,07	0,06	0,35	0,18	0,04	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
234	TO63	Piranhas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	50,21	0,49	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,12	0,04	0,06	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
235	TO40	Lagoa Preta	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	66,25	0,51	2,00	0,00	0,29	0,26	0,03	0,12	0,07	0,17	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
236	PA1	Jenipapo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	0,00	0,40	2,00	0,01	0,04	0,42	0,03	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
237	TO6	APA Ilha do Bananal-Cantão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	70,04	0,40	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,09	0,22	0,44	0,06	0,44	0,11	Médio
238	TO71	Rio Caiap	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	49,00	0,40	3,00	0,00	0,14	0,42	0,27	0,12	0,17	0,44	0,06	0,44	0,11	Médio
239	TO33	Grotão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	44,92	0,45	3,00	0,00	0,14	0,42	0,27	0,18	0,16	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto

240	TO68	Ribeirão Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	33,70	0,49	2,00	0,00	0,14	0,26	0,03	0,12	0,16	0,30	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
241	TO30	Furo do Coco	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	55,29	0,41	3,00	0,00	0,29	0,42	0,27	0,12	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
242	TO48	Murici	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	56,97	0,40	3,00	0,05	0,29	0,42	0,27	0,36	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
243	TO74	Rio do Coco	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	28,77	0,46	2,00	0,03	0,14	0,42	0,03	0,36	0,17	0,44	0,06	0,44	0,11	Alto
244	TO29	Furo da Gameleira	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,11	0,03	0,30	93,54	0,40	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,22	0,44	0,08	0,44	0,18	Muito Alto
245	TO18	Cicice	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	53,06	0,48	3,00	0,00	0,29	0,42	0,27	0,12	0,12	0,30	0,06	0,44	0,11	Alto
246	TO56	Parque Nacional do Araguaia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,14	0,01	0,15	0,03	0,03	0,30	99,32	0,40	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,22	0,44	0,08	0,44	0,18	Muito Alto
247	TO11	Ariari	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	98,06	0,44	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,22	0,44	0,08	0,44	0,11	Médio
248	TO64	Pium	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	100,00	0,40	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,22	0,44	0,08	0,44	0,11	Médio
249	TO92	Terra Indígena Parque do Araguaia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	100,00	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
250	TO35	Ipuca do Riozinho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	99,97	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
251	TO34	Ilha de Santa Anna	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	98,82	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
252	TO77	Riozinho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	99,36	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
253	TO22	Cristalândia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	68,23	0,50	2,00	0,01	0,29	0,26	0,03	0,25	0,02	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
254	TO95	Urubu	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	99,51	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
255	TO80	Sandolandia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	64,64	0,50	2,00	0,00	0,29	0,26	0,03	0,12	0,09	0,17	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
256	GO16	Baião	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	21,43	0,60	3,00	0,01	0,07	0,16	0,27	0,25	0,01	0,03	0,03	0,03	0,01	Baixo
257	TO96	Urubu Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	39,70	0,50	3,00	0,20	0,14	0,26	0,27	0,36	0,05	0,06	0,04	0,14	0,04	Baixo
258	TO99	Xavante	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	46,32	0,53	3,00	0,14	0,14	0,26	0,27	0,36	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
259	TO25	Escuro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,16	41,07	0,52	3,00	0,14	0,14	0,26	0,27	0,36	0,02	0,03	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
260	MT116	Xavantinho	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	82,72	0,41	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,05	0,06	0,06	0,44	0,11	Médio
261	MT106	Terra Indígena Maraiwatsede	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,16	50,30	0,50	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,12	0,12	0,30	0,05	0,29	0,11	Médio
262	MT102	Terra Indígena Cacique Fontoura	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	74,70	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,09	0,12	0,30	0,05	0,29	0,08	Médio
263	MT91	Santa Isabel do Morro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,11	0,01	0,16	71,79	0,50	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,25	0,17	0,44	0,06	0,44	0,14	Alto
264	MT67	Novo Santo Antônio	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	90,70	0,48	5,00	0,00	0,46	0,42	0,35	0,09	0,06	0,06	0,06	0,44	0,11	Alto
265	MT95	São João Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	66,80	0,50	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,12	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
266	MT82	Ribeirão Cascalheira	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	71,11	0,44	3,00	0,00	0,29	0,42	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
267	MT108	Terra Indígena Pimentel Barbosa	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	99,96	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
268	MT89	RVS Quelônios do Araguaia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	85,06	0,43	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,17	0,44	0,08	0,44	0,11	Médio
269	MT31	Cocalinho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	74,82	0,43	3,00	0,00	0,29	0,42	0,27	0,09	0,17	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
270	MT8	Angico	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	37,29	0,54	3,00	0,00	0,14	0,16	0,27	0,12	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
271	MT101	Terra Indígena Areões	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	93,02	0,50	3,00	0,01	0,46	0,26	0,27	0,18	0,17	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
272	MT77	Pindaiba	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	40,23	0,60	4,00	0,01	0,14	0,16	0,31	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,03	Baixo
273	MT19	Barra do Garças	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	25,94	0,60	4,00	0,00	0,14	0,16	0,31	0,12	0,07	0,17	0,03	0,14	0,08	Muito

308	MT20	Brejão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	35,27	0,40	3,00	0,01	0,14	0,42	0,27	0,18	0,07	0,17	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
309	GO141	Terra Indígena Karajá de Aruanã	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	53,84	0,53	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,09	0,17	0,44	0,06	0,44	0,11	Médio
310	GO118	RPPN Boca da Mata	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,11	0,02	0,30	28,84	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,08	0,17	0,03	0,14	0,12	Alto
311	GO68	Matrincha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	20,85	0,60	3,00	0,01	0,07	0,16	0,27	0,25	0,03	0,03	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo
312	GO5	APA da Serra Dourada	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,07	0,46	0,03	0,46	0,27	0,07	0,45	36,15	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,17	0,44	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
313	GO86	PE da Serra Dourada	0,12	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,03	0,30	14,82	0,60	3,00	0,01	0,07	0,16	0,27	0,18	0,05	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
314	GO47	Dom Bill	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	13,09	0,60	3,00	0,02	0,07	0,16	0,27	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
315	GO21	Bom Jardim	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	43,84	0,60	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,18	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
316	GO99	Retiro das Piranhas	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,06	30,42	0,60	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,25	0,07	0,17	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
317	GO79	Pântano	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,06	42,04	0,73	3,00	0,01	0,14	0,06	0,27	0,25	0,07	0,17	0,03	0,10	0,04	Baixo
318	GO129	São José	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	77,19	0,80	3,00	0,00	0,46	0,06	0,27	0,12	0,07	0,17	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
319	MT12	APA Estadual Pé da Serra Azul	0,27	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,02	0,16	46,64	0,52	4,00	0,01	0,14	0,26	0,31	0,18	0,12	0,30	0,05	0,29	0,11	Médio
320	MT18	Bandeira	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	51,25	0,60	2,00	0,00	0,29	0,16	0,03	0,09	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
321	MT48	Guiratinga	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	59,30	0,60	2,00	0,00	0,29	0,16	0,03	0,09	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
322	MT7	Alto Garças	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	42,00	0,50	2,00	0,00	0,14	0,26	0,03	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
323	GO138	Sucupira	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	43,08	0,79	3,00	0,01	0,14	0,06	0,27	0,18	0,05	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
324	MT94	São João	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	63,40	0,45	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
325	GO45	Diamantino	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	37,59	0,80	3,00	0,00	0,14	0,06	0,27	0,09	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
326	GO13	Babilônia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,18	0,02	0,30	23,44	0,80	3,00	0,00	0,07	0,06	0,27	0,09	0,07	0,17	0,02	0,03	0,09	Médio
327	GO49	Empantano	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	36,42	0,80	4,00	0,00	0,14	0,06	0,31	0,12	0,07	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
328	GO70	Mineiros	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,16	31,91	0,80	4,00	0,00	0,14	0,06	0,31	0,09	0,02	0,03	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
329	GO59	Jacu	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	46,39	0,80	4,00	0,00	0,14	0,06	0,31	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
330	GO3	Alto Araguaia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	7,22	0,68	3,00	0,00	0,04	0,06	0,27	0,09	0,07	0,17	0,02	0,03	0,13	Alto
331	MT47	Gordura	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,11	0,01	0,16	25,87	0,50	2,00	0,00	0,14	0,26	0,03	0,09	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
332	GO123	Santa Rita do Araguaia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,27	0,04	0,45	30,19	0,68	3,00	0,00	0,14	0,06	0,27	0,12	0,07	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
333	MT83	Ribeirão do Sapo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,27	0,02	0,30	25,36	0,44	2,00	0,00	0,14	0,42	0,03	0,09	0,02	0,03	0,03	0,14	0,12	Alto
334	GO148	Zeca Nonato	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,11	0,05	0,45	39,78	0,57	4,00	0,00	0,14	0,16	0,31	0,12	0,05	0,06	0,03	0,10	0,15	Alto
335	GO96	Queixada	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	40,29	0,80	4,00	0,00	0,14	0,06	0,31	0,12	0,05	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
336	GO10	Araguainha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	21,01	0,65	4,00	0,00	0,07	0,10	0,31	0,12	0,08	0,17	0,03	0,03	0,02	Baixo
337	MA51	Terra Indígena Geralda Toco Preto	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	27,94	0,65	3,00	0,00	0,14	0,10	0,27	0,12	0,05	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
338	MA52	Terra Indígena Krikati	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	61,83	0,56	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,12	0,05	0,06	0,04	0,14	0,04	Baixo
339	MA19	Ipixuna Açú	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	33,53	0,76	4,00	0,01	0,14	0,06	0,31	0,25	0,01	0,03	0,03	0,03	0,01	Baixo
340	MA41	RPPN Fazenda São	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	22,25	0,75	4,00	0,02	0,07	0,06	0,31	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo

373	PI15	Matões	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	73,04	0,50	2,00	0,08	0,29	0,26	0,03	0,36	0,05	0,06	0,04	0,29	0,07	Muito Baixo
374	PI11	Gurgueia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	96,77	0,44	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,12	0,30	0,06	0,44	0,11	Médio
375	PI1	APA do Rangel	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	82,93	0,40	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,05	0,06	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
376	PI29	Vereda União	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	71,98	0,40	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
377	PI23	Riacho Frio	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	89,46	0,43	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,08	Médio
378	PI17	Parnaguá	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	72,83	0,46	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
379	PI14	Malhada da Barra	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	73,78	0,50	2,00	0,00	0,29	0,26	0,03	0,09	0,12	0,30	0,05	0,29	0,11	Médio
380	PI25	Sebastião Barros	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	69,07	0,49	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,12	0,04	0,06	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
381	PI6	Cardoso	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	93,16	0,36	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
382	PI20	Prata	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	70,53	0,42	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,12	0,01	0,03	0,04	0,29	0,07	Muito Baixo
383	MA34	Riacho do Belém	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	71,24	0,57	3,00	0,00	0,29	0,16	0,27	0,09	0,01	0,03	0,03	0,14	0,12	Alto
384	MA11	Curimatã	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	99,12	0,45	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,01	0,03	0,06	0,44	0,11	Médio
385	MA57	Uruçui	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	68,28	0,46	2,00	0,01	0,29	0,42	0,03	0,25	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
386	MA43	Santa Isabel	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	82,06	0,46	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,01	0,03	0,06	0,44	0,11	Alto
387	MA6	Balsas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	87,52	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,18	0,01	0,03	0,05	0,29	0,08	Médio
388	MA17	Gameleira	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	97,23	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,12	0,01	0,03	0,05	0,29	0,08	Médio
389	MA35	Riacho dos Picos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	89,62	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
390	MA14	Fortaleza dos Nogueiras	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	75,96	0,56	3,00	0,00	0,46	0,16	0,27	0,12	0,02	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
391	MA10	Coité	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	77,94	0,50	3,00	0,00	0,46	0,26	0,27	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
392	MA39	Rio Maravilha	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	58,39	0,60	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
393	MA44	Santo Antônio de Balsas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,18	0,05	0,45	68,34	0,60	3,00	0,02	0,29	0,16	0,27	0,36	0,07	0,17	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
394	MA16	Gado Bravo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	75,39	0,60	3,00	0,00	0,46	0,16	0,27	0,18	0,05	0,06	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
395	MA26	Novo Recreio	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	90,96	0,60	3,00	0,00	0,46	0,16	0,27	0,18	0,07	0,17	0,05	0,29	0,08	Médio
396	MA49	Temerante	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	66,48	0,60	3,00	0,01	0,29	0,16	0,27	0,18	0,05	0,06	0,04	0,14	0,04	Baixo
397	MA27	Parelhas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	93,73	0,60	3,00	0,00	0,46	0,16	0,27	0,12	0,07	0,17	0,05	0,29	0,08	Médio
398	MA48	Tem Medo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	82,98	0,60	3,00	0,01	0,46	0,16	0,27	0,25	0,07	0,17	0,06	0,29	0,08	Médio
399	MA23	Mandacaru	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	24,73	0,60	3,00	0,02	0,07	0,16	0,27	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
400	MA47	Sul Maranhense	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	82,95	0,60	3,00	0,01	0,46	0,16	0,27	0,18	0,05	0,06	0,05	0,29	0,08	Médio
401	PI3	Benedito Leite	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	86,13	0,48	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
402	PI21	Riacho da Estiva	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	71,00	0,49	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
403	PI28	Uruçui-Preto	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,02	0,30	80,69	0,50	2,00	0,03	0,46	0,26	0,03	0,36	0,07	0,17	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
404	MA22	Loreto	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	82,57	0,49	3,00	0,00	0,46	0,42	0,27	0,09	0,05	0,06	0,06	0,44	0,14	Alto

405	PI27	Tasso Fragoso	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	78,67	0,55	2,00	0,00	0,46	0,16	0,03	0,09	0,07	0,17	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
406	PI8	EE de Urucui-Una	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	97,96	0,50	2,00	0,00	0,46	0,26	0,03	0,09	0,22	0,44	0,06	0,44	0,11	Médio
407	PI26	Sucuruju	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	85,98	0,50	2,00	0,00	0,46	0,26	0,03	0,09	0,07	0,17	0,05	0,29	0,08	Médio
408	MA24	Medonho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	71,12	0,60	2,00	0,00	0,29	0,16	0,03	0,09	0,07	0,17	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
409	MA2	Alto Parnaíba	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	97,03	0,60	2,00	0,00	0,46	0,16	0,03	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,04	Baixo
410	PI4	Cachoeira Pedra de Amolar	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	90,85	0,54	2,00	0,00	0,46	0,26	0,03	0,09	0,12	0,30	0,06	0,29	0,07	Muito Baixo
411	PI19	PN das Nascentes do Rio Parnaíba	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,27	0,03	0,30	99,36	0,45	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,09	0,22	0,44	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
412	PI12	Ilha Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	77,62	0,63	3,00	0,03	0,46	0,10	0,27	0,36	0,01	0,03	0,05	0,29	0,11	Médio
413	PI13	Luis Correia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	21,01	0,60	3,00	0,00	0,07	0,16	0,27	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
414	BA26	Ilha Mocambo dos Ventos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	51,99	0,40	2,00	0,03	0,29	0,42	0,03	0,36	0,17	0,44	0,07	0,44	0,14	Alto
415	BA4	APA Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,02	0,16	30,63	0,40	2,00	0,04	0,14	0,42	0,03	0,36	0,16	0,30	0,05	0,29	0,11	Médio
416	BA17	Cotegipe	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	88,27	0,42	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,18	0,09	0,17	0,06	0,44	0,11	Alto
417	BA18	EE Rio Preto	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,32	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,27	0,05	0,45	74,43	0,50	3,00	0,01	0,29	0,26	0,27	0,25	0,15	0,30	0,06	0,29	0,19	Muito Alto
418	BA22	Formosa do Rio Preto	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	56,98	0,60	3,00	0,03	0,29	0,16	0,27	0,36	0,12	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto
419	BA5	APA Rio Preto	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	63,65	0,60	3,00	0,03	0,29	0,16	0,27	0,36	0,15	0,30	0,05	0,29	0,08	Médio
420	BA54	Sapão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	65,51	0,60	3,00	0,06	0,29	0,16	0,27	0,36	0,15	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto
421	BA45	Rio Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	56,53	0,44	2,00	0,01	0,29	0,42	0,03	0,25	0,02	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
422	BA31	Neves	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	52,86	0,60	2,00	0,01	0,29	0,16	0,03	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
423	BA42	Rio de Janeiro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,03	0,30	76,99	0,60	4,00	0,14	0,46	0,16	0,31	0,36	0,22	0,44	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
424	BA35	Ponta d'Água	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,03	0,30	42,47	0,68	4,00	0,28	0,14	0,06	0,31	0,36	0,16	0,30	0,04	0,14	0,12	Alto
425	BA3	APA Bacia do Rio de Janeiro	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,06	67,99	0,60	4,00	0,19	0,29	0,16	0,31	0,36	0,20	0,44	0,06	0,44	0,11	Alto
426	BA19	Extremo Oeste Baiano	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	54,38	0,60	4,00	0,05	0,29	0,16	0,31	0,36	0,01	0,03	0,04	0,14	0,12	Alto
427	BA32	Ondas	0,12	0,04	0,37	0,08	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,04	0,30	76,15	0,60	4,00	0,07	0,46	0,16	0,31	0,36	0,05	0,06	0,05	0,29	0,15	Alto
428	BA11	Cabeceira das Lajes	0,17	0,04	0,37	0,08	0,46	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,11	0,05	0,45	70,59	0,60	4,00	0,09	0,29	0,16	0,31	0,36	0,09	0,17	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
429	BA57	Tabocas	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	88,19	0,60	4,00	0,12	0,46	0,16	0,31	0,36	0,07	0,17	0,06	0,44	0,11	Médio
430	BA12	Cabeceira de Pedras	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,02	0,30	40,27	0,71	4,00	0,04	0,14	0,06	0,31	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,11	Médio
431	BA10	Bora	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	33,24	0,80	4,00	0,00	0,14	0,06	0,31	0,09	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
432	BA9	Boa Sorte	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	73,28	0,49	2,00	0,10	0,29	0,26	0,03	0,36	0,08	0,17	0,05	0,29	0,11	Médio
433	BA21	FN de Cristópolis	0,03	0,04	0,37	0,08	0,46	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,03	0,30	77,39	0,57	2,00	0,02	0,46	0,16	0,03	0,36	0,07	0,17	0,05	0,29	0,15	Alto
434	BA63	Vereda Anastácio	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,02	0,30	85,17	0,60	3,00	0,09	0,46	0,16	0,27	0,36	0,02	0,03	0,05	0,29	0,15	Alto
435	BA53	São Desidério	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	77,37	0,60	3,00	0,02	0,46	0,16	0,27	0,36	0,05	0,06	0,05	0,29	0,08	Médio
436	BA36	Porcos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	81,58	0,60	3,00	0,01	0,46	0,16	0,27	0,25	0,07	0,17	0,06	0,29	0,15	Alto
437	BA61	Triste e Feio	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,06	41,65	0,60	3,00	0,23	0,14	0,16	0,27	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo

438	BA25	Ilha da Pica Grande	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	34,68	0,40	2,00	0,00	0,14	0,42	0,03	0,18	0,05	0,06	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
439	BA64	Vereda da Canoa	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	74,22	0,40	2,00	0,01	0,29	0,42	0,03	0,25	0,01	0,03	0,05	0,29	0,11	Médio
440	BA55	Serra Dourada	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	39,52	0,54	2,00	0,02	0,14	0,16	0,03	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
441	BA24	Ilha da Bananeira	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,18	0,02	0,16	35,66	0,40	2,00	0,03	0,14	0,42	0,03	0,36	0,03	0,03	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
442	BA56	Sítio do Mato	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	43,92	0,40	2,00	0,02	0,14	0,42	0,03	0,36	0,05	0,06	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
443	BA58	Terra Indígena Vargem Alegre	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	47,58	0,56	2,00	0,02	0,14	0,16	0,03	0,36	0,04	0,06	0,03	0,10	0,04	Baixo
444	BA33	Pedra Branca	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	67,34	0,54	2,00	0,01	0,29	0,16	0,03	0,25	0,03	0,03	0,03	0,14	0,04	Baixo
445	BA50	Santana	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,02	0,30	58,68	0,60	2,00	0,02	0,29	0,16	0,03	0,25	0,02	0,03	0,03	0,14	0,12	Alto
446	BA15	Coribe	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	55,78	0,60	2,00	0,03	0,29	0,16	0,03	0,36	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
447	BA52	Sao Felix do Coribe	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	26,62	0,60	2,00	0,04	0,14	0,16	0,03	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
448	BA44	Rio Formoso	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	51,20	0,57	2,00	0,01	0,29	0,16	0,03	0,25	0,03	0,03	0,03	0,14	0,08	Muito Baixo
449	BA2	Alegre	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,03	0,30	64,21	0,60	2,00	0,01	0,29	0,16	0,03	0,18	0,05	0,06	0,03	0,14	0,12	Alto
450	BA28	Jaborandi	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	83,18	0,52	2,00	0,01	0,46	0,26	0,03	0,25	0,08	0,17	0,06	0,29	0,08	Médio
451	BA47	Rodeador	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	62,49	0,44	2,00	0,04	0,29	0,42	0,03	0,36	0,07	0,17	0,06	0,29	0,15	Alto
452	BA62	Vau	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	60,04	0,50	2,00	0,11	0,29	0,26	0,03	0,36	0,12	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto
453	BA37	Pratudão	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,03	0,30	71,12	0,50	2,00	0,16	0,29	0,26	0,03	0,36	0,07	0,17	0,05	0,29	0,15	Alto
454	BA48	RVS das Veredas do Oeste Baiano	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,03	0,30	65,48	0,50	2,00	0,11	0,29	0,26	0,03	0,36	0,17	0,44	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
455	BA7	Arrojado	0,03	0,04	0,37	0,08	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,03	0,30	68,90	0,50	3,00	0,01	0,29	0,26	0,27	0,25	0,03	0,03	0,04	0,29	0,15	Alto
456	BA6	Arrojadinho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	51,70	0,50	2,00	0,12	0,29	0,26	0,03	0,36	0,03	0,03	0,04	0,14	0,12	Alto
457	BA16	Correntina	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,05	0,45	54,60	0,50	3,00	0,04	0,29	0,26	0,27	0,36	0,03	0,03	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
458	BA49	Santa Maria da Vitória	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	67,29	0,60	2,00	0,01	0,29	0,16	0,03	0,25	0,05	0,06	0,04	0,14	0,04	Baixo
459	BA23	Guará	0,03	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,04	0,46	0,03	0,05	0,45	83,20	0,50	3,00	0,01	0,46	0,26	0,27	0,25	0,07	0,17	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
460	BA39	Riacho de Pedra	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	25,97	0,54	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,25	0,02	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
461	BA46	Rio Guará	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	11,54	0,57	2,00	0,00	0,07	0,16	0,03	0,18	0,02	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
462	BA51	Santo Antônio	0,03	0,04	0,37	0,08	0,46	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,03	0,30	78,33	0,50	3,00	0,06	0,46	0,26	0,27	0,36	0,07	0,17	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
463	BA43	Rio dos Angicos	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	82,48	0,60	2,00	0,05	0,46	0,16	0,03	0,36	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
464	BA40	Riacho do Mato	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	79,99	0,54	3,00	0,01	0,46	0,26	0,27	0,18	0,07	0,17	0,06	0,44	0,11	Médio
465	BA59	TQ Lagoa das Piranhas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,18	0,02	0,16	19,14	0,45	2,00	0,05	0,07	0,42	0,03	0,36	0,05	0,06	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
466	BA60	TQ Nova Batalhinha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	42,21	0,52	2,00	0,02	0,14	0,26	0,03	0,25	0,12	0,30	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
467	BA38	Riacho de Mariape	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	3,15	0,50	2,00	0,02	0,04	0,26	0,03	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
468	BA29	Lagoas	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	52,85	0,57	2,00	0,02	0,29	0,16	0,03	0,36	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
469	BA30	Madrugão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	66,29	0,60	2,00	0,01	0,29	0,16	0,03	0,18	0,02	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo

470	BA13	Cariranha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	62,04	0,55	2,00	0,01	0,29	0,16	0,03	0,25	0,07	0,17	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
471	MG3	APA Cocha e Gibão	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,01	0,16	76,67	0,55	5,00	0,01	0,46	0,16	0,35	0,25	0,12	0,30	0,06	0,44	0,14	Alto
472	BA20	Feira da Mata	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	46,50	0,52	2,00	0,01	0,14	0,26	0,03	0,18	0,03	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
473	BA34	PN Grande Sertao Veredas	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,03	0,30	87,00	0,48	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,12	0,15	0,30	0,07	0,44	0,18	Muito Alto
474	BA14	Cocos	0,17	0,04	0,37	0,08	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,04	0,45	42,26	0,47	2,00	0,01	0,14	0,42	0,03	0,18	0,03	0,03	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
475	BA41	Riacho do Meio	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	74,98	0,40	2,00	0,00	0,29	0,42	0,03	0,18	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
476	BA27	Itaguari	0,03	0,20	0,37	0,10	0,46	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,04	0,45	84,12	0,40	2,00	0,00	0,46	0,42	0,03	0,12	0,09	0,17	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
477	MG16	Calindo	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	44,60	0,65	5,00	0,05	0,14	0,10	0,35	0,36	0,04	0,06	0,03	0,10	0,03	Baixo
478	BA8	Aurélío	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,01	0,16	19,65	0,51	2,00	0,03	0,07	0,26	0,03	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
479	MG39	Furado Novo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	26,99	0,60	5,00	0,07	0,14	0,16	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,14	0,05	Muito Baixo
480	MG73	PE Caminho das Gerais	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	18,26	0,60	5,00	0,02	0,07	0,16	0,35	0,25	0,07	0,17	0,03	0,14	0,04	Baixo
481	MG93	Porteirinha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	30,91	0,61	5,00	0,04	0,14	0,10	0,35	0,36	0,07	0,17	0,04	0,14	0,04	Baixo
482	MG41	Gorutuba	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,02	0,30	44,53	0,63	5,00	0,04	0,14	0,10	0,35	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
483	MG27	Córrego Escuro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	18,59	0,60	5,00	0,06	0,07	0,16	0,35	0,36	0,11	0,30	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
484	MG58	Macaúbas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	21,27	0,60	5,00	0,01	0,07	0,16	0,35	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,03	Baixo
485	MG139	Verde Grande	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,01	0,16	20,91	0,60	5,00	0,02	0,07	0,16	0,35	0,25	0,02	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
486	MG96	Quem-quem	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	35,15	0,70	5,00	0,00	0,14	0,06	0,35	0,12	0,03	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
487	MG1	Água Limpa	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	44,87	0,64	5,00	0,03	0,14	0,10	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
488	MG20	Capitão Enéas	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	34,82	0,72	5,00	0,01	0,14	0,06	0,35	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,03	Baixo
489	MG134	Vacabrava	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	36,98	0,70	1,00	0,02	0,14	0,06	0,03	0,25	0,07	0,17	0,03	0,10	0,11	Médio
490	MG54	Juramento	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,03	0,30	28,19	0,70	5,00	0,01	0,14	0,06	0,35	0,18	0,07	0,17	0,03	0,10	0,11	Médio
491	MG79	PE Lagoa do Cajueiro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,02	0,16	39,81	0,62	5,00	0,06	0,14	0,10	0,35	0,36	0,12	0,30	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
492	MG98	RB Serra Azul	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	43,23	0,55	5,00	0,05	0,14	0,16	0,35	0,36	0,16	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto
493	MG85	PE Veredas do Peruauçu	0,12	0,47	0,05	0,06	0,46	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	72,34	0,50	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,25	0,20	0,44	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
494	MG89	PN Cavernas do Peruauçu	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,27	0,04	0,45	52,81	0,53	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,25	0,07	0,17	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
495	MG25	Cochos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	54,96	0,53	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,25	0,07	0,17	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
496	MG50	Japonvar	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	54,14	0,67	5,00	0,02	0,29	0,10	0,35	0,25	0,05	0,06	0,04	0,14	0,04	Baixo
497	MG67	Pandeiros	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	82,23	0,50	5,00	0,01	0,46	0,26	0,35	0,25	0,20	0,44	0,07	0,44	0,11	Alto
498	MG5	APA Pandeiros	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	97,16	0,50	5,00	0,00	0,46	0,26	0,35	0,12	0,20	0,44	0,07	0,44	0,11	Médio
499	MG113	RVS Rio Pandeiros	0,12	0,30	0,05	0,04	0,30	0,63	0,32	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	73,29	0,50	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,25	0,15	0,30	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
500	MG117	São Joaquim	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	85,37	0,50	5,00	0,01	0,46	0,26	0,35	0,18	0,05	0,06	0,06	0,29	0,08	Médio
501	MG83	PE Serra das Araras	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	92,94	0,55	1,00	0,00	0,46	0,16	0,03	0,12	0,12	0,30	0,05	0,29	0,08	Médio

502	MG24	Chapada Gaúcha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	74,39	0,60	1,00	0,00	0,29	0,16	0,03	0,12	0,05	0,06	0,03	0,10	0,03	Baixo
503	MG55	Lagoa da Vaqueta	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	34,00	0,60	5,00	0,01	0,14	0,16	0,35	0,18	0,02	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
504	MG116	São Francisco	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	38,98	0,60	5,00	0,00	0,14	0,16	0,35	0,18	0,03	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
505	MG87	Pintópolis	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	58,63	0,60	5,00	0,00	0,29	0,16	0,35	0,12	0,05	0,06	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
506	MG133	Urucuia	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	82,78	0,54	5,00	0,00	0,46	0,16	0,35	0,12	0,05	0,06	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
507	MG26	Conceição	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,30	67,96	0,54	5,00	0,03	0,29	0,16	0,35	0,36	0,05	0,06	0,04	0,29	0,15	Alto
508	MG101	Ribeirão dos Confins	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,18	0,03	0,30	67,47	0,54	5,00	0,01	0,29	0,16	0,35	0,18	0,07	0,17	0,04	0,29	0,15	Alto
509	MG33	EE Sagarana	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,18	0,05	0,45	46,33	0,57	5,00	0,03	0,14	0,16	0,35	0,36	0,06	0,06	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
510	MG66	Pacari	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,32	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	66,54	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,12	0,06	0,06	0,04	0,29	0,15	Alto
511	MG37	Formoso	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,15	0,03	0,01	0,16	68,55	0,50	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,18	0,09	0,17	0,05	0,29	0,11	Médio
512	MG120	Serra da Sacada	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	47,34	0,63	5,00	0,01	0,14	0,10	0,35	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
513	MG119	São Romão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	50,98	0,54	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,18	0,01	0,03	0,04	0,29	0,07	Muito Baixo
514	MG17	Campo Azul	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	47,47	0,69	5,00	0,02	0,14	0,06	0,35	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,11	Médio
515	MG40	Garitas	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	61,20	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,18	0,05	0,06	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
516	MG106	Roncador	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	34,63	0,64	5,00	0,03	0,14	0,10	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
517	MG131	Unaí	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,32	0,32	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	45,66	0,63	5,00	0,03	0,14	0,10	0,35	0,36	0,07	0,17	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
518	GO18	Bezerra	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	59,41	0,65	3,00	0,01	0,29	0,10	0,27	0,25	0,03	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
519	DF1	APA do Planalto Central	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,46	0,03	0,05	0,45	26,54	0,75	1,00	0,03	0,14	0,06	0,03	0,36	0,17	0,44	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
520	MG141	Vereda Grande	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	8,52	0,70	5,00	0,05	0,04	0,06	0,35	0,36	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
521	MG127	TQ Amaros	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	50,59	0,70	5,00	0,02	0,29	0,06	0,35	0,25	0,12	0,30	0,05	0,29	0,08	Médio
522	MG99	Ribeirão Bezerra	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	17,48	0,68	5,00	0,03	0,07	0,06	0,35	0,36	0,02	0,03	0,03	0,03	0,02	Baixo
523	MG112	RPPN Morro da Cruz das Almas	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,15	0,03	0,02	0,30	52,86	0,70	5,00	0,04	0,29	0,06	0,35	0,36	0,10	0,17	0,04	0,29	0,15	Alto
524	MG94	Presidente Olegário	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	58,65	0,63	5,00	0,01	0,29	0,10	0,35	0,25	0,07	0,17	0,04	0,29	0,11	Médio
525	MG102	Ribeirão Santa Catarina	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	52,13	0,63	5,00	0,01	0,29	0,10	0,35	0,25	0,02	0,03	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
526	MG77	PE de Paracatu	0,17	0,20	0,05	0,04	0,30	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	46,98	0,71	5,00	0,03	0,14	0,06	0,35	0,36	0,07	0,17	0,04	0,14	0,12	Alto
527	MG43	Guarda-Mór	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,02	0,30	43,57	0,80	5,00	0,03	0,14	0,06	0,35	0,36	0,07	0,17	0,04	0,14	0,12	Alto
528	MG10	Barro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,02	0,16	35,55	0,57	5,00	0,01	0,14	0,16	0,35	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
529	MG51	Jequitaiá	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	39,14	0,50	5,00	0,01	0,14	0,26	0,35	0,25	0,03	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
530	MG38	Francisco Dumont	0,12	0,30	0,05	0,04	0,30	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	39,72	0,43	5,00	0,01	0,14	0,42	0,35	0,18	0,03	0,03	0,04	0,14	0,12	Alto
531	MG9	Areia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	59,54	0,43	5,00	0,01	0,29	0,42	0,35	0,18	0,07	0,17	0,06	0,44	0,11	Alto
532	MG44	Imbalacaia	0,41	0,47	0,05	0,07	0,46	0,32	0,05	0,05	0,04	0,07	0,03	0,46	0,42	0,05	0,45	50,30	0,47	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,12	0,09	0,17	0,06	0,29	0,19	Muito Alto
533	MG92	PN das Sempre-Vivas	0,17	0,20	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	56,23	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,09	0,15	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto

534	MG138	Velhas	0,27	0,30	0,05	0,05	0,30	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,18	0,04	0,45	50,59	0,48	5,00	0,02	0,29	0,42	0,35	0,25	0,08	0,17	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
535	MG12	Bicudo	0,03	0,47	0,05	0,06	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	46,64	0,42	5,00	0,00	0,14	0,42	0,35	0,12	0,03	0,03	0,04	0,14	0,12	Alto
536	MG74	PE da Serra do Cabral	0,41	0,47	0,05	0,07	0,46	0,63	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,11	0,05	0,45	56,71	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,12	0,15	0,30	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
537	MG49	Jabuticaba	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,16	7,77	0,41	5,00	0,00	0,04	0,42	0,35	0,18	0,01	0,03	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
538	MG70	Pardo Grande	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,63	0,05	0,05	0,03	0,03	0,06	0,46	0,42	0,05	0,45	72,78	0,43	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,05	0,06	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
539	MG115	Santo Hipólito	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	15,26	0,49	5,00	0,01	0,07	0,42	0,35	0,18	0,01	0,03	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
540	MG91	PN da Serra do Cipó	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,63	0,05	0,05	0,04	0,14	0,06	0,46	0,42	0,07	0,45	70,20	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,09	0,12	0,30	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
541	MG4	APA do Carste de Lagoa Santa	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,63	0,63	0,63	0,25	0,46	0,11	0,46	0,42	0,09	0,45	37,45	0,58	1,00	0,05	0,14	0,16	0,03	0,36	0,07	0,17	0,03	0,14	0,16	Muito Alto
542	MG88	Pirapora	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,63	0,05	0,05	0,04	0,14	0,01	0,15	0,11	0,05	0,45	43,04	0,49	5,00	0,02	0,14	0,42	0,35	0,36	0,03	0,03	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
543	MG128	Três Marias	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	45,17	0,40	5,00	0,00	0,14	0,42	0,35	0,12	0,07	0,17	0,05	0,29	0,11	Médio
544	MG125	Tiros	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	65,92	0,66	5,00	0,01	0,29	0,10	0,35	0,18	0,03	0,03	0,04	0,14	0,12	Alto
545	MG109	RPPN Fazenda Lavagem	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	57,09	0,44	5,00	0,01	0,29	0,42	0,35	0,25	0,03	0,03	0,05	0,29	0,08	Médio
546	MG14	Borrachudo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	75,69	0,56	5,00	0,01	0,46	0,16	0,35	0,18	0,07	0,17	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
547	MG32	EE de Pirapitinga	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	48,39	0,40	5,00	0,00	0,14	0,42	0,35	0,18	0,05	0,06	0,04	0,29	0,07	Muito Baixo
548	MG45	Indaia	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	68,63	0,58	5,00	0,01	0,29	0,16	0,35	0,18	0,07	0,17	0,04	0,29	0,08	Médio
549	MG107	RPPN Fazenda Barrão	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	34,75	0,41	5,00	0,01	0,14	0,42	0,35	0,25	0,02	0,03	0,04	0,29	0,07	Muito Baixo
550	MG34	Felixlândia	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	43,26	0,44	5,00	0,00	0,14	0,42	0,35	0,12	0,03	0,03	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
551	MG35	FN de Paraopeba	0,03	0,47	0,37	0,12	0,46	0,63	0,32	0,32	0,03	0,03	0,04	0,46	0,18	0,03	0,30	31,16	0,59	5,00	0,02	0,14	0,16	0,35	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,11	Médio
552	MG46	Inhaúma	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,16	39,19	0,61	5,00	0,02	0,14	0,10	0,35	0,36	0,10	0,17	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
553	MG6	APA Vargem das Flores	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,32	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,02	0,16	9,50	0,57	5,00	0,04	0,04	0,16	0,35	0,36	0,07	0,17	0,03	0,14	0,08	Muito Baixo
554	MG56	Lambari	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	21,89	0,57	5,00	0,01	0,07	0,16	0,35	0,18	0,02	0,03	0,03	0,03	0,01	Baixo
555	MG104	Rio Pará	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	29,96	0,61	5,00	0,01	0,14	0,10	0,35	0,18	0,02	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
556	MG110	RPPN Fazenda Samoinho	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	6,84	0,58	5,00	0,04	0,04	0,16	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
557	MG64	Nova Serrana	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	24,18	0,67	5,00	0,01	0,07	0,10	0,35	0,25	0,03	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
558	MG100	Ribeirão Boa Vista	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	9,42	0,58	5,00	0,02	0,04	0,16	0,35	0,25	0,01	0,03	0,03	0,03	0,01	Baixo
559	MG57	Luz	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	16,08	0,63	5,00	0,02	0,07	0,10	0,35	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
560	MG31	EE Corumbá	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,02	0,16	8,87	0,59	5,00	0,01	0,04	0,16	0,35	0,18	0,05	0,06	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
561	MG136	Vargem Bonita	0,03	0,30	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,04	0,46	0,18	0,04	0,45	32,74	0,55	5,00	0,00	0,14	0,16	0,35	0,09	0,12	0,30	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
562	MG108	RPPN Fazenda do Lobo	0,27	0,30	0,58	0,16	0,46	0,05	0,05	0,05	0,23	0,46	0,09	0,46	0,27	0,06	0,45	43,35	0,50	5,00	0,00	0,14	0,26	0,35	0,09	0,12	0,30	0,04	0,29	0,19	Muito Alto
563	MG76	PE de Montezuma	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	34,36	0,52	5,00	0,01	0,14	0,26	0,35	0,18	0,07	0,17	0,04	0,14	0,12	Alto
564	MG121	Setubal	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	11,77	0,50	5,00	0,00	0,07	0,26	0,35	0,12	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo

565	MG11	Berilo	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,27	0,02	0,30	59,65	0,48	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,15	Alto
566	MG19	Capelinha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,18	0,02	0,16	49,01	0,51	5,00	0,00	0,14	0,26	0,35	0,12	0,01	0,03	0,03	0,14	0,08	Muito Baixo
567	MG7	Araçaí	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,03	54,13	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,12	0,05	0,06	0,04	0,29	0,07	Muito Baixo
568	MG81	PE Rio Preto	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,63	0,63	0,32	0,03	0,03	0,06	0,46	0,42	0,06	0,45	53,22	0,44	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,05	0,06	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
569	MG137	Vargem da Lapa	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,63	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	55,47	0,40	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,01	0,03	0,05	0,29	0,07	Muito Baixo
570	MG86	Peixe Bravo	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	71,91	0,53	5,00	0,01	0,29	0,26	0,35	0,18	0,05	0,06	0,05	0,29	0,11	Médio
571	MG135	Vacaria	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,06	61,68	0,50	5,00	0,00	0,29	0,26	0,35	0,12	0,04	0,06	0,04	0,29	0,08	Médio
572	MG30	EE Acauã	0,41	0,47	0,37	0,13	0,46	0,32	0,63	0,05	0,03	0,03	0,04	0,46	0,03	0,04	0,45	74,54	0,44	5,00	0,01	0,29	0,42	0,35	0,18	0,04	0,06	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
573	MG47	Itacambira	0,17	0,30	0,37	0,11	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,04	0,46	0,11	0,03	0,30	86,65	0,43	5,00	0,00	0,46	0,42	0,35	0,09	0,01	0,03	0,06	0,44	0,18	Muito Alto
574	MG122	Tabatinga	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,06	32,05	0,43	5,00	0,00	0,14	0,42	0,35	0,09	0,01	0,03	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
575	MG65	Olhos d'Água	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,16	85,95	0,40	5,00	0,00	0,46	0,42	0,35	0,09	0,17	0,44	0,08	0,44	0,14	Alto
576	MG15	Caeté-Mirim	0,12	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,03	0,30	92,04	0,40	5,00	0,00	0,46	0,42	0,35	0,09	0,17	0,44	0,08	0,44	0,18	Muito Alto
577	MG72	PE Biribiri	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,32	0,63	0,05	0,03	0,03	0,06	0,46	0,42	0,07	0,45	72,74	0,43	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,09	0,17	0,06	0,29	0,19	Muito Alto
578	MG123	Tanque	0,03	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,11	0,03	0,30	57,80	0,60	5,00	0,00	0,29	0,16	0,35	0,09	0,22	0,44	0,05	0,29	0,15	Alto
579	MG78	PE do Limoeiro	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	29,90	0,60	5,00	0,00	0,14	0,10	0,35	0,12	0,09	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
580	MG103	Rio do Peixe	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,03	0,02	0,16	56,85	0,42	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,15	0,30	0,06	0,44	0,14	Alto
581	MG95	Preto do Itambé	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,46	0,03	0,05	0,45	91,89	0,44	5,00	0,00	0,46	0,42	0,35	0,09	0,22	0,44	0,08	0,44	0,22	Muito Alto
582	MG62	Morro do Pilar	0,12	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	66,38	0,41	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,15	0,30	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
583	MG105	Rio Picão	0,17	0,20	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	33,41	0,40	5,00	0,00	0,14	0,42	0,35	0,09	0,07	0,17	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
584	MG84	PE Serra do Intendente	0,41	0,47	0,05	0,07	0,46	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,11	0,04	0,45	70,84	0,41	5,00	0,00	0,29	0,42	0,35	0,09	0,17	0,44	0,07	0,44	0,22	Muito Alto
585	MG69	Parauninha	0,03	0,20	0,58	0,14	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,04	0,46	0,11	0,03	0,30	47,45	0,40	5,00	0,00	0,14	0,42	0,35	0,09	0,12	0,30	0,05	0,29	0,15	Alto
586	MG13	Bom Jesus do Amparo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	40,23	0,77	5,00	0,01	0,14	0,06	0,35	0,18	0,05	0,06	0,03	0,03	0,02	Baixo
587	MS10	Ivinheima	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	5,01	0,56	2,00	0,01	0,04	0,16	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
588	MS11	Nova Alvorada do Sul	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,16	13,96	0,74	3,00	0,02	0,07	0,06	0,27	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
589	MS33	Terra Indígena Jatayvari	0,12	0,20	0,58	0,14	0,46	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,05	0,46	0,27	0,04	0,45	6,94	0,78	3,00	0,01	0,04	0,06	0,27	0,25	0,04	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
590	MS20	Rio Brillhante	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	15,67	0,79	3,00	0,03	0,07	0,06	0,27	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
591	SP36	Laranja Doce	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	8,46	0,61	1,00	0,02	0,04	0,10	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
592	PR8	RPPN Fazenda Monte Alegre	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,32	0,32	0,03	0,03	0,01	0,07	0,11	0,01	0,03	0,35	0,62	1,00	0,01	0,04	0,10	0,03	0,18	0,04	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
593	PR4	PE do Guartela	0,17	0,20	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,46	0,03	0,05	0,45	17,06	0,65	1,00	0,01	0,07	0,10	0,03	0,18	0,12	0,30	0,03	0,10	0,15	Alto
594	PR1	APA da Escarpa Devoniana	0,27	0,30	0,05	0,05	0,30	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	1,62	0,63	1,00	0,00	0,04	0,10	0,03	0,09	0,11	0,30	0,02	0,03	0,09	Médio
595	SP39	Paraguaçu Paulista	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,63	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	4,12	0,62	1,00	0,01	0,04	0,10	0,03	0,25	0,04	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo

596	PR9	Ventania	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	0,14	0,62	1,00	0,01	0,04	0,10	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
597	PR7	RPPN Fazenda do Tigre	0,17	0,30	0,37	0,11	0,46	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,05	0,46	0,03	0,05	0,45	10,08	0,61	1,00	0,01	0,07	0,10	0,03	0,18	0,12	0,30	0,03	0,10	0,15	Alto
598	SP16	EE de Assis	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,63	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	5,39	0,55	1,00	0,01	0,04	0,16	0,03	0,18	0,04	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
599	SP12	Campos Novos Paulista	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	5,35	0,59	1,00	0,00	0,04	0,16	0,03	0,18	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
600	SP1	Alambari	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,02	0,30	6,99	0,66	1,00	0,00	0,04	0,10	0,03	0,12	0,05	0,06	0,01	0,03	0,09	Médio
601	SP22	EE Santa Bárbara	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	1,87	0,63	1,00	0,03	0,04	0,10	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
602	SP17	EE de Avaré	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	5,36	0,58	1,00	0,01	0,04	0,16	0,03	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
603	SP26	FE Santa Bárbara	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	3,95	0,54	1,00	0,00	0,04	0,16	0,03	0,12	0,12	0,30	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
604	SP13	Claro	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,32	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	6,57	0,54	1,00	0,01	0,04	0,16	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,13	Alto
605	SP48	Ribeirão das Pedras	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	0,47	0,51	1,00	0,02	0,04	0,26	0,03	0,25	0,11	0,30	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
606	SP11	Botucatu	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	7,60	0,52	1,00	0,01	0,04	0,26	0,03	0,18	0,05	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
607	SP30	Itaporanga	0,27	0,47	0,58	0,17	0,46	0,63	0,32	0,32	0,03	0,03	0,05	0,46	0,42	0,04	0,45	3,58	0,60	1,00	0,01	0,04	0,10	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,13	Alto
608	PR6	Pescaria	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	0,74	0,66	1,00	0,01	0,04	0,10	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
609	PR5	PE Vale do Codo	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,63	0,63	0,05	0,07	0,30	0,06	0,46	0,42	0,07	0,45	7,56	0,60	1,00	0,00	0,04	0,16	0,03	0,12	0,12	0,30	0,03	0,10	0,15	Alto
610	PR3	Jaguariatu	0,41	0,47	0,05	0,07	0,46	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,03	0,46	0,27	0,05	0,45	9,73	0,60	1,00	0,01	0,04	0,16	0,03	0,18	0,11	0,30	0,03	0,10	0,15	Alto
611	PR2	Itararé	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,63	0,05	0,05	0,22	0,46	0,06	0,46	0,18	0,06	0,45	20,74	0,60	1,00	0,00	0,07	0,16	0,03	0,18	0,07	0,17	0,02	0,03	0,13	Alto
612	SP40	Paranapanema	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	1,60	0,67	1,00	0,03	0,04	0,10	0,03	0,36	0,01	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
613	SP18	EE de Itabera	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	5,67	0,62	1,00	0,03	0,04	0,10	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
614	SP21	EE Paranapanema	0,12	0,30	0,37	0,11	0,46	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,04	0,46	0,18	0,03	0,30	0,98	0,73	1,00	0,01	0,04	0,06	0,03	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
615	SP27	FN de Capão Bonito	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	0,96	0,57	1,00	0,02	0,04	0,16	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
616	SP29	Itapetininga	0,03	0,47	0,05	0,06	0,30	0,32	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,46	0,11	0,05	0,45	2,13	0,61	1,00	0,05	0,04	0,10	0,03	0,36	0,01	0,03	0,02	0,03	0,13	Alto
617	MS8	Inhandui	0,03	0,30	0,58	0,15	0,46	0,32	0,32	0,05	0,07	0,30	0,06	0,46	0,27	0,07	0,45	17,08	0,71	5,00	0,02	0,07	0,06	0,35	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,15	Alto
618	MS13	Pardo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	16,84	0,60	2,00	0,01	0,07	0,16	0,03	0,18	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
619	MS7	Botas	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,11	0,01	0,03	13,53	0,60	2,00	0,00	0,07	0,16	0,03	0,18	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
620	MS12	Paraná	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	1,37	0,55	2,00	0,03	0,04	0,16	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
621	MS37	Verde	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	17,14	0,60	2,00	0,01	0,07	0,16	0,03	0,18	0,05	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
622	MS27	São Domingos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	14,26	0,60	2,00	0,01	0,07	0,16	0,03	0,18	0,07	0,17	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
623	MS28	Sucuriu	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,09	0,46	0,03	0,46	0,18	0,07	0,45	18,31	0,57	2,00	0,01	0,07	0,16	0,03	0,25	0,06	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
624	SP4	APA Rio Batalha	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,63	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	8,06	0,69	1,00	0,00	0,04	0,06	0,03	0,18	0,17	0,44	0,03	0,10	0,03	Baixo
625	SP52	São Lourenço	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	6,99	0,51	1,00	0,01	0,04	0,26	0,03	0,25	0,05	0,06	0,03	0,03	0,09	Médio
626	SP3	APA Ibitinga	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	4,66	0,60	1,00	0,04	0,04	0,16	0,03	0,36	0,20	0,44	0,04	0,14	0,05	Muito Baixo
627	SP31	Itaquere	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	8,57	0,50	1,00	0,00	0,04	0,26	0,03	0,12	0,04	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
628	SP32	Jacaré-Guaçu	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	9,36	0,51	1,00	0,02	0,04	0,26	0,03	0,25	0,05	0,06	0,03	0,03	0,01	Baixo
629	SP6	Araraquara	0,27	0,20	0,05	0,04	0,30	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,18	0,02	0,30	10,31	0,60	1,00	0,05	0,07	0,16	0,03	0,36	0,01	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
630	SP20	EE Itirapina	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,14	0,02	0,30	0,03	0,05	0,45	14,49	0,54	1,00	0,07	0,07	0,26	0,03	0,36	0,12	0,30	0,04	0,14	0,16	Muito Baixo
631	SP33	Jacaré-Pepira	0,03	0,30	0,37	0,10	0,46	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,04	0,46	0,18	0,04	0,45	12,90	0,49	1,00	0,01	0,07	0,42	0,03	0,18	0,12	0,30	0,04	0,29	0,19	Muito Baixo

632	SP7	Arealva	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,18	0,04	0,30	2,89	0,65	1,00	0,01	0,04	0,10	0,03	0,25	0,04	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
633	SP25	FE Pederneiras	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,63	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	4,74	0,68	1,00	0,05	0,04	0,10	0,03	0,36	0,05	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
634	SP37	Macatuba	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	1,65	0,59	1,00	0,05	0,04	0,16	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
635	SP5	Araquá	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,19	0,46	0,05	0,46	0,11	0,05	0,45	7,10	0,45	1,00	0,03	0,04	0,42	0,03	0,36	0,12	0,30	0,05	0,29	0,19	Muito Alto
636	SP2	APA Corumbataí-Botucatu-Tejupa	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,63	0,32	0,32	0,03	0,03	0,02	0,30	0,42	0,04	0,45	11,00	0,61	1,00	0,01	0,07	0,10	0,03	0,25	0,15	0,30	0,03	0,10	0,15	Alto
637	SP14	Corumbataí	0,27	0,47	0,58	0,17	0,46	0,32	0,32	0,05	0,04	0,14	0,06	0,46	0,42	0,07	0,45	8,77	0,61	1,00	0,06	0,04	0,10	0,03	0,36	0,17	0,44	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
638	SP44	Piracicaba	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	0,62	0,61	1,00	0,14	0,04	0,10	0,03	0,36	0,01	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
639	SP9	Atibaia	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,03	0,01	0,06	0,34	0,69	1,00	0,09	0,04	0,06	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
640	SP8	ARIE Matão de Cosmópolis	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	3,35	0,76	1,00	0,03	0,04	0,06	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
641	SP45	Pirapitingui	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	2,90	0,66	1,00	0,02	0,04	0,10	0,03	0,25	0,04	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
642	SP34	Jaguari	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	4,44	0,58	1,00	0,07	0,04	0,16	0,03	0,36	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
643	SP55	Vitória	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,19	0,46	0,05	0,46	0,11	0,05	0,45	16,68	0,50	1,00	0,01	0,07	0,26	0,03	0,25	0,11	0,30	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
644	SP49	Rio Alambari	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	15,98	0,51	1,00	0,00	0,07	0,26	0,03	0,18	0,15	0,30	0,04	0,14	0,04	Baixo
645	SP15	EE Barreiro Rico	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,01	0,16	10,11	0,50	1,00	0,01	0,07	0,26	0,03	0,18	0,10	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
646	SP43	Peixe	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	4,18	0,62	1,00	0,00	0,04	0,10	0,03	0,18	0,11	0,30	0,03	0,03	0,01	Baixo
647	SP51	São José dos Dourados	0,17	0,04	0,05	0,02	0,14	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,11	0,01	0,03	4,18	0,46	1,00	0,01	0,04	0,42	0,03	0,18	0,02	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
648	MS9	Inocência	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	12,48	0,50	2,00	0,00	0,07	0,26	0,03	0,12	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
649	SP41	Parisi	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	0,34	0,49	1,00	0,01	0,04	0,26	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
650	SP38	Mirassolândia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	4,11	0,61	1,00	0,01	0,04	0,10	0,03	0,18	0,02	0,03	0,01	0,03	0,01	Baixo
651	MG140	Verde ou Feio	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	15,92	0,65	5,00	0,00	0,07	0,10	0,35	0,12	0,02	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
652	MG118	São Mateus	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	5,09	0,61	5,00	0,01	0,04	0,10	0,35	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
653	SP24	FE de Bebedouro	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,32	0,32	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	8,08	0,46	1,00	0,03	0,04	0,42	0,03	0,36	0,05	0,06	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
654	SP23	FE Cajuru	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,63	0,32	0,05	0,08	0,46	0,03	0,46	0,42	0,07	0,45	8,15	0,59	1,00	0,06	0,04	0,16	0,03	0,36	0,05	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
655	SP46	RB de Sertãozinho	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,32	0,05	0,06	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	5,86	0,53	1,00	0,13	0,04	0,26	0,03	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,11	Médio
656	SP19	EE de Jataí	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,03	11,71	0,53	1,00	0,03	0,07	0,26	0,03	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,03	Baixo
657	SP42	PE de Vassununga	0,41	0,30	0,05	0,05	0,30	0,05	0,32	0,05	0,07	0,30	0,03	0,46	0,27	0,07	0,45	12,58	0,55	1,00	0,04	0,07	0,16	0,03	0,36	0,06	0,06	0,03	0,03	0,13	Alto
658	SP35	Jaguari-Mirim	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	6,37	0,61	1,00	0,08	0,04	0,10	0,03	0,36	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	Baixo
659	SP47	RB e EE Mogi-Guaçu	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,63	0,05	0,05	0,06	0,30	0,03	0,46	0,11	0,05	0,45	5,84	0,59	1,00	0,05	0,04	0,16	0,03	0,36	0,04	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
660	MG129	Uberaba	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	15,94	0,66	5,00	0,01	0,07	0,10	0,35	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
661	SP53	Sapucaí	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,04	0,45	5,67	0,52	1,00	0,05	0,04	0,26	0,03	0,36	0,03	0,03	0,03	0,10	0,15	Alto
662	SP10	Batatais	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	5,05	0,49	1,00	0,04	0,04	0,42	0,03	0,36	0,05	0,06	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
663	SP28	Franca	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	6,94	0,60	1,00	0,01	0,04	0,16	0,03	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,01	Baixo
664	SP50	Santa Bárbara	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	11,66	0,61	1,00	0,02	0,07	0,10	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,02	Baixo
665	MG97	RB Sao Sebastiao do Paraíso	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,03	0,02	0,16	11,59	0,58	5,00	0,00	0,07	0,16	0,35	0,12	0,04	0,06	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo

666	MG126	Tomba-Perna	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,11	0,02	0,16	19,69	0,52	1,00	0,01	0,07	0,26	0,03	0,18	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
667	SP54	Solapão	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,03	0,01	0,06	5,68	0,51	1,00	0,02	0,04	0,26	0,03	0,36	0,04	0,06	0,03	0,10	0,04	Baixo
668	MG75	PE das Furnas do Bom Jesus	0,12	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,32	0,05	0,23	0,46	0,06	0,46	0,03	0,06	0,45	16,16	0,60	5,00	0,03	0,07	0,16	0,35	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,15	Alto
669	MG114	Sacramento	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,01	0,16	43,20	0,62	5,00	0,00	0,14	0,10	0,35	0,12	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
670	MG90	PN da Serra da Canastra	0,17	0,47	0,05	0,06	0,46	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,03	0,46	0,18	0,08	0,45	83,56	0,55	5,00	0,00	0,46	0,16	0,35	0,09	0,20	0,44	0,06	0,44	0,22	Muito Alto
671	MG23	Cássia	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	21,58	0,65	5,00	0,00	0,07	0,10	0,35	0,12	0,05	0,06	0,02	0,03	0,09	Médio
672	MG2	Alpinópolis	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,06	0,46	0,42	0,07	0,45	27,06	0,66	5,00	0,01	0,14	0,10	0,35	0,18	0,12	0,30	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
673	MG82	PE Serra da Boa Esperança	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	11,88	0,63	5,00	0,01	0,07	0,10	0,35	0,18	0,05	0,06	0,02	0,03	0,02	Baixo
674	MG42	Guapé	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	21,88	0,63	5,00	0,01	0,07	0,10	0,35	0,18	0,02	0,03	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
675	MG36	Formiga	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,02	0,30	3,85	0,52	5,00	0,01	0,04	0,26	0,35	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
676	GO112	Rio da Prata	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	14,92	0,54	3,00	0,02	0,07	0,26	0,27	0,25	0,03	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
677	GO93	PN das Emas	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,09	0,46	0,03	0,46	0,27	0,07	0,45	33,47	0,61	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,25	0,09	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
678	GO136	Serranópolis	0,12	0,30	0,37	0,11	0,46	0,05	0,05	0,05	0,09	0,46	0,05	0,46	0,18	0,06	0,45	25,32	0,67	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,25	0,03	0,03	0,03	0,10	0,15	Alto
679	GO61	Jataí	0,27	0,47	0,05	0,06	0,46	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,46	0,42	0,05	0,45	20,19	0,74	3,00	0,01	0,07	0,06	0,27	0,25	0,02	0,03	0,02	0,03	0,13	Alto
680	MG48	Ituiutaba	0,27	0,30	0,58	0,16	0,46	0,32	0,32	0,05	0,03	0,03	0,05	0,46	0,11	0,04	0,45	20,27	0,71	5,00	0,00	0,07	0,06	0,35	0,18	0,05	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
681	MG124	Tijucu	0,12	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,03	0,02	0,30	14,87	0,67	5,00	0,03	0,07	0,10	0,35	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
682	MG60	Monte Alegre de Minas	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	12,40	0,83	5,00	0,04	0,07	0,06	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,03	0,02	Baixo
683	MG28	Douradinho	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,30	0,11	0,03	0,30	18,82	0,89	5,00	0,02	0,07	0,06	0,35	0,25	0,07	0,17	0,03	0,10	0,11	Médio
684	GO87	PE de Paraúna	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,11	0,04	0,45	16,07	0,74	3,00	0,04	0,07	0,06	0,27	0,36	0,07	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
685	GO145	Turvo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	16,07	0,60	3,00	0,02	0,07	0,16	0,27	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
686	GO9	APA Serra da Jibóia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	11,15	0,70	3,00	0,02	0,07	0,06	0,27	0,25	0,07	0,17	0,03	0,10	0,04	Baixo
687	GO28	Campanha	0,12	0,04	0,37	0,08	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,03	0,03	0,30	3,58	0,65	3,00	0,01	0,04	0,10	0,27	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
688	GO8	APA João Leite	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,11	0,05	0,45	12,27	0,74	3,00	0,03	0,07	0,06	0,27	0,36	0,07	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
689	GO92	Piracanjuba	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	12,08	0,79	3,00	0,02	0,07	0,06	0,27	0,25	0,04	0,06	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
690	GO85	PE da Serra de Caldas Novas	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,32	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,11	0,04	0,45	23,24	0,75	3,00	0,01	0,07	0,06	0,27	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,13	Alto
691	GO20	Bois	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	25,77	0,63	3,00	0,02	0,14	0,10	0,27	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
692	GO54	FN de Silvânia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,02	0,16	19,69	0,66	3,00	0,02	0,07	0,10	0,27	0,25	0,05	0,06	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
693	GO39	Corumbá	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	46,68	0,78	3,00	0,02	0,14	0,06	0,27	0,25	0,05	0,06	0,03	0,10	0,04	Baixo
694	GO48	EE do Jardim Botânico	0,41	0,47	0,58	0,18	0,46	0,63	0,63	0,05	0,09	0,46	0,07	0,46	0,42	0,09	0,45	38,23	0,80	1,00	0,08	0,14	0,06	0,03	0,36	0,15	0,30	0,03	0,14	0,16	Muito Alto
695	GO97	RB e PE do Descoberto	0,41	0,47	0,37	0,13	0,46	0,32	0,32	0,05	0,06	0,30	0,05	0,46	0,03	0,07	0,45	23,30	0,78	3,00	0,02	0,07	0,06	0,27	0,36	0,07	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
696	MG130	Uberabinha	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	16,34	0,85	5,00	0,07	0,07	0,06	0,35	0,36	0,03	0,03	0,03	0,03	0,09	Médio
697	MG80	PE Pau Furado	0,17	0,20	0,05	0,04	0,30	0,05	0,32	0,05	0,07	0,30	0,02	0,46	0,11	0,05	0,45	13,12	0,76	5,00	0,04	0,07	0,06	0,35	0,36	0,08	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
698	MG8	Araguari	0,17	0,20	0,05	0,04	0,30	0,63	0,32	0,05	0,07	0,30	0,02	0,46	0,27	0,06	0,45	48,56	0,65	5,00	0,03	0,14	0,10	0,35	0,36	0,09	0,17	0,04	0,14	0,16	Muito Alto

699	MG111	RPPN Galheiros	0,27	0,30	0,05	0,05	0,30	0,32	0,05	0,05	0,04	0,14	0,02	0,30	0,11	0,05	0,45	20,07	0,75	5,00	0,02	0,07	0,06	0,35	0,36	0,03	0,03	0,03	0,13	Alto	
700	MG21	Capivara	0,12	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,03	0,46	0,11	0,04	0,45	21,50	0,73	5,00	0,02	0,07	0,06	0,35	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,15	Alto
701	MG59	Misericórdia	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,11	0,03	0,30	25,57	0,71	5,00	0,04	0,14	0,06	0,35	0,36	0,02	0,03	0,03	0,10	0,11	Médio
702	MG18	Campos Altos	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	26,96	0,66	5,00	0,02	0,14	0,10	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
703	GO147	Veríssimo	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02	0,15	0,03	0,02	0,16	35,78	0,73	3,00	0,02	0,14	0,06	0,27	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
704	MG22	Cascalho Rico	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,02	0,46	0,11	0,05	0,45	15,19	0,73	5,00	0,07	0,07	0,06	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,03	0,13	Alto
705	MG61	Monte Carmelo	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	10,51	0,68	5,00	0,05	0,07	0,06	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo
706	MG29	Dourados	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	15,73	0,69	5,00	0,03	0,07	0,06	0,35	0,36	0,01	0,03	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo
707	MG68	Paranaíba	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,14	0,02	0,30	0,11	0,04	0,45	21,45	0,71	5,00	0,02	0,07	0,06	0,35	0,36	0,02	0,03	0,03	0,03	0,13	Alto
708	GO130	São Marcos	0,27	0,47	0,58	0,17	0,46	0,32	0,05	0,05	0,07	0,30	0,06	0,46	0,42	0,08	0,45	34,54	0,73	5,00	0,04	0,14	0,06	0,35	0,36	0,05	0,06	0,03	0,10	0,15	Alto
709	MS3	Apa	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	14,21	0,50	3,00	0,00	0,07	0,26	0,27	0,12	0,01	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
710	MS22	Rio Perdido	0,03	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,14	0,02	0,30	0,03	0,03	0,30	41,60	0,55	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,09	0,17	0,03	0,14	0,12	Alto
711	MS35	Terra Indígena Nande Ru Marangatu	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,01	0,16	10,18	0,72	3,00	0,01	0,07	0,06	0,27	0,18	0,07	0,17	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
712	MS18	Progresso	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,03	0,01	0,03	12,57	0,50	3,00	0,00	0,07	0,26	0,27	0,18	0,01	0,03	0,03	0,10	0,03	Baixo
713	MS31	Tarumã	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	17,06	0,50	3,00	0,00	0,07	0,26	0,27	0,12	0,05	0,06	0,03	0,10	0,04	Baixo
714	MS19	Rio Branco	0,17	0,30	0,05	0,04	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,18	0,03	0,30	32,64	0,50	3,00	0,01	0,14	0,26	0,27	0,18	0,06	0,06	0,03	0,14	0,12	Alto
715	MS34	Terra Indígena Kadiweu	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	54,45	0,50	3,00	0,00	0,29	0,26	0,27	0,18	0,17	0,44	0,06	0,44	0,11	Alto
716	MS26	RPPN Tupaciara	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,11	0,01	0,16	6,15	0,59	3,00	0,01	0,04	0,16	0,27	0,18	0,02	0,03	0,02	0,03	0,05	Muito Baixo
717	MS17	PN da Serra da Bodoquena	0,27	0,30	0,05	0,05	0,30	0,05	0,32	0,05	0,04	0,14	0,02	0,30	0,42	0,06	0,45	29,92	0,58	5,00	0,01	0,14	0,16	0,35	0,25	0,09	0,17	0,04	0,14	0,16	Muito Alto
718	MS24	RPPN Estância Caiman	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	16,58	0,50	3,00	0,01	0,07	0,26	0,27	0,25	0,12	0,30	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
719	MS6	Aquidauana	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,11	0,03	0,30	9,37	0,52	3,00	0,02	0,04	0,26	0,27	0,25	0,07	0,17	0,03	0,14	0,12	Alto
720	MS30	Taquaruçu	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	27,65	0,64	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,25	0,03	0,03	0,03	0,10	0,04	Baixo
721	MS4	APA Estadual Estrada-Parque Piraputanga	0,12	0,20	0,05	0,03	0,30	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,02	0,30	0,11	0,03	0,30	26,08	0,52	3,00	0,01	0,14	0,26	0,27	0,25	0,07	0,17	0,04	0,14	0,12	Alto
722	MS32	Terra Indígena Buriti	0,12	0,04	0,05	0,02	0,07	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,18	0,02	0,16	23,91	0,74	3,00	0,01	0,07	0,06	0,27	0,25	0,07	0,17	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
723	MS25	RPPN Fazenda Lageado	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,02	0,16	26,47	0,67	3,00	0,01	0,14	0,10	0,27	0,18	0,06	0,06	0,03	0,03	0,05	Muito Baixo
724	MS36	TQ Furnas da Boa Sorte	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	28,55	0,53	3,00	0,01	0,14	0,26	0,27	0,18	0,08	0,17	0,04	0,14	0,08	Muito Baixo
725	MS21	Rio Negro	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07	0,01	0,07	0,03	0,01	0,16	31,07	0,59	3,00	0,01	0,14	0,16	0,27	0,18	0,02	0,03	0,03	0,10	0,07	Muito Baixo
726	MS2	Anhuma	0,03	0,30	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,04	0,46	0,18	0,04	0,30	10,30	0,60	2,00	0,02	0,07	0,16	0,03	0,25	0,01	0,03	0,02	0,03	0,09	Médio
727	MS29	Taquari	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04	0,14	0,01	0,15	0,11	0,04	0,45	20,63	0,60	2,00	0,03	0,07	0,16	0,03	0,36	0,05	0,06	0,03	0,03	0,13	Alto
728	MS14	PE das Nascentes do Rio Taquari	0,12	0,20	0,37	0,10	0,46	0,05	0,05	0,05	0,07	0,30	0,04	0,46	0,27	0,07	0,45	36,24	0,56	2,00	0,01	0,14	0,16	0,03	0,18	0,07	0,17	0,03	0,10	0,15	Alto
729	MS23	Rio Verde de Mato Grosso	0,03	0,04	0,05	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,06	27,09	0,60	2,00	0,01	0,14	0,16	0,03	0,25	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	Baixo
730	MS5	APA Estadual Rio Cênico Rotas Monçoeiras-Rio	0,03	0,20	0,05	0,03	0,14	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,01	0,15	0,03	0,01	0,06	30,16	0,60	2,00	0,01	0,14	0,10	0,03	0,18	0,07	0,17	0,03	0,03	0,02	Baixo

APÊNDICE 4. METODOLOGIA DE PRIORIZAÇÃO DE KBAS

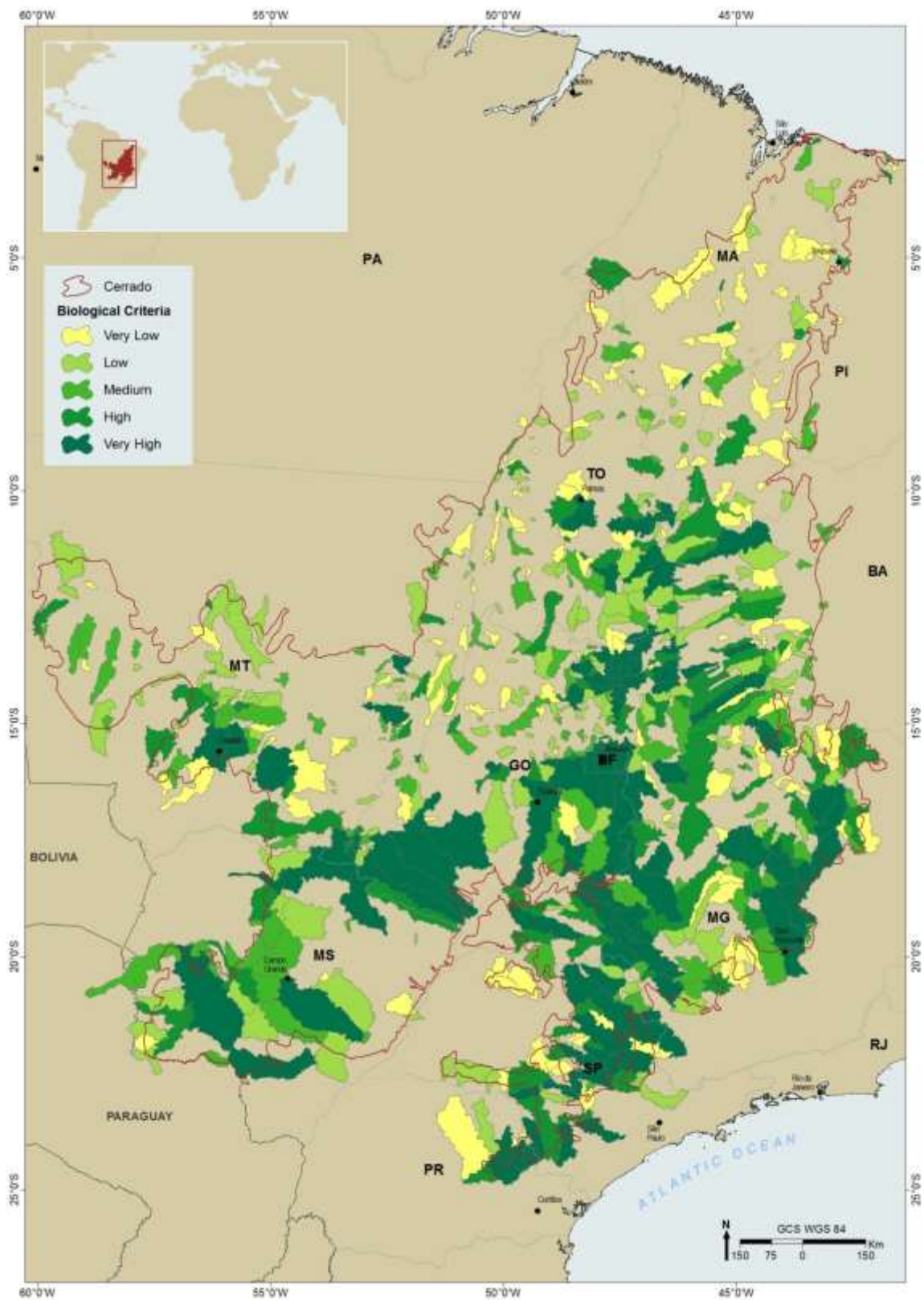
Descrição dos Critérios

1 - *Prioridade Biológica*: a importância relativa da biodiversidade em cada KBA foi determinada aplicando-se dois sub-critérios de acordo com Langhammer (2007): *insubstituibilidade*, ou seja, a presença de espécies de ocorrência restrita (plantas e peixes - ver capítulo 5 para detalhes dos resultados de espécies), como também local insubstituível; e *vulnerabilidade*, ou seja, a presença de espécies ameaçadas, ponderada pelo status na Lista Vermelha Nacional e na Lista Vermelha da UICN. O resultado final de todos os sub-critérios combinados é mostrado na Figura 1.

- i. Insubstituibilidade: espécies de distribuição restrita de (área geográfica <math><10 \text{ km}^2</math>)
 - Número de peixes de distribuição restrita (espécies de peixes raros, Nogueira *et al.* 2010) em cada KBA
 - Número de plantas de distribuição restrita (espécies de plantas raras, Giuliatti *et al.* 2010; Martinelli *et al.* 2014) em cada KBA;
 - Insubstituibilidade do local: número de espécies que ocorrem em apenas uma KBA, por cada KBA.

- ii. Vulnerabilidade: espécies incluídas nas listas vermelhas nacional e internacional (UICN e MMA, 2014).
 - Número de espécies da fauna ameaçada (em cada KBA) (Lista Vermelha Nacional, MMA, 2014 e Lista Vermelha Internacional - UICN - pesos diferentes de acordo com o nível de ameaça: vulneráveis, ameaçadas, criticamente ameaçadas)
 - Número de espécies de flora selvagem ameaçadas (em cada KBA) (Lista Vermelha Nacional MMA/CNCFlora, 2014 - pesos diferentes de acordo com o nível de ameaça: vulneráveis, ameaçadas, criticamente ameaçadas).

Figura 1: Resultado final de critérios de priorização biológica.



2- *Nível de ameaça*: foi usado o Índice de Pressão Antrópica (IPA), um índice sintético de pressões econômicas e demográficas sobre o meio ambiente. Combina a pressão das lavouras e da pecuária e do crescimento populacional rural e urbano, considerando estoques e fluxos, em nível municipal, analisado por cada KBA.

Devido à falta de dados recentes sobre pressão antrópica sobre o bioma, utilizou-se no projeto, como uma primeira abordagem, os dados de desmatamento previstos para o ano de 2050 (área de cada KBA que seria desmatada em 2050). O modelo elaborado pela Universidade Federal de Goiás sintetiza a pressão no uso da terra (agricultura e pastagem) e infra-estrutura e projeta o desmatamento de acordo com os dados de pressão do passado. Mas os participantes da última oficina criticaram o modelo sugeriram outro banco de dados para ele.

Por isso, trabalhou-se com o Índice de Pressão Antrópica (IPA) criado por Donald Sawyer:, que engloba as maiores pressões antrópicas no hotspot. O índice é composto por:

- I) Dimensão demográfica: $PAU + PAR = PAD$ (Pressão Antrópica Demográfica)
- a) Áreas urbanas: TAU (tamanho absoluto da população urbana) + CAU (crescimento absoluto da população urbana) $\rightarrow PAU$ (Pressão Antrópica Urbana)
 - b) Áreas Rurais: DPR (Densidade da População Rural) + DCR (Densidade do Crescimento da População Rural) $\rightarrow PAR$ (Pressão Antrópica Rural)
- II) Dimensão Econômica: $PAL + PAB = IPAA$ (Pressão Econômica)
- a) Lavouras: DLA (área culturas: milho, arroz, feijão, soja, trigo) + DCL (Densidade Crescimento das Lavouras) $\rightarrow PAL$ (Pressão Antrópica das Lavouras)
 - b) Pecuária: BOD (área de bovinos) + DCB (Densidade de Crescimento dos Bovinos) $\rightarrow PAB$ (Pressão Antrópica Bovina).
- $IPA =$ Média Aritmética dos valores PAU , PAR , PAL e PAB .

O IPA é expresso em uma escala que varia de 0,2 a 1,0, resultando nas seguintes categorias: baixo, médio, alto e muito alto (Figura 2a). Depois que os dados foram produzidos em nível municipal, foi realizada uma análise por KBA (Figura 2b).

Figura 2a. Nível de ameaça por KBA.

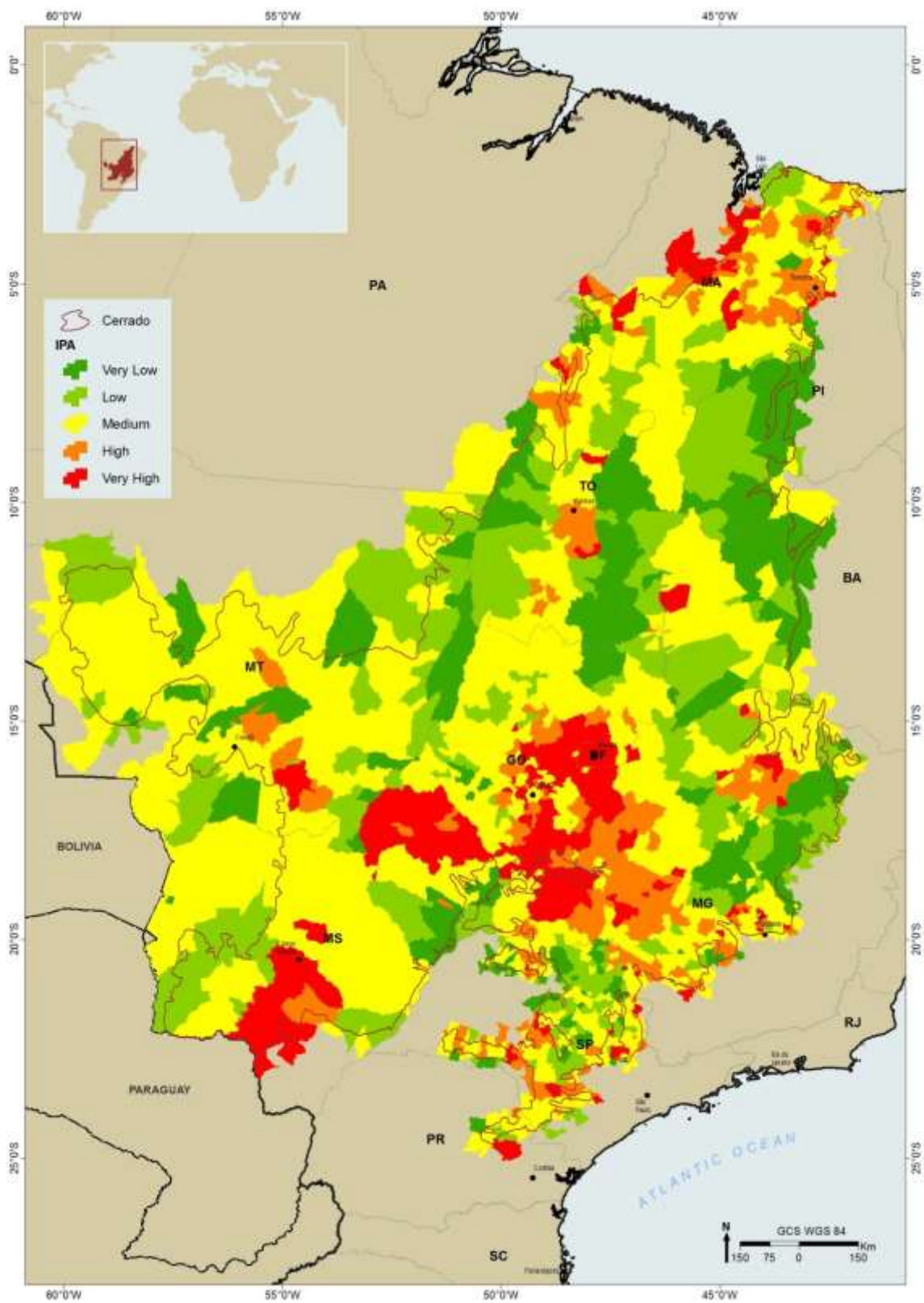
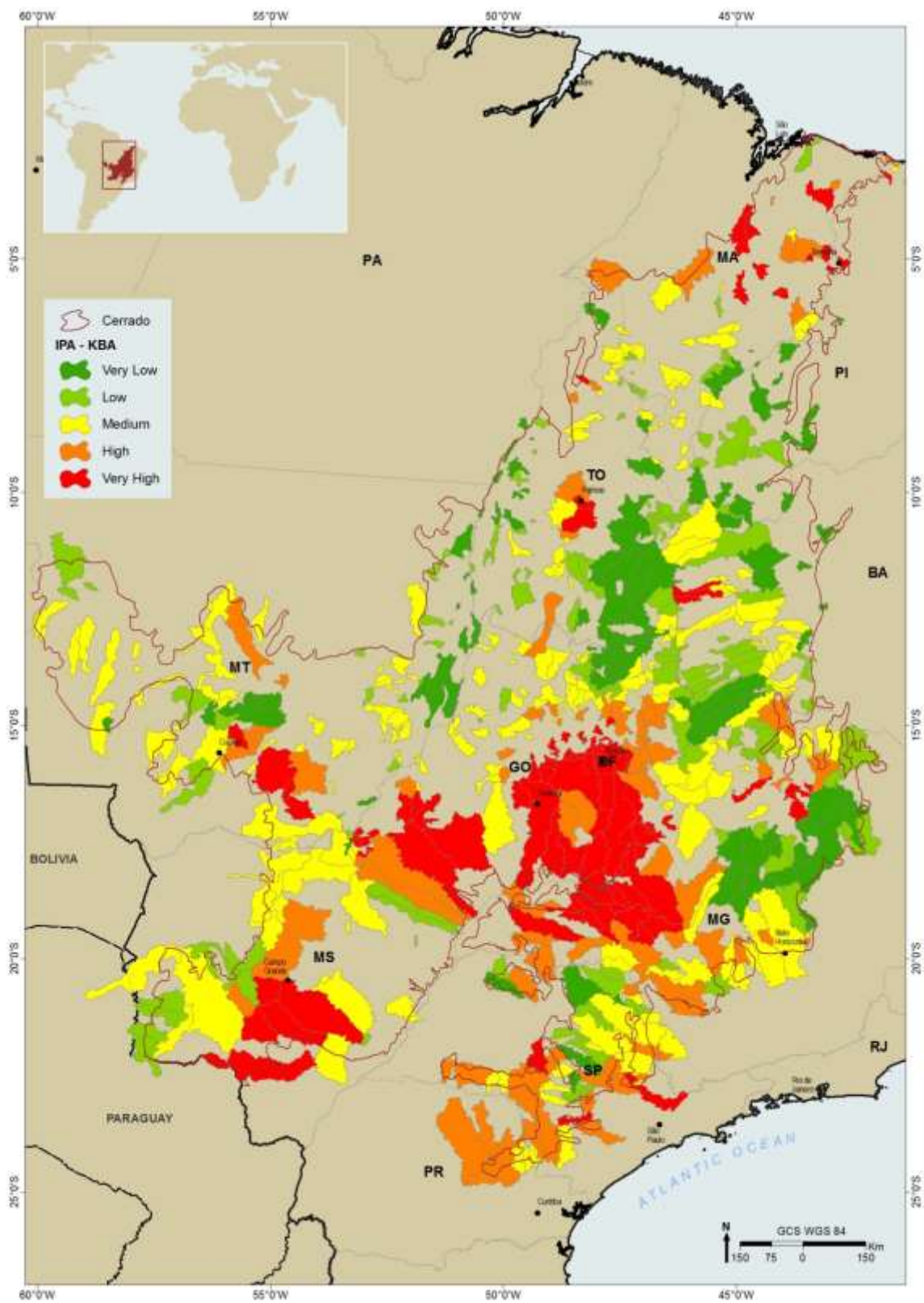


Figura 2b. Nível de ameaça por KBA.



3- *Alinhamento com as prioridades nacionais*: significa o potencial de que a KBA oferece uma oportunidade importante para engajamento com as principais partes interessadas do setor público para sustentar, alavancar e/ou amplificar melhores práticas do CEPF e/ou a realização de conservação. Foi usada uma combinação entre a base de dados oficial sobre áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas e quilombolas) e áreas prioritárias para a conservação da vida silvestre (ambos são oficiais conforme definido pelo governo federal).

Foram utilizadas diferentes fontes de dados para o banco de dados de Áreas Protegidas (Figura 3a) e, em seguida, foi realizada uma análise por KBA (Figura 3b), em que as sobreposições foram removidas e os tamanhos das áreas protegidas foram então calculados.

- Unidades de Conservação: banco de dados do Observatório de Áreas Protegidas do WWF;
- Terras Indígenas: banco de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- Terras Quilombolas: banco de dados da Fundação Palmares.

Figura 3a. Áreas Protegidas no hotspot.

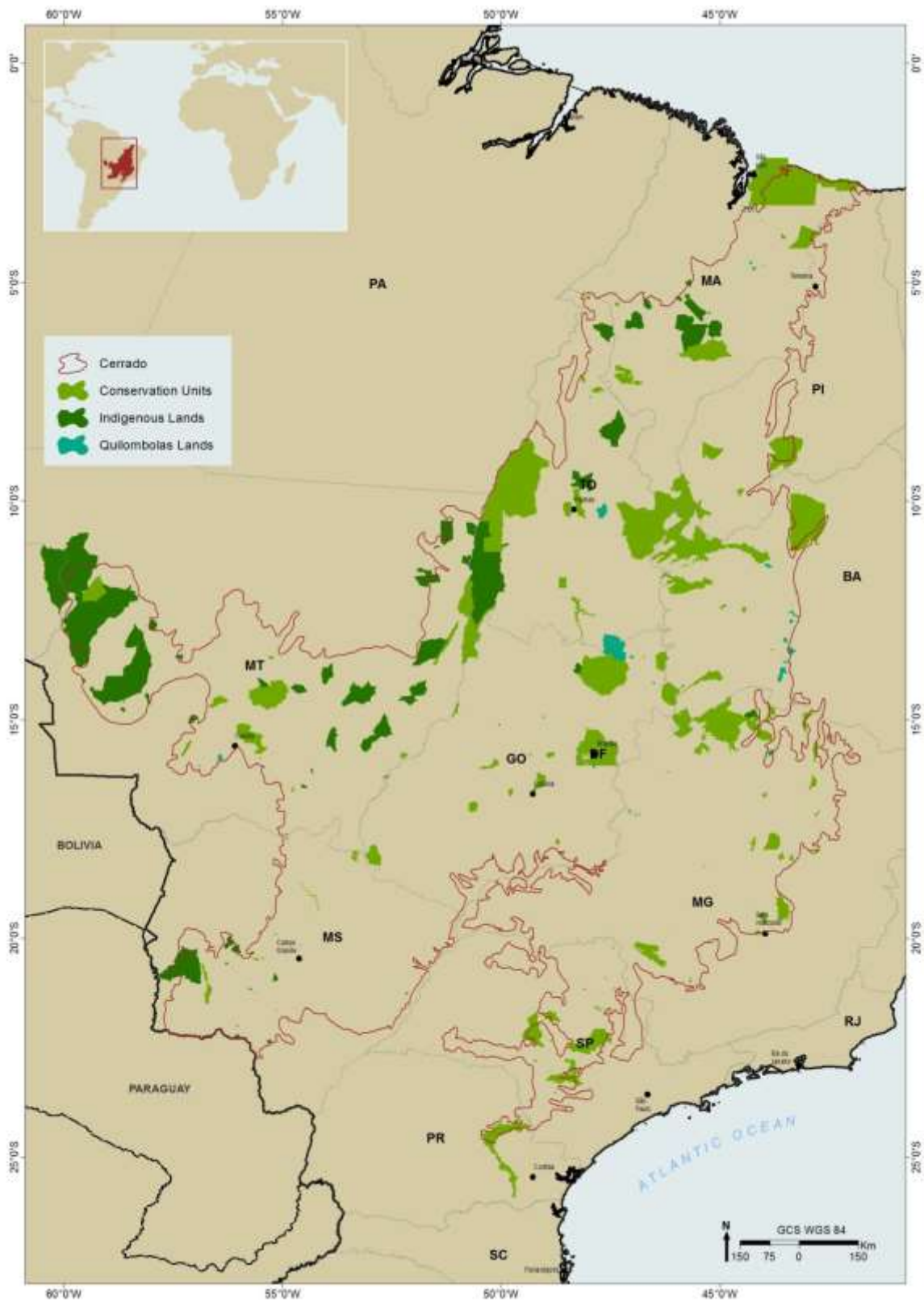
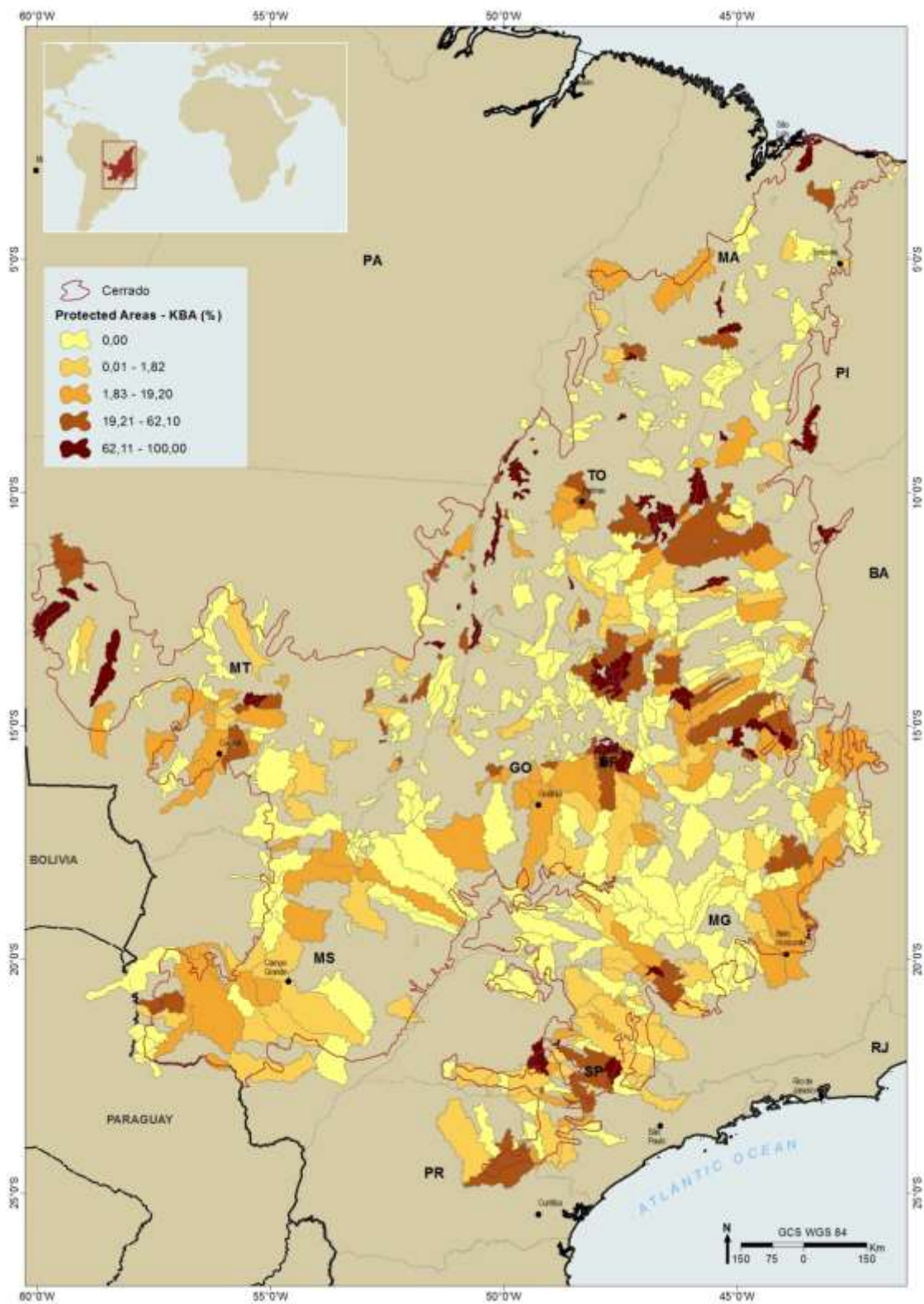


Figura 3b. Porcentagem de Áreas Protegidas por KBA.



A definição de áreas prioritárias para conservação tem sido um exercício oficial e estratégica desde 1998, quando o governo federal assumiu esta responsabilidade. O primeiro exercício, desenvolvido em 1998, foi baseado no modelo de oficinas de biodiversidade para identificar áreas prioritárias para ações de conservação, especialmente considerando a ocorrência e distribuição de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção no Cerrado. As oficinas de biodiversidade faziam parte do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira no âmbito do Programa Nacional de Biodiversidade. Uma série de estudos foi realizada em todos os biomas brasileiros, a partir de meados dos anos 1990 a meados dos anos 2000, para a identificação e diagnóstico de áreas e ações prioritárias para a conservação, em conformidade com as obrigações do país junto à Convenção sobre a Diversidade Biológica. As melhores informações e resumos foram produzidos para o Cerrado, com a identificação de 87 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, incluindo áreas também do Pantanal (MMA 1999; 2007).

Recentemente, o MMA começou a revisão das áreas prioritárias em todos os biomas brasileiros, um por um. O Cerrado teve sua revisão realizada em conjunto com o Pantanal, sob a liderança do WWF, com o relatório emitido em 2012. As metas de conservação foram definidas de acordo com os pesquisadores científicos, especialistas em biodiversidade e o governo para os principais grupos taxonômicos: plantas, peixes, répteis, mamíferos, pássaros e invertebrados. Especialistas em sistemas de informação geográfica modelaram a ocorrência das espécies para todos estes grupos, e também combinaram com outros alvos de conservação tais como ecossistemas, serviços ambientais e ambientes especiais para estabelecer metas de conservação para cada um deles. Em seguida, foi definido um custo de conservação com base na infraestrutura, o custo da terra e tendências de desmatamento e realizou-se a análise de lacunas no software MARXAN e cálculo de cenário em software C-Plan. O resultado final foi discutido e validado com os pesquisadores científicos, especialistas em biodiversidade e do governo.

Recomendou-se a criação de áreas protegidas em 42 polígonos em três diferentes classes de prioridades. Além disso, o exercício também fornece várias recomendações de ações de conservação (1 - CAR and Boas Práticas, 2 - Recuperação, 3 - Compensação de Reserva Legal, 4 - Promoção do uso sustentável, 5 - Criação de corredor ou mosaico) em 48 polígonos também em três diferentes classes de prioridade (Figura 4a). A análise por cada KBA foi feita usando a interseção de todos estes tipos de recomendações e classes de prioridade com a área de KBA (Figura 4b).

Figura 4a. Áreas Prioritárias no hotspot.

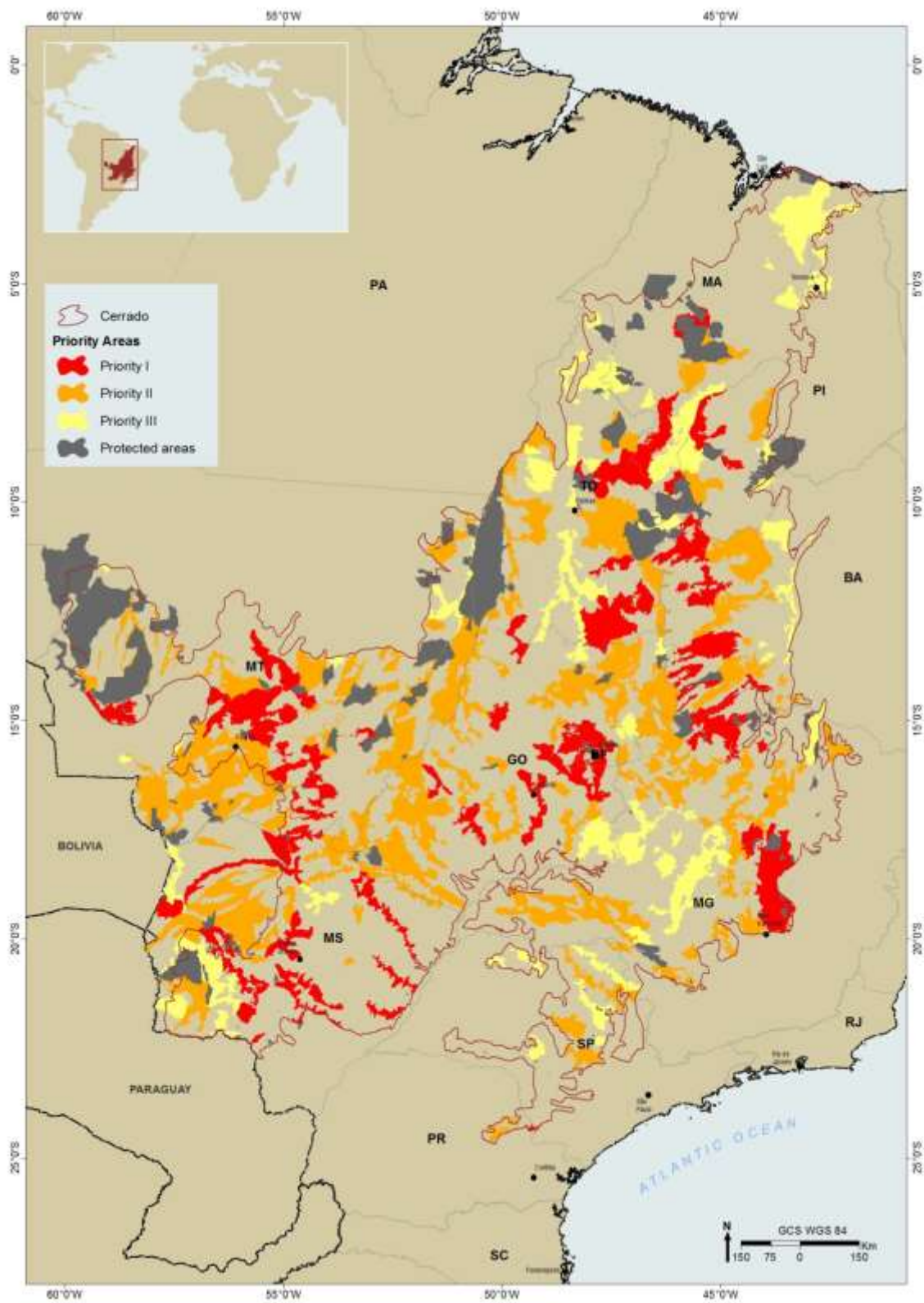
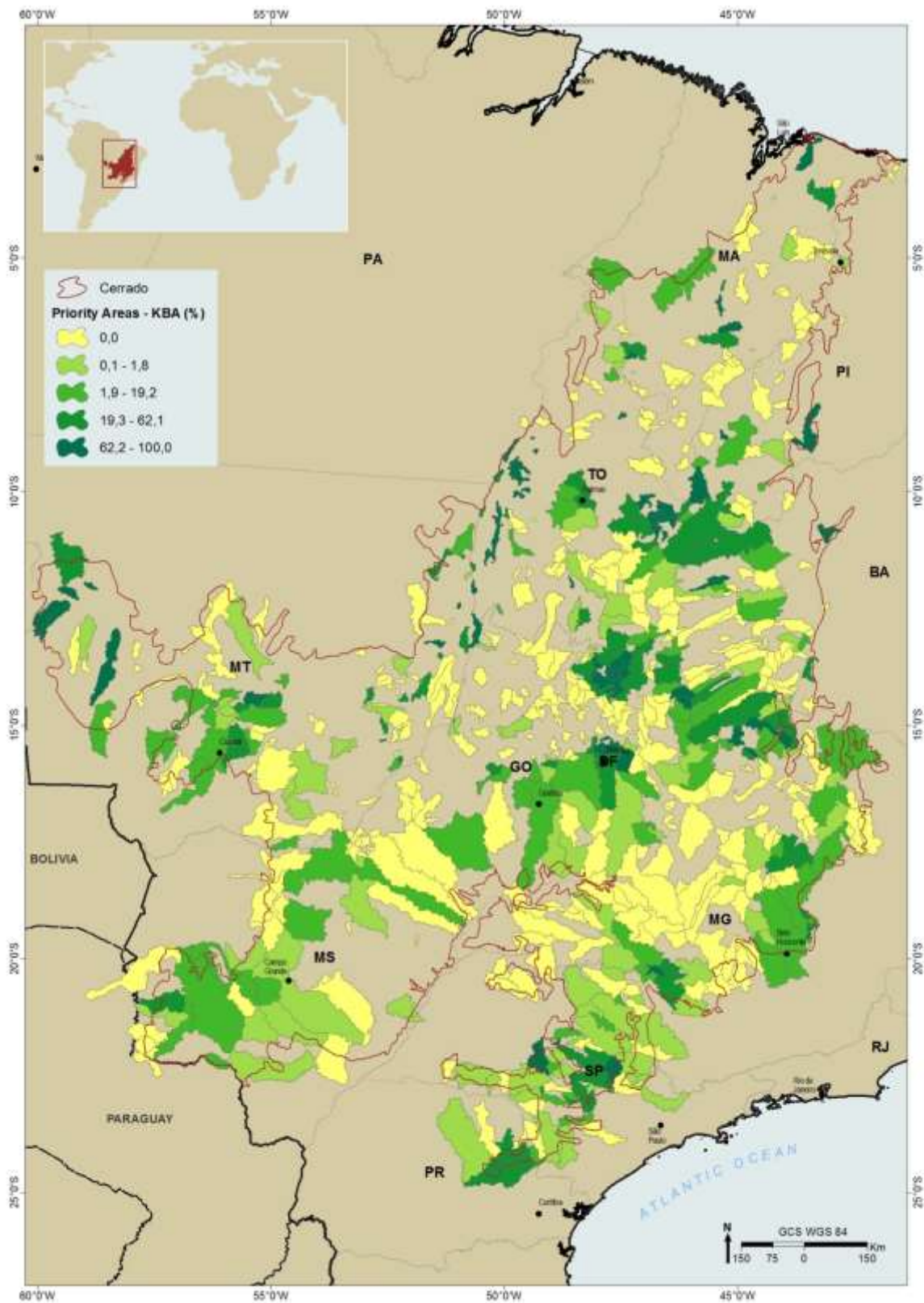


Figura 4b. Porcentagem das Areas Prioritárias por KBA.



4 - *Capacidade da Sociedade Civil*: para o diagnóstico da capacidade da sociedade civil no bioma Cerrado, foi realizado um amplo levantamento das organizações com presença regional ou nacional, em cada Região Ecosocial do Cerrado (RECOS). As organizações foram inicialmente identificados a partir do banco de dados do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), coordenado pelo ISPN desde 1995, com mais de 200 organizações comunitárias, ONGs e movimentos sociais. A partir desta lista, foram selecionadas as organizações que têm presença regional ou nacional (foram excluídas associações que representam apenas uma comunidade ou assentamento); trabalham sobre tema relacionado com os objetivos do CEPF e estão ativas atualmente. Esta lista de organizações foi apresentada nas três oficinas de consulta, sendo complementada pelos participantes.

Em seguida, o diagnóstico foi complementado a partir de um levantamento das organizações incluídas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), verificando os que satisfazem os critérios de presença regional ou nacional, trabalho em temas relacionados com os objetivos do CEPF e atividade atual. Para verificar esta informação, todas as organizações foram pesquisadas a internet em relação à presença de locais, perfil de rede social e as recentes notícias relacionadas.

Para cada organização identificada, foram descritas suas principais ações e locais de trabalho. As categorias de entidades foram criadas de acordo com seu tipo ("tipo_instit") e ações ("tipo_ação"), para facilitar a análise posterior (ver o Apêndice 5 para toda a lista por RECOS e cada categoria mencionada acima).

A partir do número de organizações e iniciativas ambientais presentes, cada RECOS foi classificada de acordo com cinco categorias (Figura 5a):

- 1 - A sociedade civil não está organizada - pouca ou nenhuma organização da sociedade civil presente.
- 2 - Presença de algumas organizações da sociedade civil e baixa capacidade de gestão de projetos.
- 3 - Presença de organizações da sociedade civil capacitadas, mas com pouca capacidade de coordenação regional e mobilização de recursos.
- 4 - Presença de organizações da sociedade civil capacitadas e coordenadas regionalmente, mas com pouca capacidade de mobilização de recursos.
- 5 - Presença de grande número de organizações da sociedade civil muito qualificadas já influenciando políticas públicas e mobilizando recursos consideráveis.

Posteriormente, as KBAs de cada RECOS ocorrendo em municípios com o maior número de iniciativas e de organizações da sociedade civil identificadas foram re-classificadas, a fim de melhorar o mapa da sociedade civil organizada (Figura 5b). Para priorização de KBAs, as categorias 1 e 5 foram consideradas como de baixa prioridade, assumindo que elas não fariam parte do nicho de investimento do CEPF.

Figura 5a. Capacidade da Sociedade Civil no hotspot.

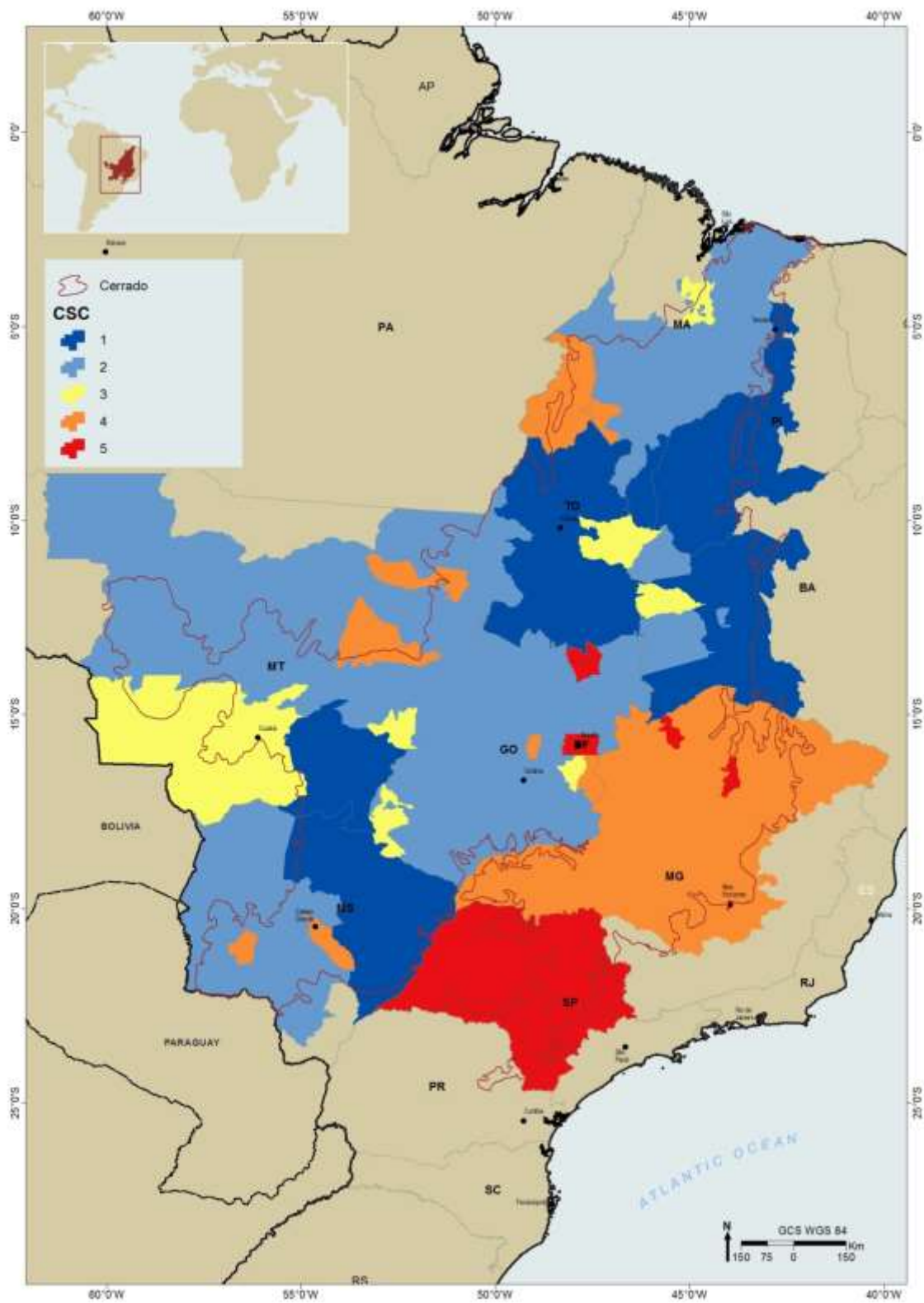
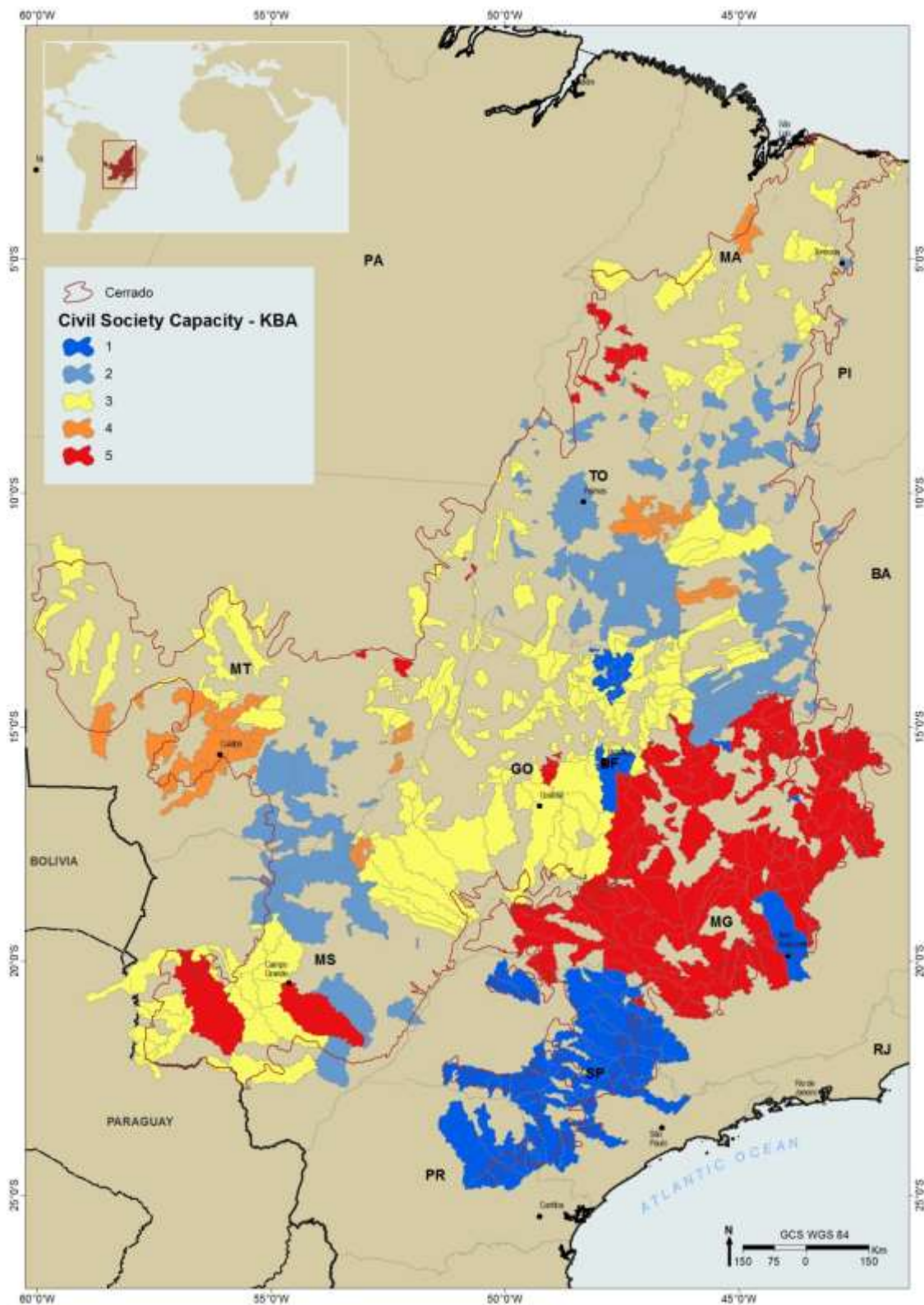


Figura 5b. Capacidade da Sociedade Civil por KBA (com modificação por classes 1 e 5).



5- *Cobertura vegetal original*: por recomendação da oficina, a porcentagem de cada KBA com cobertura vegetal original (remanescentes) deveria ser incluída como critério adicional de priorização de KBAs, para enfatizar a necessidade de conservação das últimas grandes coberturas vegetais no Cerrado e garantir ações de conservação nas áreas mais intactas e pristinas.

O banco de dados recomendado foi aquele mais atualizado e disponível (do Governo Federal - PROBIO 2009, veja a Figura 6a). Infelizmente não há nenhum banco de dados atualizado para este fim. Há alguns lugares específicos que atualizaram esta informação por meio da análise de imagens de satélite (por exemplo, Mato Grosso do Sul e a região da Amazônia Legal), mas esses dados foram misturados com os de 2009, o que poderá causar um problema na análise padronizada. Quando especialistas em GIS trabalharam com a imagem original para corrigir problemas de topologia, calculou-se o percentual de remanescentes em cada KBA.

Inicialmente, os remanescentes não foram utilizados para delinear KBA por duas razões:

1 - O banco de dados não é recente, e decidiu-se que isso poderia causar erros de omissão (de acordo com os pontos de ocorrência de biodiversidade).

2 - Posteriormente, e adicionando a informação de que o banco de dados de ocorrência de espécies está atualizado (pontos de ocorrência com referência com mais de 10 anos não foram considerados), decidiu-se que os remanescentes poderiam ser usados para ajudar a determinar a estratégia de conservação da KBA (aumento de restauração ou proteção, dependendo do percentual de remanescentes no interior da KBA).

Figura 6a. Cobertura de Vegetação Original no hotspot (2009).

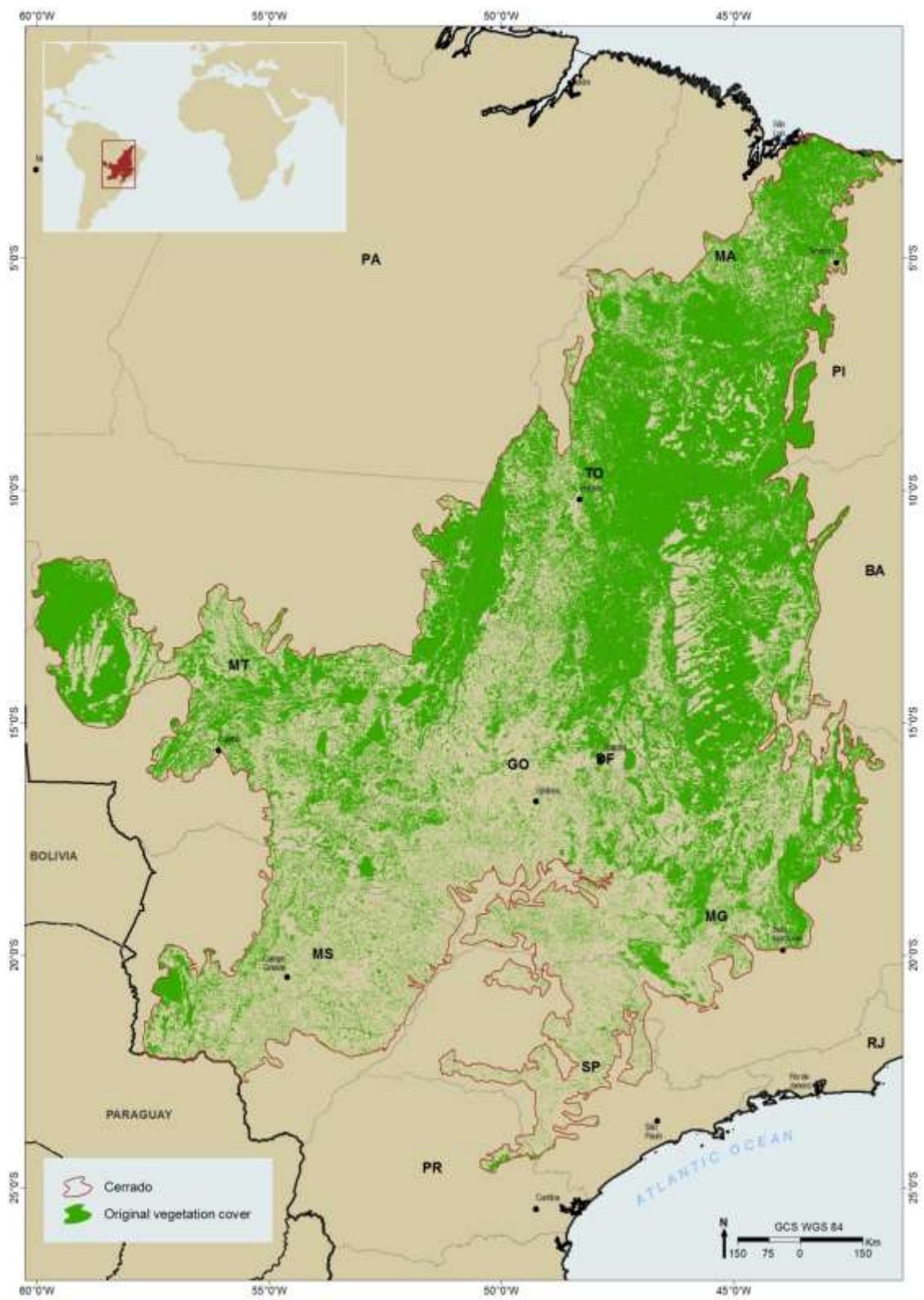
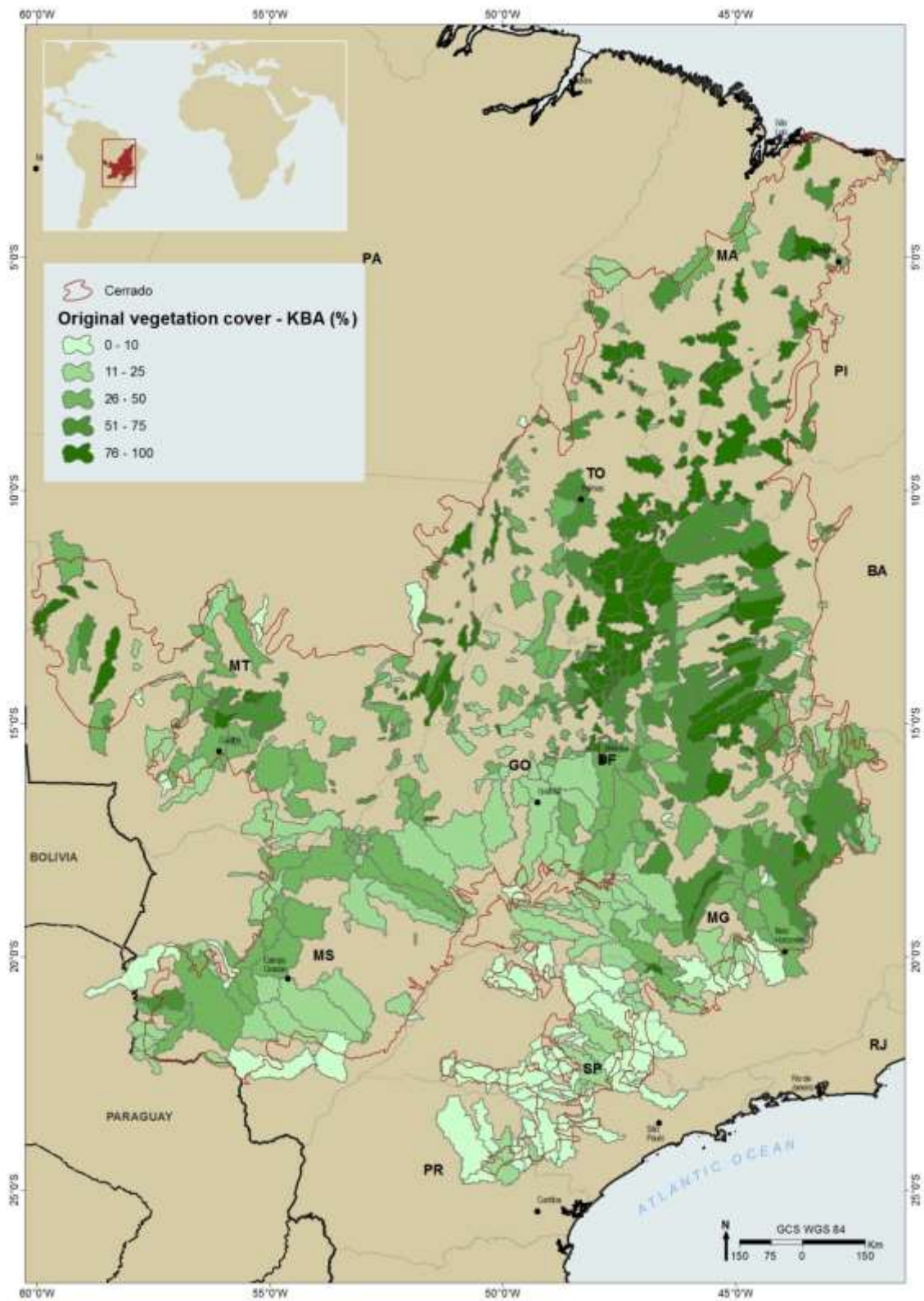


Figura 6b. Porcentagem de cobertura de vegetação original por KBA.



6 - *Os serviços ecossistêmicos*: o papel que as KBAs desempenham na prestação de serviços de água para as pessoas.

O papel que as KBAs desempenham na prestação de serviços importantes para a população, especialmente para os pobres, chama-se KBA+. A abordagem foi desenvolvida pelo Centro para a Ciência e Oceanos Betty e Gordon Moore (MCSO), da Conservação Internacional, com o apoio e parceria do CEPF e da CI-Madagascar.

A metodologia KBA+ inclui sete etapas, que foram seguidas pela CI Brasil e ISPN para este estudo, incluindo o envolvimento com as diferentes partes interessadas, em um componente transversal desta metodologia. Para o perfil do ecossistema Cerrado foram realizados alguns ajustes na metodologia. O principal deles foi se concentrar em serviços ecossistêmicos específicos sobre água, especialmente provisão para geração de energia hidrelétrica, irrigação e abastecimento urbano. Foram discutidas algumas abordagens utilizadas para determinar KBA+ em Madagascar, que foram consideradas não aplicáveis ao bioma Cerrado, por causa da falta de dados disponíveis ou substitutos para a pesca, a caça e o risco de desastres, ou havia bases de dados com graves problemas de tendenciosidade, apesar de serem importantes indicadores de serviços ecossistêmicos (por exemplo, abastecimento de alimentos, com base em produtos florestais madeireiros e não madeireiros, ou turismo).

Como na abordagem adotada em Madagascar, os serviços ecossistêmicos identificados no KBA+ não foram "valorados" em termos econômicos, mas classificados segundo sua importância relativa para o abastecimento de água.

Os dados foram fornecidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) e incluem a demanda pelo uso da água em cinco categorias: animal, industrial, irrigação, uso rural e urbano (Figura 7a), todos em escala da microbacia. As análises foram realizadas para cada KBA (média ponderada por área) e os resultados foram classificados em cinco categorias (Figura 7b) em relação à sua importância relativa dos serviços ecossistêmicos e em termos de fornecimento de água para diferentes tipos de utilização.

Figura 7a. Demanda por consumo de água no hotspot.

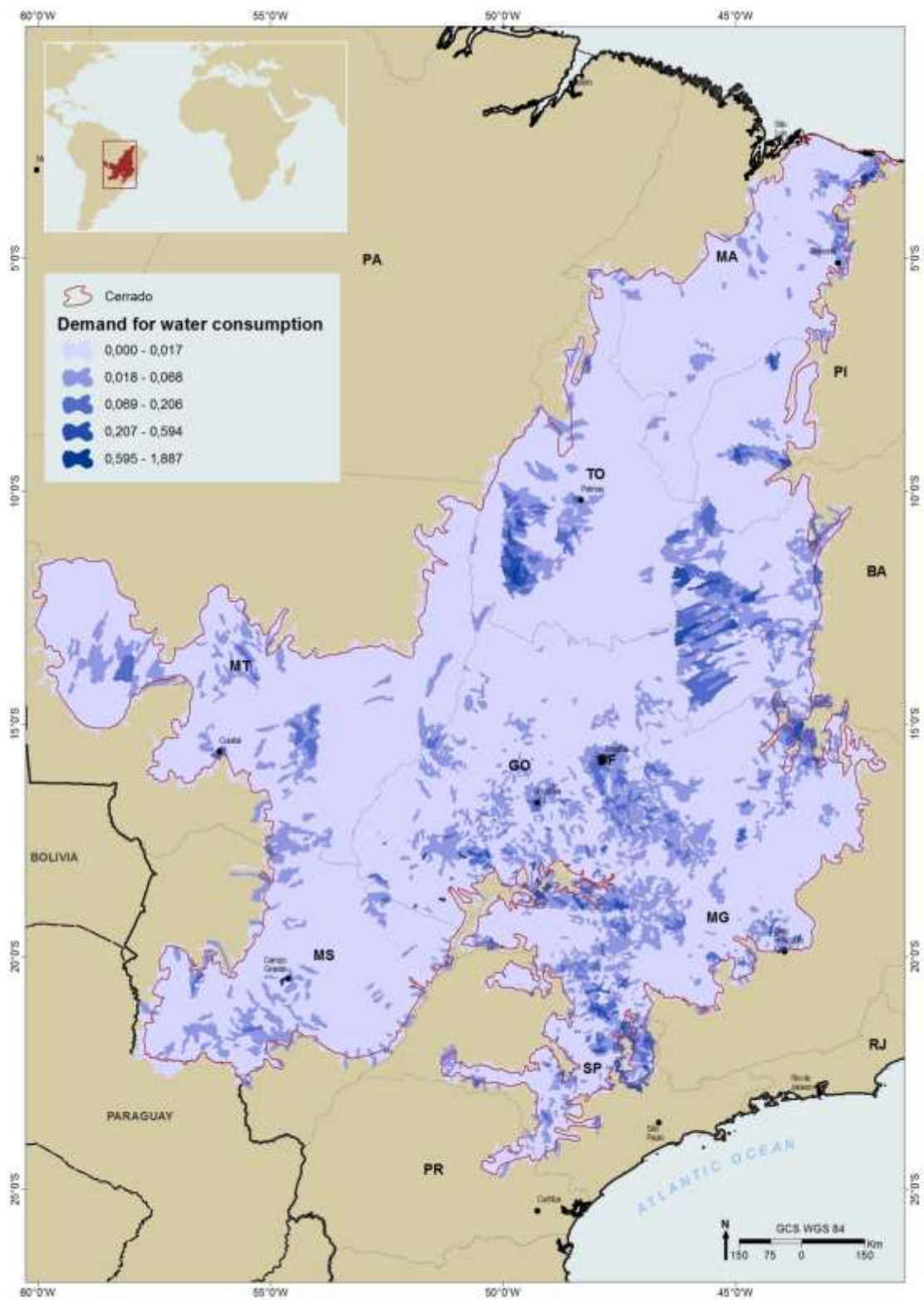
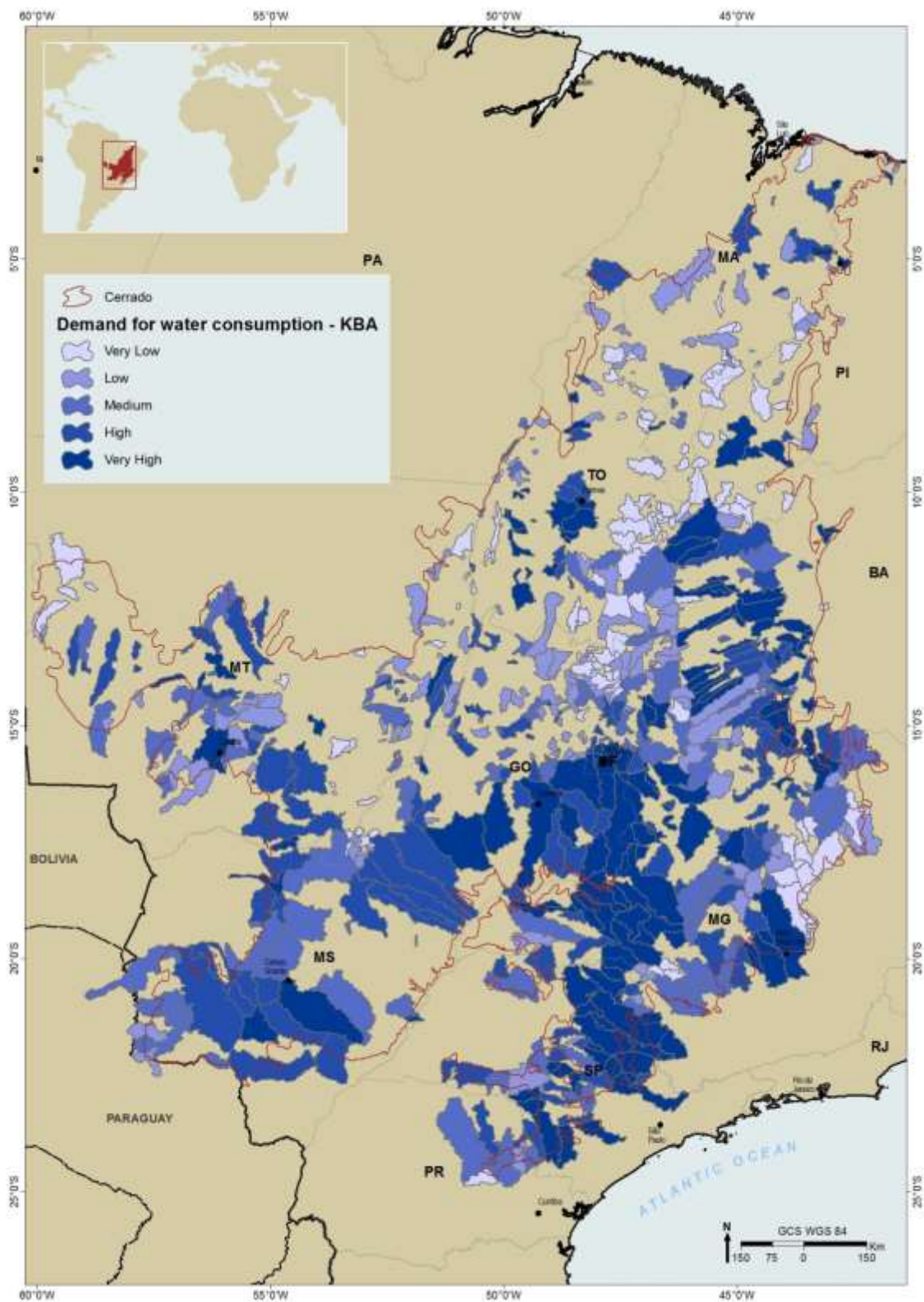


Figura 7b. Média de demanda por consumo de água por KBA.



Priorização da Metodologia

A ponderação (ou o conjunto de fatores ponderáveis) representa a importância relativa de uma categoria relevante sobre a outra. É de se salientar que o termo “peso” está associado com um conceito de importância que não está diretamente relacionado com a escala escolhida. A ponderação pode ser considerada a importância relativa atribuída a cada sub-critério de um conjunto para constituir um critério de avaliação. Em outras palavras, a ponderação é o resultado das preferências do tomador de decisão, com base em fatos concretos e subjetivos (não perfeitamente modelados).

A literatura apresenta uma grande variedade de metodologias de ponderação de critérios e a metodologias de ponderação mais conhecidas são a ponderação direta, a classificação simples e o Processo Analítico Hierárquico (AHP).

No método de comparações sucessivas, o avaliador classifica critérios e avalia de acordo com uma escala cardinal, comparando sistematicamente os critérios entre si. Em seguida, verifica-se a consistência dos valores cardinais previamente designados, modificando os valores até que as ponderações sejam consistentes.

Entre estes, o Processo Hierárquico Analítico (Saaty 1980), mais conhecida por sua nomenclatura americana, é amplamente utilizada na ciência. Tem base em comparações binárias dos critérios, realizada de acordo com uma escala de importância (ver Tabela 1 abaixo). Em seguida, calculam-se as próprias avaliações da matriz de vetores dominantes dos critérios. Finalmente, os pesos são avaliados segundo uma taxa de inconsistência.

Tabela 1: Escala primária de Saaty (adaptado de Saaty 1980).

Intensidade	Pontuação	Classificação
1	Igual importância	Ambas as atividades contribuem igualmente para o objetivo
3	Pequena importância de um sobre os outros	Experiência e julgamento em favor de uma atividade em detrimento de outra
5	Importância grande ou vital	Experiência e julgamento favorecem fortemente uma atividade em detrimento de outra
7	Importância muito grande ou demonstrada	Uma atividade é muito fortemente favorecida em detrimento de outras. Pode ser demonstrado na prática.
9	Importância absoluta	Evidência favorece uma atividade sobre a outra, com o grau de segurança Alto.
2, 4, 6, 8	Valores intermediários	Ao buscar uma condição intermediária entre duas configurações.

Para priorização da KBA decidiu-se utilizar a metodologia AHP por causa de:

- O grande número de KBAs;

- A enorme variação entre os a amplitude do critérios (por exemplo, o número de espécies para uma categoria varia de zero a 10, e outra varia de zero a 176);
- A fim de normatizar as amplitudes;
- Para a possibilidade de utilizar pesos para determinar a importância entre um critério e outro.

O processo de priorização de KBA foi realizado em três etapas principais:

- 1- Combinando todos os dados de espécies para ter os *Critérios Biológicos* organizados na AHP Biológica. Os critérios biológicos foram considerados os mais importantes durante este processo, assumindo que a base de todo o processo de priorização é investir nas áreas de importância biológica mais elevada.
- 2- Todos os outros critérios (capacidade da sociedade civil, alinhamento com as prioridades nacionais, cobertura vegetal original, serviços ecossistêmicos, nível de ameaça) foram chamados *Critérios Paisagísticos* e foram combinados no AHP Paisagem.
- 3- A AHP Biológica foi combinada com a AHP Paisagem para gerar os resultados finais AHP.

Ponderações e o processo AHP

Para a integração de dados de acordo com o método Processo Análítico Hierárquico (AHP), foi necessário classificar os valores de cada coluna por "quantil" estatística gerando entre três (alta, média e baixa) e cinco classes (muito alta, alta, média, baixa e muito baixa). Em seguida, foram dados valores numéricos (pesos) para cada uma das classes de informação de acordo com o nível de importância. Em seguida, as comparações de pares foram realizadas pelo método AHP. O Apêndice 3 apresenta todas as pontuações para cada passo descrito abaixo.

1- AHP Biológica

Dependendo dos pesos atribuídos a cada classe foi obtido:

Plantas raras

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
431	Muito Baixo	0	0,027
226	Baixo	0 – 2	0,106
55	Médio	2 – 5	0,182
22	Alto	5 – 10	0,270
27	Muito Alto	> 10	0,415

Peixes Raros

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
626	Muito Baixo	0	0,035
99	Baixo	1	0,199
33	Médio	1 – 4	0,296
3	Alto	4 – 10	0,470

Fauna Ameaçada (Lista Vermelha Nacional)

- Lista Vermelha Nacional de Fauna- Criticamente em Perigo

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
707	Baixo	0	0,052
51	Médio	1	0,368
3	Alto	2	0,579

- Lista Vermelha Nacional da Fauna- Em perigo

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
649	Muito Baixo	0	0,027
84	Baixo	1	0,123
11	Médio	2	0,174
11	Alto	3	0,265
6	Muito Alto	>4	0,411

- Lista Vermelha Nacional da Fauna- Vulnerável

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
562	Muito Baixo	0	0,027
136	Baixo	1	0,123
46	Médio	3	0,174
16	Alto	7	0,265
1	Muito Alto	13	0,411

Grau de Lista Vermelha Nacional de Fauna

Classe	Peso
Criticamente Ameaçada	0,619
Ameaçada	0,284
Vulnerável	0,096

Peso + Grau de Lista Vermelha Nacional de Fauna

# KBA	Classe	Intervalo	Pêso
478	Muito Baixo	0,014149	0,034
109	Baixo	0,017221	0,065
73	Médio	0,023237	0,146
72	Alto	0,079351	0,295
29	Muito Alto	0,131975	0,460

Fauna Ameaçada (Lista Vermelha UICN)

- Lista Vermelha da UICN de Fauna - Criticamente em perigo

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
754	Baixo	0	0,1
7	Alto	1	0,9

- Lista Vermelha UICN Fauna- Em perigo

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
681	Baixo	0	0,052
71	Médio	1	0,368
9	Alto	3	0,579

- Lista Vermelha UICN de Fauna- Vulnerável

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
622	Baixo	0	0,052
117	Médio	1	0,368
22	Alto	4	0,579

Grau da Lista Vermelha UICN de Fauna

Classe	Peso
Criticamente Ameaçada	0,619
Ameaçada	0,284
Vulnerável	0,096

Peso + Grau da Lista Vermelha UICN de Fauna

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
583	Muito Baixo	0,027220	0,034
84	Baixo	0,037332	0,065
12	Médio	0,044084	0,146
62	Alto	0,067247	0,295
20	Muito Alto	0,252288	0,460

Fauna Ameaçada (Lista Vermelha Nacional e da UICN)

- Lista Vermelha Nacional de Fauna

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
478	Muito Baixo	0,014647	0,034
109	Baixo	0,017125	0,065
73	Médio	0,025691	0,146
72	Alto	0,087327	0,295
29	Muito Alta	0,146901	0,460

- Lista Vermelha UICN de Fauna

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
583	Muito Baixo	0,028373	0,034
84	Baixo	0,034588	0,065
12	Médio	0,038738	0,146
62	Alto	0,061027	0,295
20	Muito Alto	0,262680	0,460

Grau da Lista Vermelha Nacional e da UICN de Fauna

Classe	Peso
Nacional	0,556
UICN	0,444

Peso + Grau da Lista Vermelha Nacional e da UICN de Fauna

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
400	Muito Baixo	0,017000	0,034
141	Baixo	0,025618	0,065
76	Médio	0,055018	0,146
73	Alto	0,096440	0,295
71	Muito Alto	0,230000	0,460

Flora Ameaçada (Lista Vermelha Nacional)

- Lista Vermelha Nacional de Flora - Criticamente Ameaçada

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
705	Baixo	0	0,052
33	Médio	1	0,368
23	Alto	29	0,579

- Lista Vermelha da Flora- Ameaçada

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
532	Muito Baixo	0	0,035
126	Baixo	1	0,199
55	Médio	3	0,296
48	Alto	105	0,470

- Lista Vermelha Nacional de Flora- Vulnerável

# KBA	Class	Interval	Pêso
545	Muito Baixo	0	0,027
133	Baixo	1	0,123
43	Médio	3	0,174
21	Alto	5	0,265
19	Muito Alto	40	0,411

Grau da Lista Vermelha Nacional de Flora

Classe	Peso
Criticamente Ameaçada	0,619
Ameaçada	0,284
Vulnerável	0,096

Peso + Grau da Lista Vermelha Nacional de Flora

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
426	Muito Baixo	0,014907	0,034
84	Baixo	0,017979	0,065
94	Medium	0,030432	0,144
79	Alto	0,056087	0,295
78	Muito Alto	0,177112	0,460

Flora Ameaçada (Lista Vermelha UICN)

- Lista Vermelha UICN de Flora - Criticamente Ameaçada

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
754	Baixo	0	0,052
6	Médio	1	0,316
1	Alto	2	0,632

- Lista Vermelha UICN de Flora - Ameaçada

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
686	Baixo	0	0,052
67	Médio	1	0,316
8	Alto	4	0,632

- Lista Vermelha UICN de Flora - Vulnerável

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
680	Baixo	0	0,052
57	Médio	1	0,316
24	Alto	6	0,632

Grau da Lista
Vermelha UICN de
Flora

Classe	Peso
Criticamente Ameaçada	0,619
Ameaçada	0,284
Vulnerável	0,096

Peso + Grau da Lista Vermelha UICN de Flora

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
583	Muito Baixo	0,027220	0,034
84	Baixo	0,037332	0,065
12	Médio	0,044084	0,144
62	Alto	0,067247	0,295
20	Muito Alto	0,252288	0,460

Flora Ameaçada (Lista Vermelha Nacional e da UICN)

- Lista Vermelha Nacional de Flora

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
426	Muito Baixo	0,014907	0,034
84	Baixo	0,017979	0,065
94	Médio	0,030432	0,146
79	Alto	0,056087	0,295
78	Muito Alto	0,177112	0,460

- Lista Vermelha da UICN de Fauna

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
583	Muito Baixo	0,027220	0,034
84	Baixo	0,037332	0,065
12	Médio	0,044084	0,146
62	Alto	0,067247	0,295
20	Muito Alto	0,252288	0,460

Grau das Lista Vermelha Nacional e UICN de Flora

Classe	Peso
Nacional	0,556
UICN	0,444

Peso + Grau da Lista Vermelha UICN de Flora

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
328	Muito Baixo	0,010187	0,034
145	Baixo	0,012432	0,065
98	Médio	0,015357	0,146
99	Alto	0,022943	0,295
91	Muito Alto	0,105245	0,460

Espécies insubstituíveis

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
519	Muito Baixo	0	0,027
155	Baixo	1	0,106
37	Médio	2	0,182
26	Alto	3	0,270
24	Muito Alto	92	0,415

Para combinar todos os sub-critérios e obter o mapa final da AHP Biológica, foram considerados os seguintes pesos:

Sub-critério	Peso	Peso Final
Plantas Raras	0,21	0,42
Peixes Raros	0,21	
Fauna Ameaçada	0,26	0,52
Flora Ameaçada	0,26	
Espécies insubstituíveis	0,06	0,06

2- AHP Paisagem

Dependendo dos pesos atribuídos a cada classe foi obtido:

- Alinhamento com as prioridades nacionais
- Cobertura Vegetal (MMA 2009)

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
74	Muito Baixo	<10	0,036
123	Baixo	10 – 25	0,069
194	Médio	25 – 50	0,143
191	Alto	50 – 75	0,292
179	Muito Alto	75 – 100	0,460

- Serviços Ecológicos: Demanda por Consumo de Água (ANA 2009)

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
153	Muito Baixo	0,001742	0,086
152	Baixo	0,004158	0,123
152	Médio	0,008787	0,177
152	Alto	0,020170	0,253
152	Muito Alto	0,276296	0,361

- Nível de Ameaça (IPA índice, IBGE, 2000-2010)

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
153	Muito Baixo	0,491532	0,416
152	Baixo	0,538981	0,262
256	Médio	0,600000	0,161
100	Alto	0,680059	0,099
100	Muito Alto	0,889293	0,062

- Capacidade da Sociedade Civil (ISPN 2015)

# KBA	Classe	Intervalo	Peso
85	Muito Baixo	1	0,034
157	Baixo	2	0,034
287	Médio	3	0,270
67	Alto	4	0,307
165	Muito Alto	5	0,354

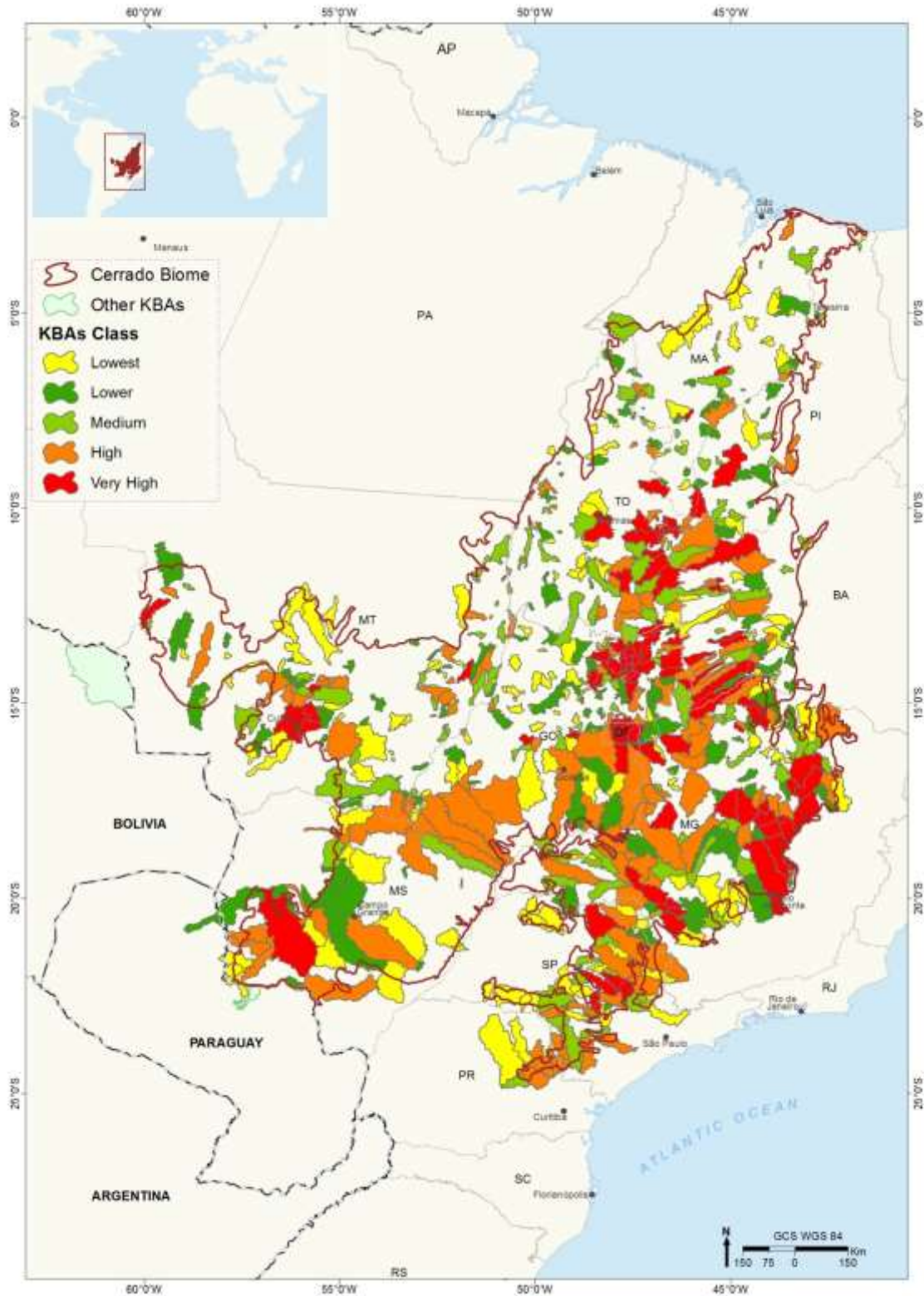
Para combinar todos os critérios e obter o mapa final de Paisagem AHP, foram considerados os seguintes pesos:

Critério	Peso
Cobertura Vegetal Original	0,300
Nível de Ameaça	0,255
Alinhamento com Prioridades Nacional	0,212
Serviços Ecosistêmicos	0,134
Capacidade da Sociedade Civil	0,099

3- AHP final: Biológica + Paisagem

Para combinar AHP Biológica e Paisagem, os seguintes pesos foram considerados e finalmente os resultados finais em cinco classes (muito baixo, baixo, medio, alto e muito alto). Veja a Figura 8 para mais detalhes.

Figura 8. Resultados de priorização AHP em cinco classes (muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto).



APÊNDICE 5. KBAS DE IMPORTÂNCIA RELATIVA "MUITO ALTA" PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO

Código	Nome	Status	Corredor	Área da KBA (ha.)	Dentro de Área Protegida (há.)	% Protegida	Prioridade
GO38	Corriola	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	134.394,65	54.179,58	40,3	Prioritarios CEPF
MT6	Aldeia Carajá	Dentro Outros Corredores	Araguaia	8.984,35	3.864,57	43	
MT85	Rio dos Patos	Dentro Outros Corredores	Araguaia	121.226,03	62.860,63	51,9	
MG71	Parque Estadual Grão Mogol	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	508.683,42	33.591,29	6,6	
MT109	Terra Indígena Pirineus de Souza	Dentro Outros Corredores	Alto Juruena	246.608,11	188.820,46	76,6	
MA38	Rio Itapicuru	Dentro Corredor Prioriário	Mirador-Mesas	3.049,99	0	0	Prioritarios CEPF
TO61	Perdida	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	260.603,92	0	0	Prioritarios CEPF
TO65	Ponte Alta	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	330.253,92	134.931,62	40,9	Prioritarios CEPF
TO3	Almas	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	102.710,49	58.904,99	57,4	Prioritarios CEPF
TO87	Soninho	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	198.439,09	69.840,78	35,2	Prioritarios CEPF
TO54	Parque Estadual do Jalapão	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	21.481,73	21.481,73	100	Prioritarios CEPF
TO13	Brejão do Jalapão	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	78.969,50	78.780,45	99,8	Prioritarios CEPF
TO23	Desabuso	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	8.965,92	8.962,28	100	Prioritarios CEPF
TO75	Rio Novo	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	4.015,70	4.013,70	100	Prioritarios CEPF
TO28	Frito Gado	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	38.650,67	38.650,67	100	Prioritarios CEPF
TO93	Toca	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	24.825,51	24.823,21	100	Prioritarios CEPF
TO26	Esteneu	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	27.075,35	27.075,27	100	Prioritarios CEPF
TO72	Rio da Volta	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	24.237,76	24.229,66	100	Prioritarios CEPF
TO44	Mateiros	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	11.765,86	11.765,86	100	Prioritarios CEPF
TO59	Pedra de Amolar	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	36.675,54	36.675,54	100	Prioritarios CEPF

TO90	Taquaraçu	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	106.260,70	55.509,75	52,2	Prioritarios CEPF
TO66	Porto Nacional	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	319.932,12	460,75	0,1	Prioritarios CEPF
TO49	Natividade	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	235.778,06	0	0	Prioritarios CEPF
TO43	Manuel Alves	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	318.737,89	38.126,61	12	Prioritarios CEPF
TO51	Novo Jardim	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	425.536,22	132,61	0	Prioritarios CEPF
TO46	Montes Claros	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	198.155,27	28.880,10	14,6	Prioritarios CEPF
GO67	Maquiéné	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	125.085,42	125.085,42	100	Prioritarios CEPF
GO139	Sucuri	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	170.243,13	62.399,63	36,7	Prioritarios CEPF
GO125	São Bartolomeu	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	99.232,14	61.512,89	62	Prioritarios CEPF
GO27	Calheiros	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	126.157,55	6.569,72	5,2	Prioritarios CEPF
GO81	Parque Estadual de Terra Ronca	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	268.560,46	58.426,32	21,8	Prioritarios CEPF
GO66	Macacão	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	161.833,11	92.281,82	57	Prioritarios CEPF
GO15	Baco Pari	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	130.908,96	3.426,44	2,6	Prioritarios CEPF
GO6	APA das Nascentes do Rio Vermelho	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	74.524,00	72.655,21	97,5	Prioritarios CEPF
GO64	Laranjal	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	136.670,50	60.571,13	44,3	Prioritarios CEPF
GO126	São Bento	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	18.056,59	18.056,59	100	Prioritarios CEPF
GO82	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	132.526,16	132.516,41	100	Prioritarios CEPF
GO35	Córrego Areia	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	21.568,74	21.568,74	100	Prioritarios CEPF
GO74	Muquém	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	35.175,29	35.175,29	100	Prioritarios CEPF
GO106	Ribeirao Santana	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	37.822,39	37.822,39	100	Prioritarios CEPF
GO109	Rio Claro	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	65.747,88	65.747,88	100	Prioritarios CEPF
GO143	Tocantizinho	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	108.532,79	50.409,96	46,4	Prioritarios CEPF
GO40	Couros	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto – Kalungas	47.835,13	47.832,45	100	Prioritarios CEPF
GO89	Piçarrão	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto - Kalungas	40.859,84	40.859,84	100	Prioritarios CEPF
GO119	RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto - Kalungas	66.882,06	34.466,02	51,5	Prioritarios CEPF
GO37	Córrego Roncador	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto - Kalungas	124.638,72	0	0	Prioritarios CEPF
GO14	Bacalhau	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto - Kalungas	61.378,63	0	0	Prioritarios CEPF

GO19	Bilhagua	Dentro Corredor Prioriário	Veadeiros - Pouso Alto - Kalungas	115.838,86	0	0	Prioritarios CEPF
DF2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira	Dentro Outros Corredores	RIDE DF-Parnaíba-Abaeté	41.435,98	41.409,85	99,9	
GO98	Reserva Biológica da Contagem	Dentro Outros Corredores	RIDE DF-Parnaíba-Abaeté	91.298,57	75.394,08	82,6	
GO4	APA da Serra dos Pireneus	Dentro Outros Corredores	RIDE DF-Parnaíba-Abaeté	51.011,74	11.624,66	22,8	
TO29	Furo da Gameleira	Dentro Outros Corredores	Araguaia	9.247,05	9.237,25	99,9	
TO56	Parque Nacional do Araguaia	Dentro Outros Corredores	Araguaia	16.212,80	16.212,80	100	
GO5	APA da Serra Dourada	Fora de Corredor		77.644,62	21.113,21	27,2	
MA30	PN dos Lençóis Maranhenses	Dentro Outros Corredores	Lençóis Maranhenses	21.697,29	21.697,29	10	
MA1	Alpercatinha	Dentro Corredor Prioriário	Mirador-Mesas	70.241,64	70.229,14	100	Prioritarios CEPF
MA44	Santo Antônio de Balsas	Dentro Corredor Prioriário	Mirador-Mesas	39.360,10	0	0	Prioritarios CEPF
PI28	Uruçuí-Preto	Dentro Corredor Prioriário	Mirador-Mesas	605.948,42	64.842,40	10,7	Prioritarios CEPF
PI19	PN das Nascentes do Rio Parnaíba	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	279.146,20	261.980,07	93,9	Prioritarios CEPF
BA5	EE Rio Preto	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	790.151,49	290.763,53	36,8	Prioritarios CEPF
BA11	Rio de Janeiro	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	22.856,73	21.885,74	95,8	Prioritarios CEPF
BA16	Cabeceira das Lajes	Dentro Corredor Prioriário	Central de Matopiba	63.431,96	4.279,37	6,7	Prioritarios CEPF
BA42	RVS das Veredas do Oeste Baiano	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	113.236,25	46.982,42	41,5	Prioritarios CEPF
BA45	Correntina	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	148.151,87	0	0	Prioritarios CEPF
BA47	Guará	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	129.657,93	0	0	Prioritarios CEPF
BA50	Santo Antônio	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	92.016,74	0	0	Prioritarios CEPF
BA60	PN Grande Sertão Veredas	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	611.513,58	302.952,22	49,5	Prioritarios CEPF
BA61	Côcos	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	61.313,22	0	0	Prioritarios CEPF
BA63	Itaguari	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	456.336,02	58.840,97	12,9	Prioritarios CEPF
MG85	PE Veredas do Peruaçu	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	138.748,80	135.364,15	97,6	Prioritarios CEPF
MG89	PN Cavernas do Peruaçu	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	238.615,50	39.520,39	16,6	Prioritarios CEPF
MG113	RVS Rio Pandeiros	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	38.431,58	7.646,27	19,9	Prioritarios CEPF
MG33	EE Sagarana	Dentro Corredor Prioriário	Sertão Veredas - Peruaçu	331.829,06	2.319,07	0,7	Prioritarios CEPF
MG131	Unai	Dentro Outros Corredores	RIDE DF-Parnaíba-Abaeté	289.479,47	12.257,60	4,2	

DF1	APA do Planalto Central	Dentro Outros Corredores	RIDE DF-Parnaíba-Abaeté	166.754,34	123.391,46	74
MG102	Ribeirão Santa Catarina	Dentro Outros Corredores	RIDE DF-Parnaíba-Abaeté	337.167,45	0	0
MG44	Imbalacaia	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	82.238,24	6.709,50	8,2
MG138	Velhas	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	409.807,79	268,09	0,1
MG74	PE da Serra do Cabral	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	199.002,96	38.448,39	19,3
MG70	Pardo Grande	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	203.131,55	0	0
MG91	PN da Serra do Cipó	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	449.751,89	67.783,38	151
MG4	APA do Carste de Lagoa Santa	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	1.155.436,39	60.446,29	5,2
MG88	Pirapora	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	370.669,54	0	0
MG136	Vargem Bonita	Dentro Outros Corredores	Serra da Canastra	82.883,65	27.193,78	32,8
MG108	RPPN Fazenda do Lobo	Dentro Outros Corredores	Serra da Canastra	81.463,37	25.968,22	31,9
MG81	PE Rio Preto	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	464.603,31	12.527,91	2,7
MG30	EE Acauã	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	336.057,41	2.071,94	0,6
MG47	Itacambira	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	105.003,96	0	0
MG15	Caeté-Mirim	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	41.767,80	12.650,19	30,3
MG72	PE Biribiri	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	211.994,54	18.229,71	8,6
MG95	Preto do Itambé	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	6.858,91	6.649,13	96,9
MG62	Morro do Pilar	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	12.828,87	6.940,56	54,1
MG105	Rio Picão	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	32.849,81	4.131,97	12,6
MG84	PE Serra do Intendente	Dentro Outros Corredores	Serra do Espinhaço	20.957,53	8.841,04	42,2
SP20	EE Itirapina	Fora de Corredor		142.248,46	48.488,94	34,1
SP33	Jacaré-Pepira	Fora de Corredor		261.427,32	57.028,30	21,8
SP5	Araquá	Fora de Corredor		87.572,52	21.934,22	25
SP14	Corumbataí	Fora de Corredor		163.963,72	110.794,70	67,6
SP55	Vitória	Fora de Corredor		42.347,78	19.879,89	46,9
SP24	FE de Bebedouro	Fora de Corredor		518.064,48	103,05	0
MG90	PN da Serra da Canastra	Dentro Outros Corredores	Serra da Canastra	64.170,90	51.512,06	80,3

MG2	Alpinópolis	Dentro Outros Corredores	Serra da Canastra	304.434,46	62.198,89	20,4	
GO48	EE do Jardim Botânico	Dentro Outros Corredores	RIDE DF-Parnaíba-Abaeté	535.582,26	228.854,45	42,7	
MG8	Araguari	Dentro Outros Corredores	Serra da Canastra	462.663,80	14.774,86	3,2	
MS17	PN da Serra da Bodoquena	Dentro Outros Corredores	Mirea- Bodoquena	2.008.714,06	76.927,97	3,8	
MT16	Arica-Açu	Dentro Outros Corredores	Chapada dos Guimarães	169.275,31	50.056,16	29,6	
MT78	PN da Chapada dos Guimarães	Dentro Outros Corredores	Chapada dos Guimarães	576.667,35	72.801,98	12,6	
MT59	Marzagão	Dentro Outros Corredores	Chapada dos Guimarães	59.503,57	35.394,03	59,5	
MT11	APA Estadual da Chapada dos Guimaraes	Dentro Outros Corredores	Chapada dos Guimarães	166.913,93	95.239,68	57,1	

APÊNDICE 6. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Para o diagnóstico da capacidade da sociedade civil no bioma Cerrado, foi realizado um amplo levantamento das organizações com presença regional ou nacional em cada Região Ecosocial (RECOS). As organizações foram inicialmente identificadas a partir de informações do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), gerido pelo ISPN desde 1995, que possui um banco de dados com mais de 200 organizações comunitárias, ONGs e movimentos sociais. A partir desta lista, foram selecionadas as organizações que contam com: presença regional ou nacional (foram excluídas as associações que representam apenas uma comunidade ou assentamento); trabalho sobre temas relacionados com os objetivos do CEPF e atividade atual. Esta lista de organizações foi apresentada nas três oficinas de consulta e foi complementada pelos participantes.

Em seguida, o diagnóstico foi complementado a partir de um levantamento das organizações que constam do Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), verificando os que satisfazem os critérios de presença regional ou nacional, trabalho com temas relacionado com os objetivos do CEPF e atividade atual. Para verificar esta informação, todas as organizações foram pesquisadas na internet em relação à presença de áreas prioritárias, perfil de rede social e recentes notícias relacionadas.

Nome da Instituição	Tipo	Ação	Localização Geográfica Principal	UF	Região Ecosocial
A Casa Verde - Cultura e Meio Ambiente	ONG nacional	Cadeias produtivas de produtos locais	Baseada no DF, ação em MT, MS e MG	DF	Distrito Federal
Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação - ECODATA	ONG regional	Política pública	Bacia do Alto Rio Tocantins e DF	GO, DF	Nordeste de Goiás, Distrito Federal
Alternativas para Pequena Agricultura - APA-TO	ONG regional	Assistência técnica e extensão rural	Bico do Papagaio, Jalapão	TO	Norte e Leste do Tocantins
Animação Pastoral e Social no Meio Rural	Movimento social regional	Agroecologia, assistência técnica e extensão rural	Monte Carmelo, Iturama	MG	Minas Gerais
Articulação Pacari	Rede regional	Pesquisa popular, rede de assistência técnica e influência em políticas públicas	Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão	MG, GO, TO, MA	Diversas
Articulação Xingu Araguaia - AXA	Rede regional	Valorização dos produtos florestais e mobilização social	Araguaia Xingu, MT	MT	Nordeste do Mato Grosso
Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina - AAPPC	Associação local	Agroecologia, agroextrativismo	Carolina, Chapada das Mesas	MA	Oeste do Maranhão

Associação Aliança dos Povos do Roncador	ONG local	Gestão ambiental em Terras Indígenas	Água Boa	MT	Sudeste do Mato Grosso
Associação Ambientalista de Marília – ORIGEM	ONG local	Recuperação e proteção do meio ambiente; educação ambiental	Marília	SP	Cerrado Paulista
Associação Barco Escola da Natureza	ONG local	Recuperação e proteção do meio ambiente; educação ambiental	Americana	SP	Cerrado Paulista
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica - Instituto Biodinâmico	ONG local	Agroecologia, recuperação e proteção do meio ambiente; pesquisa, certificação	Botucatu	SP	Cerrado Paulista
Associação Camponesa da Região Noroeste de Goiás – ASCANG	Movimento social regional	Agroecologia, assistência técnica e extensão rural	Noroeste de Goiás	GO	Noroeste de Goiás
Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil - ACEPB	ONG local	Água, educação ambiental	Ribeirão Preto	SP	Cerrado Paulista
Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção - ANSA	ONG regional	Agroextrativismo, educação ambiental	Araguaia Xingu (4 municípios ao redor de São Felix do Araguaia)	MT	Nordeste do Mato Grosso
Associação de Recuperação Florestal do Médio Tietê - FLORA TIETÊ	ONG local	Produção de mudas, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas	Penápolis e São José do Rio Preto	SP	Cerrado Paulista
Associação de Reposição Florestal do Pardo Grande - Verde Tambaú	ONG local	Produção de mudas, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas	Tambaú	SP	Cerrado Paulista
Associação do Desenvolvimento Solidário e Sustentável - ADES - 10envolvimento	ONG regional	Política pública, agroextrativismo, comunidades tradicionais	Bacia do Rio Grande, oeste da Bahia (municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia)	BA	Oeste da Bahia
Associação do Grupamento Ambientalista - AGA	ONG local	Educação ambiental	Birigui	SP	Cerrado Paulista
Associação dos Apicultores de Nova Olinda - AAPINO	Associação regional	Apicultura, produção de polpa de frutas nativas	Nova Olinda, Weerlândia, Araguaína, Palmeirante (TO)	TO	Norte do Tocantins
Associação dos Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul - REPAMS	ONG regional	Áreas protegidas	MS	MS	Oeste e Leste do Mato Grosso do Sul
Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale da Corda – ATRVC	Associação regional	Apicultura, agroecologia	Vale do Corda (TO)	TO	Norte do Tocantins

Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA	ONG regional	Agroecologia, comércio justo	18 municípios da região do Médio Mearim, Maranhão	MA	Leste do Maranhão
Associação Indígena Xavante Norô Tsu'rá	Associação regional	Gestão ambiental em Terras Indígenas	Nova Xavantina, Campinápolis	MT	Sudoeste de Mato Grosso
Associação Maranhense para a Conservação da Natureza - AMAVIDA	ONG regional	Apicultura native	Urbano Santos e região, MA	MA	Leste do Maranhão
Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas	Movimento social regional	Agroecologia	Minas Gerais	MG	Minas Gerais
Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA	ONG regional	Conservação de animais selvagens, manejo do fogo, recuperação de áreas degradadas	Belo Horizonte, Minas Gerais	MG	Minas Gerais
Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro - ANGÁ	ONG local	Educação ambiental, conservação	Triângulo Mineiro (Uberlândia)	MG	Oeste de Minas Gerais
Associação para proteção Ambiental de São Carlos - APASC	ONG local	Agricultura orgânica	São Carlos	SP	Cerrado Paulista
Associação Protetora dos Animais Silvestres de Assis - APASS	ONG local	Conservação de animais selvagens	Assis	SP	Cerrado Paulista
Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - ASMUIB	Movimento social regional	Agroecologia, gênero	Bico do Papagaio	TO	Norte do Tocantins
Associação Regional das Produtoras Extrativista do Pantanal - ARPEP	Associação regional	Agroextrativismo, cadeias produtivas	Cáceres e região	MT	Sudoeste do Mato Grosso
Associação Terra Indígena Xingu - ATIX	Associação regional	Apicultura native	Xingu	MT	Nordeste do Mato Grosso
Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins	Movimento social regional	rede entre povos indígenas Timbira, agroextrativismo	Sul do Maranhão (Carolina) e norte do Tocantins	MA, TO	Oeste do Maranhão, Norte do Tocantins
Associação Terra Viva de Agricultura Alternativa e Educação Ambiental - ATV	ONG regional	Agroecologia, recuperação ambiental	Porto Alegre do Norte, MT	MT	Nordeste de Mato Grosso

Cáritas Brasileira	ONG nacional	Comércio justo, gestão da água e do solo, agroecologia	Todo Brasil, no Cerrado no MA e MG	MA, MG	Leste do Maranhão e Norte de Minas Gerais
Cavaleiro de São Jorge	ONG local	Festas culturais, plantas medicinais	Chapada dos Veadeiros, GO	GO	Nordeste de Goiás
Central do Cerrado	Cooperativa	Promoção e comercialização de produtos da biodiversidade do Cerrado, assistência técnica para a gestão e melhoria dos produtos	35 organizações de base comunitária dos estados (MA, TO, PA, MG, MS, MT e GO)	MA, TO, PA, MG, MS, MT, GO	Diversas
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM	ONG regional	Assistência técnica e extensão rural	39 municipalities do norte de Minas Gerais	MG	Norte de Minas Gerais
Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV	ONG regional	Gestão e acesso à água, agroecologia e recuperação de áreas degradadas	Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (sobretudo Berilo, Chapada do norte, Minas Novas, Turmalina e Veredinha)	MG	Norte de Minas Gerais
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado - CEDAC	ONG regional	Agroecologia, agroextrativismo	São Domingos, GO	GO	Nordeste de Goiás
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva	ONG regional	Quilombolas e direitos dos povos indígenas, territórios	Minas Gerais	MG	Centro, Norte e Oeste de Minas Gerais
Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores - AGROTEC	ONG local	Agroextrativismo, redes produtivas, plantas medicinais	Região de Diorama, GO	GO	Noroeste de Goiás
Centro de Trabalho Indigenista - CTI	ONG nacional	Gestão integrada da terra nas terras indígenas dos povos Timbira, educação e agroextrativismo	8 Terras Indígenas Timbira (TO, MA)	MA, TO	Oeste do Maranhão e Norte do Tocantins
Centro Nacional de Conservação da Flora - CNCFLORA	ONG regional	Plano de Ação Nacional (PAN) para espécies do Espinhaço Meridional	Espinhaço Meridional – Serra do Cipó – Diamantina	MG	Norte de Minas Gerais
Comissão Pastoral da Terra - CPT	Movimento social nacional	Mobilização social pelo direito à terra, agroecologia	Tocantins, Goiás, Maranhão, Bahia, Mato Grosso (representação regional)	TO, GO, MA, BA, MT	Norte do Tocantins, Noroeste de Goiás, Oeste e Leste do Maranhão, Oeste da Bahia, Nordeste de Mato Grosso

Conselho Indigenista Missionário – CIMI	Movimento social nacional	Assistência técnica a indígenas, direito à terra, saúde.	Maranhão, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais	MA, TO, MT, MG, MS	Leste do Maranhão, Leste e Oeste do Tocantins, Sudoeste do Mato Grosso, Minas Gerais e Oeste do Mato Grosso do Sul
Conservation International – CI	ONG internacional	Promoção de paisagens de agricultura sustentável; recuperação de ecossistemas; apoio à gestão das áreas protegidas.	Região de Matopiba	BA, TO, PI, MA	Oeste da Bahia
Cooperativa Agroecológica pela Vida - COOPEVIDA	Cooperativa	agroecologia, agroextrativismo	São Raimundo das Mangabeiras, MA	MA	Oeste do Maranhão
Cooperativa Cooperfrutos do Paraíso	ONG regional	Agroecologia, sementes locais	São João da Aliança, Alto Paraíso, Colinas do Sul, Cavalcante, Terezina	GO	Nordeste de Goiás
Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecológicos do Cerrado - Cooperativa Rede Terra	Cooperativa	Agroecologia, comercialização	Cristalina, GO e entorno do DF	GO, DF	Nordeste de Goiás, Distrito Federal
Cooperativa Grande Sertão	Cooperativa	Agroextrativismo, processamento de frutas da biodiversidade e comercialização	Norte de Minas Gerais	MG	Norte de Minas Gerais
Cooperativa Mista de Agricultores e Agricultoras Rurais de Poconé – COMPRUP	Cooperativa	Agroextrativismo cadeias produtivas	Poconé	MT	Sudoeste de Mato Grosso
Cooperativa Regional de Produtores Agrissilvi-extrativistas Sertão Veredas - SERTÃO VEREDAS	Cooperativa	Agroextrativismo, processamento de frutas da biodiversidade e comercialização	Chapada Gaúcha	MG	Norte de Minas Gerais
Coordenação das Comunidades Quilombolas do TO - COEQTO	Rede regional	Rede política para direitos de quilombolas no estado do Tocantins	Tocantins	TO	Norte, Leste e Oeste do Tocantins
COPABASE	Cooperativa	Agricultura, comércio justo	Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Formoso, Pintópolis, Riachinho, Urucua e Uruana de Minas	MG	Oeste de Minas Gerais
Ecologia e Ação - ECOA	ONG regional	Valorização de produtos florestais, mobilização social	Corumbá, Mireia e Nioaque	MS	Oeste do Mato Grosso do Sul

Entidade Ecológica e Educacional do Vale do Paranapanema - ENVAPA	ONG local	Recuperação e proteção do rio Paranapanema	Assis	SP	Cerrado Paulista
Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo	Movimento social regional	Rede política dos direitos quilombolas no estado de Minas Gerais	Minas Gerais	MG	Oeste, Norte e Centro de Minas Gerais
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE	ONG nacional	Assistência técnica para agroecologia e agroextrativismo	Sudoeste de Mato Grosso e nos municípios da Baixada Cuiabana	MT	Sudoeste do Mato Grosso
Fórum Carajás	ONG regional	Agroecologia, pequenos agricultores, populações atingidas por grandes empresas	Maranhão, Pará e Tocantins	MA	Leste do Maranhão
FrutaSã	Empresa social	Processamento e comercialização de frutos da biodiversidade do Cerrado envolvendo pequenos agricultores e indígenas	sul do Maranhão (Carolina)	MA	Oeste do Maranhão
Fundação Neotrópica do Brasil	ONG local	Conservação da biodiversidade, educação ambiental, ecoturismo em áreas protegidas	Bonito – MS	MS	Oeste do Mato Grosso do Sul
Fundação Pró-Natureza - FUNATURA	ONG regional	Apoio à redução do desmatamento e das queimadas no Cerrado, agroecologia	Chapada dos Veadeiros, GO, Bacia do São Bartolomeu - DF, Mosaico Gree Sertão Veredas Peruaçu – MG	GO, DF, MG	Nordeste de Goiás, Distrito Federal, Norte de Minas Gerais
Fundação Biodiversitas para a Conservação da Diversidade Biológica - BIODIVERSITAS	ONG regional	Conservação da biodiversidade e pesquisa	Serra do Rola Moça, Serra do Espinhaço	MG	Centro de Minas Gerais
Fundação de Apoio a Vida nos Trópicos - ECOTROPICA	ONG internacional	Conservação da biodiversidade	Cuiabá	MT	Sudoeste de Mato Grosso
Fundação Grupo Boticário	ONG nacional	Pesquisa e gestão da Reserva Natural Serra do Tombador	Cavalcante, GO	GO	Nordeste de Goiás
Instituto Bertran Fleury	ONG local	História e cultura do Cerrado	Distrito Federal	DF	Distrito Federal
Instituto Ambiental Vidágua	ONG regional	Conservação ambiental, água	região de Bauru	SP	Cerrado Paulista
Instituto Bioeste	ONG local	Conservação da biodiversidade	oeste da Bahia	BA	Oeste da Bahia

Instituto Brasil Central - IBRACE	ONG nacional	Água, mobilização social, políticas públicas	Nordeste de Goiás ; Território da Chapada dos Veadeiros, Vale do Paranã e da Serra da Mesa; Território do Médio Araguaia, norte do Goiás, Vale do Rio Vermelho, Vale do São Patrício e Vale do Araguaia; Emas, Estrada de Ferro, Médio Araguaia, Suloste Goiano, Vale do Araguaia	GO	Nordeste, Noroeste e Sul de Goiás
Instituto Centro de Vida - ICV	ONG regional	Advocacy para redução do desmatamento, desenvolvimento rural e gestão florestal	Cotriguaçu, Lucas do Rio Verde e bacia do Alto Paraguai	MT	Noroeste e Sudoeste de Mato Grosso
Instituto das Águas da Serra da Bodoquena - IASB	ONG local	Educação ambiental, água e políticas públicas	Bonito - MS	MS	Oeste do Mato Grosso do Sul
Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado - IPEC	ONG local	Agroecologia, permacultura	Pirenópolis - GO	GO	Nordeste de Goiás
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	ONG nacional	Plataforma de Águas do Cerrado: plataforma colaborativa entre empresas, sociedade civil e governo para conservação da água	Uberlândia, Indianópolis e Monte Carmelo	MG	Oeste de Minas Gerais
Instituto Gea - Ética e Meio Ambiente	ONG local	Gestão de resíduos sólidos, educação ambiental	Paraíso e São José do Rio Preto	SP	Cerrado Paulista
Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas	ONG local	Desenvolvimento sustentável, educação ambiental, recuperação e conservação da água	Bacia do Rio das Velhas, Ouro Preto	MG	Centro de Minas Gerais
Instituto Lina Galvani	ONG local	Educação ambiental, conservação da biodiversidade	Luis Eduardo Magalhães	BA	Oeste da Bahia
Instituto Marista de Solidariedade - IMS	ONG nacional	Comércio justo, agroecologia, agroextrativismo	Diversos locais no Cerrado - GO, MS, DF	MS	Oeste do Mato Grosso do Sul
Instituto OCA Brasil	ONG regional	Criação e gestão de áreas protegidas, recuperação de áreas degradadas, agroecologia	Alto Paraíso	GO	Nordeste de Goiás
Instituto Onça Pintada	ONG nacional	Pesquisa para conservação da onça	PN Araguaia, PE do Cantão - TO; Parque Nacional das Emas – GO, Estação Ecológica Uruçuí-Una e Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba	TO, GO	Oeste do Tocantins e Sul de Goiás
Instituto Ouro Verde	ONG regional	Agroecologia e cadeias de agroextrativismo	Alta Floresta e outros no estado do MT	MT	Noroeste de Mato Grosso
Instituto Rosa e Sertão	ONG regional	Cultivo e agroextrativismo	Região do Grande Sertão Veredas	MG	Norte de Minas Gerais

Instituto Sálvia de Soluções Socioambientais - ISSA	ONG local	Agroecologia, recuperação de áreas degradadas	Distrito Federal	DF	Distrito Federal
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN	ONG nacional	Pequenos financiamentos (Small Grants do Programa – SGP e Programa de Pequenos Projetos Ecosociais – PPP-ECOS) para a conservação da biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas e recuperação de terras degradadas. Influência das políticas públicas, agroextrativismo, agroecologia	Todo o Cerrado	MA, PI, TO, BA, MT, GO, DF, MG, MS, SP	Diversas
Instituto Socioambiental - ISA	ONG nacional	Programa Xingu: apoio aos pequenos agricultores e povos indígenas, recuperação de terras degradadas, água	Mato Grosso (bacia do Xingu)	MT	Nordeste de Mato Grosso
Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócioambiental	ONG regional	Conservação da biodiversidade e pesquisa	Belo Horizonte, Serra da Canastra	MG	Centro de Minas Gerais
IPOEMA	ONG local	Permacultura	Distrito Federal	DF	Distrito Federal
Mais Cerrado	ONG regional	Advocacy para conservação do Cerrado	Chapada dos Veadeiros, GO	GO	Nordeste do Goiás
Missão Verde	ONG regional	Agroextrativismo, educação ambiental	Parque Estadual do Cantão	TO	Oeste do Tocantins
Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC	Movimento social nacional	Advocacy para povos indígenas do Cerrado	Todo do Cerrado	MA, PI, TO, BA, MG, MS, MT, GO	Diversas
Movimento Amparo Ecológico - MÃE NATUREZA	ONG local	Recursos hídricos	Barra Bonita	SP	Cerrado Paulista
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB	Movimento social nacional	Rede entre e sensibilização sobre comunidades afetadas por barragens	Bacia do Rio Gree, oeste da Bahia	BA	Oeste da Bahia
Movimento dos Trabalhadores do Campo- MTC	ONG nacional	Mobilização social rural	Difuso Brasil, Cerrado: presença maior no norte de MG e Nordeste	MG	Norte de Minas Gerais

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB	Movimento social regional	Associação de mulheres quebradeiras de coco babaçu e direito de acesso aos recursos e melhores condições de produção para a cadeia de babaçu	Região dos Cocais (sede em Esperantina, PI); Bico do Papagaio (sede na cidade São Miguel do Tocantins - TO); Médio Mearim/Cocais (sede na cidade de Pedreiras - MA) e na região Tocantinia (sede na cidade de Imperatriz - MA)	MA, PI, TO,	Leste e Oeste do Maranhão, Oeste do Piauí, Norte do Tocantins
Mutirão Agroflorestal	ONG regional	Assistência técnica em agroecologia e sistemas agroflorestais	São Paulo, Goiás e DF	GO, DF, SP	
Núcleo do Pequi	ONG regional	Rede para a melhoria da cadeia produtiva do pequi no estado de Minas Gerais	norte de MG	MG	Norte de Minas Gerais
Onça D'Água	ONG regional	Gestão de áreas protegidas e apoio a pequenos agricultores locais	Jalapão, Cantão	TO	Leste e Oeste do Tocantins
ONG Verdenovo Rio das Velhas	ONG local	Educação ambiental sobre água	Nova Lima, MG	MG	Centro de Minas Gerais
Operação Amazônia Nativa - OPAN	ONG regional	Apoio para grupos indígenas	Diversas regiões no Cerrado, mas também uma da Amazônia	MT	Nordeste de Mato Grosso
Oréades Núcleo de Geoprocessamento	ONG local	Mapeamento, assistência técnica	Mineiros, GO, Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari (PENT) e Parque Nacional das Emas (PNE)	GO	Sul de Goiás
Organização Ponto Terra	ONG local	Educação ambiental sobre água	Ouro Preto, Três Marias, Sete Lagoas	MG	Centro de Minas Gerais
Pesquisa e Conservação do Cerrado - PEQUI	ONG regional	Pesquisa para gestão e conservação da biodiversidade	Jalapão	TO	Leste do Tocantins
Pratiquécolgia	ONG local	Educação ambiental sobre água e recuperação de áreas degradadas	Campo Grande	MS	Oeste do Mato Grosso do Sul
Pró-Vida Brasil	ONG regional	Gestão do Parque da Serra do Mirador; pesquisa da biodiversidade	Parque Estadual da Serra do Mirador (município de Mirador)	PI	Oeste do Piauí
Pró-Carnívoros	ONG nacional	Proteção e pesquisa de animais selvagens	Parque Nacional das Emas, GO	GO	Sul de Goiás
Rede Ambiental do Piauí	ONG regional	Mobilização social para conservação no Piauí	Piauí	PI	Oeste do Piauí
Rede Cerrado	Rede regional	Advocacy para a conservação do Cerrado e direitos dos povos do Cerrado	Todo o Cerrado	MA, PI, TO, DF, BA, MG, MS,	

				MT, GO	
Rede de Sementes do Cerrado	ONG regional	Pesquisa de espécies de plantas do Cerrado, gestão do conhecimento, recuperação de áreas degradadas e capacitação	Rio Pardo de Minas - MG, Goiânia, Alto Paraíso e Cavalcante - GO e Brasília - DF	GO	Nordeste de Goiás
Rede Jalapão de Produtos Artesanais	ONG local	Apoio para processamento de produtos da biodiversidade da região do Jalapão	São Félix, Mateiros, Novo Acordo	TO	Leste do Tocantins
Slow Food Cerrado	ONG regional	Promoção do uso de produtos da biodiversidade das comunidades locais em gastronomia	Todo o Cerrado	GO	Nordeste de Goiás
The Green Initiative - TGI	ONG nacional	Produção de mudas, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas	Americana, Patrocínio Paulista, Gabriel Monteiro, Jaú, Araras	SP	Cerrado Paulista
The Nature Conservancy - TNC	ONG internacional	Produção sustentável, assistência técnica para os agricultores cumprirem a legislação ambiental, e recuperação de áreas degradadas	Oeste da Bahia: São Desidério, Riachão das Neves, Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Jaborei e Cocos. Lucas do Rio Verde - MT; Chapada dos Veadeiros - GO; PSA: Bacia do Ribeirão Pípiripau (DF, divisa com Formosa - GO)	BA, MT, GO, DF	Oeste da Bahia, Noroeste e Nordeste de Mato Grosso, Nordeste de Goiás, Distrito Federal
União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES	Rede	Rede para comércio justo, cooperação e apoio aos pequenos agricultores	Todo o país		Diversas
WWF	ONG internacional	Produção agrícola sustentável para cumprir a legislação ambiental, água, educação ambiental, apoio à gestão de áreas protegidas e conservação da biodiversidade	Mosaico Sertão Veredas Peruaçu (MG), Bacia do São Bartolomeu (GO), Bacia Guariroba, Campo Grande (MS)	GO, DF, MG, MS	Nordeste de Goiás, Distrito Federal, Norte de Minas Gerais, Oeste de Mato Grosso do Sul

APÊNDICE 7. CANDIDATOS A ESPÉCIES PRIORITÁRIAS

Um dos critérios para a priorização de espécies foi a existência de Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN) focados em espécies ou em áreas que abrigam as espécies. Os PANs são políticas públicas que identificam e orientam as ações prioritárias contra ameaças às populações de espécies e ambientes naturais. Os PANs são elaborados por pesquisadores e especialistas na área, por meio de consultas e oficinas que culminam com a publicação de uma matriz de planejamento com definição clara de objetivos, ações, produtos, prazos e possíveis colaboradores.

Três importantes PANs já existem para espécies que ainda não constam da lista vermelha internacional, mais três estão sendo elaborados pelo CNC Flora, dois deveriam ser publicados até o final de 2015 e um antes de meados de 2016. Estas 62 espécies adicionais estão listadas aqui como candidatas para os investimentos prioritários do CEPF caso sejam incluídas na lista vermelha internacional.

Dois desses PANs são para a região do Grão Mogol e Serra do Espinhaço Meridional e o outro é para Bacia do Alto Tocantins. As regiões do Parque Estadual do Grão Mogol e de Grão Mogol/Francisco Sá, no centro de Minas Gerais, e da Serra do Espinhaço são três áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade (MMA 2007) e estão dentro do Corredor da Serra do Espinhaço delimitado neste perfil ecossistêmico. Existem 12 espécies criticamente ameaçadas na região de Grão Mogol e 45 na Serra do Espinhaço de acordo com o Livro Vermelho da Flora do Brasil (Martinelli and Moraes 2013). Estas duas regiões apresentam alta diversidade de espécies e alto grau de endemismo. A Serra do Espinhaço abriga famílias botânicas inteiras que são endêmicas da região. No entanto, a região está seriamente ameaçada por atividades antrópicas, tais como mineração (principalmente diamantes e ferro), agricultura, expansão urbana e plantações de monoculturas de eucalipto (principalmente), o que significa que ações de conservação são urgentemente necessárias. A Bacia do Alto Tocantins é parte de dois corredores do CEPF Cerrado: RIDE DF-Parnaíba-Abaeté e Veadeiros-Pouso Alto-Kalungas. Esta bacia possui alta riqueza de espécies. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é considerado a área central da diversidade biológica e é reconhecido como um importante centro de endemismo da flora. No entanto, a bacia hidrográfica abrange uma área de elevado interesse econômico por causa principalmente do setor agrícola e da mineração. Há oito espécies conhecidas que são criticamente ameaçadas de extinção de acordo com o Livro Vermelho da Flora do Brasil (Martinelli and Moraes 2013). Portanto, há necessidade urgente de ações de conservação para reduzir os efeitos desses fatores sobre as espécies ameaçadas de extinção.

Família	Espécies	Endêmica para o Brasil	PAN	Lista Vermelha Nacional Brasileira	Lista Vermelha - UICN	Estratégias prioritárias de conservação
OROBANCHACEAE	<i>Agalinis schwackeana</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		<p>1- apoiar as ações diretas ou indiretas para a gestão de populações, espécies e habitats e paisagens, para promover a conservação de espécies ameaçadas.</p> <p>2- Desenvolver capacidades humanas e institucionais e conscientização, com foco na implementação de ações para a conservação de espécies ameaçadas.</p> <p>3- Apoiar pesquisas que gerem conhecimento, inovação e transferência de tecnologia para implementar ações para a conservação das espécies ameaçadas de extinção.</p> <p>4- Apoiar ações que promovam a criação, e implementação de políticas públicas para a conservação de espécies ameaçadas de extinção.</p>
ASTERACEAE	<i>Aspilia eglerii</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ASTERACEAE	<i>Aspilia jugata</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ASTERACEAE	<i>Aspilia ovalifolia</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia glutinosa</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia longiscapa</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia pungens</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima fonsecae</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ASTERACEAE	<i>Calea abbreviata</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
FABACEAE	<i>Chamaecrista lagotois</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ORCHIDACEAE	<i>Constantia cipoensis</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
LYTHRACEAE	<i>Diplusodon glaziovii</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
BROMELIACEAE	<i>Dyckia ursina</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
BROMELIACEAE	<i>Encholirium biflorum</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
BROMELIACEAE	<i>Encholirium pedicellatum</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
BROMELIACEAE	<i>Encholirium vogelii</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ORCHIDACEAE	<i>Grobya cipoensis</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
APOCYNACEAE	<i>Hemipogon abietoides</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
APOCYNACEAE	<i>Hemipogon hatschbachii</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
APOCYNACEAE	<i>Hemipogon piranii</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
AQUIFOLIACEAE	<i>Ilex prostrata</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ASTERACEAE	<i>Lychnophora humillima</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ASTERACEAE	<i>Lychnophora souzae</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
APOCYNACEAE	<i>Minaria bifurcata</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
APOCYNACEAE	<i>Minaria diamantinensis</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
APOCYNACEAE	<i>Minaria hemipogonoides</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
OXALIDACEAE	<i>Oxalis diamantinae</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
MALPIGHIACEAE	<i>Peixotoa eersonii</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
LYCOPODIACEAE	<i>Phlegmariurus ruber</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ASTERACEAE	<i>Piptolepis leptospermoides</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
ORCHIDACEAE	<i>Pseudolaelia cipoensis</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia brevistamina</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		
IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia gracilis</i>	sim	Espinhaço Meridional	CR		

ASTERACEAE	<i>Richterago caulescens</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
LOGANIACEAE	<i>Spigelia cipoensis</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
ARECACEAE	<i>Syagrus mendanhensis</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
IRIDACEAE	<i>Trimezia fistulosa var. longifolia</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
XYRIDACEAE	<i>Xyris dardanoi</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
XYRIDACEAE	<i>Xyris hystrix</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
XYRIDACEAE	<i>Xyris nigricans</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
XYRIDACEAE	<i>Xyris platystachya</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
XYRIDACEAE	<i>Xyris sororia</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
XYRIDACEAE	<i>Xyris tortilis</i>	<i>sim</i>	Espinhaço Meridional	CR		
VELLOZIACEAE	<i>Barbacenia riparia</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		1- Apoiar ações que promovam a criação, estabelecimento e implementação de políticas públicas para a conservação de espécies ameaçadas de extinção. 2- Desenvolver o capital institucional e humano, a fim de implementar ações de conservação de espécies ameaçadas de extinção. 3 Apoio à pesquisa para geração de conhecimento, inovação e transferência de tecnologia para implementar ações para a conservação de espécies ameaçadas. 4- apoiar as ações diretas ou indiretas para a gestão de populações, espécies e habitats de paisagens, para promover a conservação de espécies ameaçadas.
FABACEAE	<i>Chamaecrista ulmea</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
LYTHRACEAE	<i>Cuphea rubro-virens</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
LYTHRACEAE	<i>Cuphea teleera</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
CACTACEAE	<i>Discocactus pseudoinsignis</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR	EN	
APOCYNACEAE	<i>Ditassa auriflora</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
BROMELIACEAE	<i>Encholirium irwinii</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
LAMIACEAE	<i>Oocephalus piranii</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
BROMELIACEAE	<i>Orthophytum humile</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
BROMELIACEAE	<i>Pitcairnia bradei</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
IRIDACEAE	<i>Pseudotrimezia concava</i>	<i>sim</i>	Grão Mogol	CR		
POACEAE	<i>Altoparadisium chapadense</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR		**Ainda sob grande discussão e processo de consulta pública.
ASTERACEAE	<i>Calea abbreviata</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR		
ORCHIDACEAE	<i>Cyrtopodium linearifolium</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR		
LYTHRACEAE	<i>Diplusodon ericoides</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR		
AMARYLLIDACEAE	<i>Griffinia nocturna</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR		

LAMIACEAE	<i>Hypenia aristulata</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR	
POACEAE	<i>Ophiochloa hydrolithica</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR	
PODOCARPACEAE	<i>Podocarpus barretoii</i>	<i>sim</i>	Alto Tocantins	CR	